Joaquim Ramos de Carvalho

Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)

Reconstituições, interpretações e metodologias.

COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS
1997

Dissertação de
Doutoramento em
História Moderna
apresentada à
Faculdade de Letras
da Universidade de
Coimbra

ABREVIATURAS

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASCMS	Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Soure
AMS	Arquivo Municipal de Soure
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
OC	Chancelaria da Ordem de Cristo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O OBJECTO

Este trabalho estuda os pecadores públicos de uma comunidade rural de Antigo Regime. O nosso objectivo é procurar esclarecer quem são os pecadores públicos e qual o seu lugar na teia das relações sociais da comunidade em que viviam. O cerne da metodologia utilizada baseia-se no cruzamento nominal de fontes históricas de vários tipos em que se destacam as visitações, os registos paroquiais, as escrituras notariais, os processos de ordenação sacerdotal, documentação concelhia e um conjunto díspar de documentação avulsa.

Os comportamentos de que aqui se tratará correspondem a uma figura jurídica muito específica: o de serem actos considerados como pecados públicos pela justiça eclesiástica e,

como tal, elencados nos textos normativos religiosos. Os pecados públicos eram também, no nosso país, considerados delitos de direito secular e como tal enumerados nas leis do reino. Tratava-se, por isso, de actos perseguidos simultaneamente pelas justiças seculares e eclesiásticas, tendo, na época, uma definição precisa. Fugimos deliberadamente a concepções comportamentais de definição difusa.

A nossa documentação principal é de origem eclesiástica e apenas nos chegam ecos distantes e fragmentados da acção das justiças seculares neste campo. A maior parte dos casos que vamos tratar diz respeito a comportamentos do foro familiar e sexual, porque esses constituem o grosso dos casos delatados à justiça.

Trata-se sobretudo de amancebamentos, relações ilícitas entre homens e mulheres. Por vezes temos notícia de comportamentos irregulares que escaparam à justiça eclesiástica, como nascimentos ilegítimos não denunciados aos visitadores, ou concepções pré-nupciais que se detectam cruzando casamentos e baptismos. Essas informações, embora não constituindo uma parte importante do material tratado, serviram de complemento à informação das visitas. Outros tipos de casos ocorreram e serão analisados, mas mesmos esses, como veremos, têm muitas vezes um enquadramento sexual, ou remetem para disfuncionamentos da ordem familiar.

O objectivo deste trabalho não é puramente analítico e encerra uma componente metodológica importante. Procuraremos demonstrar que a reconstituição de histórias de vida e das redes de sociabilidade expressas, sobretudo, nos compadrios e nas

testemunhas nupciais, é um factor essencial para a compreensão de comportamentos como os que nos ocupam. Essa reconstituição envolve a manipulação de grande quantidade de informação de tipo relacional tornada possível pela utilização de métodos informáticos especialmente desenvolvidos para esse fim. Este aspecto será longamente tratado e proposto um conjunto de soluções precisas para os vários problemas encontrados.

A comunidade rural em causa é a paróquia de Santiago de Soure, situada a cerca de 28 quilómetros a sudoeste de Coimbra. A escolha foi determinada por critérios de disponibilidade de fontes. Um dos pressupostos prévios deste estudo foi que a compreensão dos comportamentos associados aos pecadores públicos só poderia ser feita inserindo os mesmos na teia das relações sociais circundantes, procurando ao mesmo tempo reconstruir as suas biografias na esperança de esclarecer em profundidade aquilo que nos documentos não passava muitas vezes de algumas linhas sumárias. Assim só faria sentido estudar uma comunidade para a qual existisse uma quantidade e variedade significativa de fontes.

Uma primeira sondagem feita no Arquivo da Universidade, que concentra registos paroquiais e notariais, além da documentação da diocese de Coimbra, revelou que se conservava para Soure, além das visitas pastorais disponíveis para muitas outras paróquias da diocese, uma boa colecção de processos de ordenação sacerdotal, capítulos de visita, fonte bastante rara, com as ordens gerais sobre a paróquia deixadas por cada visitador, livros paroquais a partir de meio do século XVII e uma enorme

colecção de livros notariais. As primeiras visitas a Soure e arredores, onde os traços do passado abundam, cimentaram a escolha.

O posterior desenvolvimento da investigação confirmou o valor da decisão, embora daí não advenha nenhum mérito ao autor. Os livros de capítulos de visita não tiveram uma relevância significativa para o esclarecimento da questão central do trabalho e, finalmente, os livros notariais, alguns em muito mau estado, de leitura difícil e extremamente morosa, retiveram uma boa parte da informação que eram supostos fornecer.

Inversamente, de forma inesperada, encontrámos em Soure um enorme manancial de documentação. Toda a documentação antiga relativa ao concelho havia sido depositada nas celas de uma prisão desactivada e foi possível, numa intervenção de emergência, recuperar para a Biblioteca Municipal as espécies mais antigas e relevantes do ponto de vista historiográfico, como livros de acórdãos, posturas e o tombo dos bens do concelho. Apesar de constituída por séries fragmentadas, esta documentação relevou-se fundamental para a compreensão de inúmeros aspectos do funcionamento das instituições locais. A notícia da recuperação da memória do concelho deve-se ter difundido, porque pouco depois era-nos solicitada colaboração para organizar o arquivo da Misericórdia. Desta vez era o sótão da Igreja da Santa Casa que servia de precária protecção a uma quantidade signficativa de material histórico. Mais uma vez foi feita uma inventariação do que urgia preservar, e transferir os documentos para uma sala especialmente preparada no lar de dia da Santa Casa de Misericórdia de Soure. Nesse espólio encontravam-se as contas da

instituição, actas da mesa, tombos de bens e variada informação relativa ao hospital que a Santa Casa manteve em Soure desde o século XVII.

Contudo a maior surpresa do ponto de vista documental foi-nos proporcionada por um maravilhoso espólio de uma família de Soure, ligada a um morgadio fundado no século XVI, que conservava cuidadosamente documentação de vários séculos. Essa documentação permitiu-nos ter uma imagem mais clara e coerente do que foram as estratégias familiares das elites locais e proporcionou-nos, de uma forma que um arquivo central nunca consegue dar, uma ideia do que consistia a gestão corrente de um património complexo. A intensa vida de Soure e as suas múltiplas ligações a entidades como a Ordem de Cristo, a diocese e o poder central deixaram ainda inúmeros traços no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em documentação avulsa da diocese de Coimbra conservada no Arquivo da Universidade. Soure revelou-se um objecto historiográfico de primeira qualidade, cujas potencialidades estivemos muito longe de esgotar.

A delimitação cronológica do estudo está intimamente ligada a constrangimentos de fontes e de metodologia. Embora existam registos da justiça eclesiástica em Soure, nomeadamente visitas pastorais desde 1650, só conseguimos contextualizar verdadeiramente os casos a partir de 1680, quando registos paroquiais, notariais e camarários se sobrepõem. As visitas anteriores foram usadas pontualmente, para recuperar acusações, mas em Soure o rendimento das visitas antes do início do bispado de D. João de Melo é parcelar e descontínuo. O período de máxima concentração de informação, decorrente da sobrevivência

das várias séries, situa-se entre 1680 e 1720. E embora utilizemos várias das fontes até 1740, é naquele período que a análise consegue uma espessura maior.

A metodologia utilizada e os instrumentos em que se baseava não suportavam, na altura em que os dados foram tratados, o acréscimo de informação que implicaria estender o estudo por mais uma ou duas gerações. Este facto deve-se ao papel central que a reconstituição das relações inter-pessoais tem no método de análise, implicando manter uma quantidade muito grande de informação disponível instantaneamente para responder às necessidade interpretativas.

Mesmo para o período relativamente pequeno que nos ocupou foi necessário fazer compromissos na quantidade de informação que foi inserida a partir de algumas fontes, mantendo uma parte sob formas mais tradicionais.

Assim, a escolha do local e da época foi fortemente determinada pela disponibilidade de fontes e a capacidade de as tratar do modo exigido pela metodologia de análise escolhida. O que nos leva aos aspectos metodológicos desta investigação.

O cerne deste estudo, do ponto de vista metodológico, consiste no cruzamento generalizado de fontes, na tentativa de contextualizar os comportamentos com base na informação mais variada possível. Essa é a verdadeira razão por detrás da escolha do local e da limitação do período. Contudo, a necessidade de conseguir um leque variado de fontes que permitisse esclarecer aspectos diferenciados da vida da altura, levou inevitavelmente a escolher um local de certa dimensão, cuja quantidade de

habitantes e diversidade de instituições originou a documentação rica que descrevemos acima. Assim, o levantamento das fontes para efeito de reconstituição das biografias produziu uma enorme quantidade de referências nominais, que na fase final do estudo que agora se apresenta, ultrapassava as 33.000 referências. As dificuldades levantadas em gerir essa informação, no contexto da problemática historiográfica que nos guiava, levou a um forte investimento em instrumentos informáticos. Se esse investimento foi assumido desde o início, como uma parte integrante da investigação a efectuar, acabou por consumir uma quantidade extraordinariamente elevada de tempo, e povoar a investigação de percalços e imprevistos, que esperamos possam ser compensados pela utilização das ferramentas desenvolvidas pelo maior número possível de historiadores.

Existe, assim, do ponto de vista metodológico, um duplo aspecto neste trabalho que não pode ser separado. Por um lado, um posicionamento de ordem epistemológica que consiste na proposta de interpretar comportamentos tendo como base uma reconstituição, o mais completa possível, da história de vida e ambiente relacional das pessoas envolvidas. Por outro lado, um investimento que poderíamos designar por instrumental, em criar as ferramentas necessárias a tornar o primeiro propósito viável e reprodutível noutros contextos. A divisão do tempo entre estes dois objectivos, que requeriam competências e contextos científicos tão diversos, provocou uma fractura na organização do trabalho que nunca foi fácil de resolver.

O objectivo deste trabalho é, assim, simultaneamente substantivo e metodológico. Substantivo, no sentido em que

pensamos contribuir para a compreensão do objecto histórico que estudámos, independentemente do modo como chegámos aos nossos resultados. Metodológico, porque foi nossa preocupação central criar um método, com as necessárias ferramentas, para que estudos deste tipo possam ser feitos com maior facilidade. Esse investimento metodológico é de âmbito formal e computacional. Por um lado, encerra um conjunto de formalismos para o tratamento da informação nominal dispersa em fontes, e, por outro, materializou-se num conjunto de programas de computador que aplicam o formalismo em questão aos dados desta investigação.

A PROBLEMÁTICA.

Pecadores públicos e visitas pastorais

Porquê os pecadores públicos? Poderíamos dizer, como alguém em circunstâncias muito diferentes, "porque estão lá". E esse "lá" é em primeiro lugar a documentação magnífica das visitas pastorais portuguesas, que nos fornecem um grande manancial de informação sobre comportamentos que se afastam das normas canónicas.

Durante séculos, os visitadores episcopais chegaram às paróquias mais remotas e, no meio de grande pompa e solenidade, reuniram a população, seleccionando um conjunto de paroquianos aparentemente ao acaso, para que denunicassem em privado, sob pena de excomunhão, os pecadores públicos da

terra[1]. Os treslados desses interrogatórios, cuidadosamente transcritos, conservam-se em grande quantidade. Essa documentação é única no contexto europeu, em termos de conteúdos, informação e extensão[2]. Deixa antever a possibilidade de uma visão mais aproximada da realidade comportamental subjacente, mas não o permite só por si. Por muito detalhadas que as testemunhas sejam

---

[1] Para o ritual da visita ver: Soares, Mateus, *Practica e ordem pera os visitadores dos bispados, no qual se decidem muitas questões assi en causas civis como criminais, pertencentes aos Avogados, no foro ecclesiastico e secular*. Lisboa, Jorge Rodriguez, 1602; Andrade, Lucas, *Visita geral que deve fazer um prelado no seu bispado, apontadas as cousas que deve perguntar e o que devem os parochos preparar para a visita*. Lisboa, João da Costa, 1673; *Regimento de visitadores de D. Afonso Furtado de Mendonça, 1620*, Arquivo Distrital de Braga, Gaveta das Concórdias e das Visitas, nº84 e o Tít.XI, dos visitadores, *do Regimento da Relação e Auditório Eclesiástico do Arcebispo de Braga*, 1690, Arquivo Distrital de Braga, manuscrito 826; Paiva, José Pedro, *Uma instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal*. "Revista de História das Ideias",vol. 15 (1993), p. 637-661.

[2] Zeeden, Ernst Walter; Lang, Peter Thaddeus (ed), *Kirsche und Visitation, Beiträge zur Erforschung des fruhneuzeitlichen Visitationnswesens in Europa*, Stuttgard, Klett-Cota, 1984. Turchini, Angelo; Mazzone, Umberto (cura) *Le visite pastorali*. Bologna, il Mulino, 1985; Baccrabére, Georges, *Visite canonique de l'eveque*. In: *Dictionaire de droit canonique*, dir. R. Naz. Tomo 8. col.s 1512-1594. Paris, Lib. Le Touzey et Ane, 1965; Para os territórios protestantes: *Sensibilité religieuse et discipline ecclesiastique. Les visites pastorales en territoires protestants (Pays Rhénans, Comté de Montbéliard, Pays de Vaud) XVIe-XVIIIe siècles*, Strasbourg, Lib. Istra, 1957. Ver, para uma perspectiva comparativa centrada nos aspectos que aqui nos ocupam, Carvalho, Joaquim, *A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime*, "Revista Portuguesa de História", *24, 1990, p.121-163.*

no seu relato dos casos que conhecem, o que nos fica é sempre um pequeno fragmento de uma vida, que pode ou não reaparecer na visita seguinte. É impossível conhecer os documentos produzidos pelas visitas pastorais e não sentir o desejo de ir mais além, contextualizando e completando por todos os meios possíveis esses pequenos fragmentos, restituindo-lhes o seu significado possível.

Mas as visitas pastorais e a informação que contêm não são importantes apenas por esse carácter único de aparente proximidade a aspectos do social que raramente emergem noutras fontes. São importantes, como procurámos demonstrar noutro lado, porque encerram informação relevante para avaliar o grau de conformidade aos preceitos morais por parte das populações. Com efeito, a grande maioria dos delitos que as visitas pastorais descrevem, pelo menos no período que aqui nos ocupamos, são relacionados com comportamentos sexuais ou morais. Tocam as regras de comportamento que supomos vigoraram no Antigo Regime. O estudo dos pecadores públicos, aqueles que escapam, pelas suas acções, a essas regras, permite problematizar o papel da moral sexual no funcionamento das sociedades desse tempo. Ora esse papel é muito importante dentro dos sistemas explicativos que se debruçam sobre a lógica demográfica e ecológica das nossas sociedades antigas.

São esses modelos que constituem o pano de fundo teórico que enquadra esta investigação. Para situar com precisão o nosso propósito evocaremos, brevemente, as principais linhas da lógica do sistema demográfico europeu e o modo como os aspectos que aqui estudamos se inserem nesse contexto.

Casamento tardio e homeostase

As populações europeias de Antigo Regime caracterizam-se por um modo particular de regulação da sua relação com o meio. Esse modo caracteriza-se por um papel central assumido pela nupcialidade. Esta reveste, na Europa, características especiais que não se encontram em outras regiões. Foi o demógrafo húngaro Hajnal que pela primeira vez chamou a atenção para este facto, num artigo fundador que desencadeou inúmeras investigações de carácter histórico[3]. Hajnal descobriu que dois aspectos ligados ao casamento distinguiam as populações europeias ocidentais de outras populações conhecidas: casava-se muito tarde e uma percentagem elevada de pessoas nunca casava. Noutras regiões do globo, e na própria Europa oriental, casava-se cedo e quase universalmente. A esta forma de casar, tardia e limitada, Hajnal chamou o "Padrão de Casamento Europeu".

Os dados primários utilizados por Hajnal consistiam na comparação de censos de população para épocas bastante próximas da actualidade. As investigações históricas confirmaram que o casamento tardio e a alta percentagem de celibato definitivo não eram características recentes mas antes um factor estrutural perceptível tanto quanto se conseguia recuar no tempo. Tratando-

---

[3] Hajnal, J., *Age at Marriage and Proportions Marrying*, "Population Studies", 7(2), 1953, p. 111-136 e, do mesmo autor, *European Marriage Patterns in Perspective*. In Glass, D.V.; Eversley, D.E.C. (eds), *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, Edward Armold, 1965, p. 101-143. Entre nós: Rowland, Robert, *Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada*, "Ler Historia", 3, 1984, p.13-32 e Mota, Guilhermina, *Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801*, "Revista Portuguesa de História", 24, 1990, p.1-66.

se de algo específico das populações europeias, o Padrão de Casamento Europeu foi associado a uma maior eficácia na gestão dos recursos por parte das populações desta zona do globo e seria, por isso, a raiz de uma vantagem civilizacional que a Europa capitalizaria em todas as áreas da sociedade.

Donde viria a vantagem dos padrões descobertos por Hajnal? Numa perspectiva ecológica, o modo como os europeus casavam permitia-lhes criar um sistema demográfico de baixa pressão, isto é, um sistema de reprodução em que a proporção entre recursos e a população é mantida acima do seu limiar de ruptura. Ao casar tarde, e em pequenas quantidades, os europeus limitam a fertilidade natural utilizando apenas uma parte dos indivíduos biologicamente aptos a terem filhos e, esses, durante apenas uma parte do seu período de capacidade reprodutiva. Desse modo a população está sempre a utilizar apenas uma parte do seu potencial de crescimento. A alta mortalidade de Antigo Regime é compensada por uma natalidade alta, em termos contemporâneos, mas que se situa muito abaixo do máximo teórico que os parâmetros biológicos permitiriam. Conforme as regiões assim varia a importância relativa da nupcialidade e da mortalidade na regulação do equilíbrio da população com o meio, dando origem a configurações preferencialmente reguladas por crises periódicas e outras de equilíbrios mais estáveis[4].

A estimativa da proporção de fertilidade natural desperdiçada por esta via pode variar de autor para autor, mas o objectivo do

---

[4] Para uma visão mais céptica: Macfarlane, Alan, *Demographic Structures and Cultural Regions in Europe*, "Cambridge Anthropology ", 6 (1-2), 1980, p.1-17.

sistema é consensual: mantém a população em ritmo de crescimento lento e permite uma recuperação rápida em caso de subidas bruscas da mortalidade, devidas às epidemias ou insuficiências conjunturais de recursos. Nessas circunstâncias, a população reage baixando a idade média de casamento e reduzindo a proporção de celibatários definitivos. Em consequência desta reacção, o número de nascimentos aumenta e a população recupera os seus quantitativos óptimos. Como os recursos disponíveis pouco variam numa civilização em que a evolução tecnológica é extremamente lenta, a população de antigo regime manteria por este processo um equilíbrio estável, apresentando taxas de crescimento muito baixas[5]. Este mecanismo sobrevive até ao século XVIII quando começará a entrar em ruptura basicamente devido ao decréscimo progressivo da mortalidade e, mais tarde, à generalização da contracepção. Esses dois momentos balizam a transição demográfica para o sistema actual de baixa mortalidade e baixa natalidade. O sistema de Antigo Regime, baseado no padrão de casamento europeu, tem uma natureza homeostática: tende pela sua lógica própria para um estado de equilíbrio e auto-recupera, quando é destabilizado por influência de factores exógenos.

---

[5] Bideau, Alain, *Autoregulating Mechanisms in Traditional Populations* In Keyfitz, Nathan (ed),*Population and Biology*, Liège, [1985], p. 117-131.

Casamento tardio e comportamento moral

Dentro da lógica descrita torna-se evidente que o casamento tardio e limitado só tem este efeito estrutural porque as pessoas se abstêm de ter filhos sem estarem casadas. A nupcialidade tardia e restrita só tem um efeito regulador enquanto a procriação se restringir ao casamento. É necessário por isso que exista um padrão de comportamento que restrinja a reprodução a um estado socialmente aceite que é o matrimónio. Como os dados disponíveis para o passado revelam que de facto só uma percentagem muito baixa de crianças nascia fora do casamento, somos levados a concluir que esse padrão de comportamento era uma realidade e que fazia parte integrante da lógica do sistema demográfico em geral. Assim poderíamos resumir com mais exactidão o chamado padrão de casamento europeu dizendo que os habitantes dessa zona do globo casavam tarde, casavam pouco e não tinham muitos filhos fora do casamento.

Como a restrição da reprodução à condição de casado faz parte integrante da lógica global do modelo, aumentos bruscos da proporção de crianças ditas ilegítimas estão em geral associadas a disfuncionamentos do sistema que normalmente ocorrem com a entrada num período de transição demográfica ou de instabilidade social. A cronologia global para o aumento da ilegitimidade, que se situa, *grosso modo*, a partir do meio do século XVIII, coincide com a do recuo da mortalidade. A contracepção, que irá reequilibrar o sistema, após a descida da mortalidade, contribui igualmente para o desaparecimento das elevadas taxas de ilegitimidade que, por toda a Europa, subiram na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX. A alta da

ilegitimidade das populações europeias, nesta perspectiva macroscópica, é, assim, um fenómeno ligado à transição demográfica.

Da lógica do sistema às estratégias dos indivíduos

Se a natureza do sistema é fácil de explicar nestes termos de macro-modelo, não é tão simples compreender como indivíduos concretos, em situações históricas determinadas, enquadram as suas acções nesta lógica sistémica de eficácia supostamente elevada. As pessoas, obviamente, não agem por terem a consciência de estarem a contribuir para a natureza homeostática do grande sistema demográfico. Na prática, as pessoas reagem a constrangimentos mais próximos e imediatos e procuram a satisfação de necessidades mais restritas e individuais. Quanto mais a explicação sistémica é perfeita e coerente, maior a necessidade de entender como a lógica macroscópica se manisfesta nas acções microscópicas dos indivíduos. Toda a explicação que se situe apenas num dos planos é sempre insuficiente[6].

Nesse contexto, o modo como as pessoas são levadas a atrasar o casamento mais de uma década após a maturidade biológica constitui uma questão central da compreensão do funcionamento

---

[6] Lesthaeghe, Ron, *On the social Control of Human Reproduction*, "Population Development Review", 6 (4-Dec.), 1980, p. 527-548, que neste campo, abre pistas fundamentais.

das sociedades de Antigo Regime. Em geral, evocam-se duas ordens de mecanismos que operam nesse sentido.

O primeiro é o modo como os recursos são transmitidos de geração em geração. Numa sociedade cujos recursos se mantêm estáveis e onde a população se encontra num equilíbrio instável com o meio, a formação de novas unidades reprodutivas, novas famílias, terá de estar intimamente ligada à libertação de recursos previamente ocupados por outras unidades semelhantes. Como a esfera tecnológica é incipiente e não permite modificar de forma significativa a quantidade de recursos que se extraem do meio, as novas famílias necessitam de receber recursos das famílias anteriormente estabelecidas. Cada sociedade concreta, ou cada comunidade, organizou o modo como esssa transmissão inter-geracional se faz. Cada indivíduo que se quer casar tem de garantir que pode suprir à subsistência do novo agregado. Para o fazer tem de jogar com as várias hipóteses disponíveis, mas está sempre, em maior ou menor grau, conforme as características da comunidade específica, dependente da geração anterior. Existindo muitos modos possíveis de regular essa transmissão, os sistemas que conhecemos são, obviamente, aqueles que têm uma eficácia auto-reprodutiva e graças a ela sobreviveram e deixaram traços[7].

---

[7] Existem vários estudos que demonstram que, quando o tipo de recursos disponíveis se altera radicalmente, multiplicando as oportunidades, o padrão de casamento europeu é seriamente afectado assim como o tipo de atitudes comportamentais a ele associadas. Ver: Friedl, John; Ellis, Walter S., *Celibacy, Late Marriage and Potential Mates in a Swiss Isolate*. In Kaplan, Bernice A. (ed), *Anthropological Studies of Human Fertility*; Detroit, Wayne State University Press, 1976, p. 23-35; Viazzo, Pier Paolo, *Tra antropologia e*

O papel da religião na manutenção do sistema demográfico

O segundo mecanismo que faz actuar a lógica global do sistema a nível individual seria o sistema das crenças. Estas sociedades produziriam um conjunto de valores de enquadramento de comportamentos que emprestam um carácter fortemente negativo às atitudes que seriam, do ponto de vista do sistema, perigosas. As crenças fornecem o enquadramento mental no seio do qual os actores percepcionam o sistema e nele se integram.

No que diz respeito às sociedades europeias de Antigo Regime, esse papel seria desempenhado pela Igreja, que seria responsável por criar e difundir uma ideologia comportamental apropriada ao funcionamento do sistema demográfico[8]. O seu papel nesta área tornou-se central e fundamental. Desde tomarem a seu cargo toda a organização do sistema de parentesco, passando pela construção teórica que suporta o conceito de casamento e todos o sub-conceitos relacionados até, nalguns países, exercerem efectivamente a fiscalização e punição da observância da população a estes preceitos — a Igreja está no centro do funcionamento do sistema de parentesco e, por isso, é parte integrante de qualquer explicação das questões que temos vindo a abordar[9].

---

demografia storica: illegittimità, struttura sociale e mutamento etnico in un villaggio delle Alpi italiane, "L'uomo" , 8, 1984, p. 163-196.

[8] Flandrin, Jean-Loui, *Un temps pour embrasser: aux origines de la morale sexuelle occidentale*. Paris, Éditions du Seuil, 1983.

[9] Para esta questão ver a obra polémica, mas fascinante, de Goody, Jack, *The development of the family and marriage in Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983. A tése de Goody centra-se no argumento de que a

Compreendendo o não-conformismo moral

O nosso tema entronca nesta problemática a um nível bem mais modesto. Trata-se de tentar examinar como funcionava de facto um dos mecanismos instituídos para vigiar o funcionamento das regras de comportamento emanadas da Igreja e subscritas, em larga medida pelo poder secular. Procuraremos aprofundar a informação que a justiça eclesiástica nos legou e esclarecer na medida do possível o contexto social em que se movem os vários actores envolvidos. Ao debruçarmo-nos sobre esta realidade estaremos inevitavelmente a tratar das questões de conformidade e desvio a uma norma. Tratando-se de regras de fundo religioso, solidárias com toda uma concepção de vida de origem cristã, o tipo de comportamentos que analisaremos levantam também a problemática da crença.

Este propósito pode ser ainda especificado. Uma das vias principais para a avaliação do grau de conformidade religiosa das populações de Antigo Regime tem sido o estudo da ilegitimidade. Este fenómeno, que já foi denominado de "não conformismo marital"[10], tem captado as atenções, porque é um comportamento que foge às normas religiosas facilmente detectável nos registos paroquiais e, dentro da lógica do sistema demográfico exposta acima, é um comportamento estratégico para entender como os

---

doutrina moral e jurídica da Igreja sobre a família decorria das suas necessidades de sobrevivência enquanto organização, enfraquecendo os laços familiares e centralizando fluxos de transferência de bens.

[10] Ver nota seguinte.

mecanismos de auto-regulação da população funcionavam nuns casos e não em outros.

Peter Laslett, numa síntese incluída num volume colectivo dedicado a esta problemática, colocou uma série de hipóteses que estão na origem próxima desta investigação. A hipótese de Laslett consistia em supôr a existência de um conjunto de pessoas, uma "sub-sociedade", que estaria particularmente ligado a comportamentos fora da norma. Chamou a este grupo de pessoas a "bastardy prone sub society"[11]. Em determinada sociedade existiria um grupo de pessoas, possivelmente correspondendo ao mesmo estrato social, que seria mais propensa a comportamentos não conformistas que outras. Laslett tentava definir com rigor o conceito, na esperança de criar um instrumento conceptual que permitisse pensar a contextualização dos comportamentos em análise. Num apêndice a esse artigo, Richard Smith sugeria que os conceitos de análise de redes oriundos da sociologia poderiam ser utilizados com proveito para o fim que Laslett ambicionava.

A existência ou não de um grupo social que concentra os comportamentos não-conformistas tem grande relevância para o modo como entendemos a sociedade passada. A existir esse tipo de grupo, então os índices comportamentais que obtemos, a nível

---

[11] Laslett, P.; Oosterveen, K.; Smith, R.M. (eds), *Bastardy and its Comparative History. Studies in the History of Illegitimacy and Marital Nonconformism in Britain, France, Germany, Sweden, North America, Jamaica and Japan*, London, Edward Arnold, 1980. Dentro desta obra destacamos, no contexto da problemática que estamos a discutir: Laslett, Peter, *The Bastardy prone sub-society*, p. 217-246, que inclui um apêndice de Richard Smith que teve um papel fundador na nossa perspectiva: Smith, Richard, *A note on Network analysis in relation to the bastardy prone sub-society* , p.240-246.

da ilegitimidade, sobretudo, seriam fruto do comportamento de determinadas franjas sociais. Poderíamos então considerar que as sociedades passadas eram moldadas por um conjunto de regras cumpridas pela maioria das pessoas e ocasionalmente ignoradas por indíviduos com posições específicas no tecido social. Mas se não existe um tal grupo, ou grupos sociais, então os comportamentos não-conformistas seriam difundidos uniformemente e tenderíamos antes a imaginar um sistema em que o não conformismo está sempre presente em menor ou maior grau.

Colocando uma questão complicada em termos quase banais: serão os pecadores públicos pessoas com características específicas que as distinguem do resto da população, ou todo o tipo de pessoas, ocasionalmente, cai em pecado?

A alternativa tem implicações também no modo como se explicam os aspectos comportamentais da transição demográfica. Quando o sistema demográfico evoluiu para a fase de transição, os índices de ilegitimidade subiram em flecha. Será esta subida fruto de uma revolução mental? Deixaram as pessoas de acreditar nas regras que moldavam a sua conduta, influenciadas por uma revolução ideológica e científica, por mutações políticas e sociais?[12] Ou simplesmente os grupos sociais que concentravam em si a maior parte dos comportamentos desviantes tornaram-se progressivamente dominantes, tornando os efeitos das suas acções mais visívéis?

---

[12] Para esta perspectiva ver Shorter, Edward, *Naissance de la famille moderne: XVIII-XXe siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1977. Ed. original: *The making of the modern family*. New York, Basic Books, 1975.

Estas questões estiveram presentes ao tentarmos definir em termos sociais os pecadores públicos. As nossas conclusões, como veremos, afastam-se da alternativa tal como a acabámos de pôr. O que nos parece, no termo da investigação, é que fenómenos como a ilegitimidade são a emergência de situações muito diversas e complexas. Algumas dessas situações seriam relativamente comuns, outras seriam mais raras. Mas não há nenhum grupo social que monopolize os comportamentos desviantes.

Contudo há uma segunda conclusão muito importante e indissociável desta: cada grupo social tem um tipo de não conformismo particular e característico. Os pecados cometidos a vários níveis da escala social, se bem que formalmente sejam sempre os mesmos, assumem características diferentes quando contextualizados e reconstituído o enquadramento social e a história de vida das pessoas implicadas. A forma como se peca está fortemente marcada pelo estatuto social, especialmente em delitos ligados à esfera social e familiar.

Os dois planos estão interligados: o pecado não está circunscrito socialmente porque tende a juntar pessoas socialmente afastadas. Se a "normalidade" separa, a ilegalidade junta. De facto o conceito operante aqui é o de "estratégia", que podemos usar com proveito na análise dos pecadores. Há uma lógica que leva ao pecado, fruto das estratégias dos vários actores envolvidos e que, como é evidente, está fortemente condicionada pela estrutura social. Assim, o modo como se estruturam as relações sociais desiguais permite-nos compreender a lógica do pecado, como seria de esperar. Mas o inverso também é

verdadeiro: o pecado permite-nos compreender melhor como funciona a estrutura social.

METODOLOGIA GERAL

As fontes e o seu tratamento

Os aspectos mais formais e técnicos da metodologia utilizada serão detalhados em capítulo próprio. Aqui pretendemos dar uma ideia geral do processo utilizado para a análise do comportamento dos pecadores públicos.

O conteúdo das fontes utilizadas foi transcrito com um processador de texto utilizando uma notação especial, criando ficheiros que posteriormente alimentaram uma base de dados. Não se tratou, como é obvio, de uma transcrição paleográfica, mas, uma reprodução da informação nominal num formato próximo da fonte, de tal sorte que se pudesse, em qualquer momento, visualizar em computador o documento numa forma não muito distante, do original. O capítulo final sobre as metodologias utilizadas e os apêndices incluem vários exemplos.

A distância entre a forma transcrita e a original variou com a natureza dos documentos e sobretudo com o papel maior ou menor que a informação nominal tinha nos actos respectivos. Assim, os registos paroquiais são transcritos de forma quase literal. Mantivemos sempre que possível, porque era um requisito prévio da investigação, toda a informação nominal que pudemos compulsar nas fontes que foram tratadas. Limitações técnicas

obrigaram-nos contudo a restringir o número total de referências nominais na base principal, tendo sido necessário manter em ficheiros separados determinadas fontes, como os processos de ordenação, as escrituras notariais, actas camarárias, as listas de irmãos da Misericórdia, sendo estes subconjuntos pesquisados separadamente sempre que necessário. A base de dados principal, que é descrita na terceira parte, incluía os registos paroquiais e as devassas e concentrou a maior parte da informação nominal de modo interligado.

Um conjunto importante de informação que ficou igualmente fora da base principal foi a informação nominal contida em tombos. Essa informação foi apenas utilizada pontualmente, quando, por alguma razão, a nossa atenção se fixava numa propriedade específica referida num tombo ou numa escritura notarial. O sistema informático não tem a capacidade de nos fornecer, para uma pessoa dada, a lista das pessoas cujas propriedades confinavam com as suas.

A razão da não utilização sistemática da informação contida nas confrontações prendeu-se com imperativos sobretudo técnicos, aliados à constatação de que essa informação tem pouca utilidade sem uma identificação dos bens imóveis, isto é, a capacidade de se identificar a mesma propriedade em documentos diferentes. Embora isso não seja impossível, não tratámos esse aspecto neste trabalho. Pensamos, contudo, que a abordagem utilizada abre a possibilidade de estender o âmbito de cobertura da informação a outras entidades além das pessoas, os seus atributos e as suas relações.

O maior parte da informação introduzida, do ponto de vista do conteúdo nominal, provém dos registos paroquiais. Foram introduzidos 3390 baptismos, 876 casamentos e 2754 óbitos, correspondendo ao período de 1680-1720. A quantidade de referências pessoais extraída destes actos constitui a maioria das 33.000 ocorrências de pessoas incluídas na base de dados.

Obviamente que o número real de pessoas a que essas referências dizem respeito é muito inferior, uma vez que a mesma pessoa aparece referida em várias fontes. É difícil calcular quantas pessoas diferentes realmente existiram em determinado período de tempo. Como Soure teria à volta de 3500 habitantes e nasciam 100 crianças em média por ano podemos supor que ao fim de 50 anos deveriam ter vivido em Soure cerca de 8500 pessoas diferentes, mesmo se algumas delas por um período de tempo muito curto. Obviamente trata-se de um cálculo aproximado e indicativo. Como estivemos longe de esgotar toda a informação nominal das várias fontes, a base de dados poderia ter crescido bastante sem que o número de pessoas que realmente existiram naquele tempo fosse diferente.

Dado que o nosso objectivo se prendia com a reconstituição das relações sociais da forma mais aproximada possível, os actos transcritos incluem a informação sobre padrinhos, madrinhas, testemunhas em casamentos e outra informação relacional que pudesse estar presente, como relações sócio-profissionais entre intervenientes. Registámos igualmente o nome dos celebrantes de todos os actos. Nos baptismos transcreveu-se quem baptizava as crianças em casa, em caso de necessidade, quando isso era relatado. Ao tratar as devassas, procurámos registar toda a

informação relacional pertinente para além dos atributos pessoais dos indivíduos referidos. Assim, ficaram transcritos de forma utilizável pelos programas informáticos factos como quem é vizinho de quem, ou quem foi à romaria com quem.

Este princípio foi aplicado em outras fontes avulsas. Dos processos de ordenação utilizámos sobretudo a informação genealógica, que se estende desde o século XVI ao século XIX. Os documentos da Misericórdia forneceram-nos as listas de irmãos e dos ocupantes dos cargos. Outros aspectos desse fundo, nomeadamente de carácter económico, foram processados de modo mais tradicional. Nas escrituras notariais registámos o nome dos outorgantes juntamente com um pequeno resumo da escritura. Quando a análise de um caso concreto o sugeria, espoliámos a informação do acto mais atentamente. Muitas fontes foram registadas deste modo, com um pequeno resumo do conteúdo e informação nominal dos participantes. É o caso dos acórdãos da câmara, alguns, aliás, produzindo grandes listas nominais, das chancelarias, dotação de órfãs da misericórdia e documentação avulsa vária. Estes núcleos, pelas razões já apontadas, foram mantidos em bases separadas do núcleo central.

A reconstituição das redes de relações interpessoais

As 33.000 referências a pessoas registadas não incluem apenas a informação individual sob a forma de atributos como o nome, a residência e o estado civil. Continham também informação do tipo relacional e funcional. Por informação relacional entendemos relações directas e explicitadas entre as pessoas. Ao todo temos

registadas 23000 relações, a esmagadora maioria das quais são relações de parentesco oriundas da informação dos registos paroquiais. A estas somam-se relações recolhidas nas devassas e outras fontes, como 77 relações profissionais, 401 de sociabilidade (ir à romaria com, ou representar alguém num acto), 30 de vizinhança, quando explicitamente declarada e 600 relações do tipo especial "devassa" que dizem respeito a relações de acusação ou cumplicidade em delitos.

A estas 23000 relações pessoais directas somam-se 33000 relações funcionais que ligam as ocorrências de cada pessoa a um determinado acto, com uma função determinada[13]. Por exemplo, temos registado que 3390 pessoas foram padrinhos em baptismos e que 2795 foram testemunhas em casamentos. Chamamos a isto relações funcionais que ligam pessoas a actos. O cerne da metodologia utilizada consistiu em aproveitar esta informação para reconstituir a teia das relações sociais. O método é baseado no pressuposto, que pensamos demonstrar ao longo do trabalho, que este tipo de ligações é extremamente significativo.

Decorre de tudo isto que o número de relações entre pessoas que ficamos em estado de utilizar é muito grande. Se estimarmos que cada participação de um padrinho num baptismo gera relações com os pais das crianças e com a própria criança, ou seja, três laços relacionais, então 3390 baptismos representam 9000 relações para os padrinhos e outras tantas para as madrinhas. Se admitirmos, pelo mesmo processo, que as testemunhas do casamento estão relacionadas com os noivos e respectivas

---

[13] Uma explicação mais detalhada deste conceito é dada na terceira parte.

famílias, e cada casamento tem em média três testemunhas, então é fácil concluir que esse tipo de actos vai gerar mais uns milhares de relações.

Este tipo de relacionamento que decorre da participação simultânea das pessoas em actos é fornecido pelo computador à medida que é necessário. Não é explicitamente registado na base de dados. Podemos em qualquer momento perguntar quais são as pessoas que se relacionam com alguém e os vários actos em que essa pessoa participa são analisados e, usando regras muito simples, o computador fornece a lista das pessoas com que alguém teve uma relação social documentada. Obviamente compete ao historiador aferir se a relação é significativa ou não, o que depende de muitos factores, como veremos.

Cruzamento de fontes

O cruzamento de fontes, traduzido pela consolidação das referências dispersas a uma mesma pessoa, é um momento crucial deste processo. Foi utilizado um programa informático especialmente desenvolvido, cujo modo de funcionamento e formalismos de base são explicados na parte referente à metodologia. É importante deixar claro que, apesar da identificação automática de pessoas ter sido absolutamente essencial a este trabalho, não foi utilizada nenhuma biografia automaticamente reconstruída sem que fosse cuidadosamente analisada e verificada a identificação feita pelo computador. Aliás, esse passo de validação era de tal maneira essencial que os programas foram construídos com diversos mecanismos que facilitavam a aferição da qualidade dos resultados e a correcção

em qualquer momento de qualquer decisão de identificação tomada. De todos estes aspectos daremos conta em secção própria.

A análise dos dados é desencadeada pela lista dos casos em visita. Para cada acusado ou testemunha tentou-se reconstituir a biografia individual e a da sua respectiva família. A partir desse núcleo de informação inicial foram-se investigando as histórias de vida de várias pessoas relacionadas. O sucesso desta operação variava conforme a informação disponível e as características das pessoas envolvidas. Por vezes foi possível concentrar uma grande quantidade de informação, sob a forma de várias biografias interligadas a partir de um caso de visita. Outras vezes a reconstituição não ia muito longe. A impossibilidade de reconstituir a biografia de certas pessoas deve-se a factores de ordem diversa. O factor importante aqui é a capacidade descriminatória da informação disponível, que depende directamente das características da população.

Devido à importância que os registos paroquiais têm na base de dados, foi sempre mais fácil identificar uma referência a um casal do que a uma pessoa isolada. Isso tem algumas consequências parodoxais. É muito mais fácil identificar uma testemunha feminina numa devassa do que uma testemunha masculina. As mulheres são sempre registadas com o nome do marido, ou, se forem solteiras, com o nome do pai, o que nos dá a possibilidade de resolver muitas ambiguidades que possam decorrer de existirem homonomias. Pelo contrário, os homens são identificados pela residência, a profissão, por vezes o estado civil e a idade. A profissão está normalmente ausente dos registos paroquais, enquanto que é utilizada sistematicamente pelos

visitadores para distinguirem homonomias — o que muitas vezes impossibilita o cruzamento com os registos paroquiais. A idade, muitas vezes, permite-nos decidir entre dois candidatos a identificação. Mas em conjunto a eficácia com que conseguimos situar as testemunhas masculinas na população é inferior à que conseguimos para as testemunhas femininas. Mas todas estas considerações são subsidiárias a factores aleatórios, como o nível de homonomia num dado lugar. Por vezes um nome extremamente comum a nível da paróquia era, num dado período, perfeitamente determinístico numa das aldeias. A extensão da identificação está por isso grandemente influenciada por questões que, do ponto de vista do historiador, são fruto do acaso.

Como dissemos, a identificação de casais é relativamente simples e foram poucos os casos em que se revelou impossível destrinçar duas famílias. Contudo a nossa metodologia obrigava a identificar muitas ocorrências de pessoas que não apareciam no contexto de um casal. Foi o caso de padrinhos e testemunhas de casamento. Já as madrinhas aparecem sempre referidas ao pai ou ao marido e quando isso não acontece trata-se sempre de mulheres viúvas ou celibatárias definitivas que não são difíceis de identificar. Mas os actores masculinos aparecem com frequência isolados, ou referidos juntamente com filhos e filhas que são padrinhos e madrinhas. Essa identificação é muito mais difícil quando sabemos que temos vários indivíduos com o mesmo nome. Assim muitos padrinhos e testemunhas de casamento não puderam ser considerados.

Sempre que era importante levar a identificação o mais longe possível examinavam-se todos os candidatos homónimos e a rede

das suas relações. Isso permitiu em muitos casos levar a identificação além daquilo que o sistema automático conseguia. Quando entramos progressivamente na biografia de um certo número de pessoas e nos apercebemos que estão ligadas por relações de vários tipos, é possível concluir que determinados indivíduos são os mesmos, não só pelos seus atributos pessoais, mas pelo lugar que estão a ocupar no micro-sistema de trocas sociais. Assim, conseguimos distinguir que determinado padrinho será seguramente o irmão da mãe da criança e não outra pessoa que tem o mesmo nome. Muitas vezes as testemunhas de casamento são padrinhos dos primeiros filhos. E, como veremos, existem padrões de comportamento relacional, como, por exemplo, o facto de as raparigas em idade de casar serem madrinhas mais que uma vez no período que antecede o casamento, que nos permitem resolver uma ambiguidade do ponto de vista do nome. Noutros casos, ainda, a base de dados continha informação que os programas de cruzamento automático não utilizavam e que permitiam uma ligação manual mais completa. Recordamos ter resolvido uma ambiguidade manualmente, porque tínhamos a informação, numa devassa, que determinada mulher era comadre doutra. O sistema automático não tem a capacidade de lidar de algum modo útil com relações como "comadre".

Critérios de reconstituição

Nesta interacão complicada de processos automatizados baseados em cálculos de probabilidades e de análise mais fina de

casos duvidosos, foi sempre central manter um nível de segurança muito elevado, e fizeram-se os possíveis para que as reconstituições estivessem livres de qualquer erro. Nos casos em que sentimos que estávamos a correr alguns riscos, assumindo ligações que poderiam ser menos seguras, explicitamos a opção no texto, justificando.

Estas opções decorrem das características próprias da informação tratada e da utilização que se faz dela. Neste tipo de trabalho, em que as atitudes são reconstruídas com base numa filigrana de acções, em que os tempos, os contactos e as redes são usadas como factor explicativo de primeira ordem, os erros de identificação são extremamente perigosos. Isso justifica que faltem, nesta investigação, grandes contagens que implicariam identificar e reconstituir o comportamento relacional de todas as pessoas envolvidas e a argumentação se baseie sobretudo em casos reconstituídos com o máximo de profundidade e com toda a segurança possível[14].

---

[14] Na prática, reconstituir com segurança a biografia de uma pessoa implica reconstituir a biografias de um conjunto de pessoas que com ela estão relacionadas directamente ou que têm em comum suficientes atributos para termos que separar claramente várias biografias. O sistema informático, para cada reconstituição automática, fornece sempre a lista de pessoas que foram consideradas como eventualmente sendo a mesma que se identificou, a que chamamos "pessoas semelhantes". Assim tínhamos sempre um conjunto de pessoas que tinhamos que rever e validar ao mesmo tempo que aquela que nos interessava directamente, conjunto esse que por vezes se alargava a todas as pessoas com um mesmo nome. À medida que o processo foi avançando, cada vez mais pessoas estavam validadas e a verificação de novos indivíduos tornava-se cada vez mais fácil.

Por este processo foi possível reconstituir as teias das relações sociais à volta dos culpados e testemunhas em visita. A eles juntamos aqueles que aparentemente escaparam às malhas da justiça, nunca tendo sido denunciados, mas que sabemos, por outra informação, que tiveram comportamentos menos conformistas. A maioria destes últimos casos diz respeito a pais de crianças ilegítimas não denunciadas e a casais em que a primeira criança foi concebida antes do casamento.

Os resultados da reconstituição relacional foi depois interpretado tendo como pano de fundo a comunidade em questão. Procurámos ter uma ideia do modo como se organizava a vida naquele espaço, nos seus aspectos económicos, institucionais e simbólicos.

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A dupla vertente do trabalho envolve saberes e considerações suficientemente diversas para justificar uma separação das páginas que se seguem em duas partes praticamente estanques: a parte substantiva, que apresenta os resultados da investigação histórica e a parte metodológica, que explica detalhadamente como a informação foi recolhida e tratada.

Um trabalho deste tipo, que é sobretudo de contextualização microscópica de comportamentos, enfrenta sempre uma dificuldade essencial, que é a da articulação explicativa do "caso" e do "contexto". As pessoas cujas vidas nos vão ocupar habitavam uma "comunidade" complexa, estruturada por uma míriade de constrangimentos, regras, costumes e concepções. Sem esse pano

de fundo é impossível entender os actos individuais e é nessa constatação que se fundou o nosso objectivo central.

Mas, por outro lado, uma "comunidade" não é algo que se explique em abstracto. No seio da realidade contínua e multi-facetada o que é ou não é pertinente está intimamente ligado àquilo que pretendemos explicar. Cedo nos apercebemos que a quantidade de informação que era necessário transmitir para fazer justiça à complexidade da vida de Soure nesta época remeteria a entrada do assunto principal para uma altura em que mesmo o leitor mais atento já teria esquecido o tema em causa. Assim, recorremos a um artifício: iniciaremos com uma descrição geral do espaço e das principais estruturas que organizam a vida social, fornecendo os elementos que julgamos necessários para contextualizar os comportamentos que de seguida analisamos. Na segunda parte, apresentaremos o material que mais detalhadamente suporta a descrição genérica inicial. O leitor poderá, assim, recorrer à segunda parte para melhor esclarecer o contexto. Sempre que, durante o tratamento dos vários casos, ao considerar que um aprofundamento contextual poderia ser útil, remetemos para o ponto repectivo da segunda parte.

A última parte do trabalho descreve a metodologia utilizada para o tratamento informático dos dados. Algumas secções assumem um carácter um pouco técnico, que tentámos amenizar o mais possível, reconhecendo, contudo, as limitações inerentes ao propósito.

SOURE, UMA PARÓQUIA DE ANTIGO REGIME[15]

Soure é uma paróquia situada a Sul de Coimbra e cujo território faz parte da bacia hidrográfica do Baixo Mondego[16]. Com cerca de 90 Km2 de área e uma população que em 1720 rondaria os 3500 habitantes maiores de sete anos, possui dimensões pouco comuns dentro da diocese de Coimbra.

O espaço é estruturado por dois rios: o Anços, a este, e o Arunca, a oeste, correndo paralelos à linha de costa, em direcção ao Mondego a norte. Nas proximidades da aldeia do Paleão, o Anços flecte 90° em direcção ao mar juntando-se rapidamente ao

---

[15] Neste capítulo fornecemos uma síntese geral e breve dos aspectos tratados mais detalhada e fundamentadamente na segunda parte. O aparato crítico limita-se por isso a pequenas esclarecimentos ao texto.

[16] Um tratamento mais detalhado da forma de organização do espaço é feito na parte dois. O mapa da figura 2 fornece uma visão geral do território que pode ser útil durante a leitura deste capítulo.

Arunca. Juntos continuam para Norte desaguando no Mondego, próximo de Alfarelos, desenhando, neste precurso, um "h" minúsculo de haste alongada. Não chega o território da paróquia até ao Mondego, detendo-se imediatamente antes de Vila Nova de Anços[17].

A vila situa-se numa pequena elevação na confluência do Anços e do Arunca. A paisagem circundante é de relevos suaves, raramente atingindo as cotas de 100 metros. Para o Arunca e Anços confluem uma série de ribeiras que abrem vales largos, que se escavaram facilmente nos terrenos moles, de arenitos e grés, do que outrora foi leito de mar.

Os vales, mesmos os das ribeiras, são muitos abertos, com vertentes suaves. Os depósitos de aluvião criam planícies de grande fertilidade, embora sujeitas a inundações frequentes.

Aqui encontramos a distinção típica do vale baixo do Mondego, entre terras de "campo" e de "monte". O "campo", constituído pela planície de aluvião, é terra fertilíssima normalmente dedicada aos cereais. Nas colinas, a terra é fácil de trabalhar mas, pela natureza da rocha subjacente, não retém a água. Cultiva-se aí a vinha e a oliveira e, mais acima, encontramos as charnecas de matos e os pinhais[18].

---

[17] A auto-estrada A1 atravessa os vales do Anços e Arunca em dois viadutos aos quilómetros 160 e 166. Olhando para Norte (lado esquerdo quando se circula na direcção Lisboa-Porto) pode-se apreender com clareza a natureza e dimensões das planícies de aluvião dos dois rios. Também a linha de ferroviária do Norte atravessa este território correndo ao longo do Arunca em todo o seu vale, que progressivamente vai estreitando a Sul.

[18] Uma visualização da cobertura vegetal que distingue claramente o aluvião da terras de monte é fornecido pela imagem de satélite da figura 4.

As colinas e as planícies aluviais formam um conjunto coerente, especialmente adaptado a ser explorado em forma de casais. As povoações colocam-se num nível intermédio, com os matos e pinhais por cima e com os terrenos cultivados a descer em direcção às planícies que se alargam. Este duplo acesso aos matos e às terras de aluvião corresponderia a uma forma óptima de organizar a exploração agrícola, porque permite um equilíbrio entre as terras de seara, hortas, pastos e os matos e pinhais necessários às camas do gado e à recolha de lenha.

O povoamento, extremamente disperso, assume a forma de casais construídos nessa meia altura ideal, alinhando-se por vezes pelas curvas de nível, como na margem esquerda do Arunca, por volta da cota de 30 metros, pouco acima da zona normalmente inundável da bacia do Mondego. As povoações espraiam-se em pequenos conjuntos de casas e é difícil determinar onde acaba um lugar e começa outro, problema que os próprios contemporâneos sentiam.

A toponímia reflecte de facto uma extrema variedade de nomes de lugares habitados, com quase cinco centenas de formas só para a paróquia, mais de metade das quais do tipo "Casal de" ou "Casais de".

O que na Época Moderna é um topónimo que corresponde a uma série de habitações, seria, originalmente, uma unidade complexa de exploração da terra e de arrecadação de rendas. No início da ocupação medieval do território, os actuais topónimos de casais deveriam corresponder de perto a unidades de exploração, juntando uma série de famílias no usufruto de um território

composto por terras de vários tipos, mas contíguas ou muito próximas.

Os casais coexistem com terras de maior extensão, normalmente na planície, algumas das quais funcionam como granjas ou herdades, com casa de habitação e capela e que a toponímia local designa por "Quintas". Estas quintas estão ligadas às famílias mais importantes de Soure, aquelas que ocupam os principais cargos locais e pertencem, muitas vezes, à fidalguia. São famílias com dupla residência: casa na vila e quinta no campo. Sobrevivem ainda hoje as principais quintas que encontramos no século XVII e XVIII, em alguns casos ainda nas mãos dos descendentes directos das famílias de outrora. A tendência à ocupação por granjas com habitação e capela é muito antiga.

A paisagem alterou-se significativamente durante os tempos históricos devido ao assoreamento dos vales baixos. Os indícios são visíveis hoje, nas ruínas das antigas pontes que deixam supor que os rios correriam bem mais fundo do que agora. Os documentos históricos atestam uma luta contínua contra as inundações e as dificuldades de manter as pontes e os caminhos face às águas. A vila ficava por vezes isolada das terras a Sul e a Oeste, quando as águas dos rios submergiam as pontes.

As inundações, mau grado os estragos que provocam, trazem também o aluvião e o depósito de nutrientes que tornavam fertilíssimas as terras do campo. Os tombos assinalam nos vales do Anços e do Arunca terras que "se lavram de uma só folha", fertilizadas pelas cheias.

Este território foi doado à Ordem do Templo em 1128 por D. Teresa e um ano depois de novo por D.Afonso Henriques. O castelo de Soure fazia parte da linha avançada de defesa de Coimbra e o primeiro povoamento, consagrado por foral em 1111, não resistiu às investidas almorávidas. A doação à Ordem do Templo, que abarcava todas as terras entre Leiria e Coimbra, procurava assegurar a fixação de um território estratégico. Na vila e nas quintas ao seu redor descobrem-se, ainda hoje, traços das primeiras décadas do século XII tornando a zona uma referência importante do românico condal. Soure será a primeira comenda dos Templários em Portugal.

Quando nascem aqueles cujas acções constituem o objecto deste trabalho, já tinham passado mais de cinco séculos desde os tempos épicos da reconquista do território. Mas os traços criados por esse primitivo estatuto de fronteira erão omnipresentes. Da doação original aos templários decorreu a forma como as relações da população com o território se estruturaram até ao século XIX.

Os Templários receberam direitos jurisdicionais e fiscais que completaram com aquisição de terras. Além de comprarem o que era possível, quando era possível, efectuaram trocas com outras instituições presentes nos tempos da primitiva ocupação, como o Mosteiro de Santa Cruz. Acumularam, por essa via, herdades, prédios urbanos, moinhos, hortas, olivais e pomares. Uma parte significativa da melhor terra ficou nas suas mãos, de onde não tornou a sair, passando os séculos imune à fragmentação natural da propriedade retalhada pelo suceder das gerações. Quando os

Templários são extintos, este património passa inalterado para a Ordem de Cristo.

A natureza deste território é de molde a facilitar uma ocupação densa e isso significou riqueza. Se o melhor da planície dos rios está ocupada, as mais importantes ribeiras fornecem terra do mesmo tipo, se bem que em menor extensão. Quando esta tem dono, existem as ribeiras e vales mais pequenos. A natureza da rocha e o tipo de erosão que provoca, cria um fractal de nichos sucessivamente mais pequenos mas sempre da mesma forma. A população cresce e com ela as rendas. A Ordem de Cristo arrecadava dois terços das dízimas e um mosaico complexo de taxas, desde o oitavo da jugada até um segundo dízimo dos moinhos e lagares, passando por açougagens, primícias, maquias, portagens, tudo a juntar às rendas e foros enfitêuticos de muitos hectares de terras.

Tudo isto vem, remotamente, da antiga fronteira. Mas será em nome da nova fronteira que o século XVI trará uma inflexão importante. As urgências do reino são outras. A necessidade crónica de dinheiro dos monarcas para sustentar um aparelho estatal cada vez mais complexo e geograficamente mais diversificado, causa uma pressão a que o vasto património das ordens militares não poderia resistir durante muito tempo. Estes vastos bens doados em nome da construção do país eram o recurso natural para sustentar a sua sobrevivência numa nova fase da expansão territorial, agora além-mar. E tão vastos recursos em mãos outras que as do monarca não eram senão potenciais centros de formalização de contra-poderes. A identificação da pessoa do rei com os mestres das três ordens, em 1551, formaliza o que desde

D. Manuel se tinha tornado a saída natural para esses dois problemas.

Este acontecimento de alta política e diplomacia, consumado na distante corte pontifícia, vai marcar com traços profundos Soure. Sendo uma rica comenda Mestral, agora na dependência directa do rei, com poucas obrigações ou direitos particulares consolidados, era fundo generoso para mercês. Fundo que o rei irá usar largamente. Da original comenda mestral, que agregava todos os réditos de Soure, vão ser criadas sucessivamente novas comendas, por transferência de direitos e propriedades. Assim, S. Pedro das Várzeas parece surgir para D. João III se poder livrar de 130.000 réis de tenças que auferia determinado nobre. As rendas dos lagares servirão para ajudar a dotar o título de Conde de Soure com que D. João IV recompensa o conjurado D.João da Costa. A lógica da mercê, as longas negociações na corte, criam misturas arbitrárias de direitos e terras, agregados definidos em cima da mesa até perfazerem o montante que ambas as partes aceitarão. Nas planícies e nas colinas de Soure enterram-se marcos novos, levantam-se tombos, aparecem novos rendeiros. O espaço segmenta-se, a vida torna-se progressivamente mais complexa. Os comendadores não se entendem. No século XVIII, os camponeses, obrigados a fazer reconhecimentos sucessivos de senhorios, pedem que fique escrito que aceitam qualquer comenda como senhor, desde que seja só uma.

Este mecanismo cria um primeiro nível de apropriação dos recursos e com ele um grupo social que paira acima do território sem nunca assentar devidamente. Os comendadores não residem, o conde não tem paço local. Os Condes de Soure, os Marqueses de

Alegrete, os Condes de Unhão e mais tarde os Condes da Ega, que partilham as antigas rendas e bens templários, são senhores de muitas outras comendas e doações. Aceitam, esporadicamente, serem padrinhos do filho de um rendeiro local, fazendo-se representar por procurador. Normalmente os genealogistas, quando enumeram os títulos destas casas, chegam ao "et caetera" antes de chegarem a "Soure".

Esta distância, fruto das características sociais do grupo e o processo tardio da sua associação ao território, deixa amplo espaço a uma elite local, que muito provavelmente ganhou mais do que perdeu com a fragmentação do grande saco mestral. Distribuída pelas quintas à volta da vila, que irá dotar de residências e capelas de qualidade, compete também ela, em menor grau, pela mercê régia, como se vê pelo título de fidalgo da Casa Real que ocasionalmente conseguem. Alguns funcionam como sócios dos rendeiros principais dos comendadores e fazem a ligação para um nível mais abaixo, dos lavradores locais que vão de facto às eiras e lagares buscar com que encher os celeiros comendatários. Tentam acumular propriedade mas a fragmentação da posse fora dos territórios da Ordem dificulta o processo. É preciso paciência e várias gerações.

Os vínculos multiplicam-se extraordinariamente para contrariar a divisão, mesmo em pessoas de poucas posses, como lavradores. O problema atinge tais proporções que as próprias quintas, símbolo ostentatório de condição acima do comum, se constroem em terrenos aforados em vidas, por vezes a vários senhorios confinantes, a quem se pagam foros e se pede renovação cada duas gerações.

Os mais destacados membros desta nobreza local, como os Menezes ou os Melos e Ataíde da Capa Rota, dividindo o seu tempo entre Soure, Lisboa e outras propriedades, não se misturam nos negócios da vila, exceptuando o governo da Misericórdia. Os cargos que exercem são de outro nível e fora do território, como Agostinho de Ataíde, tesoureiro-mor da Sé de Coimbra, ou Francisco Pereira Coutinho, chantre da colegiada de Guimarães. As suas alianças matrimoniais têm necessariamente que extravasar o espaço restrito de Soure para se manterem acima da rede que se vai tecendo entre vereadores, juízes e capitães de ordenança. Marcam essa diferença de outras maneiras, como pedindo privilégio real de dispensa de cargos camarários ou, inversamente, incorporando na família cargos como o de Capitão--Mor.

Mas o segundo nível de apropriação de recursos implica participar no dia a dia da gestão do território. Os ofícios patrimoniais, como juízes dos órfãos e notários, são fonte importante de rendimentos. Circulam de geração em geração, por vezes no dote de noivas, passando de pais para filhos e de sogros para genros. A presença da Ordem de Cristo cria um conjunto de cargos próprios: almoxarifes, juízes dos direitos reais, contadores e medidores, que por sua vez necessitam de escrivães e serventes. As duas companhias de ordenanças de Soure fornecem saídas adicionais, com a particularidade de serem cargos de eleição local. Parentes colocados à frente de paróquias ou colegiadas onde detêm direito de apresentação de cargos eclesiásticos tornam o sacerdócio uma escolha segura em determinadas famílias. Ao ponto de vermos detentores de cargos locais chegarem à velhice e

tomarem ordens para poderem usufruir de um benefício como pensão.

Acede-se a alguns dos ofícios locais através de mercê régia em que pesa o exercício anterior na família, ou a renúncia explícita do anterior detentor. Outros são decididos por eleição local. Outros, ainda, são património passado de geração em geração. Existe uma circularidade essencial no processo de apropriação de bens. Herdam-se ofícios, justificam-se mercês pelo serviço dos antepassados e, nas eleições, evocam-se os parentes que anteriormente detiveram o cargo. Assim, só entra na rede quem já lá está. Apercebemo-nos de inevitáveis conflitos ocasionais, mas a imagem mais forte é de um novelo denso em que as alianças pelo parentesco se completam pelas teias do compradio. É o modo de apropriação dos recursos e da sua transmissão que cria a fronteira social que isola este grupo e produz as representações mentais que a formalizam.

O exercício de determinado cargo local não vale só pelos rendimentos em contante que dele se auferem, quando se auferem, ou pelos privilégios e isenções que lhe estão associados, mas também pelo capital de serviços e "merecimento" que criam, abrindo o acesso a compensações mais materiais. Esse capital simbólico, uma espécie de curriculum familiar e pessoal, tende a materializar-se em formas palpáveis como as quintas, a pertença à Misericórdia ou à Ordem Terceira. O valor do cargo tem assim de ser entendido no seu duplo aspecto material e imaterial. Quando se está fora da rede e se sequer entrar, aumenta o valor simbólico dos cargos, ofícios, ou qualquer mecanismo integrador como a Misericórdia ou o casamento, subindo em proporção dotes,

esmolas e zelo. Quanto se está acima deste mundo e se pertence a outras redes em que os recursos em jogo são muito maiores, então o valor simbólico do cargo local é negativo, porque exercê-lo enfraquece a pertença ao circuito de maior valor. Pode-se fazer a arqueologia destas estratégias quase somente a partir dos registos paroquiais cruzados com listas de cargos locais e de irmãos da misericórdia.

A terra é, apesar de todos este processos, o recurso central. Os donos das quintas e os detentores dos cargos do termo compram terras que dão em aforamento ou arrendam. Encontramos lavradores visivelmente endinheirados, que dotam os filhos para ordens sacras, vinculam propriedades, e, por vezes, conseguem casar as filhas com membros da rede por onde circulam os cargos e ofícios, ou mesmo com um filho bastardo da nobreza menos relevante. Alguns são rendeiros dos comendadores e esses deixam uma extensa marca nas redes de apadrinhamento. É possível que a criação de gado fosse importante e criasse boas chances de fortuna.

A posse de uma junta de bois cria uma clivagem omnipresente no grupo daqueles que fazem a terra produzir. Omnipresente, porque o modo como as instâncias políticas lidam com os que trabalham a terra se organiza por essa divisão maior. Ter bois implica ter terra suficiente para os sustentar e sem bois pouco se tira da terra, sobretudo o cereal. A forma do campo de aluvião, as longas travessas, são as marcas dos constragimentos dos arados. Os lavradores pagam impostos especiais, como a jugada, têm obrigações comunitárias, como acudir com carradas de pedra e matos quandos o rios transbordam.

No fundo deste contínuo de acesso decrescente aos recursos do território encontramos os camponeses sem bois, que se fundem com os assalariados agrícolas. As fontes denominam-nos de "seareiros", "trabalhadores de enxada". Limitados na sua capacidade de produzir, com o valor do seu trabalho taxado pelas câmaras, estão no fundo do circuito de apropriação de recursos. Nada, ou quase nada têm para dar nos mecanismos das trocas recíprocas que mantém a comunidade a pulsar. Nesse "quase" encontram-se as mulheres. E assim lemos os seus nomes junto com os apelidos sonantes da gente das quintas e da governança, nas denúncias das devassas.

1. Narrações e Explicações

1.1. Os casos

Entre 1688 e 1720 foram denunciados na visitas de Soure 128 casos. O contexto que foi possível reconstituir para cada um deles varia bastante. A nossa exposição será orientada por aqueles em que se chegou mais longe do ponto de vista da reconstituição e cujas caracerísticas revelam mais claramente traços que são comuns a muitos outros. Vários, como veremos, estão interligados entre si quer explicitamente, quer implicitamente, como resultado das conexões que descobrimos existirem entre os intervenientes após a reconstituição dos contextos. Assim, ao tratar um caso considerado exemplar, acabamos por referir e apresentar vários outros.

A abordagem seguida é, por isso, centrada na exploração de exemplos significativos e que consideramos reveladores, graças aos quais podemos lançar luz sobre os mecanismos que operavam na época. Algumas das reconstituições são um pouco longas, uma

vez que capitalizámos a abundância de detalhes, que o cruzamento de fontes permite, para contextualizar as circunstâncias o mais possível, sem cair no trivial. Temos a convicção de que, na problemática que nos ocupa, um caso sobre o qual sabemos muito pode ser mais esclarecedor do que quantificações que têm necessariamente de contentar-se com o mínimo denominador comum em matéria de informação disponível. Será, contudo, nossa preocupação avaliar em cada circunstância o que pode ser generalizável e o que é único ou raro.

A exposição dos casos é essencialmente descritiva, ou narrativa. O seu produto final é um conjunto de questões, algumas parcialmente respondidas ao longo da exposição, outras deixadas em aberto. No fim desta parte, na secção de conclusões, retomaremos as várias questões com detalhe propondo o quadro explicativo.

O primeiro caso, o amancebamento de José e Isabel, serve de introdução ao nosso tema central e aos resultados da aplicação da metodologia delineada na introdução e que expomos mais longamente na terceira parte. Tratando-se de um processo que podemos acompanhar durante quatro décadas, fornece, de uma só vez, uma visão praticamente completa de todas as questões interpretativas que teremos que enfrentar.

1.2. A DUPLA MORAL FAMILIAR: JOSÉ E ISABEL

1.2.1 APRESENTAÇÃO

O caso de José e Isabel é dos mais paradigmáticos de todos os que se colhem nas visitas de Soure. Trata-se de um amancebamento que, com precalços vários, se estende por quase 50 anos, tendo sido denunciado a primeira vez em 1692 e a última em 1737. Pela sua duração e por aquilo que foi possível reconstituir do contexto mais alargado, no qual as várias personagens se movem, este caso traz à luz muitas das questões que se levantam à interpretação das devassas e, de modo mais geral, ao funcionamento da justiça eclesiástica. Coloca igualmente no centro da nossa atenção o modo como as relações sociais comunitárias interagem com as categorias religiosas.

Se existe exemplo acabado de pecadores públicos, é este. José e Isabel viveram publicamente a sua relação, ilícita aos olhos da Igreja, durante décadas. É certo que procuraram, em determinado momento, reparar o seu estado e legitimar a sua situação. Quando isso não foi possível, persistiram em viver juntos, criando por relapsia continuada um caso que se avoluma até acabar em prisão e degredo. O papel da justiça eclesiástica ao longo das várias décadas, sujeito às influências das conjunturas institucionais e eventualmente de pressões particulares parece-nos, quando visto do ponto de vista dos actores, como simultaneamente inócuo e temível.

Tratando-se de uma relação com claro desnível social permite--nos também detectar as manobras familiares nos bastidores e ver como os mecanismos externos à comunidade ou à família são utilizados para resolver problemas.

1.2.2 PRIMEIRAS DENÚNCIAS

Foi na devassa de 1692 que José e Isabel foram inicialmente denunciados. António Rodrigues, seareiro do Sobral, a 20ª testemunha ouvida pelo visitador nesse ano, relata pela primeira vez aquilo que parece ser uma relação estável entre dois jovens solteiros:

> "... ela tem dois filhos tidos e havidos por dele [...] que a tem da sua mão em casa à parte onde a sustem de todo o necessário [...] há mais de seis anos".[19]

Outras testemunhas do Sobral acrescentam ou modificam pormenores: "ele comprou a casa onde ela vive", a relação duraria há quatro, em vez de seis, anos.

Na longa devassa que começou em 10 de Abril de 1692 e acabou em 19 do mesmo mês, foram acusadas 33 pessoas. Das 87 testemunhas ouvidas, nove residiam no Sobral. Todas referem o caso de José e Isabel como decorrendo há alguns anos. Duas delas referem os dois filhos e todas concorrem na ideia de uma ligação estável, "por conta", distinguindo-se bem de uma relação episódica.

Não há denúncias desta relação em devassas anteriores. Conhecemos a visita de 1690 onde o caso não é referido, provavelmente porque as testemunhas ouvidas não o conheciam de facto[20]. Apesar de se terem perdido algumas devassas mais antigas, sabemos com segurança que esta é a primeira vez que o caso chega ao conhecimento dos visitadores, porque o concubinato será registado como sendo em 1º lapso.

Com a mesma história confirmada por nove testemunhas, o visitador pronunciará os dois a fazerem termo de admoestação.

---

[19] AUC, *Devassas de Penela 1692*, III/D, 5, 2, 135, testemunho de António Rodrigues, fol. 19.

[20] A maior parte das testemunhas da devassa anterior, de 1690, que denunciam algum caso moram na vila. Muitas não denunciaram nada e, por esse facto, foram sumariamente identificadas, não sendo possível, portanto, avaliar se residiam ou não no Sobral, onde o caso se passa.

Segundo as regras de direito canónico, tinham os culpados em concubinato deste tipo três oportunidades de arrependimento. Eram, assim, admoestados três vezes e obrigados a três penitências, que nesta altura tinham assumido a forma de multas pecuniárias. Se persistissem no seu pecado, sujeitavam-se a penas mais gravosas, como prisão e degredo, mas não sem um processo judicial formal em que teriam oportunidade de se defenderem.

Apesar de aparentemente se encontrarem em pecado há vários anos, são, do ponto de vista da justiça eclesiástica, culpados em primeiro lapso, e em primeiro lapso serão admoestados. Como todos os admoestados, terão de aceitar a denúncia assinando um termo, denominado precisamente um termo de admoestação. Podem, em teoria, recusar e do ponto de vista formal têm bom fundamento para o fazer. Com efeito, a devassa, por si só, não tem a força jurídica de uma sentença em processo judicial. Ninguém pode ser condenado apenas por denúncias em devassa. Essa limitação vem do facto de, numa devassa, só se ouvirem testemunhas de acusação, sem que haja a possibilidade de a parte acusada se defender, apresentando testemunhas abonatórias. Diz-se assim, em direito, que as testemunhas da devassa não são "judiciais" e esta característica, que decorre das regras processuais do direito canónico, é muito importante para entendermos as consequências das visitações.

Poderiam, por isso, recusar a acusação, embora, pelo relato que fica registado, a sua vida assumisse um caracter público que seria difícil de negar. Se não aceitassem a culpa teriam que pedir um processo regular no tribunal eclesiástico de Coimbra onde teriam oportunidade de provar a sua eventual inocência, com os custos e

demoras que isso implica. Nesse caso assinariam um termo de outro tipo, chamado "termo de livramento".

Tanto quanto sabemos, o resultado das devassas é divulgado publicamente, provavelmente pelo pároco na missa dominical seguinte, apesar de existirem indícios, que tal prática não foi sempre pacífica[21]. Por certo temos que é frequente as testemunhas de devassas referirem que determinados denunciados já foram pronunciados em visitas anteriores. Como veremos, neste e outros casos, a população sabe o resultado das várias devassas e esse conhecimento só pode vir do anúncio público dos culpados. A expressão, muitas vezes usada, é de alguém "ter saído na visita".

A publicidade do resultado da devassa tem uma função fundamental na lógica da visita pastoral. Se o pecado era público, e tanto o era que chegara ao conhecimento do visitador através de testemunhas interrogadas ao acaso, o facto de ter sido detectado e

---

[21] Alguns casos mereciam especial atenção dos visitadores em matéria de divulgação pública. Assim, denúncias sobre o comportamento de mulheres casadas davam lugar a admoestações feitas em segredo. Essa indicação era dada pelo próprio visitador, para protecção da vida da mulher posta em risco caso o seu comportamento chegasse ao conhecimento do marido. Uma atitude semelhante era tomada para com raparigas solteiras com comportamento considerado pouco recatado mas não ostensivamente pecaminoso. Nesses casos, procurava-se estimular o arrependimento e emenda sem publicitar casos que, "desonrando" as protagonistas, diminuíam a chance de um casamento reparador. Em ambos os casos recebia o pároco incumbência de proceder à admoestação em segredo. Ver: *Regimento da Relação e Auditório Eclesiástico de Arcebispado de Braga*, 1690, Arquivo Distrital de Braga, manuscrito 826, parágrafos 50,51,52,53. Cabral, António Vanguerve, *Prática Judicial....*, Lisboa, 1740, Parte VII, cap. XXXVIII, parágrafo VIII.

castigado teria que ser igualmente do conhecimento público. Assim, o efeito pernicioso do mau exemplo seria anulado pela pública demonstração de não ter ficado impune. É quase certo que os 33 culpados na devassa de 1692 foram publicamente apregoados para fazerem os respectivos termos. Nesta visita concreta, que demorou vários dias, o visitador foi publicitando os denunciados à medida que o interrogatório prosseguia, uma vez que os primeiros termos de culpados são assinados em dezoito de Abril e ainda são ouvidas testemunhas no dia seguinte.

José e Isabel vão demorar a assinar as respectivas confissões. Em 12 de Junho, dois meses depois da devassa, José da Cunha de Eça assina o seu termo. Quatro dias depois Isabel Rodrigues faz o mesmo, na paróquia vizinha de Almagreira. Ambos confessam a sua culpa, "fazendo judiciais as testemunhas". No complexo sistema da justiça eclesiástica, esta confissão ficará registada em livros de índices, ditos de "extractos", para futura referência.

Se assinam as suas confissões é porque, de facto, nenhumas hipóteses teriam de provar a sua inocência. A relação entre os dois era pública e assumida. As testemunhas referem duas crianças, julgamos que correctamente, embora não tenhamos o baptizado do primeiro filho[22]. Temos o do segundo. Em 19 de Março de 1691, um ano antes da devassa em que foram incriminados, Isabel e José baptizaram uma criança de nome Manuel[23]. No assento de

---

[22] Temos, contudo, como veremos, o casamento em 1718 de João, filho dos dois, cujo baptismo não encontramos e que assumimos ser o primeiro filho nascido antes de 1691.

[23] Dado o elevado número de actos paroquiais que serão referidos no decorrer deste capítulo não seria possível citar cada um por livro e fólio sem

baptismo ficou nota do pároco registando que a mãe deu José da Cunha de Eça por pai e ele o reconheceu.

Isabel nunca será culpada com mais ninguém, em nenhuma das devassas que sobreviveram. O mesmo não aconteceu com José. Na mesma devassa de 1692, em que foi acusado com Isabel, o seu nome aparece referido num caso de prostituição organizada. António Cordeiro e a mulher, de Soure, albergavam em sua casa várias mulheres que se "desonestavam" com homens igualmente variados, em especial aqueles que, por razões de ofício ou negócio, se deslocavam temporariamente a Soure[24]. António Cordeiro não só propiciava os encontros em sua casa como também levava mulheres aos herdeiros das famílias abastadas das redondezas, entre os quais, segundo uma das testemunhas, estava um José, da Quinta do Sobral[25].

---

sobrecarregar grandemente o rodapé das páginas, além de que para muitos livros de registos, roídos nos cantos, essa informação seria inútil. Limitamo-nos, assim, a referir a data em que ocorreram, que permite uma fácil localização do original. Assinalaremos sempre que necessário os actos fora de ordem e aqueles que nos chegam sem ser pelos livros paroquiais (como, por exemplo, os actos transcritos em inquirições *de genere* cujos livros originais se perderam) .

[24] Soure devia ser destino movimentado de muita gente. Nela concentravam-se uma série de ofícios que serviam, além da vila, a Ega e a Redinha: dois tabeliães de notas e do judicial, o juiz dos órfãos, o juiz de fora das três vilas, o almoxarife da Ordem de Cristo, duas companhias de ordenanças, uma colegiada, Misericórdia, sede de arciprestado, além de ser um termo bastante populoso.

[25] AUC, *Devassa de Penela de 1692*, III/D, 1, 5, 2, 135, fol.1v, testemunha José Machado, da vila.

Na devassa seguinte, em 1694, José será de novo acusado, não só com Isabel, mas também com uma Maria, filha do barbeiro do Sobral, Manuel Rodrigues. As testemunhas descrevem uma situação muito diferente da anterior. José teria começado a frequentar a casa do barbeiro com muita regularidade, inclusivé de noite, "com grande estrondo de violas" e a razão era Maria. Correria o boato que esta teria engravidado mas, segundo uma das testemunhas, que com ela falou a esse respeito, nada disso aconteceu. Quando o caso é relatado ao visitador, em 22 de Novembro de 1694, já tudo se tinha passado há algum tempo. Maria, ao que parece, de livre vontade, decidiu ausentar-se para Lisboa. Desde então, segundo as testemunhas, José deixou de frequentar o barbeiro do Sobral[26].

Ora esta ligação breve de José a Maria iniciou-se pouco depois da devassa de 1692. O visitador tinha chegado, como vimos, em 19 de Abril, e foi em Julho de 1692 que José fez o seu termo de culpado pelo concubinato com Isabel. Podemos confirmar que alguma verdade havia por detrás das acusações de súbita amizade de José pelo barbeiro. Este é facilmente identificável nos registos paroquiais. Em 1 de Dezembro de 1692, seis meses depois de ter feito o seu primeiro termo de culpado, José era padrinho do mais recente filho de Manuel Rodrigues, barbeiro. Foi certamente um acto inserido na sua estratégia de aproximação à filha. Não temos registos posteriores de contactos directos entre José e a família de Maria. A sua relação deve datar dessa altura ou pouco depois e ter terminado com a partida de Maria. No relatório de culpados, no

---

[26] AUC, *Devassa de Penela de 1694*, III/D,1,4,3,67, fol.147v-160.

fim da devassa, o visitador regista que Maria, por ausente, não foi admoestada pela culpa que lhe resultou com José da Cunha, e deixa a indicação de que, aparecendo, o fosse em primeiro lapso com multa de 400 réis.

Apesar de a relação entre José e Isabel ser descrita como uma relação estável, ela não é, do lado dele, de modo nenhum exclusiva. Entre a devassa de 1692 e a de 1694 conhecemos pelo menos o caso com Maria e a denúncia, não podemos saber se fundamentada, de frequentar prostitutas. Sabemos que outros jovens de estatuto social semelhante tinham comportamentos idênticos.

Não temos, infelizmente, as datas de nascimento de José e Isabel, de modo que poderemos apenas estimar a idade de ambos nesta altura. Isabel seria seguramente bastante jovem. Sabemos que dará à luz uma criança, menina, em 1712, e sabemos também que já tinha dois filhos em 1692. Deve provavelmente tê-lo conhecido por volta de 1688, que é, aliás, o ano em que pela primeira vez este aparece na documentação como testemunha de um casamento. Se formularmos a hipótese de que Isabel teve a última criança com 40, no máximo 45 anos, em 1712, então, quando nasceu o primeiro filho, em 1688 ou 1689, deveria ter entre 16 e 20 anos.

1.2.3 O ENQUADRAMENTO FAMILIAR E SOCIAL

Quando assinaram a sua primeira confissão de amancebamento em primeiro lapso, José e Isabel deveriam ter pago uma pena pecuniária. Contudo, ambos são escusados por razões opostas: à margem do termo de José aparece "sem pena, homem fidalgo"; à margem do de Isabel: "sem pena, por pobre".

O nome completo de José é José da Cunha de Eça, embora na documentação apareça muita vezes na forma mais simples de José da Cunha[27]. Na altura da devassa de 1692, vivia com a mãe, Dª Maria da Cunha, numa quinta junto à aldeia do Sobral, a 4 quilómetros a sul de Soure. A família de José é oriunda da freguesia de Alvorninha, na diocese de Leiria. Foi lá que ele nasceu. As ligações dos Cunha de Eça com Soure são numerosas e parentes seus relacionam-se por casamento com algumas das famílias mais importantes da zona. Devido às múltiplas relações com vários ramos da nobreza nacional possuímos abundante informação genealógica sobre a ascendência de José, que nos permite reconstituir o enquadramento familiar[28]. A figura 17

---

[27] O nome aparece frequentemente como José da Cunha de Sá, devido à fácil confusão fonética entre "de Eça" e "de Sá".

[28] O *Nobiliário* de Felgueiras Gaio é a fonte central sobre os Cunha de Eça. Quando comparados com os registos paroquiais que utilizámos as informações de Gaio revelaram-se muitas vezes incompletas, normalmente dando notícia de apenas alguns dos filhos de cada casal, mas raramente encontramos erros na filiação reportada. Para os Cunhas de Eça ver, no *Nobiliário*: Tomo XVI, título "Homens" §28, §31, §32, §40, §41, §42, §46; e ainda: Costados, tomo II, nº145 "Ataídes Souza Mellos de Soure"; Costados, tomo III, nº60, "Eças de Lisboa"; Costados, tomo III, nº50vº "Homens de Santarém"; Costados, tomo III, nº116, "Melos Ataídes Pernegões, morgados

representa o enquadramento genealógico de José da Cunha de Eça que comentaremos de seguida, baseados nas informações de Felgueiras Gaio.

José da Cunha de Eça era filho de D. Maria da Cunha e Manuel Homem da Cunha, da freguesia da Alvorninha. Os pais de José eram tia e sobrinho: Manuel Homem era filho do irmão de D.Maria, João Homem da Cunha, conhecido pelo "brasileiro", que teria enriquecido no Brasil e de lá veio casado com outra emigrante, Suzana de Azevedo. Tanto João Homem da Cunha como Maria da Cunha são os dois filhos conhecidos, bastardos, de outro João Homem da Cunha, filho primogénito de Mateus Homem da Cunha que, segundo Felgueiras Gaio, teria morrido na batalha de Alcácer Quibir.

É no bisavô de José, Mateus Homem da Cunha, que entroncam os vários ramos dos Cunhas de Eça que encontramos presentes em Soure na transição do século XVII para o século XVIII. Casado com D. Maior Pacheco, teve três filhos: João Homem da Cunha (o avô de José), D. Maria da Cunha de Eça, e Martim ou Mateus da Cunha de Eça. O avô de José não teria casado, só deixando dois filhos bastardos. A irmã do avô, D. Maria da Cunha de Eça casou com Luís Coutinho e a filha de ambos, de nome Maior, casará com Rodrigo Salazar de Moscoso. Como veremos, os Moscosos irão aparecer brevemente em Soure, no decurso da história de José e Isabel.

Do irmão mais novo do avô de José, de nome Martim da Cunha de Eça, sairá um ramo igualmente presente em Soure, mas

---

da Capa Rota". Ver a genealogia reconstituída de José da Cunha e Sá na figura 17.

de forma mais estável e importante. A terceira mulher deste Martim, D. Maria da Silva, tinha por herança o aforamento em três vidas de um dos grandes prazos da Ordem de Cristo em Soure, a quinta da Capa Rota. Tudo indica que Martim da Cunha e D. Maria residiam na quinta com frequência, tendo efectuado grandes benfeitorias na propriedade, muito sujeita às inundações do Anços e Arunca, de cuja confluência pouco dista para jusante[29]. A sua filha, D. Maior da Silva[30] casou com Pedro de Brito e Ataíde, Fidalgo da Casa Real, que é referido por Felgueiras Gaio com o título de "Senhor da Capa Rota", tudo indicando que se manteve a residência em Soure, sujeita aos percalços das inundações frequentes[31]. A quinta da Capa Rota ainda hoje existe , com a

---

[29] Em 5 de Abril de 1641 foi concedido a D. Maria da Silva novo aforamento em três vidas do prazo da Capa Rota, foreiro à Mesa Mestral, sendo ela a primeira vida. O foro era de três moios de trigo (ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 36, fol.334). Conhecemos o resultado da vedoria feita pelo almoxarife das rendas da ordem em Soure, Manuel Chama de Almeida, em 1640, e que serviu de informação ao aforamento, por estar transcrita na confirmação da segunda vida, na filha de D.Maria, D.Mayor (ANTT *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 75, fol.201v). Segundo a vedoria, o prazo estaria muito melhorado e valado para enfrentar as inundações frequentes. Ao delimitar o prazo, é seguido pelos medidores o tombo antigo e dadas as novas confrontações, o que permite perceber que D.Maria e Martim da Cunha compraram sistematicamente as terras confinantes, nos anos que precedem 1640.

[30] Por vezes referida como Maior Pacheco em Felgueiras Gaio.

[31] Os anos 80 do século XVII devem ter sido particularmente maus sobre esse aspecto, uma vez que Pedro de Brito e a mulher pedem abatimento do foro, alegando as inundações constantes e a inadequação da terra ao cultivo do trigo que o aforamente exigia. O foro será comutado em 4 moios de milho e

capela que o filho de Pedro de Brito, Agostinho de Ataíde, mandou edificar em 1725[32].

Temos assim dois ramos da mesma família em Soure: os Cunha de Eça na Quinta do Sobral, e os Melo e Ataíde na Quinta da Capa Rota[33]. No tempo da devassa de 1690, Pedro de Brito e Ataíde e D. Maior da Silva residiam, pelo menos parte do tempo, na Capa Rota, com os filhos Agostinho, António, Manuel, Caetana e Josefa, e com os irmãos de D. Maior: António de Melo e Francisco da Silva e Melo[34]. Quando não estão em Soure estão na Alvorninha, perto das Caldas da Rainha, donde os pais de Pedro de Brito são naturais[35].

---

um de segunda, em 1678, e novamente em 1699 (ANTT *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Livro 75 fol.201v, e nota à margem).

[32] AUC, *Capelas*, caixa 29, doc. 27.

[33] Se a quinta da Capa Rota entra na família dos Cunha pela via de D.Maria da Silva, a origem da Quinta do Sobral é menos clara. Provavelmente estará ligada a um vínculo que é referido nas informações enviadas à Academia Real da História referentes à comarca de Leiria, onde se refere um "morgado que instituiu João Rodrigues Homem em cinco dias do mês de Novembro de 1565, de que he administrador Gregorio da Cunha de Sa morador nesta cidade de Lyria" (*Notícias remetidas à Academia Real debaixo da real proteção do muito alto, e muito poderozo Rei N.Sñr D.João o 5º · Leiria ·* , BGUC, ms 504, fol. 110). .Este Gregório da Cunha de Sá descende de um meio irmão de D. Maria da Silva, da Capa Rota, filho do segundo casamento de Martim da Cunha de Eça de nome Gregório.

[34] Sabemos da sua permanência em Soure pelo facto de aparecerem em vários actos paroquiais. Embora não tenhamos os registos de baptismo da maior parte deles, sabemos, pelos processo de ordenação e pelos casamentos posteriores, que são naturais de Soure. Pedro de Brito falece, em Soure em 1699.

[35] Segundo os processos de ordenação dos filhos Agostinho e António, AUC, *Processos de Ordenação*, caixa 10, proc. 10 e caixa 192, processo 10.

A tomar como verdadeiras as anotações concisas de Felgueiras Gaio, não faltam, na parentela próxima de José, exemplos de comportamentos menos ortodoxos. O avô nunca casou, deixando uma filha bastarda, a mãe de José e outro filho, igualmente bastardo, o pai do pai de José, que emigrou para o Brasil. Para poder casar com a tia, o pai de José teve de "ir a Roma" conseguir a necessária dispensa, o que não sabemos se será de interpretar literalmente, mas é possível que sim[36]. Provavelmente não lhe faltaria dinheiro pois, ainda segundo Felgueiras Gaio, seu pai teria voltado rico do Brasil.

Temos outras breves referências a temperamentos arrebatados. D. Maior da Silva, que casou com Pedro Brito e Ataíde, tinha um irmão mais velho, Mateus da Cunha de Eça, que casou com D. Joana Seabra "contra a vontade de seus pais que por isso o amaldiçoaram"[37]. Outro irmão de Maior da Silva, Francisco José da Silva e Melo, que vivia em Soure, casou com a irmã de José, Suzana, e Felgueiras Gaio, normalmente despido de considerações afectivas, diz que "casou por amores"[38].

Este último registo deixa adivinhar que a motivação do enlace não seria fundamentável em termos de puro interesse

---

[36] Talvez, de facto, os contraentes necessitassem de se deslocar a Roma na altura em que os pais de José se casaram, o que poderá ter ocorrido durante o longo corte de relações entre Portugal e a Santa Sé que se seguiu à Restauração. Um dos efeitos mais devastadores dessas rupturas diplomáticas eram precisamente as dificuldades que se levantavam a quem necessitava de dispensa para casamento. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1968, vol. 2, p. 335-342.

[37] Felgueiras Gaio, *op.cit.*, título "Homens", §31, N8.

[38] *Idem, ibidem.*

linhagístico. Com efeito, é visível que, apesar de os dois ramos da família que encontramos em Soure terem uma origem comum relativamente próxima, a aliança com os Ataídes, e já antes com os Melos, valoriza a linha da Capa Rota, que usará, aliás, preferencialmente, estes apelidos na sua descendência. Do lado de José, a bastardia da mãe e do avô deveriam pesar negativamente nos cômputos da honra. Esta tensão entre os arrebatamentos da paixão e o interesse da linhagem, que serve de base a tanta da mitologia nobiliária de Antigo Regime, emerge, assim, no ambiente ao redor de José da Cunha.

Quando José nos aparece em Soure, com cerca de 20 anos na década de 80 do século XVII, não existe nenhuma referência ao pai. Manuel, pai de José, terá morrido em Alvorninha de morte violenta em data que desconhecemos[39]. É notório que é com a mãe que vive e é a mãe que o acompanha em actos como o apadrinhamento de crianças. José tinha um irmão mais velho, de nome João Homem da Cunha, que viveria na quinta do Sobral, mas, desde 1688, não temos senão rasto pontual dele, pelo que é de supor que, à morte do pai, tenha assumido a residência de Alvorninha[40]. A partir de 1694 os registos paroquiais e outras

---

[39] Felgueiras Gaio escreve, sumariamente, sobre Manuel Homem da Cunha: "viveu em Alvorninha onde o mataram, foi capitão de auxiliares do terço de Leiria, foi a Roma buscar dispensa para casar com sua tia D. Maria da Cunha, filha de seu avô João Homem, com quem casou".*op. cit.*, vol. XVI, título "Homens", § 41, N9.

[40] Felgueiras Gaio, *op. cit*, refere apenas João Homem da Cunha pelo nome, acrescentando: "viveu na sua quinta do Sobral". Numa escritura notarial de 6-3-1691, João Homem da Cunha é dado como residente na quinta da

fontes locais referem-se a José como residindo na "sua quinta do Sobral" dando-o, assim, como proprietário e principal cabeça de casal.

Como muitos dos filhos de famílias importantes, José era frequentemente solicitado para ser padrinho de baptismos. Ao todo, na documentação recolhida, cumprirá essa função 13 vezes, assim como foi testemunha de 4 casamentos, o primeiro dos quais, da irmã Margarida, em 1688. Ser padrinho é uma manifestação de "entrada em idade", isto é, de assumir pela primeira vez uma participação activa na vida social da comunidade. O mesmo se passa, aliás, com as mulheres, que frequentemente aparecem como madrinhas de crianças nos anos imediatamente anteriores ao casamento. José será padrinho em anos sucessivos a partir de 1690. A frequência com que isso ocorre, com grande incidência na zona do Sobral, é sintoma, além de outros, de importância social reconhecida.

Quando o visitador lhe evita a multa que cabia ao concubinato em primeiro lapso com Isabel, em 1692, "por ser homem fidalgo",

---

Boavista na Alvorninha. Pretendia nessa altura passar a João Rodrigues, barbeiro de Soure, o contrato do estanque do tabaco, devido às dificuldades que sentia em gerir o negócio a partir da Alvorninha - AUC, *Notários de Soure*, ID-8-2-4, fol. 3v-5. A escritura fica sem efeito, aparentemente por João Rodrigues achar demasiado pesadas as condições do contrato original assumido por João Homem. O irmão mais velho de José aparece apenas duas vezes nos registos paroquiais, como padrinho de baptismos em Soure. O primeiro em 7 de Janeiro de 1692 e o segundo, de um filho de José da Cunha, em 10 de Outubro de 1695, tendo neste último declarado explicitamente residência na Alvorninha. Ficamos assim com a impressão que a Alvorninha era a residência principal deste ramo da família e que o filho mais velho a assumiu à morte do pai, ficando José, filho segundo, em Soure.

inflacionava, de certo, o estatuto de José. O título de fidalgo caberia aos seus primos afastados da Capa Rota, os Ataídes. Mas não errava ao reconhecer estar perante alguém importante pelo nascimento e talvez pela fortuna, a que cabia tratamento especial.

Isabel, por seu lado, seria de facto "pobre", como considerou o mesmo visitador. Um documento posterior, de 1712, descreve-a como "pessoa plebeia filha de pais humildes". O seu pai era Simão Rodrigues, conhecido pelo "Caseirinho", do Sobral. A alcunha de "caseirinho", ou "caseiro" faz supôr que seria o encarregado de uma quinta, como a de José, mas não temos confirmação[41]. Conhecemos três outros filhos de Simão Rodrigues Caseirinho e Francisca Rodrigues: Maria, mais velha do que Isabel, de que não há praticamente traço nos registos paroquiais, mas que será amplamente referida, anos mais tarde, em relação ao concubinato da irmã[42]; Manuel, que casará em 1700 e de novo em 1708; e Catarina, que se casará igualmente em 1700. Presumimos que viveram todos próximos, uma vez que apadrinham com frequência os filhos uns dos outros.

---

[41] Encontramos outros nove caseiros, designados explicitamente como tal. Normalmente os caseiros são designados em relação a quintas ou aos proprietários das mesmas: por exemplo, Manuel Martins, caseiro de Paulo Ribeiro Cabral [óbito de 13-10-1687]. Neste caso não temos nenhuma indicação de quem Simão Rodrigues é caseiro, e pode ser que seja uma alcunha que lhe vem do pai. Aliás, irá transmiti-la ao filho, que frequentemente é referido como Manuel Rodrigues Caseiro.

[42] Temos uma identificação possível, como madrinha de um dos filhos da irmã, como se verá adiante.

As testemunhas da devassa de 1692 conhecem o pai de Isabel, que nomeiam, mas não é lançada nenhuma suspeita sobre a sua conivência na ligação da filha ao jovem fidalgo. Essa era uma questão a que os visitadores eram extremamente atentos. De facto, as penas para pais que consentiam em pecados das filhas eram mais gravosas do que as penas aplicadas às pecadoras propriamente ditas. Simão Rodrigues morrerá a 23 de Agosto de 1697. A mãe de Isabel chamava-se Francisca Rodrigues e sobreviverá em muito o marido, indo a sepultar em 1717.

A relação de José da Cunha e de Isabel evidencia um grande desnível social. Nada tem de incomum esse facto nesta comunidade do último quartel do século XVII. Veremos vários outros exemplos dessas ligações socialmente desniveladas, que exprimem por vezes um interesse convergente de ambos os envolvidos· Em muitos casos, os pais das raparigas são acusados de "consentirem" explicitamente as relações pecaminosas da filhas. Não é o caso aqui, pelo menos no que diz respeito ao que fica registado na devassa.

1.2.4 Dois casamentos

Pouco depois da devassa de 1692, em que foram culpados pela primeira vez, a vida de José, e por extensão a de Isabel, vai sofrer uma mutação fundamental. Em 10 de Setembro de 1693 José casa-se com Inês Galvão de Melo, filha do licenciado António Mendes Ravasco, que foi vereador da câmara de Soure. A cerimónia teve

lugar na ermida de S. Mateus, em cujos Casais os Ravasco viviam[43].

António Mendes Ravasco era filho do licenciado António Rodrigues Ravasco. Inês tem dois tios, irmãos do pai, que terão um papel importante no desenrolar dos acontecimentos: Alexandre Mendes Ravasco e o padre Teodósio Mendes.

Os Ravasco não parecem ser uma família com a linhagem dos Cunha de Eça. Não encontramos referências genealógicas nos nobiliários. Sabemos que o pai de Inês frequentou a Faculdade de Leis, tendo-se matrículado em 1672 e formado em 1679[44]. Foi vereador da câmara pelo menos em 1683[45]. Tanto António como Alexandre são irmãos de "maior condição" da Misericórdia[46].

Inês receberá um dote por escritura notarial, que infelizmente se perdeu[47]. Assistiram ao casamento, como testemunhas,

---

[43] A ermida de S.Mateus, fundada no século XII, foi reformulada no século XVI num estilo manuelino inicial. A esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo, na fachada, indicam ser obra mandada fazer por D. Manuel I. A traça de 1693 é a mesma que se conserva hoje. Ver: Gonçalves, Nogueira A.; Correia, Virgílio, *Inventário Artístico de Portugal — IV. Distrito de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1953, p. 221-222.

[44] AUC, *Faculdade de Leis, matrículas*. Agradecemos à Drª Ana Maria Bandeira, do Arquivo da Universidade de Coimbra, estas e muitas outras informações.

[45] AMS, *Acórdãos, 1682-1684*, fol.17.

[46] ASCMS, *Actas da Mesa, 1683-1723*, fol. 60, onde Alexandre Mendes Ravasco é eleito para a Mesa como irmão de maior condição. António Mendes Ravasco foi aceite irmão em 1683 - ASCMS, *Lista de irmãos e assentos de aceitação, 1658-1714*, fol. 230v.; a aceitação de Alexandre é de 1686, *idem*, fol. 27.

[47] Sabemos da escritura de dote por um aditamento feito em 1700. O livro do 2º ofício de Soure, referente ao ano de 1693, onde provavelmente se encontrava o acto, falta na série conservada no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Martinho da Cunha, filho da irmã de José, Suzana da Cunha, e do seu marido Francisco da Silva Melo, da Capa Rota, e ainda António de Melo, irmão deste último. Assim, o ramo da Capa Rota, ligado aos Ataídes, representa-se duplamente no acto. Inferimos desta presença que o casamento foi, do ponto de vista da família de José, consensual.

Seja por razões de sangue ou outras, o interesse dos Cunha e Eça na aliança com os Mendes Ravasco manifesta-se pela participação conjunta nos actos importantes da nova família. O irmão mais velho de José, João Homem da Cunha, será padrinho do segundo filho do novo casal, nascido em 10 de Outubro de 1696. Em 1697, a aliança reforça-se com o casamento da irmã de Inês, Maria Isabel Galvão de Melo, com Francisco Alves Sanhudo, filho de Manuel Homem da Cunha e de Isabel Alves Sanhudo[48]. José da Cunha será testemunha deste casamento. Nos anos que se seguem, os laços entre as duas famílias consolidam-se por apadrinhamentos cruzados. Em 11 de Julho de 1698 José será padrinho de Joaquim, filho de Alexandre Mendes Ravasco, tio de Inês. Em 3 de Maio de 1699, Manuel, irmão de Inês, será padrinho do seu terceiro filho com José. Em 1700 Inês e José baptizam a filha Maior e o padrinho será D. Tomás Salazar Coutinho, da Quinta do Cartaxo, que pertence à linha dos Cunhas descendente de D. Maria, irmã do avô de José. O casamento de José e Inês aparece

---

[48] Não conseguimos retraçar este Manuel Homem da Cunha dentro da genealogia reconstruída dos Cunha de Eça. Se fosse o pai de José então teria havido um primeiro casamento com Isabel Alves Sanhudo de que não há notícia em Felgueiras Gaio. Inclinamo-nos a considerar um descendente não registado dos outros ramos da linhagem.

assim bem enquadrado dentro da vida das respectivas famílias. A presença continuada de membros dos vários ramos dos Cunhas nos sucessivos actos do novo casal atesta a vontade de afirmação da pertença à herança do nome. Para além da rede de compadrios que se tece,impressiona também o modo como os nomes próprios específicos da linhagem, como Maior para as mulheres, vão reaparecendo, com várias gerações de distância, implicando uma consciência de um legado familiar secular que não deixa de se salientar.

Quando José e Inês se casam, em Setembro de 1693, a vida de solteiro de José ainda estava bem presente nos habitantes do Sobral. Sabemos que o seu comportamento não se alterou pela mudança de estado.

Assim, quando o visitador chega de novo, em Setembro do ano seguinte de 1694, dois anos depois da primeira devassa, algumas das testemunhas da aldeia denunciam de novo o seu antigo amancebamento com Isabel Rodrigues e relatam o novo caso com Maria, filha de Manuel Rodrigues, barbeiro, que referimos acima.

No que diz respeito a Isabel,a descrição fornecida ao visitador não inova significativamente em relação às denúncias de dois anos antes. José mantém, um ano depois do seu casamento, a sua relação com Isabel,

> "a qual tem de sua mão em umas casas suas, tida e mantida junto da sua quinta que fica fora de Soure, vestindo-a, calçado-a, sustentando--a..."[49]

Mas temos duas novidades em relação à devassa anterior. Em primeiro lugar as testemunhas falam agora de três, e não apenas dois filhos. Em segundo lugar, José estaria a tratar de arranjar marido para Isabel, conforme diz a testemunha Jorge Luís:

> [José] ainda continuava com a predicta sem embargo de que o predicto a tenha apalavrado para haver de casar com um parente da predita e era em Roma a absolvição[50].

Com base nas novas denúncias, e recorrendo aos registos anteriores, o visitador irá pronunciar José e Isabel em segundo lapso. Desta vez não haverá perdão de multas, nem grandes demoras na assinatura dos termos. José pagará 1000 réis acumulando os casos de Isabel e Maria. Isabel paga 800 réis. Os termos são assinados a 25 de Setembro, três dias depois do interrogatório das testemunhas, na paróquia vizinha da Almagreira[51].

---

[49] AUC, *Devassa de Penela, 1694*, III/D,1,4,3,67, fol. 149v, testemunho de Manuel Francisco, do Sobral.

[50] AUC,*Devassa de Penela,1694*, III/D,1,4,3,67, fol. 152, testemunho de Jorge Luís, do Sobral.

[51] AUC,*Devassa de Penela, 1694*, III/D,1,4,3,67, termos incluídos no fim do livro, ver termos 31 e 32.

José e Isabel vão desaparecer das devassas nos 20 anos seguintes. A visita de 1694 capta o fim da transição entre o estado de celibato de José e o de casado. A insinuação, avançada por Jorge Luís, de que José estaria a tentar casar Isabel, poderia indicar um desejo de encerrar a ligação antiga com uma reparação[52].

Os visitadores do bispado vão voltar quase anualmente na década seguinte e não temos traço de José e Isabel nas acusações das testemunhas. Nem todos os livros de devassas sobreviveram, mas temos extractos de culpados conservados centralmente na diocese que nos permitem concluir como bastante provável a não existência de denúncias sobre os dois, quer em conjunto, quer isoladamente, até à devassa de 1713, onde voltarão a ser acusados. O recurso a outro tipo de documentação permite, contudo, reconstruir esse período e entender melhor o que aconteceu nos anos de 1693 -95, à volta do casamento de José com Inês.

---

[52] A ideia de haver uma reparação devida pela desonra de uma rapariga solteira, sem má fama anterior, aparece sob muitas formas nesta época e decorre do disposto nas Ordenações Filipinas. O título XXIII do Livro V, *Do que dorme com mulher virgem, e viúva honesta, por sua vontade*, estipulava que *"homem que dormir com mulher virgem por sua vontade, case com ella, se ella quizer, e se for convinhavel, e de condição para com ella casar. E não casando, ou não querendo ella casar com elle, seja condenado para casamento dela na quantia, que for arbitrada pelo Julgador, segundo sua qualidade, fazenda, e condição de seu pay."*. O casamento era, obviamente, a reparação mais consequente mas, quando tal não era possível, as raparigas podiam ser dotadas.

Isabel, com efeito, casou. O enlace teve lugar em 22 de Dezembro de 1694, na igreja matriz, pouco mais de um ano decorrido do casamento de José com Inês. O noivo chamava-se António Francisco, do Sobral. No assento ficou registado que os noivos tinham obtido dispensa de parentesco em 4º grau de consanguinidade. Mais uma vez confirmamos, por via indirecta, as informações prestadas pelas testemunhas da devassa.

Existem igualmente fortes indícios de que José terá estado envolvido no processo que levou ao casamento de Isabel. Até que ponto António Francisco terá sido participante voluntário ou involuntário do arranjo é difícil de saber. Mas dificilmente poderia ignorar a situação, tanto mais que Isabel e José continuavam a frequentar-se.

Se António estava na ignorância, cedo se desenganou. A prová-lo está o baptismo de Maria, registada como filha de José da Cunha e de Isabel Rodrigues, em 8 de Maio de 1695, ou seja, quase cinco meses depois do casamento de Isabel e António. Isabel estava, por isso, grávida de 4 meses de José quando se casou com António e registou a menina dando o nome do verdadeiro pai.

Esta criança, nascida em Maio, foi concebida nos inícios de Agosto de 1694. Isabel não terá tido a certeza do seu estado antes dos princípios de Setembro, muito provavelmente mais tarde. Como em 22 de Setembro, na devassa, já se fala do casamento com António, dificilmente teria havido tempo para, no seguimento da constatação da gravidez, encontrar noivo e desencadear o processo de dispensa. Não é difícil concluir que o casamento de Isabel já estava combinado quando Maria foi concebida. A testemunha da devassa que referia o casamento apalavrado pelo

próprio José, continuando este, não obstante, a sua relação com Isabel, sabia o que estava a dizer e provavelmente exprimia algo que era do conhecimento geral ou pelo menos de muitos.

Mas mais claramente do que a reconstituição da sequência dos acontecimentos, os próprios registos paroquiais e o cruzamento nominal revelam-nos que nada disto se passa secretamente. O baptismo, onde consta o nome do verdadeiro pai, e não o do marido, demonstra por si só que a natureza do casamento entre Isabel e António era pública O exame das pessoas presentes em cada um dos actos demonstra que não só tinha carácter público como era, provavelmente, consensual entre as várias famílias envolvidas.

Com efeito, o casamento de Isabel e António contou com duas testemunhas significativas: D. Tomás de Moscoso e João Rodrigues. O primeiro é parente de José, por via da irmã do seu avô (ver figura 17). O segundo, João Rodrigues, será sem dúvida o mesmo que anos mais tarde casará uma filha sua com um filho de José e Isabel e que tem múltiplas ligações a todas as famílias envolvidas neste caso ao longo de vários anos, como veremos adiante[53].

---

[53] Arriscamos esta ilação apesar de haver vários "João Rodrigues" no Sobral nesta altura. Inferimos que se trata de João Rodrigues casado com Antónia Domingues e que tem uma intensa activadade social neste período, com especial incidência em actos relativos aos Cunha, à família de Isabel e aos Mendes Ravasco. Ao todo, entre 1688 e 1720, João Rodrigues, a mulher e os filhos (antes de casarem) foram padrinhos, madrinhas e testemunhas nupciais 31 vezes - valor seguro que ignora, por haver mais que um, as ocorrências em que só temos o nome e a residência. Sobram, assim, 16 "João Rodrigues, do Sobral" em funções de padrinho e testemunha de casamento

O baptizado de Maria, 5 meses depois deste casamento, é ainda mais significativo: a madrinha é D. Maria da Cunha, mãe de José e o baptismo é celebrado pelo padre Teodósio Mendes, tio de Inês Galvão de Melo, legítima esposa do pai da criança baptizada[54].

Será erro do pároco? Não seria Maria filha de José da Cunha e de Inês de Melo, por lapso registada filha de José da Cunha e Isabel Rodrigues? Impossível. O registo é muito claro e José e Inês tiveram o seu primeiro filho dois meses antes — Rodrigo, baptizado em 12 de Março de 1695 pelo mesmo padre Teodósio Mendes, tendo D. Tomás de Moscoso baptizado a criança em casa por precaução[55].

---

que não podemos em rigor identificar com total segurança, mas que corresponderão provavelmente, pelo menos na maioria, à mesma pessoa.

[54] Segundo as regras de parentesco espiritual, Teodósio Mendes e Maria da Cunha tornam-se por este baptismo parentes de Isabel. Ver: *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra...*, Coimbra, Real Colégio das Artes, 1731, título II, constituição V, *Dos padrinhos, e quantos podem, e devem ser.* p.7; *Conferences ecclésiastiques de Paris sur le marriage....*, Tome II, Livre IV, *Conférence seconde, De la Parenté spirituelle & légale*, Paris, 1748.p.293.

[55] A compreensão das implicações das poucas linhas do baptismo de Maria em 8 de Maio de 1695 é um dos exemplos sintomáticos do que, com sorte, se pode obter pelo cruzamento de fontes. O baptismo diz: "*Aos outo dias do mes de maio de 695 baptisou de minha comissão o p.e Theodosio Mendes desta vila a M.a filha de Isabel Roiz e de Joseph da Cunha deça o qual a mandou baptizar por sua filha forão pp. fr. Mel Cristovão aqui beneficiado e D.M.a da Cunha m.ora na sua quinta do sobral e a may desta menina batisada mora no sobral de q fiz este q asignei dia e era ut supra O vig.ro Luis Alvares Pinto.*" Que D. Maria da Cunha é mãe de José sabemos pelo cruzamento nominal uma vez que o assento não o explicita, embora fosse de crer pelo apelido que seria parente do pai. Que a mãe da criança é a mesma pessoa que casou quatro meses antes com outro homem é fruto da convergência da informação nominal sobre Isabel acumulada

Em resumo, José continua a frequentar Isabel bem depois de casar com Inês. Provavelmente combina o seu casamento com António Francisco, apesar de ela estar grávida de um filho seu, que baptiza em seu nome, pouco depois de ter baptizado outro filho legítimo. As famílias de José e Inês participam nos actos que consumam este enredo, como testemunhas, madrinhas, celebrantes, numa aparente indiferença perante aquilo que precisamente era a matéria das devassas: o escândalo público. Se admitirmos que a presença de uma testemunha num casamento ou o apadrinhamento de uma criança tem algum significado, por pequeno que seja, enquanto relação social positiva, então é difícil não concluir que os comportamentos descritos não foram alvo de descriminação visível dentro das estruturas familiares englobantes.

---

sobretudo nas devassas, confirmada pela cronologia dos acontecimentos e pelos desenvolvimentos posteriores. Que Teodósio Mendes é tio de Inês Galvão de Melo sabemos por duas vias: uma escritura notarial de acrescento ao dote de Inês, de 1700, em que são nomeados os irmãos do pai, e pelo processo de ordenação de Teodósio que se conserva no AUC. Sabemos também que este padre celebrou outros 9 baptismos, um dos quais o do primeiro neto de José, do seu primeiro filho com Isabel. A sorte reside não só na conservação e localização de todos os documentos relevantes mas também em detalhes cruciais como o facto de o pai de Isabel ter um nome suficientemente raro, reforçado pela alcunha de Caseirinho, que torna o cruzamento das devassas com os registos possível. Por fortuna também não temos indícios de mais que um casal Isabel Rodrigues, António Francisco no Sobral nesta altura. Se há uma conclusão clara, embora temível, deste exemplo, é que não existe informação irrelevante.

1.2.5 DUAS FAMÍLIAS

Ultrapassada a fase de reorganização que os dois casamentos trouxeram, os dois casais encetam uma vida aparentemente normal. Inês e José tiveram o seu primeiro filho, como vimos, em Março de 1695. Terão mais filhos em 1696, 1699, 1700, 1703, 1704 e 1706. Não encontramos registo de óbito de nenhum deles, mas sabemos que duas destas crianças morreram, porque os nomes de baptismo são novamente dados em nascimentos posteriores[56]. Os nascimentos são oportunidades de cimentar laços, como referimos acima. Entre os padrinhos e madrinhas encontramos personalidades importantes da vida local ou ligadas às famílias residentes, como Geraldo Pereira Coutinho[57], António Manhos[58], o já referido D.Tomás de Salazar Coutinho e o Juiz de Fora em 1703-4, Custódio Pereira Leitão. Ao mesmo tempo José e Inês cumprem a sua função tradicional de pessoas de qualidade, apadrinhando os filhos das famílias locais do Sobral, quer cada um isoladamente,

---

[56] Assim José da Cunha e Inês de Melo baptizam um José em 3-5-1699 e novamente um José em 12-2-1703; do mesmo modo Custódia em 24-12-1704 e em 14-8-1706.

[57] Doutor e Colegial de S.Pedro, será lente da Universidade, é padrinho de Rodrigo em 12 de Março de 1695, ver Felgueiras Gaio, *Nobiliário....*, vol. X título dos "Coutinhos" § 27, e tomo I de Costados "Pereira Coutinho" (onde por erro é dado como "Gonçalo").

[58] Vereador de Soure e de uma das principais famílias da governança de Soure, cuja mulher, Simoa Godinho, foi madrinha de José em 3 de Maio de 1699.

quer em conjunto[59]. José será ainda testemunha de dois casamentos, um dos quais o da irmã de Inês em 1697.

Uma escritura notarial de 16 de Outubro de 1700 fornece-nos informação adicional sobre as relações entre o casal e a família Mendes Ravasco, emergindo um primeiro conflito. No dote de Inês constava um legado pio, deixado por uma Isabel Gaspar, que incluía 300.000 réis em dinheiro a ser empregue da forma mais rentável. Este legado havia estado sob a administração do seu avô, António Rodrigues Ravasco, do qual passou aos herdeiros respectivos — o pai e tios de Inês. Quando Inês é dotada, em 1693, recebe a responsabilidade do legado mas não o dinheiro, que o pai e tios assumem como dívida a saldar futuramente. Em 1700, o provedor da comarca, ao tomar conta do estado dos legados pios, exigiu a José da Cunha de Eça, como responsável, que repusesse os 300.000 réis. José deve ter pedido contas ao sogro. Na escritura em questão, o pai de Inês assume a dívida conjunta com os irmãos, um dos quais, recorde-se, é o padre Teodósio Mendes, mas alega que não tem bens para saldar a sua parte. Apenas lhe restaria uma reserva de usufruto que fizera sobre parte das propriedades com que dotou a filha, nomeadamente o Casal de S. Mateus, foreiro da Misericórdia. Ao incluir o Casal de S. Mateus no dote de Inês o pai reservou o usufruto vitalício, como é habitual nas doações entre vivos, tanto nessa altura como hoje. Sete anos decorridos, na necessidade de saldar a sua dívida, António Mendes Ravasco acorda com o genro a desistência do usufruto em troca da quitação da sua parte dos 300.000 réis,

---

[59] AUC, Baptismos de 19-9-1695, 1-11-1695, 13-11-1695, 30-11-1695, 11-6-1696 e 22-8-1705.

tornando José e Inês possuidores de pleno direito do dito Casal. Mas por detrás do formulário tipificado da escritura notarial, apercebemo-nos que António Mendes Ravasco se encontra agastado com o genro. Com efeito, a reserva de usufruto não teria sido respeitada e José da Cunha ter-se-ia apropriado do Casal de S.Mateus sem o consentimento do sogro:

> "[...] que ele dito José da Cunha se havia apossado já do dito casal e dele andava de posse contudo [=porém] não precedera consentimento seu e menos do dito senhorio [Misericórdia] e sem este não tem força nem vigor esta posse que havia tomado e porque assim era a consente que dele fosse já [=agora] senhor e verdadeiro possuidor e para tudo pudesse impetrar licença do dito directo senhorio para o tal efeito de todo e qualquer direito que no dito casal tivera [António Mendes Ravasco] de tudo desistia na mão dele dito José da Cunha"[60]

Com a posse do Casal formalizada, José não tardou a realizar a parte da dívida do sogro, vendendo, 6 dias depois, por 100.000 réis, um serrado que fazia parte do casal em causa a Manuel Rodrigues Formigo, lavrador do Barril[61]. A venda já estava

---

60 "Escritura de desistência do usufruto vitalício dos Casais de S. Mateus por António Mendes Ravasco em José da Cunha e Sá e Inês de Melo",AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol 75-75v,.

61 AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol 78-79v. Manuel Rodrigues Formigo pediu o dinheiro emprestado a Sebastião Machado da Costa, um dos mais dinâmicos membros da elite municipal, cinco dias antes — mesmo livro, fol. 74-75. O comprador possuía aforadas propriedades contíguas à que agora comprava, donde o interesse da aquisição. A propriedade será reaforada à viúva Formigo em 1718, como consta de escritura sem data, mas de Setembro de 1718 - AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 8, fol 10-12v.

apalavrada porque o comprador tinha pedido emprestado o dinheiro necessário logo no dia seguinte à escritura de desistência. É de supor que José deve ter obtido os outros dois terços do dinheiro em falta directamente junto dos dois irmãos do sogro, Alexandre Mendes Ravasco e Teodósio Mendes. Para além dos aspectos económicos, fica-nos o traço do incidente como prova que nem tudo corria muito bem.

Isabel e António, por seu lado, apesar dos incidentes do início do seu casamento, passariam por um casal normal. Isabel dará à luz em 1697, 1703, 1704 e 1707. As crianças são registadas como filhas de António Francisco. É legítima uma interrogação sobre quem será o verdadeiro pai. Podemos argumentar que se José e Isabel registaram Maria como filha de ambos, apesar de Isabel já ser casada com António, não haveria razão para não o continuarem a fazer no futuro. É muito provável que o pároco se procurasse certificar junto de Isabel sobre a verdaderia paternidade das crianças e resistisse a fazer um falso registo. Recordemos também que houve visitas em 1705 e 1708 e que não houve novas denúncias[62]. Até que ponto o casamento de Isabel com António foi apenas um mecanismo de reparação ou se foi, durante o tempo que durou, uma cobertura para a relação ilegítima, é algo que dificilmente poderemos esclarecer. Se aceitarmos os assentos paroquiais pelo seu conteúdo, de facto,

---

[62] Em 1698 e 1705 não foram interrogadas testemunhas do Sobral, mas não foi o caso em 1708 em que depuseram 3 testemunhas do Sobral e 7 do contíguo Val da Borra.

então Isabel e António constituem uma família como outras[63]. Quando lhes nasce o filho José (nome que aparentemente não levantou objecções), a mãe de Isabel está presente e baptiza a criança "em necessidade", o que deixa supor uma proximidade com o casal[64]. O pai de Isabel morre em 23 de Agosto de 1697. Quando a irmã de Isabel, de nome Catarina Rodrigues, se casa, em 5 de Setembro de 1700, um António Francisco, do Sobral, é testemunha do acto e supomos ser o cunhado da noiva.

Mas por detrás duma aparente normalidade, que enterraria um passado acidentado, descobrimos, ao olhar com atenção, que a distância entre os dois nunca foi grande. José aparece ligado, quer directa quer indirectamente, à família de Isabel. Se António foi testemunha do casamento da irmã de Isabel, José vai ser testemunha do casamento do irmão, Manuel Rodrigues, apenas três meses depois, em 6 de Dezembro de 1700. Se alargarmos a esfera de análise, vemos que existe uma série de habitantes do Sobral que se ligam a ambas as famílias, em especial o João Rodrigues já mencionado, como veremos com mais detalhe adiante, de tal modo que não temos, longe disso, dois universos estanques.

Pelo menos uma vez temos praticamente a certeza de que José e Isabel estiveram na presença um do outro: em 10 de Fevereiro de 1707, num baptizado, Isabel Rodrigues foi madrinha e Rodrigo, filho de José e de Inês Galvão de Melo, na altura com 12 anos, foi o

---

[63] E por tal passariam numa reconstituição de famílias clássicas. Só as devassas nos permitem entender o que de facto se passava.

[64] AUC, Baptismo de 26-5-1697.

padrinho. Este acto, ao juntar as duas famílias a propósito do baptismo de uma criança ilegítima, filha de forasteiros, é um dado importante para colocarmos no contexto devido a natureza das relações interpessoais que se estabeleciam.

Estamos em 1707. Nesta altura José está casado com Inês há 14 anos e Isabel com António há 13. Passaram 19 anos sobre a primeira denúncia em devassa. Pelos cálculos mais prováveis, ele deve ter à volta de quarenta anos e ela estará a meio dos trinta. Isabel já deu à luz 8 filhos. Mas no momento em que esperaríamos que a relação se diluísse pelo avançar dos anos, vai surgir uma segunda reviravolta na vida de José e Isabel.

1.2.6 A LEGITIMAÇÃO FALHADA

Em Janeiro de 1708, Inês Galvão de Melo morre. Foi sepultada no dia 30 desse mês na ermida do Sobral. Em 6 de Setembro desse ano, António Francisco morre também. Mais de vinte anos depois de se conhecerem, José e Isabel estão ambos viuvos. Não teremos notícias dos dois nos quatro anos seguintes. Em Maio de 1712, José da Cunha e Eça e Isabel decidem casar-se.

Os banhos foram publicados por volta de 17 de Maio de 1712 e logo no primeiro dia António Mendes Ravasco manda recado ao vigário que tem conhecimento de um impedimento ao enlace[65].

---

[65] O que se segue é baseado no processo matrimonial de José da Cunha e Sá e Isabel Rodrigues. AUC, *Processos matrimoniais*, 4º Maço, 1712.

Este desloca-se aos Casais de S. Mateus e encontra-o "doente de cama e não pode assinar o seu impedimento". De facto, o pai de Inês está a morrer e irá a sepultar dias depois[66]. Mas consegue comunicar a sua objecção que o vigário regista:

> "que foi dizer-me que ouvira dizer que o dito contraente José da Cunha e Sá tivera acto carnal com uma irmã da contraente Isabel Rodrigues e mais me não lembro me dicesse cousa que possa impedir o dito matrimónio"

Mas houve quem explicasse melhor:

> "e outrossim Martinho da Cunha, morador nesta vila de Soure, sobrinho do contraente pelo qual me foi dito que ele ouvira dizer ao licenciado António Mendes Ravasco e a sua mulher Isabel Galvoa desta dita vila e a José Gonçalves do Soboral que o dito contraente José da Cunha de Sá tivera actos carnais não somente com uma irmã mais velha da contraente, chamada Maria, que hoje está casada na freguesia da Almagreira com um Domingos João, mas também os tivera com mãe delas, chamada Francisca Rodrigues, moradora no Casal da Venda [do Sobral] e que também ouvira dizer ao dito José Goncalves e a Maria Ribeira mulher de José Mendes desta dita vila que a dita contraente é parente de D. Inês de Melo, 1ª mulher com quem o dito contraente foi primeira vez casado e não me saiu mais nenhum impedimento [...]"

---

[66] AUC, Óbito de 19 de Maio de 1712. António Mendes Ravasco apareceu pela última vez num acto em Janeiro de 1710, como testemunha de um casamento (13-1-1710). Na páscoa desse ano não comungou, talvez por se encontrar já doente, tendo sido apontado pelo Vigário como revel - AUC, *Livro de Registo de Róis de Confessados*, III/D,1,5,2,116, fol. 65v.

Este Martinho da Cunha, lembremo-lo, é filho da irmã de José, Suzana e de Francisco José de Melo, dos Ataíde da quinta da Capa Rota. Foi testemunha do casamento de José com Inês e ele próprio tinha contraído matrimónio em 5 de Dezembro de 1708, com uma filha de Pedro Eiró Matoso, escrivão da Câmara de Soure. Como António Mendes Ravasco não está em condições de assinar, é o próprio Martinho que assina o impedimento ao casamento do tio.

No segundo dia de publicação de banhos, José da Cunha e Isabel Rodrigues vão ter com o pároco e José pede que este adie a publicação por uns dias. O clérigo, falando a sós com ele, intima-o, sob pena de excomunhão, a declarar se tinha ou não tido uma relação com uma irmã de Isabel. José responde que sim e que a própria Isabel disso tinha conhecimento. Confrontada com estes factos, Isabel nega.

O pároco preocupa-se. O impedimento, baseado em parentesco de 1º grau de afinidade, parece-lhe não ser passível de dispensa. Adicionalmente a irmã de Isabel, Maria, encontra-se bem casada na Almagreira[67]. A publicidade destes factos só poderia trazer grandes transtornos ao seu casamento e eventualmente, fosse o marido violento, perigar a sua vida. Assim, o pároco aconselha-os a repensarem a decisão de casarem.

Mas uns dias depois, José torna a aparecer. Afirma agora que nunca tinha tido relação alguma com Maria ou qualquer outra irmã de Isabel e que se o dissera fora por pressão dos seus

---

[67] A freguesia da Almagreira é contígua à de Soure da qual pensamos ter sido desanexada. Situando-se a Sul , é precisamente próxima à zona do Sobral .

parentes que o queriam impedir de casar. Pedia, assim, ao pároco que lhe continuasse a publicação dos banhos. Este, perante todas as contradições, pede a José que assine as declarações que tinha prestado de ambas as vezes. José assina, na mesma página onde o sobrinho, Martinho da Cunha, subescrevia o impedimento.

Pelo significado que tem no contexto deste caso, fica aqui a transcrição da conta do pároco das declarações de José, assinadas pelo próprio.

> "E logo no segundo dia em que os ditos banhos se haviam de publicar me foi pedido por parte do dito José da Cunha de Sá, contraente, os quizesse dilatar por uns dias, com o qual eu falei e secretamente[68] o perguntei me descobrisse com pena de excomunhão se tinha tido algum acto carnal com alguma parente da dita contraente o que me disse tivera com uma irmã chamada Maria mais velha que a contraente e que a contraente também o sabia o que ela me negou[69] e porquanto a dita Maria há muitos anos está casada com um Domingos João morador na freguesia da Almagreira fazendo com ele boa vida e se ele de tal defeito viesse a ter notícia redundaria entre eles em [sic] graves discórdias, além de que pelo dito impedimento ser indispensável entre semelhantes pessoas, lhes admoestei desistissem da sua prentensão, porém depois, passados alguns dias, me foi dito outra vez pelo dito contraente que ele não tinha tido acto carnal algum com irmã alguma da dita contraente e que assim mo dissera por ter humas cartas de uns seus parentes que o queriam retirar de

---

[68] O pároco escreve "secretamente" porque José estaria acompanhado por Isabel, como se infere pelo seguimento do relatório.

[69] Daqui inferimos que Isabel estava presente embora José tivesse falado inicialmente à parte com o pároco.

> fazer o dito casamento e me requereu lhe acabasse de publicar os ditos banhos e de como assim mo disse e se tornou a desdizer o assinou aqui comigo, que tudo juro in verbo sacerdotis. [assinam José da Cunha de Eça e o Vigário Manuel Rodrigues em 17 de Maio de 1712]

Na sequência destas declarações o pároco não tem outro caminho se não dar seguimento ao processo, pelo que envia os depoimentos para a sede da diocese[70].

Não nos é possível avaliar a verdade dos factos relatados por Martinho da Cunha e confessados e desmentidos sucessivamente por José. Encontramos nos registos paroquiais um Domingos João da Almagreira que ocorre três vezes, como padrinho, pai da madrinha e marido da madrinha de três baptismos em 1706, 1707 e 1709. No assento em que aparece com a mulher esta chama-se Maria Madeira[71]. Somos levados a concluir que se trata do cunhado e irmã de Isabel porque esses três baptismos são de filhos dos irmãos de Isabel, Manuel e Catarina. Assim, tudo o que sabemos é que existia uma Maria Madeira casada com um Domingos João da Almagreira e tinha relações de proximidade com a família de Isabel, tratando-se muito provavelmente da irmã.

Sabemos também que não se encontra em devassas ou extractos de culpados qualquer acusação que pudesse ser ligada a um caso de José com Maria, irmã de Isabel. Temos, sim, a acusação

[70] É esse o documento que se conserva e que estamos a utilizar, onde se foram acrescentado os resultados dos vários passos do processo e alguns documentos anexos.

[71] Baptismos de 30-5-1706, 8-4-1707 e 17-9-1709.

de José com Maria, filha do barbeiro do Sobral, que referimos acima, mas não há confusão possível. Parece-nos difícil que se o caso de José com uma irmã de Isabel fosse público, ele não tivesse sido relatado quando das acusações iniciais em 1692 e 1694, quando ainda estaria recente na memória das testemunhas para depois aparecer na memória de alguns passados 20 anos, precisamente para fazer matéria de impedimento a uma casamento sob forte oposição familiar.

Mas se não podemos apurar a verdade dos factos no que diz respeito à matéria do impedimento, temos conhecimento através dos registos paroquiais de outro pormenor significativo: Isabel está grávida de 4 meses na altura da publicação dos banhos de Maio de 1712. A criança nasce em 13 de Novembro de 1712 e será baptizada, como filha de José, com o nome Luísa Maria. Será o último filho de Isabel de que temos conhecimento[72] . A criança sobrevive pouco mais de seis meses e vai a sepultar em 2 de Julho de 1713.

Uma primeira decisão sobre o impedimento ao casamento de José da Cunha e de Isabel Rodrigues foi tomada a 24 de Maio de 1712. Este tipo de casos era inicialmente levado a despacho ao provisor[73]. O provisor, por sua vez, leva o assunto à câmara onde

---

[72] Recordemos que Isabel já tinha dois filhos em 1692 pelo que devia agora, em 1712, estar no limite de idade de conceber.

[73] Ver *Regimento dos officiaes do Avditorio Eclesiastico do Bispado de Coimbra*, 1591, reimp. 1731, Coimbra, Colégio das Artes, 1731. Cap. II *Do Provizor*, onde se lê: "*[O provizor] conhecerá todos os impedimentos que sairem aos casamentos quando se apregoarem em as Igrejas, que pelos Parrochos lhe forem remetidos, & os*

se decide proceder à interrogação de testemunhas, deixando de fora o caso de Maria, por "poder temer-se algum perigo se desta circunstância tiver notícia seu marido". Nesse assunto específico deveria o pároco informar-se particularmente.

Infelizmente não temos o interrogatório de testemunhas. Mas o treslado dos depoimentos é examinado na câmara episcopal e decidido, a 30 de Junho, que o impedimento é procedente.

Perante a confirmação do impedimento, José e Isabel tentam uma última alternativa: recorrerem da decisão da câmara eclesiástica, tentando demonstrar que o impedimento era improcedente e que as testemunhas tinham falsamente deposto.

Para levar este projecto avante necessitam de um advogado, pelo que passam procuração em 15 de Julho de 1712 ao Doutor Francisco Xavier Simões Coelho, morador em Coimbra, para os representar em todas as acções judiciais em que se encontrem

---

despachará como lhe parecer justiça. E avendo em elles difficuldade algua, os levará à mesa, para em ella se despacharem: & sendo necessario virem as pessoas que sairão com os impedimentos para se saber a verdade, ele as mandará vir, & examinará. E se sobre eles se mover demanda em que haja de haver citação de parte, os remeterá ao Vigário Geral"(p.4). A "mesa" referida é a mesa episcopal onde o bispo ou o provisor despachavam em colectivo com os desembargadores todos os negócios relativos à jurisdição episcopal ordinária. As questões que requeriam processo judicial, por serem do foro criminal ou contencioso tinham de ser julgadas no auditório eclesiástico onde presidia o Vigário Geral. Ver tb.: Paiva, José Pedro - *A administração diocesana e a presença da igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*. Separata de Lusitania Sacra, 2ª série, 3, 1991

envolvidos e em especial no processo sobre o impedimento que corria no tribunal eclesiástico[74].

O advogado prepara um articulado em que fundamenta a improcedência. Expõe três argumentos. O primeiro é que tanto Maria, irmã de Isabel, como a mãe, são e sempre foram consideradas mulheres bem procedidas[75]. Maria casou-se e foi bem recebida pelo seu marido como moça honrada e por tal sempre tinha sido havida e reputada.

O segundo argumento baseia-se em José confessar ter há muito tempo uma relação ilícita com Isabel e por isso "lhe dever a sua honra e fama". Segundo o argumento, os confessores de José obrigam-no a recebê-la como mulher. Mas por ser pessoa de "qualidade conhecida", enquanto que ela é "muito inferior por ser pessoa plebeia e filha de pais humildes", os parentes dele e da sua primeira mulher "levaram muito a mal o dito casamento", tendo em consequência criado a história da relação com Maria. A confissão de que José, no que tocava a Maria, justificava-se por "umas cartas descompostas" que seus parentes lhe tinham enviado. Assim as intenções de José são as melhores e as dos que levantaram o impedimento as piores.

O terceiro argumento é mais racional que factual, e muito curioso. Recorda que José tinha com Isabel uma relação ilícita muito antiga, "com ela há muito corre ilicitamente". E conclui:

---

[74] A procuração encontra-se transcrita no processo.

[75] A mãe de Maria e Isabel ainda é viva nesta altura. Morrerá em 1717, óbito de 3 de Fevereiro.

> "[...] não é verossímil tivesse a menor acção com a dita Maria e sua mãe e queira casar com a dita contraente Isabel Rodrigues não levando mais empenho do que o desejo de salvar-se sem se avantajar em riqueza nem em qualidade antes diminuir muito tudo pelo que os embargos se devem julgar por provados e o contraente por desimpedido"

Do ponto de vista do advogado, a questão que se coloca é a seguinte: por que razão quereria este homem casar com esta mulher? Não tira daí nenhuma vantagem: a diferença de "Qualidade" é enorme e, não sendo ela rica, não tem o argumento que tornaria a falta de qualidade admissível. De qualquer modo, ele mantém com ela uma relação ilícita de longa data, o casamento não vai modificar significativamente a relação de facto. Que outra razão poderá haver senão a de "salvar a alma"? Mas se o objectivo é salvar a alma, qual a lógica de efectuar um casamento em grau proibido?

Este libelo é entregue na câmara eclesiástica em 24 de Abril de 1713. Em 29 de Abril, o provisor manda passar o caso a contencioso. Transitava, assim, o processo para o auditório eclesiástico. A documentação disponível não permite seguir o processo a partir deste momento, mas sabemos, por outras fontes, que nunca chegaram a casar.

1.2.7 Denunciados de novo

Os ano de 1712-13 foram graves de consequências para os dois. O processo contencioso decorrente do impedimento desencadeia--se a partir de 24 de Abril. A última filha nascida a ambos, Luísa

Maria, morre em 7 de Julho. Em 1712 e 1713 os visitadores voltam a Soure. Com a publicidade existente à volta do impedimento e a gravidez recente de Isabel, o seu caso devia estar bem presente na memória das pessoas. Não temos a devassa de 1712, mas sabemos por uma nota posterior que foram os dois culpados. Em Agosto de 1713 é o próprio bispo, D. António de Vasconcelos, que se desloca em visitação. Seis testemunhas vão denunciar o amancebamento antigo de José e Inês.

As testemunhas sabem que havia intenção de casar mas que saiu um impedimento. Algumas, como José Gonçalves do Sobral[76], especificam tratar-se de um parentesco de afinidade. Outras, como Manuel Francisco, fazem confusão dizendo que o impedimento se baseou em ela ter tido cópula com o sobrinho dele[77]. Nenhuma das testemunhas relata a razão real do impedimento ou, se o faz, tal não é registado nos depoimentos[78]. Como aconteceu nas devassas dos anos 90, o visitador não tem dúvidas e pronuncia-os como culpados.

Mas agora não se trata de um delito de concubinato simples. Passou a concubinato incestuoso em primeiro grau de afinidade. A pena para estes casos é prisão e degredo para fora do bispado.

---

[76] Este José Gonçalves poderá ser o mesmo que é referido na declaração de Martinho da Cunha no impedimento de 17 de Maio de 1712.

[77] Confusão que decorre do conhecimento indirecto do caso, mas que mostra como a informação circula. O sobrinho de José é o autor do impedimento.

[78] O que poderá atestar a eficácia com que as diligências decorrentes do impedimento foram feitas, executando a determinação de segredo no respeitante a Maria. Só muito mais tarde, em 1737, é que testemunhas em devassa parecem conhecer que ele teria tido uma relação com uma irmã de Isabel.

A pronúncia é, por isso, de "prezos por incesto". Não sabemos se de facto havia um impedimento real ao casamento mas, por uma volta paradoxal do destino, o facto de José e Isabel terem querido casar tornou a sua relação ainda mais complicada. E no momento em que apontavam para uma legitimação da situação, esta tornou-se, aos olhos da justiça eclesiástica, ainda mais gravemente ilícita.

Segundo a processologia visitacional, uma pronúncia de prisão por concubinato incestuoso daria lugar a um processo no auditório[79]. Como José e Isabel já tinham um processo a correr, é possível que de algum modo se tenham fundido os dois casos, uma vez que a qualidade da culpa em visita estava dependente da sentença final sobre o impedimento. Não sabemos quanto tempo, se algum, estiveram no aljube eclesiástico, mas em 1715 José está em Soure.

Sabemos algo mais. O vigário geral do bispado na altura do impedimento era José Freire de Faria, beneficiado na Igreja de Sintra, que tinha sido trazido pelo bispo António de Vasconcelos e

---

[79] Os visitadores eram acompanhados de um meirinho eclesiástico cuja função era *"prender os culpados que trouxer a rol & assim aqueles que por nós, ou nosso provisor, ou vigário geral, ou visitador, andando visitando, lhe for mandado"*. De um modo mais geral o meirinho devia *"fazer cumprir as couzas mandadas em visitações"* — *Regimento do Auditório eclesástico de Coimbra, 1591*, cap. IX, parag. 1 e 2. Nem todos os casos que eram pronunciados a processo de auditório implicavam prisão preventiva. Em casos menos graves os denunciados aguardariam julgamento em liberdade, se bem que condicionada. A pronúncia nesses casos era "livrem-se seguros" em vez de "livrem-se prezos".

Sousa para o governo da diocese. Como muitos outros elementos do topo da administração diocesana, Freire de Faria foi visitador. Coube-lhe o arcediagado de Penela em 1708, 1712 e novamente em 1716 e, nesses anos, foi ele que visitou Soure. Da devassa de 1708 sabemos que José e Isabel não foram inculpados, apesar de terem sido ouvidas testemunhas do Sobral. Mas em 1712 foram. De 1716 temos os termos de admoestação, mas Isabel e José já há muito tinham ultrapassado as três admoestações canónicas. Se foram culpados nesse ano não temos traço deles, mas pensamos que teria ficado registo na sentença final posteriormente exarada em mesa, como aconteceu com as culpas de 1712 e 13.

O vigário geral poderia, assim, ter um duplo conhecimento do caso, através do impedimento e da denúncia em devassa. Não podemos dizer que, de facto, esse duplo conhecimento, que é mais virtual que real, tivesse tido alguma consequência. O visitador ouviu centenas de testemunhas em visita e passaram-lhe pelos olhos muitas dezenas de casos. Enquanto vigário geral provavelmente despachou muitos mais casos.

Mas o detalhe da dupla função do vigário geral só tem interesse por um pormenor, a que não podemos deixar de dar significado. José Freire de Faria aparece na documentação local a outro título completamente diferente: foi padrinho de um baptismo em Soure em 28 de Fevereiro de 1715. O pai da criança era Martinho da Cunha, o autor do impedimento que ao vigário geral competia processar. Não julgamos que a conclusão mais óbvia seja necessariamente a mais verdadeira. Se o apadrinhamento representa uma relação de proximidade qualquer, então esta pode ter sido usada em vários sentidos,

inclusivamente para suavizar as consequências do impedimento que Martinho levantou.

Seja como for, não há dúvida que existe uma ligação entre a família de José, do ramo de maior qualidade ligado aos Ataíde, que Martinho representa, e o vigário geral da diocese a quem competia conhecer os casos de impedimento. Esse mesmo vigário geral foi visitador em Soure, nomeadamente na primeira visita em que José e Isabel são culpados depois de enviuvarem.

1.2.8 Avós

Em 1715 José está em Soure. O filho João, que teve de Isabel, é padrinho de um filho da irmã desta[80]. Ele e Isabel reaparecem novamente em 1718 no casamento do mesmo João. Tanto quanto sabemos, farão vida de coabitação até 1736, quando voltam a ser acusados em visita. Não foram nunca denunciados nas visitas que se conservam entre 1713 e essa data, apesar de serem ouvidas, pelo menos em 1718, testemunhas do Sobral.[81]

O casamento do filho de José e Isabel encerra um ciclo. É um acto que permite, retrospectivamente, esclarecer alguns dos pormenores e mecanismos que operam nas relações sociais que se vão tecendo à volta deste caso.

---

[80] AUC, Baptismo de 16-12-1715.

[81] Conservam-se as devassas de 1718, 1721 e 1725. Perderam-se as de 1716, 1720 e 1733, cuja existência se conhece por outra documentação. De algumas destas conservamos os termos de admoestação, mas a culpa de José e Isabel não era do tipo que desse lugar a um termo.

Ao casar-se, o filho de José e Isabel assumirá o nome de "João Homem da Cunha" como o seu bisavô, o "brasileiro", filho bastardo de ainda outro João Homem da Cunha. Casa-se com Luísa Maria que era afilhada de seu pai.

O primeiro acto que temos conhecimento de José ter feito após a primeira denúncia na devassa de Abril de 1692, foi ser padrinho desta criança que, 26 anos mais tarde, se casou com o seu filho, tendo sua mãe, D.Maria da Cunha, sido madrinha[82]. Quando Isabel engravidou pela última vez, em 1712, Luísa Maria tinha 20 anos e foi o seu nome que Isabel e José deram à criança.

João Homem da Cunha casa na família de João Rodrigues que tinha já relações com os Cunha e Sá através de apadrinhamentos de D. Maria, José e do irmão Rodrigo a suas filhas e filhos. A própria D.Inês Galvão de Melo, mulher de José, tinha sido madrinha de um dos filhos de João Rodrigues. Mais significativamente ainda, o tio de Inês, Alexandre Mendes Ravasco, tinha casado em segundas núpcias, dois anos antes, com uma irmã mais velha de Luísa Maria, de nome Mariana.

Quando João Homem da Cunha e Luísa Maria casam, em Maio, a noiva está grávida de 4 meses. Tiveram a sorte, ou a previdência, de casar a tempo, porque na visita desse ano, em Agosto de 1718, foram ouvidas várias testemunhas do Sobral e denunciados casos daí. Luísa Maria estava grávida de 7 meses nessa altura.

A criança, o primeiro neto de Isabel e José, de nome António, é baptisado em 19 de Outubro de 1718. O padrinho será Manuel,

---

[82] AUC, Baptismo de 20 de Maio de 1692.

filho de José e de Inês Galvão de Melo, que tem 22 anos de idade. Apadrinha o filho do meio-irmão. O celebrante é, mais uma vez, o padre Teodósio Mendes, tio de Inês. José da Cunha une de novo as suas duas famílias paralelas.

1.2.9 O FIM

Quando ocorre a devassa de 1736 passaram-se 44 anos desde a primeira vez que os nomes de José e Isabel foram mencionados a um visitador. Ambos são pessoas idosas, na casa dos sessenta anos. São viúvos há 30 anos. Denunciados por cinco testemunhas, algumas delas nascidas depois das primeiras denúncias terem saído nas devassas dos anos noventa, são novamente pronunciados a livrarem-se presos por incesto.

Mas ao contrário do que aconteceu em 1713, temos, desta vez, registado no fim da pronúncia a sentença final da mesa eclesiástica após o processo no auditório[83]:

> A ré Isabel Rodrigues, viúva de António Francisco do Sobral registou sentença da Mesa de 12 de Abril de 1737. Condenada em 8 mil réis na forma ordinária e dois anos de degredo para Miranda e que estivesse mais seis meses no Aljube e pagasse as custas = escrivão Monteiro por Maia = Coimbra 10 de Julho de 1737 = e esta sentença compreende a acumulação das culpas das devassas de 1712 e 1713 aonde se refere o registo destas. Vasques

[83] A pronúncia da devassa de Penela de 1736 tem como traço distintivo o registo do resultado final de todos os casos pronunciados que deram origem a processos de auditório. Ver AUC, *Devassa de Penela*, 1736, III/D1, 4, 4, 64, fol. 175 ss.

> O réu José da Cunha de Sá Recebeu sentença da Mesa de 19 de Julho de 1737 condenado em 3 anos de degredo para o Algarve e que estivesse oito meses na prisão em que achava e por sua pobreza foi relevado da pena pecuniária que merecia e foi só condenado nas custas dos autos = escrivão Maia. Coimbra, 17 de Janeiro de 1738. Vasques.

A referência final na nota da sentença de Isabel deixa supor que, de facto, não houve culpas entre 1713 e 1737. Ficamos também a saber que estavam realmente presos em 1737. Entre 1713 e 1736, aparentemente, José e Isabel estão livres com as culpas referentes às devassas de 1712 e 1713 ainda por julgar, uma vez que vão ser acumuladas junto com as de 1736[84]. Não se compreende por que não houve consequências directas das culpas anteriores e foi necessário esperar 23 anos para finalmente sentenciar os culpados. Estas dilações poderão eventualmente estar ligadas a problemas específicos do funcionamento da justiça episcopal neste período. O bispado de Coimbra passa por uma longa *sede vacante* entre 1717 e 1741. Sabemos que nesse período houve problemas de funcionamento das estruturas diocesenas que levaram a uma intervenção do rei em 1725, mandando fazer novas eleições de provisor, vigário geral e visitadores [85].

---

[84] Assim se explicaria por que é que na pronúncia de 1713 aparece registada a sentença de 1737, o que é atípico.

[85] Ver Fortunato de Almeida, *História da Igreja...*, vol. II, 63-64. Entre os abusos a que D.João V estava a pôr termo contava-se "*a omissão com que, por respeitos particulares, se dissimulava frequentemente o castigo dos culpados e se permitiam liberdades aos presos com notória ofensa da justiça*",p.64. Recordemos também o

O perdão da multa pecuniária a José, em 1737, "por sua pobreza", dá um toque de tragédia humana final a este longo caso. Quando foi denunciado a primeira vez, em 1692, assinou o seu termo de confissão num grande floreado e o visitador perdoara-lhe a multa, por ser "homem fidalgo".

As questões levantadas por este caso são múltiplas e tocam, como referimos na apresentação, quase todos os aspectos da problemática dos pecadores públicos e não só os relativos ao funcionamento da justiça episcopal. As questões de desigualdade social, as estratégias familiares, os mecanismos de sociabilidade, todos eles operam aqui com uma visibilidade extremamente reveladora. E perante um caso que resiste 40 anos a todo o tipo de peripécias, é difícil não formular uma interrogação sobre o tipo de afectos envolvidos.

1.2.10 RESUMO E PROBLEMAS

Amancebados durante 50 anos, pecadores públicos por excelência, José e Isabel fazem-nos contemplar muitas das principais questões que se levantam à compreensão deste tipo de comportamentos.

A primeira questão diz respeito ao efeito que tem nas relações sociais locais o facto de os indivíduos terem um comportamento à

---

corte de relações com a Santa Sé, que ocorreu entre 1728 e 1732, que teria como consequência, entre outras coisas, a impossibilidade de obter dispensas (ver Fortunato de Almeida, *op. cit*, II, p.345-349).

margem da moral cristã que culmina na sua identificação jurídica como pecadores públicos.

A primeira acusação em devassa não parece provocar nenhuma exclusão social a José ou a Isabel. Dois meses depois, ele está a apadrinhar crianças e a ligar-se por teias de sociabilidade que darão os seus frutos mais tarde. Do mesmo modo, a família de Isabel não parece particularmente segregada. Estão obviamente a um nível social muito inferior e, por isso, não centralizam tanto os fluxos dos contactos sociais. Mas participam na vida da aldeia: casam, têm filhos, apadrinham as crianças dos vizinhos e dos parentes.

O amancebamento público não dificulta o casamento a José. A sua família e a da sua mulher participam dos actos ligados à sua relação ilícita. José parece ter a capacidade de manobrar com à vontade a sua dupla vida. Esse poder exprime-se simbolicamente com particular clareza em dois momentos: em 1707, no baptismo em que Rodrigo, seu filho e de Inês, apadrinha uma criança de que Isabel é madrinha, numa altura em que os casamentos de cada um vigoram e as duas famílias vivem as suas vidas próprias; em 1718, quando o seu outro filho legítimo, Manuel apadrinha a criança de João Homem, filho de Isabel. Ao analisarmos o diagrama das relações sociais subjacentes às várias famílias envolvidas apercebemo-nos de que a exclusão não opera nem ao nível microscópico das personalidades directamente envolvidas, onde eventuais afectos em conflito forçariam a uma separação de águas (figura 18).

Neste caso concreto a marginalização verdadeira e violenta não ocorre quando os dois se amancebam, mais sim quando querem

casar. Este episódio, atípico, dá uma profundidade explicativa ao caso que muitos outros não têm. Não porque seja raro as pessoas casarem-se depois de terem tido uma relação ilícita. Antes pelo contrário, como vemos aqui na relação entre João, filho de José, e Luísa Maria, que se casam quando a rapariga engravida.

O significado do casamento falhado de José e Isabel consiste em demonstrar que a lógica de aferição dos comportamentos que decorre de uma estratégia familiar é muito mais forte do que a lógica da conformação aos preceitos da moral cristã. Por outras palavras: as famílias que integravam facilmente uma relação amoral não aceitam que ela se legitime, porque isso põe em causa as potencialidades da linhagem e a sobrevivência do património. A diminuição de "qualidade" que o casamento de José com Isabel implicava toca toda a família e fazia da filha do trabalhador do Sobral uma herdeira potencial dos Cunha de Eça. A moral da família nem sempre coincide com a moral cristã.

Mas, em caso de necessidade, a moral familiar encontra expressão em termo de regras eclesiásticas e recorre a elas para se fazer valer. O impedimento de afinidade por cópula ilícita é extremamente fácil de insinuar, uma vez que não necessita mais do que um certo número de testemunhas a comprovarem terem tido conhecimento do acto. Enquanto não fizer perigar o essencial, o comportamento moral de José é tolerado e absorvido pela família respectiva. Quando os interesses da família são postos em causa, recorre-se aos mecanismos eclesiásticos.

A segunda questão que se levanta diz respeito ao modo como os comportamentos decorrem de posicionamentos sociais das pessoas. Um aspecto interessante e significativo do caso de José e Isabel é que na teia de relações que se urde à volta do casal temos representados todos os estratos sociais da comunidade. Temos uma família da governança que aparentemente procura tecer laços com gente de maior qualidade, temos depois o ramo dos Ataídes, da Quinta da Capa Rota, representado pelo sobrinho de José, Martinho da Cunha, que representa a nobreza local de um nível superior. Depois, temos João Rodrigues, um lavrador de Soure, que poderia ser pessoa bastante abastada. Os mesmos Ravasco que procuraram os Cunha de Eça e os Sanhudos não desdenham casar com uma filha destes, embora em segunda núpcias. Abaixo da família de João Rodrigues estão os trabalhadores sem terra, ou gente de pobre ofício, como Simão Caseirinho e o barbeiro Manuel Rodrigues. Todos se parecem mover na mesma direcção: o estrato social imediatamente acima.

O terceiro problema é o da eficácia das visitas e dos mecanismos de justiça consequentes na normalização dos comportamentos. Com efeito, não só vemos um caso delatado em 1692, que ainda decorre em 1736, como, ao analisarmos cuidadosamente as várias interacções da justiça com os intervenientes, nos apercebemos que ocorreram hiatos, processos inconclusos e, eventualmente, inflexões provocadas por influências de parte interessada.

Mas será este caso uma ocorrência isolada? Encontraremos estes traços noutras circunstâncias? Antes de abordar as questões levantadas, iremos acumular mais informação. Aproveitando o contexto das personagens já introduzidas, vamos examinar uma série de casos em que estiveram envolvidos os irmãos de Inês Galvão de Melo: António e Manuel.

1.3. Rendeiros, trabalhadores e almocreves

António Mendes Ravasco, pai de Inês Galvão de Melo, tinha dois filhos: Manuel e António. Encontramo-los na companhia do pai a apadrinhar crianças a partir de 1686 e 1693, obedecendo, assim, ao padrão de "entrada em sociedade" que é comum a todos os estratos sociais. Manuel será padrinho de um dos filhos da irmã, de nome José, em 1699.

Ambos serão denunciados em visitas. Manuel será acusado de concubinato em 1705 e António, do mesmo delito, com duas mulheres casadas em 1708, agravado da acusação de ameaçar testemunhas da devassa. Estes casos são significativos, porque permitem reconstituir uma rede intrincada de pessoas com comportamentos ilícitos, alguns dos quais foram denunciados em devassas, outros não, e vislumbrar melhor como as diferenças de estatuto social moldam os comportamentos.

Manuel e António moravam no Paleão, perto dos Casais de S. Mateus, em cuja ermida se tinha casado a irmã com José da Cunha de Eça. A residência registada dos Ravascos oscila entre os dois topónimos, que são próximos, pelo que devemos considerar que habitam sempre o mesmo lugar[86].

Na devassa de 1705, Manuel Marques é acusado com Ana, filha de Diogo Jorge. A devassa decorreu no dia 5 de Outubro e Ana tinha dado à luz um filho, que Manuel reconheceu no acto de baptismo em 1 de Julho desse ano. O facto de ter surgido uma criança e esta ter sido assumida pelo pai propicia a denúncia. A gravidez de uma rapariga solteira atraía a atenção dos vizinhos e deveria haver expectativa para saber em que termos seria baptizada. Com apenas três meses decorridos desde o baptismo, as testemunhas do Paleão têm os factos bem presentes.

Segundo a testemunha Manuel Oliveira, um seareiro de 60 anos do Paleão:

> "... depois que a denunciada não podia encobrir ser prenhe a levou o denunciado para uma casa sua adonde a denunciada lhe vendia vinho e na dita casa assistia o denunciado todas as vezes que lhe parecia até que na dita casa pariu e da dita casa foi a criança a baptizar e o denunciado lhe assistiu como pai e nunca negou nem nega ser sua filha e depois de baptizada a criança alugou uma casa o denunciado aonde tem a denunciada e a sustenta de todo o necessario e achando-

---

86 Dos 19 registos de residência que temos para António Mendes Ravasco, pai de António, Manuel e Inês, três são de "S. Mateus", cinco de "Casais de S. Mateus", 8 do Paleão e três de Soure. A oscilação entre Casais de S.Mateus e Paleão explica-se pela proximidade dos dois topónimos e o carácter disperso do povoamento. Sobre este aspecto ver, na segunda parte, o capítulo sobre as características do povoamento na zona de Soure.

> se a denunciada doente deu o denunciado a criança a criar a uma mulher que se chama Isabel Pereira do mesmo lugar não porque lhe dê leite, pelo não ter, mas sim pela levar às mulheres que o tem o que tudo causa grande e geral escândalo."[87]

Quatro testemunhas adicionais confirmam o relato. Sabemos de que meio familiar é originário Manuel Marques e os detalhes do amancebamento confirmam ser pessoa de posses que comercia vinho, aluga casas e paga a amas. Quando Manuel e Ana baptizam a criança, de nome Caetana, a madrinha será Teresa Maria, mulher de João Mendes, que sabemos, por informação posterior, ser um rendeiro de pelo menos duas das comendas de Soure: Alencarce e S.Pedro das Várzeas[88]. O padrinho foi Luís de Miranda, de Verride, sobre quem não temos mais informação[89].

Ana morrerá pouco depois, em 11 de Dezembro de 1705. A criança sobreviverá, uma vez que iremos encontrá-la com o tio

---

[87] AUC, *Devassas de Penela, 1705*, III/D, 1, 4, 4, 50, fol.71 e ss.

[88] João Mendes sub-contrata a cobrança de rendas da comenda de S.Pedro a 26 de Junho de 1701 a António Lourenço de Soure (AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol.141-141v) e na zona do Sobral e Almagreira a oito habitantes daí em 3 de Maio de 1713 (*Idem*, ID, 8, 2, 6, fol.37-38v). Outros contratos aparecem envolvendo o mesmo e relativos às rendas de Alencarce a 13 de Agosto do mesmo ano (*Idem*, ID, 8, 2, 6, fol 92-92v). O comendador de Alencarce, João de Saldanha de Alburquerque, foi padrinho, por procuração, de um filho de João Mendes, em 19 de Maio de 1707. A actividade deste não se restringe a Soure. Em 30 de Março de 1701 tinha arrendado a comenda de S.Miguel da Ordem de Cristo de Foz de Arouce, das mãos do procurador do visconde de Fonte Arcada (*Idem*, ID, 8, 2, 5, fol.113-114v). Sobre as comendas ver na segunda parte o capítulo 2.3.2.

[89] AUC, Baptismo de 1-7-1705.

António Mendes, em 1708, como madrinha de um baptismo[90]. Ana era filha de Diogo Jorge, referido como "trabalhador" e pessoa "que vive do seu trabalho" nas devassas de 1692 e 1694, em que foi testemunha[91].

Temos assim mais um caso de desnível social. Esse desnível é-nos revelado não só pela informação externa que temos sobre os atributos pessoais, mas também pelo próprio comportamento relacional dos indivíduos envolvidos. Numa figura que é recorrente nos amancebamentos desnivelados, alguém da família de Manuel Marques foi padrinho de alguém da família de Ana: em 6 de Setembro de 1686, Maria, irmã de Manuel, foi madrinha de António, irmão de Ana. Vimos a mesma situação a ocorrer no caso de José e Isabel, a respeito de Maria, filha do barbeiro Manuel Rodrigues, em que um apadrinhamento também recobria uma ligação ilegítima. José, culpado com Maria de amancebamento, fora padrinho de um irmão desta. Veremos mais exemplos deste padrão.

Ao reconstituirmos o contexto de relações sociais à volta deste caso encontramos um conjunto de comportamentos ilícitos da parte de indivíduos fortemente relacionados (ver figura 19).

Ana tinha uma irmã, Isabel, que nasceu em 13 de Maio de 1691. Em 15 de Julho de 1711 Isabel teve uma criança de nome Maria, ilegítima, que baptiza sem nomear o pai. A criança morre pouco

---

90 AUC, Baptismo de 19 -8-1708.

91 AUC, *Devassa de Penela, 1692*, III/D, 1, 5, 2, 135, fol. 1 e ss, e*Devassa de Penela, 1694*, III/D, 1, 4, 3, 67, fol. 147v.

depois, em 30 de Dezembro do mesmo ano. Isabel casará em 7 Julho do ano seguinte, com Simão Lopes de Carvalho, da freguesia de Sebal Grande. Não sabemos se teria alguma relação com a criança nascida um ano antes. A partir do casamento desaparecem das nossas fontes.

O padrinho de baptismo desta Isabel, em 1691, fora Baptista de Moura, ermitão de S. Mateus. Viúvo desde 1688, baptizara nesse ano de 91 uma criança ilegítima de Isabel Carvalho. Foram culpados na visita de 1692 pela qual ficamos a saber que Isabel é criada de Baptista de Moura[92]. Ele já tinha sido padrinho de outro irmão de Isabel e Ana, de nome José, em 17-10-1688.

O irmão mais novo de Ana e Isabel, João, baptizado em 15 de Maio de 1695, teve como padrinho João da Cunha, que em 1 de Novembro de 1699 teve um filho ilegítimo de Isabel Gaspar, a "chichorra" de alcunha. Esta Isabel Gaspar era provavelmente filha de Catarina Gaspar, com a mesma alcunha, que foi acusada de curandeira em 1692. João da Cunha foi também padrinho de um filho de Manuel Gonçalves, almocreve. A segunda mulher de Manuel Gonçalves será culpada com António Mendes, irmão de Manuel Mateus, na devassa 1708.

Examinemos a rede de relações do lado dos casos de António Mendes, irmão de Manuel Mateus.

António Mendes foi denunciado três anos depois do irmão, na devassa de 1708, de amancebamento com duas mulheres casadas. Segundo o padre Pascoal Gomes de Oliveira, que testemunhou em

---

[92] AUC, Baptismo de 29-10-1691.

1708, António Mendes, na véspera da devassa, estaria bastante inquieto, ameaçando com represálias a quem o denunciasse:

> "receando já que o culpassem nesta visita com as sobreditas mulheres, que se o culpassem havia de saber quem eram as testemunhas que o culpavam e que sabendo lho haviam de pagar"[93]

As denúncias apareceram, apesar disso. A primeira foi de amancebamento com Helena Simões. O marido de Helena, Manuel Gonçalves, era um almocreve do Paleão. Uma das testemunhas, o padre Manuel Afonso, afirmou que António Mendes entrava e saía em casa de Helena com o marido lá, ou com o marido fora, alegando ser compadre deste por ser padrinho de um filho que Manuel Gonçalves teria tido de uma anterior esposa. Outra testemunha, o padre Pascoal Gomes de Oliveira, afirma que "como o dito António Mendes era rendeiro da Comenda de Tristão de Albuquerque o mandava [ao marido] fora da terra a negócios seus"[94].

Helena era a segunda mulher de Manuel Gonçalves. A primeira, de nome Domingas Gomes, morrera em 1703[95]. Não encontramos registo de António Mendes ter sido padrinho de um filho anterior de Manuel Gonçalves, como afirmou à testemunha da devassa, mas encontramos a sua irmã, Maria Galvão, como

---

[93] AUC, *Devassa de Penela de 1708*, III/D, 1, 5, 2, 140, fol.325-361, testemunho do padre Pascoal Gomes de Oliveira.

[94] A comenda referida é a Comenda do Palião e Casa Velha, e o Comendador Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado.

[95] AUC, Óbito de 19-10-1703.

madrinha de Josefa, filha de Manuel Gonçalves e Domingas Gomes em 11 de Junho de 1696. Repete-se novamente o padrão de uma ligação ilícita ocorrer entre duas famílias ligadas por uma relação de compadrio.

Helena tinha nascido em 2 de Janeiro de 1689 e casou-se com Manuel Gonçalves em 21 de Fevereiro de 1707. Tinha 18 anos e estava grávida de cinco meses quando casou. A criança, de nome Luís, foi baptizada em 5 de Junho como sendo filha sua e de Manuel Gonçalves. Helena terá mais dois filhos, António e Teresa, até à morte do marido, em 5 de Outubro de 1712. Helena reaparecerá nas devassas a partir de 1719, repetidamente, por um amancebamento com um Manuel Esteves, pedreiro, natural do Minho, de alcunha o galego[96]. O pai de Helena, Manuel Francisco, foi chamado a depor na devassa de 1708 e deu como ocupação "trabalhador".

A acusão de concubinato adulterino com António Mendes ocorre em Julho de 1708. Nessa altura Helena estava grávida e dará à luz em 19 de Agosto uma criança que baptizará com o nome de António. O padrinho desta criança será Manuel Marques, identificado no acto como irmão de António Mendes, numa fórmula atípica nos registos paroquiais de Soure. Neste assento Manuel Marques é dado como residente em Lisboa e teremos confirmação posterior que de facto se mudou para aquela cidade, provavelmente no seguimento de casamento.

---

[96] AUC, *Termos de Admoestação de Penela de 1719*, III/D, 1, 4, 4, 56 (não se conserva a devassa), termo de admoestação em 1º lapso, a 25 de Julho de 1720. *Devassa de Penela 1721*, III/D, 1, 4, 4, 47, fol.167 e ss. *Devassa de Penela 1725*, III/D, 1, 4, 4, 58, fol. 233.

António Mendes tem um outro caso delatado na devassa de 1708, com Josefa de Oliveira, mulher de António Aires, "trabalhador de enxada". Josefa era natural de Condeixa-a-Velha. Deve ter casado pouco antes de 1708, altura em que nos aparece pela primeira vez, como mãe, num assento de baptismo. A figura típica do compadrio precedendo a relação ilícita aparece aqui deslocada para o futuro: o primeiro filho que António Aires e Josefa de Oliveira baptizam a seguir à devassa de 1708 é Isabel, em 16-6-1709, sendo padrinho António Mendes Ravasco, pai de António Mendes e Manuel Marques.

O padrinho dos dois filhos que nascem a Josefa de Oliveira e António Aires, em 1712 e 1713, foi João Rodrigues de Oliveira, ermitão e rendeiro de S. Mateus, tendo provavelmente substituído nessa ocupação Baptista de Moura, que vimos acima como padrinho de uma filha de Diogo Jorge. Baptista desaparece das nossas fontes a partir da acusação, em 1692, de amancebamento com a sua criada Isabel. João Rodrigues de Oliveira, que sabemos ser oriundo de Lisboa, aparece-nos pela primeira vez a baptizar um filho em 1710 e é referido como rendeiro e ermitão de S. Mateus a partir de 1712[97]. Vivia em S. Mateus, muito provavelmente em casas da própria comenda. João Rodrigues herda mais que o cargo e a residência de Baptista de Moura. Também ele será acusado de uma relação com uma criada, de nome Inês, filha de Mateus Mendes, barbeiro[98]. A partir de 1715

---

[97] AUC, Baptismos de 15-4-1710 e 20-2-1712.

[98] AUC, *Devassas de Penela, 1713*, III/D, 1, 4, 4, 52, fol. 325-361, AUC, *Termos de admoestação de Penela 1716*, III/D, 1, 4, 4, 53, admoestações de 1 de Julho de

Oliveira desaparece dos registos paroquiais e, no termo de admoestação em segundo lapso que fez em 1716, era dado como residente no Louriçal. Como Inês se mantém em Soure e Oliveira a visita com frequência, continuam a ser denunciados nas visitas.

Uma das testemunhas que acusa António Mendes e Josefa de Oliveira é Domingas Luís, mulher solteira, de 40 anos, em 1708. Domingas diz-se tia de António Aires, marido de Josefa. Já tinha aparecido anteriormente em devassas, acusada de amancebamento em segundo grau de afinidade com um Manuel Aires, em 1692, teria então 24 anos. Manuel Aires era viúvo de uma prima de Domingas. Segundo as testemunhas seria público que queriam casar mas eram pobres para conseguir a dispensa. Manuel chegou a pedir à testemunha Simão Afonso que o fiasse para ir a Roma. Mas o casamento não ocorreu: Manuel Aires faleceu em 1695 e foi a enterrar em 30 de Setembro. Domingas aparece-nos, assim, 16 anos depois ainda solteira. Denunciada em 1692, acusa o parente em 1708.

O diagrama da figura 19 sintetiza os elementos que temos vindo a relatar. Vemos um conjunto de comportamentos ilícitos que têm como actores pessoas ligadas por laços de sociabilidade, o apadrinhamento, ou relações profissionais, como criada-amo, ou rendeiro-almocreve. Trata-se de relações extremamente simples e imediatas e propositadamente ignorámos elos mais distantes como pessoas que se designaram como "cunhados" ou outros parentescos indeferenciados que, por não podermos traduzir sem

---

1716 (fizeram os dois termo no mesmo dia, na freguesia da Ega) e *Devassa de Penela, 1718,* III/D, 1, 4, 4, 54, fol.s 298-319 bis.

ambiguidade em ligações elementares, não incluímos nesta reconstituição. Mantivémos apenas uma ligação de "tia" - todas as outras são elementares: pais-filhos, maridos-mulheres, concubino-concubina, padrinhos ou madrinhas - afilhados. Também não considerámos como uma relação o simples facto de determinada pessoa denunciar outra. Não podemos presumir que uma denúncia recobre, por princípio, uma proximidade entre o denunciante e o denunciado na ausência de uma indicação precisa. Também ignorámos algumas informações que envolviam pessoas de identificação menos segura, embora provável. Podemos concluir que esta imagem que a figura representa só peca por defeito. Não esqueçamos também que este conjunto de casos se liga ao relato de José da Cunha e Isabel, através da irmã de António Mendes e Manuel Marques, Inês Galvão de Melo.

Neste conjunto de relações e comportamentos ilícitos sobressaem, por mais de uma vez, rendeiros. João Rodrigues de Oliveira é rendeiro e ermitão e António Mendes é igualmente rendeiro do comendador Tristão de Albuquerque. Oliveira sub-contratou parte do arrendamento da Comenda Mestral em 1713[99]. O ermitão de S. Mateus deveria ser ao mesmo tempo o rendeiro da comenda. A sua função nada teria de religiosa. Entre as rendas das comendas de S. Mateus figuravam as oferendas dos fiéis devendo caber ao ermitão recolhê-las. A comenda tinha ainda algumas terras, que não eram muitas, cujos foros e rações teriam de ser recolhidos. Assim, Baptista de Moura, ermitão em 1691, é também

---

[99] AUC, *Notários de Soure*, I/D, 8, 2, 4, fol 24-26, escritura de fiança em 22-6-1691, e 1D, 8, 2, 6 fol 93-93v, escritura de 13 -8-1713.

um rendeiro. Outro rendeiro não associado, tanto quanto sabemos, a comportamentos ilícitos, mas estritamente ligado ao nosso grupo, é João Mendes, rendeiro de S. Pedro, de Alencarce e de S. Miguel de Foz de Arouce, que foi padrinho da filha de Manuel Marques e Ana, assim como de um filho de João Rodrigues de Oliveira. A filha de João Mendes foi madrinha em 1703 de uma filha de Alexandre Gomes, o almocreve que em 1708 denunciou o caso de António Mendes com Helena[100]. Em 1707 o Comendador de Alencarce, João de Saldanha de Alburquerque, da família que no reinado de D. José dará origem ao título de Conde da Ega, foi padrinho de um filho de João Mendes, fazendo-se representar por procurador[101]. Temos, assim, uma teia intrincada de relações de sociabilidade que vai desde o comendador ausente até aos almocreves do Paleão e onde os rendeiros ocupam uma posição de charneira.

Estes homens detinham considerável poder. A arrecadação das rendas da comenda Mestral teve valores de 505.000 réis em 1691 e de 700.000 réis em 1718[102]. Uma cobrança eficaz das rendas implicava o estabelecimento de sociedades cujo fim era associar o rendeiro principal com indivíduos que poderiam, no terreno,

[100] A Comenda de S. Pedro tinha o direito de relego do vinho, que cabia à Ordem de Cristo em Soure. Assim, durante alguns meses, João Mendes teria vinho para escoar rapidamente. É possível que a sua ligação com Manuel Marques passasse pela venda de vinho, actividade em que este último coloca Ana quando ela engravida.

[101] AUC, baptismo de 19 -5-1707.

[102] AUC, *Notários de Soure*, I/D, 8, 2, 8, fol 7-7v, escritura de fiança de 9-10-1718.

cobrar eficazmente as rendas. Estes últimos, longe de serem pessoas de grandes posses, eram antes lavradores ou mesmo gente de ofício esperançados em conseguir algum rendimento adicional. Outro almocreve do Paleão, Manuel Gomes de Oliveira, participou numa destas sociedades com o mesmo João Mendes[103]. Temos notícia de um Manuel Ferreira, também do Paleão, acusado de palavras escandalosas na devassa de 1692, que é caracterizado pelas testemunhas como "sapateiro e rendeiro". Visivelmente, para os contemporâneos, rendeiro é todo aquele que surge na eira, depois das colheitas, para levar as rações e que, circunstancialmente, pode ser o sapateiro do lugar. É necessário por isso complexificar a imagem do rendeiro que se colhe analisando os grandes contratos que ficam nos livros notariais.

O Paleão é terra de almocreves. Todas as referências a pessoas dessa profissão que encontramos nos registos são residentes na aldeia. Existiam acordos entre a câmara de Soure e os oficiais do Paleão para que os almocreves daí assumissem o abastecimento de peixe à vila[104]. Ora os rendeiros não passariam sem os almocreves

---

[103] AUC, *Notários de Soure*, I/D, 8, 2, 5, fol. 28-28v, escritura de procuração de 22-5-1700. Pela escritura Manuel Gomes passa procuração a Domingos Galhardo e João Mendes para cobrarem parte das rendas que estes lhe tinham dado em arrendamento.

[104] A aldeia do Paleão tinha autonomia jurisdicional da câmara de Soure, por privilégio antigo, embora, segundo as ordenações, o não devesse ter pela proximidade da vila e o pequeno número de moradores. Este facto originou um conflito entre os oficiais locais e o Corregedor em 1549, que subiu à Casa da Suplicação, tendo sido decidido a favor da manutenção da autonomia, como se referirá na segunda parte. O acordo entre o julgado do Paleão e a

para escoar rapidamente os produtos arrecadados. António Mendes é precisamente acusado de, sendo rendeiro, mandar o marido de Helena em negócios seus. Também haveria trabalho frequente para trabalhadores braçais que movimentassem os cereais e outros produtos cobrados nas rendas. À volta da cobrança das rendas estrutura-se assim, espontaneamente, uma rede de dependências muito diferenciada socialmente. Acresce que estas incontornáveis dependências se revestem da precaridade intrínseca aos contratos de arrematação anuais. Podemos imaginar a expectativa que se avoluma todos os anos, não só nos arrematantes principais, mas em toda a rede que os rodeia. S. Mateus, a ermida de S. Pedro e a aldeia do Paleão situam-se muito próximos uns dos outros. Assim, os almocreves e os rendeiros juntam a proximidade funcional à proximidade física.

O mecanismo de apropriação que as comendas representam neste território cria, assim, um modo de estruturação próprio das relações sociais. O significativo fluxo de bens para o exterior, canalizado pelos rendeiros, constitui uma singularidade que permite a criação de figuras menos típicas na rede. É esse efeito de microcosmos que nos permite captar com tanta clareza as ligações das pessoas envolvidas. Embora do ponto de vista do termo e da população que o habita (aquilo a que se chama vulgarmente a "comunidade") as comendas sejam um desvio significativo de recursos internos para o exterior, quando observamos o modo como a apropriação se estrutura, vemos que se criam processos que têm um cáracter claramente redistribuitivo. Do comendador

---

câmara de Soure referente ao abastecimento da vila pelos almocreves daquele lugar encontra-se referido em AMS, *Posturas 1662-1725*, fol 15v-16v.

para o rendeiro, do rendeiro para os associados, para os almocreves e para os que "vivem do seu trabalho", constitui-se um contra-fluxo em sentido inverso do mecanismo de apropriação de primeiro nível que são as comendas, que é tanto mais significativo quanto opera num contexto em que a circulação de recursos neste sentido não é frequente[105].

A figura 19 torna-se, assim, clara. Os apadrinhamentos estão claramente a recobrir as direcções, reais ou desejáveis, dos fluxos de redistribuição: comendador-rendeiro, rendeiro-subrendeiro, associado-almocreve, associado-trabalhador. Juntemos ao apadrinhamento outras relações de dependência como a de amo-criada. Deste modo, o que vemos na figura é: as mulheres circulam pelos canais de redistribuição em sentido contrário aos recursos. Poderíamos argumentar que esta formulação não é mais do que uma forma pretensiosa de afirmar uma evidência: os homens de estatuto social superior usufruem das mulheres de estatuto social inferior. Mas, reduzido deste modo, o mecanismo que estamos a analisar passaria por um processo violento ou pelo menos coercivo de obtenção de gratificação sexual. Ora a rede de compadrio que reconstituímos obriga a uma *nuance* que é fundamental: há um papel activo por parte dos que ambicionam participar nos mecanismos de redistribuição que se expressa na tentativa de formalizar relações de dependência através do parentesco espiritual. Este facto aponta para a necessidade de

---

105 Uma visão global dos vários níveis de apropriação dos recursos é tentada na segunda parte.

encararmos as estratégias em jogo como moldadas por princípios de reciprocidade, mais do que por usufruto unilateral.

Esta análise tem uma consequência metodológica importante: os circuitos de compadrio projectam de forma visível traços estruturais das relações sociais, porque procuram criar canais ascendentes que possam funcionar como mecanismos de redistribuição. Repare-se que na reconstituição destes casos interligados vemos três níveis independentemente reconstituídos a sobreporem-se com grande coincidência: o nível do estatuto social formalizado no vocabulário ocupacional ou socio-profissional ("rendeiro", "comendador", "almocreve", "trabalhador"), o nível da circulação ilícita de mulheres através dos vários amancebamentos detectados e, finalmente, o compadrio. O grau em que as redes de apadrinhamento e de escolha de testemunhas nos casamentos reflectem determinadas características da estrutura social é um tópico central da aplicação da metodologia aqui utilizada e merecerá, por isso, um destaque especial nas conclusões desta parte.

A hipótese de que as relações ilícitas são propiciadas pela existência de canais redistribuitivos e que, assim, a ilegitimidade poderia ter uma vertente compensatória na circulação "normal" dos bens pode ser esclarecida por mais um caso.

1.4. O PREÇO JUSTO DA HONRA: D. PEDRO E ANTÓNIA.

Na devassa de 1694, as testemunhas do Sobral relatam um caso em que um pai pobre vende a filha a um membro da nobreza local, D. Pedro de Menezes. O preço da venda foi de 15.000 réis. D. Pedro veio buscar a rapariga numa noite e esta voltou passado algum tempo a casa de seu pai, donde ainda saiu, outras vezes, com o mesmo destino. Este caso é importante porque nos mostra de um modo muito claro como o fenómeno de que nos apercebemos no capítulo anterior, da coincidência entre a criação de canais redestributivos e a constituição de relações ilegítimas, se constituía por vezes como um facto mental evidente, apreendido conscientemente como tal.

A rapariga chamava-se Antónia e era filha de António Gonçalves Vargas. Segundo a testemunha Manuel Gonçalves, do Sobral, o pai, que era pobre:

> "[...] entregara a dita sua filha ao predito por dinheiro que lhe dera o dito D. Pedro. Estando o dito António Gonçalves nas partes do Alentejo donde viera este mês próximo passado de Agosto mandara cometer a predita para efeito de a desflorar com promessas de quinze mil réis dizendo que era o dote da Misericórdia, ela se não quisera entregar tanto que o predito pai viera do Alentejo logo lha entregara o dito seu pai e diz que o predito pai lha trouxera ao caminho onde a esperava o dito predicto D. Pedro, em uma noite, e que depois a consentira em sua casa donde repete à dita casa de D. Pedro"[106].

Maria Jorge, outra testemunha do Sobral, solteira de 80 anos, acrescenta:

> "[...] sabia somente que Francisca, mulher de João da Fonseca ou Gonçalves, irmão da predita Antónia solteira, queixara-se a ela testemunha que a predita não quisera tomar seus conselhos e que lá se aviesse, mas que António Gonçalves, pai da predita tivera a culpa de ela se sujeitar a D. Pedro desta vila."[107]

As oito testemunhas que relatam este caso não introduzem mais informação que a contida nestes dois extractos. Mais do que o consentimento do pai, que os visitadores procuravam sempre determinar, temos uma situação em que o pai parece ser o instigador ao pecado que a filha irá cometer. Assim, a pronúncia para o pai é de livramento a partir da prisão. Na pronúncia para D. Pedro e Antónia a pena é mais leve, porque corresponde

---

[106] AUC, *Devassa de Penela, 1694*, fol. 153.

[107] *Idem*.

apenas a concubinato de primeiro lapso. A ela determina o visitador uma multa de 500 réis enquanto que o nobre tem direito a tratamento especial: será admoestado "ab Ill.^{mo}", ou seja, pessoalmente pelo vigário geral ou pelo bispo.

É visível logo pelo relato da devassa que o pai de Antónia é homem pobre. Não só as testemunhas o dizem explicitamente, como o facto de se encontrar no Alentejo quando D. Pedro faz as primeiras tentativas junto de Antónia revela que é um migrante sazonal, um "ratinho" como se designavam os que iam das Beiras até aos campos de trigo alentejanos na altura das ceifas[108]. D.Pedro, por seu lado, está no topo da hierarquia da nobreza local. Juntamente com o irmão mais velho, D. António, ocupa o solar dos Menezes junto do Castelo, mas estão parte do tempo em Lisboa[109]. Não se misturam nos negócios locais excepto na Misericórdia, como veremos. A sua ligação a Soure vem da mãe Mariana da Silva, filha de um Gonçalo Gomes da Silva, conhecido por "o de Soure". O irmão de D. Pedro, D. António de Meneses, é Alcaide Mor de Sintra e comendador de várias comendas da Ordem de Cristo como S. Silvestre de Requião, S. Miguel de Alvarães e S.Mamede de Porte[110]. Os Meneses são os únicos que usam o título de "Dom" em Soure. Na ausência do Conde de

---

[108] Nos assentos de óbitos de Soure entre 1676 e 1720 o pároco anotou 26 mortes de paroquianos seus que ocorreram no Alentejo, ou no caminho.

[109] O solar ainda existia quando Nogueira Gonçalves escreve o *Inventário Artístico do Distrito de Coimbra*: (1953), tendo sido destruído entretanto:"*Da época manuelina resta, junto do castelo, a grande casa, mas desnaturada, da família Meneses, cujo brasão (dos de Cantanhede), da segunda metade do século XVI, se crava numa esquina*", p. 223.

[110] Felgueiras Gaio, *op. cit.*, título de "Menezes", § 47, n. 17-19.

Soure, que nunca residiu na vila, António e Pedro de Meneses representam a ideia tradicional de nobreza residente que se consubstancia no modo como se lhe referem as testemunhas da devassa, simplesmente por "D. António de Soure" ou "D. Pedro de Soure".

D. António de Meneses surge-nos em Soure durante um período limitado de tempo. Não há traço dele nos registos antes de 1694, data da denúncia em devassa, nem posterior a 1712. Nesse período, contudo, são requisitados com frequência para apadrinhamentos. D. António, junto com os filhos e a mulher cumprem essa função 37 vezes. O mesmo não acontece com D. Pedro. A sua visibilidade nos registos paroquiais é nula. Encontramo-lo, contudo, na documentação da Misericórdia entre 1683, quando entra como irmão, em 1697. Não pode ser senão ele que refere uma curandeira de nome Maria Gouveia, que confessou na Inquisição, em 1696, ter sido chamada por D.Pedro de Soure para o curar de um "ligamento", ou seja, de impotência[111]. Problema que não o afligiria quando da sua "compra" de Antónia. Esta fez em 20 de Março de 1696 um requerimento ao provisor do bispado pedindo para ser admoestada pelo pároco em Soure da culpa que lhe ficara com D. Pedro de Meneses. Não se podia deslocar a Coimbra, para fazer o termo de admoestação, por ser pobre e ter um filho de peito[112].

---

[111] O episódio é referido em Paiva, José Pedro, *O papel dos mágicos nas estratégias do casamento e na vida conjugal na diocese de Coimbra (1650-1730)*, "Revista Portuguesa de História", 24, p.166-188, cf p.183 e 186.

[112] AUC, *Cabido*, III/D,1,6,2,25, doc.14.

Conseguimos reconstituir com algum detalhe o enquadramento familiar de Antónia, que nos é necessário para explicar o seu trajecto posterior ao caso com D. Pedro (ver figura 20). O pai de Antónia tinha enviuvado antes do episódio relatado na devassa, em 8 de Abril de 1693. Era a segunda vez que se achava nesse estado: a primeira mulher tinha morrido em 1687 e António Gonçalves Vargas casou pouco tempo depois no mesmo ano[113]. Deve ter ido ao Alentejo por altura da morte da segunda mulher e ao voltar, a crer nas testemunhas, tratou do negócio com D.Pedro. A pronúncia do visitador foi "livre-se preso", o que significava que teria sido detido imediatamente pelo meirinho da visita. Não sabemos a sequência do processo, mas em 1696 estava em Soure onde foi padrinho de uma criança ilegítima[114]. Não viveu muito mais tempo. António Gonçalves Vargas foi a sepultar em 12 de Abril de 1700.

Antónia tinha dois irmãos: João Gonçalves (ou Fonseca) e Domingos Gonçalves Vargas. O primeiro casou duas vezes em 1689 e 1701, enquanto que o segundo casou em 1702[115]. Foi a primeira mulher de João Gonçalves, Francisca João, que, segundo o testemunho transcrito acima, teria aconselhado Antónia a não aceitar a oferta de D. Pedro.

Francisca João morreu em 17 de Abril de 1701 e o irmão de Antónia rapidamente arranja nova esposa. Casa-se em 11 de Novembro do mesmo ano com Domingas Rodrigues, filha de

---

[113] AUC,Óbito de 12-6-1687 e casamento de 31-10-1687.

[114] AUC,Baptismo de 11 -4-1696. A madrinha deste baptismo é Isabel Rodrigues que protagoniza o longo caso com José da Cunha.

[115] AUC, Casamentos de 19-1-1689, 7-11-1701 e 28-5-1702.

Mateus Rodrigues e Domingas Gonçalves, esta já morta na altura do casamento[116]. João Gonçalves e a nova mulher devem ter visto em Antónia uma oportunidade de arranjarem companhia para Mateus Rodrigues ao mesmo tempo que lhe davam uma situação. Assim, Antónia Gonçalves casa com o sogro viúvo do irmão, em 5 de Junho de 1702, oito anos depois do caso com D.Pedro de Meneses.

Antónia terá dois filhos deste casamento, em 1703 e 1706[117]. Em 1707 Mateus Rodrigues morre[118]. O casamento durou cinco anos.

Em 1712 Antónia ocorre pela última vez nos registos paroquiais, baptizando uma criança[119]. É identificada como Antónia Gonçalves Vargas, viúva de Manuel Rodrigues Reinho. O leitor desprevenido poderia supôr uma viúva recente. O padrinho é José da Silva e Melo e não houve madrinha.

Não podemos saber o destino dos quinze mil réis que António Gonçalves Vargas recebeu, nem se funcionaram realmente como dote. Mas este caso permite-nos ver dentro das representações dos

---

[116] O assento de casamento entre João Gonçalves e Domingas Rodrigues, regista a noiva como sendo filha de Mateus Rodrigues e *Isabel* Gonçalves, em vez que Domingas Gonçalves, mas é erro. João Gonçalves vai morrer em 15 de Agosto de 1706 e Domingas Rodrigues irá recasar em 2 de Novembro de 1711 e o assento refere o matrimónio anterior com João Gonçalves, dando correctamente o nome da mãe.

[117] AUC,Baptismos de 13-6-1703 e de 19-10-1706.

[118] AUC, Óbito de 7 -4-1707.

[119] AUC, Baptismo de 30-12-1712.

agentes históricos e ajuda-nos a esclarecer os mecanismos que estão por detrás de trocas como esta.

O que vendeu, realmente, António Gonçalves Vargas? Não a filha enquanto ser humano, como se venderia uma escrava. O que o pai vende e D. Pedro compra é a desfloração, a "honra" da rapariga. E como se estabelece o preço justo pela honra? Porquê 15.000 réis? Porque, como disse D. Pedro, é o dote da Misericórdia, a quantia que a Santa Casa dá às órfãs para estas conseguirem casar.

1.4.1 As órfãs da Misericórdia

A dotação de órfãs é uma prática assistencial antiga e que foi contemplada nos estatutos da Misericórdia de Lisboa de 1577[120]. Desde 1650 a Misericórdia de Soure dotava todos os anos uma órfã para casar. O valor do dote era quinze mil réis, uma quantia apreciável, pago ao marido após o casamento. Na origem desta prática estava um legado pio feito por Dª Isabel da Silva, mulher de Diogo Homem de Quadros da Quinta da Telhada. Dª Isabel tinha feito testamento em 1612, em vida do marido, onde legava todos os seus bens a um sobrinho, filho natural de seu irmão, de nome Nuno da Silva, que andava na altura (1612) pela Índia, na condição de que este voltasse a Portugal, ou, morrendo na Índia,

---

[120] Almeida, André Ferrand, "As Misericórdias" in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol.III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p.192. Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. p. 106-109.

tornassem a Portugal seus filhos legítimos. Na eventualidade de nenhuma das alternativas ocorrer seria herdeira universal, após a morte de Diogo Homem de Quadros, a Misericórdia de Soure. O testamento estipulava que, sendo a Misericórdia herdeira, casaria todos os anos uma órfã de boa fama e virtuosa. Para esse efeito deveria tirar 15.000 réis das rendas dos bens que recebia em herança[121].

O testamento de Dª Isabel da Silva vai entrar em efeito após a morte do marido, que ocorre em 1648. De Diogo Homem de Quadros não ficaram filhos legítimos e o herdeiro e testamenteiro é Rodrigo Homem de Quadros, sobrinho de Diogo. Rodrigo era, na altura, provedor da Misericórdia e dá conhecimento à Santa Casa que, faltando os primeiros herdeiros, a Misericórdia tem parte na herança. Sendo parte interessada, não poderá representar a confraria pelo que seria substituído, na forma do compromisso, pelo escrivão da mesa.

Em 20 de Julho de 1650 o acto de partilhas é aceite e assinado por todos os herdeiros e a Misericórdia entra na posse dos bens que lhe couberam na repartição dos avaliadores: cinco casais, localizados em vários pontos do concelho, com um valor de

---

[121] ASCMS,*Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais que deixou Dona Isabel da Silva a Santa Ca[za] da M.ia desta vila de Soure...*, incluiu a transcrição do testamento num treslado dos autos de inventário e partilhas feito por morte de Diogo Homem em 1648, fol. 2-18.

825.000 réis. Da renda destes casais saíram todos os anos os 15.000 réis do dote das órfãs[122].

Tudo isto estava bem presente na mente de D.Pedro de Meneses. Entrara como irmão para a Santa Casa em 11 de Abril de 1683 e fora eleito provedor em 1684, 1685 e 1690[123]. Tinha assim um modo de avaliar quanto valia a honra. O dote da Misericórdia representa aquilo que se dá a quem ninguém quer, uma pobre órfã sem posses, para a tornar uma noiva desejada. É assim o preço justo por aquilo que D. Pedro vai fazer com Antónia, que é torná-la indesejável do ponto de vista do casamento.

A lógica assistencial do dote é salvar a alma das dotadas, não permitindo que a pobreza, dificultando o casamento, as leve a uma vida de relações ilícitas. A pobreza, que a orfandade e por vezes a viuvez trazem, propicia o pecado, que aparece como alternativa para as vias cerradas de uma vida normal. Impedir isso era o princípio por detrás dos dotes assistenciais e seguramente o objectivo consciente na mente da testadora Isabel da Silva. D.Pedro, ao oferecer 15.000 réis, salientando que era o dote da Misericórdia, perverte o princípio, mantendo o circuito.

O dinheiro flui numa direcção e a honra na outra, como nas dotações da Misericórdia, só que aqui será para ser destruída e não conservada. Permanece a função redistributiva do "dote", mas não a sua função moral. Esta constatação parece-nos ser

---

[122] Informação mais detalhada sobre a constituição e rendimentos destes cinco casais é fornecida na segunda parte.

[123] ASCMS, *Livro de assentos de irmãos*, fol 230; *Livro de actas da mesa*, fol. 4,15 e 26.

extremamente significativa na compreensão das atitudes mentais de todos os autores envolvidos, tanto mais que a colhemos no detentor de um dos cargos locais de maior prestígio, o de provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Devemos colocar-nos a objecção de que estaremos, talvez, perante um caso excepcional e emprestar à personagem uma dose de cinismo pouco habitual. A ausência de D. Pedro do circuito dos apadrinhamentos, o que é extremamente atípico para uma pessoa com a sua posição, enquanto que o irmão António e os sobrinhos são frequentemente requisitados, ajudaria a cimentar esta ideia. A evocação da curandeira, referida acima, e um destino que escapou aos genealogistas, que nenhuma informação têm sobre ele, retocam de cores sombrias o esboço que nos é possível fazer do personagem.

Mas abundam igualmente os contra-argumentos da excepcionalidade do carácter e por isso do acto de D. Pedro. Exemplos de provedores nas visitas não são raros. Manuel Homem de Quadros, sobrinho neto de D.Isabel da Silva, que instituiu os dotes, adquire também raparigas que lhe são levadas a casa por António Cordeiro, um sapateiro de Soure, segundo denúncia de 1692[124]. Manuel Homem foi provedor em 1686 (sucedendo a D.Pedro) e 1687[125]. A sua marca na rede dos compadrios é extremamente signficiativa, situando-se, desse

---

124 Este caso, que foi brevemente referido a propósito de José da Cunha, será tratado na nossa próxima reconstituição.

125 ASCMS, *Actas da Mesa 1683-1723*, fol, 17v,19

ponto de vista, logo abaixo dos Meneses[126]. O seu filho, Rodrigo Homem de Quadros, fará termo de livramento em 1716 por amancebamento com uma órfã solteira, que vivia não muito longe da sua Quinta[127]. Rodrigo é eleito provedor da Misericórdia em 1718 e 1719[128]. Luís da Rocha Manrique, provedor em 1658, teve uma relação de muitos anos com uma mulher casada, que mantinha pouco antes de morrer em 1697[129]. Como os membros

---

[126] O modo como a análise do compadrio nos permite posicionar relativamente os vários agentes sociais será explicitada nas conclusões desta parte. Ao referirmos que determinada pessoa está colocada alto na rede de compadrio queremos dizer muito simplesmente que o papel dessa pessoa na rede é preferencialmente apadrinhar e não ser apadrinhado. Aqueles que se situam no topo da hierarquia social não encontram dentro da paróquia ou do concelho quem lhes apadrinhe os filhos, porque não reconhecem estatuto suficiente aos notáveis locais. É o caso dos Quadros que localmente apenas recorrem aos Meneses como padrinho dos filhos ou testemunhas de casamento. Este princípio interpretativo tem de ser matizado, na análise de casos concretos, pela consideração de constrangimentos próprios ao ciclo de vida em que encontramos cada actor. Eclesiásticos e nobreza semi-residente, como os Meneses, aparecem necessariamente sempre como "dadores" no circuito do compadrio, uma vez que não baptizam descendência na paróquia, embora por razões diferentes.

[127] AUC, *Termos de Penela 1716*, III/D, 1, 4, 4, 53, termo de 27-6-1716. Não temos a devassa deste ano pelo que não conhecemos os pormenores. Ao fazer termo de livramento Rodrigo recusa a acusação e deveria ter seguido um processo no auditório, de que também não temos notícia.

[128] ASCMS, *Actas da Mesa, 1683-1723,* fol.87v e 89v.

[129] AUC, *Devassa de Penela 1690*, III/D, 1, 5, 4, 24, fol. 40-43. Não temos o termo de eleição de Luís da Rocha Manrique, que é anterior ao primeiro livro conservado de assentos da mesa. Sabemos que foi provedor por outros documentos que assina nessa capacidade, como o termo de encerramento do

das elites locais, que fornecem os irmãos de maior condição à Misericórdia, se envolvem com frequência neste tipo de relações desiguais, as coincidências são muitas, se bem que por vezes com algum afastamento temporal. Se estendermos os exemplos a outros membros eleitos da Mesa da Misericórdia, além do provedor, recolhemos ainda mais casos.

Antónia, contudo, casar-se-á. No esquema da reciprocidade das trocas, que vemos repetidamente a funcionar nestes casos, casará com um homem mais velho, viúvo, compensando por esse facto o "defeito" que tinha. Não sabemos o que foi a sua vida no intervalo entre o caso com D. Pedro, em 1694, e o casamento em 1702. Apenas sabemos que teve um filho ilegítimo em 1712.

Ao acumularmos exemplos de como as distinções sociais operam na construção de relações ilegítimas, obscurece-se progressivamente a ideia de uma moral actuante, ao mesmo tempo que parecem sobressair os mecanismos de carácter redistributivo que compensam o fluxo normal da circulação de recursos. Nesses circuitos o compadrio tem um papel relevante, assim como instituições que fazem da redistribuição uma das suas razões de ser, como a Misericórdia. Cada vez que nos apercebemos de um desses canais, vemos que se estabelecem facilmente relações ilícitas entre os dadores-homens e os receptores-mulheres.

Livro de termos de Aceitação de Irmãos 1658-1714. Manrique morre em 3 de Maio de 1697.

Este processo é uma segunda face dos mecanismos de redistribuição. É como se os mecanismos de apropriação se fundassem numa moral rígida e a redistribuição suscitasse uma moral relaxada. Mesmo quando a redistribuição se faz sobre a égide dos preceitos religiosos, como é o caso da Misericórdia, a lógica acabada de descrever continua visível no comportamento dos agentes sociais. É o que nos ensina o caso de Antónia Gonçalves Vargas.

A questão que se nos coloca agora é a seguinte: que grau de eficácia poderiam esperar os agentes sociais destes mecanismos redistributivos? Que diferença fazia o amancebamento com um poderoso ou a dotação da Misericórdia? No nosso caso inicial, o de Isabel e José, vimos que por pouco o amancebamento quase fez toda a diferença, quase chegou ao casamento. Mas aí estamos, claramente, perante um caso excepcional. Mesmo assim Isabel Rodrigues casou um filho, de nome João Homem da Cunha, com a filha de um lavrador abonado. Iremos ver mais adiante indícios que os dotes da Misericórdia tinham a sua eficácia, a avaliar pelo destino divergente de duas irmãs.

A próxima reconstituição demonstra como se pode partir de uma situação social desfavorável e chegar, em quatro gerações, ao topo da hierarquia local.

1.5. O ESCRIVÃO DO ALMOXARIFADO

Na devassa de 1692 foram acusados António Cordeiro e sua mulher Francisca Nunes de alcoviteiros e alcouceiros de várias mulheres que levavam a casa de homens e entregavam em sua própria casa. A denúncia é feita por José Machado, da vila, a primeira testemunha ouvida pelo visitador. Um conjunto de mulheres mal procedidas girava em torno do casal, entre as quais a irmã de Francisca Nunes, Domingas Simões. O caso passa-se na vila e entre os homens que frequentam a casa de António Cordeiro são referidos o escrivão e meirinho do tabaco. Esta foi a longa devassa de 1692 em que José e Isabel foram denunciados pela primeira vez e que decorreu na Igreja da Misericórdia durante vários dias.

A segunda testemunha que depõe neste caso é Maria de Jesus de 22 anos, filha de Manuel Gonçalves Vargas. É possível que o seu pai tenha algum parentesco com António Gonçalves Vargas, referido no caso anterior, mas não nos foi possível determinar qual. Existem outras famílias de apelido Vargas em Soure e se é plausível que tenham tido um ascendente comum, não é menos verdade que habitavam em locais afastados, com enquadramentos sociais diferentes, não se detectando, por exemplo, apadrinhamentos cruzados entre elas.

Maria confirma o relato da primeira testemunha no que diz respeito ao alcouce e à alcoviteirice. Mas tem uma história muito mais detalhada para contar, que se passou com sua irmã e o referido António Cordeiro:

> "[...] sabe por ser público e por sua irmã Madalena solteira que o denunciado entregara a dita irmã como dito é a Manuel Homem de Quadros morador na sua quinta freguesia desta Igreja de Santiago para o que o dito denunciado abriu uma porta que estava fechada com um cadeado onde o pai da dita Madalena e da dita testemunha da dita Madalena [sic] que também o é meu [sic] a havia fechado para que ninguem a pudesse enganar a qual foi com o denunciado para casa do dito Manuel Homem onde esteve onze ou doze dias, sem ninguém o saber e depois que veio começou a queixar-se à sua gente que o denunciado [António Cordeiro] lhe tivera a culpa. Além da dita sua irmã o dizer a ela testemunha via que o denunciado falava algumas vezes com sua irmã mas que lhe não parecia que lhe falava com mau intento o que tudo sabe por ser público e pelas razões que dito tem."[130]

[130] AUC, *Devassa de Penela*, III/D, 1, 5, 2, 135, fol 1v.

As testemunhas seguintes que o visitador interroga serão do Paleão. O interrogatório produz vários casos e o visitador, ao fim da décima nona testemunha, interrompe a devassa, que recomeçará quatro dias depois. Mais treze testemunhas são ouvidas nesse dia, entre as quais as que, no Sobral, denunciam José da Cunha e Isabel Rodrigues. O visitador interrompe de novo os interrogatórios e, ao recomeçar no dia seguinte, 15 de Abril, resolve voltar ao caso de António Cordeiro. Chama o pai e uma outra irmã de Madalena Vargas para testemunhar.

A segunda irmã, de nome Juliana, solteira, de 19 anos, confirma o relato que Maria tinha feito. Acrescenta alguns pormenores. Afirma que o pai tinha a irmã Madalena fechada com um cadeado "por temor que a inquietassem". No primeiro sábado de Maio encontraram a porta aberta. Quando Madalena voltou, passados onze dias, disse perante a irmã que António Cordeiro a tinha levado a Manuel Homem de Quadros. A própria testemunha várias vezes os tinha visto a conversar[131].

Seguidamente testemunha o pai, Manuel Gonçalves Vargas. O seu depoimento é mais cauteloso e menos claro:

> "se dizia que fora para casa de Manuel Homem morador na sua Quinta termo desta vila onde esteve alguns dias e ouviu dizer a pessoas de que não está lembrado que o denunciado fora a causa da filha dele testemunha ir para casa do dito Manuel Homem"

---

[131] *Loc.cit.*, fol.27v.

Manuel Vargas deu como profissão "trabalhador" e de idade 70 anos, assinando mal o nome.

Aparentemente estamos perante um caso semelhante ao de Antónia Vargas, que vimos no capítulo anterior, envolvendo, desta vez, um intermediário. Madalena seria pobre, como atesta a profissão de trabalhador do pai. Manuel Homem de Quadros, vivendo na sua quinta, é evidentemente pessoa de qualidade. Foi provedor da Misericórdia em 1686 e 1688, como vimos anteriormente. A sua família acumula grande quantidade de terras como veremos na segunda parte. Foi da sua família que saiu o legado que institui em Soure o dote das órfãs.

Na altura Manuel Homem de Quadros era solteiro. Menos de um mês antes da devassa tinha baptizado como seu um filho de uma Maria, filha de Manuel Tomé, do Casal da Charneca, não muito longe da sua quinta[132]. Não temos muita informação sobre este caso, que não apareceu em devassas, mas a que temos é significativa: Manuel Tomé tinha falecido em 28 de Fevereiro de 1681. Tinha outra filha, Antónia Dias, que casou dotada pela Misericórdia em 1696[133]. É tudo quanto sabemos sobre a família.

Em 1693 Manuel Homem de Quadros casa com Dª Isabel Maria de Castelo Branco, de Lisboa, filha de Tomás Brito da Silva e de Dª†Violante Sotomaior. O seu papel na rede de compadrio é, como

---

[132] AUC,baptismo de 29-3-1692.

[133] AUC, casamento de 7-11-1696. O termo de aceitação de Antónia Dias como orfã está em ASCMS, *Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais que deixou Dona Isabel da Silva a Santa Ca[za] da M.ia desta vila de Soure...*, fol. 173.

afirmámos acima, extremamente predominante: 29 vezes padrinho e testemunha em 20 casamentos a que se juntam os apadrinhamentos através dos filhos. Quando baptiza os seus próprios filhos, recorre normalmente a padrinhos de fora. Em Soure só estabelece esse tipo de aliança com os Ataídes da Quinta da Capa Rota e os Meneses. A partir do seu casamento e até à morte, em 11 de Novembro de 1714, Manuel Homem de Quadros não volta a ser referido nas visitas pastorais, nem temos outros indícios de comportamentos ilícitos que tenha tido.

Assim trata-se de mais um caso de grande desnível social em que o homem tem outras actuações ilícitas. A nossa reconstituição irá seguir o trajecto dos Vargas, que só fugazmente torna a cruzar o caminho dos Quadros.

Porque teria o pai de Madalena Vargas fechado a filha a cadeado? Porque não era a primeira vez que a filha era denunciada em visita por mal procedida. Com efeito, na devassa de 1686, Madalena foi denunciada como mulher devassa de seu próprio corpo, que andava com uns e com outros e uma Maria Esteva era indicada como sendo responsável pela sua desonra, tendo-a tirado de casa dos seus pais[134]. Maria Esteva é igualmente acusada em 1692 de ser alcouceira. Algumas testemunhas referem-na como responsável da ida de Madalena para casa de Quadros. De modo que em 1692 temos muito do ambiente que tinha levado

---

[134] AUC, *Devassas de Penela, 1686,* III/D, 1, 4, 4, 42, fol. 188 e ss em especial testemunhos de João Rodrigues, seareiro, Cristina Rodrigues e Maria Simões.

à denúncia seis anos antes. O pai tem assim a filha fechada. De qualquer modo foi em vão.

Madalena fora baptizada em 29 de Julho de 1665. Tinha assim 21 anos quando da primeira acusação e 27 quando foi levada a Manuel Homem de Quadros. Mas a sua história não fica por aqui. Em 1708 volta a ser acusada, embora por uma única testemunha, de amancebamento com o rendeiro que esse ano tinha a comenda de S.Pedro, Lourenço Alves Preto[135].

Madalena Gonçalves Vargas tinha um irmão com o mesmo nome do pai: Manuel Gonçalves Vargas. Dado o contexto de pobreza que se adivinha e os comportamentos que encontramos na irmã, não é de surpreender que em 8 de Junho de 1701 apareça como pai de uma criança ilegítima.

Até este ponto o caso em análise não parece trazer nada de relevante em relação aquilo que já vimos nas reconstituições anteriores: pobreza, redes de pessoas protagonizando comportamentos ilícitos, usufruto pelos notáveis locais das mulheres de menor condição. O que distingue este caso é o trajecto posterior do irmão de Madalena, Manuel Gonçalves Vargas.

Manuel casa-se em 14 de Fevereiro de 1703 com Maria da Silva, órfã de pai e mãe, natural da paróquia vizinha da Almagreira. O casamento tem lugar na Igreja da Misericórdia. Isso permite-nos inferir que se tratava de uma órfã dotada, apesar de, infelizmente,

---

[135] AUC, *Devassas de Penela, 1708*, III/D,1,5,2,140, fol. 325 e ss, testemunho de Manuel Rodrigues, tabelião de notas.

não ter sido possível localizar o termo de aceitação[136]. Foram testemunhas do casamento Sebastião e Manuel Soares Coelho, pai e filho, da Quinta da Cruz.

Manuel Soares Coelho é o dono da Quinta da Cruz e herdeiro do respectivo morgadio. Tinha sido provedor da Misericórdia em 1698[137]. Em 1699 é eleito D. António de Meneses e Manuel Soares Coelho fica com o cargo de escrivão[138]. Em 1700 os eleitores resolvem reconduzir a mesa anterior, apesar da ausência de D. Antonio de Meneses em Lisboa, porque "se esperava vir continuar na dita ocupação [de provedor] e com a sua assistência resultaria maiores cômodos para a Santa Casa"[139]. A influência de D. António é de tal maneira grande que os irmãos ignoram o compromisso no que diz respeito à residência de irmãos e resolvem continuar com um provedor nominal. Será o escrivão do ano anterior, Manuel Soares Coelho, que presidirá à mesa e assinará na ausência do provedor. Em 1701 a mesa nomeia novo escrivão para aliviar Soares Coelho do duplo encargo em que se encontrava, mantendo contudo nominalmente D.António como provedor[140]. Este processo ter-se-á tornado rotina, na esperança do

---

[136] A escrituração da Misericórdia passa por um período de alguma confusão de registos entre 1701 e 1709, para o qual não temos por exemplo, nenhuma acta de Mesa (entre 26/1701 e 11/8/1709).. De qualquer modo, nesta altura, celebra-se apenas um casamento por ano na Igreja da Misericórdia, o da órfã dotada. Não ficam dúvidas sobre ser esse o caso da mulher de Manuel Gonçalves Vargas.

[137] ASCMS, *Actas da Mesa 1683-1723*, fol. 56v.

[138] *Idem*, fol. 59.

[139] *Idem*, fol.62.

[140] *Idem*, fol. 67.

retorno efectivo de D.António, que sabemos estar em Soure intermitentemente durante esses anos, pelas crianças que apadrinha nos registos paroquiais. De tal modo que só em 1709 haverá de novo eleições para provedor. É neste período que a noiva de Manuel Gonçalves Vargas terá recebido o dote da Misericórdia para se casar em 1703.

A partir de 1703 o destino de Manuel Gonçalves Vargas segue de perto o dos Soares Coelho[141]. Todos os seus sete filhos foram apadrinhados por membros da família da Quinta da Cruz, entre 1703 e 1718. Esta ligação cimentada pelo compradio vai dar os seus frutos.

Em 1709 Manuel Gonçalves Vargas é eleitor da Misericórdia. Em 1712 foi eleito mordomo, sendo assim responsável pela arrecadação das rendas e gestão económica corrente. Volta a ser eleitor de menor condição em 1714, 1715 e 1718. Em 1722 é eleito para a mesa num acto extraordinário de substituição de dois irmãos de maior condição "em falta". Em 1725 é eleito irmão da Mesa em substituição de José de Morais, este ligado a uma família de capitães de ordenanças[142]. Lentamente, por estes pequenos actos, vai entrando na rede fechada da elite local.

Outro momento importante da relação de Manuel Gonçalves com Manuel Soares Coelho ocorre quando este recebe o cargo de almoxarife da Ordem de Cristo e de Juiz dos Direitos Reais de

---

[141] Sobre estas relações de clientela e protecção ver: Xavier, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, *As redes clientelares*, in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.381-393.

[142] *Idem*, fol.s 68, 72, 74, 76v, 87v, 93v.

Soure e nomeia Manuel Gonçalves Vargas como escrivão. É já com este título que Vargas testemunha na devassa de 1718[143].

Um dos filhos de Manuel Gonçalves Vargas, com o mesmo nome do pai, irá seguir a carreira eclesiástica. Em 8 de Janeiro de 1736 inscreve-se na Universidade de Coimbra, seguindo cânones entre 1737 e 1740[144]. Em 17 de Março de 1738, depois da morte do seu escrivão, Manuel Soares Coelho dotará o filho deste, que quer seguir ordens sacras, com um casal na Corujeira no valor de 310.000 réis e o rendimento anual de 22.000 réis[145].

A estratégia de Manuel Gonçalves Vargas, apesar de fortemente centrada nos Soares Coelho, não deixa de tocar os outros membros das grandes famílias das quintas. Em nenhum dos baptismos de seus filhos analisados apareceu qualquer membro da família Vargas. Padrinhos e madrinhas pertencem sempre às melhores famílias de Soure. Assim João da Costa de Vasconcelos, da Quinta de S.Tomé e Capitão-Mor, será padrinho do filho Matias em 10-10-1709. Domingos Gonçalves Galhardo, da Quinta do Pai Daniel, procurador de comendadores e rendeiro baptiza-lhe a filha Francisca em 24-12-1712. O padre Manuel Duarte de Morais, da família dos Colaço de Morais, capitães de ordenança e ligados ao cargo de Juiz dos Orfãos é padrinho de Micaela em 20-11-1718. E, surpreendentemente, Manuel Homem de Quadros é padrinho de Antónia, em 19-6-1706.

---

[143] AUC, *Devassa de Penela 1718*, III/D, 1, 4, 4, 54, fol. 298 e ss.

[144] AUC, *Faculdade de Cânones, anos de* 1736-1740.

[145] AUC, *Notários de Soure*, I/D, 8, 2, 23, fol. 9v-10v.

Ao pedir a Manuel Homem de Quadros que apadrinhe a filha, 16 anos depois do caso entre este e a irmã, Manuel Gonçalves fornece-nos novamente a forma repetida que encontrámos várias vezes nestas reconstituições. Se bem que nos apareça aqui deslocada para o futuro, a regra empiricamente determinada manifesta-se de novo: as relações ilícitas recobrem relações de compadrio entre as famílias envolvidas. A ascendência social desloca-se num sentido e as mulheres em sentido inverso.

Mas a história da ascensão de Manuel Gonçalves Vargas não acaba aqui e o desenlace final é ainda mais surpreendente. A sua filha Francisca casa em 1746 com Caetano Rodrigues Trovão. Terão um filho a que darão o nome do avô. Este casará com Ana Joaquina Soares Ramalho em 27-8-1787, filha de um tabelião do Reguengo das Arbitureiras. Manuel Gonçalves Vargas e Ana Joaquina terão uma filha, de nome Joana Cândida Soares Ramalho que casa, em 28-10-1827, com o herdeiro de uma das famílias de maior prestígio de Soure. A bisneta de Manuel Gonçalves Vargas chega asssim ao grupo restrito das famílias das antiquíssimas quintas de Soure.

Analisando este trajecto, vemos claramente que as solidariedades dos compadrios funcionam mesmo quando na base estão comportamentos tingidos pela marca da ilegalidade e imoralidade. É impossível não constatar a pouca importância que esse comportamento parece ter na determinação do lugar social das pessoas que os praticam. Essa irrelevância marca estes trajectos a mais que um nível. O primeiro é aquele que

convencionalmente se designa por "comunidade". Não há, mais uma vez, nenhum indício de marginalização das pessoas envolvidas nestes comportamentos, no seio dos circuitos de sociabilidade que se conseguem reconstituir à sua volta. Este caso é particularmente significativo pelo extremo que representa. A irmã de Manuel Gonçalves Vargas está num dos níveis mais baixos de conformismo moral que encontramos nas visitas, o daquelas mulheres descritas como "devassas de seu próprio corpo". A família dos Vargas não é de nível social que justifique manter-se acima dos preceitos da moral comum. A não observância das regras morais não é, como poderíamos inferir das reconstituições anteriores, um privilégio das elites. Em segundo lugar, a irrelevância das normas morais face às estratégias individuais revela-se aqui, de forma quanto a nós clara, no facto de Manuel Homem de Quadros apadrinhar uma filha de Manuel Vargas. Era impossível que Manuel ignorasse o caso com a irmã, que era falado, como vimos, na família.

Assim, a irrelevância do comportamento moral torna ainda mais significativo o modo como se utilizaram os mecanismos de redistribuição disponíveis. E neste caso temos um bom inventário dos principais: os mecanismos institucionais como o dote da Misericórdia, com que Manuel Gonçalves Vargas se casa; a transferência voluntária de bens representada pelo dote de património para ordem sacras ao seu filho Manuel; a criação e utilização do mecanismo do compadrio para criar um canal perdurável de fluxo redistributivo, que tem um significativo momento com a sua nomeação para escrivão do novo almoxarife.

Nas reconstituições atrás referidas vimos, repetidamente, que situações de desigualdade social geram padrões repetidos de relações ilícitas. Mas nem todas os casos morais relatados nas devassas revestem a forma de ligações desiguais.

1.6. Quadro explicativo

1.6.1 Reavaliando o método

As reconstituições apresentadas colocam várias questões de ordem metodológica e interpretativa. Antes de propormos uma tentativa de compreensão das várias atitudes relatadas importa fazer um balanço de aplicação de uma metodologia naquilo que ela tem de historiográfico, já que os seus aspectos mais técnicos são tratados na terceira parte. Iremos brevemente enquadrar o tipo de abordagem seguida e detalhar os pressupostos metodológicos por detrás da nossa análise.

1.6.1.1. Informatização e estudos de caso

A importância da narrativa como modelo de inteligibilidade do passado tem sido acentuada por vários autores, desde o artigo estimulante de Lawrence Stone[146]. Um estilo historiográfico baseado na narração cronológica e orientada por uma claro propósito explicativo, foi defendido como arma contra os excessos de formalização da história quantitativa e o carácter abstracto da história social das massas. A referência à antropologia é uma constante nos autores que pretendem marcar a sua fé numa história mais perto da realidade, mais compreensível e transmissível.

Peter Burke, respondendo à pergunta: "o que é a antropologia histórica?", enumera 5 pontos em que esta corrente se distinguiria de uma história social tradicional[147]:

1†- A história social procura detectar grandes tendências através de demonstrações quantitativas, enquanto que a antropologia histórica é deliberadamente qualitativa e se concentra em casos específicos.

2†- Muitos trabalhos de história social descrevem a vida de milhões de pessoas. Os trabalhos de antropologia histórica têm um carácter assumidamente microscópico e centram-se em pequenas comunidades

---

[146] Stone, Lawrence, "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History", *Past and Present*, vol. 85, 1979, p.3-24.

[147] Burke, Peter, *The Historical Anthropology of Early Modern Italy. Essays on Perception and Communication*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p.3-7.

3†- Muitos historiadores oferecem modelos causais de tendências temporais, explicações que os contemporâneos não teriam entendido, de tendências que normalmente não se apercebiam. A antropologia histórica tende, por seu lado, a concentrar-se na descrição da sociedade em termos das suas próprias normas e categorias.

4†- O lugar do simbólico na vida quotidiana tenderia a ser negligenciado pelos historiadores culturais e sociais enquanto que o historiador antropológico faz dessa esfera o centro do seu interesse, dirigindo a atenção para o significado aparentemente trivial da simbologia quotidiana.

5†- A história social seria herdeira de uma tradição intelectual que teria em Marx e Weber os seu maiores expoentes, enquanto que a antropologia histórica se reconhece numa tradição originária em Durkeim, passa por van Gennep e Mauss e chega a Geertz, Victor Turnet e Bourdieu.

Uma das características da enumeração de Burke, que encontramos ainda mais enfaticamente em Stone, é uma separação drástica entre modelos de inteligibilidade baseados no quantitativo e formalizado, por um lado, e outros baseados no qualitativo e narrativo, por outro. Assim a quantificação tiraria sentido à realidade e tornaria a interpretação dos resultados dependente do domínio da linguagem matemática a um nível que os historiadores normalmente não atingem. Como quantificação e informatização são abordagens normalmente associadas, a história narrativa, de inspiração antropológica não poderia estar mais afastada do mundo das bases de dados e dos computadores.

Robert Rowland ultrapassou este simplismo que origina de uma percepção distante e desconfiada das ferramentas informáticas. A sua formação histórica e antropológica, aliada a uma grande familiaridade com computadores em aplicações não quantitativas, permitiu-lhe equacionar com clareza a necessidade de uma abordagem mais complexa. O projecto de Alan MacFarlane de colocar a reconstituição de Earls Colne numa grande base de dados forneceu-lhe matéria para reflexões lúcidas sobre estas questões[148]

Aqui, como se viu, o computador é o informador do historiador, que vai respondendo às sucessivas perguntas sobre a vida das pessoas concretas cujas biografias constituem a base de dados. Não há nenhuma incompatibilidade entre a formalização que as bases de dados implicam e uma abordagem qualitativa e narrativa. Antes estamos convencidos que, sem a primeira, a segunda ficará sempre dependente da fonte excepcional, quantitativa e narrativa na origem, como o processo de Fournier em Montaillou[149].

Os nossos casos são compostos de um grande número de fragmentos dispersos de informação, agregados por procedimentos informáticos e fornecidos ao investigador sobre a

---

[148] Rowland, Robert, *L'informatica e il mestiere dello storico*, "Quaderni storici" vol.78, nº3 (1991), p. 693-720; *Robinson por computador? MacFarlane e as origens do individualismo inglês*. "Ler História", 5 (1985), p. 83-104.

[149] Ladurie, Emmanuel Le Roy, *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294-1324*. Ed. original: *Montaillou, village occitan de 1294 -1324*. Gallimard, 1975

forma de biografias e listas de relações. Na origem da informação estão fontes comuns e vulgares, embora as visitas pastorais, conservadas desigualmente segundo as dioceses, forneçam um boa parte da informação mais viva e presencial. Esta abordagem tem o interesse de poder ser aplicável em circunstâncias relativamente comuns. A narrativa constrói-se a partir dos milhares de pequenos fragmentos de informação que as fontes encerram.

1.6.1.2. Dos atributos às relações: história de vida e redes

Como se viu pelas reconstituições apresentadas, as ligações de compadrio e de testemunhas nupciais fornecem grande parte da informação que contextualiza os comportamentos descritos. Embora tenhamos, com frequência, evocado fontes de vários tipos, desde as escrituras notariais, aos registos da Misericórdia, a argumentação principal que foi sendo construída durante a exposição dos casos baseia-se num princípio que carece de reflexão: que as redes de sociabilidade registadas no compadrio e nas testemunhas dos casamentos têm um papel explicativo importante, porque são reveladoras de características relevantes das relações sociais existentes de facto.

Não antecipamos que este ponto seja pacífico. Embora o significado destas relações fosse um postulado do trabalho, não esperávamos que o seu papel na compreensão dos mecanismos subjacentes aos comportamentos estudados assumisse a dimensão que acabou por ter. A aparição recorrente de determinadas figuras na rede de sociabilidade, no contexto das ligações ilícitas desiguais, foi completamente inesperado.

As reconstituições por cruzamento de fontes, nomeadamente o caso clássico da reconstituição de famílias, acentuam fortemente a componente biográfica, produzindo histórias de vida em que a evolução dos vários atributos dos indivíduos ao longo do tempo constitui a matéria essencial do esforço analítico. A comparação de informação dispersa e a sua agregação em biografias reconstituídas cria novos atributos individuais como a idade de casamento, número de filhos, idade na altura do nascimento do primeiro filho, etc. Esse atributos reconstruídos, invisíveis inicialmente, constituem de seguida objecto de análise quantitativa, produzindo valores que caracterizam uma população.

O tipo de metodologia aqui utilizado introduz uma dimensão adicional. Com efeito as nossas reconstituições prestam uma atenção particular ao comportamento *relacional* dos indivíduos e utilizam-no para caracterizar o seu lugar social e compreender as sua motivações. O lugar dos actores históricos no seio das redes de relações tem para nós mais valor na compreensão do seu estatuto social do que a informação veiculada por um atributo pessoal socio-classificativo, como "rendeiro", ou "vereador", que cobrem realidades sociais extremamente distintas. Embora uma abordagem relacional do estatuto social tenha os seus problemas metodológicos e interpretativos próprios, consideramo-la, no plano dos princípios, como mais fiável do que a utilização de atributos de classificação social colhidos nas fontes.

Este tipo de abordagem foi teorizada nos anos 80, no seio da sociologia, pela corrente da "Network Analysis", formalizada no

"International Network for Social Network Analysis (INSNA)" e nas suas duas revistas "Connections" e "Social Networks"[150]. Partindo de princípios analíticos relativamente simples, a metodologia de análise de redes sociais ajudou a fundamentar o conceito de que os actos dos indivíduos só são compreensíveis no contexto da suas interacções com outros actores sociais. A principal distinção introduzida por esta perspectiva consistia num deslocamento do enfoque analítico dos *atributos* para as *relações*. A principal premissa da nova abordagem estava na convicção de que a estrutura das relações entre os actores e a localização de cada um na rede social tem importantes consequências, tanto para as unidades individuais, como para o sistema encarado como um todo[151]. Richard Smith antecipou muito cedo o modo como esta abordagem relacional poderia ser aplicada à aferição da hipótese de Laslett sobre a "bastardy prone sub-society"[152].

Um dos principais problemas que encontramos nos métodos derivados da escola da "Network Analysis" consiste no elevado grau de formalização que se procura dar a análises concretas de dados. A revista "Social Networks" pode ser utilizada como exemplo do grau de abstração, formalismo e matematização a que podem chegar os estudos sociais, sem que a vantagem do ponto de vista da compreensão dos fenómenos seja muito clara. Richard

---

[150] Para uma introdução geral ver: Knoke, David; Kuklinski, James H, *Network Analysis*, London, Sage Publications, 1982.

[151] Knoke, D.; Kuklinski, J, *op. cit.*, p. 13.

[152] Smith, Richard, "A note on Network analysis in relation to the bastardy prone sub-society " in Laslett, P.; Oosterveen, K.; Smith, R.M. (eds), *Bastardy and its Comparative History.*, *cit.*, p. 240-246.

Smith, no texto referido, mostra uma preocupação marcada na explanação dos conceitos analíticos e na sua aplicabilidade à realidade histórica.

Mais do que a definição de categorias formais, cujas topologias se fragilizam no contexto da informação necessariamente incompleta dos dados históricos, parece-nos que o essencial é esclarecer os princípios de inferência que utilizamos ao analisarmos relacionalmente o comportamento dos sujeitos históricos e permitir-nos uma utilização criativa, mesmo narrativa, dos resultados obtidos. O que consideramos uma relação? Perante que tipo de situações colhidas em fontes consideramos que dois indivíduos estão relacionados? Que tipo de relações distinguimos?

1.6.1.3. Regras para a inferência de relações

Designamos por inferência de relações o modo como os documentos são utilizados para reconstituir a esfera das relações de cada pessoa. No contexto desta investigação estas regras foram incorporadas no sistema informático que geria as biografias reconstituídas. Assim, cada vez que se acedia à biografia de uma pessoa, visualizava-se quais os outros indivíduos com quem se tinha relacionado nas fontes transcritas[153]. O modo de implementação permitia uma utilização dinâmica das regras, ou seja, alterando os critérios de inferência, as biografias visualizadas

---

[153] Uma explicação mais detalhada do ponto de vista informático é dada na terceira parte.

a partir desse momento já forneciam uma nova imagem das relações interpessoais.

Como foi brevemente explicado na introdução, as relações interpessoais utilizadas distinguem-se em dois tipos, relativos ao modo como a informação nos chega.

As relações explícitas são aquelas que as fontes nos fornecem directamente. Por vezes temos referências a inimizades entre pessoas e consideramos isso uma relação explicitamente dada. Outras vezes é-nos descrito um acontecimento relacional que registamos na base de dados sob a forma de relações. Por exemplo: um grupo de pessoas foi à romaria da Senhora da Nazaré. Registamos esse acontecimento criando relações entre as pessoas em causa e damos a essas relações uma designação que retém a origem da informação ("foram juntos à romaria...."). A maior parte das relações explícitas são obviamente relações de parentesco e decorrem das expressões "marido", "mulher", "filho de", etc., que abundam em todo o tipo de documentação.

As relações implícitas são aquelas que se adivinham pela co-ocorrência de pessoas em determinados actos. Estas estão sujeitas a critérios interpretativos e a regras de inferência cuja validade só pode ser aferida no contexto de uma investigação concreta. Quando várias pessoas se juntam num acto determinado, por exemplo um baptismo, é evidente que desse facto decorre que existem determinadas relações entre elas. Algumas delas pensamos não serem objecto de grandes dúvidas, como as relações entre os padrinhos, os pais e a criança, codificadas aliás pelo direito canónico. Mas a consideração de uma relação significativa entre o padrinho e a madrinha de um baptismo, não estando

explicitamente ligados de outro modo, tem de ser objecto de cuidadosa meditação. No nosso caso distinguimos a relação de cada padrinho com a família da criança baptizada, que para nós é uma verdadeira relação, do facto de um padrinho e uma madrinha baptizarem a mesma criança, acontecimento a que não atribuímos uma natureza suficientemente significativa para o considerarmos prova de relação inter-pessoal. Mais cautelosamente, utilizamos a informação que duas pessoas foram padrinho e madrinha da mesma criança como prova de "contacto", porque estiveram presentes no mesmo acto[154]. Conforme as circunstâncias, podemos considerar esse facto como indício forte de relação a comprovar de modo mais claro[155].

Assim, o nível mais baixo de inferência relacional que o sistema informático nos pode fornecer corresponde simplesmente à co-ocorrência em actos. Podemos saber, para qualquer pessoa que tenha sido identificada, todas as pessoas que estiveram presentes nos actos a que assistiu. Em geral só utilizámos este tipo de listas em circunstâncias muito particulares, quando queríamos indagar em extensão o tipo de contactos que uma pessoa teve.

---

[154] Se, evidentemente, não se fizeram representar por procuradores, o que registamos sempre.

[155] Por vezes o mero "contacto" é significativo, como aconteceu na reconstituição do caso de José e Isabel quando o filho legítimo daquele foi padrinho de uma criança em que Isabel foi madrinha. Neste caso o facto do acontecimento mostrar que José mantinha as duas famílias em contacto era mais importante do que as regras gerais que estamos a definir no texto.

Acima deste nível temos as relações inferidas com base em regras mais restritivas. Essas regras exprimem-se pela definição de pares funcionais a que atribuímos um significado especial. Por exemplo o par pai-padrinho, ou noivo-pai da noiva. As pessoas que ocorrem nos mesmos actos com estas funções são tidas como relacionadas entre si.

Ao inferirmos relações com base nestas regras não consideramos indiferente o sentido da relação. Assim "pai-padrinho" não é a mesma coisa que "padrinho-pai". No contexto social em que trabalhámos, estas relações estão fortemente marcadas pelas diferenças sociais. Distinguimos por isso os pares que revelam uma relação ascendente, descendente ou horizontal.

Uma relação ascendente é aquela em que, em princípio, o segundo termo da relação tem um estatuto social igual ou superior ao primeiro. Entre os pares funcionais que revelam uma relação ascendente temos: pai-padrinho, pai-pai do padrinho, noivo-testemunha de casamento, e correspondentes relações para os actores femininos. Consideramos relações descendentes aquelas em que o primeiro termo um estatuto social superior ou igual ao segundo, as relações inversas das primeiras: padrinho-pai, testemunha de casamento-noivo, etc... São relações horizontais: noivo-pai da noiva, noiva-pai do noivo.

As regras acabadas de enunciar exprimem um comportamento relacional muito comum: convida-se para padrinho do baptismo dos filhos pessoas a quem se reconhece um estatuto social semelhante ou superior. O mesmo princípio se aplica às testemunhas de um casamento, se pudermos garantir que na

população estudada estas não assumem um carácter institucional-burocrático.

Quanto à horizontalidade das relações entre os noivos e as famílias onde casam não pensamos que levante grande dificuldades de aceitação. Obviamente que existem casamentos desiguais mas não em número que perturbem o funcionamento destas regras e o princípio geral subjacente.

Sendo o princípio interpretativo utilizado extremamente simples, a sua aplicação à totalidade dos baptismos e casamentos de uma paróquia reveste um poder analítico enorme. Infelizmente constragimentos de tipo técnico impedem-nos agora de explorar extensivamente esta informação. O modo como serviram para esclarecer determinados mecanismos dos casos reconstituídos foi suficientemente eficaz para abrir um grande leque de aplicações futuras.

Poderão ficar contudo dúvidas se o comportamento descrito em relação à escolha de padrinhos e testemunhas de casamento, por muito simples e de senso comum que pareça, corresponde de facto a um padrão de comportamento maioritário.

Estas eventuais dúvidas merecem que nos debrucemos um pouco sobre as formas que assumem este tipo de relações, sobretudo aquela que tem merecido mais atenção dos antropólogos e historiadores: o compadrio.

1.6.2 O SIGNIFICADO DO COMPADRIO EM SOURE

A atenção sobre as práticas de compadrio entre nós tem tido duas vertentes. Em certos contextos o apadrinhamento parece reger-se por regras formais que se aplicam a um universo parentelar restrito. É o caso de costumes em que ascendentes do pai e da mãe das crianças baptizadas cumprem sucessivamente o papel de padrinhos e madrinhas de uma forma regular[156]. Estas práticas estimulam interpretações de tipo simbólico, atribuindo ao apadrinhamento uma forma de representar a distinção entre o plano da família biológica, estruturado pelas obrigações e a autoridade e o plano da expressão individual, liberta de constrangimentos, "anti-parental", que a relação afilhado-padrinho representa.

Noutros casos tem sido constatado que, em situações de maior segmentação social, a relação de compadrio é utilizada para criar mecanismos compensatórios, procurando-se normalmente pessoas de condição social superior para padrinhos dos filhos[157].

Uma terceira forma detectou-se na Florença renascentista, onde as relações de apadrinhamento seriam descendentes no sentido

---

[156] Ver: Silva, Francisco Vaz da, *Aspectos do compadrio* In: *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveir"*, Lisboa, INIC, Centro de Estudos de Etnologia, 1989. p. 861-898.

[157] Callier-Boisvert, C. , *Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal*. In "L'Homme", 3 (2-Avril-Juin 1968),, p.87-103: *"Dans un pay où le clivage entre les classes reste trés fort et où l'écart entre riches et pauvres se creuse de plus en plus, la parenté rituelle prend souvent un aspect particulier de phénomène compensateur. Le compérage est alors un moyen pour les personnes de classe inférieure d'obtenir la protection des gens bien placés dans l'échelle sociale."*, p. 99

afilhado-padrinho, ou seja, raramente se escolhia um padrinho de condição social superior. O compadrio era utilizado para constituir ou reforçar clientelas descendentes, e poderia ter mesmo uma dimensão caritativa, escolhendo-se um certo número de pobres para padrinhos dos filhos[158].

É grande a variedade de usos que diferentes configurações sociais fazem do parentesco espiritual. Pela sua própria natureza, as redes que se tecem através do apadrinhamento tendem a complementar, em planos diversos, as ligações de consanguinidade e aliança. Constituem, por isso, modos de cristalizar relações que não podem ser formalizadas de outra maneira. Nesta lógica, é natural que a necessidade de criar relações sobre desníveis sociais se refugie nas redes de compadrio.

O valor explicativo do apadrinhamento num estudo comportamental como este vem do facto de considerarmos que a escolha do padrinho constitui um acto que não estaria sujeito a constrangimentos significativos, podendo por isso ser interpretado como emanando da vontade do agente em reflexo de uma decisão estratégica relativamente livre. Do mesmo modo a aceitação do convite representaria igualmente um acto que revela vontade de estabelecer a relação em questão.

---

[158] *"In general, the Florentine merchant-elite used baptismal kinship to extend their social network, choosing coparents from outside de family group, and they based baptismal kinship ties on previous bonds of friendship or association. The elite pursued a horizontal or downwardly vertical social strategy, choosing coparents who came from the same social satus level as they did or lower"*, Haas, Louis, *Il mio buono compare: choosing godparents and the uses of baptismal kinship in renaissance Florence*, Journal of Social History, 29 (1995), p.341-357.

Em Soure parece-nos evidente que os actores sociais consideram a escolha dos padrinhos como uma oportunidade de criar um laço de dependência em relação a alguém de um nível social superior ou, em segunda escolha, de um nível equivalente. Corresponde por isso à abertura de um canal redistributivo, que poderá, ou não, fazer fluir futuramente bens na direcção desejada.

Para o padrinho o pedido de apadrinhamento significa uma confirmação pública da sua ascendência social. Tem assim um valor simbólico não negligenciável. A pertença ao grupo "das pessoas principais", que abre o acesso a cargos e recursos, faz-se num contexto marcado pela capacidade de fazer actuar mecanismos públicos de reconhecimento social. Assim se explica que determinados indivíduos aceitem ser padrinhos de uma enorme quantidade de crianças.

Numa segunda leitura, então, o pedido de apadrinhamento tem sobretudo uma dimensão de reconhecimento público de ascendente social. Se nos permite hoje *reconstituir* a diferenciação social é porque servia outrora para *formalizar* a diferenciação social. O sistema do compadrio em Soure não apresenta nenhum vestígio de funcionar em modo de troca generalizada. Pelo contrário, assume claramente a forma de um fluxo arborescente descendente com as pessoas de maior prestígio no topo e as de menor estatuto nos ramos terminais.

Finalmente a relação expressa no apadrinhamento apesar de *desigual socialmente* é claramente *recíproca*. Do lado do apadrinhado representa a criação de um canal virtual para fluxos redistributivos, como vimos no caso de Manuel Gonçalves Vargas e Manuel Soares Coelho. Do lado do padrinho fornece uma

oportunidade de actualizar a representação pública da sua predominância social e agregar redes de clientela[159].

Estas duas necessidades confluentes emergem das características da estrutura social e do modo como o reconhecimento social do estatuto é fundamental na apropriação dos recursos[160]. É a dupla característica das relações sociais, desiguais mas recíprocas, que fornece, quanto a nós, o fio condutor da interpretação dos casos relatados.

1.6.3 UM PADRÃO RECORRENTE.

A figura 22 recapitula as várias situações em que detectámos uma relação de compadrio associada a uma relação ilegítima. Considerando, como fizémos acima, que o compadrio materializa uma decisão estratégica, individual, então os momentos em que estes actos têm lugar revelam-nos muito da mente dos actores sociais.

Veja-se, como exemplo, o apadrinhamento do filho de Manuel Gonçalves Vargas por Manuel Homem de Quadros. Quadros é o homem a quem a irmã de Manuel Vargas tinha sido entregue em 1692, por António Cordeiro. Em 1707 é convidado para ser

---

[159] O ritual de saudação do padrinho, que ainda hoje é observável, consiste em beijar a mão e pedir a benção (Silva, Francisco Vaz da, *op. cit.* p. 866 nota 6). A simbologia é claramente de submissão social, semelhante aos rituais de corte.

[160] Veja-se na segunda parte a descrição das eleições para o cargo de capitão e para os quinhões dos escudeiros no campo comunitário do concelho.

padrinho, claramente inserido numa estratégia de ascensão social que explora com eficácia os mecanismos redistributivos da sociedade, em especial o compadrio.

José da Cunha mostra-nos o mesmo padrão a funcionar mais rapidamente: o apadrinhamento e o amancebamento seguem-se muito de perto. O primeiro foi talvez um momento de uma estatégia que visava o assunto. As noitadas em casa de Manuel Rodrigues, barbeiro, com as violas e as cantorias, como as testemunhas referiram, concorrem com essa ideia de uma familiaridade subitamente interrompida quando Maria saiu da paróquia.

No caso de Manuel Marques e António Mendes, vemos alguns apadrinhamentos sucederem-se imediatamente a seguir ao amancebamento, gerando a suspeita de que se apadrinhavam crianças que se consideravam ser do próprio sangue, apesar de nascerem de mulheres casadas. O mesmo raciocínio permite-nos considerar como provável que o filho de Antónia Gonçalves, que nasce em 1712, fosse filho do padrinho, José da Silva e Melo.

O facto de algumas destas relações de apadrinhamento se sucederem às relações ilícitas denunciadas em devassas significa que, apesar do formulário da visita registar sempre "o grande escândalo" que suscitavam os comportamentos denunciados, temos todas as razões para acreditar que em alguns casos correspondiam a situações consensuais. O caso de Isabel e José fornece ampla matéria que cimenta essa convicção: as relações ilícitas que se constroem sobre desníveis sociais não aparentam ser

alvo de descriminação ou isolamento dentro das teias de sociabilidade. Apesar do cuidado com que a Igreja protegia as mulheres casadas da vingança dos maridos, admoestando-as em segredo na sequência das denúncias, as reconstituições indicam que essas relações poderiam ser consensuais, embora baseadas num ascendente económico do amante que não deixava muitas hipóteses de escolha ao esposo legítimo. Nem todos, aparentemente, aceitariam a situação. Sebastião Machado da Costa, que mais tarde será vereador, escudeiro dos 24 e comissário do Santo Ofício, teve um caso denunciado em 1688 com uma Mariana do Rosário, que se casou com outro homem mantendo a relação com Sebastião, provavelmente num mecanismo de compensação semelhante ao de Isabel Rodrigues com António Francisco. O marido de Mariana, contudo, acabou por se ausentar por causa da relação existente entre a mulher e Sebastião Machado, segundo relatou uma das testemunhas[161]. Fica a ideia de que o casamento de composição com outro homem poderia ser uma saída frequente para as relações desiguais.

Assim a coincidência das relações de apadrinhamento e de amancebamento revela até que ponto o pecado surge da desigualdade social.

---

[161] AUC *Devassa de Penela 1686*, III/D, 1, 4, 4, 2, fol. 188 e ss, testemunho de Luis da Silva.

1.6.4 RELAÇÕES DESIGUAIS E RECÍPROCAS.

Ao analisarmos o modo como as redes de compadrio cumpriam duas funções complementares, formulámos o conceito de relação desigual e recíproca. Parece-nos, com efeito, que numa estrutura social deste tipo, os processos que têm uma função redistributiva, isto é, que fazem fluir bens de cima para baixo na hierarquia social, servem igualmente para cimentar o capital simbólico dos dadores. O apadrinhamento é um bom exemplo deste processo.

As ligações ilícitas em situação de desigualdade social seriam outro. Nessas situações encontramos de modo muito claro o duplo aspecto que temos estado a referir. Correspondem a uma transferência de bens em sentido descendente da hierarquia social. As testemunhas das devassas descrevem sempre uma situação de desigualdade social num amancebamento enumerando as transferências do homem em relação à mulher: "ele calça-a, veste-a, comprou a casa onde ela vive, etc....". As formas utilizadas são bem diferentes daquelas que servem para descrever, por exemplo, uma relação estável não oficializada: "ele a tem portas adentro e fazem vida como se fossem casados...". Do ponto de vista do personagem masculino este tipo de relações teria uma carga simbólica e até ritual importante. Vemos com frequência os filhos das famílias das elites locais a estabelecerem relações semelhantes às que José estabeleceu com Isabel e Maria antes de casar. Manuel Homem de Quadros fez a mesma coisa e teve um filho ainda solteiro. Sebastião Machado da Costa teve igualmente uma relação com uma mulher que lhe teria dado dois filhos. António Mendes e Manuel Marques, solteiros e de posses, comportam-se da mesma

maneira. José da Silva Melo, sobrinho de José da Cunha, foi igualmente acusado em 1713 com uma Maria e pouco antes tinha sido um padrinho suspeito do filho de Antónia Gonçalves Vargas. Porque consideramos estes episódios como providos de uma carga simbólica e até ritual?

Para os jovens dos estratos sociais mais elevados, ter uma rapariga por sua conta seria ao mesmo tempo um meio de atravessarem um celibato imposto pelas regras do sistema e afirmarem a diferença da sua condição. Recordemos os quatro ou mais anos de relacionamento que Isabel e José tiveram antes de este casar. E anotemos também que estes tipos de relações são as que assumem um carácter público mais marcado, como é próprio de uma actividade que tem uma dimensão de ostentação simbólica. Não é comum que nestes casos as testemunhas tomem conhecimento da relação, porque fortuitamente surpreenderam o casal em algum lugar recatado. Pelo contrário, as relações desiguais passam-se à vista de todos. Como a de José e Isabel, ou a de Manuel Marques e Ana. E, significativamente, os homens assumem os filhos quando são baptizados. Assim o fazia José da Cunha. Assim o fez Manuel Homem de Quadros e Manuel Marques. Neste sentido, o filho ilegítimo que teve Manuel Gonçalves Vargas, pouco tempo antes de casar, talvez possa ser visto como um indício de mimetismo em relação aos comportamentos de um estrato social a que queria visivelmente pertencer.

As relações desiguais podem ter vários matizes e tender mesmo para um nivelamento progressivo. Mas pensamos que é útil manter a atenção focada no princípio da reciprocidade.

Apercebemo-nos de que o estatuto diminui com a idade e a viuvez. Uma criada de um homem mais velho, viúvo, com filhos que ainda necessitam de cuidados, pode ter chances de transformar o amancebamento em casamento, ou pelo menos sonhar com isso. Era o que dizia a criada de Baptista de Moura, Isabel, que afirmava publicamente "que o denunciado a desflorara a título de casar com ela". Isto é válido não só para os amancebamentos como também para os casamentos. É assim que Rosa Maria, filha do lavrador João Rodrigues do Sobral, casa com Alexandre Mendes Ravasco, viúvo, de condição social nitidamente superior. O mesmo princípio a uma escala mais pequena: Antónia Goncalves Vargas, "comprada" por D.Pedro, depois de ter dado à luz um filho, casa com o sogro do irmão, viúvo, e ainda lhe dá dois filhos.

Mesmo quando estamos perante uma situação aparentemente nivelada conseguimos por vezes vislumbrar a reciprocidade e fragilidade subjacente. Como no impedimento de matrimónio que levantou Josefa do Espírito Santo a José Rodrigues que publicou banhos para casar com Maria Francisca, todos da Casa Velha. Josefa alega que José Rodrigues lhe tinha prometido casamento e que com essa promessa "teve dela o que quiz"[162]. As testemunhas ouvidas no processo, nomeadas por Josefa, têm conhecimento de que houve tracto ilícito entre os dois e embora ninguém tenha assistido às promessas de casamento, estão convencidas que elas tiveram lugar "por ver que ambos eram iguais no sangue como nos bens"[163]. E apesar de ele negar ter feito as promessas , uma das

---

[162] AUC, *Processos de Casamento*, José Rodrigues e Maria Francisca, 1716.

[163] *Ibidem*, testemunha Mariana Francisco.

testemunhas "tinha para si que se eles tiveram cópula carnal um com o outro a impediente se lhe não havera de entregar senão debaixo de promessas de casamento"[164]. Mas sabemos que Josefa já não tinha muitas chances de casar. Ela e a irmã, Joana, 3 anos mais nova, tinham ficado orfãs de pai em 1700, com 14 e 11 anos respectivamente. Joana teve sorte, ou foi mais expedita, conseguiu o dote de 15.000 réis da Misericórdia e casou-se em 1712. Quatro anos depois Josefa, irmã mais velha, continua solteira com 30 anos de idade. Está numa situação frágil diante das promessas sedutoras de José Rodrigues que, segundo ela, lhe promete casamento e depois vai sucessivamente adiando a data com as desculpas mais variadas. Até ao domingo em que Josefa ouve na Igreja Matriz a publicação dos banhos de José com Maria Francisca e decide agir. O seu relato ao pároco não tem sombra de pudor, antes quer deixar bem claro que se submeteu a José confiante nas suas promessas, ainda que, pela descrição, se perceba que não era difícil duvidar das desculpas inconsequentes de José. Mas acredita-se no que se quer — é a conclusão que podemos tirar e, talvez, generalizar.

---

[164] *ibidem*, testemunha Josefa, filha de José Leão.

Conclusão

NÃO QUERER BEM NEM SENTIR MAL

A interpretação do inconformismo moral nas populações do passado tem seguido duas grandes vias distintas. A primeira, que podemos chamar de "cultural", tem-se preocupado com a emergência de um espírito individualista, centrado no eu, que tenderia a ser sujeito de uma ética mais livre, dirigida à satisfação dos desejos pessoais, menos subjugada por uma moral tradicional comunitária[165]. Essa transição mental era solidária com a mais vasta substituição da formação social de Antigo Regime pelas novas estruturas baseadas na moeda e no individualismo

[165] É a visão de Shorter, Edward, *Naissance de la famille moderne: XVIII-XX siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1977. Ed. original: *The making of the modern family*. New York, Basic Books, 1975.

económico. O mercado capitalista dissolveria a teia das obrigações e dependências interpessoais, quebrando a lógica económica que mantinha as comunidades unidas e da qual emanava uma consciência tutelar colectiva, que forçava os comportamentos à observância dos preceitos da moral cristã. O dinheiro que circulava com cada vez mais intensidade, as oportunidades de independência económica trazidas pela generalização do trabalho assalariado, constituíam os motores de uma transformação económica que rapidamente se transformava em revolução mental. As atitudes face a todos os aspectos da vida e em especial ao prazer e à satisfação pessoal passariam a reger-se pelo mesmo espírito individualista e competitivo, que optimiza ganhos e minimiza percas, sem um estremecimento de remorso. A expressão mental dos efeitos desta transformação de fundo no plano das relações entre os sexos seria o "amor romântico", cujas categorias ideais se vão consolidando em paralelo com a desagregação do Antigo Regime e o advento do capitalismo. A procura do prazer individual e da realização de ideias de felicidade egocêntricas provocaria o abandono dos constrangimentos morais do passado.

Outra via, a que podemos chamar "demográfica", tem-se centrado nos resultados da interacção de determinadas variáveis na composição do fenómeno da ilegitimidade[166]. Num regime de casamento tardio seria lógico esperarmos que a ilegitimidade funcionasse como um escape para o período de abstinência

---

[166] Ver o capítulo introdutório de Laslett em Laslett, Peter; Oosterveen, Karla e Smith, Richard M. (ed), *Bastardy and its comparative history*. London, Edward Arnold, 1980, p.1-65.

prolongada que o sistema demográfico impõe. Como a idade média de casamento flutua ao longo do tempo, deveríamos observar, pelo mesmo raciocínio, um aumento paralelo da extensão do período de abstinência sexual pré-conjugal e do número de crianças ilegítimas. Contudo, é o inverso que acontece. Quanto mais cedo se casa, em média, mais crianças ilegítimas aparecem. Inversamente, quanto mais tarde se casa, menor é a taxa de ilegitimidade. A explicação para este fenómeno consiste em ligar a ilegitimidade ao casamento, por paradoxal que possa parecer. O processo de relacionamento entre os potenciais noivos envolveria sempre um certo número de relações pré-conjugais. Algumas dessas, devido a atrasos na realização do casamento, dariam origem a crianças ilegítimas. Quando as possibilidades de casar, determinadas pela conjuntura económica, diminuem, as pessoas abstêm-se de criar relações que sabem ter poucas hipóteses de redundar em casamento. Nestas circunstâncias, a idade média de casamento sobe e a ilegitimidade desce. Quando, inversamente, a conjuntura é favorável à concretização do casamento, o "mercado matrimonial" intensifica-se, a competição entre potenciais esposos é maior e a vontade de cimentar relações torna-se mais premente. Agora a idade de casamento desce e a ilegitimidade sobe.

Ambas as hipóteses interpretativas tentam explicar uma transformação operada nas sociedades europeias a partir de meio do século XVIII. À escala dos nossos pecadores públicos estes grandes esquemas interpretativos parecem bastante deslocados.

Nos casos estudados não transparece uma presença vigilante e controladora da comunidade. O controle é sobretudo feito do

exterior, pela visita, que, como vimos, transcreve uma imagem de escândalo público que é mais um formalismo jurídico que uma atitude real das populações. Internamente os comportamentos ilícitos estão de tal modo entranhados na lógica do funcionamento da estrutura social que dificilmente poderiam ser extirpados. Não vemos, tão pouco, como em Inglaterra, um posicionamnto das autoridades locais contra a imoralidade da população[167]. Antes abundam os exemplos de membros destacados da hierarquia local a protagonizar comportamentos ilícitos.

A proporção de casos que podemos identificar como relacionados com processos dirigidos ao casamento é inferior a um terço. A maioria dos casais ilícitos em Soure corresponde à figura de desnível social que se revela em quase todos os casos que reconstituímos. Tal como o exemplo com que abrimos esta parte ilustra, a questão moral não é considerada em abstracto face a uma norma codificada e transmitida pelo clero. É antes um instrumento que se ignora ou utiliza conforme as necessidades do momento.

---

[167] Ver: Levine, David; Wrightson, Keith, *The social context of illegitimacy in early modern England*,.In: Laslett, Peter; Oosterveen, Karla e Smith, Richard M. (ed), *Bastardy and its comparative history*. London, Edward Arnold, 1980, p. 158-175. A atitude moralizante dos notáveis locais teria tido uma influência decisiva na contenção de práticas não-conformistas e a circunscrição progressiva destas às camadas mais pobres da população. (p.172). Outros exemplos da intolerância das populações contra o nascimento de crianças ilegítimas podem colher-se em: Quaife, G.R., *Wanton Wenches and Wayward Wives: Peasants and Illicit Sex in Early Seventeenth Century England*, London, Croom Helm, 1979. Em Inglaterra as crianças sem pai declarado eram um encargo para as paróquias, gerando sentimentos de grande hostilidade.

Numa sociedade fortemente segmentada, em que a competição pelos recursos é uma constante do dia a dia, as atitudes face à moral moldam-se às oportunidades e estratégias possíveis. A desigualdade não provoca uma exploração unidireccionada de muitos por poucos. Antes cria uma teia de relações que, sendo desiguais, contêm sempre um forte componente de reciprocidade em que todos dão e todos recebem.

Nesta lógica de estratégias entrecruzadas não vemos grande espaço para os afectos do "querer bem", nem o peso da culpa de "sentir mal."

2. CONTEXTOS

2.1. INTRODUÇÃO

Nesta parte fornecemos com mais detalhe informação contextual que permite enquadrar os comportamentos descritos e analisados anteriormente. Os vários aspectos tratados sinteticamente na introdução da primeira parte são aqui desenvolvidos.

Começaremos por uma caracterização mais detalhada do espaço. Veremos os vários recursos disponíveis para a sobrevivência da população que vive no espaço descrito e a forma como se organiza a sua apropriação. Os modos de apropriação levam-nos naturalmente para as questões de diferenciação social, que constituirá o nosso terceiro tópico. Seguidamente veremos alguns aspectos conjunturais que se detectam no período estudado.

2.2. O ESPAÇO

2.2.1. DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em Soure o concelho e a paróquia praticamente coincidiam. Decerto foram uma e a mesma coisa em época anterior ao século XVII, mas em determinado momento algumas localidades do extremo sul do vale do Arunca foram desanexadas para dar lugar à paróquia da Almagreira[168].

---

[168] Não sabemos quando a freguesia de Nossa Senhora da Graça da Almagreira se individualizou da de Soure. Um alvará de 1577 determina que se dê um arroba de cera ao capelão da Igreja de Nossa Senhora da Graça, termo da vila de Soure, [ANNT, *OC, Livro 4*, fol 76v]. Em 1588 são dados 8 mil réis à fábrica da mesma igreja agora qualificada como "anexa à Igreja de Santiago desta vila". É possível, por isso, que a individualização seja feita entre as

Estimamos que a paróquia de Soure ocuparia uma área de cerca de 90 km^2, semelhante à freguesia actual[169]. Como já foi exposto noutro lugar, as variações de limites das paróquias são sempre processos complicados que deixam traços na documentação e na memória local[170]. No caso de Soure a informação disponível nas fontes do século XVII e XVIII confirma a hipótese: os limites actuais são válidos para o Antigo Regime. As únicas dúvidas que se levantam dizem respeito a lugares nas extremas que cresceram com o tempo ganhando estatuto incerto.

Apesar da sua permanência ao longo dos séculos, os limites paroquiais têm uma existência mais virtual que real. Ao contrário das demarcações de terras e, por vezes, de concelhos, onde um limite é fisicamente inscrito no território pela colocação de marcos, fica-nos a sensação de que a fronteira da paróquia é na prática uma linha imaginária que circunscreve os lugares onde moram os que recebem os sacramentos de uma mesma igreja. Quando é necessário demarcar a paróquia com mais precisão e essa linha virtual tem de ser tornada real, então tende a colar-se sempre que possível a outras de estatuto mais sólido, como o limite do concelho ou de outra circunscrição mais terrena. Mas não há uma

---

duas datas, uma vez que a partir daí o termo de "capelão" já não se aplicaria, antes o de Vigário que é o que encontramos na documentação do século XVII e XVIII. Teremos aqui um indício, entre outros, que o vale do Arunca esteve sujeito a ocupação intensificada na época moderna.

[169] O mapa da figura 1 fornece o enquadramento do território dentro do país.

[170] Carvalho, Joaquim; Paiva, José, *A diocese de Coimbra no século XVIII: população, oragos, padroados e títulos dos párocos*, sep. da "Revista de História das Ideias", vol.11, 1989 e Neto, Margarida Sobral, *Terra e conflito: região de Coimbra (1700-1834)*. Viseu: Palimage Editores, 1997,p.62.

inscrição física do limite paroquial que sirva de referente ao quotidiano.

O primeiro mapa da paróquia é o rol de confessados. Aí se define o conjunto de lugares e pessoas que devem cumprir a sua obrigação pascal na igreja paroquial. Dessa obrigação primária decorre todo um mundo de vivências que estrutura de modo nada informal o quotidiano das populações: o espaço dos fregueses que recebem a graça divina pelos sacramentos ministrados a partir de um mesmo lugar. Traçamos esse limite de forma aproximada com base na demarcação do termo de Soure incluído no tombo da Comenda Mestral de 1746[171].

Quase 100km2 é uma área muito significativa, quando, como neste caso, é uniformemente ocupada. Esse facto sobressai ao visualizarmos o mapa das paróquias da diocese de Coimbra no século XVIII (ver figura 3). Juntamente com Pombal, com quem confina pelo Sul, Soure é uma das paróquias de maior superfície

---

[171] AMS, *Tombo da Comenda Mestral da Ordem de Cristo 1746*, demarcação a partir do fol.608. A virtualidade das fronteiras das paróquias prolonga-se até aos nossos dias com a questão dos limites das freguesias civis contemporâneas. O primeiro mapa que conhecemos com os limites das freguesias à escala nacional é a magnífica carta da densidade populacional por freguesias elaborada no Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra. Os limites aí utilizados foram determinados empiricamente por inquéritos de campo. Diferem aliás significativamente dos incluídos na Carta do Ministério do Ambiente. Mas em ambos casos a determinação das fronteiras é feita por inquéritos que apelam basicamente à memória local. Ver Carvalho, Joaquim e Paiva, José Pedro, *op.cit.*. O tombo da comenda Mestral permite traçar o termo a partir do qual é simples delimitar a paróquia através da toponímia dos registos paroquiais.

da diocese, o que é tanto mais digno de realce quanto as outras paróquias de áreas semelhantes ou maiores se situam em zonas de características especiais em que grande parte do território é inocupado e a densidade populacional baixa. É o caso das zonas de litoral, com os seus extensos areais e as zonas de montanha. Soure situa-se, pelo contrário, em zona de elevada fragmentação de limites, fruto de densidade populacional alta. Os gráficos da figura 3 realçam este aspecto. Com cerca de mil fogos em 1720 o que corresponderia a uma população entre três mil e três mil quinhentas pessoas maiores de sete anos de idade, Soure é uma paróquia bastante populosa.

Como se fixa este território e esta população? Para o sabermos teremos que recuar uns séculos. Soure foi um dos pontos de defesa de Coimbra quando a fronteira oscilava na zona do vale do Mondego. Fazia parte de uma linha de castelos que da Lousã a Montemor constituíam, no início do século XII, a linha avançada e instável da reconquista. É nesse contexto que surge a concessão de foral pelo Conde D.Henrique em 1111 com vários privilégios dados aos povoadores, entre os quais a possibilidade de ascensão ao estatuto de cavaleiro a quem mantivesse cavalo. Do ponto de vista da ocupação a zona só terá estabilizado com a conquista de Santarém em 1147[172].

---

[172] Para a fixação do território na Idade Média do ponto de vista jurisidicional ver: Ventura, Leontina, *Soure na sua História: algumas reflexões* in "Locus", 1, 1986, p.39-49; Varandas, Maria Teresa, *Contributo para uma Monografia da região de Soure,* Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1969; Barbosa, Pedro Gomes, *Cavaleiros do Templo e*

Mas o momento significativo e estruturante será a doação do castelo e seu termo aos Templários, efectuada por D. Teresa em 1128 e depois confirmada pelo filho no ano seguinte. Apesar de vicissitudes várias o território manter-se-á na posse da ordem do Templo, até à sua extinção, e será a primeira "base" dos cavaleiros no território nacional, alargada depois com os territórios confinantes de Ega, Redinha e Pombal. Com o fim dos Templários, no reinado de D. Dinis, Soure passará para a Ordem de Cristo. A identificação progressiva das ordens militares com a coroa faz com que, ao chegarmos ao século XVII, os aspectos jurisdicionais e económicos de Soure dependam estreitamente do poder real, mediado pelas formalidades inerentes à condição de terra de ordem militar, que constrangem as principais modalidades de gestão do espaço e dos recursos nele existentes.

Olhando o mapa da figura 2, percebemos que o território tem uma inscrição clara no relevo, com algumas excepções. Compreende aproximadamente a bacia dos rios Anços e Arunca, cortada nas extremidades norte e sul. Assim, a norte, detém-se o território às portas de Vila Nova de Anços e a Sul o vale alto do Anços fica associado à Redinha e o do Arunca a Pombal. Deslocando o olhar para a zona noroeste do mapa vemos o vale da Ega e uma abertura natural do território de Soure para a vila vizinha[173]. Ega, Redinha, Furadouro, Tapeus e Pombal são as

---

Cavaleiros de Leiria: a defesa dos campos de Coimbra. In: Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 1989 - Actas, Palmela, Câmara Municipal, 1991, p. 191-204.

[173] Abertura aproveitada pela actual estrada Condeixa-Soure e que já nos tombos dos séculos XVI se designa por estrada Coimbrã.

paróquias que circundam Soure pelo Este e Sul. São igualmente igrejas de territórios da Ordem de Cristo e foram os Templários quem os povoaram inicialmente. São por isso extensões ao território original que se autonomizaram posteriormente, embora a Ega e a Redinha tenham sempre mantido uma dependência estreita a Soure. Em muitas instâncias as três vilas são encaradas em conjunto. É o caso da nomeação de determinados ofícios como os de Tabeliães de Notas e do Judicial, ou Juiz dos órfaõs, e de jurisdições como o de Juiz de Fora. O âmbito destes cargos compreende as três vilas simultaneamente.

Os limites da paróquia e do termo seguem de perto os constrangimentos físicos, apesar de estes aqui serem bastante suaves. A separação entre o termo de Ega e o de Soure passa pela linha que separa as ribeiras a correr para Este, para o vale da Ega das que correm para Oeste em direcção aos vales conjuntos do Anços e do Arunca. Já o limite sudeste se define mais em altura, ficando-se os limites de Soure pelas cotas mais baixas, deixando as terras progressivamente mais altas para os termos vizinhos. A sul, as linhas são traçadas mais abaixo mas o princípio é o mesmo: as planícies inferiores a 30 metros ficam no termo de Soure.

A linha de relevos que a oeste separam o vale do Arunca da Ribeira de Carnide fornecem outra base de delimitação natural. Aí também se distinguem claramente as águas que correm para oriente das que correm para ocidente. A oeste ficava o termo de Montemor, com terra da Universidade (Louriçal).

É no extremo noroeste que a linha divisória não encontra um ancoramento tão seguro na base física. O grande vale alargado que se abre depois do estreitamento que o rio sofre por alturas da Casa

Velha, num maciço denominado Mucate, é cortado em diagonal geometricamente traçada dividindo o termo de Soure a Este do de Montemor, paróquia de Gesteira, a Oeste. Poderíamos supôr uma simetria nos limites que incluíriam o vale da ribeira de Santo Isidro que corre a Oeste entre o Migalho e os Louzões, como se agregam as ribeiras que a Este descem para o campo. Mas não é assim. O limite de Soure subirá esse vale pelo fundo da ribeira não incluindo já Santo Isidro. É aqui nesta zona que se conhecem vários e prolongados conflitos de território entre as gentes de Soure e as de Montemor, por vezes protagonizados a nível mais elevado por questões entre a Ordem de Cristo e o Mosteiro de Santa Cruz[174]. De facto, o traçado dos limites originais, determinados por mecanismos que nos escapam, criaram uma assimetria que facilitará as tentações de consolidar território.

Em resumo, apesar de pequenas variações, o território de Soure corresponde aos vales do Anços e do Arunca, tirando a parte final perto da confluência com o Mondego e as partes iniciais, separadas nos termos de Ega e Redinha. A paróquia e o termo só não coincidem na zona da Almagreira, que se autonomizou da Igreja Matriz de Soure. De modo semelhante a jurisdição concelhia sourense não se estendia à aldeia do Paleão, que constituía um julgado com jurisdição cível e crime autónoma, independente da câmara de Soure, embora a ela ligada por

---

[174] Ver: Ventura, Leontina, *Soure na sua História: algumas reflexões, cit.*, Gomes, Saúl António, *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra, I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, sep. de "Estudos Medievais", Centro de Estudo Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Norte, Porto 1988.

acordos de "boa vizinhança". A origem deste "enclave" é remota. O tombo da comenda Mestral de 1508 faz a demarcação do julgado que parece corresponder à aldeia e poucas terras em redor[175]. Em 1549 o corregedor de Tomar apercebeu-se da anomalia, que era contrária ao disposto nas ordenações e decide corrigir a situação dando origem a um processo cuja sentença final é favorável à manutenção da jurisdição própria[176].

---

[175] *Tombo da Villa de Soure,* ANTT, OC, livro 308, fl. 1-31. Transcrito em Morgado, Isabel, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura,* Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Câmara Municipal de Soure, 1996, doravante referido como *Tombo de 1508,* citando-se pelas páginas da transcrição.

[176] *Tombo da Comenda Mestral de Soure,* AMS, feito entre 1746 e 1747 (existem dois volumes iniciais de reconhecimentos: ANTT, *OC, livros 481 e 480*). Doravante *Tombo de 1746* Faltam as páginas de rosto. Aí se refere o Paleão nos seguintes termos: "Uma aldeia tem a Mesa Mestral da Ordem de Cristo junto da Vila de Soure, chamada Paleão, da qual se nomea comenda que dada a D. Aleixo e depois a Simão Guedes a qual aldeia é toda situada no termo da dita vila para a parte do Levante e tem jurisdição cível e crime de tempo antigo a esta parte consta do sumário e da sentença que em seu cartório tem..." (fol. 558v). Segue-se sentença sobre o julgado do Paleão, de D. João III. Em 9 de Dezembro de 1549 o corregedor de Tomar, encontrando-se em correição em Soure soube da existência de uma aldeia de 15 ou 20 moradores que tinha, desde há muito tempo, jurisdição cível e criminal, estando isenta da jurisdição de Soure. Chama os oficiais do Paleão para saber se é verdade e se têm alguma provisão para esse efeito. Estes mostram tombos da Ordem de Cristo, afirmam que os oficiais são confirmados pelo Almoxarife da Ordem e explicam que só têm um juiz e o procurador do concelho, usando os tabeliães e cadeia de Soure. O corregedor resolve passar sentença logo ali, fazendo findo os feitos. Decide que há usurpação de jurisdição por não haver, por um lado, demonstração documentada de privilégio e, por outro, não ter o lugar as características necessárias para

2.2.2. Geologia e relevo

A base geológica deste território é conhecida[177]. Há 100 milhões de anos, no Pliocénico, o mar cobria toda esta zona, a uma altura de 100 metros, como mostram vestígios de depósitos marinhos que se encontram na zona delimitada. O efeito de erosão e dos depósitos do mar, ligado à natureza pouco dura da rocha subjacente, composta de arenitos e grés, criou uma plataforma nivelada onde, após o recuo do oceano, os rios puderam sem dificuldade escavar vales largos. O relevo é o resultado dessa erosão facilitada pela natureza da plataforma, entrecortada por

---

poder ter jurisdição separada da de Soure, estando englobado no seu termo, a menos de uma légua da vila e com menos de vinte vizinhos. Contudo, não havendo malícia não os condena à pena aplicável mas apenas os inibe de continuarem nos seus cargos, passando a depender da jurisdição de Soure, *"ficando porém a eles réus seu direito resguardado de serem privilegiados e libertados dos encargos do concelho por serem caseiros da dita Ordem de Cristo."* (fol 555v). Os oficiais do Paleão apelam para o Rei e o caso sobe à Casa da Suplicação. A sentença final dá razão aos oficiais do Paleão contra o Corregedor (no acórdão designado por ouvidor) *"em os privar e assim ao dito lugar do Paleão de elegerem juiz e procurador como antigamente usaram e está em costume e em os sujeitar à jurisdição da vila de Soure não foi por ele bem julgado [...] visto outrossim como tudo é da Ordem assim a vila de Soure como o lugar do Paleão e à dita Ordem nem a mim nam lhe vem prejuízo disso e se a vila de Soure quizer demandar a dita jurisdição de Paleão o poderá fazer como e por onde deve."* (fol. 556-556v).

[177] Cunha, Lúcio, *As serra calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere*, Coimbra, INIC, 1990, e *As grandes linhas de desenvolvimento do relevo na área de Soure*, "Locus", 1, 1986, p.25-32.

erupções de calcários empurrados pelos movimentos tectónicos, que criaram cabeços de material mais duro, que as águas têm mais dificuldade em moldar. É o caso da elevação da Cabeça Gorda que, a Oeste de Cavaleiros e Eureça, ajuda a separar Soure da Ega e também do cabeço do Mucate que provoca o estreitamento do rio e o faz dar o meandro a Norte da vila. Estes calcários fazem parte do sistema que cria a serra do Sicó e se estende descontinuamente até à Serra da Boa Viagem, junto à Figueira da Foz.

A imagem obtida por satélite destaca bem os três elementos estruturantes do relevo: os calcários expostos, da serra do Sicó e da Cabeça Gorda, as colinas de arenitos e grés, cuja cobertura florestal se evidencia a verde escuro e as planícies de aluvião, tons verdes claros. As aglomerações populacionais contemporâneas deixam manchas rosa claro (ver figura 4).

Por vezes estes cabeços de calcário, denominados anticlinais, fragmentam-se, deixando a descoberto materiais moles e de características impermeáveis, como margas e argilas. Um desses processos terá ocorrido nesta zona, a noroeste da vila, criando uma espécie de depressão em forma de bacia, o "diapiro de Soure".

Assim, a natureza deu aos habitantes de Soure vales largos, propícios ao depósito de aluvião e potencialmente muito fertéis, mas também zonas baixas, facilmente inundáveis. A consistência fraca da rocha da plataforma original facilitou, como dissemos, a erosão e a abertura dos vales, que o nosso mapa e a imagem de satélite evidenciam. Pelas mesmas razões não é difícil trabalhar e mover a terra das colinas. Contudo os arenitos não retêm a água

que se infiltra rapidamente. Assim, as terras acima dos vales, sendo de fácil movimentação, retêm mal a humidade e a sua qualidade agrícola é menor.

Os vales largos e as colinas de erosão fácil facilitam o transporte de detritos e o assoreamento dos leitos dos ribeiros. O asseoreamento é um problema do vale do Mondego desde a Idade Média. Alfredo Fernandes Martins argumentou fortemente em favor de uma origem humana desse fenómeno, que atribuía à desflorestação das alturas circundantes dos vales. Postos a nu serras, montes e colinas, o efeito de erosão das chuvas aumenta o caudal de materiais que correm para os rios, criando importantes depósitos que alteiam os leitos. O assoreamento desde o século XII seria de 11 metros na zona de Coimbra e mais ainda por alturas de Montemor-o-Velho[178].

A elevação dos leitos dos rios, ao provocar uma velocidade mais lenta de escoamento das águas, facilita ainda mais a ocorrência de cheias. Assim, aquilo que a natureza geológica do solo já por si facilitava encontra-se progressivamente potenciado por um processo já histórico de alteração da paisagem. A documentação atesta a luta contínua contra o rio e o efeito das cheias. Por vezes os defuntos não podiam vir a enterrar à igreja

---

[178] Ver Martins, Alfredo Fernandes, *O esforço do Homem na Bacia do Mondego*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, edição de autor, 1940, em especial o capítulo "Vae Victis" p. 173-206. Um assoreamento de 11 metros parece-nos contudo demasiado, a não ser que o nível médio do mar fosse abaixo do actual. Com efeito, encontramos actualmente todo o campo de Vila Nova de Anços e a zona à volta de Soure menos de 10 metros acima do nível do mar.

matriz por não se poder passar para a vila. Detectamos esta situação em relação às povoações que ficam a sul, delimitadas entre os vales dos dois rios, mas também as da margem esquerda do Arunca, que não conseguem passar as pontes. Em 1686, pelo menos, a inundação estendeu-se ao vale da ribeira da Milhariça uma vez que o Espírito Santo e a Assamassa ficaram impossiblitados de comunicarem com a vila.

A câmara tem um papel importante na contenção e resolução destas situações. Quando as águas transbordam, os caminhos ficam impraticáveis e as pontes ruem, é a câmara que mobiliza o esforço colectivo, apregoando aos lavradores e trabalhadores de enxada para "acudirem" às pontes e caminhos. Normalmente as pessoas são citadas genericamente por zonas (por exemplo "os moradores do rio Arunca") especificando-se que os lavradores devem trazer os seus carros de bois com pedras e matos e os trabalhadores as suas enxadas ou pás. Quando os requisitados faltam, a câmara lança coimas, o que por vezes permite ter uma lista detalhada de habitantes classificiados pela posse ou não de pelo menos uma junta de bois[179]. Se, em vez de pontes e caminhos, se trata das valas, são os lavradores cujas terras entestam nos canais que são obrigados a desimpedir o escoamento das águas.

As dificuldades trazidas pelas águas serviam também de justificação a pedidos de redução ou comutação de foros. Assim, Pedro de Brito de Ataíde e sua mulher, em 1678, ao pedirem a confirmação em segunda vida do prazo da quinta da Capa Rota, alegam que o foro de três moios de trigo e um moio de cevada

---

[179] Como por exemplo em 10-11-1688, AMS, *Acordãos, 1687-1690*, fol.33-33v

deveria ser mudado, porque o prazo não dava trigo por "estarem as terras do prazo areadas com as inundações dos Rios Anços e Cabruncas [Arunca] e ribeiro de Santo Isidro". Pedem, assim, comutação para 3 moios de milho, sendo-lhes concedido 4 moios de milho e um de segunda[180]. Em 1696, Vicente Colaço de Morais, igualmente quando da confirmação em segunda vida de um prazo da Misericórdia, correspondendo a um casal de terras dispersas, reitera o pedido feito anteriormente por sua mãe, de comutação da ração proporcional num foro fixo por as "terras pertencentes ao dito prazo andarem muito fracas com as inundações das águas". Assim, consegue que a anterior ração de terço, quarto e quinto, conforme o tipo de terras do prazo, seja transformada numa pensão fixa de 50 alqueires de pão (20 de trigo e 30 de milho), além do foro fixo que era de dois alqueires de trigo, dois de cevada, duas dúzias de ovos, quatro frangos e quatro vinténs por cada 5 almudes de vinho[181].

Inversamente, o assoreamento cria ínsuas que podem ser apetecidas terras de lavoura. No tombo da Misericórdia de 1787 refere-se uma terra, perto de S. Mateus, que confronta com o rio Anços "entrando em insua feita pelo aluvião do rio" (fol. 76) e outra ínsua na mesma zona que levava 2.5 alqueires de

---

180 ANTT. *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 75, 201v, 19-11-1678, mas por uma apostilha escrita à margem vemos que o pedido só foi deferido em 1696. Infere-se que o cereal de segunda, frequentemente referido nos foros, era neste caso cevada.

181 ASCMS, *Livro da receita e despesa dos cinco casais que deixou D.Isabel da Silva*, fol. 165v.

semeadura. Referências semelhantes na Ribeira do Sobral e no campo fronteiro à Quinta de Santa Cruz, estas com uma vinha que levava 6 homens de cava. O aproveitamento das ínsuas para fins agrícolas em lugar da sua remoção retarda mais o curso das águas e agrava o asseoramento. O mapa da figura 5 mostra a distribuição geográfica destes incidentes. Atente-se na forma particular da curva de nível dos 10 metros, aí especialmente destacada, que mostra o estreitamento do vale e fragilidade da vila neste aspecto.

2.2.3. A PAISAGEM AGRÍCOLA.

Nesta secção faremos uma breve síntese sobre a relação da propriedade agrícola com o território do ponto de vista físico. As questões ligadas ao regime de propriedade e aos mecanismos de apropriação dos rendimentos agrários serão tratados mais adiante.

Aqui, como no vale de Mondego, a primeira distinção na paisagem é entre terras de campo (ou ribeira) e terras de monte. As primeiras correspondem às planícies de aluvião e as segundas às colinas que separam e enquadram os cursos de água, que aqui raramente chegam aos 100 metros de altura.

A ocupação agrícola do território tem assim uma diferenciação que é em primeiro lugar de altitude. Em geral encontramos as planícies de aluvião abaixo dos 25 metros. Acima começam os matos, pinhais, e, ocasionalmente, "relvas" que corresponderão a pastos. Os vales de algumas ribeiras criam planícies um pouco mais altas, acima dos 30 metros, como é o caso dos vales que ladeiam Alencarce de Cima. É útil comparar em conjunto o mapa

da figura 2, que fornece o relevo, a imagem de satélite da figura 4 que individualiza os vários tipos do revestimento florestal contemporâneo e, na figura 11, os limites e localização das principais terras das comendas. A distinção em altura é a face mais visível das características diferentes dos solos, sobretudo entre o aluvião das planícies e os arenitos das colinas[182].

As terras das planícies seriam dedicadas especialmente aos cereais e por vezes a vinhas[183]. Aí se encontram as terras em forma alongada, típicas do Mondego, que estão na base de topónimos como "Travessas" e "Longas" no vale do Anços, que encontramos na documentação do século XVII. É provável que essa fosse a forma preferencial de delimitação da propriedade. Uma planta cadastral do século XIX do campo a Norte de Vila Nova de Anços, que se conserva na Câmara Municipal de Soure, mostra bem esse tipo de divisão alongada[184]. De qualquer modo, o termo "geira", que no vale do Mondego serve para contabilizar a superfície desses terrenos, não aparece de todo na documentação referente a

---

[182] A figura 4 mostra claramente essa distinção e, apesar de reflectir o revestimento florestal actual, ajuda a relativizar uma interpretação demasiado restrita do solo em função do relevo que poderá ser sugerida pela análise da figura 2.

[183] Adiante, a propósito de uma análise dos bens da Misericórdia, veremos mais claramente estas distribuições.

[184] *Planta topografica e cadastral do campo de villa Nova de Anços e outros por A.I.B. de Vasconcellos e S.A.Capit.am eng.o e A.E. da Ponte Ferreira tenete do mesmo corpo. Copiado no Archivo Militar por C.J.C. Botelho, Major gredº e A.G. da Costa, capitão Graduado, em 1853.*

Soure[185]. As dimensões das terras são invariavelmente dadas em semente (alqueires de trigo)[186]. Por vezes o circuito das mesmas é delimitado e o perímetro fornecido em varas, ou no total ou aresta a aresta. Mas nunca nos apareceram unidades de superfície outras que o número de alqueires de semeadura para as terras de cereal e o número de "homens de cava" para as vinhas[187]. Este facto deve estar ligado aos hábitos próprios dos louvados ou medidores locais e não tanto à entidade promotora da demarcação. O tombo da comenda mestral de 1508 descreve as terras da Ordem no vale do Anços e do Arunca assim como a comenda da Granja do Ulmeiro, no vale do Mondego. As primeiras terras são dadas em alqueires de semeadura enquanto que as segundas descriminadas em geiras[188].

Vinhas, pomares e hortas ocupam as faixas seguintes em altura. Também há searas mais acima e por vezes temos referências a vinhas que foram terras de pão ou vice-versa. O linho é referido em foros e direitos mas não temos indicações específicas

---

[185] Sobre a geira ver Coelho, Maria Helena da Cruz, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1983. 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 1, p.85 n.1.

[186] No tombo da Misericórdia colhemos as seguintes áreas: 1 longa = 2 alqueires de trigo de semente (fol. 22v) e travessa e meia 3 alqueires (fol. 28v). Parecem assim ser equivalente os dois termos. Não são contudo uma medida de área, apenas uma designação de uma determinada forma de terreno.

[187] Ver, para a conversão de estas medidas: Coelho, Maria Helena da Cruz, *op.cit*, vol.I, p.85.

[188] *Tombo de 1508*, p.28.

a campos dessa planta o que se deverá ao modo como é semeado, em rotação com os cereais[189].

Ocorrem, nas demarcações e confrontações, referências a "serrados" o que demonstraria uma tentativa de proteger determinados campos dos animais ou, inversamente, de criar pastos delimitados. Provavelmente o termo "terra livre", que também é frequente, designa situação inversa. A criação de gado teria um papel importante. A própria estrutura agrária assim o obriga. As planícies de aluvião necessitam de arados e por isso de bois. Por outro lado, a produção de cereais em quantidade fornece palha que os animais consomem, além de pastarem nas terras de cereal em pousio, repondo a capacidade produtiva da terra.

A nomenclatura social e as disposições jurídicas distinguem claramente os lavradores, que possuem bois, dos trabalhadores de enxada e, como veremos com mais detalhe em secção própria, esse estatuto reflecte-se bem no modo como se organizam, de facto, as relações sociais. A renda dos gados de Soure parecia ser importante, e há traços de conflitos sobre a cobrança dos oitavos referentes à jugada entre os rendeiros e tombadores das comendas e os lavradores de Vila Nova de Anços que lavram terras no termo[190]. As disposições camarárias elencam penas para os gados extraviados e obrigam ao uso de badalo durante os meses em que a terra tem frutos[191]. A câmara penaliza os estragos, protege as

---

[189] Explicação de Robert Durand, referida por Coelho, Maria Helena da Cruz, *op.cit.* vol.1, p.181

[190] É arrematada em separado pelos comendadores. Veremos este aspecto adiante a propósito dos direitos associados às comendas.

[191] AMS, *Posturas, 1662 a 1702*, fol. 10.

valas e canais e impede currais excessivos dentro da vila. Não permite também que se façam monturos de esterco à porta das casas[192]. Existem cargos municipais especialmente dedicados ao controle da população animal (vigieiros)[193]. Os sistema de coimas, ao dar o terço para o proprietário lesado ou quem encontrasse gado tresmalhado provocando danos, poderia estimular um mecanismo de auto-controle pela população.

O gado devia pastar nos campos em pousio ou após as colheitas[194]. No inverno, quando os campos alagavam, deviam os rebanhos e manadas deslocar-se para terras mais altas[195]. Há indícios, de que os animais do campo do Mondego se deslocavam para Sul, através do vale de Anços. Nos livros da câmara o escrivão aponta, laconicamente, "passaram bois"[196]. Tudo isto indica uma forte presença de gado ligado à produção agrícola, ao consumo e provavelmente também com fins de mercado[197].

---

[192] *Idem*, fol 8v.

[193] *Ibidem*, fol. 7v

[194] Quando no século XIX, no movimento de apropriação de baldios, se cerraram os campos do Mondego ao gado houve tumultos. Ver Vaquinhas, Maria Irene, *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.116.

[195] Fernandes Martins, *op.cit.*, p. 237 e ss.

[196] Por exemplo em 22/1/1683, AMS *Acordãos 1682-84*, fol. 25v

[197] Temos notícia de uma dívida pela compra de três rezes, através de uma procuração de 28/11/1725. AUC *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 9, fol 8v-9. O valor em causa era 10.100 réis por três reses, mas não é claro que fosse essa a totalidade do preço acordado.

As características do terreno e do modo de exploração da terra determinam a forma de povoamento e a estrutura da paisagem agrária. Em Soure encontramos, fora da vila, três formas distintas de organização do habitat e da exploração: aglomerados, casais e quintas. O aglomerado é constituído por aldeias que reúnem um número de habitantes que trabalha os campos vizinhos. As casas estão juntas e as terras à volta da aldeia. As famílias são suficientemente numerosas para poderem casar entre si. Estão neste caso a Casa Velha, Sobral, Paleão e Alencarce de Cima, apesar de provavelmente todas elas evoluírem a partir de um núcleo inicial de casais.

O casal é constituído por casas de habitação, currais, celeiros, eiras e outras infra-estruturas agrícolas onde se centraliza a exploração de um conjunto variado de terras, que incluem, idealmente, as terras de campo e de monte, searas, vinhas e hortas, com acesso a matos e lenha. Aqui os camponeses vivem dentro das terras que exploram, ainda que nem todas elas sejam contíguas e possam estar dispersas por uma área considerável. A localização ideal do casal é a meia altura entre o campo e o monte para poder ter os vários tipos de terra à distância mínima umas das outras. Quando o relevo o propicia um conjunto de casais cresce em conjunto numa elevação dominando um pequeno vale de ribeira e então temos um povoado de poucas famílias. Esta é a origem de grande parte da toponímia sourense.

As quintas situam-se normalmente mais abaixo que o casal, apenas acima da planície, e são constituídas, no seu núcleo original, por uma propriedade de maiores dimensões onde se eleva, além das dependências agrícolas habituais, uma casa de

residência de qualidade. Normalmente estão sobranceiras aos melhores vales[198]. As quintas estão nas mãos das elites locais que investem fortemente nas residências como forma de ostentação simbólica. As mais importantes delas ainda perduram. A sua origem é muito remota e demonstra, praticamente desde o início do povoamento, uma forma dispersa e independente de apropriação do solo, como assinala Nogueira Gonçalves ao examinar as ermidas românicas de quintas que sobreviveram até aos nossos dias[199].

Nas planícies encontramos as maiores propriedades, acima de 20 hectares, algumas delas exploradas em courelas por vários lavradores. Como veremos, a maioria destas propriedades, senão todas, é da ordem de Cristo. Por vezes são apenas extensões de terreno, outras funcionam como quintas[200] .

Estas formas de organização do espaço estabelecem uma relação não muito confortável com o regime jurídico da propriedade. Um casal dado em aforamento no século XVII pode ser constituído por terras muito dispersas que por vezes parecem ter sido recolhidas conjunturalmente para fazer um prazo de certa dimensão mas que os foreiros têm dificuldade em gerir. Outras vezes, um conjunto de propriedades que foram originalmente um casal familiar encontra-se disperso por uma conjunto grande de caseiros. Embora encontremos exemplos de verdadeiros "casais", no sentido agrícola do termo, que são aforados e habitados por

---

[198] São visíveis no mapa da figura 2.

[199] Gonçalves, Nogueira A.; Correia, Virgílio, *op.cit.*

[200] Veremos mais adiante, no capítulo dos recursos, as formas de propriedade e as suas dimensões.

uma família, precisamos, para entender a realidade da época, de lidar com três acepções do termo. A primeira diz respeito ao "casal" enquanto forma de organização da exploração agrícola e que corresponde ao conjunto de infra-estruturas e terras de diverso tipo que referimos acima. A segunda acepção é a de unidade de arrecadação de rendas. Esta nem sempre corresponde à primeira, uma vez que por vezes se aforam casais nos séculos XVII e XVIII que são simplesmente conjuntos de propriedades dispersas reunidas um pouco pelo acaso em uma entidade juridicamente individualizada cujo domínio útil é transaccionável como um todo. Finalmente "Casal" corresponde, neste território, à forma original de povoamento e a maior parte dos lugares designa-se por "Casal de...", ou "Casais de ..." sem que por vezes isso corresponda já a qualquer das duas acepções anteriores. Embora possamos com justeza hipostasiar uma época recuada em que os três termos coincidiram, a evolução dos tempos "dessincronizou" os significados que se reunem ainda, esporadicamente, em alguns casos. Esta evolução é fruto não só do crescimento demográfico que, aliado ao regime jurídico da propriedade, fragmenta o domínio útil, mas também porque a função inicial do casal como suporte de povoamento passa a coexistir com a apropriação da terra por intermediários que a não exploram directamente.

Do mesmo modo, as quintas, que exigem elevados investimentos, não só na construção residencial mas também, como se atesta nalguns casos, no esforço de manutenção e de emparcelamento que implicam, deveriam corresponder idealmente a propriedades alodiais ou aforamentos perpétuos. Na

verdade, algumas estão longe de o ser, sendo simplesmente aforamentos em vidas sujeitos a renovação todas as duas gerações e por vezes são compostas de terras de senhorios diferentes.

Estes aspectos da paisagem tornar-se-ão mais claros quando analisarmos os mecanismos de apropriação da terra.

2.2.4. O POVOAMENTO

Apesar das dificuldades que referimos atrás, a componente forte da ocupação do espaço agrícola é a dupla casais-quintas. A principal consequência é que o povoamento é bastante disperso. A vila não englobaria muito mais que 250 vizinhos, ou seja, menos de um quarto da população total. O resto dos habitantes aglomera-se por pequenos lugares, casais e quintas. As informações enviadas à Academia de História elencam 46 "aldeias" no termo. Mas sabemos, pelos registos paroquiais, que se trata de uma simplificação. Embora existam, de facto, aldeias, o povoamento faz-se em larga medida por casais com uma ou poucas famílias. Aparecem na documentação 497 designações diferentes de lugares habitados dentro da paróquia, que, reduzindo as variações para um mesmo lugar, correspondem a cerca de 260 topónimos[201]. Ao todo, as partículas "Casais" ou "Casal" aparecem em 228 formas. O termo "Quinta" em mais 21. Não sobram, por isso, muitos lugares povoados que não sejam "casais" ou "quintas", pelo menos de nome. A documentação local

---

[201] As variações criam formas como "Espírito Santo", "Casal do Espírito Santo", ou "Casais de Espírito Santo", para o mesmo lugar.

fornece frequentemente precisões e esclarecimentos quando os topónimos mais insignificantes são referidos, mostrando que os próprios contemporâneos tinham dificuldade em localizar todos os locais habitados. As mesmas pessoas aparecem referidas como morando em lugares de nome diferente em momentos sucessivos da sua vida. Na verdade viviam nos mesmos casais e percebe-se que quando têm de declarar residência forneÁam o nome do lugar mais próximo ou do casal vizinho com mais habitantes. Muitos topónimos no século XVII e XVIII assumem simplesmente o nome dos que os habitam, como "Casal do Gante", "Casal dos Guerras", ou "Casal de Amaro Pina" e algumas destas formas sobreviveram até aos nossos dias. Isso tem como implicação que quando o proprietário do casal muda, o topónimo muda também[202].

---

[202] As variações nas designações dos lugares de residência foram uma das dificuldades principais à identificação de pessoas. Aquilo que acabámos por designar por "deriva toponímica" demonstrou ser muito mais importante do que o problema clássico das variações ortográficas. Mais informação sobre este aspecto na parte 3. Como nota curiosa refira-se que é possível detectar a formação de um topónimo a partir da informação do século XVII. Assim cartas recentes, como a Carta Militar de Portugal escala 1:25 000 (trabalhos de campo de 1947) ou a Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50 000 do Instituto Geográfico e Cadastral (edição de 1957), mostram o topónimo "Fuzeiros", junto da Ribeira da Milhariça, a oeste do Pinheiro e Lagem. Este topónimo não existe como tal na documentação que vimos mas corresponde aos casais onde habitava no início do século XVIII Manuel Rodrigues Fuzeiro. Nos registos paroquiais apercebemo-nos de que há dificuldade em nomear o lugar onde Manuel Rodrigues Fuzeiro habita. No casamento da filha, em 5-10-1719, a sua residência fica registada como "Lagem, da banda de além do ribeiro". Com o tempo este lugar de nome indefinido acabou por receber o nome dos que nele moraram, chegando ao "Fuzeiros" actual.

Os mapas das figuras 6 e 7 mostram a dispersão dos habitats. O primeiro deles mostra-nos o número de vizinhos segundo as informações de 1720, que nos aparecem agregadas por zonas, enumerando um conjunto de casais contíguos e fornecendo o total de vizinhos para esse grupo[203], como na zona do Espírito Santo, ao Norte da vila. Mais representativo da dispersão real das famílias é o mapa da figura 7, que contabiliza o número de baptismos em cada lugar[204]. Vemos a concentração da vila (486), e as aldeias mais importantes: Casa Velha (218), Alencarce de Cima (161), Paleão (244) e Sobral(201). Mas entre estes aglomerados um pouco maiores existe um polvilhado de pequenos casais que o mapa evidencia, em que se misturam também as 21 quintas, algumas das quais suportariam famílias de caseiros ou assalariados permanentes, a julgar pelo número de nascimentos que nelas ocorrem.

Este tipo de povoamento obriga a que as alianças matrimoniais se efectuem entre pontos geograficamente afastados. A dimensão de muitos núcleos populacionais não permitiria casar internamente, por indisponibilidade de parceiros, pela limitação dos recursos em terra, ou ainda pela proximidade de parentesco. As trocas entre "Casais", no sentido da toponímia, tornam visível a troca entre as famílias e obtemos uma representação geográfica da exogamia como se vê na figura 8, que mostra os casamentos feitos dentro de cada localidade e aqueles que envolvem noivos de

---

[203] Nesses casos o valor cartografado encontra-se aproximadamente no centro dos vários lugares agregados.

[204] O mapa da figura 7 mostra 3129 baptismos entre 1680 e 1720. Não foram marcados 139 actos por não ser possível localizar o topónimo.

localidades separadas. Existe uma identidade quase total entre a existência de um número significativo de casamentos com noivos do mesmo lugar e a população desse lugar. Só os lugares mais populosos, que correspondem à forma de ocupação que denominamos "aglomerados" conseguem casar internamente[205]. Os habitantes dos pequenos casais dispersos são obrigados a casar fora, embora tendencialmente perto. A figura 9 sobrepõe a distribuição do número de baptismos que corresponde aproximadamente à distribuição da população, e a origem dos noivos, juntando as figuras 7 e 8. O efeito final deste processo, que nos importa aqui realçar, é que a dispersão do povoamento, que pode ser considerada uma tendência desagregante e individualizadora, acentua a exogamia, que é uma tendência agregante e socializante. Assim, como uma teia elástica que se vai deformando e reconfigurando, a ocupação do espaço mantém a população dispersa mas coesa[206].

2.2.5. AS SUBUNIDADES

A dimensão do espaço, pouco comum, como vimos, para uma paróquia, e a dispersão do povoamento, criam dificuldades de organização à vida civil e religiosa. Assim, criaram-se níveis mais pequenos de estruturação. Essa reorganização do território em subunidades é efectuada a dois níveis: um civil, correspondendo

---

[205] Note-se que a vila não centraliza tanto as alianças como seria de supor.

[206] Este princípio é evidentemente a base da coesão social. Por ser evidente não deixa de ser curioso ver a proibição do incesto a operar tão eficazmente a uma escala reduzida como esta.

às vintenas de divisão do termo; outro religioso que se prende com o papel das confrarias e irmandades em organizar determinados aspectos da vivência religiosa.

As vintenas eram uma divisão administrativa obrigatória para os concelhos com lugares afastados uma légua ou mais da sede e com vinte vizinhos, pelo menos[207]. Em Soure apercebemo-nos da existência de vintenas, mais como maneira de organizar o espaço do ponto de vista da Câmara do que como circunscrições com algum grau de autonomia. Sempre que é necessário alguma acção que envolva a totalidade do território, como a designação dos fintadores das sisas, as pessoas são arroladas por vintenas. Não temos notícias de se nomearem oficiais específicos dessas circunscrições, mas o corregedor interveio no ano 1688 para determinar a criação de uma nova vintena na Venda Nova no extremo este do termo[208].

As ermidas dispersas pelo território organizam o espaço religioso. Um capítulo da visita de 1692 obriga os beneficiados da colegiada da vila a irem prestar serviço de culto às várias ermidas e capelas[209]. Estes templos estão associados a confrarias, centralizando assim uma vivência de sociabilidade em que se destacam as festas e romarias[210]. Não temos documentação relativa

---

207 Oliveira, António de, *A vida económica e social de Coimbra,* vol.1, p. 44-63.

208 AMS,*Acordãos, 1687-1690,* fol.35.

209 AUC, *Livro de Capítulos de S.Tiago de Soure,* III/D,1,4,4,43.

210 Nomeadamente o S.Mateus e e a feira da ermida do Bom Sucesso, nos dias 15 de cada mês. o S.Mateus é ainda a festividade principal de Soure. A feira do Bom Sucesso era suficientemente popular para não ter sido possível impedir a sua realização durante a epidemia de cólera de 1855, quando as

à composição e actividade destas confrarias, nem nos aparecem referências significiativas a eventuais propriedades em tombos e notariais[211]. Podemos, contudo, pela análise dos locais de sepultura, ter uma ideia da esfera de influência das confrarias e da distribuição das vintenas (ver mapa da figura 10) .

O espaço é, assim, organizado a um nível subparoquial e sub-concelhio, criando zonas de interacção mais forte, consolidadas pela presença das confrarias e das ermidas e pelo trabalho em campo próximos.

2.2.6. O INTERIOR E O EXTERIOR

Do ponto de vista das relações deste espaço circunscrito com o espaço exterior temos três planos distintos.

O primeiro, e mais óbvio, é o que decorre da proximidade geográfica com as zonas contíguas. Estes contactos decorrem naturalmente do dia a dia das populações.

Aqueles que, pela sua posição social, têm necessidade de tecer cuidadosamente as redes das alianças, tendem igualmente a casar com frequência com famílias exteriores, para maximizarem as hipóteses de escolha. Trata-se aqui de proximidade social, mas na

---

feiras foram proibidas por razões sanitárias. Ver:Roque, João Lourenço, *Subsídios para o estudo da "Revolta" em Portugal no século XIX: alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)*. "Revista de História das Ideias", 7, 2 (1985), p. 269.

[211] Exceptuando a Misericórdia, evidentemente, e a confraria do Senhor Jesus que a ela estava ligada. Mas estas instituições funcionavam num plano distinto daquele que estamos a tratar.

abordagem que estamos a propor o princípio é o mesmo. Distinguimos a maior parte destes casos pela distância geográfica que normalmente está associada a muitas das ligações de intuito linhagístico[212]. Com as alianças matrimoniais vêm muitas vezes cargos transmitidos hereditariamente. Assim as famílias que controlam os cargos locais tendem também a ramificar ao mesmo nível em concelhos mais ou menos afastados, porque uma política horizontal de alianças tende a alargar geograficamente a esfera de acção.

O segundo plano em que se tecem as relações do interior com o exterior diz respeito às forças que quotidianamente tendem a manter esta população circunscrita, a ser, digamos assim, uma comunidade "à força". Detectamos esses impulsos quer a nível religioso, quer a nível concelhio e existem igualmente constragimentos económicos importantes. As várias regras que obrigam os fregueses a viverem determinados momentos da vida religiosa na sua paróquia de origem e não em outra, funciona como uma das principais instâncias de circunscrição do espaço[213]. O não cumprimento do preceito pascal era registado e podia ter consequências se o faltoso reincidisse. Embora, como é evidente, fosse possível mudar de residência, é importante não esquecer que a vivência religiosa tem esta característica de centripetação com um papel estruturante no espaço. Do mesmo modo a actividade

---

212 Recordemos os Cunha de Eça, referidos na primeira parte e os casamentos sucessivos entre residentes em Soure e residentes na freguesia de Alvorninha.

213 *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra...*, Tit. 2 , const. 4 ; Tit. 4, const. 2; Tit. 5, const. 1.

camarária, que, no plano económico, frequentemente "cerra" a vila para acudir a dificuldades conjunturais em géneros[214]. Muitas disposições concelhias pressupõem a fronteira efectiva do termo como filtro das interações ao exterior. Finalmente, todo o sistema de privilégios e direitos ancorados no território contribuem para que a fronteira exterior da comunidade se impermeabilize.

O terceiro plano diz respeito, pelo contrário, às forças de centrifugação, que são múltiplas. Em primeiro lugar, existe uma tripla dependência que é muito manifesta no quotidiano em relação a Coimbra, Leiria e Tomar. Coimbra, é a sede da diocese, de onde vêm os visitadores e onde está o tribunal eclesiástico. Foi aí, como vimos, que José da Cunha e Isabel Rodrigues tiveram que tratar do processo de impedimento matrimonial. Foi igualmente no Aljube dessa cidade que estiveram presos anos mais tarde. Leiria é a sede da comarca, de onde anualmente vem o corregedor tomar conta das coisas do concelho. Muitas causas apeladas em primeira instância das justiças locais deveriam ser tratadas em Leiria. Finalmente Tomar, como sede da Ordem de Cristo, centraliza muita da burocracia quotidiana da execução dos direitos da Ordem em Soure. Aí se fazem as nomeações para os cargos que dependem da Ordem e provavelmente o arrendamento das rendas da comenda Mestral. São residentes em Tomar que aparecem nos notários de Soure a fazerem sub-arredamentos da cobrança de rendas. Para além desta tripla dependência mais frequente temos, como é evidente, a corte em Lisboa constantemente presente, por aí terminarem muitas das questões jurídicas que são apeladas.

---

[214] AMS, *Acordãos de 1882-1684*, fol.31v, encerramento da terra a azeite e gados.

No quotidiano das populações vemos, pelos notariais, esta tripla, ou quádrupla dependência presente pela nomeação de procuradores para representarem habitantes locais em causas a correrem em Coimbra, Leiria, Tomar ou Lisboa.

2.3. OS RECURSOS E A SUA APROPRIAÇÃO

2.3.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo tentaremos dar uma visão dos recursos disponíveis e o modo como eram apropriados. O problema que nos ocupa, muito sinteticamente, é o seguinte: quais os bens que estavam disponíveis para serem apropriados e quem, e de que maneira, se apropriava deles.

Este aspecto é central na organização da informação que dispomos sobre a comunidade. A coerência da comunidade decorre do modo estruturado de apropriação de recursos, determinados por regras socialmente aceites, algumas jurídicas, outras não, mas também pela competição e cooperação de indivíduos concretos entre si. A compreensão da estrutura social da comunidade será feita por referência aos mecanismos de

apropriação de recursos, e todas as distinções jurídicas e vocabulares tentaram ser explicitadas desse modo. A definição parecerá demasiado restritiva ou economicista. Veremos que por vezes o conceito tem aplicação bastante lata, à custa de uma concepção alargada do que é um "bem" ou um "valor".

O território produz recursos apropriáveis. As pessoas que nele viveram dependiam da apropriação desses recursos para a sua sobrevivência. Algumas das pessoas que viviam no território de Soure tinham acesso a recursos que não eram locais. Inversamente alguns dos recursos locais, por vezes os mais importantes, eram apropriados por indivíduos que não residiam no território, e por isso não faziam parte da "comunidade". Mas uma grande parte dos recursos existentes eram apropriados localmente e podemos ver os reflexos locais dos recursos externos. Do mesmo modo, aqueles que usufruíam fora da comunidade dos seus recursos têm obrigatoriamente de ter a sua representação local, deixando traços na estrutura social.

É difícil reconstituir a natureza e o fluxo de todos os bens. Falta-nos imensa informação sobre aspectos cruciais, como a importância dos rendimentos que se poderiam obter por exploração directa da terra. Em muitos casos, perante recursos distintos, não temos modo de valorizar comparativamente. Esse é o principal problema: detectamos fluxos, centros de atracção, mas não temos modo de quantificar e, por isso, de hierarquizar e relacionar. Pior que tudo para muitos recursos, não percebemos de todo os mecanismos de apropriação.

Assim, o que conseguimos situa-se ao nível de uma descrição geral dos vários tipos de bens e o modo como são apropriados. Este cenário, apesar de incompleto, permitir-nos-á colocar as personsagens reais em posições relativas.

2.3.2. Os direitos e propriedades da Ordem de Cristo

Todo o território que corresponde ao termo e paróquia de Soure é comenda da Ordem de Cristo. Designa-se como "Comenda Mestral de Soure" e corresponde ao limite exterior traçado no mapa da figura 11. Este é o território inicialmente doado por D. Teresa aos Templários e que, embora sujeito a algumas constestações periódicas, como vimos acima, se mantém na Época Moderna.

Não é fácil retraçar todas as implicações que tem o facto de o território ser uma comenda mestral da Ordem de Cristo e o efeito na época moderna da doação medieval. Alguns aspectos são contudo perceptíveis e permitem-nos ter uma ideia global de um primeiro nível de produção de recursos apropriáveis.

O facto de o termo de Soure ser uma comenda da Ordem de Cristo não significa que esta tenha o domínio directo de toda a terra. Significa que a totalidade dos rendimentos que a Ordem usufrui em Soure são apropriados pela forma de uma comenda na dependência directa do mestre. Esses rendimentos têm natureza muito diversa. Os produtos agrícolas apropriados sob a forma de foros fixos e percentagens sobre a produção decorrentes de contratos agrícolas são apenas uma parte dos réditos. Muitos dos recursos que a Ordem retira de Soure têm uma natureza

jurisdicional e fiscal que é originária na doação inicialmente feita aos templários. A primeira consequência disto é que a comenda mestral de Soure, embora tendo como base um território delimitado, não é uma grande propriedade da Ordem. É, em primeira instância, um território sobre o qual a Ordem tem determinados direitos, os mais significativos dos quais são de natureza fiscal, como o dízimo e a jugada, como veremos a seguir.

Em segundo lugar, dentro do limite da comenda mestral, a Ordem de Cristo tem um conjunto importante de propriedades: herdades, terras de vários tipos, casais, casas na vila, moinhos, etc... Essas propriedades são rentabilizadas através de contratos agrícolas típicos de Antigo Regime. Quando uma propriedade da ordem era aforada esta receberia, em teoria, o dízimo, o oitavo correspondente à jugada, se fosse aplicável, os foros e rações que foram contratados com o enfiteuta e ainda outros direitos menores, como miúnças. Dizemos "em teoria" porque estes direitos inicialmente unidos na Ordem de Cristo sob a forma de uma comenda mestral vão ser separados e repartidos num mosaico difícil de destrinçar, mesmo para os contemporâneos. O modo como os direitos iniciais da ordem de Cristo no território de Soure se segmentaram e acabaram na mão de um conjunto muito variado de pessoas constitui o primeiro mecanismo de apropriação. Abordamos este plano em primeiro lugar por estar intimamente ligado à natureza política e jurisidicional do espaço e por ser igualmente aquele que envolve agentes que estão no topo das hierarquias do poder.

Para estudarmos este processo temos momentos distintos em que podemos com alguma clareza fazer o ponto da situação. O

primeiro situa-se no início do século XVI, quando a Ordem faz o tombo de Soure e visita as várias comendas[215] . O segundo a meio do século XVIII quando novo tombo da comenda mestral é elaborado, do qual se conserva em Soure uma parte significativa[216]. Esta segunda fonte é de grande utilidade porque o juiz do tombo, ao enfrentar sucessivas dificuldades em definir claramente os direitos que correspondem à comenda, vai incorporando sentenças antigas, pedindo esclarecimentos ao Desembargo do Paço, permitindo aferir até que ponto a situação era complexa a meio do século XVIII e vislumbrar alguns momentos que contribuíram para a situação. Finalmente, a chancelaria da Ordem contém documentação que permite esclarecer os mecanismos que transformaram o modo de apropriação dos recursos, sobretudo a partir de meio do século XVI.

No tombo de 1508 regista-se que a Ordem tem o dízimo dos cereais, vinho, azeite e linho, assim como dos gados, lãs, queijos, manteigas, ervas e legumes. O dízimo aplica-se também aos serviços prestados. Da habitual repartição tripartida do dízimo, entre a fábrica da Igreja, o padroeiro e o bispo, a ordem gere 2/3 e entrega o restante ao cabido da Sé[217].

---

[215] A visitação de 1508 está transcrita em Dias, Pedro, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979.

[216] Tombo referido acima na nota 176.

[217] Problemas relacionados com a terça do cabido relatados por Leontina Ventura, *op.cit.*, p.45

Em segundo lugar todos os moradores do termo pagariam à Ordem o oitavo dos cereais, vinho, tinta e linho, sendo escusos os "vassalos" e os clérigos de ordens sacras[218]. A origem deste direito é menos clara que a dízima e a sua cobrança terá sido sujeita a dúvidas e interrupções, conforme se detecta pelo tombo feito à comenda mestral em 1747. O tombo de 1508 afirma que "todollos moradores da ditta vila e seu termo pagam aa hordem como a seu senhorio per foro o octavo do pam e do vinho e tinta e linho...."[219]. O foral manuelino, cinco anos depois, associa claramente o pagamento de oitavos à jugada. O primeiro item, "Jugada", estipula: "*Pagarão primeiramente na ditta villa de Soure todolos lavradores ho oytavo do pam que colherem, e do lynho .a saber. ho pam na eira e ho linho no tendal*"[220]. Questões levantadas na feitura do tombo de 1747 levaram a treslado de sentenças onde se confirma o direito de jugada para a Ordem associado à Comenda Mestral, aplicando-se àqueles que lavravam a terra com bois, independentemente de serem moradores ou não no termo, desde que aí se localizasse a terra lavrada, que era o caso frequente de lavradores de Vila Nova de Anços.

Esta distinção é importante, porque a versão do tombo de 1508 poderia levar à interpretação que a Ordem seria senhorio directo

---

[218] Tombo de 1508, p.33.

[219] Tombo de 1508, p.33.

[220] *Forais Manuelinos,...* p. 74. Também em Pombal o foral começa por regulamentações relativas à jugada. Habitualmente estavam isentos de jugados os Cavaleiros. Em Pombal, pelo foral, qualquer pessoa, mesmo sem manter cavalo, pode obter esse estatuto de isenção pagando 54 reais, *idem*, p.76.

de todo termo e que assim toda a terra lhe seria foreira, pagando um oitavo de ração. Mas não é assim. Como veremos a Ordem tem o domínio directo de apenas parte da terra e as rações que aí pratica são muito superiores ao oitavo.

Assim a Comenda Mestral de Soure agrupa rendimentos de origem fiscal e jurisdicional e as rendas e foros de algumas terras, talvez das melhores. Dos réditos do primeiro tipo, para além da dízima e dos oitavos, enumeram-se em 1508 os rendimentos (pensões) dos ofícios locais que são de nomeação da ordem[221], a renda das ofertas das igrejas e ermidas do termo, as primícias[222], portagens, açougagem e mordomado e "todos os direitos semelhantes". Tem ainda a ordem o direito de relego do vinho durante três meses não excedendo o S.João. A estes direitos juntam-se os monopólios de cozer pão para venda, o da construção de moinhos e coutadas de pesca e de caça à perdiz[223]. Como a ordem tem o monopólio dos moinhos, quer de azeite quer de cereal, cobra moendas: 1/14 do cereal e o dízimo do azeite como maquia depois de tirado o dízimo "de Deus". Este último direito é especificado no foral.

Por comparação aos direitos cobrados por um grande senhorio da mesma área, Santa Cruz, parecem-nos os privilégios da Ordem muito alargados[224]. Entre os dízimos e os foros e as rações a

---

[221] Os tabeliães pagariam assim por cada ano 720 reais. *Tombo* de 1508, p.33.

[222] Que se pagaria segundo "o foro de Tomar", ou seja, quem colher 40 ou mais alqueires de cereal paga um de primícia. Do mesmo modo quem fizer 40 ou mais almudes de vinho paga um.

[223] *Idem*, p. 34.

[224] Neto, Margarida Sobral, *op.cit*.

Ordem cobra ainda um nível intermédio constituído por oitavos, moendas, portagens, primícias, etc... Tanto o dízimo como o nível intermédio que acabámos de referir aplicam-se a todo o termo, independentemente do senhorio directo de cada pedaço de terra, embora, alguns direitos, como o oitavo/jugada, fossem passíveis de isenção.

Para além destes direitos jurisidicionais e fiscais a Ordem de Cristo possui também, como dissemos, uma série de propriedades pelo termo e na vila. O tombo de 1508 divide esses bens nas seguintes categorias:

- casas, lagares e pardieiros na vila.
- seis ruas foreiras à ordem e cujo foro consiste em dias de trabalho nas vindimas das vinhas da Ordem, por cada portal um dia de trabalho.
- várias herdades, contendo terras de cereal, granjas e casais, e que é possível localizar e em alguns casos desenhar os limites, embora grosseiramente; entre estas estão duas quintas que no século XVII veremos associadas a famílias das elites locais: Capa Rota e S.Tomé.
- pomares, vinhas e olivais.
- a aldeia do Paleão com doze casais de lavradores, isentos da jurisdição da vila(como vimos anteriormente).
- a granja de Alencarce (em título separado)

Ao descrever todas estas propriedades o tombo de 1508 individualiza o nome dos enfiteutas a quem estão emprazadas e as

características do contrato, "fateossim" ou em vidas. Só a granja de Alencarce é referida como sendo comenda dada a frei Afonso d'Avivar. A visitação feita na altura em que o tombo foi elaborado também distingue a situação da granja de Alencarce, colocando-a num título próprio, separado da visita de Soure[225]. A nossa conclusão é que em 1508 os direitos e terras da ordem em Soure pertencem à Mesa Mestral e respectiva comenda, à excepção da granja de Alencarce, que constituiria já uma comenda individualizada. O foral reformado por D. Manuel em 1513 estabiliza a fórmula jurídica dos direitos perceptíveis e serve de referente às disputas posteriores[226].

2.3.2.1. As propriedades da ordem de Cristo em Soure

O tombo de 1508 enumera um total de 33 "herdades", para as quais fornece uma estimativa da área em semente[227]. A estas acrescenta 19 outras propriedades, entre pomares, vinhas e olivais,

---

[225] Pedro Dias, *op. cit.*

[226] Sobretudo, parece-nos, ao determinar claramente o oitavo como jugada. O Tombo de 1747 ao elencar os direitos da Comenda de S. Pedro, entre os quais se inclui o do relego, transcreve o foral.

[227] Reduzimos a quantidade de semente, fornecida em moios, quarteiros e alqueires a esta última medida, usando a correspondência 1 moio = 64 alqueires, e 1 quarteiro = 16 alqueires, baseando-nos em Coelho, Maria Helena da Cruz, *op.cit.*, I, p. 132. Ao cartografarmos as propriedades fizemos cada alqueire de semeadura equivaler a 1000 m2, para fornecermos uma imagem, necessariamente aproximada, da distribuição dos terrenos de vários tipos. Uma das herdades, a Caramoa, não tem indicação da quantidade de semeadura por se tratar de uma antiga vinha que se encontrava abandonada.

sem fornecer, salvo raras excepções, estimativas que possam dar uma ideia da área. Em título separado, como já referimos, aparece a granja de Alencarce que incluíria, segundo o tombo, 16 casais, que, nessa altura, estavam nas mãos de 5 caseiros.

Ao debruçarmo-nos sobre estas propriedades apercebemo-nos que a ordem, não tendo a maior parte da terra, detem áreas muito significativas das zonas de aluvião. Das 32 propriedades para as quais se fornece estimativa de semente onze levariam mais do que 50 alqueires de trigo. Com dez ou menos alqueires apenas encontramos sete casos. As maiores, como a herdade do Paul, no campo de Vila Nova de Anços e a Quinta de S.Tomé levam acima de 500 alqueires. O total de semente das 32 herdades referidas é de 2537 alqueires. Admitindo que um alqueire de semente equivale aproximadamente a 1000 m^2 teríamos um total superior a 253 hectares. Mais do que a superfície conjunta é a extensão destas propriedades que nos parece significativa uma vez que algumas delas se manterão indivisas e serão, como veremos adiante, transformadas em quintas particulares fundadas sobre precário domínio útil, num território em que a fragmentação da propriedade parece ser um problema difícil de contornar. A estas propriedades juntaríamos mais cerca de 27 hectares de terra de semeadura, para além de matos e pinhais, incluída na granja de Alencarce que já então era uma comenda separada.

A estas propriedades juntam-se os rendimentos de tipo jurisdicional e fiscal anteriormente enumerados, e as propriedades de cariz mais urbano na vila e no Paleão. Este conjunto constitui os

bens da ordem de Cristo em Soure, que, com a excepção da granja de Alencarce, dependem directamente do mestre.

2.3.2.2.O processo de criação das comendas e o primeiro nível de apropriação

O Tombo de 1746 descreve-nos já uma situação bastante diferente. O número de comendas multiplicou-se e propriedades e direitos que antes eram da comenda mestral passaram a estar associados a comendas específicas. Este tombo, apesar de ser um documento incompleto, permite, pela documentação anterior que transcreve, reconstituir alguns passos do processo pelo qual a transformação se operou.

Como a comenda Mestral está na dependência directa do Rei, enquanto mestre da Ordem, os bens respectivos são usados pelo monarca dentro da sua estratégia de recompensa de serviços à alta nobreza. Esta é uma das funções principais do património das ordens militares a partir do século XVI[228]. Em Soure, o facto de se tratar de uma comenda Mestral facilita a utilização dos recursos pelo Rei que os canaliza para quem deseja recompensar. Este é o primeiro nível de apropriação dos recursos.

Como exemplo do funcionamento deste mecanismo temos a mercê dada por D. João III a André da Silva em 1535, transcrita no tombo de 1746. Este tinha uma tença de 130 mil réis do rei, que

---

[228] Ver: Olival, Maria Fernanda, *Para uma análise sociológica das ordens militares no Portugal de antigo regime (1581-1621).* Lisboa: [s.n.], 1988. 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

troca por um conjunto de rendas na comenda mestral de Soure. Por este meio o monarca cria uma nova comenda dentro dos bens da comenda Mestral, transferindo terras e direitos fiscais. Do ponto de vista da propriedade vemos um núcleo de herdades localizadas na Várzea de S. Pedro a levante da vila, que de facto tem alguma coerência territorial, completado por outras terras dispersas, a que se agregam parte dos direitos fiscais da ordem (ver figura 11). O texto da mercê é elucidativo do emaranhado da solução construída e também da lógica subjacente ao gesto[229]. A

---

[229] *[...] havendo eu respeito aos serviços que tenho recebidos de Andre da Silva fidalgo da minha Caza filho de Gonçalo da Silva a que Deus perdoe e os que espero que a dita Ordem e a mim fará e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e me praz que do dia de Sam [?] que vem deste ano prezente de mil quinhentos e trinta e cinco em diante ele tenha e haja de mim com o Hábito da dita Ordem os três foros e as mais couzas abaixo declaradas que estão na dita vila de Soure que pertencem à dita ordem sillicet A Várzea de S.Pedro e as Requeixadas e chãos que foram vinhas e o chão de Margarida Simões e o Conegal de Argemunde o grande e as colladas e Argemundo pequeno e os Barros da par da ponte nova e a terra dos Bacelos com terra da Corujeira e com os dois Chãos do porto do Migalho e a terra que jaz a ponte da Milharissa com os Casais do Soveral e assim o dízimo das jugadas dos moradores de Vila Nova de Anços que lavrarem no termo de Soure assim pela maneira que pertencem à dita Ordem e a renda das jugadas dos vinhos e linhos e a jugada de algumas terras que estão no Campo de Vila Nova de Ansos e o dízimo dos gados da dita vila e os dois serrados que primeiro foram do Doutor Rodrigo Homem e assim os trinta alqueires de trigo que se pagam do casal de Rui Pirito e o dízimo da Renda dele e de um olival que está no dito casal e os quinhentos réis que se pagam da casa do vigário de Soure e quatro centos reis de uma terra que se chama a do pumareiro e outo alqueires de trigo e dois capões do pomar que foi de Mateus Fernandes e dízimo e trinta reis e uma galinha de foro em cada um e cem réis de Maria Simões e dízimo e o dízimo do serrado de Clara Martins mulher que foi de João de Aguiar e quatro alqueires de trigo da Caramoa e dízimo[,] das quais terras foros e coisas lhe assim faço mercê da forma e maneira que as trazia o dito Gonçalo da Silva seu pai que os de*

nova comenda não tem como base uma segmentação racional dos recursos. É apenas uma transferência de rendimentos do rei para um membro da nobreza como recompensa de serviços. Os bens assim apropriados são escolhidos por uma lógica que depende mais do seu valor e disponilidade do que qualquer outra motivação.

Do mesmo modo foi feito alvará das rendas e direitos da ermida de S. Mateus a Damião de Aguiar em 1594[230]. A aldeia do

---

mim tinha por quatro cartas e por seu falecimento vagara, e como à dita ordem pertencem e o dito André da Silva me deixou por elas cento e trinta mil réis que ele de mim tinha de tença silicet cem mil réis por um padrão assentado nos livros de minha fazenda e os trinta mil réis de Dona Joana da Silva sua mãe silicet dezoito mil réis por um padrão e doze mil réis por outro o qual os renunciou no dito seu filho para me deixar pelas ditas couzas como se vio por sua renunciação que parecia ser feita e assinada por Pero Rodrgiues Tabelião nesta cidade de Évora aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de quinhentos e trinta e cinco que foi rota ao assinar desta com os ditos três padrões das ditas tenças e as quatro cartas porque tinha feito mercê ao dito Gonçalo da Silva das ditas coisas os quais cento e trinta mil réis se riscaram dos livros de minha fazenda com declaração que os não há-de mais de haver por nos deixar pela dita mercê porém mando ao contador do Mestrado de Cristo e a quaisquer outros almoxarifes, oficiais e pessoas a que esta minha carta fôr mostrada e o conhecimento dela pertencer que metam em posse ao dito André da Silva de todo o acima conteúdo [...]. Transcrito no *Tombo da Comenda Mestral de Soure, 1746*, AMS, fol. 542v, grafia actualizada. No tombo de 1508 as propriedades aqui referidas foram destacadas com uma nota posterior à margem:"*Pertence aa comenda de Andre a Silva*" (ver por exemplo p. 16 notas 32 e 33), ou, mais cautelosamente: "*Dizem que pertence aa comenda d'Andre da Sylva*", p. 22.

[230] ANTT, *OC, Livro 11*, fol. 378v. Uma averbamento de 1602 a este alvará explicita que a renda constitui uma comenda. As rendas da ermida de S. Mateus eram constituídas pelas oferendas dos romeiros, acrescidas dos réditos de um conjunto de propriedades. O tombo de 1746 transcreve, provavelmente a partir de um tombo do meio do século XVI, uma sentença

Paleão e um conjunto de casais na Casa Velha foram dados em mercê a Lourenço Guedes em 1570[231], embrião do que seria a comenda do Palião e Casa Velha. Pedro Álvares Pereira recebe em 1588 carta de mercê das rendas dos moinhos da vila[232] — mais tarde encontramos a comenda dos Moinhos. Em 1614 é passada provisão para os moradores de Soure pagarem o dízimo do azeite à bica a D.Álvaro Fernandes de Castro, comendador da Redinha[233] e em 1625 já é dada em mercê a Mendo da Mota de Valadares a comenda dos dízimos e lagares de azeite de Soure[234]. É possível que estes actos, que se colhem na chancelaria, não tenham sido os primeiros referentes a cada uma das respectivas comendas mas permitem-nos ter uma ideia de como e quando os processos foram desencadeados.

O que de cada vez é dado pelo rei em comenda é uma mistura de direitos delimitados territorialmente e um conjunto mais ou menos importante de propriedades. O território que delimita os direitos transferidos não constitui necessariamente uma propriedade. Pode, como a própria comenda Mestral, incluir

---

do vigário geral de Coimbra, de 26 de Abril de 1450, que reconhece à Ordem de Cristo o direito sobre as oferendas de S.Mateus. O procurador do Mestre tinha processado um escudeiro de Soure de nome João Alvares que há trinta anos se apossava das ofertas. Segundo o procurador "em cada hum ano, pelos dias e meses do dito ano vem muitas oblações e oferendas assim de pão como de vinho e de candeis e dinheiros e outras coisas e especialmente no dia do orago de S.Mateus", AMS, Tombo de 1746, fol. 554v.

[231] ANTT, *OC*, *Livro 3*, fol. 101v.

[232] ANTT, *OC*, *Livro 7*, fol. 54.

[233] ANTT, *OC*, *Livro 21*. fol. 148v.

[234] ANTT, *OC*, *livro 12*, fol. 69.

propriedades próprias da Ordem e outras de diversos proprietários nas quais o comendador passa a reter os direitos fiscais da Ordem. Para tornar a situação ainda mais complexa, as comendas, enquanto delimitação espacial de direitos, têm uma expressão territorial descontínua, formando zonas estanques em pontos afastados do território, como é o caso da comenda do Paleão e Casa Velha, ou das Alencarçes. Assim se cria um mosaico complexo que se hoje é difícil de destrinçar, não era tão pouco claro para os coevos.

Por este meio as comendas vão-se multiplicando, algumas com forte expressão em termos de propriedade agrícola, outras incidindo mais sobre direitos como a dízima, o oitavo e as moendas. O emaranhado dos direitos e das terras vai aumentando e as oportunidades de conflito entre comendatários também.

Estas características do modo de apropriação dos bens da Ordem cria uma situação no terreno que requer um nível de conhecimento local muito grande no modo de arrecadação dos direitos, como veremos adiante, o quer provavelmente tem consequências no tecido social local. Vejamos de seguida quais as principais características das comendas existentes nos finais do século XVII e que se irão manter na centúria seguinte.

2.3.2.3. As comendas

Eram oito as comendas existentes nos finais do século XVII no termo de Soure:

- Comenda Mestral
- Alcaidaria-Mor
- Alencarce
- S.Pedro das Várzeas
- Paleão e Casa Velha
- S.Mateus
- Lagares ou Azeites
- Moinhos

Todas elas devem ter sido criadas na segunda metade do século XVI dentro do processo de apropriação dos rendimentos dos mestrados que se acelera com a união perpétua destes à coroa em 1551. Quase todas são referidas num manuscrito da primeira metade do século XVII que Armando de Castro utilizou na *Estrutura Dominial Portuguesa*[235] . Ficam de fora a comenda Mestral, talvez por não ser "atribuível", por definição, e a comenda de Alencarce que andava unida com a Alcaidaria-Mor no mesmo comendador.

Baseando-nos nos tombos que temos vindo a referir, nas chancelarias e nas escrituras relacionadas com as comendas que encontrámos nos notários de Soure podemos dar uma breve

---

[235] Castro, Armando de - *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992, Quadro XIV, p. 354 números 145-148 e 154.

síntese das características de cada uma. As figuras 11 e 12 servem de apoio ao texto que segue. A primeira fornece os circuitos das principais comendas a partir do tombo de 1746 tendo como fundo a distribuição das propriedades da ordem tal como é descrita em 1508[236]. A segunda pretende representar os fluxos de rendas que saem do "bolo" original em direcção às várias comendas num diagrama que tem como principal função dar uma ideia da complexidade da situação.

Comenda Mestral

A comenda mestral define-se por exclusão: corresponde a todos os direitos e propriedades enumerados em 1508 menos aqueles que foram transferidos para as comendas sucessivamente criadas. A mais importante característica desta comenda é depender directamente do monarca. O celeiro da comenda em Soure é designado por "Celeiro de El-Rei". Apesar dos réditos desviados para as outras comendas, o que sobrava era importante. Sabemos por uma escritura de 1691 que o "celeiro" da comenda mestral foi arrematado por 505.000 réis por um ano e em 1718 por 700.000, o que, comparado com outros casos, nos parece significativo[237]. Como não era dada a comendador, não produz o tipo de documentação em que se baseiam as avaliações de

---

[236] O tombo de 1746 delimita a comenda dos Moinhos, que inclui casas de moinho na vila e a levada, a comenda de Alencarce, de S. Pedro da Várzea, de S. Mateus

[237] AUC, Notários de Soure, ID, 8, 2, 4 fol. 24-26, escritura de 22-6-1691 e ID,+8, 2, 7, fol. 7-7v, escritura de 9-9-1718.Ver Neto, Margarida, *op. cit*, Apêndices, Quadro e gráficos. Tomámos os valores aí constantes como referindo-se a contratos de quatro anos.

comendas, como o documento usado por Armando de Castro ou as mercês de atribuição estudadas por Fernanda Olival. Não temos, por isso, uma estimativa paralela à que temos para os outros casos.

Alcaidaria-Mor

Esta comenda valeria entre 60.000 e 100.000 réis/ano[238]. Em 1625 foi dada em mercê ao segundo Marquês de Castelo Rodrigo, Manuel de Moura Corte-Real[239]. Após a Restauração a comenda passou para a família Saldanha, uma vez que frei António Francisco Saldanha a recebe em 1656[240]. Apesar das comendas serem dadas em apenas uma vida encontramos Saldanhas como comendadores até pelo menos 1766, acumulando a Alcaidaria-Mor de Soure, a Comenda de Alencarce e a Comenda-Mor da vizinha Ega. Esta característica é comum aos outros comendadores que conseguem transmitir estas rendas praticamente como património familiar. Os Saldanhas receberão com D.José o título de Condes da Ega.

Possuímos um contracto de sub-arrendamento de 1691 em que o rendeiro do comendador contrata por 46.000 réis e por um ano as "pertenças" da comenda no termo de Soure, exceptuando o

---

[238] Olival, Maria Fernanda, *op.cit.*, vol. II, p. 425; Castro, Armando, *op.cit.*, Quadro XIV, p. 354. Salvo menção em contrário os valores estimados das comendas vêm destes dois trabalhos.

[239] ANTT, *OC, Livro 12*, fol. 65v. Sobre os Marqueses de Castelo Rodrigo ver Zúquete, Afonso Eduardo, *Nobreza de Portugal e Brasil*, Editorial Enciclopédia, Lda, Lisboa, 1960, vol.2, p. 509-513.

[240] ANTT, *OC, Livro 42*, fol. 219v.

território da comenda de Alencarce que reserva para si, assim como as portagens do termo, a três habitantes da Almagreira e Mogadouro[241]. Pela referência à portagem parece-nos que os direitos associados à comenda da Alcaidaria-Mor seriam aqueles que o tombo de 1508 enumera da seguinte maneira: "*Item. A portagem e açougagem e moordomado, forças e todollos outros direitos da alcaidaria som da hordem e hansse de arrecadar pello foro de Coimbra*"[242]. Não temos conhecimento de que haja propriedades significativas associadas a esta comenda.

Comenda de Alencarce

A comenda de Alencarce será a primeira a ter sido constituída uma vez que é a única que aparece em 1508. Compreendia uma granja situada no vale onde se encontra o lugar de Alencarce de Baixo. Separadas desta propriedade trazia o comendador dessa altura a granja de S.Tomé e dois prazos confinantes com esta: o

---

[241] AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 4, fol. 45-46.

[242] Tombo de 1508, p.33. O foral manuelino determina a açougagem do seguinte modo: "*do boy huum dos lombos dalcatara. E da vaca huum uvre. E dos porcos que se vendem aa enxerqua ou a peso huum dos lombinhos de dentro com seus Rijs e os pees todos quatro. E do talho do carneiro por dia huum aRatell. E da carga do pescado. hum peixe por açougagem e portagem. E de sardinhas duas duzias por carga mayor. E de marisco, dous Reaes por carga. E este sobredito direito daçougagem de carne e de pescado pagam todos os moradores da dyta villa e de fora della.*" Disposições adicionais aplicam-se a pessoas de fora que venham vender fruta à vila ou da vila que vão vender fruta fora. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal...*, comp. por Luís Fernando de Carvalho Dias, Lisboa, p. 74.

Casal Novo[243] e uma herdade a Sul, de 50 alqueires de semeadura, onde depois nos aparecem os casais das Brancas e Galinhas. Estes três prazos serão incorporados na comenda de Alencarce posteriormente, como atestam as anotações à margem do tombo[244].

Em 1747 é delimitada a fronteira entre a comenda Mestral e a comenda de Alencarce. Aí vemos as duas zonas separadas, S.Tomé e Casal das Brancas de um lado e Alencarce de outro. Mas o limite sul desce até à ribeira da Venda Nova e cola-se à fronteira exterior do termo, a este, num circuito bastante grande que não poderia corresponder à granja de Alencarce de Baixo descrita em 1508. Sabemos que dentro desse circuito existiam propriedades que não pertenciam à ordem. Só podemos concluir que a linha descrita em 1747, que cartografamos aproximadamente na figura 11, delimita um território de arrecadação de rendas, em concreto as dízimas, oitavos e primícias. Dentro deste território bipartido existem quatro grandes herdades da Ordem: a oeste, S.Tomé, a herdade confinante a sul e o Casal Novo e, a este, a granja de Alencarce. Segundo os dados de Fernanda Olival esta comenda valeria à volta de 260.000 réis. O comendador é o mesmo que o da Alcaidaria-Mor.

---

[243] Não confundir o prazo do Casal Novo, junto à quinta de S. Tomé, e o lugar do Casal Novo, a sul da Casa Velha; o primeiro parece ficar a norte da quinta.

[244] "*pertence a Comenda das Alencarças*", ver tombo de 1508, notas 46 e 47 da p.19.

Comenda de S.Pedro das Várzeas

Já foi referida a mercê de D.João III que atribuiu a André da Silva as mais variadas rendas em Soure. Este conjunto de bens constituía o que mais tarde se denominará a comenda de S.Pedro da Várzea. Grande parte da melhor terra da Ordem de Cristo está nesta comenda, junta com direitos fiscais igualmente significativos.

Este é o caso mais complexo. O tombo de 1746 reflecte essa complexidade, porque transcreve um tombo anterior, que aparenta ser da segunda metade do século XVI e que enumera os direitos da Comenda de S. Pedro. Como reforço transcreve a provisão de mercê a André da Silva, que provavelmente se encontrava no mesmo tombo. As anotações à margem do tombo de 1508 que, como referimos, indicavam "pertence à comenda de André da Silva" alternadamente com "*dizem* pertencer à comenda de André da Silva"[245], atestam que havia dúvidas. Durante a elaboração do tombo da comenda mestral de 1746 surgirá um conflito entre o juiz do tombo e o comendador de S. Pedro, através dos seus procuradores, sobre a arrecadação dos oitavos, que sobe à Casa da Suplicação[246]. Outros problemas surgem com o contador do mestrado da Ordem de Cristo[247].

Em matéria de propriedades agrícolas a Comenda de S. Pedro ficará com importantes unidades, como a Várzea de S. Pedro, donde tira o nome, a várzea dos Bacelos, a oeste da confluência do Anços com o Arunca, e as terras de Argimundo, a norte da Vila, e

---

[245] Itálico nosso.

[246] AMS, *Tombo de 1746*, fol 487v e ss.

[247] AMS, *Tombo de 1746*, fol 14v.

outras de menor dimensão. São terras de aluvião, algumas das quais se lavram de uma só folha, com rações que chegam a metade, como regista o tombo em 1508[248]. Dentro da Várzea de S. Pedro existia uma ermida, da primeira metade do século XII, que se conservou até hoje[249].

Do ponto de vista das rendas recebia esta comenda a totalidade das jugadas do vinho e dos linhos[250]. Caber-lhe-ia ainda a arrecadação das primícias do vinho de toda a vila e termo que correspondiam a um almude por cada pessoa que produzisse 40 ou mais almudes de vinho, mais a eirádega que era mais um almude para os não privilegiados. Acrescia a estes a dízima e oitavos em geral das suas próprias terras e ainda o dízimo dos gados do termo[251]. Ficou à comenda de S. Pedro ainda o direito de

---

[248] As propriedades que no tombo de 1508 farão parte da comenda de S.Pedro têm à margem a anotação de pertencerem à comenda de André da Silva, como dissemos. Um elenco de meio do século XVI, ou posterior, encontra-se transcrito no tombo de 1746 (AMS) a fol. 517 e ss.

[249] Ver Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op. cit.*, p.224.

[250] O tombo de 1508 referia que todos os moradores pagavam o oitavo do pão, vinho, tinta e linho, mas o foral vai especificar para a jugada o oitavo do pão e do linho e o dízimo do vinho.

[251] O tombo de 1746 transcreve o seguinte: "*Outro direito pertence a dita Comenda Mestral e a dita Comenda da Varzea que he todo o dizimo e Outavo das terras limitadas a Comenda e assim leva dellas os Mounssos grossos dos moradores da aldeia da Caza Velha e Cazal novo posto que os dízimos e outavos sejam da Comenda de Palliam e assim leva os ditos Mounsos dos moradores de Vila Nova de Ansos e de outras partes que tivessem os currais de seos gados no termo desta vila nam sendo nos limites das Comendas de Alencarsas e Granja de Ulmeiro e Palliam silicet. a metade dos dizimos dos gados somoventes e tem outro sim todos os direitos dos vinhos e linhos de toda a vila.*" fol. 541. Como se vê na transcrição os "mounsos"

relego que o foral regulava detalhadamente e que se aplicava apenas ao vinho das jugadas. Valia este mosaico de réditos entre 250 e 270.000 réis.

A comenda de S.Pedro das Várzeas pertencia ao Conde de Soure[252].

Comenda do Palião e Casa Velha

Enquanto conjunto de propriedades, esta comenda associa a aldeia do Paleão, terras anexas, e um conjunto de casais e herdades que a Ordem possuía na zona da Casa Velha. O seu circuito exterior é descrito em 1747 e deveria também exceder em muito, sobretudo na zona do Paleão, as propriedades da comenda. Era por isso, como no caso da Comenda de Alencarce, um limite jurisdicional dentro do qual os comendadores deveriam reter dízimas, oitavos e primícias, com as ressalvas que atrás ficaram feitas em relação à comenda de S.Pedro, que cobrava parte destes direitos. O seu valor seria entre 270 e 287.500 réis de rendimento anual e estava ligada à família Mendonça Furtado[253].

---

estão ligados à existência de currais e não nos parecem ser as "miunças". A mercê a André da Silva referia o "dízimo dos gados". Existe um "ramo dos gados" a avaliar pelo arrendamento do mesmo na zona do Espírito Santo, feito pelo administrador da comenda de S.Pedro a Manuel Domingues da Redinha, em 1725, no valor de 28.000 réis em quatro anos — AUC, *Notariais de Soure*, ID, 8, 2, 9, fol. 68-68v. Outra escritura semelhante em ID, 8, 2, 7 fol.3v-4v [2º caderno].

[252] Castro, Armando de, *op. cit.*, p.445.

[253] Em 13 de Novembro de 1700 o padre Manuel de Oliveira e seu pai, Simão de Oliveira, lavrador do Barril, nomeam procurador para os defender de uma acção que lhes movia o comendador do Paleão e Casa Velha, Tristão de Albuquerque e Mendonça Furtado, por eles terem levantado o pão da eira e

Comenda de S.Mateus

Esta comenda centrava-se nas rendas da ermida de S. Mateus que provinham das oferendas dos fiéis. Trata-se aqui, mais uma vez, de uma parte de um direito geral da Ordem, o das oferendas, que é desviado para uma comenda. Para além deste rendimento o comendador recebia ainda uma série de propriedades dispersas, algumas, atipicamente para terras da Ordem, no extremo sul do vale do Arunca, perto da Almagreira. As estimativas de rendimento variam entre 45 e 98.000 réis anuais, mas uma escritura de fiança, em 1725, refere que José Pereira arrematou na contadoria a renda da comenda por 470.000 réis para o ano de 1725-1726, o que constitui uma enorme diferença[254]. Os bens da comenda de S.Mateus são descritos numa carta de D.João III que faz mercê das respectivas rendas a Pedro Homem[255]. Andava esta comenda na família dos Ataíde e Melo.

---

o haverem debulhado em diverso distrito contra a forma dos aforamentos. AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol.84-84v.

[254] AUC, *Notários de Soure*, ID,8,2,9, fol 79-80v. O facto da arrematação ser feita pelo contador do mestrado em vez do comendador causa algumas interrogações. Estaria vaga em 1725? Ou seria, por norma, gerida a cobrança das rendas pela Ordem e dado o valor estimado ao comendador em contante. Parece-nos mais provável a primeira hipótese mas, nesse caso, fica ainda por explicar a diferença entre o valor estimado e o valor da arrematação. Para o valor estimado utilizamos os quadros de Olival,Fernanda, *op.cit.*, vol.2,p.425 e Castro, Armando, *op.cit.*, 354 e 377, e ainda uma referência no tombo de 1746 que diz renderem as oferendas 40 a 50.000 réis (AMS, fol 544v).

[255] Transcrita no tombo de 1746, AMS, fol.544v e ss. Correspondem estas propriedades àquelas que no tombo de 1508 são elencadas no "Titulo dos

Comenda dos Lagares

Pensamos que a comenda dos Lagares não corresponderia somente ao usufruto de instalações desse tipo mas sobretudo à arrecadação das maquias devidas como moendas à Ordem. O foral estipula que o direito de moer é da ordem, tanto nos cereais como no azeite. A maquia do cereal era de 1/14 e a do azeite 1/10, depois de retirado o dízimo de Deus. Existem algumas referências a propriedades da comenda dos Lagares, uma das quais seria um olival com cerca de mil árvores[256]. Os comendadores eram os condes de Vila Maior - Marqueses de Alegrete.

Comenda dos Moinhos

Esta comenda basear-se-ia no rendimento dos moinhos chamados de El-Rei que se encontram na vila, por cima da levada. Estas casas ainda existem hoje, no largo dos moinhos. Com cinco pedras de moer rendiam 150.000 réis, segundo informação do tombo de 1746. Talvez por se tratar de um redimento directamente arrecadado não encontramos contratos de arrendamento e temos por isso menos informação. Pela descrição feita das obrigações destas comenda ficamos com a suspeita de que andariam junto

---

beens de Sam Mateus que pello muito virtuoso princepe o Infante D.Henrique lhe foram dados no termo de Soure", p. 36.

[256] No tombo de 1508, à margem da descrição de um olival está *"Este olival anda agora da mao do comendador dos lagares e azeites e a renda de sua mão com os lagares. He muito grande olival e tinha perto de mil pees contarão."* (p.21, n.56).

com a comenda dos Lagares na posse dos Marqueses de Alegrete.[257]

Resumo da situação dos bens da ordem de Cristo em Soure

A descrição das várias comendas, apesar das carências de informação existentes, teve como objectivo principal fornecer uma visão da lógica global de apropriação dos recursos ao seu nível mais elevado, mais do que tentar esclarecer em definitivo uma situação muito complexa. Interessa-nos compreender globalmente esta lógica porque ela teve consequências na estrutura social. Pensamos que este mosaico de interesses, pelas dificuldades tremendas que no quotidiano se deveriam levantar, obrigavam a uma ligação mais estreita dos rendeiros ao território, cimentado por subarrendamentos sucessivos, por vezes em 3ª instância. Voltaremos a este aspecto ao tratarmos da estrutura social.

Por outro lado esta reconstituição, com todas as suas limitações, faz realçar outros aspectos que teriam consequências de vulto na organização social e no quotidiano das populações.

O primeiro diz respeito ao acumular de encargos que se revela ao compararmos os direitos das várias comendas. Dízimos, oitavos, primícias, eirádegas, maquias, mais foros e rações deveriam constituir uma carga tanto mais pesada quanto muitos deles andavam em rendeiros distintos que deveriam optimizar ao máximo as suas cobranças. Assim o rendeiro de S.Pedro do "ramo dos gados" poderia depender exclusivamente da dízima dos animais para cumprir o seu contrato, enquanto o rendeiro da

[257] AMS, *Tombo de 1746*, fol.494v.

comenda da zona passaria a buscar o dízimo e oitavo do cereal, e outro rendeiro a jugada dos linhos e dos vinhos. É natural que a isenção de oitavos fosse preciosa e os modos de a obter intensamente procurados.

O segundo, que reputamos de grande importância, diz respeito à posse da terra. Como vimos pela figura 11 e pelos valores em área estimados acima, a Ordem de Cristo, apesar da sua omnipresença do ponto de vista dos direitos jurisdicionais, apesar das relevantes propriedades que possui, estava muito longe de ter na sua posse toda a terra. Compare-se mais uma vez o revestimento florestal contemporâneo, que destaca o aluvião (figura 4) e o mapa da figura 11. De quem é o resto da terra?

Poderíamos num primeiro momento pensar nas quintas que referimos anteriormente a propósito da paisagem agrícola. Mas, como veremos, as quintas, salvas algumas excepções, não são propriedades plenas de particulares. Para reconstituirmos o resto do mapa da propriedade, teremos que nos valer de informação variada. Esse é o objecto da próxima secção.

2.3.3. A TERRA QUE NÃO PERTENCE À ORDEM DE CRISTO

Para além da Ordem de Cristo, a propriedade encontrava-se dispersa por um número elevado de possuidores. Tentámos por várias vias encontrar outros grandes senhorios ocultos por detrás das transacções de terras ou descrições de confrontações e acabámos, arriscando futuros desmentidos, por desistir. Grande parte da propriedade que não pertence à Ordem parece estar nas mãos de particulares. As nossas fontes são as habituais: as

escrituras notariais e as confrontações dos tombos. Utilizámos, em particular, o Tombo da Misericórdia de Soure, de 1787, numa bela cópia feita em 1792[258]. Apesar de ser um documento tardio em relação ao período que nos ocupa, pensámos que a natureza das propriedades que foram chegando à Santa Casa ao longo do século XVIII era de molde a dar-nos uma visão da posse particular da terra, com uma boa cobertura geográfica que rentabilizaria a análise das confrontações. Além disso, possuímos informação mais específica sobre o rendimento de algumas propriedades da Misericórdia nos séculos XVII e XVIII, que nos permite contextualizar alguma da informação do tombo em termos de rendimento.

Em 1787 a Misericórdia de Soure possuía 87 prazos que incluíam 199 parcelas, contando com algumas casas na vila, terras de cereal, vinhas, matos e seis casais de tamanho desigual compostos pela mescla habitual de terras de campo e monte, matos, habitações e dependências agrícolas[259]. Para cada prazo e cada parcela o tombo fornece a área em alqueires de semeadura ou homens de cava e o nome dos proprietários das terras confinantes. Das 199 parcelas temos 104 referências à quantidade

---

[258] ASCMS, *Tombo das rendas da Misericórdia da Vila de Soure, 1787 (cópia de 1792).*

[259] O tombo utiliza as expressões de meio casal, e quarto de casal para designar o que pensamos ser os restos de um casal inicial do qual se foram separando, do ponto de vista do prazo, várias propriedades. A nomenclatura varia, contudo, ao longo do tempo. Veremos mais adiante que a Misericórdia tinha cinco casais que explorava com contas separadas desde 1651. Nem todos esses "casais" são designados com esse termo em 1787, apesar de continuarem a serem prazos individualizados com a mesma composição.

de semente que suportavam e o número de homens de cava de 22 vinhas. Possuímos o nome dos proprietários de 683 terras confinantes, a que retiraremos 43 que pertencem à própria Misericórdia. Algumas dessas 640 terras aparecem seguramente mais do que uma vez nas confrontações, mas não nos é possível determinar quais, sem reconstituir exactamente a localização de cada parcela. Isso significa que ao contarmos o nome dos proprietários das terras confinantes, iremos contar algumas pessoas mais vezes do que o número real de terras que possuíam, uma vez que a mesma terra pode ocorrer mais que uma vez. Para complicar um pouco mais as coisas temos que nos contentar com contagens de nomes de proprietários sem distinguir possíveis homonomias ou variações nominais para além das evidentes. Para esta altura, finais do século XVIII, não temos capacidade de identificar mais precisamente estes indivíduos, a não ser os que, pelo apelido, se individualizam como pertencendo às famílias mais conhecidas, cujas genealogias se reconstruíram a partir dos processos de ordenação sacerdotal.

Do mesmo modo, a localização das propriedades no território pautou-se por critérios necessariamente aproximativos. Ao todo 27 prazos não foram localizáveis. Em alguns locais as pequenas propriedades multiplicavam-se, visivelmente próximas, mas foram mantidas afastadas no mapa uma vez que era preferível deixar os prédios individualizáveis à escala dos nossos mapas. Assim, os alinhamentos de terras que mostramos em determinadas zonas são hipotéticos e correspondem à solução encontrada para representar uma série de parcelas que eram descritas como estando juntas da mesma ribeira. Cada prédio cuja

área era dada foi representado por um quadrado aproximadamente de superfície equivalente, usando as conversões que atrás ficaram explicadas a propósito da representação dos bens da Ordem de Cristo.

Os mapas das figuras 13 e 14 representam a distribuição das parcelas e o tipo de prédios. Para além dos 27 prazos não localizáveis estão ausentes os prédios urbanos situados na vila. Os cinco prazos assinalados com um rectângulo negro correspondem a um grupo de casais cujas rendas foram contabilizadas separadamente ao longo de 60 anos e que iremos examinar com mais detalhe adiante. Observemos brevemente o mapa e os valores de área calculados, antes de passarmos à análise dos proprietários das terras confinantes.

Uma primeira constatação é a do tamanho diminuto das propriedades. Os prazos maiores seriam os casais, para os quais não temos indicação de superfície e representamos iconograficamente. O valor de semente mais comum é de dois alqueires de trigo, que ocorre em 20 das 105 terras em que o valor está presente. Mais de metade, exceptuando os casais, leva menos de 2,5 alqueires de semeadura. A maior de todas leva dez. Para as vinhas o valor mais frequente é três homens de cava que ocorre em 7 dos 22 casos. Mais de metade das vinhas têm valores de oito ou inferiores e o valor máximo, muito distante da mediana, é 80. Os casais deviam ser propriedades mais significativas, sobretudo

o de Alencarce, cuja delimitação descreve um polígono de 33 arestas[260].

Analisemos agora os proprietários das terras confinantes que constituem o centro deste exercício. Possuímos o nome dos proprietários, quer individuais, quer institucionais, de 640 prédios, confinantes aos 87 prazos da Misericórdia. Encontramos aí 297 nomes diferentes, depois de uniformizadas as variações mais óbvias.

Primeira constatação: senhorios ou proprietários institucionais estão praticamente ausentes. Ao todo, temos 39 parcelas de tipo institucional dentro das 640 terras confinantes correspondendo a uma percentagem de 6%, e que se distribuem do seguinte modo:

Comendas da Ordem de Cristo	9
Confrarias várias	9
Bens concelhios	5
Misericórdias da Redinha e Pombal	5
Priostado de Soure	4
Ordem Terceira	3
Conventos	3
Igreja da Redinha	1
Total	**39**

[260] São estes valores médios, apesar de pequenos, ligeiramente superiores aos encontrados para as parcelas aforadas pelo Mosteiro de Lorvão em Semide, no ano de 1710. Ver Campos, Maria do Rosário Castiço de, *Foz de Arouce no século XVIII. Economia agrária e reconversão agrícola*, Lousã, B.M.L./Câmara Municipal da Lousã, 1989, p. 41.

O grosso das confrontações aponta, assim, para proprietários individuais que constituem 94% dos casos. Poderemos estar perante uma deficiência da fonte que nomeia o enfiteuta a maior parte das vezes sem referir o senhorio, dando a ideia de propriedade individual? Essa foi a hipótese que alimentámos durante muito tempo formados pela ideia de que os grandes senhorios predominam. Mas aos poucos constatamos que a maior parte da propriedade está mesmo nas mãos dos habitantes locais. O tombo da Misericórida distingue enfiteutas de proprietários ou senhorios quando individualiza as terras confinantes. Assim, em 62 terras, temos identificado o senhorio e o enfiteuta. Nessas contam-se as 39 acima. Sobram 23 terras de proprietários individuais que se encontram aforadas. O resto, perto de 580 parcelas, é-nos descrito como pertencendo a particulares sem menção de enfiteuta.

Se, de facto, a terra que não é da Ordem está nas mãos dos habitantes do termo, então a tipologia dos proprietários deve reflectir de algum modo a estrutura social local.

É o que acontece, de facto. O nome que mais vezes ocorre nas propriedades confinantes é o de Pedro Fabião de Quadros, herdeiro da Quinta da Telhada, com 54 ocorrências. Este número é um pouco inflacionado pelo facto de alguns dos bens da Misericórdia terem origem na família Quadros, por um legado pio que lhe fez, em 1612, D. Isabel da Silva, ascendente de Pedro Fabião. Como os bens que couberam à Misericórdia foram decididos por acto de partilhas, é natural que confinassem com

outros que, ficando no património familiar, agora aparecem na mão de Pedro Fabião. Não é difícil retraçar no tombo de 1787 os bens doados 150 anos antes; e são 16 as parcelas que confinam com as antigas propriedades familiares doadas em 1612.

Em segundo lugar, outro nome ligado às famílias nobres de Soure: João da Costa Cabral de Vasconcelos, da Quinta de S. Tomé, com 15 ocorrências.

Em terceiro lugar, Jorge de Meneses, da família de D.Pedro de Meneses cujas atribuladas acções encontrámos na primeira parte, com 14.

Em quarto e quinto lugar, Plácido Soares Coelho e Luís José Soares Coelho, da Quinta da Cruz, pai e filho, com 11 e 9.

Em conjunto, estes proprietários são referidos em 103 confrontações, 16% dos casos.

Como conhecemos algo destas famílias, podemos compôr melhor este grupo. Assim, Tomás de Quadros, parente de Pedro Fabião, soma mais quatro referências e a Quinta da Telhada, mais duas, elevando o total da família Quadros a 62 referências.

A Quinta dos Anjos aparece referida 7 vezes e o seu último proprietário, António José Pereira Coutinho, falecido pouco tempo antes da elaboração do tombo, aparece mais 4 vezes. É quase certo que outras ligações deste tipo nos escaparam por falta de informação genealógica de suporte.

Podemos, assim, acrescentar mais 6 referências relativas aos Quadros e 11 relativas à quinta dos Anjos, às 103 anteriores somando 120 referências ou seja 19% do total, na posse de 5 famílias. Como os casamentos entre algumas destas famílias são frequentes, o número de mãos em que a terra está é ainda menor.

Por exemplo a herdeira da Quinta dos Anjos, na altura deste tombo, Rita Ludovina Coutinho, está casada com João da Costa Cabral de Vasconcelos, da Quinta de S.Tomé.

De entre os detentores das principais quintas de Soure, que em breve examinaremos, ficam de fora os Melo e Ataídes da Capa Rota e os Gramachos da Quinta do Pai Daniel que ocorrem apenas cinco e seis vezes, respectivamente. Encontramos ainda representados por valores mais pequenos um conjunto de nomes que sabemos estarem ligados às elites locais, como os Manhos, Jacques, Morais, Colaços, Abreus e outros. Ao todo, com os Gramachos e os Ataídes, somam 51 parcelas adicionais.

Resumindo estes dados num breve quadro:

Quadros (Quinta da Telhada)	60
Soares Coelho (Quinta da Cruz)	20
Vasconcelos (Quinta de S.Tomé)	15
Meneses	14
Coutinhos (Quinta dos Anjos)	11
Sub total	**120**
Notáveis vários	51
Total	**171**

Como referimos no início da análise deste tombo, devemos tomar estes valores com precaução. Mas pensamos que eles reflectem aproximadamente a realidade, se nos restringirmos a uma conclusão genérica: a propriedade parece estar muito fragmentada com poucas famílias a acumularem parcelas. A

necessidade de emparcelar é muito grande e uma análise rápida e não quantitativa dessa vertente mostra esse objectivo por detrás de muitas confrontações. Alguns dos nomes do quadro acima são também enfiteutas das terras da Santa Casa com que confinam. A necessidade de constituir um património imobiliário em situação de propriedade muito dividida, em que as melhores propriedades pertencem à ordem de Cristo, não é fácil. Examinaremos em breve exemplos deste constrangimento a propósito das quintas, mas é um problema geral que afecta grandes e pequenos.

Se somarmos os 171 casos de terras ligadas às grandes famílias aos 39 casos de senhorios institucionais, ainda nos restam a maioria das 640 terras que confinam com os prazos da Misericórdia. É possível que parte destas ainda estejam ligadas às famílias importantes, e uma análise mais cuidada dos nomes, suportada por uma reconstituição genealógica que revelasse as ligações menos evidentes, decerto faria engrossar o total do quadro anterior.

Mas o facto é que 60% de todos os proprietários que ocorrem o fazem apenas uma vez. Se somarmos os nomes que ocorrem três ou menos vezes já chegamos perto de 80% dos casos. Isto significa que à concentração de parte da propriedade nas mãos de poucos se junta a disseminação do remanescente por muitos.

Estes dados apontam, assim, para uma distribuição típica em que as pessoas que têm muitas propriedades são poucas e as pessoas que têm poucas propriedade são muitas. Este tipo de distribuição deverse-ia constatar igualmente dentro das terras da Ordem, na distribuição dos enfiteutas em função do tamanho das terras aforadas.

Insistimos de novo na forma aproximada como chegamos a estes resultados e o relativismo com que devem ser considerados. Só uma reconstituição mais cuidada da propriedade agrícola relacionada com a reconstituição das famílias poderia fornecer dados mais seguros.

Podemos adiantar um contra-exemplo do pouco peso dos senhorios institucionais. Em 8 de Novembro de 1700, Manuel de Távora faz nomeação de sua mulher, Inês Pinto, em segunda e terceira vida de uma série de prazos que traz aforados[261]. O exemplo é significativo de quantos senhorios diferentes poderia ter que lidar uma única pessoa. Manuel de Távora era foreiro da Comenda de S.Pedro por um prazo de terra no Caneiro, das Madres do Convento do Louriçal por duas casas e quintal em Soure, da Misericórdia por uma vinha, da confraria do Senhor por um olival, e dos padres da Trindade de Coimbra por outro olival. Em Junho tinha nomeado um lagar de vinho foreiro ao Priostado de Soure a uma afilhada, em reconhecimento de serviços e obrigações que tinham para com os seus pais[262]. Seis senhorios conhecidos para o mesmo inquilino, todos de caracter institucional. É um exemplo que temos que contrapôr às contagens anteriores.

---

[261] AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol. 83v-84. Se a preocupação de Manuel Távora era facilitar a transmissão do foro de pouco lhe serviu. Será Inês Pinto que morre primeiro, em 1704, e Manuel sobrevive até 1713 — AUC, óbitos de 14-1-1704 e 21-13-1713.

[262] AUC, *Notários de Soure*, ID, 8, 2, 5, fol. 28v,29.

Seguras nos parecem três conclusões. A primeira é que fora da ordem de Cristo não existem grandes senhorios institucionais exteriores ao termo. O nosso valor de 6% baseia-se apenas nas confrontações das terras da Misericórida, mas não temos desmentidos quantificados por outras vias. Estamos, contudo, a falar do número de confrontações em zonas determinadas do território e não do valor dos prédios.

A segunda conclusão é que a propriedade concentra-se nas mãos dos notáveis locais, mas não numa escala suficientemente grande que impeça a multiplicação de pequenos possuidores. Este grupo restrito e os senhorios institucionais somam 33%, um terço, das confrontações. O que deixaria 2/3 para proprietários de condição mais modesta[263].

A terceira conclusão é que a fragmentação da propriedade exterior à Ordem parece ser muito grande. Quem pretendesse explorar uma propriedade de dimensão considerável tentaria ser foreiro ou arrendatário de uma das comendas, que mantinham algumas das melhores propriedades indivisas. O caminho alternativo era emparcelar pacientemente e consolidar o resultado sob a forma de um vínculo que tudo indica era um instituto muito mais comum e difundido do que se poderia pensar.

Um aspecto que ajuda a esclarecer as relações da propriedade com a estrutura social são as quintas que servem de residência e

---

[263] Encontramos entre estes alguns exemplos que reconhecemos corresponderem a pessoas que estão em trajectos de ascensão social que duram várias gerações, como é o caso de Manuel Gonçalves Vargas que abordámos em capítulo anterior.

explorações agrícolas às famílias que vimos concentrarem a posse das propriedades confinantes com os bens da Misericórdia. Será essa a matéria do próximo ponto.

2.3.4. AS QUINTAS

Uma das características da paisagem agrícola de Soure é, como vimos anteriormente, o número e qualidade das quintas. O *Inventário Artístico* descreve algumas, onde se encontram por vezes sobrevivências de construções religiosas românicas. As quintas são explorações agrícolas com residência de qualidade. Sobressai da documentação que a posse de uma quinta era um traço de distinção social. A dupla residência, no campo e na vila, parece ser um objectivo almejado. Sabemos isso pelo tipo de pessoas que vivem nas quintas, ligadas aos cargos concelhios e militares, com ligações genealógicas a outras famílias de semelhante estatuto[264].

As principais quintas que nos aparecem na transição do século XVII para o século XVIII e respectivas famílias são as seguintes:

- Quinta de S. Tomé - Ribeiro Cabral e Costa Vasconcelos
- Quinta da Telhada - Homem de Quadros
- Quinta da Capa Rota - Melos Ataíde
- Quinta da Cruz - Soares Coelho

---

[264] Ver: Soares, Sérgio da Cunha, *O município de Coimbra da restauração ao pombalismo: poder e poderosos na Idade Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995, 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 1, p. 421-441.

- Quinta do Pai Daniel - Costa Gramacho
- Quinta dos Anjos - Pereira Coutinho

A quinta de S. Tomé, como vimos, estava associada à comenda de Alencarce[265]. Em 1508 continha uma ermida e casa para dois lavradores que se encontravam bastante degradadas, além da propriedade propriamente dita na ribeira de S. Tomé. Não era assim, habitada no início do século XVI. É possível que as ordens expressas deixadas pelos visitadores tenham provocado uma reconstrução. Ora, na segunda metade do século XVII, a quinta de S. Tomé é a residência de uma das mais importantes famílias de Soure, os Ribeiro Cabral, encabeçados por Paulo Ribeiro Cabral, capitão-mor da Vila. Passará depois por via feminina para os Costa de Vasconcelos. Tanto a quinta como a ermida original sobreviveram até aos nossos dias. Se a primeira é do século XII, as casas de habitação são do século XVII e é possível que a ocupação

---

[265] O facto de a quinta de S.Tomé ser visitada junto com a comenda de Alencarce estará relacionado com o facto de nessa altura ambas estarem na posse da mesma pessoa, o comendador frei Afonso d'Avivar, e não por, de facto, fazer parte da comenda. No tombo a Quinta de S. Tomé é descrita junto com as herdades que a ordem possui em Soure, enquanto que a comenda de Alencarce é individualizada em título próprio A propriedade levaria quatro moios de trigo de semeadura de que pagaria o quarto e dízimo. O foro consistia em quatro alqueires de trigo, quatro capões e quatro dúzias de ovos. Ver *Tombo de 1508*, p.19, 27-28. No título "Visitaçom da Alencarça" os visitadores acham a ermida de S.Tomé "descuberta e mal repairada" e referem ainda que "*Viram as casas da dicta granja que sohiia seer pera dous lavradores e estam ora mui danificadas*". Ordenaram que fossem derrubadas e erguidas de novo, de pedra e cal. Dias, Pedro, *op.cit.* p.131.

pela família date da segunda ou terceira década deste século[266]. Não conhecemos o tipo de contrato estabelecido entre a ordem e os Ribeiro Cabral ou seus antecessores. A ausência de referências na chancelaria da ordem, por onde passavam, em princípio, as renovações de aforamento, indicia um aforamento perpétuo. Aparecem-nos, sim, referências a um casal confinante da quinta, o Casal Novo, cujo aforamento foi renovado pela mesma família em 1761[267].

Já para outra das mais importantes quintas da zona, a Quinta da Capa Rota, sabemos tratar-se de um aforamento em vidas, pelos pedidos de renovação que ficaram na chancelaria da Ordem[268]. Este exemplo é significativo, porque a Capa Rota é a residência principal dos Cunha de Eça— Melo e Ataíde, uma das famílias de maior relevo de Soure, como vimos na primeira parte a propósito do caso de José da Cunha e Eça com Isabel Rodrigues. A quinta pertencia à comenda Mestral e já continha casas de habitação em 1508, embora arruinadas[269]. A casa de residência, que também sobreviveu até hoje, seria dos finais do século XVII e

---

[266] Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op.cit.* p.224.

[267] ANTT, *OC, Livro 287*, fol. 159.

[268] ANTT, *OC*, Renovações em 5/4/1641, *Livro 36*, fol. 334 e em 2/8/1696, *Livro 75*, fol. 201v.

[269] "*Tem mais a hordem no sesmo da dita villa huua granja que se chama Caparrota e tem huum asento de casas nesta maneira convém a saber logo huua casa terrea que leva oito varas de longo e cinquo e meya de largo e apegada nella huua casa torre sobradada e o sobrado della todo destroido e leva seis varas de longo e cinquo e meya de largo. s paredes de pedra e cal.*" Tombo de 1508, p. 18.

inícios do século XVIII[270]. Sabemos que Martim da Cunha de Eça tinha já investido fortemente em melhoramentos e emparcelamento das propriedades limítrofes em 1641, a crer na conta do vedor[271]. A capela foi reconstruída em 1725, como atesta a inscrição no portal e nela se casou o primogénito, Agostinho de Ataíde. Assim a residência familiar, centro de elevado investimento simbólico, é um bem de domínio útil precário.

Nem todas as quintas são prazos da Ordem de Cristo. A quinta dos Anjos, à entrada da vila, estava erigida sobre uma terra do

---

[270] Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op. cit.* p. 225-226. *Conserva--se* o requerimento ao bispo para renovação da capela, AUC, *Capelas*, caixa 29, doc nº27.

[271] Em 1508 o tombo descreve casas com sobrado destruído e uma Torre (p.17-18). A propriedade levaria 2 moios de trigo de semadura, referindo-se ainda uma terra associada, chamada o Campo do Craveiro com mais 9 moios de pão de semeadura. A granja estava aforada a Pero Drago cavaleiro da Ordem de Santiago em três pessoas, sendo ele a primeira, e pagava 8 moios de pão, seis de trigo e dois de segunda, um capão e meia dúzia de ovos. Em Abril de 1641 era feito novo aforamento em três vidas a Maria da Silva, que casara com Martim da Cunha de Eça, sendo ela a primeira vida. Maria da Silva trazia, assim, o aforamento em dote e deve datar do seu casamento o investimento na propriedade como residência de família. Ao fazerem a renovação pedem também a diminuição do foro para três moios de trigo e um de segunda alegando "*a muita despesa e benfeitorias que tem feito no dito prazo*" - ANTT, *OC, livro 36*. p.334. De facto, a informação do vedor é que o prazo se encontra muito melhorado, com muitas valas para escoar as enchentes (ver acima o capítulo sobre o espaço onde, a propósito das inundações, se refere o caso desta Quinta). Pelas confrontações feitas, que seguem um tombo anterior, percebe-se que houve um grande esforço de emparcelamento por parte de Martinho da Cunha. A conta do vedor está no pedido de transmissão em segunda vida de Maria da Silva ao filho, Pedro de Brito de Ataíde, em 2-8-1696 - ANTT, *OC, livro 75*, fol. 201v.

concelho emprazado em vidas aos Pereira Coutinho. Pelo tombo de 1767 vemos que o terreno com as casas de morada e dependências agrícolas pertencia ao concelho, confrontando com terras da comenda de S.Pedro da Várzea e outras da comenda Mestral emprazadas pela mesma família. Assim a "quinta" era feita de propriedades de senhorios diferentes. António Pereira Coutinho, que faz o reconhecimento do senhorio ao concelho, tenta passar a natureza do contrato como perpétuo e assim fica registado no tombo. Mas a câmara, recorrendo ao tombo velho, descobre que a natureza original do aforamento era em vidas e obriga a novo reconhecimento que será feito pela filha de António Pereira em 1781[272]. De facto o aforamento perpétuo coadunava-se mais com a natureza do investimento que se fazia nas quintas e com as necessidades de vincular a família a um espaço de prestígio. Em 1749 o mesmo António Pereira Coutinho tinha obtido confirmação do emprazamento da parte da quinta que era da Comenda Mestral[273].

Já a Quinta da Cruz, ligada aos Soares Coelho, é um bem adquirido especialmente para ser erigido em vínculo. Quando é comprada, em 1619, por um conto de réis, é uma propriedade completa equipada de todas as infraestruturas necessárias[274]. Os

---

[272] AMS, *Tombo dos bens do Concelho*, 1767, fol.23.

[273] ANTT, *OC, livro 31*, fol. 438v.

[274] A quinta é descrita como constando de *"casas de sobrado e térreas, e ermida, casas de estrebaria, palheiros, lagar de vinho, pombal, moinhos, vinhas, pomares, serventias de logradouros, terras frutíferas, olivais, matos, pisão de apisoar pano, árvores de fruto e sem ele, com dois casais místicos."* - transcrição da escritura de compra da quinta da Cruz incluída em *Cópia dos Autos de Apelação Cível de*

vendedores, tanto quanto é possível determinar, são particulares. Os Soares Coelho vão expandir o seu domínio territorial à volta da quinta, acumulando propriedade vinculada[275].

Sobre algumas quintas não temos informação que permita retraçar a sua origem. É o caso da Quinta da Telhada, residência dos Homem de Quadros, membros igualmente destacados da nobreza local. O tombo da Comenda mestral de 1508 descreve propriedades da Ordem confrontando com herdades da Quinta e Casais da Telhada, pelo que o senhorio seria outro[276]. O mesmo se passa com a Quinta do Pai Daniel, próximo de Vila Nova de Anços, ligada à família dos Costa Gramacho[277].

---

que é apelante Luís de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria e apelados João Baptista Gonçalves e outros sobre a posse do Casal do Barril instituido pelo Padre Manuel de Oliveira, 25 de Fevereiro de 1850. (Arquivo particular do Doutor Carlos Morão de Paiva). Os vendedores são Simão Luís Febos, sua mulher Francisca Ribeiro e filho Francisco de Azambuja. Não determinámos nenhuma relação entre a propriedade descrita e os bens da ordem de Cristo tombados em 1508, que só muito raramente se estendem para sul no vale do Arunca (ver figura 13). O preço da compra foi um conto de réis. Quando em 1855 Luís de Mello Tocho faz inventário de bens de raiz a Quinta da Cruz foi avaliada em vinte contos de réis.

[275] Dos bens dos Soares Coelho temos um inventário tardio: *Bens de raiz dados a inventáio por Luis de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro no juízo de Soure*, 1855, Arquivo Particular Doutor Carlos Morão de Paiva.

[276] "*item. logo hi acerqua tem huua pequena de herdade antre as herdades da quintaa e casaes da Telhada que parte com os ditos cassaes e quintaa*". Tombo de 1508, p.20.

[277] Temos, como vimos, notícia de outras quintas, igualmente ligadas a famílias que ocupam cargos concelhios ou militares, como a Quinta das Mariscas, do escrivão da câmara Tomé Velho, e outra, não localizada, do capitão Luis Manhos de Abreu que é referida sempre pelo nome do proprietário sem indicação toponímica. Existia também na época a quinta de Baixo, com uma

Não seria fácil criar uma quinta na fragmentada paisagem agrícola. É natural que as mais antigas granjas da Ordem, como S. Tomé, fossem especialmente cobiçadas, sobretudo se tinham ermidas antigas. Mas nem todas as granjas com potencial para servirem de residência nobre foram utilizadas. É o caso da granja de S. Pedro da Várzea onde existia, e existe ainda, uma ermida do século XII. Na época de que nos ocupamos, S. Pedro tem uma função puramente agrícola fazendo parte das muitas terras que, na várzea do Anços junto à vila, constituem uma parte importante da comenda de S. Pedro da Várzeas. Por alguma razão que não nos é clara, nenhuma das famílias de importância do século XVII e XVIII se fixou aqui. O mesmo se passou com a ermida de S. Mateus e habitações anexas, que sendo cabeça de comenda nunca se transformou numa quinta de família como S. Tomé ou a Capa Rota[278].

---

capela manuelina que se conserva (Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op.cit.*, p.225), mas aparentemente não era residência familiar neste período. A partir de 1717, Manuel Rodrigues e Joana Baptista, que residiam antes no Casal do Livreiro (topónimo que não localizámos), passam a habitar na quinta de Baixo "*que pertence a Rodrigo Homem de Quadros*" de que Manuel Rodrigues era caseiro (baptismos de 27-5-1717 e 21-5-1719).. Rodrigo Homem de Quadros era nessa altura o herdeiro da Quinta da Telhada.

[278] No caso de S.Mateus, contudo, havia outros impedimentos, como sejam a importância das oferendas que decorriam da devoção em torno da ermida e cujo valor constituía uma renda para o comendador. De facto a ordem tinha direito "*A renda das ofertas e porta da egreja he da ordem asi das egrejas da villa como das hermidas do termo de que o dito Cabiido nom leva cousa alguma*", Tombo 1508, p. 33. Assim S.Mateus é espaço "público", com confraria, festa, e muitas oferendas. Quem habita as dependências anexas à capela é o ermitão, cuja

Contudo não devemos simplificar em demasia. Nem todas as famílias de notáveis tinham quintas. Uma das famílias que se encontrava no topo da nobreza residente era a dos Meneses, que tinham um solar perto do castelo, que Nogueira Gonçalves ainda descreve no *Inventário Artístico* mas que infelizmente já desapareceu[279]. Os Meneses não têm nenhuma quinta fora da vila, talvez porque só residem parte do tempo em Soure[280].

Inversamente há quintas que não são ocupadas como residências de prestígio na época que estudamos, como por exemplo a Quinta de Porto Coelheiro, apesar de sabermos que estiveram no passado nas mãos de membros da nobreza[281].

As famílias que referimos têm simultaneamente quinta no campo e residência na vila. As casas urbanas são por vezes de grande porte, como era, e ainda hoje é, a casa dos Soares Coelho

---

função deverá incluir recolher as ofertas, funcionando assim como uma espécie de rendeiro do comendador.

[279] Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op.cit.*,p.223.

[280] Os Meneses residiam alternadamente em Lisboa e Soure, como se detecta nos registos paroquiais. D.António de Meneses aparece oito vezes em registos como residindo em Soure e outras oito como residindo em Lisboa. No baptismo de 12-11-1698 o pároco registou "assistentes na vila e moradores em Lisboa".

[281] Segundo Maria Helena da Cruz Coelho seria uma propriedade do Cabido aforada em 1344 a Pero Martins Alcoforado, *op.cit.*,vol.I, p. 532,n. 4.

junto da Igreja matriz[282]. Paulo Ribeiro Cabral, da Quinta de S.Tomé, tinha igualmente casas na vila[283]. Conhecemos um pouco melhor o caso de Diogo Homem de Quadros, ascendente de Manuel Homem de Quadros, da quinta da Telhada. Por inventário elaborado para efeitos de partilha em 1648 foram avalidos os bens móveis que constavam da sua casa em Soure em 104.800 réis e os móveis na quinta da Telhada em 80.000 réis[284]. A dupla residência justificava-se não só por questões de prestígio mas também de ordem prática. Algumas destas famílias são proprietárias de cargos que implicam permanência constante na vila. As quintas distam, por vezes, 4 ou 5 quilómetros da sede de concelho, o que justificava uma segunda residência, tanto mais que, para muitos desse cargos, o despacho normal era feito na residência pessoal do titular.

O investimento nas quintas tem, assim, uma marcada vertente simbólica. Não são apenas as vantagens económicas de explorarem estas propriedades que leva os notáveis locais a investirem nelas, apesar de algumas, como a Quinta da Cruz, aparentarem estar bem equipadas em infraestruturas agrícolas. Pelo contrário, a natureza temporária do aforamento em vidas, apesar de renovável, instaurava um precaridade incómoda, como o episódio da Quinta dos Anjos demonstra. Antes parece-nos corresponder a uma tentativa de materializar a ideia de "casa"

---

[282] Gonçalves, António Nogueira; Correia, Virgílio, *op.cit*, p.223, referida como "*a grande casa do coleccionador de Arte, Dr. Francisco Morão de Paiva*".

[283] AMS,*Tombo dos bens do concelho da vila de Soure*, de 1767.

[284] ASCMS,*Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais que deixou Dona Isabel da Silva a Santa Ca[za] da M.ia desta vila de Soure...*,, fol.14

num espaço de prestígio à imagem do solar tradicional[285]. Pela natureza do povoamento e do carácter tardio da chegada destas famílias à zona, a inscrição no território tem de jogar com constrangimentos de vários tipo. É provável que as quintas fossem rentabilizadas em regime de exploração directa pelos seus proprietários, através de trabalhadores assalariados residentes. Isso explicaria a referência a "caseiros" e "feitores" de "alguém" na documentação e também o número de baptismos que ocorrem nas quintas sem relação com as famílias que as detêm.

2.3.5. A EXPLORAÇÃO DIRECTA DA TERRA: CINCO CASAIS DA MISERICÓRDIA.

Devido às características da paisagem agrícola e ao modo como esta determina a relação do povoamento com a exploração da terra, a forma preferencial de organização da propriedade é o casal, de que a quinta é, por vezes, a versão de "luxo". Assim, um casal completo, com terras de vários tipo e infraestruturas adequada, constitui a unidade de apropriação ideal para efeitos de exploração directa da terra. Como referimos acima, nos séculos XVII e XVIII, muita propriedade do ponto de vista jurídico não está integrada em casais. A tendência natural da divisão de propriedade causada pela partilha de heranças fragmenta as unidades originais. Em cada momento, os que exploram a terra tentam contrariar esse movimento, emparcelando por compra e

---

[285] Monteiro, Nuno Gonçalo, *Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*, in Mattoso, José (Dir.), História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 333-379.

salvaguardando o seu esforço vinculando a propriedade[286]. Encontramos, apesar disso, exemplos de casais completos de terras próximas e infraestruturas no século XVII e XVIII, e outros já completamente fragmentados por vários foreiros[287].

Exemplos de ambos os tipos colhem-se nos cinco casais que couberam à Misericórdia de Soure por testamento de D. Isabel da Silva feito em 1612, mas que só em 1648, depois da morte de Diogo Homem, marido da testadora, chegam às mãos da Santa Casa.

Estas propriedades são muito significativas, por variadas razões. Para além do exemplo de legado pio e da sensibilidade religiosa subjacente à sua doação à Misericórida, estes cinco casais tocaram a vida de muitas pessoas em Soure. Dos seus foros e rações saíam os 15.000 réis com que anualmente se dotava uma órfã para casar. Como vimos na primeira parte, por uma volta perversa e caprichosa do destino, esse valor serviu para quantificar a compra de uma virgem, a compensação aceitável pela honra perdida de quem não mais tinha que a honra para perder. Mas vimos também que, noutros casos, esses quinze mil réis fizeram provavelmente a diferença entre uma vida decente e os compromissos morais da pobreza.

---

[286] Sobre a problemática dos legados pios e a mentalidade subjacente ver: Araújo, Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Coimbra: [s.n.], 1995. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra..

[287] Em 1720 elencaram-se em Soure 128 vínculos sob a forma de capelas (AUC, *Roteiro das capelas do arcediagado de Penela*, III/D, 1,4,2,3, fol. 29-31).

No contexto que agora nos preocupa, estes cinco prazos permitem penetrar um pouco melhor nos modos de exploração agrícola. Apesar de serem apenas cinco, os casais abrangem formas variadas da tipologia destes prédios, quanto à composição, qualidade das terras e tipos de foreiros, desde o membro da elite local até aos camponeses que deles fariam a sua vida.

Como constituíam um legado com obrigações específicas, em termos de missas e do dote das órfãs, a Misericórdia manteve uma contabilidade separada dos rendimentos que deles auferia, durante um período de perto de 60 anos, entre 1650 e 1708. A partir desta última data as contas passaram a ser englobadas com o resto das rendas da Misericórdia. Enquanto as contas estiveram separadas, o mordomo registou anualmente a quantidade de frutos recolhidos em cada casal e quanto rendeu a sua venda em dinheiro. O grau de detalhe das informações varia de ano para ano, sobretudo na especificação das quantidades dos diferentes cereais que foram arrecadados. Mas o que temos é suficiente para termos uma ideia da evolução dos preços e a da posição relativa das várias culturas no rendimento global destas propriedades. Estas informações foram registadas num livro próprio onde se lançavam esporadicamente outras informações como novos aforamentos, encabeçamentos, petições dos caseiros e informação avulsa[288].

---

[288] ASCMS, *Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais que deixou Dona Isabel da Silva a Santa Ca[za] da M.ia desta vila de Soure...*, inclui a transcrição do testamento num treslado dos autos de inventário e partilhas feito por morte de Diogo Homem em 1648.

Podemos completar esta informação com o tombo de 1787 que nos fornece, para alguns dos casais, a sua composição em termos de terras[289]. Como habitualmente, temos o pano de fundo dos registos paroquiais e outras fontes que nos permite, por vezes, contextualizar a informação nominal. Nos mapas das figuras 13 e 14 estes casais estão assinalados com um rectângulo, embora no caso de um deles, conhecido por Casal do Penedo, existam propriedades dispersas em vários pontos afastados.

No acto de partilhas de 1650 temos uma breve descrição das propriedades e do seu valor estimado:

- Casal de Alencarce, com foro de 3 alqueires de trigo, 4 galinhas e uma dúzia de ovos e o quinto da produção, aforado perpetuamente e repartido por muitos caseiros - valor 400.000 réis
- Casal do Penedo, com foro de 2 alqueires de trigo, 2 de segunda, 4 galinhas e duas dúzias de ovos, com rações de terço, quarto e quinto conforme o tipo de terras, e metade do azeite, aforado em três vidas - valor 270.000 réis.
- Casal dos Bonitos, no rio Arunca, paga de foro 2 alqueires de trigo, três galinhas, duas dúzias de ovos e o quinto das terras de monte e o quarto das terras da ribeira, aforado em três vidas - valor 50.000 réis.

---

[289] Nalguns casos parece-nos que o casal original foi dividido em prazos distintos.

- Casal do Rei (Melriçal), paga de foro 1 alqueire de trigo, duas galinhas e uma dúzia de ovos, paga o quinto da produção, aforado em três vidas - valor 40.000 réis.
- Casal no Pinheiro que paga de foro um alqueire de trigo e uma galinha e um quinto da produção, aforado em três vidas - valor 25.000 réis.

Como se vê pela fraca relação existente entre os foros, proporção da ração e tipo de aforamento e o valor determinado pelos louvados em 1648, o factor determinante no rendimento de um casal só pode ser o que vem do valor da produção que cabe ao senhorio e que depende obviamente da área e produtividade das terras. Iniciaremos esta secção com uma descrição um pouco mais detalhada de cada prazo e examinaremos depois o tipo de rendimentos que produziam.

Estas propriedades reaparecem no tombo de 1787[290]. O Casal de Alencarce é descrito como *"Casal com casas, terras de pão, oliveiras, pinheiros, carvalhos, vinhas e mais árvores de fruto e sem ele"*. A confrontação tem 32 items e é feita num único circuito, pelo que se depreende serem as terras enumeradas confinantes, excepto três pedaços de terra descritas em separado mas que não somam mais que 3,5 alqueires de semeadura. O Casal tinha sido aforado perpetuamente em 1530 por Manuel da Silva, que supomos ser um ascendente de D. Isabel da Silva, a Luís Alves e mulher pelo foro que ainda tem em 1648 - 3 alqueires de trigo, 4 galinhas e uma

[290] ASCMS, *Tombo das rendas da Misericórdia da vila de Soure.*, fol. 643 e ss.

dúzia de ovos e o quinto da produção[291]. Nos 120 anos que medeiam entre o aforamento original e a atribuição do casal à Misericórdia o número de caseiros multiplicou-se. São 21 quando a Santa Casa cobra os primeiros foros e rações em 1650 e 42 quando se faz repartição do foro e encabeçamento em 1694[292]. A Santa Casa necessita, por isso, de encabeçar periodicamente o casal para ter um interlocutor responsável pelo foro colectivo e pela colheita da ração promovendo a divisão daquele em parcelas[293]. Os foreiros do Casal são moradores na aldeia de Alencarce de Cima ou lugares limítrofes. Temos assim uma propriedade que, do ponto de vista da sua composição, está próxima da ideia original de casal, com terras de vários tipos, incluindo casas e pinhais, mas que se encontra em processo de multiplicação de caseiros, criando dificuldades na arrecadação das rendas e provavelmente com efeitos prejudiciais à produção.

O casal do Penedo corresponde a um modelo bastante distinto deste[294]. Em primeiro lugar, sob a designação de "Casal", temos um prédio que engloba terras afastadas em quatros núcleos: o centro

---

[291] O aforamento original está no *Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais* ... a fólio 46.

[292] Não sabemos se os foreiros originais faziam a exploração directa do casal que aforaram em 1530. O certo é que o número de caseiros se multiplica até chegarmos a 1650.

[293] ASCMS, *Livro da Receita e Despeza dos Cinco Casais*..., fol. 48, e de novo, em 1694 a fol.159v. Sobre o encabeçamento ver Neto, Margarida Sobral, *op.cit*...., p. 80-98.

[294] ASCMS,*Tombo das rendas da Miswricórdia*...., fol. 89v e ss., onde aparece com o nome de Casal do Espírito Santo.

do casal, perto do lugar do Espírito Santo, composto de "*casas, pomar, terras de pão, matos e mais árvores de fruto*", travessas no campo de Vila Nova de Anços do lado da Quinta de S. Tomé, outras do lado da Gesteira e, finalmente, algumas terras na ribeira dos Casalinhos, na margem esquerda do Arunca, a sul da vila. As terras do campo, que somam 30,5 alqueires de semeadura e 40 homens de cava deviam ser valiosas. Pagavam-se de 1/3 da produção. Em 1650 este casal estava aforado a Manuel Francisco de Morais. Passará depois à mulher, Damiana Colaço e em terceira vida ao filho de ambos, Vicente Colaço de Morais, capitão das ordenanças de Soure, que, na sequência de um pedido da mãe, obtém a comutação da ração variável de terço, quarto e quinto, conforme as terras, num foro fixo, alegando, como vimos anteriormente, problemas com as inundações e a dispersão das parcelas[295].

Os Colaço de Morais eram uma família de capitães de ordenança, juízes dos órfãos, beneficiados da colegiada de Soure e provedores da Misericórdia. O seu interesse no casal pode ter uma lógica de emparcelamento, no que diz respeito à parte do Espírito Santo, uma vez que sabemos que tanto Vicente, como o irmão, João Colaço de Morais, residiam aí e em Soure, simultaneamente, seguindo o padrão que referimos anteriormente em relação às famílias das quintas[296]. O prédio ficará na família até ao final do século XVIII, a avaliar pelo nome do enfiteuta em 1787, Manuel José Colaço. Confronta nessa altura este casal com José de Sousa

---

[295] ASCMS,*Livro da Receita....*, fol. 165v.

[296] Informação retirada dos registos paroquiais.

Pimentel, que é neto de João Colaço de Morais[297]. De modo que os Colaço teriam provavelmente uma quinta confinante com este bem da Misericórdia e vão conservá-lo por 5 gerações[298].

O terceiro casal a merecer a nossa atenção é o casal dos Bonitos, também designado dos Caldeiros. Situando-se a sul, perto da localidade dos Simões, era constituído por um conjunto de propriedades próximas, mas não confinantes, segundo o tombo de 1787[299]. Era aforado a um único enfiteuta e é de todos o que mais de perto corresponderia ao casal típico se não fora a pobreza das terras que se adivinha nas dificuldades de o reaforar quando este vaga em 1690, por morte de Luís Ferreira, que o possuía em terceira vida. O herdeiro natural, com o mesmo nome do pai, não mostrou interesse no prédio. A Misericórdia teve, por isso, de lançar pregões públicos anunciando a vacatura em Novembro de 1690. Não devem ter aparecido muitos concorrentes, porque só em Janeiro de 1691 surgiu um genro do último enfiteuta,

---

[297] Pelos processos de ordenação sacerdotal sabemos que a filha de João Colaço de Morais, irmão de Vicente, de nome Maria da Silva, teve um filho chamado Luís José de Sousa Pimentel, que inicia carreira eclesiástica em 1796 — AUC, *Processos de ordenação sacerdotal*, caixa 1122, processo 15.

[298] No fim do reaforamento deste casal a Vicente Colaço de Morais, em 1694, foi adicionada uma nota em 1811 assinada por um Frei Luís José de Castelo Branco, que se identifica como sobrinho do enfiteuta de 1787, Manuel José Colaço. Frei Luís relata nessa nota como por morte do tio tentou em vão aforar o casal à Misericórdia que acabou por o dar a outra pessoa, com visível amargura do autor da nota. ASCMS,*Livro da Receita....* fol. 170.

[299] ASCMS, *Tombo de 1787, cit.* fol 118 e ss.

candidatando-se ao casal que lhe é prontamente aforado[300]. Temos dificuldade em reconstituir o casal original, porque em 1787, aparentemente, o prédio está separado em prazos diferentes.

Os dois casais restantes, situados no Casal do Rei e no Pinheiro não são verdadeiramente "casais". O primeiro inclui uma terra com matos e pinheiros e outras com oliveiras, não ultrapassando tudo os 8 alqueires de semeadura. O casal do Pinheiro, se o identificámos bem no tombo de 1787, onde aparece com o nome de Vale Louro, é uma única terra com olival que levaria alqueire e meio de semente[301]. A exiguidade destes prédios reflecte-se nos rendimentos que constituem a parte magra do total arrecadado.

Estes cinco casais renderam à Misericórdia entre 17.440 réis (1652) e 77.400 réis (1702) com um valor médio que ronda os 38.000 réis. Devemos analisar os números com cuidado. Apesar de estarmos perante um caso de administração directa, por parte da Misericórdia, temos abundantes indícios de que os valores reportados não representam uma imagem exacta da realidade da produção. Por vezes ficamos com a impressão de que há uma expectativa de rendimento a que o mordomo corresponde, funcionando como uma espécie de "rendeiro" sem o ser. Por outro lado nem sempre os valores produzidos pelos casais

---

[300] ASCMS, *Livro da Receita....* fol. 144-145

[301] ASCMS,*Tombo de 1787*, fol.54. Nas cartas militares de 1958 temos o topónimo Vale Ouro perto do Pinheiro. Como cartografámos a maioria dos bens da Misericórdia restou-nos esta terra em Vale Louro como único bem próximo do Pinheiro.

correspondem ao que sabemos dos seus tipos de terras, como no caso do Casal do Penedo que tem vinhas para 40 homens de cava e não paga ração de vinho. Rendas em azeite aparecem esporadicamente. A mesma coisa com o linho, de que não se colhe ração durante anos seguidos (1658-1665, por exemplo). Apesar destas variações, o rendimento global varia pouco. Pensamos que os mordomos fazem "composições" com os enfiteutas, que no caso do Casal do Penedo, são pessoas bem relacionadas dentro da própria Misericórdia, trocando rações de um produto por outro e garantindo um rendimento global relativamente estável. Para complicar um pouco mais a análise, as regras da "contabilidade" da Misericórdia mudam, juntando os casais de menor valor às contas gerais da Santa Casa (anos 1681 a 1695), ou arredando a arrecadação de Alencarce, que deveria ser o casal mais trabalhoso pela multiplicação de caseiros (a partir de 1670, voltando a administração directa posteriormente) e, finalmente, com a passagem do Casal do Penedo a foro fixo, sem ração.

A primeira observação diz respeito à composição do cereal de segunda. Sempre que as contas o discriminam, apercebemo-nos que a esmagadora maioria do cereal de segunda é milho. Em 1658, na primeira descriminação global aos cinco casais, o milho constitui 168 dos 215 alqueires de cereal de segunda (78%), a que se acrescentam 16 de cevada e 32 de centeio.

A segunda constatação diz respeito à composição dos vários produtos arrecadados. Deixando de fora os de menor significado, vemos que grande parte da produção de cereal é de segunda, cerca de 9600 alqueires comparados com 2600 de trigo, o que significa que 78% do cereal é do primeiro tipo. Isso demonstra que

apesar do valor superior do trigo, este cereal raramente é responsável por mais de 30% dos rendimentos da Misericórdia.

A terceira observação relativiza esta última. Apesar de constituir apenas cerca de um terço das receitas, o trigo influencia de forma drástica o rendimento global das terras, porque o seu preço "arrasta" o preço dos outros cereais. Quando o trigo encarece, todos os cereais encarecem e quando o preço do trigo desce, o preço dos outros cereais desce também. Assim, existe uma correlação muito forte entre o preço do trigo e o rendimento global e essa relação é verdadeira mesmo quando se produz, sobretudo, milho.

Estas três conclusões estão ilustradas nos gráficos da figura 15

A um nível mais geral, estes cinco casais fornecem-nos uma imagem dos constrangimentos concretos que se punham na exploração directa da terra. A propriedade encontrava-se associada a unidades de arrecadação de rendas, denominadas aqui casais, que poderiam ter características muito diversas. A forma de apropriação deste tipo de recursos era igualmente variada. Podiam ser associadas a estratégias de emparcelamento e rentabilizadas por famílias que geriam outro tipo de recursos de forma coordenada, como os Colaços acima referidos. Poderiam, por outro lado, servir de base a um agregado familiar, como no caso do Casal dos Bonitos, que é transmitido em segunda escolha a uma filha do último enfiteuta que, não fora a desistência do irmão mais velho, não teria hipótese de herdar.

2.3.6. Cargos e ofícios locais

A administração local fornecia uma fonte de recursos importante. Tal como a terra e as várias formas de apropriação que lhe estão associadas, os cargos exercidos localmente têm rendimentos e natureza diversa. A soma total do seu valor, calculado por António Manuel Hespanha, seria de 196.000 réis de rendimento total na primeira metade do século XVII, quantitativo baseado em estimativas feitas para fins fiscais[302].

Se considerarmos os cargos locais como recursos sobre os quais se constroem estratégias de apropriação, temos dois princípios organizadores distintos: a forma pela qual se chega ao cargo, ou seja, o seu mecanismo de apropriação; a natureza do cargo enquanto recurso, uma vez que nem todos produzem bens materiais directos sob a forma de dinheiro ou géneros.

Quanto ao tipo de apropriação podemos dividir os cargos em três categorias:

- cargos de eleição: os que são providos por um processo de escolha estritamente local;
- cargos de nomeação: os que são atribuídos por uma autoridade específica por um período de tempo limitado;

---

[302] Hespanha, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal no século XVII*, Rio de Mouro, [e.a.] 1987, vol. II, p.604.

- cargos patrimoniais: os que, uma vez obtidos por nomeação, ficam na posse do detentor que tem direito de designar sucessor, embora sujeito a confirmação régia;

Quanto ao tipo de recurso que os cargos geram a principal distinção é entre ofício remunerado e ofício honorário. O ofício remunerado é aquele que produz para o seu detentor um rendimento em forma de dinheiro, ou, em alguns casos específicos, de géneros. O ofício não remunerado apenas produz "honra", ou seja, distinção social que funciona como capital simbólico ou, em alguns casos, como vantagem ou privilégio palpável[303].

Os ofícios mais rentáveis, em termos directos, são de carácter patrimonial. É o caso do escrivão dos órfãos e do escrivão da câmara. O seu rendimento estimado em 1640 seria de 30.000 e 25.000 réis, respectivamente. O escrivão da câmara acumula em Soure as funções de escrivão da almotaçaria.

A seguir viriam os cargos de tabeliães de notas e do judicial e o de juiz dos órfãos, com rendimentos entre 10.000 e 12.000 réis anuais e também de carácter patrimonial.

Os cargos de almoxarife e juiz de direitos reais e respectivo escrivão têm, do ponto de vista da nomeação, um estatuto menos claro. Em 1714 Manuel Mendes da Fonseca obteve alvará para renunciar o ofício de almoxarife da mesa mestral de Soure em Manuel Soares Coelho[304]. Tinha recebido ambos os cargos,

---

[303] *As vésperas do Leviathan,...*, vol.Ip.227.

[304] ANTT, *OC, Livro 90*, fol.125v.

conjuntamente, em 1686[305]. Como vimos na primeira parte, alguma influência deveria ter o detentor no cargo na nomeação do escrivão respectivo, porque o protegido de Manuel Soares Coelho, Manuel Gonçalves Vargas, aparece logo no cargo de escrivão. Estes cargos renderiam 3600 réis, no caso do almoxarife e 6000 réis no caso do escrivão, acrescidos cada um de 2 moios de trigo e duas pipas de vinho, o que compunha consideravelmente o rendimento[306].

Finalmente, os ofícios de escrivão das sizas e partidor dos órfãos renderiam, respectivamente, 4000 e 2000 réis anuais[307]. O ofício de partidor aparece-nos nas Chancelarias, parecendo ser um cargo de nomeação por mercê, eventualmente apropriável de forma transmissível[308]. Com estatuto semelhante encontramos o cargo de medidor do celeiro e terras da vila[309].

Este conjunto de cargos instituía-se em património familiar. Nas chancelarias encontram-se pedidos de transmissão via feminina de ofícios deste tipo, que serviam para compor os dotes. Acedia-se, assim, a estes recursos quer por herança, quer por aliança matrimonial.

---

[305] ANTT, *OC, Livro 66*, fol. 313.

[306] Ver supra a evolução do preço do trigo. Um móio corresponde a 64 alqueires.

[307] Continuamos a utilizar os dados publicados por A. M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*.... vol. II, p.604.

[308] ANTT, *OC, Livro 12*, fol. 308v e *Livro 28*, fol. 261v.

[309] ANTT,*OC, Livro 23*, fol. 284.

Distintos eram os cargos de eleição local. Os mais significativos destes são os militares. Soure tinha duas companhias de ordenança o que fornecia duas capitanias que nos parecem ser cargos procurados com intensidade.

Em 1688 teve lugar a eleição de novo capitão para uma das capitanias que se encontrava vaga pela morte de João de Seabra Jacques[310]. O capitão-mor Paulo Ribeiro Cabral enviara uma carta à Câmara a 21 de Maio, anunciando a vacatura do lugar e mandando que se lançassem pregões para eleição daí a três dias, domingo 23 de Maio. A Câmara responde que existe o costume antiquissimo na vila de se apregoarem as eleições com pelo menos oito dias de antecedência. Com efeito a eleição só terá lugar no dia 7 de Junho. Na presença do capitão-mor, como mandava o regimento, foi lida uma carta do Duque de Cadaval onde se alertava o capitão-mor para "evitar os subornos que de ordinário sucedem em semelhantes eleições".

Apareceram quatro concorrentes. Sebastião Colaço Leitão, alferes de uma das companhias, afirmou que já um seu avô subira de alferes a capitão, como o tinha feito o seu cunhado João de Seabra Jacques, último ocupante do cargo. Luís de Seabra Jacques, filho do capitão falecido e parente do anterior candidato, defendeu que era um dos homens principais da vila e filho de capitão. Finalmente, António Lopes de Oliveira alegou que era o alferes da companhia vaga. Manuel Soares Coelho também concorreu mas não ficou registo dos seus argumentos.

O resultado foi de 39 votos para António Lopes de Oliveira, quatro para Manuel Soares Coelho, 64 para Sebastião Colaço

---

[310] AMS, *Acórdãos 1687-1690*, fol. 18v e 20v.

Leitão e 13 para Luís de Seabra Jacques. No total votaram 120 eleitores o que nos parece um número bastante significativo. Como vimos, o cargo não foi transmitido para o filho, que concorreu, mas ficou de qualquer modo nas mãos da parentela próxima.

A recusa da Câmara em efectuar a eleição com pregões tão curtos deve reflectir os interesses fortes que se desencadeariam nestes casos, sendo necessário tempo para eventuais negociações prévias e assegurar a presença de votantes favoráveis.

2.3.7. Cargos eclesiásticos

Embora Soure tenha uma colegiada com seis beneficiados, não seriam cargos de fácil apropriação por membros da população local. Providos por concurso aberto, como acontecia em outras ordens militares, deveriam estar sujeitos a forte procura, o que impediria a sua acumulação na mão das famílias locais, ao contrário dos cargos civis[311]. Encontramos, apesar disso, beneficiados da colegiada de Soure que fazem parte das famílias locais, mas são poucos[312]. Para além da colegiada e do vigário, a

---

[311] Ver: Olival, Fernanda, "Os concursos destinados às capelanias da Ordem de Avis a Sul do Tejo (1680-1689)" in *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre, 23-25 de Novembro de 1994*, Associação dos Professores de História, Lisboa, 1996.

[312] Para 20 beneficiados de que temos notícia em Soure entre 1680 e 1720 só encontramos quatro nos processos de ordenação de clérigos oriundos de Soure, com dois nomes adicionais que levantam dúvidas de identificação. Se utilizarmos as poucas colações que pudemos encontrar temos mais 17

Igreja de Soure tinha ainda um capelão de nomeação régia, designado por capelão del-rei. Nas chancelarias encontramos documentos de provimento de vigário, beneficiados e capelães e a estes se devem limitar os cargos eclesiásticos de nomeação externa.

Entre os cargos eclesiásticos de nomeação local encontrava-se o capelão da Misericórdia, nomeado pela Mesa. Tinha como obrigação rezar uma misssa quotidiana e de acompanhar a bandeira da Santa Casa. Deveria fazer-se substituir às suas custas sempre que não pudesse cumprir a sua obrigação. Recebia todos os anos 130 alqueires de trigo, quatro alqueires de azeite, 64 almudes de vinho e 2500 réis em dinheiro[313]. Em 1701, por morte do capleão Manuel de Morais, a Mesa decidiu diminuir o ordenado antes de prover de novo o cargo, retirando 30 almudes de vinho, com a alegação que, não os tendo a Misericórdia das suas próprias rendas, os costumava pagar em dinheiro[314]. O lugar era suficientemente apetecível para que 4 concorrentes preteridos pela Mesa em 1684 tenham apelado ao Desembargo do Paço alegando que competia àquele órgão apresentar o capelão da Misericórdia, tendo a Mesa que justificar o direito, no que teve

beneficiados em que dois são oriundos de Soure. AUC, *Caixa de Colações,* III/D, 2, 1, 4, 5.

[313] Actos de nomeação de capelães, que especificam o ordenado em ASMS, *Livro de Eleições e Actas da Mesa, 1683-1723,* fol. 3 e fol. 38-38v.

[314] *Ibidem,* fol. 63.

sucesso[315]. Os capelães da Misericórdia de que temos conhecimento, em número de três, eram todos oriundos de Soure.

A grande quantidade de propriedades vinculadas sob a forma de capelas que existia em Soure deveria também fornecer uma quantidade significativa de missas de aniversário, originando rendimentos para o clero local[316]. Os administradores dos vínculos tinham a possibilidade de distribuir esse serviço por eclesiásticos do seu agrado[317].

Em certas quintas, como já vimos, havia capelas e ermidas[318]. Como normalmente nessas famílias alguns dos filhos seguiam a carreira eclesiástica, é possível que clérigos da família se ocupassem de oficiar na capela privada, em especial as missas de

---

[315] A justificação foi feita por um desembargador da Mesa da Consciência e das Ordens, António Tavares de Carvalho, ASMS, *Livro de Eleições e Actas da Mesa, 1683-1723*, fol. 4-11v.

[316] Numa lista de legados pios do Arcediagado de Penela enumeram-se 128 capelas em Soure totalizando 685 missas anuais. Ver: AUC, *Roteiro das Capelas do Arcediagado de Penela* [1720], III/D,1,4,2,3. Este documento está associado à fiscalização do cumprimento dos legados pios pelo visitador.

[317] As ordenações filipinas indicavam que os administradores das capelas podiam nomear os capelães para satisfazer as obrigações associadas. As nomeações deveriam ser por períodos de 3 anos (Ordenações Filipinas, Livro I, tít. 62 § 53). O padre Lopo Nunes Pinto, de Soure, é referido num baptismo como "capelão da capela que institui Rodrigo de Parada", em 15-12-1689.

[318] Na justificação que a Misericórdia fez ao Desembargo do Paço sobre o direito de apresentar capelão na sua Igreja, faz-se o seguinte paralelo *"[este direito de nomear o capelão] vem a ser o mesmo que qualquer pessoa de qualidade que tem oratório em sua casa ou alguma ermida que elege um clérigo que vulgarmente se chama capelão para lhe dizer missa nos dias de festa e nos mais que lhe parece"*, ASCMS, *Livro de Eleições e Actas da Mesa, 1683-1723*, fol. 6v.

aniversário dos ascendentes, alguns dos quais aí estavam sepultados. Temos, contudo, notícia que na Quinta da Telhada se mantinha um capelão privativo que aparentemente não tem relação com a família, e que João da Costa de Vasconcelos também teria um capelão particular[319].

[319] O padre Luís Machado é referido como capelão de João da Costa de Vasconcelos no casamento deste em 6-11-1712. Francisco Marques, capelão de Manuel Homem de Quadros e depois do filho Rodrigo, aparece várias vezes nos registos paroquiais, como por exemplo nos baptismos de 9-11-1710 e 13-1-1717.

2.4. ESTRUTURAS SOCIAIS

Depois do levantamento dos recursos e do modo como a sua apropriação decorre, estamos em condições de descrever em grandes traços a estrutura social.

A categorias sociais têm uma dimensão jurídica, material e simbólica. A dimensão jurídica vem das distinções que são definidas na legislação do reino, que especificam categorias e definem critérios de pertença[320]. Em segundo lugar encontramos

---

[320] Soares, Sérgio da Cunha - *O município de Coimbra da restauração ao pombalismo: poder e poderosos na Idade Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995, 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em especial todo o Livro II, p. 475-1126; Xavier, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, *A representação da Sociedade e do Poder* in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.121-145. *Estrutura Social de Coimbra no século XVI*. In *Actas do Simpósio Internacional do IV Centenário da morte de João de Ruão*, Coimbra, Epartur, 1982, p. 57-95. Magalhães, Joaquim Romero de, *A sociedade* In

distinções de ordem material decorrentes das capacidades diversas de acumulação de bens dentro do que, do ponto de vista jurídico ou simbólico, pode ser considerado a mesma categoria social. Finalmente, algumas distinções baseiam-se num plano simbólico que passa por mecanismos de reconhecimento social. Vemos esse processo à superfície no caso das eleições para as capitanias ou, como veremos adiante, para os escudeiros dos 24 onde cada candidato tem de fazer valer o seu "valor" por referência a um património de serviços próprios ou dos seus antepassados.

Um dos factores de inteligibilidade dos comportamentos que envolvem a afirmação de estatuto social é precisamente o diferente grau de precisão com que as classificações sociais utilizadas na época são definíveis pelos próprios contemporâneos. Por outras palavras, certas categorias parecem ser claras, com mecanismos de hierarquização interna simples, enquanto que outras são mais difusas, baseando-se em mecanismos de reconhecimento que necessitam de actualização constante e onde é muito difícil construir hierarquias internas. As elites locais, ligadas aos cargos concelhios, dependem fortemente dos mecanismos de reconhecimento social, porque se constituem precisamente como estado intermédio, distinto do "povo" e da nobreza de sangue[321].

Mattoso, José (Dir.), História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III, p.469-509.

[321] Monteiro, Nuno Gonçalo, *Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*. In Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.333-379.

O modo como as distinções sociais próprias da época nos chegam é muito diverso. De facto, a imagem que é dada da estrutura social depende da entidade que a constrói. Essas diferenças estão ligadas a factores de ordem jurídica ou regulamentar.

A Misericórdia, por exemplo, distingue os irmãos em duas categorias: os de maior condição e os de menor condição. O compromisso da Misericórdia dá algumas especificações adicionais sobre os irmãos de menor condição, como o de terem que possuir tenda se forem de ofício. A aceitação de irmãos não implica a sua classificação imediata. Os candidatos a irmãos fazem um requerimento à Mesa candidatando-se a um lugar vago. São admitidos sem que exista qualquer relação entre o seu estatuto social e o do anterior detentor do cargo. A distinção social não é feita, assim, explicitamente à entrada para a confraria, o que estará ligado ao facto de o compromisso não estipular quantos irmãos de maior e menor condição deveria haver[322].

---

[322] A Misericórdia de Soure tinha 150 lugares de irmãos, até 1715, quando foram aumentados para 200 (decisão da mesa em fol. não numerado no fim do livro do compromisso). Segundo o compromisso "*Não há número certo de Nobres e oficiais que como é tão limitado o da gente nobre e se estende a todo este termo a irmandade no qual são todos homens de trabalho se não pode nunca guardar igualdade nesta parte*", ASMS, *Compromisso de 1684*, fol.1. Este compromisso foi elaborado por ser ter perdido o inicial onde, segundo referência que é feita, o número de irmãos seria 100. Na Misericórdia de Setúbal os irmãos eram separados logo na aceitação. Ver: Abreu, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 131-142.

Só vemos na documentação a distinção a ser feita no momento da eleição da mesa. A eleição da mesa era da responsabilidade de um colégio eleitoral, eleito, por sua vez, pelos irmãos presentes no dia das eleições. Ao escolherem os eleitores os irmãos distinguiam os de maior e menor condição. Assim, a classificação dos irmãos faz-se discontinuamente, em ocasisões concretas. Isso permite que se instale alguma flutuação, como vimos no caso de Manuel Gonçalves Vargas. É designado eleitor de menor condição, mas é chamado posteriormente a substituir na mesa um irmão de maior condição. Talvez nestas oportunidades fortuitas se conseguisse passar de uma categoria a outra de um modo irreversível. O mais certo, contudo, é que fosse difícil mudar de estatuto numa vida e que a ascensão ocorresse entre gerações, sobretudo através da carreira das letras.

Um primeiro grupo social que se individualiza é o dos comendadores, inserido na nobreza de projecção nacional. Entre eles encontramos os Condes de Soure (comenda de S.Pedro), os Saldanhas, que mais tarde, com D.José, serão Condes da Ega (Alcaidaria-Mor e comenda de Alencarce), os Condes de Vila Maior — Marqueses de Alegrete (Comenda dos Lagares) e os Condes de Unhão (comenda de S.Mateus)[323]. É um grupo ausente cuja presença se faz sentir apenas pelos seus representantes no território, procuradores ou rendeiros, que lhes pedem, ocasionamente, que sejam padrinhos de um filho. Nunca ocorrem em pessoa nesses actos, passando procurações. A sua importância

---

323 Ver, acima, nesta parte, o capítulo sobre as comendas da Ordem de Cristo.

na vida local passa evidentemente pelo poder que a sua ausência coloca nas mãos dos que os representam.

No cimo da hierarquia local temos famílias como os Melo e Ataíde e os Meneses, com residência parcial em Soure. Estes últimos são os únicos que têm tratamento de "Dom". São os provedores mais desejados da Misericórdia. Estão distantes das elites locais ligadas aos cargos concelhios, onde nunca participam.

O nível seguinte é o das famílias das quintas, como os Quadros e os Cabral e Vasconcelos. Estes últimos detêm o cargo de Capitão-Mor e os primeiros ainda nos aparecem como vereadores. São famílias com uma inserção local mais forte do que o estrato anterior. Detectamos esse facto pelo investimento que fazem em propriedades no concelho. Os seus rendimentos devem ter uma forte componente de origem agrícola, quer pelas quintas e propriedades que exploram directamente, quer pelas rendas das que possuem disseminadas pelo território. É comum aparecerem a emprestar dinheiro a juro nas escrituras notariais.

O nível dos detentores dos cargos locais revela uma série de famílias estreitamente ligadas, por estratégias que visam a concentração de ofícios patrimoniais e acumulação do qualidade que os serviços trazem. Dependendo de cargos de eleição, são os que necessitam mais de cultivar um capital simbólico que se traduza em reconhecimento social, ou de alimentar clientelas. Reencontramos os membros deste grupo na Misericórdia entre os irmãos de maior condição.

Este é um extracto verdadeiramente intermédio entre as famílias de maior qualidade das quintas e os níveis de origem mais popular. Neste contexto, o comportamento dos Ravasco é

exemplar. Como vimos nas reconstituições da primeira parte, os Ravasco têm estratégias em muitas direcções diferentes. Casam filhas com os Cunhas de Eça, o que os aparenta a uma das famílias de maior prestígio, os Melo e Ataíde da Quinta da Capa Rota. É um destes, Martinho da Cunha, que, juntamente com António Mendes Ravasco, lança o impedimento ao casamento de José da Cunha e Isabel. Nesse momento estão solidários, são do mesmo nível, salvaguardando os mesmos interesses. Estão na Câmara e na Misericórdia, entre os irmãos de maior condição. Estão nos arrendamentos das Comendas através de António Mendes, irmão da mulher de José da Cunha. Alexandre Mendes Ravasco tem um papel activo na gestão da Misericórdia. Casa, em segundas núpcias, com a filha de um lavrador, fazendo assim a ponte em direcção aqueles que não se distinguiriam pela qualidade mas pelas posses. Um filho deste Alexandre Mendes Ravasco, Sebastião, será beneficiado na colegiada de Soure. Deste modo elaboram um conjunto de estratégias a vários níveis do tecido social.

Os lavradores podem ambicionar a ligações com os níveis acima deles. João Rodrigues, do Sobral, é também exemplar. Irmão da Misericórdia a partir de 1686, tem um papel activo nos circuitos de apadrinhamento. Casa uma filha com Alexandre Mendes Ravasco e outra com João Homem da Cunha, filho bastardo de José da Cunha e Sá. A ocupação mais referida nos ascendentes dos ordenandos de Soure é lavradores, com 60 casos, o que significa

não só um intituito de ascensão social mas também, muito seguramente, um modo de preservar a propriedade[324].

Os trabalhadores sem terra apareceram-nos no fim dos circuitos de apadrinhamento e redistribuição. Na natureza desequilibrada dos amancebamentos, eles, juntamente com os almocreves, estão no fundo da hierarquia. Aproximam-se funcionalmente, nas nossas reconstituições, de pessoas como o barbeiro do Sobral, Manuel Rodrigues.

---

[324] Estatística elaborada a partir dos processos de ordenação sacerdotal do Arquivo da Universidade, 293 processos que incluem 149 menções de profissão nos parentes dos ordenandos.

3. MÉTODOS

3.1. As necessidades metodológicas e técnicas da reconstituição de comunidades históricas

3.1.1. Introdução

Nesta parte abordaremos os aspectos metodológicos e técnicos subjacentes aos conteúdos apresentados nas partes anteriores. Foi uma preocupação central desta investigação criar instrumentos e processos reaproveitáveis que rentabilizassem o laborioso trabalho de reconstituição de comunidades históricas. Esse objectivo baseava-se na convicção profunda de que o tipo de estudo que aqui se esboçou, alicerçado no cruzamento da informação nominal dispersa em várias fontes, é essencial ao esclarecimento da lógica interna de determinados processos históricos; e só não é uma abordagem mais frequentemente seguida, devido às dificuldades

técnicas de gerir de forma eficaz uma grande quantidade de informação multivariada.

Grande parte do investimento que está por detrás desta investigação foi dirigido para a construção dos "instrumentos" que pudessem facilitar e eventualmente vulgarizar uma abordagem microhistórica, que neste caso concreto assume a forma de uma "reconstituição de comunidades históricas".

O leitor a quem estas linhas se dirigem não é muito fácil de definir e, consequentemente, não é muito fácil de acertar o vocabulário e o estilo na exposição do que é de facto um labor interdisciplinar. Algumas secções desta parte serão bastante técnicas, do ponto de visto informático. Outras terão características mais genéricas. Todas, contudo, são fruto das preocupações concretas de um historiador e das suas necessidades ao nível de instrumentos de trabalho. Sem compreender essas necessidades e a problemática científica que estão por detrás delas não se entenderá a razão de ser das construções técnicas e metodológicas que se seguem.

Assim, para além do raro historiador com forte *background* informático, este capítulo serve dois públicos distintos e, infelizmente, muitas vezes estanques: o dos historiadores que queiram perceber um pouco mais detalhadamente como certo tipo de investigações podem ser informatizadas e o informático que, na posição de exercer o seu ofício num projecto historiográfico, queira saber como determinados problemas foram resolvidos.

Para facilitar uma abordagem parcelar, fornecemos um guia dos capítulos que seguem.

Este primeiro capítulo procura, sem entrar em grandes detalhes, enquadrar e definir os objectivos metodológicos que foram perseguidos aqui. Isso será feito a três níveis, sucessivamente mais específicos:

- um enquadramento geral que refere a inspiração teórica por detrás deste tipo de investigação histórica;
- uma definição, esperemos que clara, daquilo que caracteriza a abordagem microhistórica e em especial a reconstituição de comunidades históricas;
- finalmente, para fazer a ponte para os restantes capítulos, uma enumeração daquilo que se espera de um sistema informático que suporte a reconstituição de comunidades históricas.

O segundo capítulo trata da estrutura de uma base de dados especialmente pensada para a reconstituição de comunidades históricas. Nele são identificados os problemas com que habitualmente se defrontam os historiadores quando tentam usar programas de bases de dados com este tipo de dados; propõe-se uma estrutura genérica capaz de resolver esses problemas e descreve-se em detalhe o modo concreto de implementação dessa estrutura.

Este capítulo destina-se sobretudo a quem tenha a seu cargo o desenho e manutenção de bases de dados prosopográficas. Interessa a historiadores que pretendam ter uma visão das

questões informáticas envolvidas neste tipo de estudos. Alguns formalismos descritos poderão ter interesse genérico para quem esteja envolvido em modelização de dados, como, por exemplo o modo como se integrou o modelo orientado a objectos com o modelo relacional. Embora não inclua nada de transcendente, muitas secções deste capítulo revestem um aspecto bastante técnico.

O terceiro capítulo explica a forma como se processa a transcrição de fontes para a estrutura anteriormente descrita. Descreve-se uma linguagem de registo de dados pensada para facilitar a transcrição de fontes com percas mínimas de informação. Explica também como são traduzidas as fontes transcritas nessa linguagem e como o resultado da tradução é inserido na estrutura da base de dados. Este capítulo é útil para os historiadores que se queiram familiarizar com a metodologia de transcrição de fontes que aqui foi usada. Do ponto de vista mais técnico, descreve o funcionamento dos tradutores, programas informáticos que procedem à conversão de documentos próximos da fonte nos moldes de uma estrutura de base de dados relacional.

O quarto capítulo descreve o processo de cruzamento nominal, ou seja, a forma como as várias referências a pessoas, dispersas pelas várias fontes, são consolidadas em biografias. É porventura o capítulo mais complexo, ao descrever os procedimentos utilizados e a estatística por detrás do processo.

Estes capítulos, apesar de por vezes entrarem em detalhes técnicos, não explicitam os detalhes concretos de uma implementação informática específica. O seu objectivo é demonstrar os formalismos e algoritmos que estão subjacentes a este empreendimento, mas não descem ao detalhe de como implementar concretamente. Os apêndices exemplificam alguns elementos considerados mais significativos da implementação feita desses conceitos.

3.1.2. ENQUADRAMENTO GERAL

A justificação epistemológica da importância daquilo que chamamos, para simplificar, de perspectiva micro-histórica, já foi suficientemente feita. Um texto de referência, com título feliz, é o de Ginzburg e Poni, "il nome e il come" (o nome e o como)[325]. Preferimos, por nos parecer mais adequado ao espírito do investigador, chamar "abordagem nominalista" à tentativa de recolocar o indivíduo no centro metodológico da pesquisa, fazendo do labor de atingir o "como" (a explicação) essencialmente uma tarefa de seguir o "nome" (os indívíduos). Não se trata de antigas polémicas sobre humanismo e estruturalismo. Pelo contrário, esta abordagem é quase um pragmatismo científico. Entende que para compreender o que se passou é necessário perceber como os factos concretos foram perspectivados pelos actores históricos. Isso passa pela reconstituição da história de

---

[325] Ginzburg, C.; Poni, C. - *Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico.* "Quaderni Storici", ano 14, 1 (gennaio-aprile), 1979, p. 181-190.

vida de muitas pessoas. O objectivo final é sempre uma explicação coerente e satisfatória do modo de funcionamento de algum aspecto da sociedade passada, aspecto esse que pode ter contornos estruturais, institucionais e até abstractos[326]. A diferença aqui é que os indivíduos concretos envolvidos nesses processos e nessas estruturas tornam-se o objecto principal de focalização do interesse do historiador, convencido de que é nos indíviduos que se colhem os traços das grandes lógicas da História e que, inversamente, é pela interacção de pequenas e individuais motivações que se sustentam os grandes movimentos. A "abordagem nominalista", se nos é permitida a tentativa de fazer passar uma etiqueta ligeiramente provocante, é antes de mais uma exigência de inteligibilidade do "trabalhador de campo" e não uma formulação de teórico preocupado com os fundamentos filosóficos da sua ciência.

3.1.2.1. O QUE SE ENTENDE POR "RECONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES HISTÓRICAS" (RCH)

A forma pela qual a abordagem "nominalista" ou "micro-histórica" se manifesta neste trabalho é o da "reconstituição de comunidades históricas" (RCH). O conceito de reconstituição de comunidades históricas é antigo na historiografia. Na Grã-Bretanha, por clara inspiração das escolas antropológicas, o

---

[326] O nosso ponto de vista é idêntico ao subjacente à análise de alguns casos de bruxas em S.Martinho do Bispo: Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem "caça às bruxas": Portugal 1600-1774*. Coimbra, Faculdade de Letras, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, 1996. p.393-546.

conceito foi assumido como programa metodológico[327]. Existem exemplos marcantes dessa abordagem de cariz antropológico como Earls Clone e Terling[328] .

Uma reconstituição de uma comunidade histórica é uma tentativa de recolher e cruzar toda a informação sobre as pessoas que habitaram em comunidade um determinado espaço. Em princípio, assume-se que a comunidade sob observação tem uma certa coerência funcional, isto é, encerra em si mesma os principais mecanismos que permitem a sua auto-preservação e que, em consequência, a sua análise detalhada revelará a informação necessária para compreender o seu funcionamento interno. Os exemplos mais comuns, para o antigo regime, são a paróquia ou o município, espaços que organizam funcionalmente a vida dos indivíduos e que operam com relativa autonomia, pelo menos nas mais básicas tarefas do quotidiano (reprodução, produção de riqueza, exercício do poder, etc....).

Apesar da acepção espacial do conceito de "comunidade", muitas das técnicas e formalismos aqui descritos aplicam-se a interpretações mais alargadas e elásticas do conceito. Podemos centrar análises nominalistas sobre grupos sociais não

---

[327] Sobre a influência da Antropologia na História e as consequências dessa interacção no plano informático ver:Rowland, Robert -*L'informatica e il mestiere dello storico*. "Quaderni storici". Vol. 78 (1991), p. 693-720; *Antropologia, história e diferença: alguns aspectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

[328] Macfarlane, Alan, *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge, Cambridge University Press. 1977. Wrightson, Keith; Levine, David, *Poverty and Piety in an English Village. Terling, 1525-1700*. N.Y. : San Franc. : London: Academic Press, 1979.

necessariamente ancorados no espaço mas com uma coerência interna forte, construída sobre afinidades sociais e redes densas de relações recíprocas. Aí a "comunidade" designa um conjunto de pessoas, atributos, funções e relações que funcionam como um todo e que como um todo têm de ser compreendidas. É necessário, por isso, "reconstituir" o grupo na sua complexidade interna para fundamentar uma aproximação inteligível. Nesse sentido, o estudo de um grupo social é semelhante à reconstituição de uma paróquia ou de um concelho. A RCH é, por isso, muito próxima do conceito de prosopografia ou biografia colectiva[329].

Inversamente, são possíveis muitas abordagens de cariz globalizante, pelo menos ao nível da quantidade e variedade das fontes utilizadas, que não se enquadram dentro daquilo que aqui se designa por reconstituição de comunidades históricas. O exemplo mais claro será o da "monografia local" clássica, muitas vezes obra de eruditos locais, que funciona como enciclopédia de um microcosmos onde as pessoas concretas não são os objectos centrais da atenção do investigador, excepto, evidentemente, os notáveis habituais[330].

O mesmo raciocínio se aplica à reconstituição de famílias clássica, oriunda da demografia. Aqui, as relações com o conceito

---

[329] Millet, Hélène (dir.), *Informatique et prosopographie: Actes de la Table Ronde du CNRS, Paris, 25-26 Octobre 1984, textes réunis par Hélène Millet*, Paris: ed. CNRS, 1985; Bulst, Neithard, *Prosopography and the computer: problems and possibilities*. In: Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II*, Manchester 1989, p.12-18.

[330] Um exemplo da obra de erudito local, preciosa pela quantidade de informação, muita dela inédita e fruto da prolongada permanência in loco é, para Soure, Conceição, Augusto, *Soure.*,Coimbra,1942.

de RCH são mais estreitas mas não permitem qualquer confusão. O demógrafo que efectua a reconstituição de paróquias tem questões concretas e utiliza técnicas muito precisas para lhes responder. É certo que, de todos os especialistas que se debruçam sobre fontes locais, é ele que de facto centra toda a sua análise sobre as pessoas. Mas não são as pessoas em si que o preocupam. São, sim, as grandes variáveis da vida de uma população, a mortalidade a nupcialidade e a mortalidade. As pessoas são um passo necessário, porque sem o cruzamento dos registos, sem a reconstituição das famílias, a maior parte das variáveis "interessantes" são inalcançáveis: idade média ao casamento, intervalos intergenésicos, gravidezes pré-nupciais, duração média de vida. Mas as pessoas só interessam para essa ligação entre os registos que faz o tempo dos fenómenos da vida mensurável. Num baptismo, por exemplo, os demógrafos ignoram a informação sobre os padrinhos. Ou as testemunhas nos casamentos. Em ambos os casos os indivíduos não ocorrem no acto numa função demograficamente pertinente. O registo dessa ocorrência não trará nenhuma informação demográfica adicional. Quando muito, o demógrafo registará a ocorrência pelo valor marginal que tal informação mais tarde poderá ter para resolver uma dúvida ou dificuldade de identificação. Para o "nominalista" a função de "padrinho" é relevante em si, pelo seu significado social e pelo papel que tem na construção das redes de relações interpessoais. Muito daquilo que faz a essência do trabalho de reconstituição de comunidades está fora das preocupações dos demógrafos clássicos[331].

---

[331] Para uma perspectiva recente que defende a necessidade de reconstituição

Nada disto constitui uma diminuição da importância crucial dos conceitos e técnicas apuradas pela demografia ao longo dos anos nos métodos envolvidos na reconstituição de comunidades históricas. Muitos dos resultados da demografia paroquial não relevam exclusivamente da problemática dessa disciplina. Antes têm consequências centrais sobre a interpretação da sociedade, dos aspectos mentais, da difusão de determinados padrões de comportamento, de novas concepções de vida e de atitudes socialmente demarcadas. São, assim, centrais. Mas a reconstituição das famílias não é, só por si, uma reconstituição de comunidades, no sentido que aqui tentamos definir.

Poderá parecer que o que aqui se designa por RCH é apenas a tentativa de acumular tudo o que se pode saber sobre todas as pessoas de uma localidade, na esperança de conseguir alguma luz sobre o funcionamento da realidade social. É, basicamente, disso que se trata, sem complexos. Foi necessário anos de observações aparentemente sem objectivo para perceber que a trajectória dos planetas era elíptica e não circular. A importância desse trabalho de observação puro foi crucial na modificação da visão do universo da época. Não se pode compreender o que não se vê. E em muito casos não se pode ver sem o instrumento de observação adequado.

A RCH compõe-se de várias reconstituições sobrepostas.

---

de famílias se aproximar mais da reconstituição de comunidades ver King, Steven, *Historical Demography, Life-cycle Reconstruction and Family Reconstitution: New Perspectives*, "History and Computing", 8(2), 1996, p. 62-77.

A recolha e cruzamento da informação nominal permite recuperar biografias individuais que são a base de todo o trabalho posterior. Sobre essas biografias, que reúnem toda a população sobre observação, reconstituem-se planos de realidade de complexidade crescente.

Em primeiro lugar, a história demográfica dos indivíduos, que corresponde ao nível da tradicional reconstituição de famílias. Daqui extraem-se não só os grandes descritores demográficos da comunidade, as crises, a evolução das variáveis vitais, mas também, ao levar o olhar para o microcosmos de cada vida, os acontecimentos relevantes que nos permitem avaliar determinados trajectos: as concepções pré-nupciais, as idades ao casamento, o impacto das crises e das epidemias em biografias individuais.

Acima das famílias e das informações dos actos vitais reconstituem-se as redes mais alargadas de relações inter-pessoais: as genealogias, as alianças cruzadas entre famílias, os papéis sociais do apadrinhamento e da procuração. Logo aqui se identificam indivíduos centrais pela frequência com que aparecem como padrinhos de baptismos ou testemunhas em casamentos. Vemos também como esses papéis de centralidade social são transmitidos de geração em geração, de pais para filhos, de sogros para genros, de maridos para viúvas, etc... As linhagens entrelaçam-se com o parentesco espiritual e permitem reconstruir redes de influência, entrelaçadas ciclicamente, mas, surpreendentemente, mantendo por vezes universos de sociabilidade distintos dentro de níveis sociais semelhantes num espaço, apesar de tudo muito reduzido geograficamente.

Vemos depois como estas redes de sangue e alianças recobrem as clientelas do poder. Vemos os cargos políticos e administrativos a circularem por essas redes, passando de geração em geração ou de família a família por alianças, e o mesmo se passa com as propriedades suficientemente importantes para conservar. Cargos e bens materiais têm uma funcionalidade semelhante nas estratégias patrimoniais e circulam do mesmo modo. Assim, o quadro institucional, os vários órgãos que concedem capital material ou imaterial, funcionam como um espaço em que os actores encenam as suas estratégias. Sem a reconstrução desse espaço, enquanto campo de possibilidades, as acções individuais não são compreensíveis.

A circulação de bens que as escrituras notariais relatam permite reconstruir o fluxo de bens e o modo como as relações económicas se entrelaçam com os outros planos da comunidade.

As transacções relativas a bens imóveis, junto com os tombos, possibilitam a construção de uma imagem muito necessária da propriedade. Saber a quem pertence a terra, desenhar o mapa da propriedade ou uma aproximação ao mesmo, é um elemento fundamental da reconstituição da comunidade. A produção elementar de bens depende intimamente da organização da propriedade, dos ritmos impostos pelas condições geográficas e climatéricas, dos encargos, limites e rituais que socializam a produção. Aí também se configura um campo de possibilidades que permite situar e tentar compreender as escolhas individuais.

Finalmente, na base da RCH está uma apreensão do espaço que representa a infraestrutura mais primária da comunidade. O espaço é simultaneamente uma figura de encerramento e uma

possibilidade de relação. Reconstruir o espaço significa saber quem e o quê estava onde e quando. Tarefa tão complexa como a reconstituição das biografias individuais e intimamente entrelaçada com esta. Soure, com a sua extensão invulgar e com uma elevada dispersão do povoamento, não foi um caso fácil de reconstituição do espaço.

Todos estes níveis interligados de um empreendimento de RCH implicam um tratamento intenso de informação muito dispersa. A aplicação de uma metodologia informática a investigações desta natureza é, muitas vezes, uma evidência e um desapontamento. Com efeito, tudo na quantidade e complexidade dos dados envolvidos apontaria para um uso maciço de computadores. Mas precisamente quando se tenta levar a cabo esse desiderato as dificuldades encontradas multiplicam-se.

Do ponto de vista da tecnologia actual, uma aplicação de RCH apresenta um desafio considerável. Esse desafio só em parte é aquilo que poderia parecer à primeira vista mais evidente: a necessidade de máquinas altamente capazes, altamente velozes, com grande capacidade de armazenamento de informação. Tudo isso é verdade mas não constitui o essencial da questão. O essencial é que a tarefa de RCH põe problemas de formalização, representação dos dados, modelização de processos de tratamento da informação e manuseamento inteligível de resultados enormemente complexos. O principal objectivo deste capítulo é explicitar as escolhas e soluções tomadas e encontradas nessa área.

Como em todos os problemas tecnológicos não existe aqui uma solução óptima em si. A melhor solução procura-se sempre em função de um cenário de utilização que é definido por determinados objectivos. Não há uma solução ideal e perfeita para a informatização da RCH. O conjunto de soluções, formalismos e metodologias que aqui apresentamos devem ser avaliados como a adequação da tecnologia disponível aos objectivos que enumeraremos a seguir.

3.1.3. Objectivos para um sistema informatizado de RCH.

O primeiro objectivo de um sistema informatizado de reconstituição de comunidades históricas é dar a primazia à fonte. Entendemos por isto que a fonte original deve ter um lugar central na representação da informação. Os anglo-saxónicos utilizam a expressão "source oriented" para designar um sistema que procura manter o mais intacta possível a informação da fonte original. Os sistemas "source-oriented" opõem-se aos sistemas orientados para os resultados, em que a informação é registada em função dos resultados que se pretendem e sem intenção de preservar a estrutura original[332].

---

[332] Um desenvolvimento tecnológico fundamental para a afirmação de uma abordagem orientada para as fontes foi o desenvolvimento do sistema Kleio por Manfred Thaller, centrado na necessidade de representar os dados oriundos das fontes históricas em computador, salvaguardando toda a sua riqueza: Thaller, Manfred, *The need for a Theory of Historical Computing* In: Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II*, Manchester 1989, p.2-11.; *Kleio: a database system*. Göttingen: Max-Planck-

A primazia à fonte é uma decisão metodológica importante, porque se baseia num objectivo fundamental: a reversibilidade e validação dos resultados. Por reversibilidade entende-se aqui a possibilidade de retraçar os passos dados entre a informação primária e as conclusões finais. Um sistema é reversível se, por exemplo, perante uma extensa biografia reconstituída, existe a possibilidade técnica de rever todas as decisões de identificação que foram tomadas e todas as informações parcelares no seu contexto documental original. Esta característica suporta a validação de resultados, porque permite a um investigador independente rever ou refazer as decisões tomadas.

Se uma base de dados só inclui informação que foi selectivamente retirada de várias fontes com o objectivo de esclarecer um determinado fenómeno, então os dados disponíveis já encerram uma série de decisões implícitas que operaram durante a fase da recolha. Essa selecção prévia da informação pertinente marca os dados e não permite usá-los para rever o processo de investigação e eventualmente confirmar a validade das conclusões tiradas.

Um sistema orientado para a preservação da fonte é um sistema que regista o máximo de informação do documento original e opera as escolhas, selecções e tratamentos *a posteriori*, de forma explícita. Como os passos mais significativos são feitos dentro do sistema, podem mais facilmente ser desfeitos e revistos, ou confrontados com procedimentos alternativos.

Institut, 1993; *The archive on top of your desk.* "Historical Methods", vol. 28 (Jun 1995), p. 133-152.

Basicamente a preservação da fonte utiliza-se seja porque não se pode prever *a priori* o tipo de tratamento que os documentos vão ter, seja porque se pretende preservar dentro do computador a informação original para refazer ou validar os processos que chegaram até às conclusões finais.

Os sistemas orientados para a fonte são mais custosos em termos de tempo, requisitos técnicos e sofisticação formal. É mais trabalhoso registar a fonte do que pré-seleccionar só os elementos que se julgam pertinentes. O registo dos documentos em forma extensa, próxima do original, ocupará mais as capacidades dos computadores do que informações elementares pré-digeridas. Finalmente, para obter informação relevante do documento transcrito é necessário formalizar procedimentos de registo e tratamento que podem ser bastante complexos.

Esta diferença entre uma abordagem orientada para a fonte e uma abordagem mais selectiva não é exclusiva de ambientes informáticos. A principal diferença entre o método de reconstituição de famílias, proposto por Norberta Amorim e o método tradicional de Fleury-Henry reside no facto de o primeiro ser orientado para os resultados e o segundo orientado para as fontes[333]. Norberta Amorim não regista os casamentos, os

---

[333] Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, Ed.A., 1982; Amorim, Maria Norberta; Lima, Luís - *Demografia Histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana*. "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", Angra do Heroísmo, 44, 1986. Fleury, Michel; Henry, Louis, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris,

baptismos e os óbitos. Como o objectivo da reconstituição de famílias é basicamente identificar os casais, a informação dos registos paroquiais é imediatamente registada em fichas de família. A maior parte das decisões de identificação é tomada quando, perante um casal que ocorre na fonte, se decide acrescentar informação a uma ficha existente ou abrir uma ficha nova. Como muitas decisões são tomadas no processo de recolha, este não é reversível, isto é, não é muito fácil passar as fichas a um segundo investigador para validar o processo: a maior parte das decisões está já registada nas próprias fichas.

O método tradicional faz uma ficha para cada acto, sem qualquer tipo de decisão no momento da recolha. Só depois de todos os actos recolhidos começa o processo de identificação. Em teoria, o mesmo conjunto de fichas pode ser fornecida a investigadores diferentes criando uma situação de controle. As fichas de baptismos, casamentos e óbitos não contêm em si próprias grandes decisões sobre quem é quem. São, por isso neutras e independentes dos resultados que delas se venham a extrair.

O método tradicional é claramente "source oriented" e o método Amorim claramente "result oriented". Não é correcto dizer em abstracto que um é melhor que outro. Ambos cumprem objectivos diferentes e destinam-se a cenários de utilização diferentes. Para operadores qualificados os resultados de cada um deles devem ser indistinguíveis, e o método Amorim é mais rápido. Sempre que haja necessidade de controlar o processo mais

---

INED, 3ªed, 1985. Henry, Louis, *Simulation d'une reconstitution de familles par ordinateur*. "Annales Demographie Historique", 1972, p. 303-309.

de perto, ou haja razões para querer validar uma primeira reconstituição, então o método Fleury-Henry permite voltar às fontes sem voltar ao arquivo.

Esta dicotomia transpõe-se ampliada para o mundo da informática. Só que aqui, como a informação circula e se transforma mais rapidamente, as diferenças entre uma aproximação orientada para a fonte e uma aproximação orientada para os resultados é ainda mais significativa.

Outro objectivo a perseguir é a flexibilidade da representação de dados. Neste tipo de investigação encontramos necessariamente pessoas sobre as quais foi possível acumular uma grande quantidade de dados e outras sobre as quais se sabe muito pouco. É necessário que o modo como a informação é representada possa lidar com essa variação. Não podemos, neste tipo de pesquisa, operar com fichas pré-definidas de estrutura rígida[334].

O terceiro objectivo a exigir ao sistema é que suporte um processo de identificação reversível e tanto quanto possível

---

[334] Sobre esta necessidade ver: Beveridge, Andrew; Sweeting, George, *Running Records and the Automated Reconstruction of Historical Narrative.* "Quantum/Historical Social Research", 35 (Jul), 1985, p.31-44; Karweit, Nancy; Kertzer, D., *Database management for life course family research.* In *Current perspective in Aging and the Life Cycle,* Jai Press Inc., 1986, vol. 2 p.167-188.

automático[335]. A reversibilidade é um requisito de controle e verificação. Num estudo nominal, a identificação das pessoas é talvez o aspecto de tratamento dos dados que mais determinante se torna nos resultados finais. Com efeito, erros de identificação podem ter consequências muito nocivas na interpretação dos resultados. Já os estudos que passam por uma fase de identificação de pessoas como passo intermédio para um estudo estatístico global não são tão sensíveis a erros de identificação. Por exemplo, os programas usados pelo Grupo de Cambridge para reconstituição de famílias geram aleatoriamente uma identificação quando não existe informação suficiente para distinguir entre dois homónimos. Do ponto de vista da análise dos resultados finais, esse procedimento é perfeitamente aceitável. Se duas pessoas têm o mesmo nome, são ambos solteiros, nasceram no mesmo dia, e moraram no mesmo lugar, então, quando um deles morre, passados 30 anos, é indiferente do ponto de vista do demógrafo se foi um ou outro. A identificação pode ser feita ao acaso, porque as variáveis pertinentes a extrair dos dados não são afectadas por escolhas desse tipo (duração média de vida, por exemplo, ou outro medidor demográfico).

---

[335] Wrigley, E. A. (ed.), *Identifying People in the Past,* London. Edward Arnold, 1973 . Roger Schofield afirmava este requisito de modo enfático: *"If the judgements we make about specific links have any claim to intellectial respectability, we ought to be able to specify the principles on which they are based. If we can do that, we can express those principles in the form of a computer program and get the machine to implement them far more consistently than ourselves"* in Schofield, Roger, *Automatic Family Reconstitution.* "Historical Methods", 25 (2, Spring), 1992, p. 75-79.

Já o estudioso das pessoas em si, o "nominalista", extrai muita informação do caso concreto, do trajecto individual. Uma identificação aleatória é aceitável em muito menos casos.

Sendo o processo de identificação determinante para os resultados, deve, por isso, ser passível de ser revisto, feito e desfeito quantas vezes forem necessárias. Em nenhum caso devem os passos da identificação ficar definitivamente "invisíveis" no sistema. Perante qualquer biografia reconstituída ou qualquer resultado agregado, o utilizador do sistema deve poder rever a informação original antes de ter sido consolidada pelo cruzamento nominal.

A automatização serve múltiplos propósitos: em primeiro lugar diminui a importância das escolhas fortuitas e ocasionais do investigador e reforça os procedimentos racionalizados e formalizáveis. É preferível que o modo de fazer do investigador seja incorporado em rotinas automáticas, cujos resultados podem ser revistos e afinados, a que esse saber se manifeste por decisões pontuais, "manuais", difíceis de reproduzir e de contextualizar mais tarde. A automatização permite a reprodução de resultados num passo essencial do processo de investigação. Torna-se, assim, um mecanismo importante de validação. Para além disso, ao formalizar muito do que é o conhecimento intuitivo do historiador, torna transmissível e reutilizáveis saberes que doutro modo dificilmente transbordariam para fora da prática do especialista.

Todos os que tiveram experiência deste tipo de pesquisa sabem que com o tempo se constrói na mente do investigador um

conhecimento quase simbiótico do universo que se estuda. As palavras roídas pelo tempo adivinham-se a partir de algumas letras. Os nomes que os recém chegados consideram indecifráveis são claros para quem conhece de perto o universo nominal. Acontece que, ao ver apenas o nome da criança baptizada, se adivinha quem é o padrinho.

Este conhecimento que lentamente se consolida não é muito fácil de formalizar mas é aí que reside a base da perícia com que o investigador opera a reconstituição. É esse saber que o qualifica como perito. Os programas informáticos que se comportam como "peritos" em determinado assunto designam-se por "sistemas periciais".

Os sistemas periciais procuram modelizar o conhecimento intuitivo resistente a formulações analíticas. Normalmente são construídos em interacção entre um engenheiro informático e um perito, e têm encontrado as suas aplicações mais célebres precisamente em áreas que envolvem uma grande quantidade de dados tratados por processos difíceis de racionalizar, onde a intuição e o hábito parecem jogar um papel determinante. São os casos da medicina e da prospecção geológica.

O último objectivo diz respeito às fases mais adiantadas da investigação. Uma reconstituição de comunidade produz uma grande quantidade de informação cuja apreensão põe problemas não triviais. Para extrair sentido das biografias de centenas de pessoas, das genealogias intrincadas, das redes de relações, da lógica da ocupação do espaço, é necessário criar instrumentos de visualização específicos. Assim, um sistema de RCH tem de

possuir essa componente de visualização de resultados que terá de ser criativa e aproveitar bem as capacidades gráficas das máquinas de hoje.

Os próximos capítulos detalham as soluções encontradas para estes requisitos. De seguida, abordaremos o problema da criação de uma estrutura de dados flexível que suporte informação variável no tempo e oriunda de fontes muitos diversas.

3.2. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOMINAL: FORMALISMOS, ESTRUTURAS E IMPLEMENTAÇÃO

3.2.1. INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, estabelecemos em linhas gerais as necessidades de um sistema informático para a reconstituição de comunidades históricas. Neste capítulo, abordaremos um primeiro elemento essencial desse sistema: o formalismo para a representação dos dados. Aqui explicitar-se-á a estrutura de uma base de dados que suporta informação sobre pessoas e outro tipo de entidades históricas, recolhidas em várias fontes[336].

---

[336] Bernard, L.,*Relational Theory, SQL and Historical Pratice* In Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II*, Manchester, Manchester University, 1989, p.63-71; Hartland, P.; Harvey, C., *Information Engineering and Historical Database, ibidem*, p.44-62.

As características principais dessa estrutura são as seguintes:

- Recolha de informação dispersa por várias fontes mantendo a origem de cada informação;
- Suporte a um processo de identificação reversível: a informação sobre várias pessoas pode ser consolidada numa única biografia e o processo revertido se fôr necessário;
- Capacidade de lidar com um número variável de informações para cada pessoa (ou seja, cada pessoa tem um número potencialmente ilimitado de informações a seu respeito);
- Representação das ligações entre pessoas ou entre qualquer outro tipo de entidade;
- Capacidade de tratar informações variáveis no tempo;
- Possibilidade real de implementação para grandes quantidades de dados;

Para entender o modo como se obteve um sistema que satisfaz estas características é necessário um enquadramento sobre o modo como, em informática, se constroem representações formais do mundo real.

3.2.2. FORMALISMOS PARA A REPRESENTAÇÃO DOS DADOS

3.2.2.1. Entidades, atributos, relacionamentos.

A variedade de informações que se podem desejar tratar informaticamente é infinita. Contudo, é sempre possível reduzir o trabalho de encontrar um modelo para determinado conjunto de dados à definição do modo como se representam três aspectos distintos e fundamentais: entidades, atributos e relações. Diferentes metodologias de programação ou diferentes modelos de representação de dados propõem soluções diferentes para estes três aspectos.

Para melhor compreender a explicação que se segue é necessário definir previamente o significado de determinados termos, que, sendo de uso corrente, assumem significados específicos no contexto da literatura sobre metodologias de programação e estruturas de dados.

Designamos por "entidade" algo que existe ou existiu e pode ser representado num computador. As entidades incluem objectos ou seres que realmente existiram (como uma determinada pessoa ou um determinado edifício), mas também construções abstractas como "família", "rede de relações", "acontecimento".

As entidades são descritas por "atributos". São atributos das entidades do tipo "pessoas" o nome, a data de nascimento, a profissão e a residência, entre outros. Alguns atributos assumem um único valor para determinada entidade concreta (data de nascimento, por exemplo), outros vão-se modificando ao longo do

tempo (residência, profissão, idade, etc...). O que distingue duas instâncias de uma entidade uma da outra é o facto de terem valores diferentes para os mesmos atributos (diferentes nomes, diferentes idades, diferente sexo, etc...), embora alguns possam ter o mesmo valor.

O conjunto de atributos que distinguem uma entidade concreta de outras entidades do mesmo tipo denomina-se por "chave". A "chave" é o atributo, ou conjunto de atributos, que funciona como identificador dos indivíduos. Nos dias de hoje a "chave", natural da entidade "pessoa" seria um número de identificação oficial como o número do bilhete de identidade. As pessoas que viveram no passado não possuíam um atributo identificador tão claro. O nome raramente serve de atributo "chave" devido ao facto de várias pessoas terem o mesmo nome. Veremos mais tarde como se resolve esta dificuldade. O importante é reter que para cada tipo de entidade deve haver um ou mais atributos que distinguem cada entidade concreta das outras.

Outra característica importante das entidades é que estas se relacionam entre si. As pessoas estabelecem relações de vários tipos com outras pessoas (parentesco, solidariedade, inimizade...) e com outros tipos de entidades (possuem objectos, pertencem a instituições....). Tais como as entidades propriamente ditas, as relações entre entidades são qualificadas por atributos. Assim uma relação de parentesco entre duas pessoas é descrita por atributos como o nome do parentesco, o grau de consanguinidade ou afinidade e a identificação das pessoas relacionadas.

Existem vários tipos de entidades numa investigação histórica deste tipo: pessoas, instituições, propriedades, etc... Cada tipo de entidade ocorre várias vezes: existem várias pessoas, várias instituições, várias propriedades.

Podemos, por isso, falar de pessoas em abstracto e falar de pessoas concretas. Ao dizermos, por exemplo, que todas as pessoas têm um atributo que é o sexo, que esse atributo pode assumir dois valores distintos e que não varia ao longo do tempo, estamos a falar abstractamente, ou genericamente, das entidades do tipo pessoa. Ao dizermos que a primeira testemunha da devassa de 1693 é uma mulher, estamos a falar concretamente de uma pessoa específica. Existe, assim, uma dualidade entre o "nível abstracto" e o "nível concreto".

Essa dualidade é da mesma natureza que a diferença entre definir um formulário e preencher um formulário. A definição do formulário implica uma análise de quais os campos que devem estar presentes e quais os valores que podem receber. À definição do formulário está igualmente associada a ideia de "procedimento". O formulário é definido para determinado fim e desencadeará, uma vez preenchido, uma série de acções concretas que serão os "procedimentos" associados ao formulário. Embora essas acções ocorram posteriormente ao preenchimento, terão sido, seguramente, definidas no mesmo processo de análise que definiu quais os campos a incluir no formulário.

Na análise de informação existe o mesmo duplo aspecto. Para cada entidade definem-se previamente quais os atributos possíveis e que tipo de valores pode receber. Definem-se igualmente quais as "acções" ou "procedimentos" que podem operar sobre essas

entidades. Depois, a informação é recolhida para esse "molde" e os procedimentos podem ser usados.

Os conceitos de "entidade", "atributo" e "relacionamento" são centrais no processo de análise do modo como vamos representar em computador a informação do mundo. Esse processo implica a identificação das "entidades, atributos e relacionamentos" num dado conjunto de informação. Esta operação chama-se "modelização da informação". Os conceitos que temos estado a referir pertencem a uma metodologia específica de modelização designada por "modelo entidade-relacionamento" (em inglês "Entity-Relationship Model"). Embora existam outras metodologias alternativas, cuja explicitação está fora do âmbito deste trabalho, o "modelo entidade-relacionamento é o mais usado. As razões dessa popularidade são claras: é um modelo relativamente simples de entender e facilmente traduzível para as estruturas de bases de dados relacionais.[337]

O modelo entidade-relacionamento tem sido objecto de considerável investigação, quer teórica, quer aplicada, e foi objecto de algumas modificações e extensões. A mais importante é conhecida por modelo "entidade-relacionamento estendido" (em inglês: "Extended Entity Relationship Model" (EER). Do ponto de

---

[337] Lochovsky, Frederick (ed), *Entity-Relationship approach to database design and querying. Proceedings of the Eight Internacional Conference on Entity-Relationship Approach*, Amsterdam, New York, Oxford, Tokyo, North-Holland, 1990.

vista dos nossos objectivos, o modelo extendido acrescenta um conceito muito importante que é o de especialização.

Por especialização designa-se a relação existente entre duas entidades quando uma é um caso particular de outra e corresponde à noção de que podemos classificar entidades em tipos e subtipos. Por exemplo: uma venda é um caso particular de uma escritura notarial. Um aforamento é outro caso particular de escritura notarial. Aforamento e venda têm um certo número de características comuns, que lhes vêm de ambas serem "escrituras notariais": foram elaboradas por um notário, num local determinado, numa data determinada. Por outro lado, tanto o aforamento como a venda têm atributos específicos do seu tipo de escritura: o valor da venda, as condições do foro.

Quando uma entidade especializa outra, mantém os mesmos atributos que a entidade de nível mais geral e acrescenta alguns específicos do seu sub-tipo. No nosso exemplo, a entidade "escritura notarial" teria como atributos o nome do notário, a cota do livro, a data e o local onde foi feita. Estes atributos são comuns a todas as escrituras notariais. Cada subtipo acrescenta então os seus atributos específicos ao conjunto de atributos comuns. As escrituras de venda terão atributos relativos ao objecto, ao preço e às condições de pagamento. Os empréstimos acrescentariam atributos relativos ao montante da dívida, juros, prazos de pagamento e garantias.

Devemos ainda frisar um facto importante. A relação entre a entidade "escritura notarial" e a entidade "escritura de venda", que chamámos de especialização, é uma relação de natureza diferente das relações, que mais acima referimos, que existem entre as

entidades do mundo real: relações entre pessoas, entre pessoas e objectos, etc... Estas são relações "reais" que ocorrem no mundo concreto. A relação de especialização é uma relação abstracta, que estrutura a representação da informação mas que não corresponde a nenhum facto real. Podem ocorrer relações reais e concretas entre escrituras. Por exemplo, uma escritura notarial pode revogar outra anteriormente feita. Dizemos que existe uma relação de "revogação" entre as duas. Esta é uma relação real entre objectos ou acontecimentos reais. Mas quando dizemos que as entidades do tipo "escrituras de venda" têm uma relação de especialização com as entidades do tipo "escrituras notariais", estamos a construir uma relação abstracta entre entidades formais.

O conceito de especialização é muito importante no desenho de bases de dados flexíveis em situações de grande complexidade de informação, como é o caso da RCH. A especialização permite organizar as várias entidades numa hierarquia de tipos e sub--tipos. Esta organização, do ponto de vista da estrutura dos dados, permite uma construção simplificada dos programas que os vão trabalhar, como veremos mais adiante.

Recapitulando, os conceitos que utilizaremos para descrever a informação envolvida na reconstituição de comunidades históricas são relativamente poucos: entidades, relações, atributos e especializações. Estes conceitos aplicados aos dados da comunidade fornecerão uma visão estruturada e hierárquica dos vários tipos de informação. Só uma visão desse tipo permite a passagem à fase de implementação.

3.2.2.2. A base relacional

Uma estruturação puramente lógica da exposição levar-nos-ia agora à aplicação destes conceitos à informação de uma comunidade histórica e à definição da hierarquia formal de representação. De facto, os conceitos fundamentais do ponto de vista formal estão explicitados. Sabemos, contudo, que a formalização é muito influenciada pelas condições concretas de implementação. Isto significa que não se constrói um sistema formal de representação sem ter ideias concretas de como se vai implementar esse sistema. Seria prematuro, por isso, começar neste momento a identificar entidades, relações e atributos. Se assim fosse, muitos aspectos da representação que foi criada por este trabalho pareceriam arbitrários ou injustificados. Uma das características dos métodos aqui descritos é que eles procuraram ser formalmente minimalistas, só detalhando as representações quando a prática concreta e as exigências técnicas o impunham. É necessário, por isso, adiantar ainda mais algumas considerações, agora ao nível do modo como os modelos do tipo "entidade - relacionamento" são implementados por programas de computador. Com essa informação adicional podemos então passar à análise concreta de um sistema de informação para a reconstituição de comunidades históricas.

Ao longo do desenvolvimento das técnicas informáticas foram sendo criadas várias soluções que procuraram preconizar formas de lidar com os conceitos do modelo entidade-relacionamento e dar-lhes uma implementação técnica fiável. Foram propostos métodos de análise da informação real e modos como os

resultados da análise podem ser transportados de forma clara e inequívoca para os computadores. Essas técnicas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento de linguagens de programação e de sistemas de gestão de bases de dados[338].

Os sistemas de bases de dados são programas informáticos que foram concebidos para gerir grandes quantidades de informação. Normalmente distinguem-se três passos essenciais na implementação de um sistema de gestão de base de dados (SGBD):

- A definição da estrutura dos dados que se pretendem tratar.
- A introdução e modificação de dados na estrutura definida.
- A consulta da informação e obtenção de resultados.

Os SGBD classificam-se conforme o modelo que usam para representar a informação. É comum distinguir os modelos relacional, hieráquico, de rede e, mais recentemente, o modelo orientado a objectos. Estes modelos dizem respeito à *implementação*, o modo como a informação é definida, introduzida e consultada. São, por isso, independentes de um modelo de *análise* como o modelo entidade-relação, que enquadra o processo de compreensão da estrutura dos dados. Um dado caso real pode ser descrito segundo os conceitos do modelo entidade-relação e implementado alternativamente em vários sistemas de bases de

---

[338] Como introdução geral a este tema: Elmasri, Ramez; Navathe, Shamkant B., *Fundamentals of Database Systems*. RedWood Cliffs, Benjamin Cummings Publishing Company, s/d e Korth, Henry F.; Silberschatz, Abraham, *Database System Concepts*. New York, MacGraw Hill, 1991.

dados que sigam modelos diferentes de implementação. Em princípio, são as características dos dados obtidas pela aplicação do modelo de *análise* que determinam qual o modelo de *implementação* a usar.

Na prática, o modelo relacional de implementação é quase sempre usado em projectos de grande dimensão em que os dados têm uma estrutura regular. Assim se passa no nosso caso. As razões de escolha de sistemas baseados no modelo relacional têm a ver com as características formais bem conhecidas desse modelo, nomeadamente o modo como transcreve uma análise do tipo "entidade-relação", assim como a disponibilidade de programas fiáveis. Estes aspectos serão explicitados a seguir.

O modelo relacional assenta sobre três atributos essenciais:

- Uma metodologia de análise da informação que produz uma representação da mesma, passível de ser tratada por programas informáticos. Essa metodologia é baseada em formalismos que garantem a acessibilidade da informação e a independência em relação à implementação concreta.
- Define uma linguagem universal para a definição da estrutura da informação, a sua manipulação (inserção e eliminação de informação) e a pesquisa de dados concretos. Outros modelos de base de dados, por não terem claramente definidos estes aspectos formais e linguísticos, nem sempre garantem um acesso a todos os items de informação.
- Os programas necessários para implementar concretamente o modelo relacional existem para, praticamente, todo o tipo de

computadores. Esses programas chamam-se "sistemas de gestão de base de dados relacionais" (SGBDR) e têm larga utilização no mundo empresarial e académico, cumprindo tarefas de gestão de enormes quantidades de informação. Em consequência da sua utilização generalizada, os sistemas de gestão de base de dados relacionais com maior quota no mercado são programas robustos e de grande fiabilidade.

O modelo relacional representa a informação sob a forma de tabelas[339]. Uma tabela é a forma sob a qual se verte a informação sobre uma entidade. Imaginemos uma entidade do tipo pessoa, para a qual se registam os atributos: nome, data de nascimento e data de morte. Esta entidade seria representada por uma tabela denominada "pessoas" com três colunas: "nome", "data de nascimento", "data de morte". Cada linha da tabela representa uma pessoa concreta. Cada coluna representa um atributo. O conceito de "chave", que vimos anteriormente, é fundamental no modelo relacional. Cada tabela deve ter uma ou mais colunas que em conjunto assumem um valor diferente em cada linha da tabela e que funcionam como identificador.

As relações entre entidades são representadas no esquema relacional diferentemente, conforme as características das relações. Se a relação for de um para um ou de um para muitos, adicionam-

---

[339] A explicação que se segue tem como objectivo apresentar o essencial do modelo relacional, de modo que as opções que foram tomadas em termos de desenho da base de dados possam ser entendidas. A terminologia utilizada e a simplificação de determinados aspectos são fruto de uma escolha consciente de tornar estes conceitos acessíveis aos não especialistas.

se numa das tabelas os atributos que identificam as entidades da tabela relacionada Se se trata de relações muitos para muitos, cria-se uma nova tabela para representar a relação. Essas tabelas possuem colunas que identificam as entidades concretas que se estão a relacionar e colunas adicionais para os atributos da relação. Por exemplo, uma tabela que registe as relações de parentesco entre pessoas deverá ter as colunas necessárias para identificar as duas pessoas em causa e uma coluna onde se regista o tipo de parentesco que as une.

Uma das regras importantes do modelo relacional é a do caracter atómico dos atributos. Cada "célula" da tabela, que representa um atributo de uma entidade concreta, deverá assumir um único valor, e esse valor não deve ser composto. Assim, por exemplo, se tivermos uma tabela representando pessoas com uma coluna designada "profissão", não deveremos introduzir mais do que uma profissão em cada linha da tabela. Existem outros processos, como veremos, para representar correctamente atributos que assumem vários valores ou que possuem outra informação associada. Introduzir valores compostos, ou variações de um valor, numa mesma célula de uma tabela, é um erro infelizmente frequente no desenho de ficheiros para investigações históricas.

Resumindo as regras do modelo relacional:

- cada entidade uma tabela.
- cada atributo uma coluna.
- cada linha da tabela representa uma ocorrência concreta da entidade que a tabela representa.
- cada atributo assume um valor atómico.
- cada relação entre entidades é representada por uma tabela que inclui as chaves das entidades relacionadas e os atributos da relação[340].

Estas regras aplicadas a uma análise em termos de entidades-relações permitem-nos propor uma estrutura de base de dados capaz de realizar os objectivos enumerados anteriormente. Veremos, de seguida, a estrutura da base de dados relacional criada.

3.2.3. A ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOMINAL

3.2.3.1. A informação biográfica

Comecemos pelo núcleo duro de informação RCH: a informação associada às biografias individuais[341]. Os nossos requisitos neste domínio incluíam:

---

[340] Na verdade, certo tipo de relações dispensam a criação de tabelas próprias, como ficou explicado acima.

- Registo flexível de informação variável com o tempo.
- Registo da origem (fonte ou documento) de cada informação.
- Suporte para um processo reversível de identificação.

O primeiro passo do processo de análise consiste em identificar as entidades, atributos e relações envolvidas na informação biográfica sobre as pessoas. A entidade central deste processo é a entidade "pessoa". A entidade pessoa possui um conjunto muito variado de atributos: nome, sexo, profissão, idade, residência, etc... Por outro lado, as pessoas relacionam-se entre si de muitas e variadas maneiras: relações de parentesco, vizinhança, solidariedade e muitas outras.

Primeira questão: quais os atributos que podem funcionar como "chave", ou identificador, da entidade "pessoa"? Como estamos a tratar de indivíduos anteriores à criação pelo Estado de mecanismos de identificação unívocos, como o bilhete de identidade, temos dificuldade em encontrar um atributo, ou mesmo um grupo de atributos, que identifique sempre uma pessoa concreta. De facto, sabemos que o nome, embora possa identificar sem ambiguidade algumas pessoas de uma população,

---

[341] Abordagens semelhantes, conceptualmente, à que aqui seguimos, especialmente no que toca à separação entre os atributos variáveis e a informação estável das pessoas encontram-se em: Beveridge, Andrew; Sweeting, George, *Running Records and the Automated Reconstruction of Historical Narrative. op. cit*; Karweit, Nancy; Kertzer, D., *Database management for life course family research, op. cit*.

não serve de atributo distintivo para a maior parte dos indivíduos, devido aos elevados índices de homonomia existentes. Não podemos tão-pouco, num sistema genérico, usar combinações como nome-residência-data de nascimento, ou outras semelhantes, porque a diversidade das fontes nem sempre garante a presença dos vários atributos. Contudo, temos de encontrar uma forma de referir univocamente as pessoas que encontramos. Trata-se de uma exigência formal, como vimos, dos modelos de análise e de implementação, que se justifica muito intuitivamente: se num determinado momento do processo de identificação necessito de designar que determinada pessoa é a mesma que outra, como "nomeio" essas pessoas sem ambiguidades, em populações em que mais de 10% dos indivíduos têm exactamente o mesmo nome?

A solução encontrada, que, aliás, é comum em casos semelhantes, é de criar artificialmente um atributo identificador no momento em que as referências às pessoas são registadas. Esse atributo identificador assume a forma de uma espécie de matrícula alfa-numérica. Na nossa implementação concreta do processo de registo de dados essa matrícula é gerada automaticamente e é mantida invisível do utilizador até ao momento em que é necessário referir explicitamente alguém. Chamamos a esse atributo artificialmente criado o "id" da pessoa (abreviatura de "identificação").

Uma segunda questão relacionada com os atributos das pessoas diz respeito à forma como os atributos variam diferentemente com o tempo. Certos atributos são estáveis e definitivos, como, por exemplo, a data de nascimento, a data de

morte, o sexo. Outros variam com o tempo e cada valor que assumem só pode ser entendido em função de um determinado momento histórico: idade, profissão, estado civil, residência, e praticamente todos os outros atributos que as fontes vão revelando sobre os indíviduos. Para os atributos que variam no tempo interessa-nos registar a data em que determinado valor se verificou assim como a fonte que forneceu a informação. Isto significa que a nossa informação sobre os atributos é relativamente complexa. Na verdade, temos atributos sobre os atributos (data em que o valor se verificou, fonte, etc...). Dentro do quadro formal que nos guia aqui esta complexidade inerente a certo tipo de atributos significa que temos que tratar esses atributos como se fossem entidades, dependentes, é certo, da entidade principal "pessoa", mas com um conjunto de valores próprios. Iremos ter, por isso, um segundo tipo de entidade, ligada à entidade "pessoa" a que chamaremos "atributo". Na literatura do modelo entidade-relacionamento designa-se este segundo tipo de entidades por entidades "fracas", uma vez que a sua função é registar informação que descreve uma entidade "forte".

Temos, assim, duas entidades fortemente interligadas: a entidade "pessoa" com atributos fixos como: "id", "sexo", "data-nascimento", "data-morte"; a entidade "atributo" regista os atributos variáveis no tempo e recolhidos em fontes diversas. A entidade "atributo" tem atributos como: "id" da pessoa a que o atributo se refere, o tipo de atributo de que se trata (residência, idade, profissão...), o valor que o atributo assume num momento concreto (um lugar ou rua, uma idade, uma profissão...), a data

correspondente a esse momento e a fonte onde a informação apareceu.

A implementação concreta, sob os auspícios do modelo relacional, afasta-se relativamente pouco desta análise. Restringimos os atributos fixos da entidade "pessoas" a "id" e "sexo", registando as datas de nascimento e morte como se fossem atributos variáveis (é útil poder registar a fonte em que essa informação originou) e acrescentamos o atributo "nome", que obviamente não é um atributo fixo, mas que é útil ficar registado na entidade "pessoa" pelo valor mnemónico que tem. Acrescentamos ainda, como será regra em todo o tipo de entidades do sistema, um campo genérico de observações. Quanto à entidade "atributos", definimos as seguintes colunas: o "id" da pessoa, nome do atributo, valor do atributo, data em que o valor se registou e identificação da fonte. Temos ainda que resolver o problema seguinte: as entidades "atributos", como todas as entidades, têm de ter uma "chave" que, neste caso, tem de identificar univocamente um registo de atributo dentro de todos os registos de atributos da base. Tal como fizemos para as pessoas, vamos utilizar um identificador artificial, uma matrícula gerada automaticamente no momento do registo e tratar de a esconder do utilizador sempre que possível. Temos, em consequência, e até agora, duas tabelas (ver quadros 3.1 e 3.2).

Quadro 3.1: Tabela para registo de pessoas

Pessoas

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora (automática)
nome	nome
obs	observações gerais

Quadro 3.2: Tabela para registo de atributos de pessoas

Atributos

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora (automática)
pessoa	id da pessoa respectiva (refere a coluna "id" da tabela "pessoas")
atributo	tipo de atributo
valor	valor do atributo
data	data do atributo
fonte	fonte original (código)
obs	observações gerais

A observação das duas tabelas 3.1 e 3.2 permite-nos introduzir as seguintes regras: todas as tabelas no sistema terão sempre um atributo que funciona como chave e que será sempre uma matrícula gerada automaticamente (indicamos esse atributo/coluna sublinhando o respectivo nome). Em raríssimos casos recorreremos a um atributo real para obter a chave de uma entidade. A criação de chaves artificiais poupa o trabalho de procurar combinações complexas de atributos que nem sempre seriam funcionais. Aliás, de modo geral, os sistemas de gestão de

bases de dados relacionais não facilitam a operação sobre tabelas que incluem chaves de identificação criadas por agregação de atributos. Todas as operações que operam sobre essas chaves são mais difíceis de expressar na linguagem padrão desses sistemas. Decidimos também designar sempre o atributo chave por "id". Finalmente, o processo de geração automática de matrículas de identificação que utilizamos garante que todas as matrículas são diferentes independentemente da tabela em que ocorrem. Note-se que esta característica é uma extensão nossa ao requisito formal da univocidade da chave. O modelo relacional apenas exige que as chaves identifiquem univocamente os indivíduos de determinada entidade, ou seja, que o atributo que serve de chave seja diferente para cada linha de uma tabela. A exigência de univocidade geral das chaves, ou seja que o atributo "id" de cada entidade nunca assuma um valor repetido, independentemente da entidade, permitirá, como veremos mais adiante, efectuar algumas operações de generalização e especialização interessantes.

Vejamos um exemplo concreto para seguidamente passarmos a uma análise mais detalhada das características destas tabelas.

Suponhamos o seguinte fragmento de um documento:

```
[Na devassa de Soure de 1692, em 4 de Outubro, foi interrogada a
testemunha]

 José Machado, solteiro, da vila, que de idade disse ter 24
anos....
```

No nosso esquema, este fragmento dá origem, nas tabelas de pessoas e de atributos, às linhas que se podem ver nas quadros 3.3 e 3.4.

Quadro 3.3: Linhas na tabela de pessoas (I)

Pessoas

id	*nome*	*sexo*	*obs*
d1692-t1	jose machado	m	

Quadro 3.4: Linhas na tabela de atributos (I)

Atributos

id	*pessoa*	*atributo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-t1a1	d1692-t1	ec	s	16921004	ldp1692	
d1692-t1a2	d1692-t1	residencia	soure	16921004	ldp1692	"vila"
d1692-t1a3	d1692-t1	idade	24	16921004	ldp1692	

As colunas "id" de cada uma das tabelas contêm as matrículas identificadoras. Como se referiu acima, na utilização corrente do sistema estas matrículas são mantidas relativamente invisíveis. No caso das matrículas de identificação dos atributos ("d1692-t1a1", "d1692-t1a2",...) a sua existência cumpre uma função puramente interna e não chegam a ser mostradas aos utilizadores. Quanto às matrículas que identificam ocorrências de pessoas, a sua visibilidade é maior, porque o utilizador frequentemente terá que designar uma pessoa concreta de forma não ambígua através da sua matrícula. As matrículas podem ter qualquer sequência de caracteres, embora o sistema procure gerar designações com

algum sentido mnemónico. Neste exemplo, a matrícula "d1692-t1" recorda que se trata da testemunha um da devassa de 1692. O número máximo de caracteres de uma matrícula é de 42.

As informações são registadas sempre em minúsculas para evitar os problemas que por vezes surgem com variações fortuitas. Uniformizar o registo sempre em maiúsculas ou sempre em minúsculas acelera a introdução de dados, simplifica a consulta e reduz a possibilidade de erro. As letras minúsculas são mais legíveis que as maiúsculas e, por isso, serviram de base de uniformização. Esta restrição do uso de minúsculas não se aplica aos campos de observações das tabelas, onde, normalmente, é introduzido texto para posterior leitura e não para processamento automático.

Os nomes foram registados na sua forma documental, passando apenas por uma actualização ortográfica que se aplicou a todos os items de informação recolhidos. Mantivemos nos nomes as partículas de ligação ("de", "e", "o", "a"...) porque, sendo só frequentes em nomes complexos, normalmente apanágio das classes mais elevadas, poderiam encerrar particularidades de nomeação pertinentes no processo de identificação. Tal não foi o caso e acreditamos actualmente que as partículas de ligação dos nomes podem ser ignoradas sem perda de informação.

Colunas como "sexo", na tabela de pessoas, e "atributo", na tabela de atributos, só admitem termos escolhidos de listas relativamente curtas. São colunas de vocabulário controlado "a priori", ou seja, é possível determinar em cada momento da investigação quais os termos que podem ser introduzidos nestes campos. O leque de vocábulos da coluna "atributo" é curto, consta

apenas de 17 termos entre os quais: "ec" (estado civil), "residência", "naturalidade", "idade", "profissão", "cargo", "título". O sexo é representado por dois termos ("m" e "f").

Colunas como "valor" na tabela de atributos têm igualmente um vocabulário finito mas de controle mais difícil. É comum, sobretudo com o atributos como "residência" ou "naturalidade", que se registem formas diferentes do que mais tarde se descobre ser o mesmo topónimo. Enquanto que com o "nome" dos atributos o vocabulário é pequeno e alterável por decisões conscientes e pontuais do investigador, já o "valor" desses atributos só é uniformizável *a posteriori*. No caso de Soure, o leque de valores definitivos para os topónimos só estabilizou definitivamente durante o processo de identificação das pessoas, pois só nessa altura foi possível resolver dúvidas referentes a formas diferentes para o mesmo topónimo, retraçando as pessoas a elas associadas[342].

As datas foram registadas sob a forma de valores de 8 dígitos, sendo os primeiros quatro correspondentes ao ano, os dois seguintes ao mês e os dois últimos ao dia. Optámos por não utilizar os mecanismos próprios dos sistemas de gestão de base de

---

[342] Assim, em Soure, na passagem do século XVII para o XVIII os termos "Casal do Grisoma", "Casal da Ribeira", "Casal de Miguel Gante" e "Casal do Gante" designam todos o mesmo topónimo. A identificação do topónimo foi, neste caso, uma consequência do processo de identificação das pessoas que nele viviam, que, por sua vez, faz parte duma das tarefas logicamente mais tardias do processo de RCH. Assim, o controle *a priori* do vocabulário dos topónimos é impossível, sendo necessário adiar até à fase em que toda a informação está introduzida para proceder às identificações e uniformizações possíveis.

dados para tratar com datas. A experiência demonstra que os programas informáticos de origem comercial implementam os mecanismos de calendário de forma muito simplificada, de modo que é preferível lidar com datas como se fossem números. É comum, por exemplo, que programas comerciais ignorem as regras sobre anos bissextos e anos de século e que limitem as datas que podem tratar às do século XX. No nosso caso, como recorremos a programas comerciais para a gestão da base de dados, foi decidido utilizar o formato numérico descrito. A sequência de 8 dígitos que tem a vantagem de manter a ordem correcta durante os procedimentos de ordenação. Usámos ainda a convenção de introduzir zeros quando determinada parte da data (ano, mês ou dia) não era conhecida.

A coluna "fonte" da tabela de atributos indica, de forma codificada, a origem da informação. A cada fonte foi atribuída, igualmente, uma matrícula identificadora. Note-se que neste sistema não registamos a posição da informação dentro da fonte (a página, ou fólio). Essa omissão tem duas justificações. Por um lado, aumentava grandemente a morosidade do registo de dados, acrescida da dificuldade suplementar de muitas fontes não possuírem páginas numeradas originalmente. Por outro lado, o método de registo fragmenta a fonte em documentos ou actos e é relativamente rápido localizar com precisão a informação original. No nosso exemplo, apesar de não estar registado o fólio em que se obteve a informação sobre os atributos de José Machado, será muito fácil localizar na fonte a primeira testemunha da devassa de 1692. Para outros tipos de documentos utilizamos um processo semelhante: localizámos os documentos dentro de um livro e

utilizámos a própria estrutura interna da fonte para rapidamente encontrar a informação original, quando é necessário. A necessidade de registar a posição de cada item de informação dentro da fonte só se põe para originais bastante volumosos que não possuam uma estrutura interna clara, quer cronológica, quer de outro tipo, o que nunca aconteceu na documentação que tratámos.

Finalmente, uma referência às colunas de observações ("obs"). Normalmente essas colunas estão reservadas para a introdução de texto livre com notas que servirão apenas para futura referência do investigador. Trata-se de informação que, pela sua forma livre e não estruturada, não é sujeita a nenhum tratamento especial por parte dos programas que processam a informação. No exemplo acima serviu a coluna "obs" para registar a forma original do atributo residência que, no documento, se lia "vila" e que foi registada como "soure". De facto, o valor a registar é "soure" porque é esse o significado de "vila" no contexto do documento particular que se está a processar. Interessa, por vezes, registar a forma original e a coluna "obs" pode ser utilizada para isso. Como veremos mais tarde este tipo de observações é introduzida automaticamente pelos programas que processam o registo de dados.

Às duas tabelas apresentadas até agora, "pessoas" e "atributos", iremos agora juntar uma terceira que registará as relações entre pessoas.

Retomando o exemplo anterior, da devassa de 1692, introduzamos um elemento adicional que consiste no facto de

sabermos que José Machado é filho de Manuel Fernandes, de alcunha "o ratinho".

```
José Machado, solteiro, da vila, que de idade disse ter 24 anos, filho
de Manuel Fernandes o ratinho....
```

Registar a informação adicional implica:

- Registar a nova pessoa, Manuel Fernandes, na tabela das pessoas
- Registar o seu atributo "alcunha" e o respectivo valor na tabela de "atributos"
- Registar a relação de parentesco pai/filho entre José Machado e Manuel Fernandes.

As tabelas anteriores (quadros 3.3 e 3.4) recebem, assim, uma linha adicional cada uma (ver quadros 3.5 e 3.6).

Quadro 3.5: Linhas na tabela de pessoas (II)

Pessoas

id	*nome*	*sexo*	*obs*
d1692-t1	jose machado	m	
d1692-r1	*manuel fernandes*	*m*	

Quadro 3.6: Linhas na tabela de atributos (II)

Atributos

id	*pessoa*	*atributo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-t1a1	d1692-t1	ec	s	16921004	ldp1692	
d1692-t1a2	d1692-t1	residencia	soure	16921004	ldp1692	"vila"
d1692-t1a3	d1692-t1	idade	24	16921004	ldp1692	
d1692-r1a1	*d1692-r1*	*alcunha*	*ratinho*	*16921004*	*ldp1692*	

A relação de parentesco exige uma nova tabela, que servirá para registar todas as relações, de qualquer tipo, entre todas as pessoas. A tabela das relações inclui colunas que designam as duas pessoas envolvidas, o tipo de relação entre elas, a data em que a relação foi detectada e a fonte que forneceu a informação (quadro 3.7).

Quadro 3.7: Tabela para registo de relações

Relações

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora (automática)
origem	id da pessoa sujeito (origem) da relação
destino	id da pessoa objecto (destino) da relação
tipo	tipo da relação
valor	valor da relação
data	data da relação
fonte	fonte original (código)
obs	observações gerais

Quadro 3.8: Linhas na tabela de relações (relação pai/filho)

Relações

id	*origem*	*destino*	*tipo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-r1r1	d1692-r1	d1692-t1	parentesco	pai	16921004	ldp1692	

A coluna "id" desta tabela recebe uma matrícula, sempre diferente, automaticamente gerada. As colunas "origem" e "destino" encerram as matrículas de identificação das duas pessoas envolvidas na relação. Note-se que uma relação do tipo "paternidade" é uma relação reflexiva: se X é pai de Y então Y é filho de X. Neste sistema não é necessário registar as duas formas. Os programas foram elaborados para compreenderem que determinadas relações são reflexivas. É, por isso, indiferente registar uma relação de paternidade como "X é pai de Y" ou "Y é filho de X". Neste exemplo registámos a relação "pai" e não "filho", pelo que temos de preencher as colunas origem e destino em conformidade: a origem é a matrícula do pai e o destino a matrícula do filho. Se tivéssemos antes registado a relação como "filho" e não "pai", teríamos que inverter os valores da colunas "origem" e "destino" (quadro 3.9).

Quadro 3.9: Linhas na tabela de relações (relação filho/pai)

Relações

id	*origem*	*destino*	*tipo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-r1r1	**d1692-t1**	**d1692-r1**	parentesco	**filho**	16921004	ldp1692	

As relações têm um "tipo" e um "valor". O "tipo" distingue níveis de relações ("parentesco", "sociabilidade", "económicas"). O "valor" especifica a relação concreta. No caso do parentesco, o vocabulário da coluna "valor" é dado pelo vocabulário normal utilizado para designar parentes (admitindo, contudo, formas para designar o grau de consanguinidade ou afinidade quando não conhecemos o parentesco concreto). Para outro tipo de relações a coluna "valor" utiliza um vocabulário controlado a priori.

As três tabelas pessoas/atributos/relações constituem o essencial do formalismo de representação da informação biográfica. Este esquema decompõe a entidade abstracta "pessoa" em três entidades operacionais inter-relacionadas. Apesar da simplicidade formal da solução obtemos uma estrutura que permite o registo de uma quantidade variável de informação sobre cada indívíduo e uma quantidade igualmente variável de relações entre indíviduos. Permite, igualmente, do ponto de vista da implementação, obter rapidamente respostas a interrogações frequentes como sejam: quais os nomes das pessoas com determinado atributo, quais as relações registadas de uma pessoa. Não há limite para o número de atributos e de relações associadas a uma pessoa (acrescentam-se linhas nas respectivas tabelas conforme for necessário).

É importante reter que a nossa tabela de pessoas regista "ocorrências" de pessoas e não pessoas "reais". Quer isto dizer que cada referência a uma pessoa numa fonte gera as linhas correspondentes nas tabelas pessoas-atributos-relações. Frequentemente dar-se-á o caso de outras referências a essa pessoa

se encontrarem já nessas mesmas tabelas. Assim, o número de linhas existente na tabela "pessoas" é sempre muito superior ao número de pessoas reais na população que se estuda. O objectivo do processo de identificação é precisamente agrupar as linhas da tabela de pessoas em função das pessoas reais. Chama-se a esse processo "ligar os registos" ou, em inglês, "record linking".

O processo de identificação será objecto de uma explicação detalhada em capítulo posterior e aí serão detalhadas as estruturas de dados que registarão este tipo de informação. Neste momento importa continuar a expandir o esquema de registo da informação nominal passando àquilo que designámos por informação funcional.

3.2.3.2. *A informação funcional: pessoas e actos*

Retomemos o nosso exemplo baseado na devassa de 1692:

> José Machado, solteiro, da vila, que de idade disse ter 24 anos, *filho de Manuel Fernandes o ratinho....*

Vimos acima como a informação nominal associada às duas pessoas é registada num conjunto de três tabelas (pessoas, atributos e relações). Existe, contudo, um resíduo de informação não registado que diz respeito à *função* que ambas as pessoas assumem na fonte. José Machado é uma testemunha de devassa enquanto que Manuel Fernandes tem uma função acessória de auxiliar a identificação da testemunha. Esta informação tem de ser registada de algum modo.

Para registarmos o aspecto funcional da ocorrência de uma pessoa numa fonte iremos introduzir uma entidade adicional que

denominaremos por "acto". Um "acto" é uma ocorrência, situada no espaço e no tempo, que deu lugar a um registo documentado envolvendo várias pessoas. Concretamente, nesta investigação, consideramos "actos" as devassas das visitas pastorais, os baptismos, casamentos, óbitos e escrituras notariais, que constituem o núcleo inicial da documentação tratada informaticamente. A estes podemos acrescentar no mesmo espírito medições e reconhecimentos em tombos, actas camarárias, processos inquisitoriais e, praticamente, qualquer tipo de acontecimento que gere um documento escrito. As escrituras notariais encerram, só por si, uma grande diversidade de actos.

A cada acto estão associadas várias pessoas com funções diferentes. No nosso exemplo, José Machado assume a função de "testemunha" num acto do tipo "devassa". Na mesma devassa outras pessoas assumirão a função de testemunhas, outras de acusados e outras ainda, como o pai de José Machado, a função periférica de serem "referidos" no acto sem que nele participem directamente.

Apesar da sua diversidade, os actos têm um número de características comuns que nos servirão de base para a formalização. Nomeadamente todos os actos ocorrem numa determinada data. Actos de tipo diferente têm atributos diferentes mas iremos, por agora, contentarmo-nos em registar as características básicas dos actos, o que se fará por uma tabela com as características do quadro 3.10. O registo da devassa do nosso exemplo introduzirá uma linha nessa tabela, conforme se vê no quadro 3.11.

Quadro 3.10: Tabela para registo de actos

Actos

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora (automática)
data	data do acto
tipo de acto	devassa, baptismo,...
obs	observações gerais

Quadro 3.11: Linhas na tabela de actos

Actos

id	*data*	*tipo de acto*	*obs*
dev1692	16921004	devassa	

Existem várias opções para, a partir desta base, registarmos a informação funcional ligada às pessoas. Uma dessas opções consiste em criar uma nova tabela, semelhante à tabela de relações, que funcione como ligação entre as pessoas e os actos, registando a função que cada uma tem. Versões iniciais deste sistema utilizavam um esquema desse tipo[343]. Contudo, com o evoluir da utilização, decidimos simplificar o formalismo a partir de uma generalização do conceito de "relações". Vimos anteriormente como se registavam relações entre pessoas (quadros 3.7, 3.8 e 3.9). Alargaremos agora o conceito de "relações" para incluirmos na tabela respectiva não só relações inter-pessoais mas

[343] Nomeadamente a estrutura de dados descrita em Carvalho, Joaquim Ramos de, *Soluzioni informatiche per microstorici*. "Quaderni storici". 78,1991, p. 761-792.

também relações entre pessoas e outro tipo de entidades, nomeadamente "actos". Em nada necessitamos de alterar a tabela representada pelo quadro 3.7. Basta-nos admitir o registo de relações do tipo "função em acto", cuja origem é uma pessoa e cujo destino é um acto.

Deste modo o registo da informação funcional do nosso exemplo consiste em acrescentar duas linhas novas à tabela do quadro 3.7 (ver agora o quadro 3.12): uma referindo que José Machado está relacionado funcionalmente como "testemunha" com a devassa de 1692 e que Manuel Fernandes está relacionado com o mesmo acto com a função de "referido" (termo que utilizamos para designar a função de pessoas que não participam directamente no acto mas são nele referidas, normalmente como elemento de identificação auxiliar dos participantes directos).

Quadro 3.12: Linhas na tabela de relações (incluindo relações funcionais)

Relações

id	*origem*	*destino*	*tipo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-r1r1	d1692-r1	d1692-t1	paren-tesco	pai	16921004	ldp1692	
d1692-t1r1	*d1692-t1*	*dev1692*	*funÂão em acto*	*teste-munha*	*16921004*	*ldp1692*	
d1692-r1r2	*d1692-r1*	*dev1692*	*funÂão em acto*	*referido*	*16921004*	*ldp1692*	

A tabela de "relações" generalizou-se por este processo. Deixou de ser uma forma de registar relações entre pessoas para passar a registar relações entre entidades de natureza diversa, neste

exemplo, pessoas e actos. Esta generalização simplifica bastante o formalismo de base e podemos levá-la ainda mais longe assumindo que nesta tabela podem ser introduzidas relações entre qualquer tipo de entidades. Poderíamos imaginar o registo de uma relação entre duas escrituras, em que uma invalida a outra. Na origem da relação estaria um acto, no destino outro acto, a relação seria do tipo "entre actos" e o valor "derrogação". Significa isto que os valores das colunas "origem" e "destino" se referem a entidades descritas em tabelas diversas ("pessoas" e "actos" no exemplo dado).

Esta generalização sugere outra. Pessoas e actos, embora no mundo real sejam entidades muito diferentes, assumem dentro do formalismo que estamos a apurar, alguns pontos de identidade. Acabámos de ver que ambas podem ser origem e destino de relações. Poderíamos também descrever os actos por atributos adicionais que seriam inseridos como linhas da tabela de atributos (quadro 3.2). Mais uma vez não necessitaríamos de modificar em nada a estrutura de dados já definida, mas apenas generalizar a aplicação das tabelas.

Embora possa não ser evidente para o leitor, estes processos de generalização formal simplificam em muito a elaboração de programas e todas as tarefas relacionadas com a manutenção das bases de dados, incluindo, em última análise, a sua utilização pelo investigador. De um modo geral, formalismos regulares e simples permitem a criação de programas que comunicam com os utilizadores de forma regular e simples, de modo que as nossas preocupações aqui não são puramente tecnicistas. Permitem, com um conjunto de tabelas relativamente reduzido, registar

informações muito variadas sobre objectos históricos de tipos muito diferentes. A principal vantagem que se extrai da utilização da generalização é a de tornar a estrutura da base de dados aberta à inclusão de novos tipos de dados com modificações mínimas. Em qualquer sistema de base de dados é sempre mais fácil introduzir novos dados em estruturas existentes do que adicionar novas estruturas sob a forma de mais tabelas. Como vimos acima, foi possível adicionar a informação funcional ligada às pessoas, mantendo as tabelas existentes e deixando em aberto a possibilidade de registar outro tipo de situações mais complexas, como a derrogação de um acto por outro.

A conclusão a que chegamos neste ponto é que a estrutura de três tabelas (pessoas-atributos-relações), que definimos para registar a informação biográfica, pode ser generalizada para registar informação sobre tipos de entidades muito variados. De seguida iremos explorar este aspecto um pouco mais profundamente e vermos como se pode, com um número de tabelas reduzidas, criar uma infra-estrutura geral e flexível para o registo de informação histórica no contexto da reconstituição de comunidades históricas.

3.2.3.3. Generalização e especialização de entidades históricas.

Ao generalizarmos o significado inicial da tabela "relações" abrimos a possibilidade de alargar o âmbito do esquema inicial da base de dados. Constituído por três tabelas básicas ("pessoas",

"atributos", "relações"), este esquema visava aglutinar de modo flexível informação variável no tempo sobre pessoas, com o registo da fonte original onde cada item de informação foi recolhido. Contudo, como vimos na secção anterior, faz todo o sentido alargar o âmbito de aplicação da tabela de relações para incluir ligações não só entre pessoas, mas também entre pessoas e outro tipo de entidades. Esta modificação menor provoca uma flexão importante de filosofia cujas consequências analisaremos agora.

Reexaminemos a coluna "destino" da tabela "relações" na forma que assume no quadro 3.12. Temos dois valores distintos nessa coluna: "d1692-t1" e "dev1692", que ocorre duas vezes. O primeiro valor é a matrícula de uma pessoa, o segundo é a matrícula de um acto. Temos, assim, entidades de tipo diferente referidas numa mesma coluna. Essa variedade tem muitas vantagens, como já referimos, mas pode também causar alguns problemas técnicos e formais. Quando um programa informático analisa as relações de uma pessoa a partir desta tabela encontrará matrículas identificadoras de entidades muito diferentes. Para obter mais informação sobre "d1692-t1" terá que consultar a tabela das pessoas, para obter mais informação sobre "dev1692" terá que consultar a tabela de actos. De modo que o programa, para cumprir eficazmente a sua função, terá que poder determinar rapidamente que tipo de entidade corresponde a cada matrícula para poder completar a informação relevante. Se generalizarmos também a tabela de atributos teremos uma questão semelhante: onde agora temos uma coluna com a matrícula da pessoa a que o

atributo pertence, passaremos a ter matrículas correspondendo a actos, ou outro tipo de entidades.

É, assim, necessário prever um modo eficaz de determinar o tipo de entidade a que se refere uma matrícula de identificação qualquer. Existem vários métodos possíveis para levar a efeito essa tarefa. O que iremos propor de seguida baseia-se no modelo entidade - relacionamento estendido, que referimos anteriormente (3.2.2.1) e constitui um método testado de representar o conceito de generalização e especialização em sistemas de bases de dados relacionais.

O primeiro passo a dar neste contexto é formular a noção de "entidade histórica" a um nível abstracto. Uma "entidade histórica" ou, se se quiser, "um objecto histórico" é tudo aquilo que pode ter uma matrícula identificadora e, assim, ser origem/destino de uma relação ou ainda possuir um número determinado de atributos. Chegamos ao conceito de "entidade histórica" por generalização das duas entidades que já tínhamos definido: "pessoas" e "actos". Como vimos, no nosso exemplo, tanto "pessoas" como "actos" aparecem na coluna "destino" da tabela de relações. Quase só com um artifício de redacção passamos a dizer que as matrículas que aparecem nessa coluna designam "entidades históricas" que podem ser ou "pessoas", ou "actos", ou outras entidades que futuramente queiramos representar.

Dentro deste quadro, as categorias "pessoa" e "acto" são casos particulares de "entidades históricas", ou, na linguagem do modelo, "especializações". Para representar esta informação

adicional introduzimos uma nova tabela, com apenas duas colunas, denominada "entidades" (quadro 3.13).

Quadro 3.13: Tabela para registo de entidades

Entidades

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora da entidade
tipo	tipo de entidade (pessoa, acto, escritura,...)

A função dessa tabela é permitir aos programas que interagem com a base de dados determinar rapidamente que tipo de entidade corresponde a determinada matrícula. Preenchendo esta tabela com os dados do nosso exemplo, obtemos uma lista com três entidades, duas pessoas e um acto (quadro 3.14).

Quadro 3.14:. Linhas na tabela de entidades

Entidades

Id	*Tipo*
d1692-r1	pessoa
d1692-t1	pessoa
dev1692	acto

Cruzando a informação da tabela de relações com a tabela de entidades, qualquer programa obtém rapidamente a informação sobre o tipo de entidades envolvidas numa relação concreta. As colunas "origem" e "destino" da tabela de relações referem

matrículas que, necessariamente, existem na coluna "id" da tabela "entidades". Essas matrículas podem corresponder a pessoas ou não. Do mesmo modo, alteraremos a tabela "atributos" para a tornar geral e não apenas aplicável a atributos pessoais. A modificação consiste apenas em alterar o nome da coluna "pessoa" para a etiqueta mais genérica de "entidade" (ver quadro 3.15).

Quadro 3.15: Tabela para registo de atributos de entidades (II)

Atributos

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora (automática)
entidade	*id da entidade respectiva (refere a coluna "id" da tabela "entidades")*
atributo	tipo de atributo
valor	valor do atributo
data	data do atributo
fonte	fonte original (código)
obs	observações gerais

Deste modo podemos adicionar atributos a qualquer tipo de entidades e não apenas a pessoas.

Reparemos mais de perto na relação entre a tabela "entidades" (quadro 3.14) e as tabelas "pessoas" e "actos" (quadros 3.5 e 3.11). Cada linha das tabelas de pessoas tem uma linha correspondente na tabela de entidades e o mesmo acontece com a tabela de actos. A coluna "id" da tabela de entidades reproduz as colunas "id" das tabelas de pessoas e actos. De facto, cada vez que introduzirmos

uma nova pessoa ou um novo acto, teremos que registar na tabela de "entidades" a matrícula respectiva e o tipo de entidade de que se trata. Assim, a tabela "entidades" funciona como um registo central de todos os "objectos" existentes na base de dados. Cada "objecto" terá sempre, pelo menos, duas entradas na base de dados: uma na tabela geral de todos os objectos (a tabela "entidades") e outra na tabela correspondente ao tipo de objecto em questão (a tabela "pessoas" ou a tabela "actos", dentro do nosso exemplo). A mesma matrícula em ambas as tabelas serve de elemento de ligação.

Do ponto de vista conceptual dizemos que "pessoas" e "actos" são especializações de "entidades" ou "subclasses" de "entidades". Do ponto de vista da implementação, cada relação de especialização implica duas tabelas com chaves comuns. Esta metodologia pode ser aproveitada de forma genérica e gerar uma base de dados em que os vários tipos de entidades estão hierarquicamente organizados.

Para expandir esta temática com um exemplo adicional vamos introduzir o conceito de "devassa" de forma mais concreta na base de dados. Como vimos anteriormente, a devassa de 1692 foi introduzida na base de dados como um "acto" cujo único atributo foi ter ocorrido em determinada data. Contudo temos outros atributos que descrevem a devassa enquanto acto. Por exemplo, o local em que decorreu, o nome do visitador, qual o pároco que era residente no momento da devassa, etc. Para isso necessitamos de "especializar" a entidade "acto" em algo mais concreto que é a "devassa". Tal como a especialização de "entidade histórica" em

"acto" envolveu duas tabelas com chaves comuns, a especialização de "acto" em "devassa" vai envolver também duas tabelas que partilham chaves: a tabela de "actos", que já existe, e uma nova tabela de devassas que terá mais colunas para receber os valores dos atributos específicos de uma devassa (ver quadros 3.16 e 3.17).

Quadro 3.16: Tabela para registo de devassas

Devassas

Atributos/colunas	*Explicação*
id	matrícula identificadora da devassa
local	local onde decorreu a devassa
visitador	nome do visitador
pároco	nome do pároco residente
obs	observações genéricas

Quadro 3.17: Linhas na tabela das devassas

Devassas

id	*local*	*visitador*	*pároco*	*obs*
dev1692	misericórdia	manuel joao, desembargador da relação episcopal.	luis alvares pinto	devassa em vários dias (10 de Abril a 19 de Abril)

Assim, o "objecto" histórico que constitui a devassa de 1692 produz três linhas em três tabelas: entidades, actos e devassas. Essas três linhas reflectem as relações de especialização crescente:

uma devassa é um caso particular de acto que, por sua vez, é um caso particular de "entidade" histórica.

Os atributos da devassa, enquanto objecto histórico, distribuem-se pelas três tabelas da seguinte maneira: o "tipo", por ser um atributo comum a todas as entidades históricas, fica registado na tabela de "entidades"; a data, por ser um atributo comum a todos os actos, vai para a tabela de actos; o local, visitador e pároco, por serem específicos da devassa, vão para a respectiva tabela. A matrícula de identificação está presente em todas as tabelas para garantir que a informação é mantida coerentemente ligada.

Para consumar esta nova estrutura temos que modificar o registo da devassa na tabela de entidades, introduzindo a nova informação que o objecto "dev1692" não é simplesmente um acto, é algo de mais concreto, uma devassa (ver quadro 3.18).

Quadro 3.18:. Linhas na tabela de entidades
(II - após a especialização das devassas)

Entidades

Id	*Tipo*
d1692-r1	pessoa
d1692-t1	pessoa
dev1692	***devassa***

Podemos agora resumir o esquema que nos permite formalizar entidades históricas variadas numa hierarquia de categorias.

O primeiro conceito formal é o de "entidade" ou "objecto" histórico. A sua definição é a mesma que a definição de "entidade" no modelo "entidade-relação": algo que existiu e que pode ser descrito por um conjunto de atributos. Cada entidade ou objecto pertence a um "tipo" ou "classe": pessoas, actos, devassas.

Este conceito formal tem a sua implementação concreta na tabela de entidades. A tabela de entidades regista todas as entidades existentes. Cada entidade tem uma matrícula e pertence a um determinado tipo ou classe. A tabela tem duas colunas que registam essa informação: a matrícula e o tipo ou classe de cada entidade existente.

O segundo conceito formal é o de especialização. Mais uma vez nos baseamos no modelo entidade-relação na sua forma expandida. Uma especialização é a relação entre dois tipos de entidades em que um representa um caso particular, ou mais específico, do outro. Assim, as devassas são uma especialização dos actos em geral. "Actos" e "pessoas" são especializações de "entidades em geral".

A implementação deste conceito passa pela criação de uma tabela para cada nível da hierarquia de especialização. A tabela "entidades" representa o nível mais alto: o de entidade histórica em geral. Para cada especialização cria-se uma tabela adicional que permite o registo dos atributos particulares do novo tipo de entidade. Quando inserimos um objecto histórico concreto, com o seu conjunto de atributos fixos, distribuímos a informação pelas

várias tabelas da hierarquia, conforme o tipo de entidade a que cada atributo corresponde.

Podemos representar a estrutura da base dados, tal como está definida até agora, por um diagrama (ver diagrama 3.1).

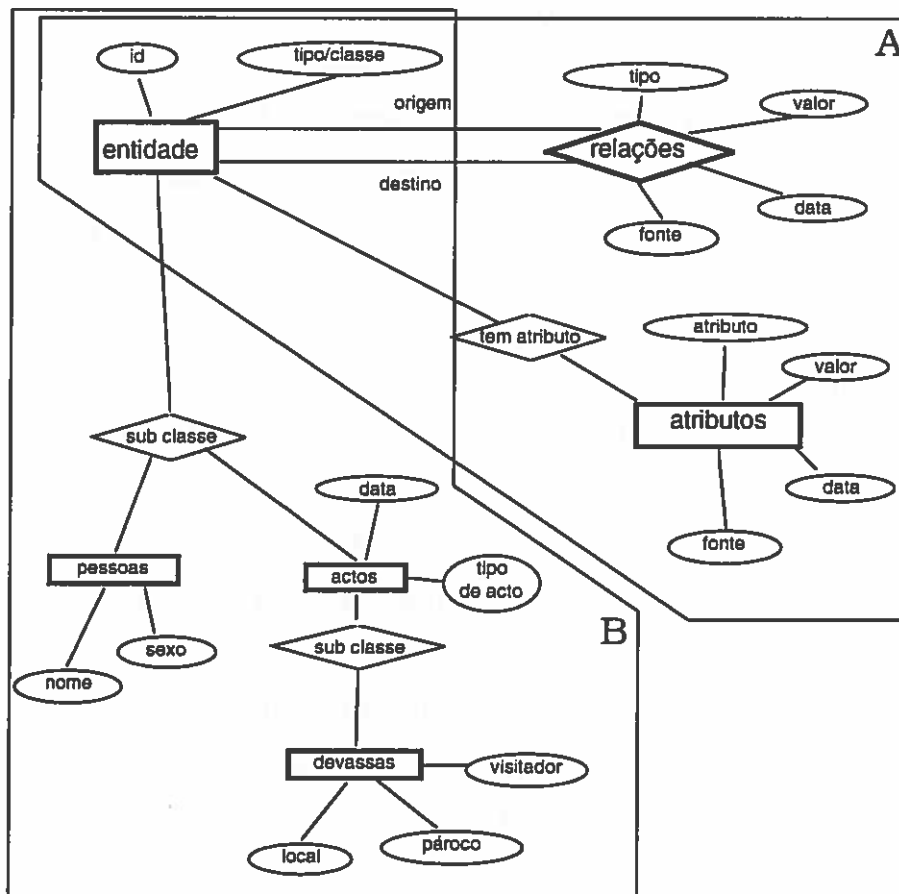



Diagrama 3.1: Estrutura nominal

Este diagrama utiliza algumas convenções gráficas comunmente aceites na representação de esquemas produzidos pelo modelo "entidade/relacionamento". Os rectângulos indicam entidades e correspondem a tabelas na base de dados relacional. As ovais correspondem a atributos das entidades e às colunas das respectivas tabelas. Os losângos correspondem a relações entre entidades. Algumas relações possuem atributos associados, como é o caso do losângo denominado "relações".

O diagrama tem duas zonas distintas. A primeira engloba a tríade entidades/relações/atributos, correspondendo a três tabelas na base de dados relacional (zona A). Este conjunto de estruturas tem a capacidade de representar objectos históricos genéricos com atributos variáveis e as respectivas relações, com a identificação da fonte em que cada item de informação se originou. Esta tríade é estável e constitui o núcleo principal do formalismo. A segunda zona engloba os rectângulos "entidades", "pessoas", "actos" e "devassas" (zona B). É a zona onde se estruturam as relações hierárquicas de especialização. Esta zona vai captar a evolução futura do sistema. Aqui se adicionam novas categorias de objectos à medida que a informação a registar se vai complexificando. À representação abstracta do diagrama 3.1 podemos acrescentar um diagrama das tabelas envolvidas no esquema relacional (diagrama 3.2).

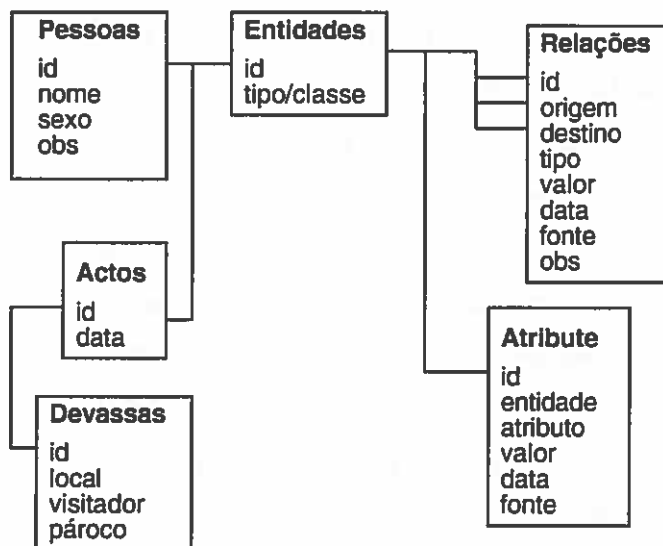



Diagrama 3.2: Estrutura de tabelas relacionais

O esquema formal básico fica, deste modo, definido. O resto dos elementos a introduzir corresponde a especializações progressivas na zona B do diagrama 3.1., mas não necessitam de conceitos radicalmente novos para além dos que foram explanados até aqui.

A próxima secção está ainda ligada à estrutura da base de dados e à representação formal da informação. Contudo foca já aspectos que estão mais directamente ligados a questões de implementação de um sistema específico do que à lógica interna da informação histórica. Mais concretamente, a secção seguinte explicita o modo como adicionamos à base de dados informação sobre a sua própria estrutura, permitindo que os programas actuem de maneira mais eficaz sobre a hierarquia de especializações. O principal objectivo do que aí se exporá é de mostrar como se podem implementar facilmente programas que

actuam sobre os objectos históricos de modo diferenciado, conforme se trata de pessoas, actos, devassas, ou outro tipo. Para potenciar essa capacidade, é necessário que a base de dados registe não só a informação histórica em si mas também informação mais abstracta sobre os vários tipos de entidades presentes nessa informação. O interesse desta matéria para o historiador é reduzido. O seu destinatário preferencial é a pessoa responsável por implementar um sistema concreto baseado nos formalismos explicados até agora. Introduziremos alguns conceitos e extensões à estrutura da base de dados, que fazem sentido mais do ponto de vista da lógica da implementação informática do que da lógica da investigação histórica. Para quem quiser (ou tiver que) preocupar-se com esse aspecto, a próxima secção introduz elementos que facilitarão bastante o processamento de uma base de dados relacional que contém informação hierarquicamente organizada.

3.2.4. INTRODUZINDO META-INFORMAÇÃO: OBJECTOS, CLASSES E MÉTODOS

Na secção anterior vimos como se pode criar uma estrutura de dados que representa um conjunto de entidades que estabelecem entre si relações de especialização. Essa estrutura define uma hierarquia que vai do geral ao particular, por etapas sucessivas. Chegámos a essa solução por imposição derivada das características da informação a registar. Procedemos, por isso, inferencialmente, partindo de exemplos concretos de dados até chegarmos a uma estrutura abstracta.

Agora iremos examinar algumas consequências dessa estrutura, do ponto de vista da implementação de programas que sobre ela actuem. Uma questão já aflorada acima diz respeito à necessidade de criar mecanismos que actuem diferentemente sobre os vários tipos de entidades. Referimos essa necessidade quando, analisando as relações de uma pessoa, vimos que os destinatários dessas relações podiam ser quer outras pessoas, quer actos. Na altura salientámos que um programa que estivesse a processar essa lista de relações teria que "saber" que existe informação específica adicional para as pessoas e informação específica para os actos. Mais concretamente, o programa necessita de determinar rapidamente, para uma matrícula de identificação qualquer, o tipo de entidade respectivo. A tabela de entidades, que associa cada uma das matrículas a um tipo de entidade, foi criada a partir dessa necessidade.

Contudo, a estrutura de dados, tal como foi descrita até agora, não contém alguma informação importante para que os programas actuem de modo inteligente. Por exemplo, o facto de o tipo de entidade "devassa" ser uma especialização de "actos" que, por sua vez, é uma especialização de "entidade", é algo que nós sabemos mas não está explicitado na base de dados. Os programas que actuem sobre estes dados têm de obter esse conhecimento de algum modo.

É má política de implementação construir programas que assumam uma determinada estrutura muito específica, sobretudo quando é suposto que essa estrutura evolua rapidamente. No nosso esquema, tal como está representado nos diagramas 3.1 e 3.2, temos algumas características que são genéricas e estáveis (a

zona A) e outras que evoluem ao sabor das investigações concretas (a zona B). A parte da estrutura que evolui mais imprevisivelmente é precisamente aquela que diz respeito à tipologia das entidades representadas e às suas relações hierárquicas. Cada nova fonte pode criar novos tipos de entidades, e mesmo uma reanálise de fontes já tratadas pode criar novos objectos de interesse que necessitem de novos tipos de entidades no sistema. Se os programas que operam sobre os dados são feitos especialmente para uma determinada configuração da estrutura de especialização (zona B), isso significa que, na prática, será difícil alterar essa mesma estrutura, sem despender um grande esforço de reprogramação.

O ideal seria que os programas fossem genéricos e se adaptassem automaticamente às evoluções da zona B do diagrama 3.1. Mas para que isso seja possível é necessário que a nossa base de dados, além de fornecer aos programas a informação originária das fontes históricas, forneça também a informação que descreve a sua organização interna. Por outras palavras, a base de dados tem de encerrar, sob a forma de dados, a descrição da sua própria estrutura. Desse modo podemos imaginar programas que interrogam a base de dados, num primeiro momento, para obterem uma descrição das entidades existentes e respectivas relações de especialização e, num segundo momento, actuam sobre a informação histórica referente a essas entidades. Conseguiríamos, por este processo, programas genéricos que se auto-adaptariam às características específicas de determinados contextos de investigação.

A criação de programas que reagem diferentemente conforme a natureza do objecto a que se aplicam, é um dos temas centrais da investigação em técnicas de programação. Chama-se "programação orientada por objectos" à metodologia utilizada para construir programas com as características referidas. Como se trata de uma matéria consagrada, com ampla literatura, procuraremos utilizar o seu vocabulário específico que, aliás, retoma com termos diferentes os principais conceitos até agora introduzidos.

Em programação orientada por objectos, os "tipos de entidades" que temos vindo a referir designam-se por "classes". Temos, assim, nos exemplos que temos vindo a propor, as classes "entidade", "pessoa" e "acto". Denominam-se "objectos" as instâncias concretas dessas classes, por exemplo, a pessoa "d1692-t1" ou o acto "dev1692". As classes têm determinados atributos, em tudo conceptualmente idênticos aos atributos elementares das entidades do modelo entidade-relacionamento. Cada objecto de uma classe possui valores próprios para esses atributos comuns a todos os objectos da mesma classe. As classes organizam-se hierarquicamente através de relações de especialização iguais às que descrevemos para as nossas entidades. Quando uma classe especializa outra chama-se à classe mais geral a "superclasse" e à mais específica a "subclasse". Assim diríamos que "devassa" é uma subclasse de "acto", ou que, inversamente acto é a "superclasse" de devassa.

Os procedimentos, ou programas, que actuam sobre os objectos, estão associados às classes respectivas. Assim, determinadas funções básicas como "imprimir", "criar", "apagar", "alterar" são programas para uma determinada classe. Quando o

utilizador dá uma instrução concreta, como, por exemplo, "imprimir" um determinado objecto, o sistema em primeiro lugar determina a classe a que o objecto pertence. Seguidamente, determina se existe algum programa de impressão específico para essa classe. Se existe, executa-o e a tarefa está determinada. Se não existe, então o sistema procurará aplicar uma solução mais geral: irá determinar se a classe do objecto em causa é uma especialização de uma classe mais genérica. Se assim for procurará de novo se existe um programa de impressão para a classe mais geral e executa-o nesse caso. O sistema continuará pela hierarquia acima até chegar ao topo.

Através deste mecanismo, a funcionalidade criada a determinado nível da hierarquia propaga-se pelos níveis inferiores. Em programação orientada por objectos denomina-se "herança" a este mecanismo de delegação de funcionalidade das classes mais gerais nas classes menos gerais. Quando se procura efectuar uma determinada operação com um objecto como, por exemplo, "imprimir", diz-se que se envia a mensagem "imprimir" a esse objecto. As classes associam programas a mensagens. Um programa que dá seguimento a uma mensagem chama-se um "método".

Um exemplo talvez ajude a clarear os conceitos.

Suponhamos que se define um programa para imprimir um objecto da classe "entidade", que corresponde ao nível mais alto da nossa hierarquia. As entidades, recordemos, só possuem dois atributos: id e tipo. O programa especificaria basicamente algo do género:

```
    Para imprimir uma entidade fazer (método p1):
tipo$id
           em que id  e tipo  serão substituídos pelos
valores reais.
```

Se ordenarmos ao sistema para que imprima os três objectos do nosso exemplo (ver quadro 3.18) seria produzido o seguinte resultado:

```
pessoa$d1692-t1
pessoa$d1692-r1
devassa$dev1692
```

O que acontece é que o sistema, em primeiro lugar, determina a classe de cada objecto e procurará um método de impressão específico. Como não encontra nenhum, a mensagem "imprimir" sobe na hierarquia para a classe "entidade" onde encontra o método mais geral, aquele que funciona sempre. No caso do objecto "dev1692", primeiro procura um método associado à classe "devassa" e falha. Depois, procura se existe na classe "acto" e falha novamente. Finalmente utiliza o método para a classe "entidade".

Seguidamente definiríamos a mesma função de impressão para a classe "acto":

```
      Para imprimir um acto fazer (método p2):
tipo de acto$id/data
```

A mesma mensagem de impressão enviada aos três objectos produziria agora um resultado diferente:

```
pessoa$d1692-t1
pessoa$d1692-r1
```

```
devassa$dev1692/16920410
```

Agora, no caso de "dev1692", é utilizado o método da classe "acto". Obviamente poderíamos definir um programa específico para devassas:

```
Para imprimir devassas fazer  (método p3):
     devassa$data/id=id
        /visitador=visitador
        /paroco=paroco
        /obs=obs
```

O resultado, agora, seria:

```
pessoa$d1692-t1
pessoa$d1692-r1
devassa$16920410/id=dev1692
     /visitador=manuel joao, desembargador da relação
episcopal.
     /paroco=luis alvares pinto
     /obs=devassa em vários dias (10 de Abril a 19 de
Abril)
```

Note-se que outros actos que não devassas que eventualmente existissem, continuariam a ser impressos na forma *tipo de acto$id/data*.

Vejamos agora o que é necessário para implementar um sistema com estas características sobre a base de dados descrita. A informação adicional necessária é de dois tipos: em primeiro lugar temos que registar as relações de especialização entre as classes; em segundo lugar temos de registar os métodos associados a determinadas mensagens, como "imprimir", para as classes em que estão definidas. A esta informação adicional que descreve as

características abstractas da informação do mundo real chamaremos "meta-informação".

Para manter a coerência formal do sistema, esta nova informação será registada como dois novos tipos de entidades, que especializam a entidade genérica. Necessitaremos, pois, de dois tipos de entidades adicionais. A entidade "classes" registará a informação relativa aos tipos de entidades. A tabela "métodos" associará métodos a classes para o tratamento de mensagens específicas. Estas novas entidades serão traduzidas, pelo mesmo processo que usámos anteriormente, por duas novas tabelas: "classes" e "métodos". Cada linha destas novas tabelas será individualizada por uma matrícula identificadora e gerará uma nova entrada na tabela geral de entidades. Devido ao limitado número de classes que vamos definir, não se justifica utilizar matrículas automáticas para identificar as classes. Usaremos o próprio nome da classe como identificador. Para cada classe, registamos o nome da classe imediatamente superior na hierarquia e o nome da tabela do esquema relacional que irá receber a informação dos objectos referentes a esta classe.

A tabela de classes tem a estrutura mostrada no quadro 3.19.

Quadro 3.19: Tabela para registo de classes

Classes

Atributos/colunas	*Explicação*
id	nome da classe
super	nome da superclasse desta classe
tabela	tabela que regista os objectos desta classe

Esta tabela receberá as linhas referentes aos tipos de entidades já definidos nos exemplos da secção anterior: "entidade", "pessoa", "acto", "devassa", a que teremos que acrescentar os dois novos tipos agora definidos, "classe" e "método".

Quadro 3.20: Linhas na tabela de classes

Classes

id	*super*	*tab ela*
entidade		entidades
pessoa	entidade	pessoas
acto	entidade	actos
devassa	acto	devassas
classe	**entidade**	**classes**
metodo	**entidade**	**metodos**

Esta tabela descreve a zona B do diagrama 3.1. Repare-se que a classe entidade não tem superclasse, uma vez que está no topo da hierarquia. Todas as outras classes são especializações de "entidade", excepto "devassa" que especializa a classe "acto".

Um factor importante da informação contida na tabela "Classes" consiste no enquadramento abstracto que é dado às tabelas do esquema relacional. Assim, as tabelas passam a estar associadas hierarquicamente uma vez que a cada tabela corresponde uma classe devidamente posicionada na hierarquia de especialização. As únicas tabelas do esquema relacional que não estão referidas na tabela de "classes" são as associadas às relações variáveis e aos atributos variáveis (zona A da figura 3.1). Com uma generalização adicional, a última de todo este processo,

iremos considerar as relações variáveis e os atributos variáveis como entidades pertencendo a classes próprias. Vamos, por isso, incluir mais duas classes na tabela do quadro 3.20 e, assim, obter uma descrição completamente autocontida da base de dados (ver quadro 3.21).

Quadro 3.21: Linhas na tabela de classes (II)
(Incluido relações e atributos)

Classes

id	*super*	*tabela*
entidade		entidades
pessoa	entidade	pessoas
acto	entidade	actos
devassa	acto	devassas
classe	entidade	classes
método	entidade	métodos
relação	**entidade**	**relações**
atributo	**entidade**	**atributos**

Os diferentes programas existentes são registados na tabela "métodos". Cada linha dessa tabela associa três elementos: um método, identificado por uma matrícula, a classe a que está associado e a mensagem que o activa. Os quadro 3.22 e 3.23 descrevem essa tabela e exemplificam com os três programas de impressão imaginados acima.

Quadro 3.22: Tabela para registo de métodos

Métodos

Atributos/colunas	*Explicação*
id	nome do método
classe	nome da classe a que está associado
mensagem	mensagem que activa este método

Quadro 3.23: Linhas na tabela de métodos

Método

id	*classe*	*mensagem*
p1	entidade	imprimir
p2	acto	imprimir
p3	devassa	imprimir

A tabela de entidades passa a reter os novos objectos que encapsulam a meta-informação:

Quadro 3.24: Linhas na tabela de entidades (III - após a introdução de meta-informação e considerando "relações" e "atributos")

Entidades

Id	*Tipo*
d1692-r1	pessoa
d1692-t1	pessoa
dev1692	devassa
d1692-r1r1	relação
d1692-t1r1	relação
d1692-r1r2	relação
d1692-t1a1	atributo
d1692-t1a2	atributo
d1692-t1a3	atributo
d1692-r1a1	atributo
entidade	classe
pessoa	classe
acto	classe
devassa	classe
classe	classe
metodo	classe
p1	método
p2	método
p3	método

Podemos, agora, rever o esquema 3.1 para incluir a meta-informação sobre classes e métodos (ver diagrama 3.3).

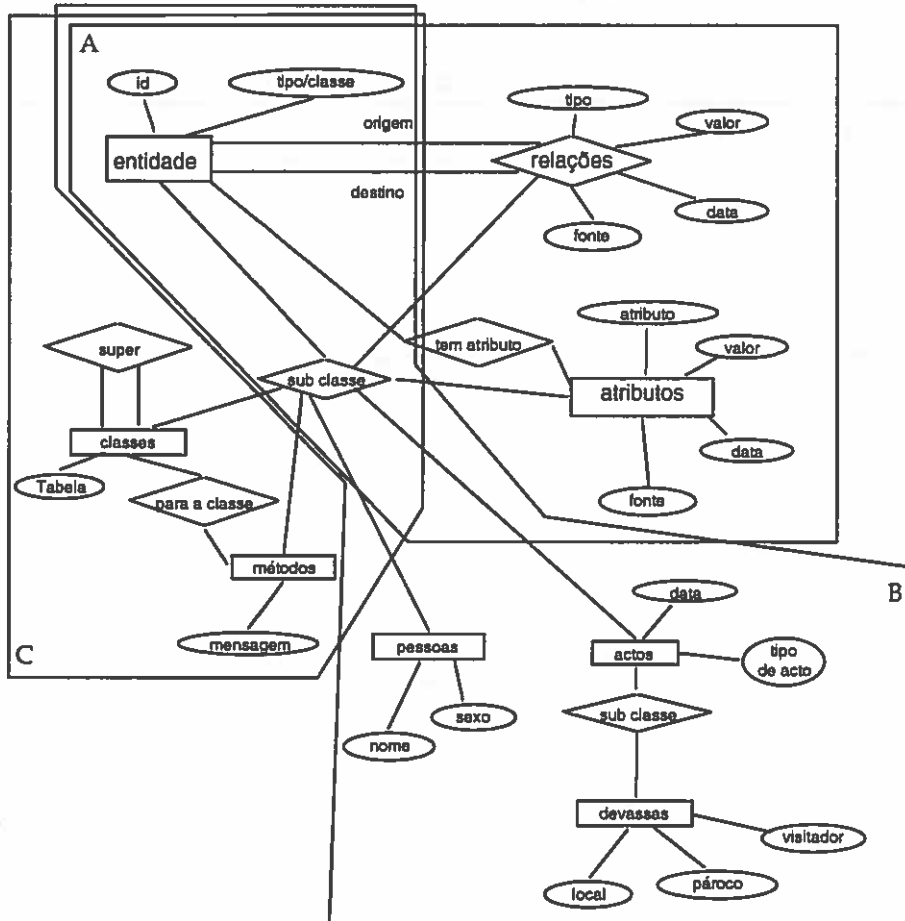



Diagrama 3.3: Estrutura com meta-informação

No novo esquema passam a existir três zonas. As zonas A e B mantêm-se como anteriormente e a nova zona C encerra a meta--informação que descreve o resto da base de dados, incluindo os programas disponíveis. Repare-se também que adicionámos linhas a especificar uma relação de subclasse entre "relações" e

"atributos", por um lado, e "entidades", por outro. Deste modo todas as tabelas da base de dados correspondem a uma classe de entidades que descende por especialização da classe "entidade".

Esta estrutura realiza os objectivos apontados para a reconstituição de comunidades históricas. Permite descrever objectos históricos definidos por atributos variáveis no tempo e interligados por relações que variam igualmente no tempo. Cada atributo e cada relação são retraçáveis até às fontes originais. A base de dados organiza os vários tipos de objectos numa hierarquia de classes. Essa hierarquia faz parte da própria base de dados que, de certo modo, se auto descreve. A capacidade auto-descritiva da base de dados permite uma estruturação de programas com um sabor "orientado a objectos", que aumenta a flexibilidade e a facilidade de expansão do sistema.

A possibilidade de explorar esta estrutura de forma eficaz, em termos de implementação concreta, depende muito das ferramentas de programação utilizadas. Certas soluções permitirão explorar mais eficazmente a meta-informação disponível. Outras deixarão pouca margem para a produção de programas verdadeiramente flexíveis. A tendência actual de desenvolvimento das ferramentas de programação parece apontar um cenário de utilização que utilize fortemente uma arquitectura cliente/servidor capaz de suportar ambientes Intranet/Internet.

Os conceitos aqui apresentados têm, contudo, algum valor autónomo. Descrevem, do modo o mais simples que foi possívelm os tipos de conceitos, problemas e soluções envolvidos na análise da representação de dados com as características definidas no

início. Existe, em consequência, um aspecto formal que é prévio às "contaminações" da implementação e das cedências às particularidades das ferramentas de desenvolvimento. O essencial desta proposta, do ponto de vista das metodologias de base de dados, reside no sistema de implementar uma hierarquia ER expandida com características de orientação por objectos dentro de uma base de dados relacional.

3.3. A REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E O REGISTO DE DADOS.

3.3.1. DA FONTE À BASE DE DADOS: O PROBLEMA

No capítulo anterior, desenvolvemos uma estrutura flexível de base de dados para suportar a informação recolhida durante uma investigação nominal. A análise feita procurou criar um esquema versátil do ponto de vista da variedade de informação a receber e dos processos a executar. O processo de refinação progressiva dessa estrutura foi sempre guiado por preocupações estritamente formais, sem considerar o modo como, na prática, o historiador ou o operador procederia à efectiva transcrição dos documentos históricos para o sistema.

O resultado da análise formal deixa-nos uma estrutura que, pelo seu grau de abstracção, está muito afastada do modo como a

informação histórica chega até nós. Uma maneira de realçar este problema é comparar o fragmento documental que desencadeou a nossa análise com a informação depois de formalizada.

Pondo de parte a meta-informação descrita no fim da secção anterior e restringindo-nos puramente à informação histórica, o fragmento inicial, que consistia na frase:

> José Machado, solteiro, da vila, que de idade disse ter 24 anos, *filho* de Manuel Fernandes o ratinho....

Quadro 3.25: Linhas na tabela de pessoas (repetição)

Pessoas

id	*nome*	*sexo*	*obs*
d1692-t1	jose machado	m	
d1692-r1	manuel fernandes	m	

Quadro 3.26: Linhas na tabela de atributos (repetição)

Atributos

id	*pessoa*	*atributo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-t1a1	d1692-t1	ec	s	16921004	ldp1692	
d1692-t1a2	d1692-t1	residencia	soure	16921004	ldp1692	"vila"
d1692-t1a3	d1692-t1	idade	24	16921004	ldp1692	
d1692-r1a1	d1692-r1	alcunha	ratinho	16921004	ldp1692	

Quadro 3.27: Linhas na tabela de relações (repetição)

Relações

id	*origem*	*destino*	*tipo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-r1r1	d1692-r1	d1692-t1	parentes co	pai	16921004	ldp1692	
d1692-t1r1	d1692-t1	dev1692	função em acto	teste- munha	16921004	ldp1692	
d1692-r1r2	d1692- r1	dev1692	função em acto	referido	16921004	ldp1692	

Esta transformação operada sobre a informação original, no sentido de a enquadrar na estrutura formalizada de dados, é ao mesmo tempo necessária e fundamental. É por esta operação que a informação histórica se torna verdadeiramente manipulável. Introduzimos, assim, uma distância entre a fonte e a base de dados que, se se justifica em termos formais, coloca problemas de utilização prática.

Existe sempre uma tensão intrínseca entre as necessidades de formalização da informação e a necessidade de manter processos de registo de dados próximos das fontes. Estruturas próximas das fontes normalmente facilitam a introdução de dados, mas dificultam o processamento posterior. Inversamente, estruturas de dados criadas de modo a optimizar a fase de exploração afastam-se em regra, da organização da fonte e dificultam o processo de registo. Esta contradição só se esbate quando a estrutura da fonte é muito simples e regular, aproximando-se das necessidades de normalização postas pela fase de processamento de dados.

Ao olharmos o resultado do tratamento do fragmento de fonte que serviu o nosso exemplo, apercebemo-nos que a introdução de dados exige um trabalho de "normalização" da informação que consiste, sobretudo, na separação dos vários elementos pelas colunas das várias tabelas interligadas. Se esse trabalho tiver que ser executado pelo operador ou pelo historiador, o custo de informatização pode tornar-se excessivo e o processo de introdução de dados demasiado longo e sujeito a erros. Experiências feitas demonstraram que, mesmo com programas que permitissem abrir várias janelas para introdução simultânea de dados em várias tabelas, o esforço de registo de fontes dentro deste esquema formal era excessivo e altamente sujeito a erros.

A solução encontrada para este problema foi de automatizar o processo de "normalização" das fontes[344]. Criaram-se, assim, uma série de programas que processavam um texto que continha a informação registada de um modo muito próximo das fontes originais, produzindo automaticamente e sem intervenção humana os valores a introduzir nas várias tabelas. Com estes programas o processo de registo das fontes deixou de recorrer aos sistemas de gestão de base de dados, que incluem os seus próprios métodos de introdução de informação, para utilizar como ferramenta principal um processador de texto simples. As fontes são transcritas como textos, com uma forma legível e envolvendo um certo número de convenções de escrita fáceis de apreender.

---

[344] Ver, para uma abordagem diferente da que expomos aqui: Breure, Leen, *Interactive Data Entry: Problems, Models, Solutions*, "History and Computing", 7(1), 1995, p. 30-49.

Esses textos são posteriormente submetidos aos programas de tradução que efectuam a normalização, produzindo a informação organizada em função das várias tabelas do esquema relacional. Uma fase final, denominada importação, incorpora na base de dados o resultado da tradução.

Esta abordagem tem alguns problemas próprios, que veremos mais adiante, mas resolve a dificuldade essencial: a da distância criada entre a fonte e a estrutura formal final. Ao automatizar o processo de normalização, permitiu que a concepção do esquema da base de dados fosse determinado principalmente por uma lógica de correcção formal e não por necessidades de rentabilização do registo de dados. Permitiu, igualmente, uma certa independência do registo de dados em relação às variações que o esquema relacional foi sofrendo. Com efeito, ao longo do desenvolvimento do sistema, a estrutura das tabelas foi-se apurando e racionalizando, sem que isso tivesse qualquer consequência sobre as fontes já registadas nem sobre as rotinas de trabalho estabelecidas. Modificações estruturais são facilmente incorporadas nos programas de tradução que relêem os textos originais e produzem os dados reorganizados sob um novo modelo.

A implementação desta solução tem duas componentes principais: uma é a definição das regras de transcrição que os textos produzidos a partir das fontes devem seguir; a segunda é a criação de programas informáticos capazes de ler esses textos e produzir o resultado "normalizado" para inserção automática na base de dados. As secções seguintes fornecem mais detalhes sobre este dois aspectos, explicitando ainda o funcionamento dos

tradutores e os problemas relativos à introdução de dados que ainda não foram eficazmente resolvidos.

3.3.2. A LINGUAGEM DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

Sendo as fontes históricas, no âmbito da reconstituição de comunidades históricas essencialmente textos, a forma de registo de dados mais próxima dos documentos é igualmente um texto. A utilização de fichas, neste tipo de investigação, não se afigura muito eficaz. De facto, a necessidade de recolher informação nominal muito variada coexiste dificilmente com a rigidez dos formulários de entrada de dados, quer em papel, quer directamente em computador. O texto, sendo naturalmente extensível e podendo seguir a sequencia de elementos da própria fonte, revela-se a forma ideal de transcrição do documento.

Contudo, as tecnologias existentes estão muito longe de poderem processar uma transcrição *ipsis verbis* de uma fonte histórica. Algum grau de uniformização e anotação é imprescindível para permitir um processamento automático dos textos produzidos. Essa uniformização assume a forma de uma "linguagem" particular a que os textos de registo devem obedecer. Trata-se de uma linguagem extremamente simples mas que possui, não obstante, uma gramática e uma semântica próprias.

Apesar de na elaboração deste sistema se terem produzido algumas especificações de notações ou linguagens para este efeito a escolha final acabou por recair num subconjunto da linguagem de transcrição definida pelo programa Kleio, do Max-Plank

Intitute für Geschichte[345]. Apesar do sistema Kleio utilizar formalismos próprios para a representação da informação na sua base de dados interna, a linguagem que propõe para o registo de documentos tem um valor intrínseco e pode ser utilizada indepentemente do resto do sistema. O próprio autor do sistema, Manfred Thaller, propôs uma notação universal para o registo de fontes históricas baseado no modelo da linguagem Kleio. Do nosso ponto de vista, a linguagem é simples de entender, económica na sua grafia e perfeitamente adequada às necessidades das fontes que utilizámos. Não deve, contudo, ser esquecido que estamos a utilizar simplesmente a notação de Kleio como mecanismo de entrada de dados e que o formalismo final desse sistema é de natureza muito diferente. A questão da equivalência entre a estrutura de um documento transcrito em Kleio e o modelo de dados utilizado aqui será detalhada nas páginas seguintes.

3.3.3. OS COMPONENTES DA LINGUAGEM KLEIO: DOCUMENTOS, GRUPOS, ELEMENTOS E ASPECTOS

A linguagem Kleio baseia-se num certo número de conceitos que organizam os vários tipos de informação. Esses conceitos têm

---

[345] Thaller, Manfred, *A draft proposal for a standard for the coding of Machine Readable Sources*. "Historical Social Research / Historische Sozial Forschung" 40, (1986), p. 3-46, onde é feita uma análise detalhada dos vários componentes de descrição de dados históricos; *Kleio: a database system*. Göttingen, Max-Planck-Institut, 1993. O formato de transcrição de dados usado pelo sistema Kleio é especificado nesta última obra, p.13-37.

muitas semelhanças com os que vimos no capítulo anterior, a propósito do modelo entidade-relação. Tratando-se, em ambos os casos de modelos de formalização da informação é natural que exista uma certa sobreposição conceptual. Na exposição que se segue faremos sempre que for pertinente remissivas para os conceitos já expostos, assinalando as semelhanças e diferenças.

Kleio utiliza dois conceitos - "grupo" e "elemento" - com um significado muito semelhante ao de "entidade" e "atributo"[346]. Um "grupo" é a unidade principal de recolha de informação e corresponde a uma pessoa ou uma propriedade, por exemplo. O "grupo" é descrito por "elementos" que recebem valores concretos, do mesmo modo que os atributos do modelo entidade-relacionamento. Kleio introduz ainda um nível abaixo do elementos ou atributos, definindo que cada valor de um elemento possa ter três "aspectos" ou formas: forma "base", forma "original" e "comentário". A forma "base" corresponde ao valor que normalmente se introduz num campo de um ficheiro. A "forma original" diz respeito ao modo como a informação estava, de facto, registada no documento, na sua expressão literal. O comentário é uma nota que o investigador regista no momento da transcrição e que se manterá associada ao elemento. Na prática, os "aspectos" em Kleio servem para registar, de forma rápida e eficaz, informação adicional[347].

Finalmente, em Kleio, existe o conceito que um grupo pode incluir vários outros grupos. Por exemplo, a informação de um baptismo é registada num grupo "baptismo" que inclui outros

---

[346] Thaller, Manfred, *Kleio....*, *cit.*, p. 18-27.

[347] Thaller, Manfred, *op. cit.*, p. 13.

grupos como "pai", "mae", "padrinho", etc... O grupo de nível superior para uma determinada fonte designa-se por "documento". Um ficheiro de transcrição de uma fonte, em Kleio, é, assim, um ficheiro de texto composto por uma sequência de documentos com os respectivos elementos e subgrupos.

Este sistema de três níveis (grupos, elementos e aspectos) transcreve-se numa notação extremamente simples.

O nome dos grupos deve ser seguido do sinal "$" e deve ser a primeira palavra de uma linha. Os elementos são registados sob a forma "nome"="valor". Elementos sucessivos são separados por uma barra ("/"). Para acelerar o registo é possível predefinir a ordem dos elementos e omitir os nomes. Os "aspectos" são precedidos dos sinais "%" (linguagem original) e comentário "#".

Retomemos o exemplo da devassa referida na secção anterior. Cada devassa é uma entidade descrita pelos seguintes atributos: id, data, local, visitador, pároco, obs. Em Kleio temos um grupo "devassa" e os elementos respectivos. Poderíamos assim registar esta informação com a notação de Kleio, criando um texto com o seguinte conteúdo:

```
devassa$id=dev1692/data=16921004/visitador=manuel  joao
      /paroco=luis alvares pinto
                          /obs=devassa em vários dias
```

O nome dos elementos pode ser omitido, desde que estes sejam introduzidos sempre pela mesma ordem. Assim, o registo simplifica-se:

```
devassa$dev1692/16921004/manuel joao/luis alvares pinto/devassa
em vários dias
```

Cada pessoa é registada como um novo grupo, dependente deste e composto por grupos adicionais, correspondendo aos atributos e relações:

```
pessoa$dev1692-t1/jose machado/m
       atr$ec/s
       atr$residencia/soure%vila
       atr$idade/24
pessoa$dev1692-r1/manuel fernandes/m
       atr$alcunha/ratinho
       rel$parentesco/pai/jose machado/dev692-t1
```

Como veremos de seguida, este esquema pode ainda ser bastante simplificado para permitir uma transcrição rápida e próxima do original.

Compete aos programas de tradução ler estas descrições e gerar as linhas necessárias para preencher as tabelas do modelo relacional. Uma vez que controlamos o processo de tradução, podemos incluir nos tradutores vários mecanismos de simplificação do registo. Como se pode ver no exemplo acima, não é necessário incluir a data de cada atributo, nem a respectiva fonte. O tradutor utilizará a data da devassa para todos os atributos pessoais registados. O mesmo se passa com o registo da fonte donde cada atributo provém.

Por este processo, eliminamos a segmentação subjacente ao modelo relacional proposto e conseguimos um equilíbrio entre as necessidades de registo de dados e as imposições formais do modelo relacional.

Na secção seguinte veremos mais de perto como se faz a interacção entre os tradutores e o modelo relacional.

3.3.4. UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM KLEIO NO CONTEXTO DO SISTEMA RELACIONAL

3.3.4.1. Registo de pessoas

Comecemos pela descrição do registo da informação sobre as pessoas.

A forma genérica de registar uma pessoa é a seguinte:

pessoa$josé machado/m

Este item produzirá uma linha na tabela de pessoas. O "id" dessa pessoa será automaticamente criado no processo de tradução. Evitamos obrigar os utilizadores a inventarem constantemente matrículas unívocas para as pessoas, a não ser quando isso é estritamente necessário. O utilizador pode adicionar um elemento "obs" com observações genéricas:

```
pessoa$josé machado/m/obs=ja' apareceu em devassas anteriores.
```

Os vários atributos da pessoa são introduzidos imediatamente a seguir:

```
pessoa$josé machado/m/obs=ja' apareceu em devassas anteriores.
        atr$ec/s
        atr$residencia/soure%vila
        atr$idade/24
```

Cada atributo ocupa uma linha (ou mais, caso o texto a introduzir o justifique) começada pelo grupo "atr$". Seguem-se o nome do atributo e o respectivo valor. Como foi referido, os outros elementos da tabela dos atributos (fonte e data) são automaticamente preenchidos pelo tradutor a partir dos dados do documento corrente.

O registo de relações entre as pessoas envolve um mecanismo um pouco mais complexo. Ao registarmos uma relação, temos de nomear a pessoa destino de modo não ambíguo. Para isso necessitamos de entrar em linha de conta com a matrícula de identificação dessa pessoa. Como os tradutores, por princípio, geram automaticamente as matrículas de identificação durante o processo de tradução, essas matrículas não são conhecidas no momento do registo. Assim, quando registamos uma pessoa que temos de referir noutro ponto de um documento, é necessário atribuir-lhe uma matrícula directamente, desactivando a geração automática de "id"s pelo tradutor. Chamamos a isto a *atribuição explícita de uma matrícula* a uma pessoa, ou a qualquer outro objecto tratado pelo sistema.

Assim, o registo que José Machado é filho de António Fernandes o Ratinho fica do seguinte modo:

```
pessoa$josé machado/m/obs=ja' apareceu em devassas anteriores.
        atr$ec/s
        atr$residencia/soure%vila
        atr$idade/24
        rel$parentesco/filho/manuel fernandes/dev692-r1
pessoa$manuel fernandes/m/id=dev692-r1
        atr$alcunha/ratinho
```

O elemento "id" no registo de uma pessoa indica ao tradutor que deve utilizar uma matrícula específica em vez de gerar uma

automaticamente. Este processo torna possível a referência de pessoas sem ambiguidades, não obrigando, contudo, o utilizador a "inventar" matrículas senão quando estritamente necessário.

Note-se ainda o modo como se regista a relação dentro do grupo "rel". Introduzimos quatro elementos: o tipo de relação, o valor, o nome da pessoa destino e o seu "id". Em rigor não seria necessário indicar o nome da pessoa destino, uma vez que a matrícula é suficiente para identificar sem ambiguidades uma ocorrência individual. A presença do nome serve simplesmente para adicionar legibilidade à transcrição e permitir ao tradutor uma verificação adicional. Com efeito, os tradutores são programados para verificar se as pessoas cujas matrículas são introduzidas em registo de relações têm de facto, os nomes que são indicados. Este nível de redundância e de verificação de erros tornou-se bastante útil no processo de registo.

A informação funcional sobre as pessoas é registada de forma bastante económica. Em vez de registarmos todas as pessoas sob o grupo genérico "pessoa", utilizamos palavras diferentes conforme as funções que as pessoas cumprem no documento. Assim, sendo José Machado uma testemunha em devassa, usamos o termo "testemunha" em vez de "pessoa". Já Manuel Fernandes, pai de José Machado, não cumpre nenhuma função directamente relacionada com a devassa e por isso é registado como "referido". Ao utilizarmos a função da pessoa como início do registo da informação individual, tornamos a transcrição do documento muito legível e compreensível, mesmo para quem não tenha tido acesso a demoradas explicações sobre o formalismo utilizado. Por

outro lado, o nome da função permite muitas vezes inferir o sexo da pessoa (referido/referida, noivo/noiva, etc...). Poupa-se assim o registo explícito do sexo, que é sempre fonte de possíveis erros. O nosso exemplo fica, então, com a seguinte forma:

```
testemunha$jose machado/m/obs=ja' apareceu em devassas
anteriores.
        atr$ec/s
        atr$residencia/soure%vila
        atr$idade/24
        rel$parentesco/filho/manuel fernandes/dev692-r1
referido$manuel fernandes/id=dev692-r1
        atr$alcunha/ratinho
```

Em certo tipo de documentos, a função que a pessoa preenche no documento permite também ao tradutor gerar automaticamente informação relacional, além da informação funcional. Nos baptismos e casamentos, os tradutores utilizam a informação funcional registada pelo utilizador para gerarem as relações de parentesco implícitas entre os vários intervenientes. A mesma técnica aplicada ao exemplo acima produz um registo ainda mais económico:

```
testemunha$jose machado/m/obs=ja' apareceu em devassas
anteriores.
        atr$ec/s
        atr$residencia/soure%vila
        atr$idade/24
        pai$manuel fernandes
                atr$alcunha/ratinho
```

Neste exemplo a relação de parentesco entre José Machado e Manuel Fernandes é automaticamente gerada durante o processo de tradução, assim como as relações funcionais entre ambas as pessoas e o acto em que aparecem. Note-se que o sexo de Manuel Fernandes se infere de modo automático.

O fragmento acima gera as linhas das tabelas da base de dados referidas no capítulo anterior:

Quadro 3.28: Linhas na tabela de pessoas (repetição)

Pessoas

id	*nome*	*sexo*	*obs*
d1692-t1	jose machado	m	
d1692-r1	manuel fernandes	m	

Quadro 3.29: Linhas na tabela de atributos (repetição)

Atributos

id	*pessoa*	*atributo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-t1a1	d1692-t1	ec	s	16921004	ldp1692	
d1692-t1a2	d1692-t1	residencia	soure	16921004	ldp1692	"vila"
d1692-t1a3	d1692-t1	idade	24	16921004	ldp1692	
d1692-r1a1	d1692-r1	alcunha	ratinho	16921004	ldp1692	

Quadro 3.30: Linhas na tabela de relações (repetição)

Relações

id	*origem*	*destino*	*tipo*	*valor*	*data*	*fonte*	*obs*
d1692-r1r1	d1692-r1	d1692-t1	parentesco	pai	16921004	ldp1692	
d1692-t1r1	d1692-t1	dev1692	função em acto	testemunha	16921004	ldp1692	
d1692-r1r2	d1692-r1	dev1692	função em acto	referido	16921004	ldp1692	

Em todos as infomações registadas podemos utilizar os "aspectos" da linguagem Kleio. Este exemplo inclui, na residência de José Machado, uma anotação desse tipo, utilizando-se o sinal de percentagem "%" para indicar a forma original da informação no documento. Podemos, igualmente, utilizar o sinal "#" para inserir um comentário arbitrário. Estas informações adicionais são lidas pelos tradutores e colocadas no campo "obs" da entidade a que estão associadas, como se vê nos resultados da tradução do exemplo anterior.

Os tradutores reconhecem ainda uma convenção importante sempre que se regista uma pessoa. Se, ao registarmos uma pessoa, tivermos a certeza, que a pessoa em questão já existe na base de dados com determinada matrícula, podemos indicar essa informação ao tradutor. A vantagem de o fazermos é evitar que se gere mais uma linha na tabela das pessoas. Deste modo, apenas são acrescentados os novos atributos e relações de uma pessoa existente, caso os haja. Por exemplo, José Machado tem a matrícula "d1692-t1" na nossa base. Se o utilizador fixou, por alguma razão, essa matrícula e mais tarde, ao registar outro documento, depara com o mesmo José Machado, pode indicar essa informação ao tradutor usando um elemento especial na transcrição da pessoa, o elemento "mesmo_que".

```
pessoa$jose machado/mesmo_que=d1692-t1.
    atr$residencia/soure
```

A sequência "mesmo_que" indica aos tradutores que não é necessário acrescentar nova linha à tabela de pessoas, uma vez que a pessoa já se encontra registada. Neste caso o tradutor limitar-se-ia a gerar uma nova linha para a tabela de atributos guardando o par residencia/soure referido à pessoa "d1692-t1".

Ao utilizarmos o elemento "mesmo_que", efectuamos uma *identificação explícita.* Embora o grosso da identificação de pessoas seja feito só depois de todos os dados introduzidos, por vezes é útil registar no momento da transcrição de documentos que temos a certeza de que duas pessoas são as mesmas. Essa certeza pode vir de informação que não é registável, por exemplo a caligrafia idêntica de duas assinaturas. O mecanismo "mesmo_que" permite registar essa certeza no momento da transcrição. As identificações explícitas têm, contudo, os seus problemas. No sistema actual o principal óbice reside no facto de que é difícil desfazer uma identificação explícita que mais tarde se tenha descoberto ser errada. É necessário separar os atributos e relações de uma pessoa erradamente identificada em duas pessoas distintas. Assim a identificação explícita deve ser reservada só para casos muito seguros.

3.3.4.2.Fontes e actos

Normalmente um registo em Kleio é organizado como uma sucessão de actos transcritos num mesmo texto. Só actos bastante extensos, como as devassas, são registados isoladamente num único texto.

O caso mais típico é exemplificado pelos registos paroquiais. Cada texto da transcrição kleio inicia-se por um grupo que identifica a fonte.

```
baptismos$tipo=reg paroquiais/valor=baptismos 1689
              /localizacao=fol. 63-/ano=1689
```

Este grupo identifica a fonte original do ponto de vista arquivístico. Em Soure, mantivemos os ficheiros de actos paroquiais organizados por anos. Uma média de 100 baptismos por ano fornecia uma transcrição de tamanho razoável. O mesmo para os óbitos. O número mais reduzido de casamentos é compensado pelo facto de a quantidade de informação por cada acto ser bastante maior. Para cada novo ano começavamos um novo texto com um cabeçalho como o mostrado acima.

Dentro de cada texto sucedem-se os actos. Um exemplo dos primeiros baptismos do ano de 1689:

```
b$b1689.1/2/1/1689/0/0/0/manuel cordeiro
n$helena/f
       pai$manuel francisco
              atr$residencia/paleao
       mae$isabel simoes
       pad$manuel gaspar
       mad$helena
              atr$ec/s
              pmad$paulo ribeiro

b$b1689.2/12/1/1689/0/0/0/manuel cordeiro
n$francisco/m
       pai$manuel simoes
              atr$residencia/casais dos cavaleiros
       mae$maria jorge
       pad$manuel domingues
              atr$residencia/eureca
       mad$isabel francisca
              mrmad$manuel fernandes
                     atr$residencia/cavaleiros
```

Cada baptismo inicia-se com o grupo "b$" a que se segue um número de ordem do baptismo, fornecido pelo utilizador.

Utilizamos a convenção de preceder com um "b" o ano do baptismo e acrescentar, separado por um ponto, um número sequencial (b1689.1, b1689.2,....). A seguir ao baptismo, segue-se a data do mesmo e a data de nascimento da criança, se disponível. No período de tempo que este trabalho enquadra, o pároco rarissimamente registava a data de nascimento e, daí, a sequência de três zeros (dia, mês, ano) que vemos no cabeçalho dos baptismos. Finalmente vem o nome do celebrante.

Após o cabeçalho, vêm as várias pessoas envolvidas no acto. Como dissemos acima, as pessoas são registadas em grupos Kleio cujo nome denota a função da pessoa no acto. As funções definidas para os baptismos são: n (criança), pai, mae, ppai (pai do pai), mpai (mãe do pai), pmae (pai da mae), mmae (mãe da mãe), pad (padrinho), mad (madrinha), pmad (pai da madrinha), mrmad (marido da madrinha), ppad (pai do padrinho), referido e referida. Quase todas as funções geram, durante o processo de tradução, relações de parentesco automáticas. O sexo das pessoas é também derivado da função que ocupam no baptismo. A única função cuja designação é neutra ("n" para criança) necessita, por isso, do sexo explicitamente registado, como se vê nos exemplos acima.

O mecanismo de registo dos casamentos é semelhante.

```
casamentos$tipo=reg paroquiais/valor=casamentos 1689
      /localizacao=99/ano=1689

cas$c1689.1/10/1/1689/?/manuel rodrigues da carreira
      noivo$manuel simoes
            pnoivo$manuel simoes
                  atr$residencia/casais do pinheiro
                  atr$morto/antes
            mnoivo$maria francisca
      noiva$catarina rodrigues
            atr$ec/v
            pnoiva$manuel rodrigues
                  atr$morto/antes
                  atr$residencia/casal do benzedor
            mnoiva$isabel carvalho
                  atr$morta/antes
      test$gaspar rodrigues de carvalho
      test$jose da rocha
      test$antonio cordeiro
      test$manuel leao
      test$catarina madeira/sexo=f
            rel$parentesco/mulher/manuel rodrigues
marmelo/cmtest10011689
            referido$cmtest10011689/manuel rodrigues marmelo/m
```

Tal como os baptismos, os casamentos iniciam-se com um número de identificação seguido da data do acto. De seguida vem o local onde a cerimónia decorreu (neste exemplo o local não foi determinado e vemos um ponto de interrogação). Finalmente o nome do celebrante. As pessoas seguem-se com a respectiva função. Os casamentos permitem simplificações similares aos baptismos, sendo possível registar facilmente os pais e avós dos noivos (com as funções pnoivo, mnoivo, ppnoivo (pai do pai do noivo), etc... Permitem adicionalmente que se registem cônjuges anteriores com as formas mulher1 (primeira mulher), pmulher1 (pai da primeira mulher), e assim sucessivamente até quatro cônjuges anteriores para ambos os noivos, se for necessário. A função "test" designa as testemunhas do casamento. Normalmente são do sexo masculino, pelo que os tradutores, na ausência de registo explícito do sexo da testemunha inferem ser um homem. Quando, de facto, temos uma mulher como testemunha de

casamento, como neste exemplo, temos que registar o sexo explicitamente. Os tradutores não são suficientemente sofisticados para inferirem o sexo a partir do nome das pessoas - não porque isso implique grandes dificuldades do ponto de vista da programação, mas porque exige que o tradutor mantenha uma tabela de nomes que não é muito prática de gerir.

Repare-se ainda, no casamento demonstrado, nos atributos "morto/antes" associados a algumas pessoas. Trata-se da convenção utilizada para registar a informação de que, na data do acto, esses indivíduos já tinham falecido.

O tipo de acto mais complexo transcrito para este trabalho, e que serve de teste aos limites da liguagem, é a devassa. A riqueza da informação da devassa e o seu carácter atípico colocam desafios muito grandes à informatização.

Um exemplo de devassa:

```
devassa$dev1698/7/6/1698/visdor=manuel soares
gouveira/secretario=jeronimo pimentel
   /cota=III\/D,4,4,48
        /obs=em muito mau estado

testemunha$manuel gomes/m
   atr$ec/c
   atr$profissao/?#ilegivel
   atr$residencia/novos
   atr$idade/58
   atr$assina/b

   caso$c1698-1/amanc
      acusado$alexandre gomes
         atr$ec/s
         atr$freguesia/pombal?
         atr$residencia/paleao
      acusada$francisca
         atr$alcunha/serrana
         atr$ec/c#marido ausente
         atr$residencia/paleao
         atr$naturalidade/santiago da guarda#segundo a testemunha
            francisco rodrigues. Isso explicaria a alcunha
                  "serrana"

   acusa$c1698-1/amanc
         /literal=ela pariu uma crianca ha um ano + ou -

   caso$c1698-2/amanc
      acusada$maria da folha
         /obs=teria ido para Condeixa-a-Nova por volta de 1698
             ver devassa de 1698
         atr$ec/s

      acusado$manuel neto
         atr$profissao/pedreiro
                  atr$ec/c
            atr$freguesia/ansiao#teria ido residir para ansiao
                  por volta de 1698

      acusa$c1698-2/amanc
            /literal=teriam ido viver para condeixa-a-nova

testemunha$antonio ferreira/m
      atr$ec/c
      atr$profissao/vive de seu trabalho
      atr$residencia/paleao
      atr$idade/45
      atr$assina/+

      acusa$c1698-1/amanc
```

O primeiro grupo "devassa$" tem a informação sobre o acto e a fonte. O primeiro "dev1698" é a matrícula de identificação do acto. De seguida temos a data e a informação sobre o visitador e o

secretário, a cota do livro e uma observação sobre o seu estado de conservação.

Segue-se o conteúdo da devassa propriamente dita. Tal como no documento original, a transcrição organiza-se como uma série de testemunhos transcritos. Cada testemunha fornece o nome e um conjunto de elementos de identificação que tratamos aqui segundo as regras normais para o registo de informação pessoal (o atributo "assina" regista a forma como a testemunha assina o seu depoimento; "+" significa de cruz, "b" significa uma assinatura legível).

As testemunhas relatam casos. Quando um caso é referido pela primeira vez por uma testemunha é aberto um grupo "caso$". Nesse grupo vai concentrar-se a informação que progressivamente se revelará sobre o caso e respectivos acusados.

Os casos têm um código de identificação único. Esse código servirá para registar acusações das testemunhas seguintes. Os casos têm igualmente um tipo (amancebamentos, usura, violência, etc...) para os quais usamos uma abreviatura.

Seguindo imediatamente o registo do código e tipo de caso vem a informação sobre os acusados. Mais uma vez se utilizam os mecanismos normais de registo de pessoas.

Segue-se finalmente a acusação sob o grupo "acusa$" que regista a informação específica desta testemunha sobre o caso. A diferença entre o registo de caso e o registo de acusação é a seguinte: o caso regista a informação específica ao caso em si, que consiste na sua matrícula identificadora, o seu tipo e os acusados. Cada caso é registado uma única vez junto com a testemunha que primeiro o denuncia. Quando testemunhas posteriores

acrescentam informação relevante sobre o caso, completa-se o registo. Por exemplo, pode acontecer que a primeira testemunha que denuncia um amancebamento identifique só parcialmente os intervenientes. Informação adicional fornecida pelas testemunhas posteriores é acrescentada ao registo inicial, normalmente com um pequeno comentário identificando a origem da informação.

A acusação regista o facto de determinada testemunha ter delatado determinado caso e utilizamos para esse efeito o grupo "acusa$". Este grupo limita-se a indicar o caso em questão, junto com detalhes sobre a terminologia usada (elemento "literal") e qual a origem do conhecimento que a testemunha tem do assunto (elemento "origem").

A transcrição de devassas representa, com alguns tipos de escrituras notariais, uma das formas mais complexas de utilização da linguagem Kleio. Contudo, pensamos que o resultado continua legível e a sua utilização em arquivo é fácil. É um exemplo da flexibilidade da linguagem mas também do paradigma utilizado de conciliação entre um modelo de dados formalizado e a necessidade de uma transcrição próxima da fonte.

3.3.4.3. Conclusão

A construção dos tradutores permite ter o melhor de dois mundos. Uma metodologia de transcrição que produz textos muito legíveis e próximos da fonte original e uma estrutura muito formalizada de dados. O procedimento de tradução desses textos nos formalismos da base de dados relacional é feito automaticamente, evitando trabalho e, sobretudo, erros. O ponto

fraco desta aproximação é que os tradutores, na sua versão actual, não são programas genéricos. São especialmente construídos para determinado tipo de fonte. Não são programas fáceis de produzir, apesar de extremamente eficazes uma vez feitos. O custo da sua produção para uma fonte nova varia com o grau de especificidade dessa fonte. Em geral, um novo tradutor parte de um tradutor existente, modificado para atender às particularidades do novo tipo de documentos. De qualquer modo elaborar um novo tradutor para uma nova fonte é uma tarefa de programação relativamente especializada.

Contudo, não pensamos que seja impossível elaborar tradutores genéricos. As versões actuais destes programas foram elaborados numa fase de desenvolvimento do sistema em que a meta-informação ainda não fazia parte da base de dados. Com a meta-informação formalizada e acessível, podemos imaginar que descrições do formato dos documentos podiam ser incluídas na base de dados e assim criar um tradutor genérico que consultaria primeiro a base de dados e depois efectuaria a tradução. Este é um dos pontos do sistema que mais atenção requer no sentido de produzir uma arquitectura versátil e facilmente adaptável a novas fontes. Actualmente a construção de um novo tradutor é uma tarefa morosa e especializada que exige um programador experiente.

3.4. CRUZAMENTO NOMINAL

3.4.1. INTRODUÇÃO

Designamos por cruzamento nominal a operação que agrupa as várias referências a uma mesma pessoa que se encontram dispersas em variadas fontes. Em regra, o principal elemento que guia esse processo de agrupamento é o nome, daí o adjectivo que qualifica a operação[348]. Do ponto de vista informático, que nos

[348] A expressão em inglês é "nominal record linkage" que traduzimos por "cruzamento nominal". Embora, como é evidente, muitos atributos pessoais sejam utilizados no processo de identificação, o termo cruzamento nominal tem a vantagem de recordar a abordagem nominalista cuja apologia foi tão brilhantemente feita por Ginzburg e Poni: Ginzburg, C.; Poni, C., *Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico* "Quaderni Storici", 14,(1 gennaio-aprile),1979, p.181-190.

ocupa aqui, este processo consiste em examinar a base de dados e criar um índice que forneça, para cada uma das pessoas reais, o conjunto das informações disponíveis sobre essa pessoa, dispersas por várias fontes.

A operação de consolidar biografias individuais a partir de informação dispersa é algo de extremamente comum na investigação histórica. O processo atinge contudo uma dimensão que pede reflexão metodológica quando se aplica a um conjunto significativo de pessoas. Nesses casos, as questões de rentabilidade e fiabilidade tornam-se importantes. Um tipo específico de cruzamento nominal que desde cedo suscitou uma reflexão metodológica aprofundada foi a reconstituição de famílias feita pelos demógrafos. A dimensão do problema e a necessidade de produzir resultados tanto quanto possível comparáveis levou a uma normalização precoce, sob a forma de *métodos*, dos quais o método Henry-Fleury constitui a primeira e mais seguida incarnação[349].

Apesar da simplicidade da sua definição, a operação de cruzamento nominal é, na maioria dos casos, um processo

---

[349] Fleury, Michel; Henry, Louis, *Nouveau Manuel de dépouillement et d'explotation de l'état civil ancien,* 3ème édition, Paris, Ed. Institut National d'Études Démographiques, 1985. Esta terceira edição incorpora já uma reflexão sobre a utilização de computadores na reconstituição de famílias, embora a nível puramente hipotético. A exposição do método foi clarificada e dividida para "*permettre aux informaticiens d'établir leurs programmes d'après les perfomances des ordinateurs*", p.10. Esta preocupação tinha surgido nos anos 70:Henry, Louis, *Simulation d'une reconstitution de familles par ordinateur.* "Annales Demographie Historique", (1972), p. 303-309 e no mesmo número *Variations des noms de famille et changements de prènon. Problèmes qui en résultent pour le couplage automatique des données.,* p.245-250.

extremamente complexo e moroso. Desde cedo a questão da sua automatização foi posta. O primeiro campo em que essa necessidade surgiu foi a Medicina. A necessidade de, por um lado, consolidar os registos informatizados de diferentes instituições da área da saúde e, por outro, o imperativo de recorrer a reconstituições das filiações genéticas de indivíduos com várias gerações de profundidade para o despiste de determinadas doenças levou os especialistas a utilizarem os meios informáticos ou mecanográficos que se encontravam à sua disposição, com o fim de cruzar grande número de registos. Este movimento começa logo nos anos 60 com a vulgarização dos primeiros computadores em instituições médicas[350].

Logo desde o início o problema revelou-se longe de ser trivial. Embora o ponto de partida fossem populações contemporâneas, com traços de identificação mais precisos do que os disponíveis para os indivíduos do passado, a escassez da informação

---

[350] Segundo Schofield, em *Identifying People in the Past*, a melhor entrada no tema era Acheson, E. D. (ed), *Record linking in Medicine*, Oxford, Oxford University Press, 1968, obra que não nos foi possível consultar. As primeiras formalizações, ainda hoje utilizadas, nomeadamente no que diz respeito à quantificação das similitudes de atributos, estão igualmente associadas a aplicações médicas: Newcombe, H. B. et al. - *Automatic linkage of Vital Records*.. "Science", 130 , (October 1959), p.954-959; Newcombe, H. B., *Record Linking: The Design of Efficient Systems for linking Records into Individual and Family Histories.* "American Journal of Human Genetics", 19 (3), part 1,1967, p. 335-359. As aplicações médicas do cruzamento nominal automatizado vulgarizaram-se ao ponto de existir, pelo menos, um programa especificamente comercializado para esse fim. Ver para uma perspectiva recente: Jaro, Matthew A. , *Probabilistic linkage of large public health data files.* "Statistics in Medicine", vol.14 (1995), p. 491-498.

registada, os erros frequentes de registo ou declaração, as variações nominais que são importantes em determinados contextos[351], cedo convenceram os pioneiros de que o processo estava longe de ser simples.

Os historiadores não demoraram muito tempo a reconhecer esta área como crucial e a capitalizar o pioneirismo da medicina: em 1973 é publicada uma obra que ainda hoje constitui uma referência central: *Identifying people in the past,* editada por E.A.Wrigley, onde se reúnem os primeiros exemplos de aplicação dessas metodologias a dados históricos[352]. Comparando com as aplicações na área da saúde, as maiores diferenças residiam nos tratamentos associados à exiguidade da informação que o tempo deixou ao historiador e a necessidade de ultrapassar variações ortográficas muito mais extremas.

Os grandes empreendimentos historiográficos de cruzamento nominal datam dessa altura e estão intimamente associados às grandes máquinas e às ferramentas de desenvolvimento de *software* disponíveis nos anos 70. É o caso da reconstituição automática de famílias pelo Cambridge Group que servirá a English

---

[351] Nas populações norte-americanas a forte componente migratória cria uma deriva ortográfica e grandes variações nominais provocadas por "americanização" de nomes de origens diversas.

[352] Wrigley, E.A (ed), *Identifying People in the Past*, London, Edward Arnold, 1973.

Population History[353] e do sistema SOREP do Centre Interuniversitaire de Recherches sur les Populations, no Canada[354].

Nesse tempo, os custos de implementar um sistema automatizado de cruzamento nominal, ou mais frequentemente, de reconstituição de famílias, eram extremamente elevados. Os orçamentos dos projectos tinham de enquadrar a acessoria especializada necessária ao desenvolvimento de *software* num contexto onde as ferramentas de programação e as soluções pré-fabricadas eram limitadíssimas[355]. Em consequência destes constrangimentos o desenvolvimento de soluções tendeu a concentrar-se na forma mais eficaz de resolver os problemas específicos a cada projecto e raramente na produção de procedimentos genéricos. Por regra, é mais difícil e dispendioso

---

[353] Wrigley, E.A.; Schofield, R.S, *English Population History from Family Reconstitution: Summary Results 1600-1799*, "Population Studies", 37 ,1983, p. 157-184

[354] Bouchard, Gérard; Roy, Raymond; Casgrain, Bernard - *Reconstitution automatique des familles: le systéme SOREP.* Chicoutimi: Université du Québec, 1985. e mais recentemente Bouchard, Gérard, *Current issues and new prospects for computerized record linkage in the province of Québec.* "Historical Methods" 25(2), 1992, p. 67-73.

[355] Winchester, Ian,*What every Historian needs to know about record linkage for the microcomputer era,* "Historical Methods", 25 (4), 1992, p.149-165. Nesse contexto, o aparecimento do primeiro e primitivo software de gestão de bases de dados em micro-computadores, nos finais dos anos 70, como o célebre DBASE II, constituiu uma revolução. Antes disso todas as manipulações de base de dados que não fossem triviais necessitavam de programadores altamente especializados. O sistema canadiano SOREP era programado em Fortran, uma linguagem mais apropriada ao cálculo matemático do que à gestão de bases de dados flexíveis. As ferramentas e as máquinas determinam antes de mais uma certa "filosofia" do sistema que configura o cenário de utilização, o tipo de utilizador e as extensões futuras.

produzir um sistema geral do que um sistema desenhado para resolver uma situação concreta. Sistemas que tenham ambições totalizantes, visando uma grande variedade de fontes com o objectivo genérico de cruzar "toda" a informação disponível, são particularmente dispendiosos (em termos de tempo e meios necessários) de implementar.

Não podemos esquecer que, no tipo de projecto a que nos estamos a referir, o objectivo principal era sempre de tipo historiográfico e não metodológico. Partes cruciais da automatização, como a representação da informação, o tratamento e resolução das variações ortográficas, os mecanismos de aferimento e resolução das ambiguidades, foram resolvidos num contexto de máxima eficiência local sem preocupação de generalidade. Com um estatuto instrumental dentro de projectos historiográficos, cujos fins eram essencialmente outros, os programas de computador para o cruzamento nominal e respectivos procedimentos acessórios nunca foram produzidos com um intuito de transportabilidade.

Temos conhecimento de dois projectos de ambições genéricas : o sistema Kleio desenvolvido pelo Max-Plack-Institut für Geschichte, em Göttingen, e o projecto de informatização da reconstituição de Earls Colne, dirigido por Alan MacFarlane. Trata-se de projectos de natureza diversa. O sistema Kleio é um programa de gestão de base de dados especificamente desenhado para historiadores e que pretende ser uma ferramenta genérica. O projecto de MacFarlane pretendia informatizar todos os dados referentes a uma paróquia inglesa que tinha sido manualmente

reconstituída[356]. Ambos tiveram que enfrentar a questão da generalidade das fontes. Enquanto que o sistema Kleio se tem desenvolvido e é utilizado em várias instituições espalhadas por diferentes países, o projecto de MacFarlane foi abandonado sem ter produzido ferramentas reutilizáveis. Tanto quanto sabemos em ambos os casos a questão do cruzamento nominal não foi resolvida satisfatoriamente. O sistema Kleio inclui dispositivos de tratamento de variações ortográficas que auxiliam a identificação de pessoas e a criação daquilo que aqui denominámos por dicionário de pessoas reais. Mas trata-se, na prática, de uma identificação "manual" auxiliada por computador. De qualquer modo, é natural que a evolução do sistema Kleio se faça no sentido de incorporar capacidades cada vez mais sofisticadas de cruzamento nominal.

A divulgação do sistema Kleio é um exemplo das consequências da evolução tecnológica para a generalização de ferramentas de trabalho apropriadas aos historiadores. A partir dos finais dos anos setenta, a divulgação dos microcomputadores

---

[356] A melhor apresentação do projecto de MacFarlane dentro da problemática que nos interessa aqui é feita por Robert Rowland em *L'informatica e il mestiere dello storico*. "Quaderni storici". 78, 1991, p. 693-720. O projecto Kleio tem produzido documentação própria. Consultámos Manfred Thaller, *Kleio: a Database System*, Max-Planck-Institut für Geschichte, St. Katharinen, 1993. Este manual não refere operações relacionadas com cruzamento nominal. Completámos com *A Tutorial for Kleio*, documentação facultada durante uma acção de formação que teve lugar no Instituto Universitário Europeu de Florença em 1993, a que tivémos acesso graças à gentileza de José Pedro Paiva.

tendeu a democratizar um poder de cálculo que antes estava confinado a grandes instalações de acesso difícil. À primeira vista este facto deveria ter levado à popularização de programas que suportassem o cruzamento nominal, sobretudo na sua concretização mais comum, a reconstituição de famílias.

Mas para que uma verdadeira generalização das ferramentas ocorresse, seria necessário um investimento significativo na generalização dos métodos e esse investimento não ocorreu. Apesar de a tecnologia ter evoluído no sentido de tornar cada vez mais comum o tipo de poder de cálculo que os pioneiros tiveram à sua disposição, outros elementos essenciais de um programa genérico de cruzamento nominal dependiam da vulgarização de ferramentas de software que só recentemente se tornaram verdadeiramente acessíveis. É o caso dos sistemas de bases de dados relacionais potentes, capazes de gerir eficazmente dezenas ou centenas de milhares de registos, que hoje podemos executar em computadores pessoais, mas que há apenas quatro anos exigiam grandes sistemas e um nível de especialização humana muito grande.

As bases de dados relacionais vão permitir solucionar os problemas de organizar e tratar a grande quantidade de informação que está sempre subjacente aos empreendimentos de cruzamento nominal. Com a difusão de bases de dados relacionais baseadas numa linguagem de interrogação e manipulação de dados padronizada, divulgaram-se também novas ferramentas de desenvolvimento de programas capazes de lidar com grandes quantidades de informação[357]. Estas evoluções do software foram

---

[357] Sobre bases de dados relacionais ver acima 3.2.2.2.

tão decisivas como o puro aumento de poder de cálculo das máquinas. O mesmo se pode dizer das metodologias de construção de programas que procedem "inteligentemente" combinando informação de valor variável. A tecnologia dos sistemas periciais, que desenvolveu soluções para problemas que envolvem decisão sobre informação incerta e complexa, é igualmente recente, ou, pelo menos, posterior aos grandes projectos referidos anteriormente (à excepção do sistema Kleio).[358]

Assim, as verdadeiras condições técnicas que permitem o desenvolvimento de programas genéricos para o cruzamento nominal começam lentamente a desenhar-se no fim da década de 80, tornando-se, a partir daí, cada vez mais potentes e fáceis de usar. Este processo faz baixar o nível de perícia necessária ao desenvolvimento de um sistema de cruzamento nominal genérico[359].

---

[358] Sobre sistemas periciais ver: Forsyth, Richard (ed), *Expert Systems. Principles and Case Studies*, London, Chapman & Hall, 1984. A literatura sobre o assunto é, contudo, vastíssima. Particularmente úteis no contexto desta investigação foram as referências especializadas em sistemas periciais aplicados a grandes quantidades de dados e nos aspectos probabilísticos do "raciocínio inteligente" automático: Kerschberg, Larry (ed), *Expert Database Systems, Proceedings from the First International Workshop.* (Benjamin/Cummings Series in Database Systems and Applications). Menlo Park, Ca, 1986 e Neapolitan, Richard, *Probabilistic Reasoning in Expert Systems: Theory and Algorithms.* (Willey-InterScience Publication). New York, John Wiley & Sons Inc.,1989.

[359] Uma primeira tentativa de programa genérico de cruzamento nominal que funciona sobre uma base de dados comercial (DBASE ou compatível) é o Matchmaker: Atack, Jeremy; Bateman, Fred; Gregson, Mary E.,*Matchmaker, Matchmaker, Make Me a Match: A General Personal Computer-Based Matching*

O objectivo deste capítulo é apresentar procedimentos que levam ao cruzamento nominal de informação sobre pessoas registada na estrutura de dados apresentada no capítulo 3.2. As soluções aqui propostas foram pensadas tentando maximizar a generalidade das aplicações. Ao contrário de outros programas, estes foram desenhados desde o início com o intuito de poderem servir noutras circunstâncias, noutras fontes. Nem sempre foi possível garantir um sistema completamente geral, mas pensamos ter avançado significativamente nessa direcção.

A generalidade dos algoritmos de cruzamento nominal que iremos apresentar está intimamente ligada à generalidade da estrutura de dados apresentada anteriormente. Essa estrutura fornece uma base versátil para os procedimentos adicionais necessários para identificar pessoas. Implica, também, algumas limitações que identificaremos ao seu devido tempo. Como o cruzamento nominal vai produzir nova informação, um índice de todas as ocorrências de cada pessoa na documentação, iremos ter necessidade de estender a base de dados já apresentada com

---

Program for Historical Research. "Historical Methods", 25, 2, Spring, 1992, p. 53-65. O software está disponível gratuitamente por ftp em ftp.vanderbilt.edu/pub/pc. A empresa Matchware Technologies vende software de características genéricas para cruzamento nominal que é utilizado em projectos da área da saúde, inclusivamente no Brasil. Ver informação disponível em http://www.matchware.com. O sistema Kleio, já referido, inclui igualmente mecanismos de auxílio ao cruzamento nominal embora, na versão sobre a qual temos informação, estes se limitem ao tratamento de variações ortográficas por algoritmos do tipo SOUNDEX.

novas estruturas. Iremos também mostrar como se lida com a informação temporária produzida pelo processo de identificação.

O resto da secção aborda vários aspectos ligados à construção de um sistema automatizado de cruzamento nominal e está estruturada do modo que explicitamos de seguida.

Em primeiro lugar, forneceremos uma visão geral do mecanismo de cruzamento nominal, aproveitando para explicitar os conceitos básicos do processo e definir um vocabulário preciso para descrição das várias entidades e fases envolvidas.

O mecanismo de identificação de pessoas tem uma base probabilística importante. O recurso às probabilidades e à teoria da informação fornece um suporte formal a muito daquilo que constitui a intuição do operador humano. Os programas necessitam de ter uma representação de quais os atributos mais raros e de quais os mais frequentes, quer sejam nomes, profissões, locais de residências ou cargos oficiais. Com base na raridade de cada atributo é possível quantificar o efeito da concordância ou discordância do mesmo em duas pessoas que tentamos identificar. Por outro lado, sabemos igualmente que determinados atributos são mais voláteis que outros, isto é, assumem vários valores ao longo da vida de um indivíduo. Podemos, por isso, valorizar diferentemente o facto de esses atributos concordarem ou discordarem. Estas operações implicam uma análise prévia cujo fim é elaborar as tabelas de frequência necessárias à estimativa das probabilidades associadas a cada valor de cada atributo. Exigem também uma análise *a posteriori* das pessoas já identificadas para determinar o grau de variabilidade real dos atributos.

Descreveremos o modo como estas análises podem ser efectuadas sobre as estruturas de dados já descritas.

O cruzamento nominal utiliza intensivamente a informação registada sobre as pessoas. Devido ao elevado grau de automatismo que pretendemos atingir, a utilização que será feita da informação disponível é tão completa quanto possível. Assim, será necessário garantir que a informação constante da base de dados foi verificada, na medida do possível. É também necessário analisar os valores dos vários atributos pessoais, no sentido de detectar eventuais variações ortográficas ou a existência de formas alternativas de designação. Embora os mecanismos de cruzamento nominal possam lidar com este tipo de variações, a qualidade da preparação prévia dos dados é determinante no resultado final do processo de identificação. Assim, serão necessários procedimentos prévios de normalização e programas informáticos que os apoiem.

O processo de identificação propriamente dito repousa sobre um mecanismo clássico dos algoritmos de inteligência artifical denominado "geração e teste". Os candidatos a serem uma mesma pessoa são recolhidos na base de dados (fase de geração) e os seus atributos analisados no sentido de determinar se todos são, de facto, ocorrências da mesma pessoa ou não (fase de teste). Este processo torna-se bastante complexo devido ao número de comparações que se têm de fazer e também devido ao método a utilizar para decidir o que fazer quando encontramos candidatos incompatíveis. Este é um dos problemas mais difíceis do cruzamento nominal. A metodologia seguida no nosso caso será explicada com a esperança que possa ser generalizada e melhorada noutras situações.

Finalmente veremos quais são as principais limitações das decisões tomadas automaticamente e como os mecanismos actualmente implementados exigem a intervenção do historiador para os casos mais problemáticos encontrados durante o cruzamento automático.

De seguida, iremos ver uma descrição genérica do processo de cruzamento nominal, ao mesmo tempo que introduziremos o vocabulário conceptual básico indispensável para podermos mais detalhadamente examinar as soluções aqui definidas.

3.4.2. CONCEITOS BÁSICOS E FASES PRINCIPAIS DO CRUZAMENTO AUTOMÁTICO DE REGISTOS

A complexidade de alguns dos processos ligados ao cruzamento nominal exige precisões terminológicas indispensáveis para aclarar o significado dos conceitos base.

Designamos por "ocorrência" de uma pessoa o conjunto de informações sobre alguém que ocorre numa fonte. Numa base de dados temos várias "ocorrências" que corresponderão à mesma pessoa real. O conceito de "pessoa real" designa precisamente as pessoas que, de facto, existiram e deixaram vários traços (ocorrências) em diversas fontes. O objectivo do cruzamento nominal é de agregar as "ocorrências" em "pessoas reais". Mais concretamente, a identificação de pessoas produz um índice que, a

cada pessoa real, faz corresponder todas as "ocorrências" dispersas. A esse índice chamamos "dicionário de pessoas reais".

Uma ocorrência de pessoa que está a ser considerada para efeito de identificação designa-se por "candidato". Cada processo de identificação de uma pessoa real é lançado a partir de uma ocorrência inicial. A partir dos atributos dessa ocorrência é efectuada uma pesquisa de candidatos adicionais. Cada candidato é comparado com a ocorrência de partida e calculada uma medida do grau de conformidade dos respectivos atributos. Quanto mais atributos em comum existirem mais alta será essa medida e vice-versa. Se o valor da conformidade dos atributos ultrapassar um limiar predefinido o candidato é aceite, senão é rejeitado.

Quando o candidato é aceite, temos uma "ligação" entre a nova ocorrência e a ocorrência inicial. Essa ligação tem um valor associado: a medida do grau de conformidade dos atributos respectivos. Designamos esse valor ou medida por "valor da ligação". A determinação correcta do valor da ligação é essencial em qualquer sistema de identificação automatizado. Quando em fase posterior do processo for necessário tomar decisões sobre quais os candidatos a reter definitivamente e quais não, a análise do "valor" das ligações será central.

Partindo do candidato original, irão ser recolhidas deste modo um certo número de ocorrências, cada uma delas associada a um "valor". Como a pesquisa foi feita a partir dos atributos da pessoa original, é possível que os candidatos recolhidos possuam informações adicionais que permitam relançar a pesquisa e obter ainda mais referências. Assim, o mesmo processo é refeito para cada um dos novos candidatos, na esperança de obter mais

ocorrências da pessoa em questão. Este processo designa-se por "fase de geração" e o seu resultado é um conjunto de candidatos interligados por "ligações" e respectivos "valores".

Designamos por "regras de geração" as várias estratégias seguidas para recolher candidatos. Uma regra de geração normalmente, baseia-se no nome da pessoa para encontrar todas as pessoas com o mesmo nome. Se o nome for demasiadamente comum então teremos outra regra que combina o nome com outro atributo adicional, por exemplo, a residência. Se existirem outros atributos que auxiliem a identificação e forem suficientemente raros, pesquisa-se a base para recolher todas as pessoas com esses atributos e retêm-se como candidatos aqueles que, pelo menos tenham o primeiro nome em comum com a ocorrência de partida. Assim contornamos, sempre que possível, o efeito negativo que poderia ter uma variação nominal no apelido de uma pessoa, que é muito frequente em mulheres.

As regras de geração incluem mecanismos de filtragem. Assim podem nunca gerar candidatos separados por mais de um número de anos. Podem filtrar candidatos que produziriam ligações com um peso abaixo de um limiar predeterminado. É boa metodologia de implementação fazer tantos testes quantos forem possíveis na fase de geração, uma vez que o processamento necessário para lidar com eventuais candidatos espúrios posteriormente é sempre pesado. Assim, procura-se optimizar cedo a eliminação de candidatos dentro do limite do razoável.

A afinação destas estratégias tem um papel central na economia geral da automatização do cruzamento nominal. De facto, as estratégias de geração têm de corresponder a duas

solicitações contraditórias: por um lado, assegurar que não escapa nenhum candidato significativo; por outro, impedir que se agreguem demasiados candidatos espúrios. O primeiro caso corresponde ao fenómeno de "sobre geração" e o segundo ao de "subgeração". O equilíbrio é extremamente difícil de conseguir. O que é perfeitamente claro é o seguinte: não há nenhum modo eficaz de restringir o cruzamento nominal à simples afinação do processo de pesquisa e filtragem de candidatos. É intrínseco à natureza do problema que o processo de geração produza candidatos a mais que têm de ser posteriormente separados em diferentes pessoas reais. Esta última fase só é possível de ser implementada com eficácia, se recolhermos todas as ocorrências que *eventualmente* possam corresponder à mesma pessoa.

Muitos dos verdadeiros testes à validade de cada candidato só podem ser feitos depois de todas as ocorrências recolhidas. Com efeito, grande parte do conhecimento que permite decidir, perante um conjunto de candidatos, se estamos perante uma só pessoa ou não, depende menos da comparação de pares de candidatos e mais da apreciação global do conjunto dos mesmos. Por exemplo, é necessário examinar a evolução do atributo "estado civil" no conjunto dos candidatos para sabermos se são todos compatíveis. Sequências do tipo solteiro-casado-viúvo-casado são aceitáveis, enquanto que solteiro-casado-solteiro-viúvo já não são. Outro exemplo: podemos ter filtrado os candidatos, garantindo que cada ocorrência só era considerada se tivesse menos de 80 anos de diferença da ocorrência inicial mas por este processo podemos recolher um candidato que ocorreu 79 anos antes e outro 79 anos depois, somando 158 anos de diferença. Finalmente, aspectos

como os intervalos intergenésicos devem ser considerados para detectar sobregeração.

O conjunto de candidatos obtido pela fase de geração é normalmente tratado como uma rede, ou, mais precisamente, um grafo. Um grafo é um objecto matemático composto por uma série de elementos (nós) ligados por relações (arestas). Um exemplo frequentemente dado é a rede ferroviária. Trata-se de um grafo em que os nós são as estações e as arestas os troços de linha. O facto de os grafos terem uma representação computacional bem conhecida torna a sua utilização frequente em aplicações informáticas[360]. No nosso caso, os conjuntos dos candidatos a uma pessoa real constituem um grafo, em que cada um dos nós é uma ocorrência de pessoa e cada uma das arestas uma ligação de identificação com um peso determinado. Assim, designaremos esses conjuntos de candidatos por "grafos de ligação". Muito do trabalho de identificação de pessoas é realizado sobre estes grafos. Os grafos de ligação constituem a representação formal de base para a informação com que se lida na identificação de pessoas.

Em conclusão, é sempre necessária uma fase de testes sobre o grafo dos candidatos que passaram pelas regras de geração e respectivos filtros. Essa fase baseia-se num segundo tipo de regras, as "regras de teste". Se o grafo de ligações passar todos estes testes, então temos em princípio uma pessoa identificada. Se de facto, se vier a demonstrar que ligámos a mais ou a menos, então será necessário rever as regras de geração e de teste. Mas o problema é realmente complicado, quando as regras de teste detectam que o

---

[360] O conceito de grafo e a sua importância no contexto dos processos que aqui se apresentam serão explícitados com mais detalhe nas páginas seguintes.

grafo não é coerente e contém ocorrências de pessoas que não podem corresponder à mesma pessoa real. Por outras palavras, as regras de geração juntaram várias pessoas no mesmo grafo. Isso significa que temos de dividir os candidatos em dois ou mais grafos que sejam, cada um, coerentes e passem todas as regras de teste. A complexidade do problema liga-se ao elevado número de soluções alternativas que são possíveis. O modo de o fazer não é simples e tem sido alvo de alargada discussão na literatura. Designa-se esta fase final do processo de identificação automática de pessoas, que só ocorre quando os grafos de ligação incluem mais que uma pessoa real, de "fase de resolução de ambiguidades".

Um resumo dos principais termos agora introduzidos ajudará a seguir o que se segue:

Resumo dos termos utilizados

candidato: ocorrência que está a ser considerada para inclusão numa pessoa real.

dicionário de pessoas reais: índice que fornece para cada pessoa real a lista de todas as ocorrências detectadas.

grafo de ligações: conjunto de todas as ligações entre todas as ocorrências que num dado momento estão a ser consideradas como candidatas à mesma pessoa real; resulta da pesquisa de todas as pessoas com atributos semelhantes.

ligação: relação entre duas ocorrências que possivelmente correspondem à mesma pessoa real. Ver valor da ligação.

ocorrência:referência a uma pessoa na documentação.

pessoa real: pessoa identificada por agregação de todas as ocorrências a ela referentes.

regras de geração: regras que a partir de um candidato inicial vão pesquisar ocorrências com atributos semelhantes; correspondem a instruções de procura na base de dados.

regras de teste: regras que aplicadas ao grafo das ligações detectam a existência de ocorrências incompatíveis como, por exemplo, diferença de mais de 100 anos entre baptismo e morte.

resolução de ambiguidades: procedimento pelo qual um grafo que não passou as regras de teste é segmentado em subgrafos correctos.

valor da ligação: valor numérico que mede a plausibilidade de duas ocorrências pertencerem, de facto, a uma mesma pessoa real; valor calculado com base no número de atributos semelhantes, na raridade dos mesmos e no modo como variam ou não em situações reais.

Nas secções seguintes iremos aprofundar e detalhar estes conceitos e os procedimentos a ele associados.

3.4.3. Estratégias para um cruzamento genérico

Apesar de o cruzamento nominal automático ser um tópico recorrente e difundido com literatura especializada própria, quando descemos ao detalhe das implementações compreendemos que sob essa designação genérica se incluem

situações diversas que implicam problemas e soluções diferentes. O facto de aqui se pretender abordar o problema de uma forma genérica coloca questões que outro tipo de projectos não tiveram de enfrentar.

Uma das dificuldades centrais que a generalidade do nosso objectivo coloca diz respeito à estratégia de cruzamento, isto é, o modo como os programas irão pesquisar a base de dados no sentido de agrupar todas as ocorrências em pessoas reais. Existem outras dificuldades, como é evidente, mas grande parte delas decorre do problema de representar de forma geral qualquer tipo de fonte e qualquer tipo de informação biográfica. Essa questão já foi tratada em 3.2 e as soluções aí propostas constituem um capital importante para a resolução dos problemas que agora se nos vão levantar.

A questão das estratégias de cruzamento tem a ver com outro tipo de problema. Existem características de determinadas fontes que podem determinar uma estratégia de geração e teste optimizada. Por exemplo, suponhamos que a nossa base de dados incluiria apenas dois róis de confessados, de anos sucessivos. Pelo conhecimento que temos dos róis de confessados sabemos que cada pessoa só aparece num dado rol uma única vez. Assim, o cruzamento nominal desta base de dados é muito simplificado. Basta comparar cada pessoa de uma das listas com um conjunto de candidatos da outra lista e escolher aquele que tiver uma ligação mais forte. Não temos obviamente que comparar as pessoas dentro de cada rol para saber se ocorreram mais do que uma vez. Tão-pouco teremos que ter dúvidas sobre quantas pessoas num rol corresponderão a uma pessoa noutro. Sabemos

que é uma correspondência de um para um. Finalmente, sabemos também que neste tipo de populações é altamente provável que a maior parte das pessoas de um rol se encontre no outro, tirando as mortes, os nascimentos e as migrações. Podemos, por isso, ter uma expectativa informada do resultado do cruzamento.

Num sistema genérico, estas expectativas e simplificações são mais difíceis. No que diz respeito aos registos paroquiais enquanto fontes, temos alguns constrangimentos importantes. Sabemos que as pessoas só se baptizam uma vez e só morrem uma vez. Mas podem aparecer como pais em baptismos um número não determinável de vezes (embora sujeito a constrangimentos). Podem, igualmente, casar-se mais do que uma vez. Quando estendemos o tipo da informação aos livros notariais e às visitas pastorais e, ao mesmo tempo, registamos e tratamos padrinhos e testemunhas nos baptismos e casamentos, chegamos a uma situação em que é impossível elaborar uma definição prévia de uma estratégia de cruzamento, baseada em constrangimentos simples do tipo do que evocámos com o exemplo dos dois róis de confessados.

No contexto das reconstituições automáticas de famílias, a questão é resolvida adoptando uma abordagem centrada nos actos. Por outras palavras, o que se compara são actos; a comparação das pessoas é subsidiária da comparação de actos. Os vários projectos que recorreram a métodos informáticos para a reconstituição de famílias delinearam uma estratégia própria de elaboração do cruzamento. Por exemplo, os algoritmos do Grupo

de Cambridge sequenciam as comparações entre actos de um modo cuidadosamente planeado[361].

A sequência de comparações, limitando a procura de candidatos a ficheiros específicos, só é possível em situações em que o tipo de actos ou de fontes tem características muito particulares. É o caso das situações em que existem apenas registos paroquiais utilizados no contexto da reconstituição de famílias ou ainda do cruzamento de róis paroquiais ou de listas de censos.

No nosso caso, como foi referido, não existem constrangimentos muito claros. Não só o tipo de fonte é variado, como a utilização dos registos paroquiais inclui o tratamento de padrinhos e testemunhas de casamentos. No caso dos padrinhos e madrinhas de baptismo, a quantidade de menções de casais introduzidas na base de dados é significativa.

Assim, não é rentável fazer uma abordagem centrada nos actos com sequências rígidas de comparações. Embora se pudesse fazer a reconstituição das famílias antes de uma identificação mais

---

[361] Ver Wrigley, E. A.; Schofield, R. S, *Nominal record linkage by computer and the logic of family reconstitution* . In: Wrigley, E. A. (ed), *Identifying People in the Past*, London, Edward Arnold, 1973, p 69-70. A sequência começa com a comparação entre os baptismos e o casamento dos pais, depois entre casamentos e óbitos com menção de casal e assim sucessivamente. A ordem das comparações permite minimizar os testes e optimizar os processos. Permite também lidar com alguns problemas característicos dos dados ingleses, como sejam o facto de as mulheres mudarem o apelido quando casam, o que significa que não vale a pena comparar baptismos a óbitos sem ver primeiro as ligações baptismos/casamentos e casamentos/óbitos.

geral, essa decisão corresponderia a uma perca considerável de informação. O facto de termos uma estrutura genérica de dados, como foi descrita na secção 3.2, implica uma estratégia global para o cruzamento.

A estratégia a seguir aqui só pode ser centrada nas referências individuais. O sistema é desenhado para encontrar todas as referências a uma pessoa partindo de uma ocorrência qualquer. Partindo de uma ocorrência inicial, o sistema pesquisa todas as pessoas com o mesmo nome ou com um nome semelhante e, para cada hipótese encontrada, calcula a probabilidade de se tratar da mesma pessoa. Se essa probabilidade ultrapassar um limiar predefinido então recolhemos o candidato para futuro exame. A maior parte das vezes, para identificar uma pessoa concreta, o sistema tem de considerar várias possibilidades que levam, na prática, à identificação de várias pessoas simultaneamente. Contudo, o processo é claramente centrado na ocorrência singular e desenhado para, a partir de uma referência qualquer, encontrar todas as outras ocorrências pertinentes. O modo como o programa interage com o utilizador favorece também essa aproximação, permitindo que em qualquer momento possa ser lançado um processo de identificação sem que seja necessário processar toda a base de dados e cruzar todas as referências. É, aliás, perfeitamente possível trabalhar com dados parcialmente cruzados e refazer a identificação sempre e quando for necessário.

3.4.4. Aspectos probabilísticos e estatísticos

3.4.4.1. Da possibilidade de quantificar a semelhança de duas ocorrências

A automatização do cruzamento nominal depende, fortemente, da capacidade de representar numericamente a "confiança" que duas ocorrências de pessoas na documentação digam, realmente, respeito à mesma pessoa real. Certamente que, à primeira vista, a possibilidade de efectuar esse tipo de formalização parece remota. Os historiadores familiarizados com o cruzamento de fontes ou reconstituição de comunidades sabem que as decisões são muitas vezes tomadas numa base mais "intuitiva" do que exacta.

A questão de formalizar ou quantificar uma actividade inteligente humana é central nas aplicações de inteligência artificial, em particular na construção de sistemas periciais que pretendem reproduzir o raciocínio de um perito. O problema nem sempre é posto em termos exclusivamente técnicos. Frequentemente, desloca-se para um campo epistemológico onde as interrogações giram em torno do que é formalizável e do que não é. Esta é, aliás, uma discussão antiga e recorrente à volta da teoria das probabilidades[362].

Certamente que a muitos a ideia de que podemos quantificar a certeza de que duas referências em fontes dizerem respeito à

---

[362] Neapolitan, Richard, *Probabilistic Reasoning in Expert Systems: Theory and Algorithms*, 1990, em especial o capítulo 2 "Probabilistic considerations" onde se compara as aproximações "subjectivistas" e "frequencistas" da teoria das probabilidades e onde se discute, de forma bastante clara, o papel da teoria das probabilidades na modelização do raciocínio humano.

mesma pessoa parecerá excessiva ou condenada ao fracasso. Podemos assegurar que aqui só se utilizou o grau de formalização mínimo necessário para resolver os problemas que, empiricamente, se foram levantando. É nossa convicção que muito do que se considera a intuição do historiador no processo de identificação de pessoas é o resultado de uma absorção inconsciente das características essenciais da informação sob análise e que esse processo pode ser reproduzido em computador. Assim, acreditamos que as certezas por detrás da maior parte das comparações são quantificáveis e pensamos poder demonstrá-lo empiricamente.

De seguida, iremos explicitar os conceitos probabilísticos sobre os quais se constrói o método de quantificação da semelhança. O que iremos apresentar assenta nos princípios base criados desde os anos sessenta pelos pioneiros do cruzamento nominal automatizado. Contudo, aqui, esses princípios serão integrados num formalismo genérico de representação de informação que foi explicitado acima, na secção 3.2, e explicados não só em termos teóricos mas também nas vertentes que se prendem com a sua aplicação prática.

3.4.4.2. *Quantidade de informação de um atributo*

A perícia do historiador a identificar pessoas em várias fontes não é fruto apenas de capacidades intelectuais específicas do género humano. É, seguramente, o resultado de uma prática continuada de trabalho com as fontes. O historiador acabado de entrar em contacto com um conjunto documental relativo a uma

comunidade que não conhecia, dificilmente toma decisões sobre quem é quem, a não ser em casos extremamente claros e inequívocos. Por outro lado, o investigador que durante anos se debruçou sobre uma grande variedade de fontes relativas a uma população, acaba por ser capaz de "intuições" esclarecidas. Em Soure, por exemplo, durante o processo de transcrição dos registos paroquiais, era possível adivinhar quem eram os padrinhos de determinados baptismos, tendo apenas conhecimento do nome da criança. Não existe nada de transcendente nestes processos. São o resultado de uma contabilização inconsciente da frequência com que ocorrem determinados atributos presentes na informação. É pelo lento labor de recolha de dados e transcrição de documentos que o historiador se torna um verdadeiro especialista na identificação de pessoas de determinada comunidade.[363]

Sabemos isso intuitivamente. A certeza que temos de que dois nomes digam respeito à mesma pessoa real depende estreitamente da concepção interior que temos da sua raridade. Duvidarei que dois "António Rodrigues de Soure" sejam a mesma pessoa, mas não duvidarei que "Paulo Ribeiro Cabral, da Quinta de S. Tomé" seja sempre a mesma pessoa em documentos diferentes. Assim, damos um valor maior à informação mais rara e um valor menor à informação mais comum.

---

[363] Assim, teríamos dificuldade em aconselhar uma relação mediatizada do historiador com as fontes primárias no contexto de uma reconstituição de comunidades. O contacto directo com os registos paroquiais, pelo menos para alguns anos de registo, é fundamental para absorver o "vocabulário" e construir inconscientemente uma hierarquia de pertinência da informação nominal, toponímica e outra.

Este procedimento intuitivo liga-se a princípios conhecidos da teoria da informação e da teoria das probabilidades. Em termos da teoria da informação esta situação pode ser descrita do seguinte modo: informação, é tudo aquilo que diminui a nossa incerteza sobre determinado acontecimento. Quando uma pessoa é referida numa fonte, o acontecimento sobre o qual a incerteza se refere é o seguinte: qual a pessoa real que está a ser referida? Supondo que a população em observação é de cerca de 10.000 pessoas, a nossa incerteza sobre o acontecimento é inicialmente de um para 10.000.

A informação necessária para eliminar esta incerteza é quantificável em termos da teoria da informação: é igual ao logaritmo base 2 do número de desenlaces possíveis para o acontecimento e expressa-se na unidade "bits". Sendo o número de desenlaces 10.000, a quantidade de informação necessária a uma certeza absoluta está entre 13 e 14 bits[364].

O nome da pessoa é uma informação que reduz a nossa incerteza sobre quem está a ser referido num documento, mas não a elimina completamente. Para a eliminar seria necessário que o nome identificasse univocamente cada pessoa. Seriam necessários, assim 10 000 nomes diferentes, o que obviamente não é o caso.

---

[364] Um "bit" é a quantidade de informação que reduz a incerteza em 50%. Assim, se um acontecimento tem dois desenlaces possíveis, um "bit" de informação é suficiente para anular a incerteza. Se outro acontecimento tem 4 desenlaces possíveis são necessários 2 bits: um reduz a incerteza de 4 para 2 e o outro de 2 para 1. É fácil de ver que a relação entre a quantidade de informação (i) e o total de desenlaces que determina a incerteza (n) é de 2^i=N. Para dez mil desenlaces teríamos entre 13 e 14, uma vez que 2^{13}=8 192 e 2^{14}=16 384. Mais exactamente: 13,2977.

Saber o nome de uma pessoa reduz a nossa incerteza, como é evidente, mas quanto?

Obviamente que a resposta depende da quantidade de nomes diferentes existentes na população. Nos dias de hoje, em que nomes compostos de 5 partículas são frequentes, poderíamos esperar bastante poder discriminatório nos nomes. No passado, contudo, o espectro nominal é muito mais reduzido. Nomes de duas partículas são quase sempre a regra e um número reduzido de formas monopoliza grande parte dos nomes. Em Soure, ocorrem 260 primeiros nomes diferentes e 660 apelidos. No total podemos contabilizar cerca de 2 900 nomes completos diferentes para todas as ocorrências na base de dados.

Se tivermos cerca de 3 000 nomes diferentes utilizados por uma população de 10 000 pessoas, podemos estimar que, em média, um nome é utilizado por cerca de três ou quatro pessoas. Isto seria verdade se os vários nomes se distribuíssem uniformemente. Contudo, como sabemos, existem nomes mais comuns que outros. O quadro 3.31 mostra o número de vezes que ocorrem os nomes mais frequentes na base de dados.

Quadro 3.31: Dez nomes mais frequentes (total de 33†000 referências nominais)

maria	1278
manuel	795
manuel rodrigues	587
isabel	494
maria rodrigues	458
jose	442
joao	362
joao rodrigues	345
maria francisca	344
manuel goncalves	333

A contagem do número de ocorrências de cada nome na totalidade da documentação levanta o problema de sobrevalorizar os nomes de pessoas que aparecem muito frequentemente, como sejam aquelas que detêm cargos oficiais ou que, pela sua importância dentro da comunidade, são frequentemente chamadas a servir de testemunhas ou apadrinhar crianças. Utilizemos, por isso, a lista dos nomes dos defuntos nos assentos de óbito, que não está sujeita a esta perturbação, uma vez que, em princípio, não contém reocorrência de pessoas.

Quadro 3.32: Nomes nos óbitos 1675-1720 (total 2754)[365]

maria	143
manuel	126
isabel	76
jose	59
antonio	55
joao	45
maria francisca	41
maria rodrigues	35
maria joao	32
antonia	29
maria simoes	29
isabel rodrigues	27
maria goncalves	27
domingos	26
isabel francisca	26
manuel rodrigues	24
.....	
josefa	16
.....	
anselmo	1

[365] As diferenças entre as duas listas, no que diz respeito à ordenação relativa das várias formas, não se deve ao fenómeno da reocorrência que não é relevante no grupo dos nomes mais frequentes. É antes, precisamente nos nomes mais raros, que os valores associados às pessoas mais visíveis se inflacionam.

O facto de determinados nomes serem mais frequentes que outros tem consequências quantificáveis do ponto de vista da informação que transmitem. Suponhamos que temos a informação, que alguém morreu e foi sepultado na paróquia de Soure entre 1675 e 1720, período para o qual possuímos 2754 óbitos registados. A nossa incerteza sobre qual a pessoa que morreu é de 1 para 2754. A quantidade de informação que necessito é, à partida,

$$i = \log_2(2754) = 11{,}4$$

Se a informação que possuímos nos diz que a pessoa falecida se chamava "Maria Francisca", então a nossa incerteza passa a 1 para 41, uma vez que encontro esse número de óbitos de pessoas com esse nome. Passámos de 2754 hipóteses a 41 hipóteses, pelo facto de termos recebido a informação de que a pessoa se chamava "Maria Francisca". Para diminuir a nossa incerteza totalmente necessitamos de mais informação que resolva essa dúvida residual,

$$j = \log_2(41) = 5{,}4$$

Posso, assim, concluir que a quantidade de informação veiculada pelo nome "Maria Francisca" é a diferença entre a incerteza **antes** de saber o nome e a incerteza **depois** de saber o nome:

$$i - j = 11{,}4 - 5{,}4 = 6$$

assim o nome "Maria Francisca" fornece 6 bits de informação.

Vejamos o que aconteceria se o nome do defunto fosse "Anselmo", que ocorre uma única vez nos óbitos daquele período. Como só temos um caso, a nossa incerteza é completamente reduzida ao conhecermos o nome. Assim, a quantidade de informação adicional necessária **depois** de sabermos que o nome é "Anselmo" fica, evidentemente, reduzida a zero,

$$j = \log_2(1) = 0$$

Concluimos, então, que a quantidade de informação veiculada pelo nome "Anselmo" neste contexto é de:

$$i - j = 11{,}4 - 0 = 11{,}4$$

e que a quantidade de informação contida no nome "Anselmo" é maior que a que está associada ao nome "Maria Francisca".

Nomes diferentes veiculam quantidades de informação diferentes. Quanto mais raro é o nome, maior a quantidade de informação que lhe está associada. Generalizando: quanto mais raros os atributos de uma pessoa, mais informação transmitem. O princípio, em si, é evidente, mas veremos que é extremamente útil a base formal que permite a sua quantificação.

Podemos expressar este princípio em termos de teoria das probabilidades[366]. Quanto mais provável for que um atributo ocorra por acaso na população, menor é a quantidade de informação que esse atributo transmite.

A probabilidade de que um óbito qualquer diga respeito a alguém chamado "Maria Francisca" é equivalente à proporção (frequência relativa) do nome dentro do total dos óbitos[367]:

$$P = 41/2754 = 0.0149 = 1{,}49\%$$

Do mesmo modo, a probabilidade de que um óbito seja relativo a alguém chamado "Anselmo" é:

---

[366] A obra de Neapolitan, já citada, fornece uma introdução formal à teoria da probabilidade. Útil pelo estilo simples e didáctico, que não supõe uma grande formação matemática anterior, é: Winkler, Robert L, *An Introduction to Bayesean Inference and Decision*. (Quantitative Methods for Decision Making). New York, Holt Rinehart and Winston, 1972, com uma introdução geral no capítulo 2.

[367] As probabilidades de um acontecimento ter determinado desfecho D exprimem-se por valores entre 0 (D não ocorre de certeza) e 1 (D ocorre de certeza). Se tirarmos um óbito ao acaso do conjunto de óbitos, temos uma probabilidade 0,0149 de que o nome do defundo seja "Maria Rodrigues", o que significa que, repetindo o acontecimento muitas vezes, poderíamos esperar encontrar esse nome 1,49% das vezes. Aceita-se em teoria das probabilidades que a frequência relativa da ocorrência de um acontecimento sirva como aproximação da probabilidade do acontecimento ocorrer, uma vez que ambos os valores tendem a coincidir quanto o número de tentativas é elevado — é a chamada "lei dos grandes números". Para maior legibilidade, optámos por expressar a probabilidade em termos de percentagens sempre que apropriado. Diremos, assim, uma probabilidade de 50% em vez de 0,5.

$$P = 1/2754 = 0{,}00036 = 0{,}036\%$$

Relacionando estes valores com os anteriormente encontrados, chegamos a uma lei fundamental da teoria da informação:

a informação de um signo S é igual ao logaritmo da sua improbabilidade

ou seja:

$$Inf(S) = \log_2\left(\frac{1}{P}\right)$$

ou, escrito de outro modo:

$$Inf(S) = -\log_2(P)$$

em que P é a probabilidade de o signo (atributo) S ocorrer por acaso, que calculamos como a frequência relativa, ou seja, o número de vezes que o signo ocorre dividido pelo total de ocorrências.

Aplicando aos nossos exemplos:

Para "Maria Francisca"

$$Inf(S) = \log_2\left(\frac{1}{\frac{41}{2754}}\right) = \log_2\left(\frac{1}{0{,}0149}\right) = 6$$

Para "Anselmo":

$$Inf(S) = \log_2\left(\frac{1}{\frac{1}{2754}}\right) = \log_2\left(\frac{1}{0{,}00036}\right) = 11{,}4$$

Estes são os valores a que anteriormente tínhamos chegado formalizando a situação em termos de incerteza e informação. Existe, assim, uma ligação estreita entre os conceitos de incerteza, informação, acaso e probabilidades.

Atingimos, assim, uma primeira noção que é fundamental para a construção de um sistema automático de cruzamento nominal:

> A confiança no resultado da comparação de duas ocorrências é directamente proporcional à quantidade de informação contida nos atributos comparados, quantidade essa que, por sua vez, é proporcional à improbabilidade ou raridade dos mesmos.

3.4.4.3. Contabilização da variabilidade de um atributo: o princípio dos pesos binários

A utilização do conceito de quantidade de informação não esgota, contudo, a problemática da quantificação da semelhança. A maioria dos sistemas de automatização de cruzamento nominal baseia-se numa medida derivada da quantidade de informação denominada em inglês "binit weights", ou pesos binários. Os pesos binários são um modo de medir a quantidade de informação

de cada atributo para efeitos de cruzamento nominal. São definidos do seguinte modo[368]:

> O peso a dar à comparação de um atributo comum para efeito de identificação é igual à razão entre a probabilidade de esse atributo ter o mesmo valor em ocorrências diferentes da mesma pessoa real e a probabilidade de o atributo ter o mesmo valor em ocorrências de pessoas diferentes.

Este valor exprime-se como um logaritmo base 2, tal como a quantidade de informação.

$$PB = \log_2\left(\frac{P(A)}{P(B)}\right)$$

em que

PB peso binário

P(A) probabilidade de o atributo ter o mesmo valor em ocorrências da mesma pessoa

P(B) probabilidade de o atributo ter o mesmo valor em ocorrências de pessoas diferentes.

---

[368] Para uma visão geral das várias medidas de similitude utilizadas em projectos de cruzamento nominal ver: Winchester, Ian, *A brief survey of the algoritmic, mathematical and philosophical literature relevant to historical record linkage*. In: Wrigley, E.A. (ed), *Identifying People in the Past*. London. Edward Arnold, 1973.

Embora esta medida possa parecer menos evidente que o conceito de quantidade de informação anteriormente apresentado, a sua necessidade explica-se facilmente. A raridade que está por detrás da quantidade de informação não determina, por si só, o valor de identificação de um atributo. Um aspecto adicional a ter em conta é a variabilidade. Há características das pessoas que são relativamente estáveis ao longo do tempo, enquanto que outras podem variar com frequência. Parte destas variações devem-se a deficiências de registo, erros de transcrição e outras perturbações na forma como a informação chega até nós. Contudo, em muitos casos, trata-se de variações reais[369]. Por exemplo, o nome é muito mais estável do que a residência. Certas profissões são mais estáveis do que outras. Um lugar de residência pode ser relativamente raro, por ser pouco habitado, mas ser ocupado por pessoas que circulam rapidamente para outros locais. Assim, para além da raridade, temos que ter em linha de conta a variabilidade de um atributo.

A variabilidade dos atributos tem origens diversas. Em primeiro lugar, existe uma variabilidade real que decorre da própria realidade social: as pessoas mudam de residência, podem mudar de profissão e, inclusivamente, mudar de nome com relativa frequência. Em Soure, as elites locais ligadas à governança possuem frequentemente duas residências, uma casa na vila e uma quinta nos arredores. Podem ser registadas indiferentemente

---

[369] Que a variabilidade é intrínseca aos dados nem sempre parece ser evidente. Por vezes este aspecto é identificado, redutoramente, como a taxa de erro do registo. Um exemplo é Jaro, Matthew A., *Probabilistic linkage of large public health data files*. "Statistics in Medicine", 14, 1995, p.491-498.

como residindo em Soure ou na quinta respectiva. Em segundo lugar, diferentes fontes descrevem os atributos pessoais com graus diferentes de precisão. O povoamento extremamente disperso do território de Soure provoca uma fragmentação da toponímia que nem todas as fontes acompanham. Existe, assim, aquilo que designámos por "topónimos fracos", normalmente casais onde vivem uma ou duas famílias que, se estiverem na proximidade de uma aglomeração mais significativa, facilmente são "absorvidos", reaparecendo mais tarde numa fonte diferente. Assim a mesma pessoa, em fontes diferentes, pode aparecer como residindo nos "Caldeiros" ou nos "Simões" sem que, de facto, tenha havido mudança de residência. O que acontece é que dada a pouca importância do topónimo "Caldeiros" e a proximidade da aglomeração maior que é "Simões", o primeiro é frequentemente "absorvido" pelo segundo. Em terceiro lugar, existe uma variabilidade que é fruto, simultaneamente, das mutações reais ocorridas e do modo como estas são registadas e tratadas posteriormente durante o processo de cruzamento nominal. Trata-se de atributos relacionados com relações de parentesco para as quais necessariamente haverá várias pessoas. Por exemplo o nome da mulher de um homem variará se esse homem recasar. Um caso ainda mais frequente é o nome dos filhos. Em fontes diferentes, como é óbvio, o mesmo pai ou a mesma mãe aparecem registados com filhos de nome diferente (só a série dos baptismos fornece uma enorme quantidade de ocorrências desse género). Apesar de o nome do filho não ser estritamente um atributo pessoal os programas de cruzamento automatico utilizam-no no processo de identificação, assim como, evidentemente, o nome dos cônjuges. A

probabilidade de uma pessoa real aparecer em duas ocorrências distintas como um filho de nome igual é muito baixa numa base de dados que inclua registos paroquiais, porque a esmagadora maioria das vezes que um pai ou mãe aparecem estão associados a filhos diferentes que sucessivamente baptizam, enterram ou casam. O facto de o nome dos filhos raramente ser o mesmo de ocorrência para ocorrência significa que não deve ser usado para efeitos de identificação de pessoas? Responder afirmativamente seria descartar uma informação que, apesar das características apontadas, tem por vezes uma importância significativa na resolução de certas ambiguidades. Poderíamos criar casos especiais em que o nome dos filhos seria considerado, como o cruzamento entre os casamentos e o baptismo dos noivos mas isso seria criar um processamento específico que, como explicámos anteriormente, seria sempre uma solução parcelar no contexto de uma base de dados genérica como esta.

A solução está na fórmula do peso binário. Se um atributo for muito variável, como a residência no caso da população aqui analisada, então a probabilidade do atributo concordar em pessoas realmente identificadas diminui. O numerador da fórmula do peso binário desce e o valor geral da medida desce também. Inversamente, atributos muito estáveis aumentam a probabilidade de o mesmo valor se encontrar em diferentes ocorrências da mesma pessoa e o peso binário aumenta. O nome dos filhos é um atributo de altíssima variabilidade e por isso a probabilidade de coincidir em duas ocorrências de uma mesma pessoa é muito baixa.

O princípio básico do cálculo do peso binário, acabado de expor é, em conclusão, bastante simples. Trata-se, afinal, de um aperfeiçoamento do conceito de quantidade de informação inicialmente apresentado. Em determinadas circunstâncias, como veremos, os dois conceitos confundem-se e resultam no mesmo valor.

Se o conceito do peso binário é simples, já a metodologia que leva à sua determinação é alvo de muita discussão[370]. O problema decorre da circularidade da definição: o peso binário serve para valorizar a comparação das ocorrências de pessoas para efeitos de cruzamento nominal, mas exige que se conheçam valores que só estão disponíveis após o cruzamento nominal estar feito. Efectivamente, saber a probabilidade de um atributo variar ou não em diferentes ocorrências de pessoas reais exige um conjunto de pessoas identificadas previamente, a partir do qual essas variações possam ser contabilizadas. Esse conjunto deve ser suficientemente significativo para que as probabilidades calculadas sejam fiáveis e úteis.

A solução para o círculo vicioso que daqui decorre varia bastante conforme os projectos. Uma das abordagens consiste em criar um conjunto de identificações manuais que possam servir de base à estimativa das probabilidades P(A) e P(B) da fórmula do

---

[370] Aliás, a própria formulação do conceito de "binit weight" está sujeita a ligeiras mas frequentes variações na literatura sobre o assunto. Essas variações prendem-se, como veremos, à necessidade de proceder a simplificações e extrapolações no cálculo do valor real dessa medida. Ver Winchester, *op. cit.*.

peso binário. Mas em populações de tamanho considerável, em que o espectro de atributos seja significativo, essa tarefa pode revelar-se problemática e levanta todos os problemas que procedimentos de amostragem sempre colocam. Alguns programas pedem simplesmente ao utilizador uma estimativa *a priori* desses valores para cada um dos atributos e ensaiam o cruzamento automático a partir daí. Os resultados são revistos manualmente e validados ou recusados. Com base nessa revisão, o sistema analisa as identificações consideradas correctas, corrige a estimativa das probabilidades de variação e recomeça de novo. O processo pode ser repetido indefinidamente, criando, em princípio, cruzamentos progressivamente mais correctos[371] .

O problema de fazer amostragens significativas ou de validar grandes quantidades de cruzamentos reside na introdução de uma componente de decisão humana que alguns projectos consideram ou demasiado custoso ou perigosamente sujeita a erros e que, por isso, deve ser mantida em limites muito controlados. Muitos autores enveredam, em consequência, por abordagens que visam simplificar ou estimar os valores de P(A) e P(B), a partir da análise quase exclusiva das ocorrências de pessoas antes de qualquer processo de identificação. Com esse fim são feitas algumas simplificações e assumidas algumas equivalências apriorísticas. Estes métodos baseiam-se, principalmente, na análise das características matemáticas das probabilidades envolvidas e na

---

[371] É o método usado pelo programa "MatchMaker", já referido. Obviamente que todos estes procedimentos que partem quer de ficheiros cruzados manualmente quer de ensaios validados posteriormente dependem muito da qualidade do trabalho dos intervenientes humanos.

importância relativa dos dois principais componentes do cálculo dos pesos binários: a raridade e a variabilidade dos atributos. Embora não seja possível ter um cálculo exacto da variação dos atributos sem um trabalho empírico que depende sempre de validação humana, é importante delimitar o papel desta intervenção. Trata-se de um ponto central na "respeitabilidade" dos processos de cruzamento automático e, seguramente, um dos aspectos que mais críticas suscita, porque, compreensivelmente, o efeito de simplificações de natureza matemática sobre dados referentes a populações reais é sempre polémico.

O sistema aqui apresentado baseia-se, de facto, em algumas dessas simplificações. O processo de cruzamento nominal pode partir de um desconhecimento total prévio da variabilidade dos atributos e ir incorporando o conhecimento acumulado pelas identificações sucessivas à medida que estas são validadas. Mas, ao fazê-lo, tenta isolar aquilo que depende, de facto, irremediavelmente de resultados validados pelo historiador daquilo que pode ser inferido de uma base de dados não ligada. A distinção entre os dois aspectos é subtil e longe de ser evidente. É, aliás, um dos pontos em que mais divergência provoca entre os vários projectos que utilizam a tecnologia dos pesos binários.

Para melhor compreensão dos raciocínios que levam à abordagem aqui seguida, é necessário exemplificar o peso relativo da raridade e da variabilidade dos atributos e o modelo teórico que permite a simplificação desses valores a partir de dados reais. Para isso será necessário introduzir uma situação fictícia que

permita criar um cenário suficientemente simples para demonstrar com clareza os princípios em obra.

3.4.4.4. Interacção das várias componentes quantitativas: frequências relativas, pesos binários e probabilidades condicionais

Nesta secção será explicado o modo como se chega ao processo de determinação do valor da concordância entre atributos de pessoas para efeitos de identificação. Como vimos esse valor é normalmente calculado como uma proporção entre duas probabilidades: a de o atributo concordar em ocorrências diferentes da mesma pessoa e a de concordar em ocorrências de pessoas diferentes. Como não possuímos, à partida, informação suficiente para determinar esses valores, temos de proceder por uma mistura de estimativas, amostragem e assumir algumas simplificações. Iremos descrever uma situação hipotética que tornará a interacção destes vários factores mais claros. O nosso objectivo é criar um modelo suficientemente simples para os factores principais serem compreensíveis.

Suponhamos, assim, uma população de 80 pessoas. Dessa população temos duas listas nominais obtidas em diferentes momentos. Para tornar a situação realmente simples, vamos assumir que ambas as listas são exaustivas e não redundantes. Ou seja, em cada uma das listas aparece cada uma das 80 pessoas sem repetições. A função desta simplificação é sabermos claramente, à

partida, qual o número de identificações correctas que se podem fazer.

Suponhamos ainda que nessa população de 80 pessoas só existem três nomes diferentes: os nomes A, B e C, que se distribuem do seguinte modo: o nome A é comum a 10 pessoas, o nome B a 20 e o nome C a 50.

Numa situação normal teríamos, obviamente, um espectro de nomes mais variado e não teríamos tantas certezas sobre a dimensão real da população nem sobre as características das duas listas nominais. A simplificação que fazemos aqui serve o propósito de tornar simples e claros os cálculos que se vão fazer.

O objectivo deste exercício é determinar o modo como calculamos o valor, para efeitos de identificação, de duas pessoas terem o mesmo nome.

Um sistema de cruzamento nominal terá que comparar os atributos das pessoas das duas listas para determinar quem é quem. Assim, em teoria, para cada pessoa de uma das listas irão ser comparadas todas as pessoas da outra lista. Mais uma vez, numa situação real, nunca se comparariam todas as ocorrências de pessoas entre si e tentar-se-ia limitar os pares a examinar. Aqui é importante considerarmos o total de comparações teoricamente possíveis que são 80 vezes 80, ou seja, 6400 pares de ocorrências.

Designemos uma das listas nominais por L e a outra por M. Designemos a primeira pessoa da lista L por L1, a segunda por L2 e assim sucessivamente até a última que será L80. Utilizemos o mesmo processo para designar as pessoas da lista M.

Ao compararmos todas as pessoas, produzimos, como vimos, 6400 pares que podem ser representados pelos identificadores das pessoas que estão a ser comparadas. Temos assim os pares:

(L1, M1), (L1, M2), (L1, M3),..., (L1, M80),
(L2, M1), (L2, M2), (L2, M3), ..., (L2, M80),
....
(L80, M1), (L80, M2), (L80, M3), ..., (L80, M80),
ao todo 6400 pares de ocorrências para as duas listas de 80 pessoas.

Destes 6400 pares só 80 correspondem a comparações verdadeiras, pois esse é o número de pessoas reais que existem e, sendo ambas as listas exaustivas, cada pessoa de uma aparece igualmente na outra. Imaginemos que as 80 pessoas ocorrem em cada lista pela mesma ordem, de modo que L1 é a mesma pessoa que M1, L2 a mesma que M2 e assim por diante. Deste modo, os únicos pares que incluem duas ocorrências da mesma pessoa real são:

(L1, M1), (L2, M2), (L3, M3), ..., (L80, M80) [ao todo 80 pares]

Temos, em conclusão, 80 pares com ocorrências da mesma pessoa real e 6320 pares com ocorrências de pessoas diferentes. Para comodidade, vamos designar os pares que dizem respeito à mesma pessoa real por "pares verdadeiros". Podemos calcular a probabilidade de um par qualquer ser um par verdadeiro, dividindo o número destes pelo total de pares:

Probabilidade de um par ser verdadeiro: 80/6400 = 1,25%.

Do mesmo modo:

Probabilidade de um par não ser verdadeiro:
6320/6400 = 98,75%.

Estes valores não são, em regra, conhecidos previamente em casos reais de cruzamento nominal. O nosso modelo apresenta claramente um valor alto para a probabilidade de um par ser verdadeiro, o que decorre da exiguidade da população imaginada. Por exemplo, o cruzamento de dois censos de uma população de 8000 pessoas poderia fornecer algo como 7000 pares verdadeiros e 57 milhões de pares referentes a pessoas diferentes. Como é claro, a probabilidade a *priori* de um par ser verdadeiro diminui com o número de ocorrências nominais envolvidas. Nesse caso seria de 7000/5 000 000. Inversamente, mas de modo muito menos significativo, essa probabilidade aumenta com o grau de recorrência de pessoas reais nas fontes utilizadas. Se poucas pessoas aparecem muitas vezes, a probabilidade de um par qualquer de ocorrências ser um par verdadeiro é maior.

Apesar de evidentes, estas constatações preliminares são importantes para justificar as aproximações seguintes. Interessa reter, para já, que existe uma grande desproporção entre os pares de ocorrências que dizem respeito às mesmas pessoas reais e o conjunto de pares possíveis. Podemos representar esta proporção graficamente por um quadrado com uma área equivalente ao

número total de pares e inserir o rectângulo correspondente ao número de pares verdadeiros (ver diagrama 3.4):

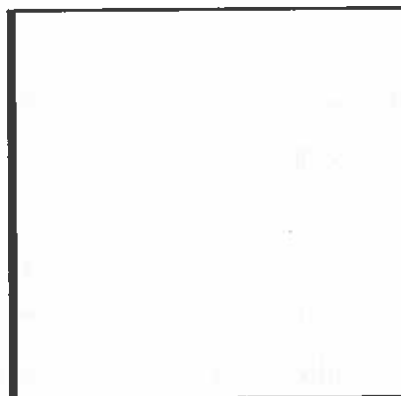



Diagrama 3.:. Probabilidade de um par de ocorrências ser verdadeiro em duas listas nominais completas e sem repetições para uma população de 80 pessoas. A zona sombreada à esquerda, quase imperceptível, representa a probabilidade de 1.25%. Para um número não trivial de casos essa zona seria invisível a esta escala.

Que papel poderá ter o atributo "nome" na identificação das pessoas dentro deste modelo simplificado? Em primeiro lugar, vejamos a distribuição dos vários nomes pelo conjunto de pares de ocorrências. O nome A ocorre em dez das pessoas reais. A sua frequência relativa dentro da população é de 10/80 ou seja 12,5%. O nome B tem uma frequência de 25%, ocorrendo 20 vezes e o nome C, com 50 ocorrências, constitui 62,5% dos casos.

Em termos de pares de ocorrências os cálculos são simples. Quando as dez pessoas com o nome A da lista L são comparadas com as 80 pessoas da lista M, são gerados 800 pares que

correspondem a 12.5% de todos os pares. Desses, 100 incluem ocorrências em que o nome A está duplamente presente. São os pares gerados pela comparação das dez pessoas com nome A em cada uma das listas. Os outros 700 incluem uma ocorrência de pessoa com o nome A e outra pessoa com o nome B ou C. Finalmente, desses 100 pares em que o nome A aparece em ambas as ocorrências, apenas 10 correspondem a pares verdadeiros. Podemos elaborar uma tabela que relaciona o número de pessoas com cada nome com o número de pares de diferentes características que se encontram no espaço total das comparações (ver tabela 3.33).

Tabela 3.33: Número de pessoas com cada nome, frequência relativa e tipos de pares de ocorrências

Nome	Pessoas	Freq. Rel.	Pares	Nome =	Verdadeiros
A	10	12.5%	800	100	10
B	20	25%	1600	400	20
C	50	62.5%	4000	2500	50

Actualizando o diagrama 3.4 obtemos uma visualização clara das relações entre estes valores (ver diagrama 3.5).

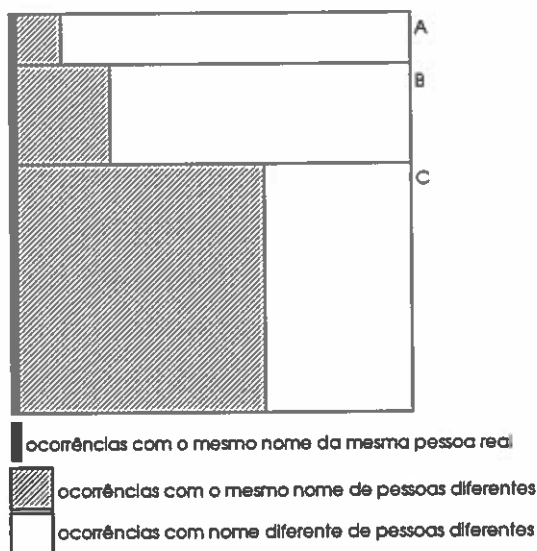



Diagrama 3.5: Proporção dos vários tipos de ocorrências em comparações de duas listas de 80 pessoas com três nomes de frequência diversa. A razão entre a zona sombreada e a zona tracejada na diagonal diminui à medida que o atributo se torna mais frequente e é de 1 para 10 em A e 1 para 50 em C.

A primeira constatação importante é que a proporção de pares verdadeiros, quer em relação ao total de pares gerados, quer em relação àqueles que unem ocorrências com o mesmo nome, diminui à medida que a frequência do nome aumenta. Veja-se que a proporção de pares verdadeiros dentro dos pares com nome igual é de 1/10 em A, 1/20 em B e 1/50 em C. Isso significa que face a um par de ocorrências com o mesmo nome, a probabilidade de estarmos perante a mesma pessoa é de 10% se o nome for A, 5% se o nome for B e 2% se o nome for C.

Esta probabilidade de uma pessoa ser a mesma, dado o facto de o nome ser igual, denomina-se uma probabilidade condicional, pois faz o desenlace de um acontecimento depender da ocorrência de outro. O acontecimento final, neste caso, consiste em um par de

ocorrências dizer respeito a uma mesma pessoa. O acontecimento "propiciatório" consiste em, nesse par, as ocorrências terem o mesmo nome. O que pretendemos saber é: qual a probabilidade da pessoa ser a mesma dado o nome ser igual? Nesta simulação o cálculo é fácil, porque temos uma ideia precisa do número de pares verdadeiros, o número de pares com o mesmo nome e o total de pares existentes.

O diagrama 3.5 permite-nos visualizar o processo pelo qual probabilidade condicional se calcula. Inicialmente, a probabilidade de um par dizer respeito à mesma pessoa real consiste na chance de o par em questão se situar na estreita banda sombreada do lado esquerdo do gráfico. Como vimos, esse valor é igual a 80/6400 ou seja 1,25%. Contudo, se soubermos que o par tem o mesmo nome e que esse nome é A, então o nosso espectro de possibilidades reduz-se para o quadrado, no canto superior esquerdo, que representa o conjunto de pares em que A é atributo comum de ambas as ocorrências. Agora, a probabilidade de o par ser verdadeiro consiste na chance de ele se situar na faixa sombreada dentro do quadrado referido. Esta nova probabilidade é de 10/100, ou seja, 10%. O mesmo raciocínio aplicado aos nomes B e C produz as probabilidades já referidas de 5% e 2%, respectivamente.

Do ponto de vista matemático, uma probabilidade condicional deste tipo é calculada a partir da fórmula dada pelo Teorema de Bayes[372]:

---

[372] Winkler, Robert L., *An Introduction to Bayesean Inference and Decision*, New York: Holt Rinehart and Wiston, 1972. p. 42.

$$P(V|N) = \frac{P(N|V) \times P(V)}{P(N)}$$

em que:

P(V | N) é a probabilidade de um par ser verdadeiro, **dado** ter um determinado nome em ambas as ocorrências - o valor que procuramos.

P(N | V) é a probabilidade de que um par verdadeiro tenha esse nome em ambas as ocorrências.

P(V) é a probabilidade de um par qualquer ser verdadeiro independentemente dos nomes associados.

P(N) é a probabilidade de um par qualquer, verdadeiro ou não, ter esse mesmo nome em ambas as ocorrências.

A aplicação da fórmula ao caso do nome A torna mais claro o significado de cada um dos componentes.

P(V | N) é a probabilidade de um par ser verdadeiro, **dado** o facto de ambas as ocorrências terem o nome A.

P(N | V) corresponde à probabilidade de um par verdadeiro ter o mesmo nome A em ambas as ocorrências. Como há 80 pares verdadeiros e 10 com o mesmo nome A, a probabilidade é de 10/80=12,5%.

P(V), a probabilidade de um par qualquer ser verdadeiro, é 80/6400, ou seja, como já vimos, 1,25%.

P(N), a probabilidade de um par qualquer, verdadeiro ou não, ter o mesmo nome A é de 100/6400 = 1,56%.

Substituindo na fórmula, temos:

$$P(V|N) = \frac{12{,}5 \times 1{,}25\%}{1{,}56\%} = 10\%$$

valor a que tínhamos chegado empiricamente.

Por detrás da formulação matemática do cálculo da probabilidade condicional está um princípio relativamente simples e que se formula melhor com os conceitos de "hipótese" e "indício". A "hipótese" consiste na possibilidade de um par de ocorrências dizerem respeito à mesma pessoa. O "indício" consiste em o nome coincidir. O que nos diz a fórmula do teorema de Bayes? Em primeiro lugar, parte-se da probabilidade da hipótese ser verdadeira antes de possuirmos qualquer indício — a chamada probabilidade *a priori*. É o valor P(V) acima e que corresponde a 1.25%. Seguidamente considera-se em que grau o índicio está presente quando a hipótese se confirma. Por outras palavras, qual a probabilidade de, dado que um par é verdadeiro, o nome coincidir? Designa-se esta probabilidade por $P(N|V)$. Multiplicamos estas duas probabilidades para obter o numerador. Assim, o numerador $P(N|V)P(V)$ representa a probabilidade de a nossa hipótese se confirmar multiplicada pela probabilidade de o indício ser revelador da veracidade da hipótese. Ao dividirmos este produto pela probabilidade do indício ocorrer por acaso, $P(N)$, estamos a dimininuir a força do indício na probabilidade final de modo proporcional à sua vulgaridade. Em resumo, podemos formular assim a regra da probabilidade condicional expressa pelo Teorema de Bayes:

> A probabilidade de uma hipótese se confirmar dado determinado indício é proporcional à probabilidade da hipótese se confirmar por acaso e à probabilidade de o indício estar presente quando a hipótese se confirma, ao mesmo tempo que é inversamente proporcional à probabilidade de o indício acontecer por acaso.

Repare-se que esta formulação é extremamente semelhante à definição do peso binário dada acima, na secção 3.5.3. O peso binário, recordemos, é directamente proporcional à frequência com que o nome coincide em pares verdadeiramente ligados e inversamente proporcional à frequência com que o nome coincide em pares referentes a pessoas diferentes. Ora a "frequência com que o nome coincide em pares verdadeiramente ligados" é equivalente à "probabilidade de o indício estar presente quando a hipótese se confirma", enquanto que "a probabilidade de o indício ocorrer por acaso" é muito próxima da "frequência com que o nome coincide em pessoas diferentes" [373].

---

[373] Uma derivação da formula dos "binit weights" a partir do teorema de Bayes encontra-se em Hershberg, Theodore; Burstein, Alain; Dockhorn, Robert, *Record Linkage*, "Historical Methods Newletter", 9 (2-3), 1976. p.137-163. Outro autor, Winchester, ao rever os vários métodos de quantificar o contributo dos atributos semelhantes para a certeza de identificação, fornece a fórmula da probabilidade condicional transformada pelo logaritmo base dois (log2 (P(N,V)/P(N)) como equivalente ao cálculo dos pesos binários — Winchester, Jan, *The linkage of Historical Records by Man and Computer: Techniques and problems* , "Journal of Interdisciplinary History", 1, 1979, p.107-124. Ambas as publicações se referem a esta última fórmula como a ponte entre a inferência bayesiana tradicional e o cálculo dos "binit weights" e designam-na por "functor de confirmação de Hamlin" referindo uma dissertação inédita a que não tivemos acesso: Hamlin, C. L., *Language and the Theory of Information*", dissertação de doutoramento apresentada à

Vejamos como o cálculo dos pesos binários se aplica nesta simulação.

Para o nome A:

P(A) = frequência da coincidência de A em pares verdadeiros = 10/80 =12,5%

P(B) = frequência da coincidência de A em pares falsos = 90/6320 = 1.42%

PB_A = log_2(P(A)/P(B)) = log_2(12,5%/1,42%) = **3,134**

Para o nome B:

P(A) = frequência da coincidência de B em pares verdadeiros = 20/80 =25%

P(B) = frequência da coincidência de B em pares falsos = 380/6320 = 6,01%

PB_B = log_2(P(A)/P(B)) = log_2(25%/6,01%) = **2,056**

Para o nome C:

P(A) = frequência da coincidência de C em pares verdadeiros = 50/80 =62,5%

P(B) = frequência da coincidência de C em pares falsos = 2450/6320 = 38,77%

PB_C = log_2(P(A)/P(B)) = log_2(62,5%/38,77%) = **0,689**

Podemos visualizar as duas frequências ou probabilidades envolvidas no cálculo do peso binário, utilizando o esquema já apresentado (ver diagrama 3.6).

Universidade de Londres, 1955. De facto, existem ligeiras diferenças conceptuais, como veremos no texto, mas os seus efeitos práticos são negligenciáveis.

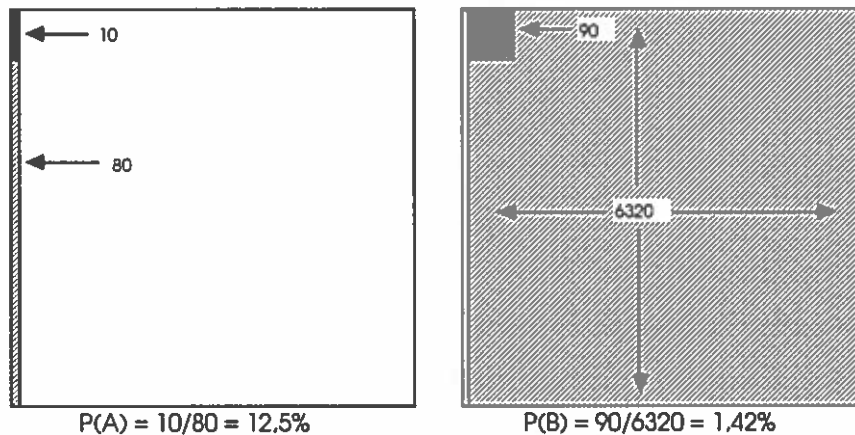



Diagrama 3.6: As duas probabilidades envolvidas num peso binário: à esquerda, a frequência de ocorrência de pares com o nome A entre os pares verdadeiros; à direita, a frequência de pares com o nome A entre os pares falsos.

Com base na aplicação da fórmula do peso binário a este modelo, e mantendo presente a representação gráfica das proporções envolvidas, chegamos finalmente ao ponto em que é possível introduzir as simplificações necessárias para a utilização destes formalismos em situações reais. Porque necessitamos de simplificar? Porque numa situação real nunca sabemos *a priori* a importância da faixa sombreada do gráfico 3.4, nunca sabemos, à partida, quais os pares verdadeiros. Sabemos apenas que o seu número, em relação ao total de pares, é extremamente pequeno.

Introduziremos agora duas das simplificações base da utilização destes formalismos em situações reais de cruzamento nominal:

Simplificação 1: a frequência da coincidência de um atributo em pares verdadeiros tende para a frequência relativa desse atributo na população em geral.

Simplificação 2: a frequência da coincidência de um atributo em pares falsos tende para o quadrado da frequência relativa desse atributo.

Ambas as simplificações têm os seus riscos, que explicitaremos mais adiante, mas são facilmente justificáveis.

Quanto à primeira simplificação, o raciocínio é muito simples e fácil de visualizar no nosso modelo gráfico (ver diagrama 3.5). Se um nome, por exemplo A, ocorre em 12,5% das pessoas, ocorrerá na mesma proporção no total de comparações que são feitas — é essa a proporção da banda A que atravessa, à largura, a parte superior do gráfico. Por outras palavras: o total de pessoas com o nome A, que é dez, está para o total das pessoas, que é 80, na mesma proporção que o total de pares em que A aparece, que é 800, está para o total de pares possíveis, que é 6400:

$$10/80 = 800/6400 = 12{,}5\%$$

Como se vê no diagrama 3.5, a proporção mantém-se dentro da estreita faixa dos pares verdadeiros, e, mais importante, repare-se que a proporção seria a mesma se a largura da faixa fosse maior ou menor. O número de pares verdadeiros em que coincide o nome A é de 12.5% do total dos pares verdadeiros e esse valor seria o mesmo se o número de pessoas reais fosse maior ou menor (ver diagrama 3.7).

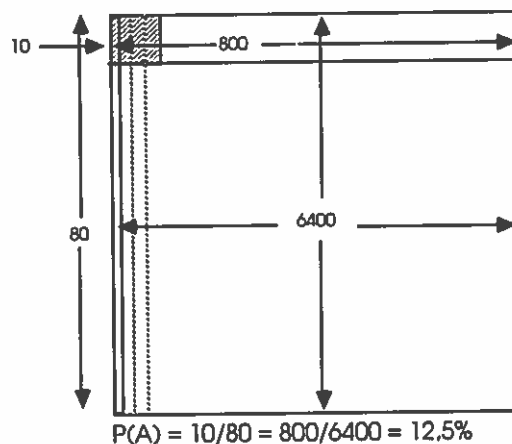



Diagrama 3.7: Ilustração da simplificação 1: "a frequência da coincidência de um atributo em pares verdadeiros tende para a frequência relativa desse atributo na população em geral". A proporção de 10 para 80 é a mesma que 800 para 6400. Note-se que esta relação manter-se-ia, mesmo que a proporção de pares verdadeiros no total do espaço de comparações fosse diferente (linhas verticais tracejadas).

Se a frequência dos atributos numa base por ligar puder ser considerada uma aproximação razoável da frequência dos atributos na população em geral, então essa frequência pode ser utilizada como base da probabilidade de o atributo coincidir em pessoas reais, fornecendo-nos, assim, o numerador da fórmula dos pesos binários. Esta asserção terá de ser relativizada pela consideração da possibilidade de o atributo variar dentro de pessoas reais, fenómeno a que já aludimos anteriormente e que mais adiante examinaremos de novo no contexto deste modelo. Esta é uma das simplificações basilares dos procedimentos automáticos de cruzamento nominal.

Quanto à segunda simplificação, de a frequência de um atributo coincidir em pessoas que não são as mesmas tende para o

quadrado da frequência relativa do mesmo, o príncipio subjacente prende-se com a desproporção entre o número de pares verdadeiros e o número de pares falsos. Veja-se graficamente a diferença entre os dois valores (diagrama 3.8).

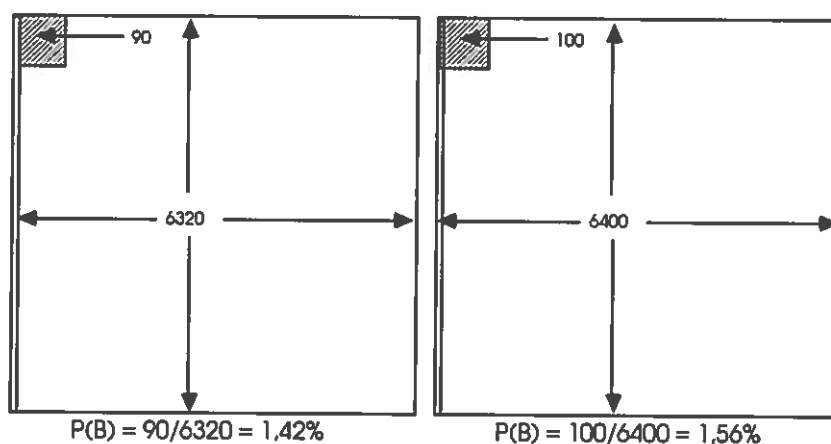



Diagrama 3.8: A pouca importância relativa do número de pares verdadeiros faz com que não exista grande diferença em usarmos o quadrado da frequência relativa sobre o total de pares (à direita), em vez da forma "correcta" que seria a proporção de pares falsos com o mesmo nome no total de pares (à esquerda).

A diferença entre os dois valores (1,42% e 1.56%) reside, como se vê, na consideração ou não dos pares verdadeiramente ligados. Contudo, como a proporção desses pares no total geral de pares é muito pequena, a diferença torna-se mínima. É, no nosso modelo, uma pequena diferença, mas numa situação real, em que a proporção de pares verdadeiros é muitíssimo menor, a variação é negligenciável. Esta simplificação é, obviamente, muito importante, porque apesar de termos uma ideia da ordem de grandeza da proporção de pares verdadeiros, não sabemos o seu número exacto a não ser no fim do cruzamento nominal. Sabemos,

contudo, a frequência relativa de cada atributo, pelo que podemos, por este modo, calcular o denominador da fórmula do peso binário[374].

Neste cenário, e com base nestas simplificações, poderíamos reescrever a fórmula do peso binário do seguinte modo:

$$PB_A = \log_2\left(\frac{frel_A}{frel_A^2}\right)$$

em que $frel_A$ é a frequência relativa do atributo A.

Refazendo o cálculo, podemos averiguar as diferenças finais das nossas simplificações sobre os resultados.

Para o nome A:

P(A) (estimada)= frequência relativa de A = 10/80 =12,5%

P(B) (estimada) = quadrado de P(A) = 12,5% ^{2} = 1.56%

PB_A(estimado)= $\log_2$(P(A)/P(B)) = $\log_2$(12,5%/1,56%) = **3,00**

PB_A(real)= **3,134**

Para o nome B:

P(A) (estimada)= frequência relativa de B = 20/80 =25%

P(B) (estimada) = quadrado de P(A) = 25% ^{2} = 6,25%

PB_B (estimado)= $\log_2$(P(A)/P(B)) = $\log_2$(25%/6,25%) = **2,00**

PB_B (real)=**2,056%**

Para o nome C:

P(A) (estimada)= frequência relativa de C = 50/80 =62,5%

---

374 Esta simplificação é comum em outros projectos sendo por vezes apresentada como um facto evidente. Aqui quisemos dar uma justificação tanto quando possível clara da sua origem.

P(B) (estimada) = quadrado de P(A) = 62,5% ^{2} = 39,06%

PB_C (estimado)= $\log_2(P(A)/P(B))$ = $\log_2(62{,}5\%/39{,}06\%)$ = **0,689**

PB_C = $\log_2(P(A)/P(B))$ = $\log_2(62{,}5\%/38{,}77\%)$ = **0,678**

Estes resultados permitem ajuizar a legitimidade das simplificações apresentadas. Os resultados finais são muito próximos e tenderiam a sê-lo mais, se o número de casos fosse maior. Repare-se ainda que o cálculo do peso binário, tal como fica definido após as simplificações apresentadas, é absolutamente equivalente ao conceito de quantidade de informação apresentada na secção 3.5.2. Com efeito, partindo de:

$$PB_A = \log_2\left(\frac{frel_A}{frel_A^2}\right)$$

e dividindo ambos os termos da fracção pela frequência relativa de A obtemos:

$$PB_A = \log_2\left(\frac{1}{frel_A}\right)$$

ou seja, o logaritmo da improbabilidade de A — a sua quantidade de informação[375]. Assim, em determinadas condições, o peso binário e a quantidade de informação são a mesma coisa.

---

[375] O mesmo raciocínio, embora sem referir o conceito de quantidade de informação, encontra-se em Newcombe, H. B., Kennedy, J.M.; Axford, S.J.; James, A.P., *Automatic Linkage of Vital Records*, "Science", 130, Outubro de 1959, p.954-959.

Esclarecer essas condições leva-nos ao elemento final que necessitamos de introduzir para cobrir a totalidade dos aspectos relacionados com o cálculo da semelhança: a **variabilidade** dos atributos dentro de diferentes ocorrências de pessoas reais. Essa variabilidade, como vimos na secção anterior, tem várias origens e é um factor importante a ter em conta, quando se avalia o contributo de cada informação para a certeza final da identidade de diferentes ocorrências.

No nosso modelo, e no gráfico que o ilustra, estava implícito que dentro dos pares verdadeiros só existiam pares de nomes iguais, distribuídos pelos vários nomes. A estreita faixa dos pares verdadeiros sobrepunha-se aos quadrados a tracejado que representavam os pares com o mesmo nome. Até agora, raciocinámos apenas em função das proporções entre pares verdadeiros do mesmo nome e pares falsos com o mesmo nome. De certo modo, podemos dizer que temos os problemas derivados da *homonomia*, devidamente tratados. Falta-nos, por isso, tratar a *variação nominal*, ou seja, a possibilidade de duas pessoas serem registadas com nomes diferentes sendo, de facto, a mesma pessoa. Este aspecto, recordamos, é generalizável a todos os atributos, sendo necessário admitir sempre que os valores podem discordar dentro de pessoas reais.

Para introduzirmos a variação nesta simulação, temos que supor que a faixa dos pares verdadeiros não cobre só os pares de nomes iguais mas também alguns pares de nome diferente. Podemos ilustrar o fenómeno graficamente (ver diagrama 3.9).

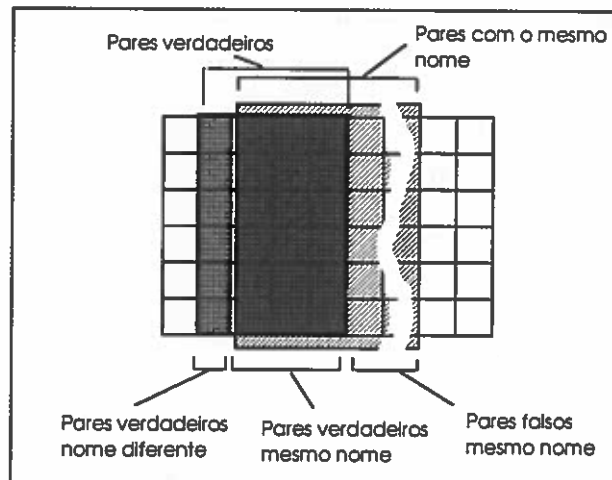



Diagrama 3.9: Numa situação real os pares verdadeiros não contêm só casos em que o nome coincide. Em alguns casos a pessoa é a mesma apesar do nome variar. Esses casos são aqui representados a sombreado mais claro, enquanto que os pares verdadeiros de nome igual são representados a sombreado mais escuro. A proporção entre os dois é a probabilidade de o atributo variar em pessoas reais e tem de ser estimada empiricamente.

Essa zona de pares verdadeiros com nomes diferentes revela a principal e mais significativa diferença entre o conceito dos pesos binários, tal como foi originalmente formulado, e o resultado das simplificações acima apresentadas que reencontraram o conceito de quantidade de informação. De facto, o numerador da fórmula respectiva, que significa "probabilidade de o atributo coincidir em pares verdadeiros", só se reduz à frequência relativa quando não há variabilidade. Quando esta existe, como nos exemplos que demos na secção 3.4.5.3, então a proporção deve ser menor e devemos, por isso, diminuir o valor do numerador.

Temos, assim, de estimar a probabilidade de um valor variar dentro de pares verdadeiros. Expressaremos essa probabilidade, como normalmente, por uma percentagem. Por exemplo,

podemos estipular que o nome A varia em 10% dos casos de pares verdadeiros. Isso significa que só nove e não dez dos pares verdadeiros em que o nome A ocorre contêm ocorrências simultâneas desse nome. O outro, correspondendo a 10%, terá o nome A numa ocorrência e um nome diferente na outra.

A fórmula final do peso binário ficaria então:

$$PB_A = \log_2\left(\frac{frel_A \times (100\% - pVar)}{frel_A^2}\right)$$

(aplicável quando os atributos concordam)

em que pVar é a probabilidade do atributo variar em pares verdadeiros e $frel_A$ a frequência relativa do atributo A.

Esta é a fórmula que utilizamos. A questão que resta é a seguinte: como estimamos pVar na fórmula acima? Aqui, na verdade, não há simplificação possível. É necessário analisar um conjunto de pessoas já identificadas para obter estas probabilidades. Os cálculos podem ser refeitos periodicamente à medida que a identificação vai progredindo. A actual implementação do sistema assume pVar perto de zero quando não há informação disponível. Em qualquer momento o utilizador pode desencadear um recálculo das probabilidades de variação a partir das pessoas nesse momento identificadas.

Nem sempre há informação disponível para calcular a probabilidade de um atributo variar. Para isso basta que, num dado momento, não exista um conjunto significativo de pessoas

identificadas em que esse atributo esteja presente. O modo de proceder nesse caso é o seguinte: se não existe informação disponível sobre a probabilidade de determinado atributo variar, utiliza-se a probabilidade geral para atributos desse tipo. Por exemplo, se não tivermos informação sobre a probabilidade de determinado local de residência variar, então utilizamos a probabilidade de a residência, em geral, variar. O sistema mantém por isso duas séries de estimativas em simultâneo: uma estima a probabilidade de variar cada valor específico de cada atributo (cada profissão, cada local, cada nome); outra estima a probabilidade do, atributo variar, independentemente do valor concreto que assume na pessoa em curso de identificação.

O modelo dos pesos binários é igualmente usado para quantificar a discordância. Quando comparamos dois atributos de duas ocorrências nominiais e estes concordam, usamos a fórmula anteriormente explicada para quantificar a semelhança. Quando os atributos não concordam, tendo, por isso, valores diferentes, quantificamos igualmente o efeito dessa discordância na construção de uma conclusão sobre se de facto as pessoas são as mesmas ou não. Ao contabilizarmos as discordâncias, criamos um processo **aditivo**, no qual os vários atributos são comparados com aqueles que concordam a contribuir positivamente para a solução final e os que discordam a contribuir negativamente.

Como quantificamos as discordâncias? Exactamente do mesmo modo. Se, quando um atributo é idêntico, calculamos a razão entre a frequência com que o atributo concorda em pares verdadeiros e a frequência correspondente nos pares falsos, então, quando os

atributos discordam, calculamos a razão entre a frequência com que o atributo discorda em pares verdadeiros e a frequência correspondente nos pares não verdadeiros.

No fundo, o raciocínio é este: o facto de o atributo discordar deve contribuir negativamente para a nossa certeza de que o par diz respeito à mesma pessoa. Como é evidente, os atributos discordam mais frequentemente entre ocorrências de pessoas diferentes do que entre ocorrências da mesma pessoa. Assim, a razão entre as discordâncias em pares verdadeiros e as discordâncias em pares falsos tende sempre a ser menor que a unidade, fornecendo um valor negativo para o cálculo do peso binário.

Utilizando as simplificações acima, podemos construir a fórmula a aplicar quando um atributo discorda:

$$PB_A = \log_2\left(\frac{frel_A \times pVar}{frel_A - frel_A^2}\right)$$

(aplicável quando os atributos discordam)

O numerador desta fração indica a probabilidade de o atributo discordar em pares verdadeiros. Assim, por exemplo, se a probabilidade de o atributo variar em pares verdadeiros é 10% e se a probabilidade do atributo ocorrer (frel) é de 12,5% o numerador fica igual a 1,25%. No fundo, estamos a contabilizar a importância da zona de sombreado claro no diagrama 3.9.

O denominador é dado pela probabilidade de o atributo discordar entre os pares falsos. Como vimos, podemos assumir o total de pares como uma aproximação aceitável do total de pares

falsos (ver acima diagrama 3.8). Do total de pares falsos, o atributo ocorre numa proporção que é dada pela frequência relativa. Dessa proporção uma parte corresponde a pares em que o atributo concorda. Essa parte tende para frequência relativa ao quadrado (a zona a tracejado no diagrama 3.10). Assim, a probabiblidade de um atributo discordar em pares falsos pode ser aproximada pela diferença entre a frequência relativa e a frequência relativa ao quadrado, que aqui representa a diferença entre o total de pares em que o atributo ocorre, menos aqueles pares em que o atributo concorda (ver diagrama 3.10).

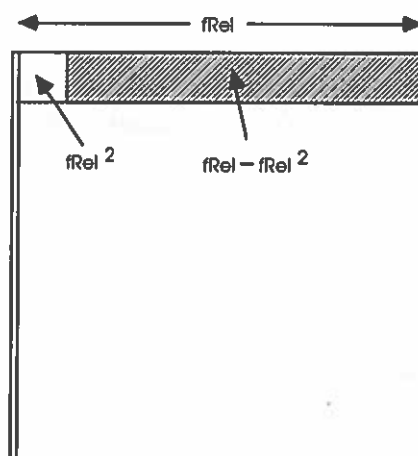



Diagrama 3.10: A frequência com que um atributo discorda em pares falsos é calculada a partir da frequência relativa em que o atributo ocorre diminuída da parte correspondente aos pares em que o atributo concorda.

Com esta justificação encerramos a derivação das fórmulas que se utilizam para quantificar a semelhança entre ocorrências nominais.

Este modelo permitiu um conjunto de simplificações que grandemente facilita a definição dos aspectos matemáticos do cruzamento nominal. Como se vê, as fórmulas finais de valorização das semelhanças e diferenças assentam apenas em dois valores: o da frequência relativa, que se assume seja representativa da população real, e a probabilidade do atributo variar, que é calculada por amostragem a partir de pessoas já identificadas. Encerraremos esta secção com algumas observações sobre a importância relativa destes valores e o modo como interagem em situações reais.

Quadro 3.34: Cálculo de pesos binários em situações reais: nas tabelas seguintes vê-se que os pesos binários dependem fortemente da frequência relativa quando os atributos concordam. Quando o atributos discordam, a probabilidade de variarem em pessoas reais é usada para relativizar o impacto negativo no peso binário. Por outro lado, mesmo taxas de erro elevadas na estimação de pvar revelam pouco impacto nos resultados finais

			Concordantes			Discordantes		
Atributo	**pVar**	**frel**	**P(A)**	**P(B)**	**PB**	**P(A)**	**P(B)**	**P B**
Apelido	%	%	%	%		%	%	
Rodrigues	5,1	16,5	15,7	2,7	2.5	0.84	13.77	-4,0
Vasconcelos	44,2	0,2	0,1	0,0003	8,4	0,07	0,16	-1.2
Residência								
Soure	32,2	16,0	10,9	2,6	2.1	5,16	13,46	-1.4
Qª S.Tomé	29,8	0,1	0,1	0,00009	9,5	0,03	0,10	-1.7

Mesmos dados com variações artificiais de 15% em pVar

			Concordantes			Discordantes		
Atributo	**pVar**	**frel**	**P(A)**	**P(B)**	**PB**	**P(A)**	**P(B)**	**PB**
Apelido	%	%	%	%		%	%	
Rodrigues	4,3	16,5	15,8	2,7	2,5	0,71	13,77	-4.3
Vasconcelos	50,8	0,2	0,1	0,0003	8,2	0,07	0,16	-1.0
Residência								
Soure	32,2	16,0	10,9	2,6	2,2	5,16	13,46	-1.6
Qª S.Tomé	29,8	0,1	0,1	0,00009	9,4	0,03	0,10	-1.5

O quadro 3.34 mostra o resultado da aplicação das fórmulas derivadas anteriormente a dados reais. O objectivo destes números é demonstrar duas coisas: que o papel de pVar (a probabilidade de um atributo variar em pessoas reais) é relativamente pouco importante face à frequência relativa de cada atributo. Esse papel menor revela-se em dois aspectos principais: em primeiro lugar, valores diferentes de pVar afectam pouco o peso binário positivo de um atributo; em segundo lugar, e como consequência disso, variações em pVar introduzidas por imprefeições no seu processo de cálculo não afectam significativamente os resultados.

O primeiro aspecto a salientar é o da relativa neutralidade de pVar em relação aos pesos binários positivos. Veja-se o peso binário associado ao apelido "Rodrigues" e o peso binário associado à residência "Soure". Ambos os atributos têm uma frequência relativa aproximada, à volta de 16%. Contudo, o apelido "Rodrigues" tem um probabilidade de variar seis vezes menor que a residência "Soure"[376]. No cálculo do peso binário

---

[376] O valor de 32.2% para a probabilidade de a residência "Soure" variar em pessoas reais está aqui um pouco inflacionado em relação ao que se obteria a partir de uma amostra mais significativa de pessoas identificadas. Contudo, é natural que a sede de freguesia tenha associada uma taxa de variabilidade importante, porque em muitas fontes a residência pode ser transcrita simplesmente como a paróquia. É o caso de documentação de origem central. Em fontes locais, as mesmas pessoas são referidas com residência mais precisa. Daí a grande variabilidade associada a este atributo.

positivo, em caso de concordância, os valores encontrados são próximos (2,5 para o apelido e 2,1 para a residência).

Compare-se com o que acontece quando a residência é a quinta de S. Tomé. A frequência relativa é bastante inferior a Soure, embora a probabilidade de variar seja bastante semelhante (29,8% para 32,2%). A diferença nos pesos binários é assinalável (9,5 para 2,1). A frequência relativa determina, assim, muito mais fortemente o resultado que pVar.

Qual então o papel de pVar? Esse papel revela-se sobretudo no cálculo do peso binário em caso de discordância. O efeito detecta-se melhor na comparação entre um nome comum mas estável, como "Rodrigues", e um nome raro mas instável, como "Vasconcelos". O apelido "Vasconcelos" tem uma probabilidade de variar muito alta, 44%. Esse valor decorre do facto de o apelido "Vasconcelos" aparecer como parte de nomes longos, como "João da Costa Cabral e Vasconcelos", que são frequentemente abreviados, por exemplo para "João da Costa". Assim é comum que o apelido "Vasconcelos" não esteja simultaneamente presente em duas ocorrências da mesma pessoa real. Por outro lado, como é um atributo raro, o número de pessoas reais que podemos utilizar para estimar a probabilidade de variação é muito reduzido, o que faz com que algumas variações tenham um efeito grande no valor final. Por todas estas razões, o valor de pVar para o apelido "Vasconcelos" é grande. A fórmula capta esse facto de maneira eficaz: o peso binário negativo é de apenas -1,2. Isso significa, na prática, que a penalização para o atributo Vasconcelos estar presente em apenas uma de duas pessoas que estamos a comparar

é de -1,2. Mas a vantagem de estar presente em ambas é de 8,4 pontos.

Ao mesmo tempo, podemos ver que a sensibilidade geral dos resultados a variações em pVar é pequena. A segundo tabela do quadro 3.34 mosta o resultado de introduzir variações de 15% nos valores de pVar. Como se vê, o efeito sobre o resultado final é muito pequeno, mesmo tendo havido o cuidado de introduzir variações divergentes. O significado deste teste é importante porque o processo pelo qual chegamos aos valores de pVar é necessariamente frágil e sujeito às contingências da amostragem. Assim, podemos concluir que mesmo que o método de amostragem que utilizamos para chegar a pVar seja imperfeito, a influência dessa limitação nos resultados finais é pequena.

Em conclusão, vemos que a fórmula de cálculo dos pesos binários parece fornecer uma modelização bastante eficaz do processo de valorização da informação. Alguns dos valores presentes nessa fórmula são mais determinantes que outros. O modelo tem uma "robustez" assinalável, ou, por outras palavras, é bastante imune a variações pequenas nos parâmetros que o regem[377]. O valor crítico aqui é a frequência relativa, comple-

---

[377] Esta constatação vai ao encontro das conclusões obtidas por outros investigadores e é um dos argumentos fortes a favor da utilização de probabilidades condicionais na modelização de conhecimento: " *[...] Bayesian models tolerate large deviations in the prior and conditional probabilities. That is, even rough estimates for which qualitative expressions such as 'rare', 'frequent', and 'probable' serve as guidelines may be accurate enough to result in the recommendation of the correct decision*", Ben-Basset, M., Klove, K. L., Weil, M.H., *Sensisivity Analysis in Bayesian Classification Models: Multiplicative*

mentada por uma aproximação, ainda que grosseira, da probabilidade de variação de cada atributo.

Ao concluir esta secção pensamos ser útil fazer uma recapitulação dos principais conceitos introduzidos. Do ponto de vista formal, aqui ficou explicitado o modelo probabilístico que serve de base à quantificação da semelhança de ocorrências de pessoas em fontes. O modelo utilizado não se limita a apresentar os princípios estatísticos relevantes para este tipo de situações. Procurou-se fornecer uma *tradução operacional* dos princípios formais que, através de simplificações assumidas, permitisse uma implementação clara e eficaz. Para isso servimo-nos de uma simulação que, reduzindo o sistema a um esquematismo compreensível, permitisse visualizar e entender o modo como interagem as várias componentes do modelo.

O passo seguinte é entender como combinamos os pesos calculados para os vários atributos e ver alguns exemplos dos resultados obtidos. Isso permitir-nos-á abordar a questão dos limiares de aceitabilidade, um tópico central na literatura sobre esta matéria.

3.4.4.5. *Aditividade e limiares*

Na secção anterior vimos como se constrói o cálculo do peso binário na comparação de dois atributos. Quando comparamos duas ocorrências de pessoas em fontes, temos vários atributos

---

Deviations ."IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence", PAMI-2 (3), citado por Neapolitan, Richard, *ob. cit.*, p.74.

disponíveis. Nesta secção iremos ver como se combinam os pesos dos vários atributos e se utiliza o valor do resultado final.

Uma das principais características do peso binário é a sua natureza aditiva. Essa é, aliás, a razão pela qual se utiliza o logaritmo de base 2 no seu cálculo: para ter um valor adicionável.

Como vimos, em caso de discordância, a fórmula do peso binário produz um valor negativo. Assim, comparando sucessivamente os vários atributos em presença e adicionando os pesos binários calculados, obtemos um valor global que representa o *valor da ligação* entre duas ocorrências, conceito que introduzimos antecipadamente (ver supra, secção 3.4.2).

Um aspecto amplamente discutido tem sido o de fixar o limiar a partir do qual o peso da ligação é aceitável e abaixo do qual abandonamos o resultado da comparação. É impossível termos uma ideia *a priori* de qual deva ser esse limiar. Qualquer decisão nessa matéria tem de ser suficientemente flexível para prever, à partida, que haverá ligações correctas abaixo do limiar, e que, inversamente, haverá situações em que ligações acima do limiar terão que ser abandonadas por incorrectas.

No desenho deste sistema pretendeu-se manter as escolhas mínimas, tornando-se o modelo tão autónomo quanto possível. Contudo, a escolha do limiar não está automatizada. Ela deverá ser escolhida pelo utilizador e é uma escolha importante, porque influenciará o comportamento global do sistema. Um limiar baixo provocará um comportamente mais "optimista" e tendencialmente o sistema estará mais sujeito a aceitar erroneamente duas pessoas diferentes como sendo a mesma. Um

limiar mais alto provocará atitudes mais "pessimistas" e é possível que os programas de cruzamento separem ocorrências diferentes da mesma pessoa real. A nossa escolha de limiar foi de 11,5 que, no nossos dados, provoca um comportamento ligeiramente "pessimista".

A ideia de limiar surge naturalmente no seguimento da utilização do peso binário. Se podemos quantificar a comparação entre os atributos de duas pessoas, então deverá haver um ponto que separa as pessoas que, de facto, são as mesmas das que o não são. A experiência demonstra que não é assim. Quando se examinam os resultados das comparações e da valorização feita pela adição de pesos binários, chega-se à conclusão de que há uma zona de sobreposição entre os valores das comparações entre pessoas reais e pessoas falsamente identificadas (diagrama 3.11).

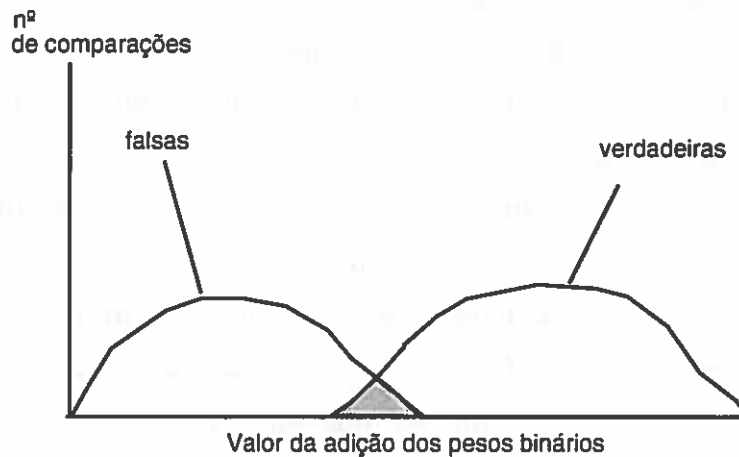



Diagrama 3.11: Ao classificarmos comparações entre ocorrências de pessoas conforme dizem respeito a pessoas reais ou a falsas identificações é notório que não há um limiar pontual onde se possam separar os dois tipos. Antes há uma zona de sobreposição onde encontramos tanto ligações falsas como verdadeiras

Alguns autores utilizam um duplo limiar: se o valor da comparação dos atributos de duas ocorrências de pessoas é superior a determinado valor, chamado de aceitação, então a identificação é retida, se for inferior a um segundo valor, dito de rejeição, a identificação não é feita, isto é, conclui-se claramente que duas pessoas não são a mesma. Na terceira hipótese, em que o valor se encontra entre o limiar de rejeição e o limiar de aceitação, temos uma situação em que não é possível tomar uma decisão.

Procura-se, então, o melhor processo de encurtar a diferença entre os dois valores, minimizando a intervenção humana[378].

O conceito de duplo limiar pressupõe que, de algum modo, se pode determinar se as ligações são verdadeiras ou não, de forma independente do próprio cálculo dos pesos binários. Normalmente, o resultado de uma identificação feita com base nessa medida é revista manualmente. Assim se detectam as ligações falsas e verdadeiras e se pode construir um gráfico como o apresentado acima (diagrama 3.11). Isso significa que existe outro tipo de conhecimento relevante para o processo de identificação que não é colhido pelo formalismo probabilístico apresentado. Parte desse conhecimento pode basear-se em informação que não está disponível ao sistema, ou que seria demasiadamente custoso, em termos computacionais, considerar. Por exemplo, podemos ter assinaturas comparáveis que nos fornecem pistas de identificação que os programas não têm acesso. Mas muitas vezes as comparações feitas pelo método dos pesos binários são validadas em termos de coerência global das soluções que implicam. Por outras palavras: existem constrangimentos que

---

[378] Ver Fellegi,Ivan; Sunter Alan, *A Theory for Record Linking*, "Journal of the American Statistical Association", 64, 1969, p.1183-1210. A utilização intensiva de notação matemática neste artigo torna a sua leitura algo inacessível. Ver um resumo em Winchester, Ian, "A brief survey of the algoritmic, mathematical and philosophical literature relevant to historical record linkage" in Wrigley, E.A. (ed), *Identifying People in the Past*. p. 142 e ss. Os sistemas controlados por duplo limiar são normalmente sistemas que trabalham com dois ficheiros não redundantes e procuram optimizar a escolha do melhor par. No nosso caso, como veremos, existe um limiar de referência e um duplo limiar dinamicamente estimado para cada grafo de ligações.

guiam a identificação, que só são visíveis quando juntamos o resultado de todas as aproximações feitas pelo método dos pesos binários e avaliamos a biografia ou conjunto de biografias como um todo. Parte desse processo é automatizável também e tem a ver, como referimos no início, com a construção dos grafos de ligações e o seu tratamento.

A solução que aqui propomos automatiza parte dessa validação *a posteriori* das identificações feitas. O modo como isso é feito tem a ver com o processo de resolução de ambiguidades. Em termos gerais, podemos dizer que os algoritmos utilizados têm a capacidade de considerar falsa uma ligação acima do limiar pré-definido e considerar verdadeira uma ligação abaixo desse limiar e que o fazem automaticamente com base em critérios de coerência. Por outras palavras, se, para manter a coerência geral de uma solução óptima, for necessário "forçar" o limiar, os programas têm a capacidade de o fazer automaticamente. É nossa experiência que esta flexibilidade é determinante na eficácia de uma solução automatizada. O limiar, como número "mágico", não existe. Existe, sim, um indicador genérico do tipo de comportamento que se pretende.

Os procedimentos que inserem o método dos pesos binários num sistema mais alargado, que utiliza o conceito de coerência não são excepcionalmente complexos. Antes se apoiam numa representação formalizada de operações de senso comum.

Um aspecto importante desta parte do sistema reside no facto de ser aqui, mais do que em qualquer outro lado, que se joga o

sucesso ou o insucesso do empreendimento. Trata-se também da parte de todo o sistema que mais directamente modeliza um comportamento aparentemente "inteligente", embora o processo de aferição do valor das ligaÁões, que atrás ficou explicado, seja já uma componente importante desse comportamento.

Não é possível dar uma descrição da solução implementada sem ter uma ideia mais clara do problema. Iremos assim introduzir um exemplo concreto, em que partimos de uma referência nominal e recolhemos todas as ocorrências que podem eventualmente ser a mesma pessoa. Aí poderemos ter uma visão clara do problema que resta, após a aplicação da fórmula dos pesos binários a um conjunto de candidatos. Ficamos, como se verá, com uma colecção de referências sobre a qual teremos ainda que decidir se dizem respeito todas à mesma pessoa ou não.

3.4.5. Como se tomam as decisões : um exemplo.

Em 13 de Outubro de 1695 casaram-se Mateus Gomes e Maria Rodrigues. É o quarto casamento recolhido e serve bem de partida para uma exemplificação do modo de procedimento dos algoritmos desenvolvidos para este trabalho. Com este exemplo, os problemas finais ficam definidos e poderemos, de seguida terminar o capítulo, revendo de forma mais formal os aspectos heurísticos da solução produzida.

Em treze de Outubro de 1695 casam-se Mateus Gomes e Maria Rodrigues na igreja matriz de Soure. A transcrição do acto, na linguagem Kleio, é a seguinte:

```
casamento$4/1695-10-13/igreja matriz/celebrante=luis alvares
pinto
  noivo$mateus gomes/m/id=c4-1
    pnoivo$manuel gomes/m/id=c4-2
       atr$residencia/paleao
       atr$profissao/ferreiro
    mnoivo$maria simoes/f/id=c4-3
       /obs=comentário ao campo-nome:nao diz "sua mulher" como
             habitualmente.
  noiva$maria rodrigues/f/id=c4-4
    pnoiva$inacio vaz/m/id=c4-5
       atr$morto/antes
    mnoiva$maria rodrigues/f/id=c4-6
       atr$residencia/carvalheira de cima
       atr$ec/v
  test$manuel rodrigues/m/id=c4-7
     atr$residencia/carvalheira de cima
     rel$parentesco/irmao/maria rodrigues/c4-4
     rel$parentesco/irmao/diogo rodrigues/c4-8
  test$diogo rodrigues/m/id=c4-8
     atr$residencia/carvalheira de cima
     rel$parentesco/irmao/maria rodrigues/c4-4
     rel$parentesco/irmao/manuel rodrigues/c4-7
```

Supondo que estamos interessados em saber mais sobre o noivo, e pedindo ao sistema outras ocorrências que possam dizer respeito à mesma pessoa, surge o seguinte assento de casamento:

```
casamento$c1717.20/1717-10-28/igreja matriz/celebrante=manuel
rodrigues (vigario)
  noivo$mateus gomes/m/id=c1717.20-p1
    pnoivo$manuel gomes/m/id=c1717.20-p2
       atr$residencia/paleao
    mnoivo$maria simoes/f/id=c1717.20-p3
    mulher1$maria rodrigues/f/id=c1717.20-p4[379]
      pmulher1$inacio vaz/m/id=c1717.20-p5
         atr$residencia/carvalheira de cima
      mmulher1$isabel rodrigues/f/id=c1717.20-p6
  noiva$maria esteves/f/id=c1717.20-p7
    pnoiva$manuel mateus/m/id=c1717.20-p8
       atr$morto/antes
       atr$residencia/paleao
    mnoiva$ana esteves/f/id=c1717.20-p9
       atr$morta/antes
  test$antonio gomes/m/id=c1717.20-p10
     atr$residencia/sobrado
  test$francisco rodrigues gante/m/id=c1717.20-p11
     atr$residencia/paleao
  test$manuel rodrigues branco/m/id=c1717.20-p12
     atr$residencia/paleao
  test$pedro francisco/m/id=c1717.20-p13
     atr$residencia/casconho
```

Como vamos contabilizar se se trata da mesma pessoa ou não? Em primeiro lugar, é necessário referir que, ao comparmos as duas ocorrências de Mateus Gomes, não iremos considerar estritamente os atributos pessoais, que aqui são pouco mais do que o nome. Teremos, obviamente, que entrar em linha de conta com a informação respeitante aos parentes. Neste sistema, as pessoas herdam atributos dos parentes próximos. Assim, um dos atributos de ambos os Mateus Gomes será o apelido do pai; outro o nome da mulher. Assim, a comparação entre as duas ocorrências processa-se do seguinte modo[380]:

---

[379] O grupo "mulher1" num casamento significa "primeira mulher" e usa-se, por isso, no casamento de viúvos, que é o caso.

[380] O que se segue é uma listagem fornecida pelo sistema, depois de simplificada e formatada.

```
pessoa: c4-1
pessoaB: c1717.20-p1
apelido
   valorA=gomes valorB=gomes
   peso binário = 4.75
   acumulado = 4.75
apelido-mae
   valorA = simoes valorB = simoes
   peso binário = 3.45
   acumulado  = 8.20
apelido-mulher
   valorA = rodrigues valorB = esteves
   peso binário = -3.59
   valorA = rodrigues valorB = rodrigues
   peso binário = 2.47
   acumulado = 10.67
apelido-pai
   valorA = gomes valorB = gomes
   peso binário = 4.58
   acumulado = 15.25
ec (estado civil)
   valorA=c valorB=c
   peso binário = 0.32
   valorA=c valorB=v
   peso binário = -4.05
   acumulado = 15.58
pnome
   valorA=mateus valorB=mateus
   peso binário = 6.125
   acumulado = 21.708
pnome-mae
   valorA=maria valorB=maria
   peso binário= 1.27
   acumulado = 22.97
pnome-mulher
   valorA=maria valorB=maria
   peso binário = 1.31
pnome-pai
   valorA=manuel valorB=manuel
   peso binário = 1.5
final = 25.8
```

Salientemos alguns aspectos menos evidentes. A comparação dos atributos, aqui apresentada por ordem alfabética, é neste caso sempre acumulativa, isto é, para todos os atributos presentes foi possível encontrar sempre uma concordância. Em dois atributos, "apelido da mulher" e "estado civil", temos valores que não concordam, ao mesmo tempo que temos valores que concordam. O casamento de 1717 fornece dois nomes de mulheres para Mateus Gomes, uma vez que se trata de um recasamento.

Acontece que o primeiro nome de ambas é o mesmo: "Maria". O apelido é diferente "Rodrigues" e "Esteves". Ao comparar as duas ocorrências o sistema aponta a falha de concordância do apelido da mulher, que penalizaria o total em -3.59 pontos. Contudo, como consegue obter uma concordância com "Rodrigues", presente em ambos os actos, considera o atributo como concordante e ignora a discordância. Uma decisão semelhante é tomada em relação ao estado civil. Sempre que o sistema encontra vários valores para um mesmo atributo, considera que há concordância se, pelo menos, um par de valores concordar. Se vários concordarem, acumula os pesos binários respectivos ignorando os que eventualmente forem diferentes. Só se todos os valores discordarem é que o peso binário negativo é retirado do total acumulado.

Este mecanismo é muito eficaz no tratamento dos nomes, a respeito dos quais por vezes, se inventam fórmulas complexas para lidar com o facto do mesmo nome aparecer com várias partículas e combinaÅões diferentes, como é o caso aqui. Em vez de um processamento complicado simplesmente consideramos que o nome é composto de vários atributos: o atributo "nome" e zero ou várias ocorrências do atributo "apelido". Quando as pessoas têm vários apelidos, e todos estão presentes em duas ocorrências diferentes da mesma pessoa, então somamos os pesos binários das várias concordâncias. Pensamos que este processo espelha bem o raciocínio natural de identificação de nomes.

Note-se ainda que a comparação se limita aos atributos que Mateus Gomes "herdou" dos familiares mais próximos (pai, mãe, mulher). Poderíamos ter levado a herança mais longe e considerar

o "nome do sogro", "apelido da sogra", etc... Os casos em que isso fazia uma diferença são raros e a propagação de heranças em segundo e terceiro grau sobrecarregaria demasiado o sistema, pelo que nos circunscrevemos aos parentes directos na propagação dos atributos[381].

Temos, em conclusão, uma concordância de 25,8 pontos. Como vemos pelos dois assentos não restam quaisquer dúvidas que se trata da mesma pessoa.

O sistema fornece uma segunda ocorrência que compara inequivocamente com o noivo do casamento de 13 de Outubro de 1695, e que corresponde ao óbito da primeira mulher, Maria Rodrigues:

```
obito$obitos 1696-o73/1696-12-22/igreja de s.joao
   /padre=luis alvares pinto
   /oficios=3 de 3
   /sacram=sim
  n$maria rodrigues/f/id=obitos 1696-o73-p1
    mr$mateus gomes/m/id=obitos 1696-o73-p2
       a$residencia/paleao
```

O peso da ligação com o Mateus Gomes original é de 14.7 pontos.

Ao pesquisar a base de dados para encontrar estas duas ocorrências, o sistema comparou os atributos dos vários Mateus

---

[381] O principal problema em tornar complexo o mecanismo da propagação de atributos entre pessoas relacionadas é que dificulta as correcções em caso de erros de registo, detectados depois da propagação dos atributos estar feita. Aí, é necessário propagar a correcção pelas pessoas que "herdaram" o valor erróneo, o que representa sempre uma sobrecarga, qualquer que seja o mecanismo concreto pelo qual essa tarefa é executada. Aqui, como em muitos outros pontos do sistema, foi necessário encontrar um equilíbrio.

Gomes que se encontram registados. Efectuou, assim, mais de três dezenas de comparações com outras ocorrências. Para cada uma delas somou os pesos binários dos atributos concordantes e subtraiu, quando havia discordância. As duas ocorrências que já referimos foram as duas mais pontuadas, mas existem comparações com resultados mais baixos. Vejamos, por exemplo, este baptismo:

```
baptismo$b1719.91/1719-10-1/celebrante=manuel rodrigues (vigario)
  n$jose/m/id=b1719.91-p1
    pai$manuel gomes ferreiro/m/id=b1719.91-p2
       atr$residencia/paleao
       atr$naturalidade/paleao
    mae$isabel tome/f/id=b1719.91-p3
       atr$naturalidade/casal da tojeira
    pad$jose gaspar/m/id=bpad01101719
       atr$ec/s
       atr$residencia/paleao
    mad$maria esteves/f/id=b1719.91-p4
      mrmad$mateus gomes/m/id=b1719.91-p5
         atr$residencia/paleao
  referido$joao gaspar/m/id=br01101719
     /obs=campo adicional-eid:br01101719.
     atr$residencia/paleao
     rel$sociabilidade/procurador em baptismo/jose
gaspar/bpad01101719
```

Ao comparar esta ocorrência de Mateus Gomes com a do casamento inicial temos nome e residência iguais e nome da mulher diferente. O total dos pesos binários é 8.9 pontos. Sabemos, como é evidente, que se trata da mesma pessoa, que casou em 1695 com Maria Rodrigues, enviuvou em 1696 e recasou com Maria Esteves em 1717. O problema é que se considerarmos 8.9 pontos como um valor aceitável para a comparação de duas ocorrências, estamos implicitamente a admitir que todos os Mateus Gomes do Paleão são a mesma pessoa, ainda que as mulheres respectivas tenham nomes diferentes.

Para complicarmos um pouco mais, vejamos ainda este casamento, em que outro Mateus Gomes, viúvo, se casa com Isabel Rodrigues.

```
casamento$c1720.24/1720-11-24/igreja matriz/celebrante=manuel
rodrigues (vigario)
  noivo$mateus gomes/m/id=c1720.24-p1
    pnoivo$mateus gomes/m/id=c1720.24-p2
       atr$residencia/sobral
       atr$morto/antes
    mnoivo$margarida lopes/f/id=c1720.24-p3
       atr$morta/antes
    mulher1$maria luis/f/id=c1720.24-p4
      pmulher1$bartolomeu luis/m/id=c1720.24-p5
         atr$residencia/soure
      mmulher1$gracia gomes/f/id=c1720.24-p6
    mulher2$maria ferreira/f/id=c1720.24-p7
      pmulher2$salvador ferreira/m/id=c1720.24-p8
         atr$residencia/soure
         atr$morto/antes
      mmulher2$maria simoes/f/id=c1720.24-p9
    mulher3$antonia domingues/f/id=c1720.24-p10
      pmulher3$antonio domingues/m/id=c1720.24-p11
         atr$residencia/mamarosa, freguesia de cantanhede
         atr$freguesia/cantanhede
         atr$morto/antes
      mmulher3$maria domingues/f/id=c1720.24-p12
         atr$morta/antes
         atr$residencia/mamarosa, freguesia de cantanhede
         atr$freguesia/cantanhede
  noiva$isabel rodrigues/f/id=c1720.24-p13
    pnoiva$antonio da gante/m/id=c1720.24-p14
       atr$residencia/casais de s.mateus
    mnoiva$maria rodrigues/f/id=c1720.24-p15
       atr$morta/antes
  test$joao henriques/m/id=c1720.24-p16
     atr$residencia/soure
  test$antonio alvares/m/id=c1720.24-p17
     atr$residencia/soure
  test$paulo da gante/m/id=c1720.24-p18
     atr$residencia/casais de s.mateus
  test$antonio rodrigues feijao/m/id=c1720.24-p19
     atr$residencia/casais de s.mateus
```

Tudo indica que este seja outra pessoa. Apesar de ser um viúvo a recasar pela quarta vez, nenhuma das mulheres deste Mateus Gomes parece adequar-se à informação que possuímos sobre o "nosso" Mateus Gomes. Contudo, e isso é o que é interessa agora, do ponto de vista da comparação de atributos, existem muitas semelhanças: o mesmo nome, que não é muito comum, o estado

civil de viúvo e mulheres com apelido Rodrigues e primeiro nome Maria. O total, embora inflacionado por todos estes recasamentos, é de 14.6 pontos entre o noivo do casamento acima, de 1720, e o marido da defunta no óbito de 1696[382].

Em conclusão, pela simples comparação dos atributos e pelo cálculo do peso das ligações poderemos obter ligações fracas, que dizem respeito à mesma pessoa real, como é o caso de:

Manuel Gomes, casado com Maria Rodrigues (casamento de 1695) e Manuel Gomes, do Paleão, casado com Maria Esteves (8 pontos).

Ao mesmo tempo, podemos obter ligações mais fortes que aproximam pessoas que parecem ser diferentes:

Manuel Gomes, viúvo de Maria Rodrigues, e Manuel Gomes viúvo de Maria Domingues (14 pontos).

---

[382] O sistema considera que o primeiro nome e o apelido da mulher (Maria Rodrigues) concordam nos dois actos, apesar de, no casamento de 1720, o apelido "Rodrigues" se encontrar numa das esposas (Isabel Rodrigues) e "Maria" noutras duas, confusão compreensível dado o número de mulhers que Mateus Gomes, noivo em 1720, teve. Por razões demasiadamente técnicas para expôr aqui é complicado evitar que o sistema use primeiros nomes e apelidos de diferentes parentes do mesmo tipo, caso que aliás só se aplica aos recasamentos, e, como veremos, é possível corrigir automaticamente estas confusões *a posteriori* não tendo sido considerado justificável tornar mais complexos os procedimentos. De qualquer modo, mesmo que descontemos os 1,3 pontos do primeiro nome "Maria", o valor de concordância continua a ser alto, o que se justifica pelo facto de não considerarmos determinável a residência de um noivo num casamento, porque, por definição, se encontra potencialmente entre duas casas.

Esta dificuldade em acertar um limiar acima do qual as ligações sejam verdadeiras e abaixo do qual sejam falsas é uma característica muito importante do formalismo do cálculo binário. É igualmente evidente que só sabemos que, no primeiro caso acima, se trata da mesma pessoa, porque temos o casamento de 1717 que faz a ponte entre as duas esposas de Manuel Gomes. Por outras palavras, a validade da ligação não depende exclusivamente das duas ocorrências, mas sim de uma terceira que valida indirectamente outra.

Estes aspectos convergem na necessidade de complementar o cálculo dos pesos binários por mecanismos que permitem a flexibilidade necessária para não raciocinar exclusivamente em termos de limiar de aceitabilidade, nem tomar decisões baseadas apenas na comparação de duas ocorrências.

A primeira conclusão diz respeito ao modo como são gerados os candidatos. Como vimos acima, se partirmos do casamento de 1695, recolhemos dois candidatos bem valorizados: o óbito da primeira mulher e o recasamento em 1717. Só após recolhermos o recasamento é que podemos avaliar o interesse do baptismo de 1719, em que Mateus Gomes acompanha a segunda mulher enquanto madrinha. Significa isto que cada nova ocorrência que aparece obriga a relançar a pesquisa e reavaliar candidatos anteriormente rejeitados. Este processo só se esgota, quando todos os candidatos aceites tiverem provocado a respectiva reavaliação. Tal como um gota que cai na superfície de um líquido, o processo

de identificação vai-se propagando pelo espaço nominal até esgotar todas as alternativas.

Assim, ao lançarmos o sistema à procura de todas as ocorrências do Mateus Gomes que se casa com Maria Rodrigues em 1695, serão recolhidas, ao todo, 22 ocorrências, que, como veremos, dizem respeito a 4 pessoas reais diferentes. Partindo da ocorrência inicial, recolhe-se o óbito da primeira mulher e o recasamento do viúvo. Partindo do recasamento do viúvo recolhe-se mais o baptismo em que é madrinha a segunda mulher, mas começam a agregar-se também ocorrências menos claras como o recasamento de um Mateus Gomes, em 1720, e o óbito de um viúvo, Mateus Gomes, em 1687 (este será abandonado por inconsistência cronológica, como veremos adiante). A partir do casamento de 1720 serão recolhidas mais dez ocorrências de Mateus Gomes na base de dados. Quando o processo de geração terminar, temos as 22 ocorrências recolhidas.

Como vimos nos exemplos que demos, e na sequência das considerações sobre limiares anteriormente feitas, sabemos que entre estas 22 ocorrências existem ligações verdadeiras e outras falsas, sem que haja um valor claramente distintivo entre os dois conjuntos. Por outro lado, além das variações da soma dos pesos binários, existem também ligações que são falsas por questões de lógica e não de probabilidades. É o caso das ligações entre um óbito de uma pessoa e ocorrências posteriores no tempo.

Para podermos apreender a interacção de todos estes factores é indispensável visualizar graficamente o espaço das ligações (ver figuras extratexto nº 23 e 24) . Em apêndice mostramos todos os actos envolvidos neste exemplo. A visualização do grafo fornece,

quase por si só, a solução para a identificação das pessoas reais envolvidas nestas 22 referências[383].

O gráfico posiciona as ocorrências de maneira a que, *grosso modo*, a semelhança calculada pelos pesos binários tenha uma correspondência na distância entre as legendas respectivas no plano. Com efeito, a representação gráfica procura optimizar a correlação entre a distância no plano e a "proximidade probabilística" calculada pelo método dos pesos binários. Embora não exista necessariamente uma correspondência exacta entre os dois níveis, e o gráfico seja por isso sempre uma aproximação, ou melhor, uma projecção, a experiência demonstra que a visualização dos grafos do cruzamento nominal é um factor determinante na compreensão do processo.

Cada ocorrência é representada por uma etiqueta com a respectiva matrícula de identificação[384]. As ligações são representadas por linhas unindo as várias etiquetas. As linhas são coloridas inicialmentecom duas intensidades, indicando se o valor

---

[383] O programa que desenha os gráficos a partir dos grafos de cruzamento nominal foi especialmente desenvolvido pelo autor para este projecto, a partir da quase impossibilidade de avaliar o espaço do problema, examinando listagens de dezenas de ligações. O algoritmo original foi obtido em Michelet, Bertrand, *L'analyse des associations.*, Paris, CDST/CNRS, 1987, apêndice B. Revelou-se uma ferramenta de extrema utilidade, transcendendo a sua aplicação original. Com efeito, o programa transforma qualquer rede num gráfico de modo que as características estruturais dos dados se tornam visualmente evidentes.

[384] Sobre as matrículas de identificação, ver, acima 3.2.2. Nos actos transcritos no apêndice, as matrículas de identificação são mostradas a seguir a cada ocorrência nominal.

da ligação se encontra acima ou abaixo do limiar de aceitabilidade definido. Neste exemplo, o azul escuro indica uma ligação "forte" e o verde claro uma ligação "falsa". O valor do limiar, neste exemplo, foi de 11,5.

Este grafo foi gerado a partir da ocorrência inicial, "c4-1" que corresponde, como vimos acima, ao casamento de Mateus Gomes com Maria Rodrigues. O processo pelo qual o grafo é criado, está exemplificado na figura 23. A partir da ocorrência inicial são recolhidos dois candidatos "c1717.20-p1", que corresponde ao recasamento de Mateus Gomes com Maria Esteves e "obitos 1696-o73-p2", o óbito da primeira mulher, Maria Rodrigues. Em toda a base, estes foram os dois únicos candidatos que, comparados com a ocorrência original, ultrapassaram o limiar de semelhança.

O sistema recomeça a expansão a partir destes dois novos candidatos. Expandindo a partir de "c1717.20-p1", encontram-se mais duas ocorrências. Uma delas é o baptismo em que a segunda mulher de Mateus Gomes, Maria Esteves, aparece como madrinha acompanhada pelo marido[385]. Note-se que esta referência não era "alcançável" directamente a partir da ocorrência original. Foi necessária a informação constante no recasamento de 1717 para permitir a identificação.

---

[385] "Acompanhada", no sentido em que ambos estão presentes no registo do acto. As mulheres são sempre identificadas em relação a um homem, o marido ou o pai. É raro aparecer o nome da mulher isoladamente e as excepções são significativas, decorrendo da importância das pessoas em questão dentro da comunidade. Neste caso, é possível que Mateus Gomes estivesse presente na cerimónia, mas não é certo.

Um dos problemas que se tem de enfrentar é que, por este processo, acontece agregarem-se pessoas que nada têm a ver com o ponto de partida. Assim, nos passos seguintes, são associadas ocorrências progressivamente mais distantes da pessoa inicial, mas interligadas por sucessivas relações fortes. No passo 5 da figura 23, vê-se ser associado o casamento de Mateus Gomes com Isabel Rodrigues em 1720 (ocorrência c1720.24-p1). Como este casamento inclui referências às três mulheres anteriores de Mateus Gomes, contém uma quantidade de informação muito grande. Isso provoca uma avalanche de candidatos adicionais, com os baptismos e óbitos dos numerosos familiares deste segundo Mateus Gomes a serem incluídos no grafo[386].

Por cada nó do grafo, o sistema reinterroga a base de dados e pesquisa todas as ocorrências com atributos semelhantes[387]. Isso significa que muitas referências nominais são reavaliadas repetidamente, de cada vez por comparação com uma nova pessoa. Este processo é necessariamente moroso e consome a parte mais significativa do tempo de identificação numa base de dados que contém perto de 35.000 referências nominais. Poder-se-ia ser tentado a restringir esta procura, mas o modo como funciona o sistema torna preferível a sobregeração do que o contrário, uma vez que é mais fácil detectar eventuais erros na fase de resolução

---

[386] Vejam-se os actos transcritos em apêndice. Este exemplo, curioso a vários títulos, mostra adicionalmente como um acto tardio faz luz sobre um grande número de actos anteriores. Mais uma razão para construir sistemas abertos que permitem relançar a identificação em qualquer momento.

[387] A estratégia exacta de pesquisa utilizada na fase de geração será mais detalhadamente explicada adiante.

de ambiguidades do que "repescar" uma referência que foi perdida durante a fase de geração.

Cada nova expansão a partir de um nó do grafo pode trazer, ou não, novos candidatos. Na maior parte dos casos a re-expansão torna a gerar ocorrências já recolhidas. Chegamos, assim, a um ponto em que expandimos o último candidato recolhido, não se encontrando mais referências novas. Aí, a expansão pára e a fase de geração termina.

Terminada a fase de geração, o sistema tem de tentar determinar quantas pessoas reais estão incluídas neste grafo. Embora na descrição que estamos a fornecer do processo utilizemos o conhecimento posterior de quem é quem, o computador, neste momento, tudo o que tem é uma rede de ligações de valores vários, umas mais fortes, outras mais fracas, e é com base nessa representação do problema que se detectará a solução final.

A primeira acção a seguir à expansão do grafo é a aplicação de regras de consistência lógica entre as referências recolhidas. Essas regras exprimem um conhecimento sobre os constrangimentos que ocorrem nas pessoas reais, que é independente das considerações probabilísticas que temos vindo a abordar. Por exemplo, sabemos que não podemos ter dois óbitos numa mesma pessoa, nem dois baptismos. Sabemos também que se temos um óbito entre as ocorrências do grafo, então algumas ocorrências posteriores no tempo devem dizer respeito a diferentes pessoas reais.

Neste caso temos um óbito em 1687, que foi associado ao grafo no passo 4 (ver figura 23). Se um Mateus Gomes morreu em 1687 seguramente não é a mesma pessoa que casou em 1694, 1695, 1703, 1717 e 1720. De modo que qualquer solução que se encontre não poderá incluir na mesma pessoa real estas referências. As ligações entre as ocorrências respectivas têm, por isso, de ser marcadas como não utilizáveis, independentemente da probabilidade que lhes está associada[388]. Esta é a fase de teste. No gráfico da figura 23 podemos ver as ligações abandonadas a vermelho[389].

Chegamos à fase final denominada de "resolução de ambiguidades". Esta é a fase mais complexa, apesar de, em termos

---

[388] Uma situação recorrente em que ligações fortes têm de ser abandonadas é a que surge com pai e filhos com o mesmo nome, que normalmente produzem pesos binários elevados (mesmo nome, muitas vezes a mesma residência). Aliás, o mesmo problema surge muitas vezes no trabalho manual.

[389] Neste exemplo, além das consequências do óbito de 1687, foram também eliminadas as relações entre ocorrências que os actos davam como pai e filho (c261-1 e c261-2, c1720.24-p2 e c1720.24-p1). Note-se que as consequências de termos um óbito entre as ocorrências sob análise são propagadas muito conservadoramente, e resumem-se à eliminação das pessoas cuja função implica necessariamente estarem vivas, como seja noivos e noivas, padrinhos e madrinhas, testemunhas de casamento e devassa. De facto, os registos com que trabalhámos registam muito desigualmente se determinada pessoa referida num acto estava ou não viva à data do mesmo. Assim, não consideramos uma contradição que alguém morra em determinado momento e posteriormente seja referido num acto como marido ou pai de alguém, sem referência explícita ao facto de já ter falecido.

computacionais, ser relativamente rápida por comparação com a fase de geração. A questão resume-se do seguinte modo: dado que temos algumas ligações, que são logicamente impossívei,s e dado que, definido um limiar prévio, há ligações que, em princípio, são válidas e outras não, como fragmentar o grafo em conjuntos separados de ocorrências que correspondam, cada um, a uma pessoa real?

Vejamos como, na prática, procede o programa, enunciado à medida que entram em acção as regras que regem as decisões tomadas.

Primeira regra: *ordenar as ligações por ordem decrescente de valor, ignorando as que foram marcadas como não utilizáveis na fase de teste.*

Neste exemplo, a ligação mais forte de todas é a que une o casamento de Mateus Gomes em 1703 e o casamento em 1720, que soma 45 pontos. Este valor elevado provém da enumeração das anteriores mulheres em cada casamento, o que fornece muita informação coincidente entre os dois actos. Como esta ligação é a mais forte de todas, consideramos que as ocorrências respectivas dizem respeito à mesma pessoa. Juntamos, por isso, as duas ocorrências, criando um primeiro agregado[390]. A ligação imediatamente a seguir, em termos de valor, liga o baptismo da filha Ana, em 1716, aos óbitos da mulher, Ana Domingues, e da filha Teresa, em 21 de Outubro de 1710, que vai constituir um

[390] Utilizamos "agregado" no contexto em que a literatura de língua inglesa utiliza o termo "cluster".

outro agregado[391]. Aqui a força elevada da ligação vem do facto de, nestes actos, Mateus Gomes aparecer com o nome "Mateus Gomes Bártolo", criando uma forma nominal rara que pontua fortemente. O processo continua do mesmo modo, utilizando as relações por ordem decrescente de importância (ver figura 24).

As sucessivas ligações de forte valor, processadas nas etapas iniciais da fase de resoluação de ambiguidades, tendem a criar agregados isolados de duas ocorrências. Com o avançar do processamento, contudo, as ligações consideradas deixam progressivamente de juntar pares de ocorrências "livres" em novos agregados e tendem cada vez mais, a referir pares em que um ou ambos os elementos se encontram já dentro de um agregado. Se uma ligação a ser tratada une uma ocorrência livre e uma ocorrência já pertencente a um agregado, então aceitar essa ligação significa juntar um novo elemento ao agregado existente. Do mesmo modo, se uma ligação une duas ocorrências, pertencendo cada uma a um agregado diferente, então a aceitação da ligação implica juntar os dois agregados num só.

Em resumo, à medida que o programa vai percorrendo a lista de todas as ligações por ordem descrescente de valor, efectuará, para cada ligação, uma das seguintes acções:

1) Se ambas as ocorrências estão livres: cria um novo agregado.

---

[391] A mulher e a filha, de 14 anos, morrem no mesmo dia, de modo que, durante o registo de dados, uma mesma identificação foi introduzia para Mateus Gomes, utilizando a técnica de assinalar o elemento "mesmo_que" no acto, tal como foi descrito no capítulo 3.3. secção 3.3.4.1.

2) Se uma está livre e a outra não: junta a livre ao agregado da outra.

3) Se ambas pertencem a agregados diferentes: junta os agregados.

Na figura 24, estas três acções estão representadas por três cores diferentes.

O aspecto crucial do sistema desenvolvido consiste no modo como a decisão de efectuar, ou não, cada uma destas acções, é tomada pelo programa. Recordemos que estabelecemos um limiar abaixo do qual não aceitamos uma ligação como válida. Recordemos ainda que foi demonstrado que, por vezes, ligações acima desse limiar são falsas e ligações abaixo dele são verdadeiras. De modo que, agora, vamos tentar relativizar o valor de cada ligação, calculando um segundo valor que representa o efeito da acção que a ligação implica.

De facto, cada ligação que desencadeia uma das acções acima descritas tem um valor próprio, que é fruto da comparação entre as duas ocorrências nominais envolvidas. O sistema calcula um segundo valor específico à acção em causa. Esse segundo valor serve para relativizar o valor da ligação em si e corresponde à ideia de que, para além da ligação em causa, há que avaliar as consequências de aceitar o par como verdadeiro ou falso. Por outras palavras, há que reavaliar a ligação no contexto do processo de identificação em curso.

Esse segundo valor é calculado por três regras muito simples:

1) Se a acção é criar um novo agregado então o novo valor é igual ao valor da ligação.

2) Se a acção é juntar uma ocorrência a um agregado, então o novo valor é a média dos valores das ligações da ocorrência a todos os membros do agregado.

3) Se a acção é juntar dois agregados então o novo valor é a média do valor das ligações entre todos os membros dos dois agregados.

Estas três procuram valorizar a decisão a tomar, tendo em linha de conta as consequências da mesma. Cada uma das três regras lida com o facto de que, por vezes, ao aceitarmos uma ligação como verdadeira, estamos implicitamente a aceitar outras ligações.

Quando estamos a considerar uma ligação que une duas ocorrências, estando uma livre e outra incluída num agregado existente, então aceitar essa ligação implica que a ocorrência livre diz respeito à mesma pessoa que as outras ocorrências que fazem parte do agregado. Assim, ao aceitarmos a ligação em causa, estamos a aceitar também as outras ligações que unem a ocorrência livre às restantes ocorrências do agregado (ver diagrama 3.12). Esta é a regra dois, acima definida, e tem, na prática, duas consequências importantes: se a ligação em causa é muito forte, pode "recuperar" ligações mais fracas, abaixo do limiar de aceitabilidade, que de outro modo seriam eliminadas. No exemplo do diagrama 3.12 se a ligação ocor-1 — ocor-5 for suficientemente forte pode recuperar ligações implicitamente consideradas de probabilidade baixa. Inversamente, se a ligação em causa não for muito forte e as ligações implicitamente

consideradas tiverem valores muito baixos, então o sistema pode abandonar a ligação em consideração, mesmo que o seu valor esteja acima do limiar de aceitabilidade. É deste modo que o sistema utiliza "inteligentemente" o valor das ligações e o valor do limiar de aceitação.

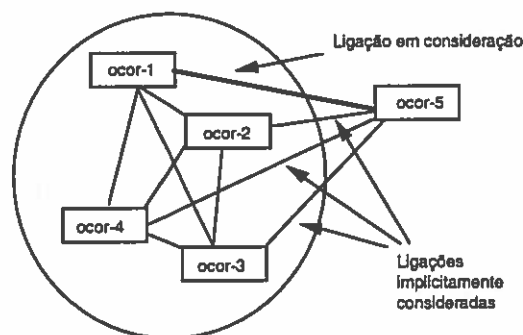



Diagrama 3.12: Ao considerar uma ligação entre uma ocorrência livre (ocor-5) e outra pertencente a um agregado (ocor-1) o sistema avalia o conjunto de ligações, de facto, envolvidas na decisão de aceitar ou não a ligação. Assim um novo valor para esta ligação é calculado, combinando o peso da ligação em causa com o peso das ligações implicitamente consideradas. Para a ligação ocor-1 — ocor-5 ser aceite é necessário que o valor combinado de todas as ligações entre ocor-5 e os outros membros do agregado seja superior ao limiar de aceitação.

Do mesmo modo, a consideração de um agregado implica a análise de todas as ligações entre todas as ocorrências do agregado (ver diagrama 3.13).

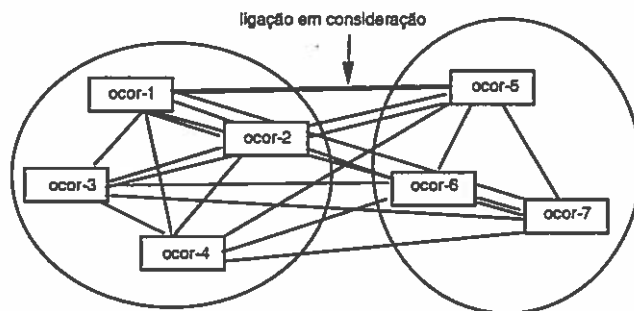



Diagrama 3.13: Quando a aceitação de um ligação implica juntar dois agregados, têm de ser consideradas todas as ligações entre os membros dos dois conjuntos. Só se a combinação de todas essas ligações ultrapassar o limiar de aceitabilidade, é que a ligação em consideração é retida.

Vejamos como estas regras são utilizadas para resolver o grafo em análise.

No canto inferior direito da figura 24 vemos as estruturas criadas a partir da referência original "c4-1". De "c4-1" a "c1717.20-p1" existe uma ligação de valor 25.8 que origina um agregado no passo 5 do processo de resolução de ambiguidades. Lembremos que estas duas ocorrências correspondem ao primeiro casamento de Mateus Gomes com Maria Rodrigues, em 1695, e, o segundo, com Maria Esteves, em 1717. Mais tarde o sistema terá que considerar a ligação entre este segundo casamento e a ocorrência "b1719.91-p5", o baptizado em que Maria Esteves aparece como madrinha. O valor desta ligação é de 19,4 pontos, muito acima do limiar, portanto. Contudo, aceitar esta ligação implica juntar "b1719.91-p5" ao agregado "c4-1" - "c1717.20-p1" e, dito de outro modo, aceitar que o Mateus Gomes que casou com Maria Rodrigues, em 1695, é o mesmo que é marido de Maria Esteves num baptismo em 1719. O que vale mais? Esta ligação de

19,4 pontos ou a ligação de 8,9 pontos entre o casamento de 1695 e este baptismo, 24 anos depois? Uma está claramente acima do limiar de 11,5 pontos, outra abaixo. Para nós, é evidente que se trata da mesma pessoa, mas como formalizar esta certeza?

Aplicando a regra 2 acima enunciada, iremos calcular um novo valor para a ligação. Esse valor é a média das ligações da nova ocorrência ("b1719.91-p2") aos dois membros do agregado existente ("c4-1" e "c1717.20-p1"). As duas ligações em causa têm os valores 19.4 e 8.9, sendo, portanto, a média igual a 14.15 pontos. Em consequência, aceitamos esta ligação e recuperamos por esse facto a ligação de 8.9 pontos que de outro modo teria sido abandonada.

Inversamente, poderemos ser levados a abandonar ligações acima do nosso limiar de plausibilidade através do cálculo do novo valor associado à acção. É o que acontece do lado direito da figura, com quatro ligações entre o agregado de duas pessoas à direita e o grande agregado à esquerda. Essas ligações têm um valor à volta de 13 pontos. Contudo, o valor médio das ligações entre os dois agregados é extremamente baixo, situando-se à volta de 2 ou 3 pontos apenas. Sendo assim, estas ligações são abandonadas.

Deste modo, cada ligação é relativizada pelo contexto em que é examinada. Isto implica, do ponto de vista computacional, que o valor de todas as ligações seja reavaliado a cada passo. Sempre que uma ligação é aceite, altera-se o número e composição dos agregados presentes e assim, as consequências das acções seguintes têm de ser sujeitas a reavaliação.

A regra final que dirige a estratégia do programa é a seguinte:

A ordem pela qual as várias ligações são processadas depende não só do valor da ligação em si, mas desse valor ponderado pelo valor da acção a desencadear, calculado pelas regras anteriormente formuladas. Isto significa que haverá ligações fracas que serão inflacionadas e ligação fortes que serão deflacionadas.

O modo como a ponderação acabada de definir é feita foi alvo de determinação experimental. É um equilíbrio difícil entre o valor da ligação e o valor da acção. De certo modo a ligação exprime a realidade do facto em si, a probabilidade associada à informação documental. O valor da acção, por seu lado, exprime um saber de outro tipo, o da coerência das biografias. A nossa experiência, que poderá, ou não, ser válida para fontes com outras características, ensinou o seguinte:

1) Considerar simplesmente o valor das ligações e aceitar estas por ordem decrescente produz resultados inaceitáveis[392].

---

[392] Esta é a metodologia seguida pelo Grupo de Cambridge que, de certo, conseguirá por outras vias manter os resultados dentro de critérios de qualidade aceitáveis. No nosso caso é indiscutível que uma estratégia de valorizar sempre as ligações mais fortes, como é defendido por Schofield em várias ocasiões, produz resultados inaceitáveis. Ver: Schofield, Roger,*Automatic Family Reconstitution*. "Historical Methods", 25 (2, Spring), 1992, p. 75-79

2) Substituir o valor da ligação pelo valor da acção, calculado como foi explicado acima produz resultados muito superiores mas que, por vezes, ignoram ligações fortes que ao historiador se afiguram como inatacáveis.

3) A melhor solução parece ser um equilíbrio ponderado entre os dois valores. A média do valor da ligação e do valor da acção produz resultados ainda superiores às duas alternativas anteriores.

Face a estes resultados experimentais, foi decidido utilizar uma ponderação entre o valor da ligação e o valor da acção. Essa ponderação pode tender mais para o lado da ligação ou mais para o lado da acção através de uma parametrização do sistema. Com os dados que possuíamos, afigurou-se-nos que os melhores resultados eram conseguidos fazendo uma ponderação que valorizava a ligação em detrimento da acção, na proporção de dois para um.

Na prática, para cada ligação calculamos o valor da acção que a ligação desencadeia. Ficamos, assim, com dois valores: o valor da ligação, calculado pela soma dos pesos binários dos atributos das duas ocorrências e o valor da acção, que é calculado diferentemente, conforme a ligação implicar um novo agregado, a junção de uma ocorrência a um agregado existente ou a junção de dois agregados. Perante esses dois valores, chegamos a um resultado final, multiplicando o valor da ligação por dois, somando o valor da acção e dividindo o total por três. No fundo temos a média ponderada entre os dois valores, feita de maneira

que exprimimos que queremos dar mais importância à ligação do que à acção que ela desencadeia.

Como é evidente, este paradigma pode ser utilizado com afinações diversas e poderemos valorizar mais a acção do que a ligação se os resultados obtidos assim o sugerirem.

Esta oscilação entre valorizar o resultado do cálculo probabilístico, no nosso caso representado pelo valor da ligação, ou valorizar a consequência da acção tomada em função de cada ligação encontra-se, de forma mais ou menos explícita, na literatura desde os anos 70. De facto, desde *Identifying people in the past* que esta discussão recorre, muitas vezes personalizada como um confronto entre os programas desenvolvidos pelo grupo de Cambridge de História Social e as propostas de Mark Skolnick[393].

Resumindo: que novos dados se extraem deste exemplo de aplicação do sistema? Do ponto de vista da definição de um formalismo para a automatização do cruzamento nominal pensamos ter dado uma ideia, esperamos que clara, de como se passa do cálculo dos pesos binários, anteriormente explicado, para a resolução concreta de um caso. Partindo de um noivo num casamento o sistema gerou automaticamente a biografia de quatro pessoas, em situações não muito fáceis: dois individuos recasam e um deles, quatro vezes; o leitor atento dos documentos fornecidos em apêndice detectará um número considerável de variações nominais e de outro tipo.

---

[393] Ver uma comparação das duas metodologias em: Bouchard, Gérard, *Current issues and new prospects for computerized record linkage in the province of Québec*, "Historical Methods" 25 (2Spring), 1992, p. 67-73.

A informação automaticamente fornecida pelo programa reconstitui as biografias individuais das pessoas envolvidas. Mateus Gomes, em Soure, na transição do século XVII para o século XVIII, houve, assim, pelo menos, quatro. Um deles, de Porto Panelas, enviuvou em 1679. A sua mulher, Marta Rodrigues foi sepultada na Igreja de Nossa Senhora de Finisterra, junto ao Castelo de Soure. Mateus sobreviveu-lhe 8 anos e, por razões que desconhecemos, quis ser enterrado na nova igreja paroquial de Santiago, que D. Manuel mandara fazer, tendo dado um cruzado pela cova.

Um outro Mateus Gomes vivia não muito distante, do outro lado do rio, no Paleão. Era filho do ferreiro Manuel Gomes e casou em 13 de Outubro de 1695 com Maria Rodrigues, da Carvalheira, órfã de pai. Os irmãos de Maria, Manuel e Diogo foram testemunhas do acto. Maria não viveu muito mais de um ano, vindo a morrer em 22 de Dezembro de 1696. Embora nada o indique nas fontes, o período de tempo decorrido entre o casamento e a morte de Maria aponta para uma provável complicação de parto. Mateus Gomes esperará 21 anos até se casar novamente. Em 1717 casar-se-á com Maria Esteves, do Paleão. A última notícia que temos dele é a referência que lhe é feita no baptizado de José, filho de Manuel Gomes Ferreiro e de Isabel Tomé, provavelmente seu sobrinho.

O terceiro Mateus Gomes morava na vila. Aparece por vezes com o nome de Mateus Gomes Carreiro ou ainda Mateus Gomes Bártolo. Deveria ser dotado pela Misericórdia uma vez que é na igreja da Santa Casa que se casa com Maria Ferreira, orfã de pai e

mãe, em 12 de Novembro de 1694. Não era o seu primeiro casamento, nem será, longe disso, o último. Menos de um ano antes, em 23 de Janeiro, tinha ido a sepultar a sua primeira mulher, Maria Luís. Não temos o registo deste primeiro casamento. Mateus Gomes esteve viúvo apenas 8 meses. Não há notícia de filhos deste segundo casamento, como não havia do primeiro. Em 1703, Maria Ferreira, a segunda mulher, morre "apressadamente" segundo nota do padre Luís Alvares Pinto, o que significa que não houve tempo para lhe ministrar os últimos sacramentos. Estamos em 19 de Outubro de 1703. Menos de dois mêses depois, Mateus Gomes casa de novo com Antónia Domingues, em 16 de Dezembro de 1703. Os filhos aparecem enfim: Teresa em 1704, Catarina em 1707 e Martinho em 1709. Catarina morre com 3 anos de idade em 1710. Nova filha em 1712, Maria, morrerá igualmente três anos depois, em 1715, e quase a seguir morre Martinho, em 18 de Outubro desse ano. com seis anos de idade. Em 1716 nasce Caetana. Mas foi em 1718 que a tragédia se abatou sobre Mateus Gomes: a mulher, Antónia Domingues, e a filha primogénita, Teresa, morrem no mesmo dia. Assim, Mateus Gomes fica de nosso viúvo. Dos seus cinco filhos só sobrevive Caetana, com pouco mais de um ano, que morre em 1719 com dois anos de idade. Assim, Mateus Gomes recomeça de novo e casa com Isabel Rodrigues em 1720. A partir daqui faltam--nos os registos para seguir o seu rasto.

3.4.6. Conclusão sobre o cruzamento automático

Os algoritmos descritos podem, como se viu no exemplo final, lidar com variações importantes de tipo nominal e situações de ambiguidade relativamente complexas. Estão longe, contudo, de lidar bem com todo o tipo de situações em que o investigador consegue tomar uma decisão acertada. Algumas das limitações do sistema decorrem de factores tecnológicos, no sentido em que temos que limitar os processamentos ao que é exequível com os computadores e ferramentas disponíveis. Outras, contudo, decorrem de limitações do formalismo exposto. São estas que, sendo mais significativas, gostaríamos de elencar como conclusão.

O primeiro problema diz respeito à identificação assimétrica de pessoas. Por vezes, o sistema identifica correctamente o marido de um casal mas falha a identificação da mulher (separando as ocorrências em duas pessoas distintas). Não é um acontecimento comum, uma vez que o sistema considera os atributos de ambos conjuntamente quando identifica cada um, mas é possível, em teoria, e acontece em certos casos pouco frequentes. A raiz do problema vem do facto de o sistema não ter modo de registar que determinadas decisões de identificação implicam que outras sejam tomadas também. Assim, se foram identificadas quatro ocorrências de um homem, porque, entre outros atributos, era casado com uma mulher com determinado nome, então deveria ser implícito que a mulher era a mesma pessoa real nessas quatro ocorrências. Actualmente o sistema não faz esta conexão e é possível que identifique as quatro ocorrências da mulher em pessoas diferentes, se por alguma razão o grafo de ligação desta última gerar uma solução nesse sentido.

O segundo aspecto de nível formal é que o sistema não tem uma heurística positiva do mesmo modo que tem uma heurística negativa. O sistema incorpora bem regras de senso comum sobre a impossibilidade de duas pessoas serem a mesma, como vimos anteriormente, mas não tem a capacidade de utilizar regras de senso comum, de natureza não probabilística, para decidir que duas pessoas não são diferentes. Por exemplo, um dos processos que foi mais eficaz em corrigir erros de subidentificação do sistema durante a revisão dos resultados consistia em examinar duas histórias de vida e reparar que ambas "encaixavam", isto é, os acontecimentos de uma ocorriam nos intervalos da outra. Este fenómeno detecta-se claramente, examinando a lista de nascimentos de duas mulheres. Quando os nascimentos encaixam e temos alguma informação que nos aponta no sentido de se tratar da mesma pessoa, então aceitamos a identificação como provável mesmo que existam variações importantes noutros atributos. Actualmente, o sistema não tem capacidade de incorporar este tipo de raciocínio.

Apesar destas limitações, o cruzamento automático revelou-se uma ferramenta inestimável e é nossa convicção que a sua eficácia poderá ser incrementada no futuro, partindo da base formal e algorítmica aqui delineada.

BALANÇO FINAL

Depois de várias conclusões parcelares, que versaram os variados aspectos focados neste trabalho, é tempo de fazer um balanço geral.

O propósito inicial consistia em analisar um determinado problema historiográfico através da reconstituição das histórias de vida e comportamento relacional dos agentes históricos. Seguindo a proposta de Ginzburg e Poni, e olhando o exemplo fascinante da antropologia, postulava-se que seria possível chegar a uma apreensão mais complexa da realidade, centrando a análise nos actos dos indíviduos e procurando o sentido na compreensão sobredeterminada das suas acções.

Esse fim passava pela criação de um instrumento que permitisse organizar de forma coerente o trabalho de investigação orientado por esses postulados interpretativos. A tarefa revelou-se muito mais morosa e complexa do que se previa. Questões de

ordem técnica pesaram muito nessa dilação, mas também as necessidades concorrentes de conjugar o trabalho tradicional de historiador com o de desenvolvimento do sistema, não podendo um dos aspectos avançar demasiado sem o outro.

Mas o que, de facto, leva um tempo não abreviável é a concepção dos formalismos de base e da arquitectura do conjunto. Aqui ficou proposto um esquema relacional para informação nominal oriunda de qualquer tipo de fonte; um método de registo de dados compatível com a manutenção da proximidade ao documento e o elevado grau de formalismo da estrutura destino; um conjunto de procedimentos que automatizam em grande medida o cruzamento de fontes, de forma genérica, capazes de lidar com futuros tipos de informação.

Descrever apenas a teoria por detrás do instrumento, seria sempre decepcionante. Utilizá-lo numa pequena amostra sem significado poderia não tornar claro o seu interesse. Era, por isso, necessário mostrar as suas capacidades numa situação significativa. Soure deu-nos essa oportunidade, só muito parcialmente concretizada. O manancial de utilizações que se perspectivam da informação recolhida, a quantidade de casos que se insinuam a cada nova viagem pelos dados, deixam antever que muitas outras vidas irão exigir ter a sua história narrada, quiçá fazendo valer melhor do que agora foi possível, a riqueza espantosa do passado.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma investigação é uma aventura solitária. É grande o número daqueles a quem devemos orientação, apoio e encorajamento.

Em primeiro lugar, o nosso reconhecimento ao Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues que, num dia que marcou o nosso destino de historiador, mostrou ao jovem assistente interessado em História das Mentalidades um livro de devassas. Nunca mais se apagou em nós o fascínio por essa fonte e tivémos sempre o apoio incondicional do nosso orientador nos trabalhos que desse momento nasceram.

Durante a nossa estadia no Instituto Universitário Europeu de Florença, tivemos o privilégio de trabalhar com o Professor Daniel Roche, cujos ensinamentos e encorajamento nos foram fundamentais. Ainda em Florença, o Professor Stuart Woolf estimulou por diversos modos o nosso interesse pelas aplicações informáticas em História, facultando-nos possibilidades que até aí nunca tínhamos tido. Muitos foram os que, no ambiente

estimulante da Badia Fiesolana, contribuíram, pelos seus comentários e sugestões, para enriquecer a nossa experiência. De volta a Portugal, iniciámos com José Pedro Paiva vários projectos ligados às visitas pastorais e temáticas afins, lançando sementes cujos frutos ainda só parcialmente foram colhidos. Muitos dos conceitos aqui aplicados foram definidos durante esses anos. Foi uma fase essencial da nossa formação científica que recordaremos sempre com prazer.

Quando escolhemos Soure como campo de trabalho, estávamos longe de supor o grau de amizade e apoio que aí iríamos encontrar. Ao Presidente da Câmara de então, Senhor Firmino Ramalho, não podemos senão reconhecer o apoio que nos prestou. À Drª Ana Margarida Ferreira, ao tempo responsável pelo Museu Municipal de Soure, devemos inúmeras informações e uma colaboração sempre pronta e competente. Do mesmo modo queremos agradecer a todos os que, na Santa Casa da Misericórdia de Soure, tanto fizeram para tornar o nosso trabalho mais agradável e eficaz. Ao Dr. João Marujo, actual director do Museu Municipal de Soure, devemos inúmeros favores e uma constante disponibilidade. Finalmente, um agradecimento sentido ao Senhor Doutor Carlos Morão de Paiva pela inexcedível hospitalidade com que nos recebeu e o empenho que teve em nos facilitar o acesso ao magnífico arquivo particular que possui. Foi um privilégio.

Muitos contribuíram mais de perto para melhorar o resultado desta investigação. Lia Armandino Gama e Francisco Azevedo Mendes colaboraram significativamente na recolha e informatização de alguns fundos. Helena Paula Carvalho tornou possíveis os mapas, que tiveram um papel essencial na

compreensão do espaço. Os Doutores Ernesto Costa e Henrique Madeira, do Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, tiveram a gentileza de rever parte do manuscrito, que muito enriqueceram pelas suas sugestões. Igual dívida temos para com a Doutora Margarida Sobral Neto no que toca a determinadas secções da segunda parte. António Raposo, do Departamento de Engenharia Informática, dedicou bastante tempo e competência a estabilizar o sistema informático em que a última versão da base de dados foi implementada, tarefa que se revelou sempre morosa e complexa. À Drª Fernanda Olival devemos informações e estimulantes conversas que nos foram de grande utilidade. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo tivemos o apoio competente e eficaz do Dr. Pedro Penteado que facilitou enormemente o nosso trabalho. No Arquivo da Universidade de Coimbra sempre encontrámos o melhor dos ambientes e a mais solícita resposta às nossas necessidades. Ao seu director e a todos os que ali trabalham, o nosso profundo reconhecimento. O processo de impressão do trabalho contou com a competente intervenção de António Manuel Marques, cuja dedicação e paciência em muito excederam o que seria razoável esperar. Ao Dr. Júlio Ramos, pelo fundamental apoio dado nessa fase difícil, queremos deixar um agradecimento especial. Como é evidente todos os erros que aqui se encontram são da nossa inteira responsabilidade.

Finalmente, como é sabido, a fase final de elaboração de trabalhos deste género impõe uma sobrecarga pesada no círculo familiar de quem os realiza. Sem o apoio constante que tivémos tudo teria sido muito mais difícil.

APÊNDICES

ACTOS UTILIZADOS NO EXEMPLO DA SECÇÃO 3.4.

Estes são os actos encontrados pelo programa quando se desendadeia o cruzamento nominal sobre a ocorrência c4-1 (Manuel Gomes) e servem de base ao exemplo dado no capítulo 3.4. Em negro cheio ficam as ocorrências pertinentes. Ver nas figuras extratexto n. 23 e 24 a geração e agregação do grafo.

```
obito$obitos 1679-o18/1679-8-15/nossa senhora de finisterra
   /padre=freire?
   /sacram=sim
  n$marta rodrigues/f/id=obitos 1679-o18-p1
    mr$mateus gomes/m/id=obitos 1679-o18-p2
       atr$residencia/porto panelas
```

```
obito$obitos 1687-o32/1687-6-11/igreja de santiago, deu um
cruzado pela cova
   /padre=manuel cordeiro
   /sacram=sim
  n$mateus gomes/m/id=obitos 1687-o32-p1
     atr$ec/v
     atr$residencia/porto panelas

obito$obitos 1694-o5/1694-1-23/adro
   /padre=luis alvares pinto/obs=fora de ordem
   /sacram=sim
  n$maria luis/f/id=obitos 1694-o5-p1
    mr$mateus gomes carreiro/m/id=obitos 1694-o5-p2
       atr$residencia/soure

casamento$c1694.17/1694-9-12/igreja da
misericordia/celebrante=luis alvares pinto
  noivo$mateus gomes/m/id=c1694.17-p1
     atr$residencia/soure
    pnoivo$mateus gomes/m/id=c1694.17-p1
       atr$residencia/casal da fonte da bica
       atr$morto/antes
    mnoivo$maria joao/f/id=c1694.17-p3
       atr$morta/antes
  noiva$maria ferreira/f/id=c1694.17-p4
    pnoiva$salvador ferreira/m/id=c1694.17-p5
       atr$residencia/soure
       atr$morta/antes
    mnoiva$gracia simoes/f/id=c1694.17-p6
       atr$morta/antes
  test$antonio manhos/m/id=c1694.17-p7
     atr$titulo/licenciado
     atr$residencia/soure
  test$joao fonseca/m/id=c1694.17-p8
     atr$residencia/soure

casamento$4/1695-10-13/igreja matriz/celebrante=luis
alvares pinto
  noivo$mateus gomes/m/id=c4-1
    pnoivo$manuel gomes/m/id=c4-2
       atr$residencia/paleao
       atr$profissao/ferreiro
    mnoivo$maria simoes/f/id=c4-3
       /obs=comentário ao campo-nome:nao diz "sua mulher"
            como habitualmente.
  noiva$maria rodrigues/f/id=c4-4
    pnoiva$inacio vaz/m/id=c4-5
       atr$morto/antes
    mnoiva$maria rodrigues/f/id=c4-6
       atr$residencia/carvalheira de cima
       atr$ec/v
  test$manuel rodrigues/m/id=c4-7
     atr$residencia/carvalheira de cima
     rel$parentesco/irmao/maria rodrigues/c4-4
     rel$parentesco/irmao/diogo rodrigues/c4-8
  test$diogo rodrigues/m/id=c4-8
     atr$residencia/carvalheira de cima
```

```
      rel$parentesco/irmao/maria rodrigues/c4-4
      rel$parentesco/irmao/manuel rodrigues/c4-7

obito$obitos 1696-o73/1696-12-22/igreja de s.joao
   /padre=luis alvares pinto
   /oficios=3 de 3
   /sacram=sim
  n$maria rodrigues/f/id=obitos 1696-o73-p1
    mr$mateus gomes/m/id=obitos 1696-o73-p2
      atr$residencia/paleao

obito$obitos 1703-o56/1703-10-19/adro
   /padre=luis alvares pinto
   /causa=apressadamente
   /oficios=1 de 3
  n$maria ferreira/f/id=obitos 1703-o56-p1
     atr$residencia/soure
    mr$mateus gomes/m/id=obitos 1703-o56-p2
      atr$residencia/soure

casamento$261/1703-11-16/igreja matriz/celebrante=jose
pinto
  noivo$mateus gomes/m/id=c261-1
     atr$residencia/soure
    pnoivo$mateus gomes/m/id=c261-2
      atr$residencia/soure
      atr$residiu/sobral
    mnoivo$margarida lopes/f/id=c261-3
  noiva$antonia domingues/f/id=c261-4
     atr$residencia/soure/obs=actualmente
     atr$naturalidade/malhadas, freguesia dos covoes
     atr$freguesia/covoes
    pnoiva$manuel domingues/m/id=c261-5
      atr$naturalidade/malhadas, freguesia dos covoes
      atr$freguesia/covoes
    mnoiva$maria manuel/f/id=c261-6
      atr$naturalidade/malhadas, freguesia dos covoes
      atr$freguesia/covoes
  test$manuel de tavora/m/id=c261-7
     atr$residencia/soure
  test$sebastiao goncalves/m/id=c261-8
     atr$residencia/soure

baptismo$b1704.75/1704-10-4/celebrante=manuel martins
  n$teresa/f/id=b1704.75-p1
    pai$mateus gomes/m/id=b1704.75-p2
      atr$residencia/soure
    mae$antonia domingues/f/id=b1704.75-p3
    pad$antonio/m/id=b1704.75-p4
      ppad$pedro de eiro matoso/m/id=peiro
         atr$residencia/soure
    mad$teresa/f/id=b1704.75-p6
      rel$parentesco/filha/pedro de eiro matoso/peiro

baptismo$b1707.28/1707-4-10/celebrante=manuel martins
  n$catarina/f/id=b1707.28-p1
    pai$mateus gomes/m/id=b1707.28-p2
```

```
      atr$residencia/soure
   mae$antonia domingues penada/f/id=b1707.28-p3
   pad$pedro de eiro matoso/m/id=peiro
      atr$residencia/soure
   mad$maria da encarnacao/f/id=b1707.28-p5
      atr$residencia/soure

baptismo$b1709.87/1709-10-17/celebrante=manuel rodrigues
(vigario)
  n$martinho/m/id=b1709.87-p1
   pai$mateus gomes/m/id=b1709.87-p2
      atr$residencia/soure
   mae$antonia domingues/f/id=b1709.87-p3
   pad$martinho da cunha de sa/m/id=b1709.87-p4
      atr$residencia/soure
   mad$apolonia henriques/f/id=b1709.87-p5
      atr$residencia/soure

obito$obitos 1710-o71/1710-12-14/igreja de nossa senhora de
finisterra
    /padre=manuel rodrigues
  n$catarina/f/id=obitos 1710-o71-p1
     atr$idade/3
   pai$mateus gomes/m/id=obitos 1710-o71-p2
      atr$residencia/soure

baptismo$b1712.13/1712-2-21/celebrante=manuel rodrigues
(vigario)
  n$maria/f/id=b1712.13-p1
   pai$mateus gomes/m/id=b1712.13-p2
      atr$residencia/soure
   mae$antonia domingues/f/id=b1712.13-p3
   pad$sebastiao goncalves/m/id=sgoncalves
      /obs=comentário ao campo-id:primeira referencia.
   mad$rosa/f/id=b1712.13-p5
      atr$ec/s
      rel$parentesco/filha/sebastiao goncalves/sgoncalves

obito$obitos 1715-o51/1715-9-26/adro
    /padre=manuel rodrigues
  n$maria/f/id=obitos 1715-o51-p1
     atr$idade/3
   pai$mateus gomes bartolo/m/id=obitos 1715-o51-p2
      atr$residencia/soure

obito$obitos 1715-o57/1715-10-18/adro
    /padre=manuel rodrigues
  n$martinho/m/id=obitos 1715-o57-p1
     atr$idade/6
   pai$mateus gomes bartolo/m/id=obitos 1715-o57-p2
      atr$residencia/soure

baptismo$b1716.97/1716-12-31/celebrante=manuel rodrigues
(vigario)
  n$caetana/f/id=b1716.97-p1
   pai$mateus gomes bartolo/m/id=b1716.97-p2
      atr$residencia/soure
```

```
      atr$naturalidade/sobral
   mae$antonia domingues/f/id=b1716.97-p3
      atr$naturalidade/mamarosa, freguesia de cantanhede
   pad$martinho da cunha/m/id=b1716.97-p4
      atr$residencia/soure

casamento$c1717.20/1717-10-28/igreja
matriz/celebrante=manuel rodrigues (vigario)
  noivo$mateus gomes/m/id=c1717.20-p1
    pnoivo$manuel gomes/m/id=c1717.20-p2
       atr$residencia/paleao
    mnoivo$maria simoes/f/id=c1717.20-p3
    mulher1$maria rodrigues/f/id=c1717.20-p4
      pmulher1$inacio vaz/m/id=c1717.20-p5
         atr$residencia/carvalheira de cima
      mmulher1$isabel rodrigues/f/id=c1717.20-p6
  noiva$maria esteves/f/id=c1717.20-p7
    pnoiva$manuel mateus/m/id=c1717.20-p8
       atr$morto/antes
       atr$residencia/paleao
    mnoiva$ana esteves/f/id=c1717.20-p9
       atr$morta/antes
  test$antonio gomes/m/id=c1717.20-p10
     atr$residencia/sobrado
  test$francisco rodrigues gante/m/id=c1717.20-p11
     atr$residencia/paleao
  test$manuel rodrigues branco/m/id=c1717.20-p12
     atr$residencia/paleao
  test$pedro francisco/m/id=c1717.20-p13
     atr$residencia/casconho

obito$obitos 1718-o44/1718-10-21/adro
   /padre=manuel rodrigues
   /oficios=1 razo
   /sacram=sim
   /testamento=nao
  n$antonia domingues/f/id=obitos 1718-o44-p1
    mr$mateus gomes bartolo/m/id=omr21101718
       atr$residencia/soure
       rel$funcao em acto/pai/obito/obitos 1718-o45

obito$obitos 1718-o45/1718-10-21/adro
   /padre=manuel rodrigues
   /oficios=1 razo
   /sacram=sim
  n$teresa/f/id=obitos 1718-o45-p1
     atr$idade/14
    pai$mateus gomes bartolo/m/id=omr21101718
       atr$residencia/soure
       rel$funcao em acto/mr/obito/obitos 1718-o44

baptismo$b1719.91/1719-10-1/celebrante=manuel rodrigues
(vigario)
  n$jose/m/id=b1719.91-p1
    pai$manuel gomes ferreiro/m/id=b1719.91-p2
       atr$residencia/paleao
       atr$naturalidade/paleao
```

```
    mae$isabel tome/f/id=b1719.91-p3
       atr$naturalidade/casal da tojeira
    pad$jose gaspar/m/id=bpad01101719
       atr$ec/s
       atr$residencia/paleao
    mad$maria esteves/f/id=b1719.91-p4
      mrmad$mateus gomes/m/id=b1719.91-p5
         atr$residencia/paleao
  referido$joao gaspar/m/id=br01101719
     /obs=campo adicional-eid:br01101719.
     atr$residencia/paleao
     rel$sociabilidade/procurador em baptismo/jose
gaspar/bpad01101719

obito$obitos 1719-o84/1719-12-9/adro
   /padre=manuel rodrigues
  n$caetana/f/id=obitos 1719-o84-p1
     atr$idade/2
    pai$mateus gomes/m/id=obitos 1719-o84-p2
       atr$residencia/soure

casamento$c1720.24/1720-12-24/igreja
matriz/celebrante=manuel rodrigues (vigario)
  noivo$mateus gomes/m/id=c1720.24-p1
    pnoivo$mateus gomes/m/id=c1720.24-p2
       atr$residencia/sobral
       atr$morto/antes
    mnoivo$margarida lopes/f/id=c1720.24-p3
       atr$morta/antes
    mulher1$maria luis/f/id=c1720.24-p4
      pmulher1$bartolomeu luis/m/id=c1720.24-p5
         atr$residencia/soure
      mmulher1$gracia gomes/f/id=c1720.24-p6
    mulher2$maria ferreira/f/id=c1720.24-p7
      pmulher2$salvador ferreira/m/id=c1720.24-p8
         atr$residencia/soure
         atr$morto/antes
      mmulher2$maria simoes/f/id=c1720.24-p9
    mulher3$antonia domingues/f/id=c1720.24-p10
      pmulher3$antonio domingues/m/id=c1720.24-p11
         atr$residencia/mamarosa, freguesia de cantanhede
         atr$freguesia/cantanhede
         atr$morto/antes
      mmulher3$maria domingues/f/id=c1720.24-p12
         atr$morta/antes
         atr$residencia/mamarosa, freguesia de cantanhede
         atr$freguesia/cantanhede
  noiva$isabel rodrigues/f/id=c1720.24-p13
    pnoiva$antonio da gante/m/id=c1720.24-p14
       atr$residencia/casais de s.mateus
    mnoiva$maria rodrigues/f/id=c1720.24-p15
       atr$morta/antes
  test$joao henriques/m/id=c1720.24-p16
     atr$residencia/soure
  test$antonio alvares/m/id=c1720.24-p17
     atr$residencia/soure
  test$paulo da gante/m/id=c1720.24-p18
```

```
    atr$residencia/casais de s.mateus
test$antonio rodrigues feijao/m/id=c1720.24-p19
    atr$residencia/casais de s.mateus
```

EXEMPLOS DE FONTES

Neste apêndice fornecemos exemplos do modo como os vários tipos de fontes são transcritas para o sistema informático.

Estes textos correspondem à forma original de recolha de informação e são tratados por programas especialmente concebidos, chamados "tradutores", que produzem a informação normalizada que é inserida na base de dados. A parte 3 fornece detalhes sobre a filosofia subjacente a esta metodologia, em particular o funcionamento dos tradutores e o significado da notação aqui usada. Ver em especial o capítulo 3.3.

REGISTOS PAROQUIAIS

Baptismos

```
baptismos$tipo=reg paroquiais/valor=baptismos 1718
   /localizacao=fol.460/ano=1718

   b$b1718.1/3/1/1718/0/0/0/antonio de sousa
     n$manuel/m
       atr$ilegitimo/sim
       mae$filipa da conceicao
         atr$residencia/soure
         atr$naturalidade/soure
       pad$manuel fernandes bolhao
         atr$residencia/soure
       mad$maria
         atr$ec/s
         pmad$jose rodrigues entino?
            atr$residencia/soure
   b$b1718.2/9/1/1718/0/0/0/manuel rodrigues (vigario)
     n$luisa/f
       pai$manuel joao
         atr$residencia/casconho
         atr$naturalidade/casconho
       mae$filipa joao
         atr$naturalidade/quinta de porto coelheiro
       pad$joao domingues
         atr$residencia/casconho
       mad$maria
         atr$ec/s
         pmad$pedro francisco
            atr$residencia/casconho
   b$b1718.3/19/1/1718/0/0/0/manuel rodrigues (vigario)
     n$caetano/m
       pai$manuel rodrigues
         atr$residencia/casal da pencarpia
         atr$naturalidade/pedro afonso
       mae$antonia goncalves
         atr$naturalidade/casal do mendinho
       pad$manuel coelho
         atr$alcunha/velho
         atr$residencia/soure
       mad$maria dos santos
         mrmad$antonio alvares ribeiro
            atr$residencia/soure
```

Casamentos

```
casamentos$tipo=reg paroquiais/valor=casamentos 1714
   /localizacao=130 (262)/ano=1714
   cas$c1714.1/8/1/1714/igreja matriz/manuel rodrigues
(vigario)
     noivo$manuel rodrigues
       pnoivo$francisco rodrigues
         atr$morto/antes
         atr$residencia/casais da misericordia
       mnoivo$ana carvalho
       mulher$1/maria domingues
         pmulher$1/manuel domingues
           atr$residencia/casais da misericordia
         mmulher$1/maria carvalho
     noiva$catarina de oliveira
       pnoiva$antonio gomes
         atr$morto/antes
         atr$residencia/casais da misericordia
       mnoiva$maria carvalho
     test$matias da costa
       atr$residencia/casal dos bonitos
     test$antonio coelho
       atr$residencia/casal dos bonitos
     test$manuel lourenco
       atr$residencia/casal dos bonitos
     test$joao francisco
       atr$ec/s
       atr$residencia/casal dos bonitos
   cas$c1714.2/22/1/1714/igreja matriz/manuel rodrigues
(vigario)
     noivo$manuel jorge
       pnoivo$manuel jorge
         atr$residencia/casal da venda
       mnoivo$isabel joao
     noiva$isabel goncalves
       pnoiva$manuel goncalves
         atr$residencia/vale da borra
       mnoiva$maria rodrigues
     test$jose marques
       atr$profissao/harpista
       atr$residencia/soure
     test$pedro rodrigues navarro
       atr$residencia/vale da borra
     test$antonio fernandes
       atr$residencia/casal da venda
     test$joao goncalves
           atr$residencia/casal da venda
```

Óbitos

```
obitos$tipo=reg paroquiais/valor=obitos
1711/localizacao=54v/ano=1711
padre$manuel rodrigues

o$4/1/1711
   n$manuel tome/m
     atr$residencia/alencarce de cima
   causa$doenca prolongada
   test$nao
   sacr$sim
   locs$ermida de santo tirso
   oficios$1 de 9

o$5/1/1711
   n$manuel francisco lourinho/m
     atr$residencia/mogadouro
   test$nao
   sacr$sim
   locs$adro
o$5/1/1711
   n$damiana/f
     atr$idade_aprox/menos de 1
     pai$jose de morais
       atr$residencia/soure
   locs$ermida de s.francisco
o$7/1/1711
   n$isabel rodrigues/f
     atr$residencia/casal de olho marinho
   test$nao
   sacr$sim%penitencia e extrema uncao por
          nao haver tempo para mais
   locs$ermida de s.jose do pinheiro
   oficios$1 de 9
```

Devassas

```
devassa$devassa/dev1708/18/7/1708
   /visdor=jose freire de faria#secretario:jose coelho
   /cota=III\/D,1,4,4,50
   /folio=?
   /paroco=?
   /obs=pronuncia transcrita aqui junto com os casos
      com os elementos
      pronuncia e resultado. Termos iloc.
      Na pronuncia de Soure sao referidos manuel rodrigues
       ligeiro do casal dos vascos, freguesia da almagreira e
      sua mulher maria goncalves

testemunha$1708-t1/manuel rodrigues pena#ou perna/m
   atr$residencia/casal do mogadouro
   atr$profissao/trabalhador
   atr$idade/40
   atr$assina/+

   caso$1708-c1/violf/jose gomes/1708-a1
     /pronuncia=admoestacao/resultado=fez termo
     /obs=na pronuncia sao setenciados a fazerem vida marital
       e ele a a tratar bem.
     acusado$1708-a1/jose gomes/m
       atr$profissao/sapateiro/obs=profissao referida
         napronuncia
       atr$naturalidade/casal dos simoes
       atr$residencia/redinha, freguesia da redinha
       rel$parentesco/marido/maria do espirito santo/1708a1a
       referida$1708-a1a/maria do espirito santo/f
   acus$1/1708-c1/violf/literal=da ma vida a sua mulher

   caso$1708-c2/nfvida/maria goncalves/1708-a2/descricao=vive
      separadado marido
     acusada$1708-a2/maria goncalves/f
       atr$residencia/mogadouro
       atr$naturalidade/almagreira
       atr$freguesia/almagreira
   acus$1/1708-c2/nfvida/literal=vive separada do marido

testemunha$1708-t2/domingos carvalho/m
   atr$ec/c
   atr$profissao/trabalhador
   atr$residencia/mogadouro
   atr$idade/30
   atr$assina/+
   acus$2/0/NADA
```

PROCESSOS DE ORDENAÇÃO SACERDOTAL

```
po$po5/cota=cx. 1125, p.5/ano=1711
   /obs=quer ser promovido as ordens sacras
        ja e clerigo de ordens menores. Inclui
        registo de baptismo do justificante

     n$luis manhos de abreu
       atr$residencia/soure

       pai$luis manhos de abreu
         atr$residencia/soure

         ppai$joao manhos de abreu
           atr$residencia/soure
           atr$morto/antes

         mpai$mariana de azevedo coelho

       mae$maria de seabra jacques
         atr$morta/17010224
         pmae$joao de seabra jacques
           atr$residencia/soure

         mmae$maria cardoso


       referido$manuel marques
         atr$profissao/padre
         rel$parentesco/tio/luis manhos de abreu/po5-1
```

```
po$po6/cota=cx. 1150, p.5/ano=1705
   /obs= Inclui registo de baptismo do justificante.
     Doprocesso constam diligencias, escritura de patrimonio


     n$manuel afonso
        /obs=orfao de pai com uma mae muito
             velha e seis irmaos
            a maioria das quais sao mulheres e necessitam de
            amparo e ajuda

       atr$residencia/paleao
       atr$naturalidade/paleao

       pai$mateus jorge
         atr$residencia/paleao

         ppai$simao jorge
           atr$residencia/paleao
           atr$profissao/lavrador
           atr$morto/antes

         mpai$maria marques

       mae$maria afonso
         pmae$simao afonso
           atr$residencia/paleao
           atr$profissao/lavradores

         mmae$maria mateus
```

MISERICÓRDIA

```
fonte$mismesa1/tipo=acordaos da mesa
   /localizacao=Arquivo da Santa Casa da Misericordia de Soure

amz$amz1/3/10/1683/2
   /resumo=nomeacao de capelao que se fez na casa desta vila
        de soure por morte do padre simao homem de oliveira
   referido$simao homem de oliveira
    atr$cargo/capelao da missa quotidiana
    atr$morto/antes
   eleito$simao leao
      /obs=as razoes que levaram a sua eleicao sao.
      de viver com sua mae velha e duas
        irmas donzelas e virtuosas,orfas de pai e
      honradas
    atr$cargo/capelao da missa quotidiana
    atr$naturalidade/soure

amz$amz2/0/0/1684/3
   /resumo=auto de posse que se deu ao padre simao leao em
      virtude do auto de eleicao atras que foi feito pela
      mesa desta santa casa-ordenado:em cada ano cento e
      trinta alqueires de trigo, quatro alqueires de
    azeite, sessenta e quatro almudes de vino
      e dois mil e quinhentos reis em dinheiro

amz$amz3/02/07/1684/4
   /resumo=auto de eleicao de novos oficiais

   eleitor$manuel homem de quadros

   eleitor$luis coelho
    atr$titulo/licenciado

   eleitor$paulo de almeida

   eleitor$sebastiao colaco

   eleitor$manuel francisco

   eleitor$antonio morais

   eleitor$sebastiao machado

   eleitor$pedro de meneses
    atr$titulo/dom
    atr$titulo/senhor

   eleitor$antonio lopes

   eleitor$joao goncalves
    atr$profissao/padre
```

```
 atr$titulo/frei

eleitor$sebastiao goncalves

eleito$pedro de meneses
 atr$titulo/dom
 atr$titulo/senhor
 atr$cargo/provedor

eleito$joao colaco
 atr$profissao/padre
 atr$titulo/frei
 atr$cargo/escrivao

eleito$manuel coelho
 atr$cargo/mordomo

eleito$luis coelho dos reis
 atr$cargo/irmao de maior condicao
 atr$titulo/licenciado

eleito$sebastiao colaco
 atr$cargo/irmao de maior condicao

eleito$sebastiao soares coelho
 atr$cargo/irmao de maior condicao

eleito$antonio carvalho coelho
 atr$cargo/irmao de maior condicao
 atr$titulo/licenciado

eleito$amaro de pina
 atr$cargo/irmao de maior condicao

eleito$jose velho
 atr$cargo/irmao de menor condicao

eleito$manuel dias duqueso
 atr$cargo/irmao de menor condicao

eleito$joao da fonseca
 atr$cargo/irmao de menor condicao
 atr$profissao/ferrador

eleito$manuel jorge
 atr$cargo/irmao de menor condicao
 atr$profissao/serralheiro

eleito$antonio lourenco
 atr$cargo/irmao de menor condicao
```

Biografias reconstituídas

O resultado do cruzamento nominal é visualizado sob a forma de textos que condensam a informação dispersa pelas várias fontes. Segue-se um exemplo.

PARTES DE UMA BIOGRAFIA RECONSTITUÍDA

1) Cabeçalho:

Indica o nome da pessoa, sexo e identificador de pessoa real (domingoslopes). Tratando-se de uma identificação automática o sistema registou em observação a data e hora em que a identificação foi feita. O identificador atribuído pelo sistema foi depois substituído por um outro com valor mnemónico.

```
rpessoa$domingos lopes/m/id=domingoslopes
  /obs=Graph: lg_2083 cluster 2 at 15-09-1997 09:21:50 AM
```

2) Resumo:

Lista cronológica de todas as ocorrências da pessoa em actos, especificando a função, o tipo de acto e o identificador de acto. O identificador de acto permite aceder ao texto do mesmo. Estas sequências funcionais podem ser representadas graficamente, como se vê no exemplo da figura 25 extratexto.

```
Resumo:
   1687-2-25/noivo/casamento/c1687.8
   1688-8-15/pai/baptismo/b1688.44
   1689-10-9/pai/baptismo/b1689.76
   1689-10-17/pad/baptismo/b1689.80
   1691-1-28/pad/baptismo/b1691.7
   1692-4-10/testemunha/devassa/dev1692
   1692-7-6/mrmad/baptismo/b1692.57
   1694-3-14/pad/baptismo/b1694.19
   1694-7-25/pai/baptismo/b1694.52
............
   1717-4-4/pnoiva/casamento/c1717.6
   1719-2-2/referido/casamento/c1719.3
   1719-4-21/pmad/baptismo/b1719.30
```

3) Atributos

Lista dos atributos registados para esta pessoa nas várias fontes em que ocorreu. Por cada par "atributo/valor" é fornecida a lista cronólogica de todas as ocorrências em que a pessoa foi registada com esse atributo. A seguir a cada data em que o par ocorreu aparece o identificador da *ocorrência* da pessoa nessa fonte. Esse identificador permite visualizar a informação da pessoa tal como foi descrita nessa fonte.

```
Atributos:
    atr$assina/b
     1692-4-10/2083
    atr$idade/35
     1692-4-10/2083
    atr$profissao/rendeiro
     1692-4-10/2083
    atr$residencia/casa velha
     1688-8-15/b1688.44-p2
     1689-10-9/b1689.76-p2
     1689-10-17/b1689.80-p4
     1691-1-28/b1691.7-p4
     1692-4-10/2083
     1692-7-6/b1692.57-p6
     1694-3-14/b1694.19-p4
     1694-7-25/b1694.52-p2
     1694-10-17/c1694.19-p7
..........
     1717-1-31/bpad310101717
     1717-3-21/b1717.39-p5
     1719-2-2/c1719.3-p7
     1719-4-21/b1719.30-p6
```

4) Relações explícitas

Lista de todas as relações registadas na tabela respectiva para todas as ocorrências da pessoa. Por cada relação é dado o tipo (p. exº parentesco), o valor (p. exº cunhada), o identificador da pessoa ou objecto destino da relação e data em que ocorreu. As relações precedidas de um sinal de maior ">" são relações em que a pessoa cuja biografia se está a visualizar constitui o destino e não a origem.

Por exemplo, nas duas relações seguintes:

```
>rel$parentesco/pai --
     /manuel fernandes/c1687.8-p2/1687-2-25/auto

 rel$parentesco/pai
     /luis/b1688.44-p1/1688-8-15/auto
```

A primeira significa que Manuel Fernandes é pai da pessoa cuja biografia estamos a ver, porque o sinal ">" indica que a relação é "de fora para dentro". A segunda significa que a pessoa cuja biografia estamos a ver é pai de Luís.

```
Relacoes (explicitas):
     rel$devassa/denuncia
     /caso/caso-2010/1692-4-10
    >rel$parentesco/cunhada
     /brigida/b1705.33-p4/1705-3-29
    >rel$parentesco/filha
     /maria/b1696.29-p4/1696-4-25
     /maria/b1704.2-p4/1704-1-10
     /angela/b1706.51k-p4/1706-6-6
     /caetana/b1717.17-p4/1717-1-31
    >rel$parentesco/filha
     /isabel joao/rp_lg_2096b_7/1698-7-17
    >rel$parentesco/mae
     /catarina joao/c1687.8-p3/1687-2-25/auto
     rel$parentesco/marido
     /maria pereira/c1687.8-p4/1687-2-25/auto
     /maria pereira/b1688.44-p3/1688-8-15/auto
.........
```

```
>rel$sociabilidade/procurador em casamento
 /antonio alvares ribeiro/rp_lg_1708-t128_3/1711-11-3
```

5) Relações inferidas

As relações anteriores foram explicitadas durante o registo de dados. Seguem-se as relações inferidas a partir da coocorrência de pessoas em actos. Por cada relação inferida é fornecido o tipo (asc = ascendente; desc=descendente; horizontal) o nome e identificador da pessoa relacionada. Na linha abaixo aparece o tipo de acto e funções em que as duas pessoas ocorreram simultaneamente, seguido da data e identificador. Estas listas de relações inferidas são a base do processo de reconstituição do comportamento relacional dos actores.

```
Relacoes (inferidas):
    irel$asc/angela/rp_lg_bmae07111720_3
                /baptismo-pai-mad/1699-11-22/b1699.84
    irel$asc/angela/rp_lg_bmae07111720_3
                /baptismo-pai-mad/1701-5-22/b1701.52
    irel$asc/angela/rp_lg_bmae07111720_3
                /baptismo-pai-mad/1704-2-2/b1704.9
    irel$asc/angela/rp_lg_bmae07111720_3
                /baptismo-pai-mad/1707-6-29/b1707.58
    irel$asc/angela luisa/b1706.8-p5
                /baptismo-pai-mad/1706-2-4/b1706.8
    irel$asc/angela maria/rp_lg_bmae07111720_3
                /baptismo-pai-mad/1708-8-20/b1708.72
..........................
    irel$desc/antonio dos santos/b1702.26-p2
                /baptismo-pad-pai/1702-2-22/b1702.26
    irel$desc/antonio dos santos/b1704.63-p2
                /baptismo-pad-pai/1704-8-10/b1704.63
    irel$desc/antonio fernandes/b1704.2-p2
                /baptismo-pad-pai/1704-1-10/b1704.2
..........................
    irel$horizontal/joao henriques cavaco
                             /joaohenriquescavaco
                /casamento-pnoiva-noivo/1717-4-4/c1717.6
    irel$horizontal/manuel simoes/c1687.8-p5
                /casamento-noivo-pnoiva/1687-2-25/c1687.8
```

6) Lista das ocorrências em todas as fontes

Para cada ocorrência lista-se o nome, a identificação da ocorrência a soma dos valores das ligações que cada ocorrência tinha no grafo de identificação e finalmente o identificador do grafo.

```
Ocorrencias:
    oc$domingos lopes/b1692.57-p6/16.27/lg_2083 clust=2
    oc$domingos lopes/c1711.8-9/16.21/lg_2083 clust=2
    oc$domingos lopes/b1707.58-p2/16.03/lg_2083 clust=2
...............................
```

Fontes e Bibliografia

FONTES

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Devassas e termos de culpados da paróquia de Soure

Arcediagado de Penela, devassa de 1686, III/D,1,4,4,42, fol.s 188-208, termos de culpados inclusos, pronúncia no fim do livro.

Arcediagado de Penela, devassa de 1687, III/D,1,4,4,44, fol.s 39-40, termos de culpados inclusos, pronúncia no fim do livro.

Arcediagado de Penela, devassa de 1690, III/D,1,5,4,24, fol.s 40-43, pronúncia fol.s 718-720, termos de culpados inclusos.

Arcediagado de Penela, devassa de 1692, III/D,1,5,2,135, fol.s 1-60, termos de culpados inclusos, pronúncia no fim do livro.

Arcediagado de Penela, devassa de 1694, III/D,1,4,3,67, fol.s 147v-160, termos de culpados inclusos, relatório de culpados no fim do livro.

Arcediagado de Penela, devassa de 1698, III/D,1,4,4,48, numeração sumida pela humidade, devassa a 7 de Junho de 1698, termos de culpado inclusos.

Arcediagado de Penela, devassa de 1705, III/D,1,4,4,50, fol.s 71-80, termos de culpados inclusos,

Arcediagado de Penela, devassa de 1708, III/D,1,5,2,140, fol.s 325-361, termos não localizados, pronúncia no fim da devassa

Arcediagado de Penela, devassa de 1713, III/D,1,4,4,52, fol.s 129-145, termos não localizados, pronúncia no fim da devassa.

Arcediagado de Penela, termos de culpados de 1716, III/D,1,4,4,53, devassa não localizada.

Arcediagado de Penela, devassa de 1718, III/D,1,4,4,54, fol.s 298-319, pronúncia no fim da devassa, termos em livro separado.

Arcediagado de Penela, termos de culpados de 1718, III/D,1,4,4,55, devassa em livro separado.

Arcediagado de Penela, termos de culpados de 1719, III/D,1,4,4,56, devassa não localizada.

Arcediagado de Penela, devassa de 1721, III/D,1,4,4,57, fol.s 167-176, pronúncia no fim da devassa, termos não localizados.

Arcediagado de Penela, devassa de 1725, III/D,1,4,4,58, fol.s 233, pronúncia no fim da devassa, termos inclusos.

Arcediagado de Penela, termos de culpados 1729, III/D,1,5,1,7, devassa não localizada.

Arcediagado de Penela, devassa de 1736, III/D,1,4,4,64, fol.s 163-175, pronúncia no fim da devassa, termos em livro separado.

Arcediagado de Penela, termos de culpados 1736, III/D,1,4,4,65, devassa em livro separado.

Livros de extractos de culpados relativos a Soure

Relatório de culpados do ofício de Manuel Pais de Azevedo [1680-1745], III/D,1,5,2,134, fol.s 74-75.

Livro de extractos de visitas, [a partir de 1736], III/d,1,4,4,89, fol.s 43-57v.

Livro de extractos de visitas, III/D,1,4,4,61, fol.s 74-75

Livro de extractos de visitas, III/D,1,4,4,69, fol.s 556-576v

Livros de registos paroquiais.

Livro de índice de baptismos e recebimentos de Soure (1629 -1772).

Baptismos, 1681-1720

Casamentos 1614-1756

Óbitos 1613-1749

Processos matrimoniais

4º Maço, 1712, José da Cunha de Eça e Isabel Rodrigues

8º Maço, 1716, José Rodrigues e Josefa do Espírito Santo; José Rodrigues com Maria Francisca.

10º Maço, 1718, António Pereira e Josefa Leão.

Livros notariais

José Barbosa Canais, de 13/3/1691 a 17/12/1692, V-1D-8-2-4

Jerónimo Rodrigues, de 3/2/1700 a 5/7/1701, V-1D-8-2-5

José Barbosa Canais, de 9/1/1713 a 15/12/1713, V-1D-8-2-6

José Barbosa Canais, de 7/12/1717 a 8/10/1719, V-1D-8-2-7

João Ribeiro de Almeida, de 24/8/1718 a 30/8/1719, V-1D-8-2-8

José Marques, de 19/1/1725 a 2/5/1725, V-1D-8-2-9

Outros

Livro de Registo de Róis de Confessados, III/D,1,5,2,116.

Cabido, caixa: III/D,1,6,2,25, doc.14, requerimento de Antónia Gonçalves Vargas.

Capelas, caixa 29, doc. 27, requerimento de Agostinho Luís de Ataíde.

Roteiro das Capelas do Arcediagado de Penela [1720], III/D,1,4,2,3

Tombo da comenda do Paleão e Casa Velha, 1675, III/D,11,5,43.

Informações paroquiais de 172, Soure.

Processos de Ordenação Sacerdotal

Afonso da Costa, cx. 4, proc. 4, 1754

Agostinho da Costa, cx. 7, proc. 7, 1738

Agostinho Luís de Ataíde, cx. 10, proc. 10, 1706

Alexandre da Costa, cx. 18, proc. 8, 1703

Alexandre Mendes Ravasco, cx. 23, proc. 3, 1745

André Lourenço de Carvalho, cx. 34, proc. 4, 1647

António Manhos de Abreu, cx. 202, proc. 4, 1715

António Antunes da Silva, cx. 51, proc. , 1771

António de Melo e Ataíde, cx. 192, proc. 10, 1682

António dos Santos, cx. 243, proc. 5, 1716

António Francisco, cx. 106, proc. 8, 1735

António Gomes, cx. 119, proc. 10, 1647

António Gomes, cx. 119, proc. 119, 1588

António Gonçalves, cx. 123, proc. 1, 1702

António Joaquim da Silva, cx. 789, proc. 13, 1800

António José Perna Silva, cx. 161, proc. , 1755

António Lopes, cx. 173, proc.11, 1736

António Marques de Cristo, cx. 186, proc.12, 1725

António Mendes, cx. 194, proc. 8, 1611

António Raposo, cx. 225, proc. 11, 1661

António Soares Coelho, cx. 257, proc. 3, 1772

António Velho Pinto, cx. 264, proc. 10, 1679

António Zuzarte Temudo, cx. 268, proc. 2, 1665

Bento Vieira de Carvalho, cx. 2 a 3, proc. 3, 1716

Bernardo António Carvalhosa, cx. 302, proc. 12, 1746

Bernardo Soares Coelho, cx.327, proc. 9, 1762

Caetano Ferreira de Freitas, cx. 334, proc. 16, 1712

Carlos Luís, cx. 1104, proc. 13, 1790

Diogo Ferreira, cx. 365, proc. 19, 1621

Diogo Pires, cx. 369, proc. 23, 1625

Domingos da Costa, cx. 380, proc. 6, 1655

Domingos Gonçalves, cx. 387, proc. 13, 1669

Domingos João, cx. 389, proc. 5, 1644

Fernando José da Costa, cx. 422, proc. 20, 1795

Filipe da Costa, cx. 424, proc. 22, 1791

Francisco Baptista, cx. 441, proc. 11, 1799

Francisco da Costa, cx. 451, proc. 5, 1614

Francisco de Azevedo Pinto, cx. 441, proc. 2, 1673

Francisco de Azevedo Pinto, cx. 441, proc. 11, 1711

Francisco de Magalhães Távora, cx. 492, proc. 18, 1735

Francisco José da Costa, cx. 480, proc. 6, 1777

Francisco José Marques, cx. 482, proc. 8, 1736

Francisco Magalhães Távora, cx. 1673, proc. 18, 1735

Francisco Pereira Coutinho, cx. 508, proc. 6, 1706

Francisco Pires, cx. 511, proc. 9, 1649

Francisco Rodrigues de Carvalho, cx. 510, proc. 14, 1784

Francisco Rodrigues, cx. 514, proc. 12, 1723

Francisco Soares, cx. 527, proc. 25, 1724

Francisco Xavier de Vasconcelos Coutinho, cx. 535, proc. 5, 1750

Gabriel Colaço de Morais, cx. 537, proc. 7, 1714

Gaspar Rodrigues de Carvalho, cx. 543, proc. 13, 1685

Geraldo Pereira Coutinho, cx. 545, proc. 15, 1724

Gerardo da Costa Machado, cx. 546, proc. 16, 1705

Inácio da Fonseca, cx. 560, proc. 4, 1655

Jerónimo Mendes, cx. 584, proc. 10, 1674

João Colaço, cx. 621, proc. 10, 1648

João Cordeiro, cx. 622, proc. 3, 1655

João da Conceição, cx. 621, proc. 13, 1705

João da Costa Machado, cx. 628, proc. 11, 1718

João da Costa, cx. 625, proc. 6, 1720

João da Costa, cx. 627, proc. 10, 1650

João da Costa, cx. 627, proc. 11, 1655

João de Barros, cx. 609, proc. 15, 1650

João de Barros, cx. 609, proc. 16, 1686

João de Barros, cx. 609, proc. 17, 1737

João de Jesus, cx. 671, proc. 13, 1709

João dos Santos Carvalho, cx. 736, proc. 5, 1734

João dos Santos, cx. 735, proc. 17, 1702

João Francisco, cx. 653, proc. 6, 1592

João Francisco, cx. 653, proc. 7, 1655

João Gomes, cx. 663, proc. 8, 1719

João Gonçalves, cx. 666, proc. 3, 1687

João Gonçalves, cx. 666, proc. 5, 1647

João Gonçalves, cx. 666, proc. 8, 1710

João Jacques Barbosa, cx. 671, proc. 8, 1768

João José de Brito, cx. 63, proc. 4, 1801

João Lopes Pereira, cx. 678, proc. 11, 1719

João Lourenço de Carvalho, cx. 679, proc. 12, 1736

João Manhos, cx. 683, proc. 10, 1661

João Marques de Deus, cx. 688, proc. 3, 1720

João Mateus, cx. 691, proc. 17, 1784

João Miguel de Carvalho, cx. 697, proc. 14, 1746

João Monteiro, cx. 698, proc. 13, 1754

João Pedro de Jesus Soares, cx. 709, proc. 10, 1792

João Pedro de Jesus Soares, cx. 1008, proc. 13, 1792

João Pedro Soares, cx. 710, proc. 9, 1721

João Rodrigues Gante, cx. 728, proc. 1, 1789

João Rodrigues Perna, cx. 730, proc. 8, 1737

João Rodrigues, cx. 721, proc. 8, 1736

João Rodrigues, cx. 724, proc. 5, 1692

João Simões Galhardo, cx. 745, proc. 5, 1719

João Soares, cx. 746, proc. 15, 1831

Joaquim de Oliveira Coutinho, cx. 793, proc. 10, 1726

Joaquim Madeira, cx. 788, proc. 7, 1725

Joaquim Mendes Ravasco, cx. 791, proc. 7, 1719

Joaquim Vieira da Silva Pimentel, cx. 804, proc. 14, 1786

José António de Figueiredo, cx. 824, proc. 11, 1825

José Barbosa Canais, cx. 841, proc. 18, 1818

José Caetano Monteiro da Silva, cx. 852, proc. 6, 1764

José Cardoso, cx. 856, proc. 15, 1789

José da Costa, cx. 872, proc. 1, 1705

José da Costa, cx. 872, proc. 2, 1714

José da Costa, cx. 872, proc. 3, 1784

José da Rocha Manrique, cx. 1027, proc. 9, 1688

José da Silva, cx. 1055, proc. 15, 1717

José de Andrade, cx. 816, proc. 21, 1753

José de Brito, cx. 848, proc. 8, 1741

José de Magalhães Távora, cx. 970, proc. 10, 1729

José de Santa Marta, cx. 1047, proc. 20, 1806

José de Sousa, cx. 1068, proc. 3, 1755

José Domingues Tavares, cx. 889, proc. 10, 1736

José dos Santos, cx. 1048, proc. 9, 1737

José Duarte, cx. 891, proc. 1, 1721

José Ferreira, cx. 901, proc. 12, 1721

José Gomes, cx. 924, proc. 14, 1773

José Gomes, cx. 924, proc. 15, 1719

José Gonçalves, cx. 931, proc. 9, 1705

José Inácio da Costa, cx. 939, proc. 4, 1791

José Inácio da Silva, cx. 941, proc. 2, s/d

José Joaquim de Morais, cx. 950, proc. 11, 1755

José Lopes Pereira, cx. 962, proc. 1, 1719

José Madeira, cx. 788, proc. 7, 1725

José Marques de Oliveira, cx. 979, proc. 10, 1700

José Martins, cx. 981, proc. 10, 1759

José Mateus, cx. 983, proc. 10, 1747

José Mendes, cx. 987, proc. 2, 1690

José Mendes, cx. 987, proc. 3, 1736

José Nunes de Carvalho, cx. 1000, proc. 6, 1782

José Pessoa Sequeira, cx. 1017, proc. 6, 1777

José Pinto, cx. 1019, proc. 9, 1650

José Pinto, cx. 1019, proc. 10, 1626

José Rodrigues de Carvalho, cx. 1035, proc. 2, 1725

José Rodrigues Trovão, cx. 1044, proc. 6, 1772

José Rodrigues, cx. 1031, proc. 2, 1721

José Rodrigues, cx. 1031, proc. 12, 1700

José Rodrigues, cx. 1475, proc. 5, 1758

José Simões, cx. 1061, proc. 3, 1797

José Soares Coelho, cx. 1066, proc. 12, 1755

José Soares Galvão, cx. 1067, proc. 1, 1722

Luís Bernardo de Melo e Ataíde, cx. 1102, proc. 12, 1764

Luís Bernardo Soeiro de Gouveia, cx. 1103, proc. 3, 1778

Luís Carvalho, cx. 1104, proc. 16, 1722

Luís da Costa, cx. 1107, proc. 7, 1734

Luís da Rocha, cx. 1137, proc. 6, 1653

Luís de Seabra Vasques, cx. 1138, proc. 31, 1687

Luís Francisco, cx. 1113, proc. 5, 1787

Luís Gomes Gante, cx. 1115, proc. 11, 1778

Luís Gomes, cx. 1115, proc. 3, 1722

Luís Jorge, cx. 1118, proc. 12, 1735

Luís José de Sousa Pimentel, cx. 1122, proc. 15, 1796

Luís Lopes, cx. 1123, proc. 15, 1722

Luís Manhos de Abreu, cx. 1125, proc. 3, 1654

Luís Manhos de Abreu, cx. 1125, proc. 3, 1715

Luís Manhos de Abreu, cx. 1125, proc. 5, 1711

Luís Pinto Pimentel, cx. 1136, proc. 8, 1680

Luís Ribeiro Cabral, cx. 1136, proc. 20, 1673

Luís Ribeiro Cabral, cx. 1136, proc. 21, 1686

Luís Soares Coelho, cx. 1695, proc. 5, 1695

Luís Vieira da Cruz, cx. 1144, proc. 2, 1756

Luís Vieira, cx. 1144, proc. 1, 1721

Manuel Afonso, cx. 1150, proc. 5, 1705

Manuel Afonso, cx.1150,proc. 6, 1791

Manuel Álvares, cx. 1157, proc. 10, 1681

Manuel Álvares, cx. 1159, proc. 10, 1705

Manuel Barbosa, cx. 1187, proc. 6, 1680

Manuel Bernardo da Veiga, cx. 1197, proc. 7, 1801

Manuel Cardoso, cx. 1205, proc. 1, 1773

Manuel Carvalho Coelho, cx.1212, proc. 4, 1702

Manuel Carvalho, cx. 1211, proc. 12, 1626

Manuel Carvalho, cx. 1211, proc. 12, 1647

Manuel Carvalho, cx. 1211, proc. 13, 1711

Manuel Coelho, cx.1216, proc. 12, 1680

Manuel Coelho, cx.1216, proc.13, 1691

Manuel Colaço, cx. 1219, proc. 8, 1621

Manuel Cordeiro Coelho, cx.1220, proc. 19, 1678

Manuel Cordeiro, cx. 1220, proc. 14, 1666

Manuel da Costa, cx. 1226, proc. 3, 1720

Manuel da Costa, cx. 1229, proc. 6, 1669

Manuel da Costa, cx. 1229, proc. 7, 1619

Manuel da Rocha Manrique, cx. 1473, proc. 4, 1670

Manuel de Abreu Leite, cx. 1149, proc. 10, 1666

Manuel de Alvelos, cx. 225, proc. 11, 1665

Manuel de Andrade, cx. 1168, proc. 3, 1663

Manuel de Andrade, cx. 1168, proc. 4, 1721

Manuel de Barros, cx. 1188, proc. 6, 1657

Manuel de Barros, cx. 1188, proc. 7, 1678

Manuel de Jesus Soares, cx. 1345, proc. 10, 1784

Manuel de Jesus, cx. 1344, proc. 5, 1734

Manuel de Oliveira, cx. 1442, proc. 1, 1687

Manuel de Pina, cx. 1455, proc. 10, 1626

Manuel de Sousa, cx. 1540, proc. 14, 1630

Manuel de Távora Pereira de Abreu, cx. 1543, proc.17, 1727

Manuel de Távora, cx. 1543, proc. 17, 1696

Manuel Dias Varela Cardoso Júnior, cx. 1254, proc. 3, 1845

Manuel Dias Varela, cx. 1254, proc. 2, 1804

Manuel Dias, cx. 1247, proc. 5, 1719

Manuel Domingues da Cruz, cx. 1256, proc. 3, 1702

Manuel Domingues, cx. 1254, proc. 9, 1679

Manuel Duarte de Morais, cx. 1259, proc. 2, 1675

Manuel Duarte, cx. 1258, proc. 1, 1686

Manuel Fernandes, cx. 1268, proc. 2, 1663

Manuel Fernandes, cx. 1268, proc. 2b, 1697

Manuel Fernandes, cx. 1268, proc. 4, 1620

Manuel Ferreira Canais, cx. 1281, proc. 11, 1717

Manuel Francisco, cx. 1296, proc. 15

Manuel Gaspar, cx. 1315, proc. 2, 1780

Manuel Gomes, cx. 1317, proc. 21, 1688

Manuel Gomes, cx. 1320, proc. 3, 1712

Manuel Gomes, cx. 1320, proc. 15, 1647

Manuel Gonçalves Branco, cx. 1332, proc. 1, 1761

Manuel Gonçalves Galhardo, cx. 1334, proc. 1, 1687

Manuel Gonçalves Vargas, cx. 1335, proc. 3, 1738

Manuel Gonçalves, cx. 1331, proc. 6, 1655

Manuel Homem de Quadros, cx. 1341, proc. 5, 1732

Manuel Inácio da Silva, cx. 1342, proc. 10, 1794

Manuel João, cx. 1346, proc. 7, 1757

Manuel Joaquim Amorim Pessoa, cx. 1350, proc. 10, 1798

Manuel Joaquim Tavares, cx. 1355, proc. 15, 1772

Manuel Leão, cx. 1376, proc. 4, 1590

Manuel Leão, cx. 1376, proc. 5, 1651

Manuel Lourenço Curto, cx. 1387, proc. 3, 1772

Manuel Luís, cx. 1389, proc. 18, 1626

Manuel Luís, cx. 1389, proc. 19, 1647

Manuel Madeira, cx. 1393, proc. 1, 1721

Manuel Madeira, cx. 1393, proc. 7, 1693

Manuel Madeira, cx. 1393, proc. 8, 1702

Manuel Marques de Oliveira, cx. 1402, proc. 9, 1691

Manuel Martins, cx. 1405, proc. 13, 1724

Manuel Martins, cx. 1406, proc. 6, 1692

Manuel Mendes, cx. 1415, proc. 14, 1626

Manuel Monteiro, cx. 1422, proc. 1, 1626

Manuel Pessoa Leitão, cx. 1454, proc. 4, 1705

Manuel Pinto Castanho, cx. 1458, proc. 5, 1652

Manuel Pinto, cx. 1457, proc. 18, 1592

Manuel Rodrigues Alvares, cx. 1485, proc. 8, 1705

Manuel Rodrigues Bizarro, cx. 1486, proc. 10, 1805

Manuel Rodrigues Leitão, cx. 1493, proc. 3, 1679

Manuel Rodrigues Pedrosa, cx. 1497, proc. 2, 1692

Manuel Rodrigues, cx. 1475, proc. 5, 1750

Manuel Rodrigues, cx. 1481, proc. 11, 1698

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 1, 1607

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 2, 1647

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 3, 1655

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 4, 1640

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 5, 1655

Manuel Rodrigues, cx. 1482, proc. 7, 1692

Manuel Rodrigues, cx. 1686, proc. 6, 1686

Manuel Simões dos Santos, cx. 1536, proc. 10, 1687

Manuel Simões, cx. 1527, proc. 1, 1640

Manuel Soares Coelho, cx.1537, proc. 11, 1647

Manuel Soares Galvão, cx. 728, proc. 1, 1789

Manuel Soares Galvão, cx. 1538, 1680

Manuel Soares Galvão, cx. 1538, proc. 12, 1715

Manuel Soares, cx. 1537, 1714

Manuel Velho da Costa, cx. 1551, proc. 25, 1703

Marcelino da Rocha, cx. 1555, proc. 1, 1702

Martim Medanha de Azambuja, cx. 1157, proc. 3, 1649

Mateus Jorge, cx. 1562, proc. 0, 1598

Mateus Rodrigues Lourenço, cx. 1565, proc. , 1725

Mateus Rodrigues, cx. 1565, proc. 10, 1595

Mateus Rodrigues, cx. 1565, proc. 11, 1592

Matias Gonçalves, cx. 1568, proc. 14, 1679

Miguel de Leão, cx. 1580, proc. 26, 1580

Paulo Fialho, cx. 1599, proc.1, 1649

Pedro Barbosa Canais, cx. 1604, proc. 6, 1738

Pedro Machado, cx. 1615, proc. 17, 1700

Pedro Manuel, cx. 1446, proc. 13, 1804

Pedro Tavares, cx. 1623, proc. 25, 1755

Rodrigo da Cruz, cx. 1632, proc.6, 1723

Sebastião Ferreira, cx. 1645, proc. 19, 1692

Sebastião José de Carvalho, cx. 1648, proc. 2, 1757

Sebastião Rodrigues, cx. 1653, proc. 27, 1647

Sebastião Xavier Pereira Coutinho, cx. 1655, proc. 1, 1741

Simão Homem, cx. 1668, proc. 14, 1647

Simão Leão, cx. 1069, proc. 15, 1671

Simão Luís, cx. 1669, proc. 15, 1598

Teodósio Mendes Ravasco, cx. 1676, proc. 22, 1678

Tomas de Jesus Maria José, cx. 1686, proc. , 1774

Tomás Borges de Cristo, cx. 1684, proc. 2, 1744

Tomás de Brito, cx. 1648, proc. 2, 1756

Tomás Joaquim Soares Coelho, cx. 1686, proc. 4, 1772

Tomás Tavares, cx. 1690, proc. 8, 1761

Ventura Martins, cx. 1699, proc. 17, 1673

Vicente Luís, cx. 1143, proc. 22, 1796

Xavier Soares Coelho, cx. 710, proc. 9, 1721

ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE

Livro do Compromisso dos estatutos, privilégios e liberdades desta Santa Casa, Confraria e Irmandade da Misericórdia da Vila de Soure. 20 de Abril de 1684.

Livros de eleições e actas da mesa 1683- 1723; 1724-1828 (2 livros)

Lista de irmãos e assentos de aceitação 1658- 1714; 1715-1780 (2 livros)

Lista de fazendas e contas de receita e despesa 1657/8- 1682/3; 1683/4 - 1745/6 (2 livros)

Livro de receita e despesa dos cinco casais que deixou D. Isabel da Silva à Santa Casa da Misericórdia. 1651-1728

Tombo das rendas da Misericórdia da Vila de Soure. 1787

ARQUIVO MUNICIPAL DE SOURE

Vereações: 1676-1678, 1682-1684,1687-1690, 1697-1702 (4 livros)

Posturas: 1666 - 1702, 1801-1837 (2 livros).

Contas do concelho: 1746-1760.

Tombo da comenda mestral de Soure, 1746-174.7

Tombo dos bens do concelho da vila de Soure, 1767..

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Chancelarias utilizadas selectivamente a partir dos índices de comuns. Para a Ordem de Cristo foi igualmente utilizada a base de dados em desenvolvimento no ANTT.

Chancelaria da Ordem de Cristo.

Chancelaria de D. Pedro II.

Chancelaria de D. João V.

ARQUIVO PARTICULAR DOUTOR CARLOS MORÃO DE PAIVA

Cópia dos Autos de Apelação Civel de que é apelante Luis de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria e apelados João Baptista Gonçalves e outros sobre a posse do Casal do Barril instituido pelo Padre Manuel de Oliveira, em 25 de Fevereiro de 1850.

Carta Régia de mercê ao licenciado Luis Coelho da propriedade do ofício de juiz dos orfãos, Vila de Soure, Ega e Redinha de Palião por estar casado com Ana Maria da Silva, filha do anterior proprietário João Munhos de Abreu - 19-11-1689

Escritura de compra de um prazo feita por Sebastião Colaço Leitão e sua mulher Maria de Jesus ao Padre Manuel de Carvalho coadjutor na paróquia de Santa Catarina - extra muros de Lisboa de um prazo no limite da Requeixada - Soure - que é foreiro à comenda de S. Pedro das Várzeas de que é administrador o Conde de Soure, por 200 mil reis, 15-7-1695

Confirmação de aforamento em três vidas feita pelo Conde de Soure como comendador de S. Pedro das Várzeas de Soure a Sebastião Machado da Costa de um prazo da Comenda de S. Pedro na Requeixada, 11-10-1712.

Carta de Sentença extraída dos autos de libelo reivindicação de que é autor Luis de Mello Tocho de Albergaria de Castro e réus João Carlos de Melo e sua mulher e outros 11-12-1817 [inclui cópia de vários documentos relativos ao património dos Soares Coelho].

Bens de raiz dados a inventário por Luis de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro no juizo de Soure, 1855.

Fontes Impressas

CABRAL, António Vanguerve - *Pratica Judicial muyto util, e necessaria para os que principim os officios de Julgar....*, Lisboa, Carlos Esteves Mariz, 1740.

Constituicoens Synodaes do Bispado de Coimbra, Coimbra, Real Collegio das Artes, 1731.

LARRAGA, Francisco - *Promptuario da theologia moral*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1727; Barcelona, Juan Francisco Piferrer, 1814.

Ordenacoes e Leis do Reyno de Portugal, Lisboa, S.Vicente de Fora, 1747.

Regimento dos Officiaes do Auditorio Ecclesiastico do Bipado de Coimbra, 1592, ed. de 1728.

BIBLIOGRAFIA

ABELES, Marc - *Poder, sociedade, simbólico: ensaio de antropologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ADMAN, Peter; Baskerville, Stephen W.; Beedham, Katherine F. - *Computer-Assisted Record Linkage: or How Best to Optimize Links Without Generating Errors*. "History and Computing", 4, 1, 1992, p. 2-15

AGULHON, Maurice - *La notion de village en Basse-Provence ver la fin de l'Ancien Régime*, In *Actes du quatre-vingt-dixième congrès national des sociétés savantes*, Tome 1, 1996, p. 277-300

ALARCÃO, Jorge - *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra, Faculdade de Letras (Cadernos de Arqueologia; nº2), 1988.

ALMEIDA, Ana Margarida Nunes de - *Trabalho feminino e estratégias familiares.*" Análise Social", 21, 85, 1985, p. 7-44

ALMEIDA, Angela Mendes de - *Casamento, sexualidade e pecado: os manuais portugueses dos séculos XVI e XVII,* "Ler História", 12,1988, p. 3-21

O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores do século XVI e XVII. Lisboa, Rocco Portugal, 1994.

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal. Porto: Livraria Civilização, 1968

AMELANG, James S. - *Vox populi: popular autobiographies as sources for early modern urban history-.* "Urban History", 20, (1 April), 1993, p. 30-42

AMORIM, Maria Norberta - *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias,* Guimarães, E.A., 1982.

Evolução geográfica de três paroquias do sul do Pico (1680-1980). [Braga], Universidade do Minho, [s.d.].

Guimarães 1580-1819: estudo demográfico. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

AMORIM, Maria Norberta; Lima, Luís - *Demografia Histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana.* "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", Angra do Heroísmo, 44, 1986.

ANDERSON, Michael - *Sociology of the family.* [s.l.]: Penguin Books, 1982.

ANDRADE, Amélia Aguiar de - *A mulher na legislação afonsina: o Fuero Real.* In: *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: actas.* Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, p. 243-258

ARAÚJO, Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de - *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830.* Coimbra, [s.n.], 1995. Dissertação de doutoramento em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ARIÉS, Phillippe; Duby, Georges (dir.) - *História da vida privada.* Porto, Edições Afrontamento, 1990.

ARIÈS, Philippe - *Histoire des populations françaises.* Paris, Editions du Seuil, 1971.

ATACK, Jeremy; BATEMAN, Fred; GREGSON, Mary E. - *Matchmaker, Matchmaker, Make Me a Match: A General Personal Computer-Based Matching Program for Historical Research.* "Historical Methods", 25, 2 Spring, 1992, p.53-65.

AUGUSTINS, Georges - *Division égalitaire des patrimoines et institution de l'héritier.* "Archives Européennes de Sociologie", 20, 1,1979, p.127-141

BACCRABERE, Georges - *Visite canonique de l'eveque.* In: *Dictionaire de droit canonique,* dir. R. Naz. Tomo 8. col.s 1512-1594. Paris: Lib. Le Touzey et Ane, 1965.

BANTI, Alberto Mario - *Strategia matrimoniali e stratificacione nobiliare. Il caso di Piacneza (XIX secolo)* . "Quaderni Storici", 22, 1, aprile 1987, p.153-173

BARBOSA, Pedro Gomes - *Cavaleiros do Templo e Cavaleiros de Leiria: a defesa dos campos de Coimbra.* In: *Encontro sobre Ordens Militares,* 1º, Palmela, 1989 -Actas [...]. Palmela, Câmara Municipal, 1991, p. 191-204

BARR, Avron; Feigenbaum, Edward (ed.) - *The handbook of artificial intelligence..* London, Pitman, 1981. vol. 1

BAILEY, F. G. (ed.) - *Gifts and poison: the politics of reputation.* Oxford, Basil Blackwell, 1971

BECHTEL, Guy - *La chair, le diable et le confesseur.* Paris, Plon, 1994.

BERNARD, L - *Relational Theory, SQL and Historical Pratice* In Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II*, Manchester, Manchester University, 1989, p.63-71.

BEST, Heinrich - *Reconstructing political biographies of the past: configurations, sequences, timing, and the impact of historical change.* In: *Informatique et prosopographie: Actes de la Table Ronde du CNRS, Paris, 25-26 Octobre 1984. Textes réunis par Hélène Millet.* Paris, ed. CNRS, 1985, p. 247-260

BETHENCOURT, Francisco - *O imaginário da magia: feiticeiras, saludadores e nigromantes no século XVI.* Lisboa, Universidade Aberta, 1987

As visitas pastorais: um estudo de caso (Entradas 1572-1593). "Revista de História Económica e Social",19, 1987, p. 95-112

A Igreja. In: *História de Portugal.* Dir. José Matoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 149-164

História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994

BEVERIDGE, Andrew; Sweeting, George- *Running Records and the Automated Reconstruction of Historical Narrative.* "Quantum/Historical Social Research", 35, July, 1985, p.31-44.

BICKEL, Michael Allen - *Automatic correction to misspelled names: a fourth - generation language approach,* "Communications of the ACM", 30, (3 March), 1987, p. 224-228

BIDEAU, Alain - *Autoregulating mechanisms in traditional populations.* In:. Keyfitz Nathan (ed.), *Population and Biology*, Liège, 1985, p.117-131.

BOLOGNE, Jean-Claude - *História do pudor.* Lisboa, Editorial Teorema, 1990. Ed. original: Histoire de la pudeur. [s.l.]: Olivier Orban, 1986.

BOUCHARD, Gérard - *L'etude de structures familiales preindustrielles:pour un renversement des perspectives* . "Revue d' Histoire Moderne et Contemporaine", 28, Oct.-Dec., 1981, p. 545-571

Les sistèmes de transmission des avoirs familiaires et le cycle de la société rurale au Québec, du XVIIe. siècle au XXe. siècle. "Histoire Sociale/Social History", 16, 31 (Mai-May), 1983, p.35-60

Current issues and new prospects for computerized record linkage in the province of Québec. "Historical Methods", 25, 2 (Spring), 1992, p. 67-73

BOUCHARD, Gérard; ROY, Raymond - *La reconstituition automatique des familles et le probleme des substitutions nominatives: mesures de rendement,*""Informatique et Sciences Humaines", 56-57, 1982, p. 75-94

BOUCHARD, Gérard; ROY, Raymond; CASGRAIN, Bernard - *Reconstitution automatique des familles: le systéme SOREP.* Chicoutimi,Université du Québec, 2 vol.s, 1985.

BOUCHARD, Gérard; ROY, Raymond; OTIS, Yves - *Registre de population et substituitions nominatives,.* "Population", 3, 1985, p. 473-490

BOUQUET, Mary - *The Differential Integration of the Rural Family.* "Sociologia Ruralis", 24, 1, 1984, p. 65-78

BOURDIEU, Pierre - *Les strategies matromoniales dans le système reproduction.* "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-5 (Jul.Oct.), 1972, p. 1105-1125

Stratégies de reproduction et transmission des pouvoirs. "Actes de la recherche en Sciences Sociales", 105, Dec., 1994, p. 3-12

BRADLEY, Leslie - *An enquiry into seasonality in baptisms, marriages and burials.* "Local Population Studies", (Spring 1970), p. 21-40.

BRANCO, José Barbosa Canais de Figueiredo Castello -*Apontamentos acerca da vila de Soure,*. Lisboa, Academia Real de Ciências, 1851

BREIGER, Ronald L. e Pattison, Philippa - *Cumulated social roles: the duality of persons and their algebras.* "Social Networks", 8, 1986, p. 215-256

BRESSON, Allain - *Graphes et réseaux de parenté en grece ancienne.* In: *Informatique et prosopographie: Actes de la Table Ronde du CNRS, Paris, 25-26 Octobre 1984. Textes réunis par Hélène Millet.* Paris, ed. CNRS, 1985, p. 261-277.

BREURE, Leen, *Interactive Data Entry: Problems, Models, Solutions,* "History and Computing", 7, 1, 1995, p.30-49.

BRIDE, A. - *Honnêteté publique.* In: *Dictionaire de droit canonique,* dir. R. Naz. Tomo 5. col.s 1179-1202. Paris, Lib. Le Touzey et Ane, 1965.

BULST, Neithard, *Prosopography and the computer: problems and possibilities.* In: Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II,* Manchester 1989, p.12-18.

BURKE, Peter - *The historical anthropology of early modern Italy. Essays on Perception and Communication,* Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

CABRAL, João de Pina - *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho.* "Análise Social", 20 , 80, 1º, 1984, p. 97-112

Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural. "Análise Social", 20, 81-82, 2º-3º ,1984, p. 263-284

CALLIER-BOISVERT, C. - *Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal,* "L'Homme", 3, 2 (Avril-Juin), 1968, p. 87-103

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de - *Foz de Arouce no século XVIII: economia agrária e reconversão agrícola.* Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 1989. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARDOSO, A. de Brito - *A diocese de Coimbra: esboço histórico.* Coimbra: [s.n.], 1995.

CARVALHO, Joaquim Ramos de - *As visitas pastorais e a sociedade de antigo regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social.* Trabalho de síntese apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, 1985.

A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime. "Revista Portuguesa de História", 24, 1990, p. 121-163.

Soluzioni informatiche per microstorici. "Quaderni storici". 78, 1991, p. 761-792.

CARVALHO, Joaquim; PAIVA, José Pedro -*A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII.* "Ler História", nº 15 (1989), p. 29-41.

CASEY, James - *História da Família.* [Lisboa], Círculo de Leitores, 1996. Ed. original: The History of the family. [s.l.]: [s.n.], 1989

CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva -*Visitações da ordem de Cristo até finais do século XVI,* (comunicação apresentada ao II Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2-4 de Outubro de 1992).

CASTRO, Armando de - *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834).* Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

CATALANO, Gaetano e Martino, Federico - *Potestà civile e autorità spirituale in Italia nei secoli della riforma e controriforma.* Milano, Giuffrè Editore, 1984.

CHACON, F. (ed.) - *Familia y sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX.* Murcia, Universidad de Murcia, 1987.

CHAMOUX, Antoinette - *La reconstituition des familles: espoirs et réalités.* "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-5 (Jul.Oct.), 1972, p. 1083-1090.

CHARBONNEAU, Hubert; Lavoie, Yolande; Legare, Jacques - *Étude des caracteristiques nominatives dans l'état civil et les recensements canadiens du XVIIème siècle.* "Annales Demographie Historique", 1972, p. 269-295

CLAVERIE, Elisabeth - *Les défis d'honeur. Ribennes en Gévaudan (1650-1830),* "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 34, 4 (Jul.Oct.), 1979, p. 744-759

CLAVERIE, Elisabeth e Lamaison, Pierre - *L'impossible marriage: violence et parenté en Gévaudan, 17, 18 et 19 siècles.* [s.l.], Hachette, 1982.

CLUBB, J.M. e SCHEUCH, E.K. - *Historical Social Research.* Stuttgart, Klett Cota, 1980.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *O baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural.* Coimbra: Faculdade de Letras, 1983. 2 vols. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Homens, espaços e poderes: séculos XI a XVI. 2 vol.s Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes.* Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

COHEN, Paul R. & Feigenbaum, Edward (ed.) - *The handbook of artificial intelligence.* Vol. 3. London: Pitman, 1982.

CONCEIÇÃO, A. Santos - *Terras de Montemor-o-Velho.* Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1992.

- *Soure.* Coimbra: [s.n.], 1942.

CONNOLY, S. J. - *Illegitimacy and Pre-nupcial pregnancy in Ireland before 1864: the Evidence of Some Catholic Parish Registers.* "Irish Economic and Social History", 4, 1979, p. 5-23.

CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - *Las relaciones extraconyugales en la sociedad castellana bajomedieval,* "Anúario de estudios medievales", 16, 1986, p. 571-619.

COSTA, Fernando Marques da; Domingues, Francisco Contente; Monteiro, Nuno Gonçalo (org.) - *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850),* Lisboa, Vega, 1989.

CUNHA, Lúcio - *As grandes linhas de desenvolvimento do relevo na área de Soure* in "Locus", nº 1, 1986, p.25-32.

As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

DAUBÉZE, Yvette; Perrot, Jean-Claude - *Un programme d'étude démographique sur ordinateur.* "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-5 (Jul.Oct.), 1972, p. 1047-1070.

DELPHY, Christine - *La transmission du statut à Chardonneret.* "Ethnologie Française", 4, 1974, p. 47-66

DELUMEAU, Jean; Roche, Daniel (dir.) - *Histoire des pères et de la paternité.* Paris, Larousse, 1990

DELUMEAU, Jean - *Le catholicisme entre Luther et Voltaire.* Paris, Presses Universitaires de France, 1979

Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident XIII-XVIII siécle. Paris, Fayard, 1983.

DENLEY, Peter; FOGELVIK, Stefan; HARVEY, Charles (eds), *History and Computing II,* Manchester, Manchester University Press, 1989

DEPAUW, Jacques-*Amour illégitime et société à Nantes au XVIIème siècle.* "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-7 (Jul.Oct.), 1972, p. 1155-1182

DEROSAS, Enzo - A *trentacinque anni dalla "scheda" di Dal Pane: un'applicazione dell'informatica alle fonti catastali.* "Quaderni storici". 78, 1991, p. 721-760

DESCAMPS, Paul - *Le Portugal: la vie sociale actuelle.* Paris, Firmin-Didot et c.ie, [s.d.]

DIAS, João José Alves - *As comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo na Idade Média.* In: *Encontro sobre Ordens Militares, 1º, Palmela, 1989 -Actas [...].* Palmela, Câmara Municipal, 1991, p. 101-114.

DIAS, Pedro - *Visitações da ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos.* Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1979.

DIEHL, Robert - *Agricultura geral.* Lisboa, Clássica Editora, 1989.

Discussion sur l'origine des noms de famille - Discussion finale de la 3ème section du Congrés: techniques et méthodes en démographie historique XVIème-XVIème siècles, Florence, 1-3 Oct. 1971. "Annales Demographie Historique", 1972, p.365-383.

DUBY, Georges (introd) - *Amor e sexualidade no Ocidente.* Lisboa, Terramar, 1992. Ed. original: Amour et sexualité en Occident. Paris: Société d'Éditions Scientifiques, 1991

DUBY, Georges - *El amor en la Edad Media y outros ensaios.* Madrid, Alianza Editorial, 1990.

DUMAS, Auguste - *Jurisdiction Eclésiastique,.* In: *Dictionaire de droit canonique,* dir. R. Naz. Tomo 6. col. 236-284, Paris: Lib. Le Touzey et Ane, 1957.

DUMÉZIL, Georges - *Marriages indo-européens suivi de quinze questions romaines.* Paris, Payot, 1979.

DUPÂQUIER, Jacques; DEMONET, M. - *Ce qui fait les familles nombreuses*, "Annales: Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-7 (Jul.Oct.), 1972, p. 1025-1046

DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU; Alain e DUCREUX, Marie-Elizabeth (eds.) - *Les Prénom, mode et histoire - entretiens de Mahler 1980*. Paris: Édittions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984

DURÃES, Margarida - *Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota séculos XVIII-XIX*. In: *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: actas*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1985. p. 117-134.

Herdeiros e não herdeiros: nucpcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta. "Revista de História Económica e Social", 21, [1987], p. 47-56

ELIAS, Norbert - *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

Encontro sobre ordens militares, 1º, Palmela, 1989 - As ordens militares em Portugal: actas do 1º encontro sobre ordens militares: Palmela 3, 4 e 5 de Março de 1989. Palmela, Câmara Municipal, 1991.

ENNALS, Richard - *Artificial intelligence: aplications to logical reasoning and historical research*, Chinchester, Ellis Horwood Limited, 1985.

FEIJÓ, Rui Graça e BRANDÃO, Maria de Fátima - *Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas*. "Análise Social", 20, 83, 4º,1984,, p. 489-503.

FELLEGI, Ivan; SUNTER Alan - *A Theory for Record Linking*, "Journal of the American Statistical Association", 64, 1969, p. 1183-1210.

FERRÃO, Manuela - *Os arquivos das misericórdias*, "Cadernos BAD", 1-2, 1990, p.63-66

FILLON, Anne - *Les trois bagues aux doigts: amours villageoises au XVIII siecle*. Paris, Éditions Robert Laffont, 1989.

FLANDRIN, Jean- Louis - *L'attitude à l'égard du petit enfant et les conduites sexuelles dans la civilization occidentale*, "Annales Demographie Historique", 1973, p. 143-210

Les amours paysannes. Amour et sexualité dans les campagnes de l'ancienne France: XVI- XIX siècle. [s.l], Éditions Gallimard, 1975.

Un temps pour embrasser: aux origines de la morale sexuelle occidentale. Paris, Éditions du Seuil, 1983

Familles: parenté, maison, sexualité dans l'ancienne societé. Paris, Éditions du Seuil, 1984.

FLANDRIN, Jean-Louis e WALL, R. - *Les caracteristiques de la famille occidentale et leur anciennete.* , "Revue d' Histoire Moderne et Contemporaine", 25, (Juillet-Sept.), 1978, p. 476-480.

FLEURY, Michel; HENRY, Louis - *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 3ªed, 1985

FLINN, Michael W. - *El sistema demográfico europeo, 1500-1820.* Barcelona, Editorial Crítica, 1989. Ed. original: The european demographic system, 1500-1820. Baltimore, the John Hopkins University Press, 1981

FONSECA, Helder Adegar - *Senhorio, rendeiros e foreiros.* "Ler História", 2, 1983, p. 15- 40

FRIEDL, John; Ellis, Walter S. - *Celibacy, Late Marriage and Potential Mates in a Swiss Isolate,* In Kaplan, Bernice A. (ed) - *Anthropological Studies of Human Fertility*. Detroit, Wayne State University Press, 1976, p. 23-35

GACTO FERNÁNDEZ, Enrique -*La filiación no legítima en el Derecho histórico español,* Sevilha, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1969. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras - *Nobiliário das famílias de Portugal*, Braga, oficina Grafica da "Pax", 1938.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Garcia et al. - *Organización social del espacio en la Espana medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona, Ariel, 1985.

GEMELLI, Giuliana; Malatesta, Maria (introd.) - *Forme di sociabilitá nella storiografia francese contemporanea.* Milano, Feltrinelli, 1982.

GENET, Jean-Philippe; Hainsworth, Michael - *PROSOP: un système de traitement automatique des donées prosopographiques.* In: *Informatique et prosopographie: Actes de la Table Ronde du CNRS, Paris, 25-26 Octobre 1984. Textes réunis par Hélène Millet*. Paris, ed. CNRS, 1985, p. 279-291

GIBBONS, Alan - *Algorithmic graph theory.* Cambridgde, Cambridge University Press, 1985.

GINZBURG, C.; PONI, C. - *Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico.* "Quaderni Storici", 14, 1 (Gennaio-aprile), 1979, p. 181-190

GIRÃO, Amorim - *Densidade da população por freguesias.* "Biblos", 25, 1949, p. 355-387

GNEDENKO, B. - *The theory of probability.* [s.l.], Mir Publishers, 1976.

GODINHO, Vitorino Magalhães -*A estrutura na antiga sociedade portuguesa.* Lisboa, Editora Arcádia, 1971.

GOMES, Saul António - *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra. I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.* Porto, Separata de"Estudos Medievais", 1988

GOMEZ, Francesco; LOMBARDINI, Sandro - *Reti di relazioni: metodi di analisi su una base di dati storici.* "Quaderni storici", 78 , 1991, p. 793-812.

GONÇALVES, Nogueira A.; CORREIA, Virgílio - *Inventário Artístico de Portugal — IV. Distrito de Coimbra,* Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1953

GOODY, Jack R. - *The development of the family and marriage in Europe.* Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

HAJNAL, John - *Age at marriage and proportions marrying.* "Population Studies", 1955, p. 111-136.

European marriage pattern in perspective . Glass, D.V.; D.E.C. Eversley (ed.s) - *Population in History,* 1965

HARRIS, Marvin - *Vacas, cerdos, guerras y brujas: los enigmas de la cultura.* Madrid, Alianza Editorial, 1995. Ed. original: Cows, pigs, wars and witches: the riddles of culture.

HARRIS, Marvin; ROSS, Eric B. Ross - *Muerte, sexo y fecundidad: la regulación demográfica en las sociedades preindustriales y en desarollo.* Madrid, Alianza Editorial, 1991. Ed. original: Death, sex and fertility: population regulation in preindustrial and developing societies, [s.l.]: Columbia University Press, 1987

HARTLAND, P.; Harvey, C. - *Information Engineering and Historical Database,* In Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II,* Manchester, Manchester University, 1989. p.44-62.

HARVEY, Charles; GREEN, Edmund M; CORFIELD, Penelope - *Record Linkage Theory and Practice: an experiment in the Application of Multiple Pass Linkage Algorithms.* "History & Computing", 8, 2, 1996, p. 78-89

HENRY, Louis - *Simulation d'une reconstitution de familles par ordinateur.* "Annales Demographie Historique", 1972, p. 303-309

Variations des noms de famille et changements de prènon. Problèmes qui en résultent pour le couplage automatique des données. "Annales Demographie Historique", 1972, p. 245-250

HERSHBERG, Theodore; BURSTEIN, Alain; DOCKHORN, Robert - *Record Linkage.* "Historical Methods Newsletter", 9, 2-3, 1976, p.137-163.

HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal séc. XVII.* Rio de Mouro, Ed. autor, 1986. 2 vol.s

IMHOF, Arthur E. - *Reconstructing Biological Frameworks of Populations in the Past.* In Clubb, J.M. ; Scheuch - *Historial Social Research*, 1980, p. 71-83

JANA, Ernesto José Nazaré - *Fundamentos da nova ordem de Cristo,* (comunicação apresentada ao II Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2-4 de Outubro de 1992), 1992.

JARO, Matthew A. - *Probabilistic linkage of large public health data files.* "Statistics in Medicine", 14, 1985, p. 491-498.

JOMBART, É. - *Pêcheur Public,* In *Dictionaire de droit canonique,* Dir. R. Naz, tomo 6 , 1957, col 1286-1292

Concubinage, In *Dictionaire de droit canonique,* Dir. R. Naz, tomo 3, 1957, col 1513-1524

KAPLAN, S.L. - *Note sur les comissaires de police de Paris au XVIIIe siecle.* "Revue Histoire Moderne et Contemporaine", 27, Oct.Dec., 1981.

KARWEIT, Nancy; KERTZER, D. - *Database management for life course family research,* In: *Current perspective in Aging and the Life Cycle,* Jai Press Inc., 1986, vol.2 p.167-188.

KERSCHBERG, Larry (ed)-*Expert Database Systems, Proceedings from the First International Workshop..* (Benjamin/ Cummings Series in Database Systems and Applications). Menlo Park, Ca, 1986.

KHERA, Sigrid - *Illegitimacy and Mode of Land Inheritance Among Austrian Peasants,* in "Ethnology", 20, 1981, pp.307-323.

KING, Steven - *Historical Demography, Life-cycle Reconstruction and Family Reconstitution: New Perspectives,* "History and Computing", 8, 2, 1996, p. 62-77.

KLOVDAHL, Alden S. - VIEW_NET: *A new tool for network analysis,* "Social Networks", 8, 1986, p 313-342.

KNOKE, David; KUKLINSKI, James H. - *Network analysis.* Beverly Hills, Sage Publications (Quantitative Applications in the Social Sciences)., 1982.

LADURIE, Emmanuel Le Roy - *Os camponeses do Languedoc.* Lisboa: Editorial Estampa, 1997. [ed. original: Les paysans du Languedoc, Paris: Flammarion, 1969].

Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324). Lisboa, Edições 70, [s.d.]. [Ed. original: *Montaillou, village occitan de 1294 à1324.* [s.l.], Éditions Gallimard, 1975.

L'argent, l'amour et la mort en pays d'oc. Paris, Éditions du Seuil, 1980.

LASLETT, Peter; OOSTERVEEN, Karla - *Long term trends in bastardy in England: a study of the illegitimacy figures in the parish register and in the reports of the Registrar General.* "Population Studies", 27, 2, 1973.

LASLETT, Peter; OOSTERVEEN, Karla e SMITH, Richard M. (ed) - *Bastardy and its comparative history.* London, Edward Arnold, 1980.

LAZIMY, Rafael - *E2R Model and Object-Oriented Representation for Data Management, Process Modeling, and Decision Support..* In: Lochovsky, Frederick (ed)-*Entity-Relationship approach to database design and querying. Proceedings of the Eight Internacional Conference on Entity-Relationship Approach,* Amsterdam, North-Holland, 1990, pp. 129-151.

LE GOFF, Jacques et all. - *A nova história*. Lisboa, Edições 70, [s.d.].

LEBRUN, François - A *vida conjugal no antigo regime*. Lisboa: Edições Rolim, [s.d.]. [ed. original: Colin, Armand - La vie conjugale sous l'ancien regime. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

LEE, W. R. - *Bastardy and the Socioeconomic Structure of South Germany*, in *Journal of Interdisciplinary History* , 7, 3 Winter, 1977, p.403-425.

LEVI, Giovanni - *Le pouvoir au village. Histoire d'um exorciste dans le Piémont du XVIII siécle*. [s.l.], Éditions Gallimard, 1989. [Ed. original: *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del seicento*. Torino: Giulio Einaudi, 1985].

LEVI-STRAUSS, Claude - *The family* . In Shapiro, Harry L. - *Man, Culture, and Society*. London, Oxford University Press, 1971, p. 333-357

LEVINE, David; WRIGHTSON, Keith - *The social context of illegitimacy in early modern England*,.In: Laslett, Peter; Oosterveen, Karla e Smith, Richard M. (ed) - *Bastardy and its comparative history*. London: Edward Arnold, 1980, p 158-175.

LIND, Gunner - *Lives in the Computer: A Short Guide to databases in Historical Research, especially Prosopography*. manuscrito não publicado, versão 0.2, Junho 1993 (utilizado com permissão do autor).

LOPES, Maria Antónia - *Notas para o estudo do papel social da mãe: representações e normas no Teatro de Manoel de Figueiredo*. separata da "Revista Portuguesa de História", 24 (1990).

LOTTIN, Alain et al - *La Desunion du Couple sous l'Ancien Regime. L'Exemple du Nord*. Lille, Editions Universitaires, 1975.

LOTTIN, Alain-*Naissances illegitimes et filles-meres a Lille au XVIIIème siecle*. "Révue d'histoire moderne et contemporaire", 17, Av-Juin, 1970, p. 278-322.

LUHMANN, Niklas - *El amor como pasión: la codification de la intimidad*. Barcelona, Ediciones Península, 1985. Ed. original: Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimitat. Frankfurt: Suhrkamp Verlang, 1982.

LUSEBRINK, Hans-Jurgen - *Images et representations sociales de la criminalite au XVIIIe siecle: l'exemple de Mandrin*. "Revue d' Histoire Moderne et Contemporaine", 26, Juil-Sept., 1979, p. 345-364.

MACFARLANE, Alan - *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge, Cambridge University Press. 1977.

Demographic Structures and Cultural Regions in Europe. "Cambridge Anthropology" , 6, 1-2, 1980, p. 1-17.

Marriage and love in England: 1300-1840. Oxford, Basil Blackwell, 1986.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *A sociedade*. In Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III, p.469-509.

MALINOVSKI, Bronislaw - *Crime and Custom in Savage Society*, Londo,: Kegan Paul, 1926.

MARCÍLIO, Maria Luisa - *La ville de São Paulo: peuplement et population 1750-1850 (d'aprés les registres paroissiaux et les recensements anciens)*, Rouen: [s.n.], 1968.

MARKOWITZ, Victor; Shoshiani, Arie - *Name Assignment Techniques for Relational Schemas Representing Extended Entity-Relationship Schemas*. In Lochovsky, Frederick (ed)- *Entity-Relationship approach to database design and querying. Proceedings of the Eight Internacional Conference on Entity-Relationship Approach*. Amsterdam, North-Holland, 1990, p. 75-93.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da agricultura em Portugal*. Lisboa, Edições Cosmos, 1968

MARTINS, Alfredo Fernandes - *Em prol dos campos do Mondego.* "Cadernos de Geografia",. 3, 1984, p. 3-19.

Esta Coimbra... Alguns apontamentos para uma palestra. "Cadernos de Geografia",. 1, 1983, p. 35-78.

O esforço do homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico. Coimbra, Ed. de A., 1940.

MATOSO, José - *A escrita da história.* Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Introdução à geografia de Portugal.* Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

MERCHAN FERNANDEZ, Carlos - *Gobierno municipal y administracion local en la espana del antiguo regimen.* Madrid, Editorial Tecnos, 1988.

MERZARIO, Raul - *Anastasia, ovvero la malizia degli uomini.* Roma, Editori Laterza, 1992.

MICHELET, Bertrand-*L'analyse des associations.*, Paris, CDST/CNRS, 1987.

MILLET, Hélène (dir.) -*Informatique et prosopographie: Actes de la Table Ronde du CNRS, Paris, 25-26 Octobre 1984, textes réunis par Hélène Millet* . Paris: ed. CNRS, 1985.

MOLINIER, A. - *Enfants trouvés, enfants abandonnés et enfants illégitimes en Languedoc au XVIIe et XVIIIe siécles* . Paris: [s.n.], 1973.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os comendadores das Ordens Militares (1668-1832),* (comunicação apresentada ao II Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2-4 de Outubro de 1992)

Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia, in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.333-379.

MORICEAU, J. M. - *Mariages et foyers paysans aux XVIe et XVIIe siecles: l'exemple des campagnes du sud de Paris.*. "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine", 28, Juil.-Sept., 1981, p. 481-502.

MORRIS, R. J. - *Does 19th century nominal record linkage have lessons for the machine-readable century.* "Journal of the Society of Archivists", 7, 8, 1983, p. 503-512.

MOTA, Guilhermina - *O trabalho feminino e o comércio em Coimbra: séculos XVII-XVIII. Notas para um estudo.* In: *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: actas,*. Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, p. 351-368.

Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801, Separata de "Revista Portuguesa de História", 24, 1990

NAYLOR, Chris - *How to build an inferencing engine.* In: Forsyth, Richard (ed) - *Expert Systems. Principles and Case Studies.* London, Chapman & Hall, 1984. p. 63-88

NEAPOLITAN, Richard E. - *Probabilistic reasoning in expert systems: theory and algorithms.* New York, John Wiley & Sons, 1990.

NETO, Margarida Sobral - *Terra e conflito: região de Coimbra (1700-1834).* Viseu, Palimage Editores, 1997.

NEWCOMBE, H. B. - *Record Linking: The Design of Efficient Systems for linking Records into Individual and Family Histories.* "American Journal of Human Genetics",19, 3, part 1, 1967, p. 335-359

NEWCOMBE, H. B. et al. - *Automatic linkage of Vital Records.*. "Science", 130 , October, 1959, p.954-959

O'NEILL, Juan Brien - *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978).* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984. Ed. original: *Social hierarchy in a Northern Portuguese Hamlet,* 1870-1978. Tese de doutoramento em Antropologia Social na London School of Economics, 1982

OESTERLE, G. - *Inceste* . In *Dictionaire de droit canonique,* Dir. R. Naz, tomo 5, 1957, col 1297-1313

OHLIN, G. - *Mortality, marriage and growth in Pre-industrial Populations.* "Population Studies", 14, 1961 , p.190-197

OLIVAL, Maria Fernanda - *O dispositivo linhagístico e a atribuição das comendas de Avis (1551-1670): perspectivas de análise* . Sep. de Primeiras Jornadas de História Moderna, Lisboa, 1986

Para uma análise sociológica das ordens militares no Portugal de antigo regime (1581-1621). Lisboa, [s.n.], 1988. 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Para o estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621). Encontro sobre Ordens Militares, 1º, Palmela, 1989 -Actas [...]. Palmela, Câmara Municipal, 1991, p. 233-244.

OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640,* 2 vol.s, Coimbra, 1971.

Estrutura Social de Coimbra no século XVI, in "Actas do Simpósio Internacional do IV Centenário da morte de João de Ruão.", Coimbra, Epartur, 1982, p.57-95.

OST, François e Kerchove, Michael van de - *Bonnes moeurs, discours pénal et rationalité juridique: essai d'analyse critique.* Bruxelles, Publications des Facultes Universitaires Saint-Louis, 1981.

PAHN, M. L. - *Les déclarations de grossesse en France: XVI-XVII siècles: essai institutionnel.* "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine", 21, Jan.-Mar., 1975, p. 61-88.

PAIVA, José Pedro - *Inquisição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?.* "Revista de História das Ideias", vol. 11 (1989), p. 85-102.

O papel dos mágicos nas estratégias do casamento e na vida conjugal na diocese de Coimbra (1650-1730), "Revista Portuguesa de História", 24, 1990, p.166-188.

A administração diocesana e a presença da igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. Separata de Lusitania Sacra, 2ª série, 3, 1991.

Práticas e crenças mágicas. O medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740). Coimbra, Livraria Minerva, 1992.

Uma instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal. "Revista de História das Ideias", 15, 1993, p. 637-661.

Bruxaria e superstição num país sem "caça às bruxas": Portugal 1600-1774. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PAZ ALONSO, Maria; HESPANHA, António Manuel - *Les peines dans les pays ibériques* . In *Transactions of the Jean Bodin Society for comparative institutional history*, 57, *Third Part, Europe since the 18th Century*, 1989, p.195-225.

PERES ESCOHOTADO, Javier - *Sexo e inquisicion en Espana.* Madrid, Editiones Temas de Hoy, 1992.

PERISTIANY, J.G. - *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PHAYER, Michael J. - *Sexual Liberation and Religion in the nineteenth Century Europe.* London, Croom Helm London Rowman and Littlefield, 1977.

PINTO, Ercília -*O marquês de Pombal. Lavrador e autodidacta em Soure.* Coimbra, E.A.., 1967.

PINTO, José Madureira - *Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais,* "Análise Social", 66, 2º, 1981, p. 199-229.

PONI, Carlo - *Azienda agraria e microstoria,* "Quaderni Storici",13, 3 (Sett.-Dic.), 1978, p. 801-805.

POUNDS, Norman J. G. - *La vida cotidiana: historia de la cultura material.* Barcelona, Editorial Crítica, 1992. Ed. original: Hearth and Home: a history of material culture. Bloomington, Indiana University Press, 1989

QUAIFE, G.R. - *Wanton Wenches and Wayward Wives: Peasants and Illicit Sex in Early Seventeenth Century England,* London, Croom Helm, 1979

QUÉNIART, Jean - *Les hommes, l'église et dieu dans la France du XVIII siécle.* [s.l.], Hachette, 1978

RANDLES, W. G. L. et al. - *Para uma história antropológica.* Lisboa: Edições 70, 1978.

RAPP, Francis - *Le rôle des paroisses dans l'encadrement religieux des fidèles (XIIIe-XVIe siècles).* In Yardeni, Myriam (dir.) - *Idéologie et propagande en France. Colloque organisé par l'Institut d'Histoire et de Civilisation française de l'Université de Haïfa.* Paris, Picard, 1987, p. 75-86

REITZ, Karl P. - *Using log linear analysis with network data: another look at Sampson's monastery.* "Social Networks ", 4, 1982, p. 243-256

REUBAND, Karl-Heinz - *Life Histories: Problems and Prospects of Longitudinal Designs.* In Clubb, J.M.; Scheuch, E.K. (editors): *Historical Social Research,* Stuttgart, Klett Cota, 1980, p. 135-163.

RIBEIRO, Orlando - *A formação de Portugal.* Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987

Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986

Opúsculos geográficos. Volume I: síntese e método. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989

RICE, Ronald E. e Barnett, George A. - *Longitudinal non-euclidean networks: applyinng Galileo.* "Social Networks" 7, 1985, p. 287-322

RICHARDS, William D. e Rice, Ronald E. - *The NEGOPY network analysis program,* "Social Networks" , 3, 1981, p. 215-223.

ROCHE, Daniel; Goubert, Pierre - *Les français et l'ancien régime.* Paris: Armand Colin, 1984

RODRIGUES, José Damião - *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII.* Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994

RODRIGUES, Manuel Augusto - *D. Fr. Baltasar Limpo: ínsigne bispo e teologo português do século XVI: a sua participação no Concílio de Trento.* Sep. de: "Theologica", Braga, 15(1-2), 1980

A Inquisição e o cabido da Sé de Coimbra: 1580-1640. Sep de: "Arquivo Coimbrão", 27-28, 1980

Pombal e D. Miguel da Anunciação: bispo de Coimbra. " Revista de História das Ideias, 4 -1 (1982), p. 207-298

D. Miguel da Anunciação e o cabido da Sé de Coimbra. Sep. de "Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra", 5, 1983

D. Francisco de Lemos e o cabido da Sé de Coimbra. " Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra"., 9, 1987, p. 1-119

ROQUE, João Lourenço - *Subsídios para o estudo da "Revolta" em Portugal no século XIX: alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860).* "Revista de História das Ideias", 7, 2, 1985, p. 243-280

ROSA, Maria de Lurdes - *O morgadio em Portugal: sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico.* Lisboa, Editorial Estampa, 1995. Dissertação de mestrado em História medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

ROWLAND, Robert - *Robinson por computador? MacFarlane e as origens do individualismo inglês.* "Ler História", 5, 1985, p. 83-104

Antropologia, história e diferença: alguns aspectos. Porto, Edições Afrontamento, 1987

L'informatica e il mestiere dello storico, "Quaderni storici". 78, 1991, p. 693-720.

Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada, "Ler História", 3, 1984, p. 13-32

ROY, Raymond; POUYEZ, Cristian; MARTIN, François - *Le jumelage du données nominatives dans les recensements: problémes et méthodes.* "Histoire Sociale / Social History ", 13, 25 (Mai), 1980, p. 173-193.

RUFF, Julius R. - *Crime justice and public order in old regime france.* London, Croom Helm, 1984.

RUFFIÉ, Jacques - *Le sexe et la mort.* [s.l.], Editons Odile Jacob, 1986.

SÁ, Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *A mulher e a estruturação do património familiar*. In: *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: actas*. Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985. p. 91-116.

SÁ, Isabel Cristina dos Guimarães - *A casa da roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)*. "Revista da Faculdade de Letras - História", 2ª série, 2, 1985, p. 161-199.

SALITOT-DION-*Évolution économique, cycle familial et transmission matrimoniale à Nussey*. " Études rurales", Oct. Déc., 1977, p. 23-53.

SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e económicos, vol.I: as vilas do norte de Portugal*. Lisboa, Vega, [s.d.].

SANDSTRÖM, Göram; SUDIN, Jan - *Computer Analysis of Life Histories from Swedish Chuch Records: a Case Study from the Demographic Database at Umeå University*. In Clubb, J.M.; Scheuch, E.K. (editors): *Historical Social Research*, Stuttgart, Klett Cota, 1980, p. 192-202

SANTOS, Eugénio dos - *Os livros de visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem*. Porto: [s.n.], 1979

Missões e missionários do interior da região de Guimarães. Sep. Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 3, 1981, p. 219-236.

Missões do interior em Portugal na época moderna: agentes, métodos e resultados. Sep. Arquipélago. Série ciências humanas, 6, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1984, p. 29-65.

SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729: ensaio de demografia histórica*. Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1979.

SCHOFIELD, R. S. - *La reconstituition de la famille par ordinateur* . "Annales Économies, Sociétés, Civilisations", 27, 4-5 (Jul.Oct.), 1972,p. 1071-1082

Automatic Family Reconstitution. "Historical Methods", 25, 2 (Spring), 1992, p. 75-79

SCHOLZ, Johannes-Michael - *Estado actual da investigação da História Jurídica moderna em Espanha e Portugal.* Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.

Legislação e Jurisprudência em Portugal nos Séc.s XVI a XVIII. "Sientia Ivridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro", 25, 1976, p. 513-587.

SCHRÖDER, Wilhelm Heinz - *Quantitative Analyses of Collective Life Histories: the Case of the Social Democratic Candidates for the German Reichstag 1898-1912..* In Clubb, J.M.; Scheuch, E.K. (eds): *Historical Social Research*, Stuttgart, Klett Cota, 1980, p. 203-244.

Sensibilité religieuse et discipline ecclesiastique. Les visites pastorales en territoires protestants (Pays Rhénans, Comté de Montbéliard, Pays de Vaud) XVIe-XVIIIe siècles,. Strasbourg, Lib. Istra, 1957.

SHORTER, E.; KNODEL, J. ; VAN DE WALLE, E. - *The decline of non-marital fertility in Europe, 1880-1940.* "Population Studies", 25, 3, 1971, p. 375-393.

SHORTER, Edward - *Illegitimacy, sexual revolution and social change in modern Europe.* "Journal of Interdisciplinary History", 2, Autum, 1970, p. 237-272.

Naissance de la famille moderne: XVIII-XX siècle. Paris, Éditions du Seuil, 1977. Ed. original: The making of the modern family. New York, Basic Books, 1975

SILVA, André Mansuy Diniz da - *Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies (sources, méthodes - études de cas)*, Clio, 1, 1979, p.21-65.

SILVA, Francisco Vaz da - *Aspectos do compadrio*. In: *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa, INIC: Centro de Estudos de Etnologia, 1989, p. 861-898.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e -*A Ordem de Cristo sob o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*. Porto: [s.n.], 1989. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Concórdia entre o "Mestre" de Cristo e o concelho de Tomar no século XV. Encontro sobre Ordens Militares, 1º, Palmela, 1989 -Actas [...]. Palmela: Câmara Municipal, 1991, p. 273-302.

Soure, uma mui antiga terra da Estremadura, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Câmara Municipal de Soure, 1996.

SILVA, José Gentil da - *A mulher e o trabalho em Portugal*. In: *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: actas*. Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985. p. 263- 308.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D.Maria I e D. João VI*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

SOARES, Franquelin Neiva - *A Arquidiocese de Braga no século XVII: sociedade e mentalidade pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga, [s.n.], 1993, 2 vols.

SOARES, Sérgio Manuel Coimbra Gonçalves - *O município de Coimbra da restauração ao pombalismo: poder e poderosos na Idade Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995, 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOHN, Anne-Marie-*Les roles feminins dans la vie privee: approche methodologique et bilan de recherches..* "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine, 28, Oct-Dec., 1981, p. 597-623

SOLÉ, Jacques - *L'amour en Occident à l'époque moderne.* Paris, Editions Albin Michael, 1976

SPAGNOLI, Paul G. - *Population History from Parish Monographs: the problem of local demographic Variations..* "Journal of Interdisciplinary History", 7, 3 (Winter), 1977, p. 427-452

SREECH, L. - *Quelques aspects du marriage au XVIeme siècle (Misogynie et misogamie - Droit Romain et droit canon).* Montpèlier: [s.n], 1978.

STONE, Lawrence - *The family, sex and marriage in England 1500-1800.* London, Penguin Books, 1984

THALLER, Manfred - *Possiamo permetterci di usaze il computer? Possiamo permetterci di non usarlo?.* "Quaderni Storici", 60, 3 (Dic.), 1985, p. 871-889.

A draft proposal for a standard for the coding of Machine Readable Sources. "Historical Social Research / Historische Sozial forchung", 40, 1986, p. 3-46.

The need for a Theory of Historical Computing In: Denley, Peter; Fogelvik, Stefan; Harvey, Charles (eds), *History and Computing II*, Manchester 1989, p.2-11.

Kleio: a database system. Gottingen: Max-Planck-Institut, 1993.

The archive on top of your desk. "Historical Methods", vol. 28 (Jun 1995), p. 133-152.

THESTRUP, Poul - *Methodological Problems of a Family reconstruction Study in a Danish Rural Parish Before 1800.* "Scandinavian Economic History Review", 20, 1972, p. 1-26

TILLY, C. - *Neat analyses of untidy processes,* "International Labour and working Class history ", 27, 1983 , p. 4-19.

TREVOR-ROPER, H.R. - *Religião, reforma e transformação social.* Lisboa: Editorial Presença, [s.d.]. Ed. original: Religion, the reformation and social change. [s.l.]: [s.n.], 1972

TUCHERMAN, Luiz, et all. - *A Proposal for Formalizing and Extending the Generalization and Subset Abstractions in the Entity-Relationship Model.*. In: Lochovsky, Frederick (ed) - *Entity-Relationship approach to database design and querying. Proceedings of the Eight Internacional Conference on Entity-Relationship Approach*, Amsterdam, North-Holland, 1990, p. 27-41

TURCHINI, Angelo; Mazzone, Umberto(cura) *Le visite pastorali.*. Bologna, il Mulino, 1985.

VAINFAS, Ronaldo (org.) - *História e sexualidade no Brasil.* Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

VAQUINHAS, Maria Irene - *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918.* Porto, Edições Afrontamento, 1995.

VASCONCELOS, José Leite de - *Etnografia Portuguesa.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1967.

VEIGA, Isabel Alte da; CARVALHO, Joaquim Ramos de - *Técnicas de cruzamentos de fontes.*. In: *História e Informática. Actas das Sessões do IV Encontro Nacional de História e Informática,* APHI, ESES, Setúbal, 1993 p.223-244.

VOTH, Hans-Joachim - *Seasonality of conceptions as a source for historical time budget analysis.* "Historical Methods",. 27, June 1994, p. 127-137.

WILLEMS, Emilio - *On portuguese Family Structure.* "International Journal of Comparative Sociology ", 3, 1,1982, p. 67-79.

WILLIGAN, J. Dennis; Lynch, Katherine A. - *Sources and Methods of Historical Demography.*. New York: [s.n], 1982.

WINCHESTER, Ian - *A brief survey of the algoritmic, mathematical and philosophical literature relevant to historical record linkage.* In: Wrigley, E.A. (ed)-*Identifying People in the Past*, London, Edward Arnold, 1973.

The linkage of Historical Records by Man and Computer: Techniques and problems, "Journal of Interdisciplinary History", 1, 1979, p. 107-124.

What every Historian needs to know about record linkage for the microcomputer era.. "Historical Methods", 25, Sep 1992, p.149.

WINKLER, Robert L. -*An Introduction to Bayesean Inference and Decision*, New York, Holt Rinehart and Wiston (Series in Quantitative Methods for Decision Making), 1972.

WOOLF, Stuart Joseph -*The poor in Western Europe in the eighteenth and nineteenth centuries*, London, Methuen, 1986.

Charity and family subsistence: Florence in the nineteeth century. "Mélanges de l'école française de Rome", 99, 2, 1987, p. 917-934.

WRIGHTSON, Keith; LEVINE, David, *Poverty and Piety in an English Village. Terling, 1525-170,* New York, Academic Press, 1979.

WRIGLEY, E. A. - *Identifying People in the Past*, London, Edward Arnold, 1973

WRIGLEY, E. A. ; Schofield, R. - *The population history of England 1541-1871. A reconstruction*, Londres, Edward Arnold, 1981

English Population History from Family Reconstitution: Summary Results 1600-1799.. "Population Studies", 37, 1983, p. 157-184

XAVIER, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, "A representação da Sociedade e do Poder" in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.121-145.

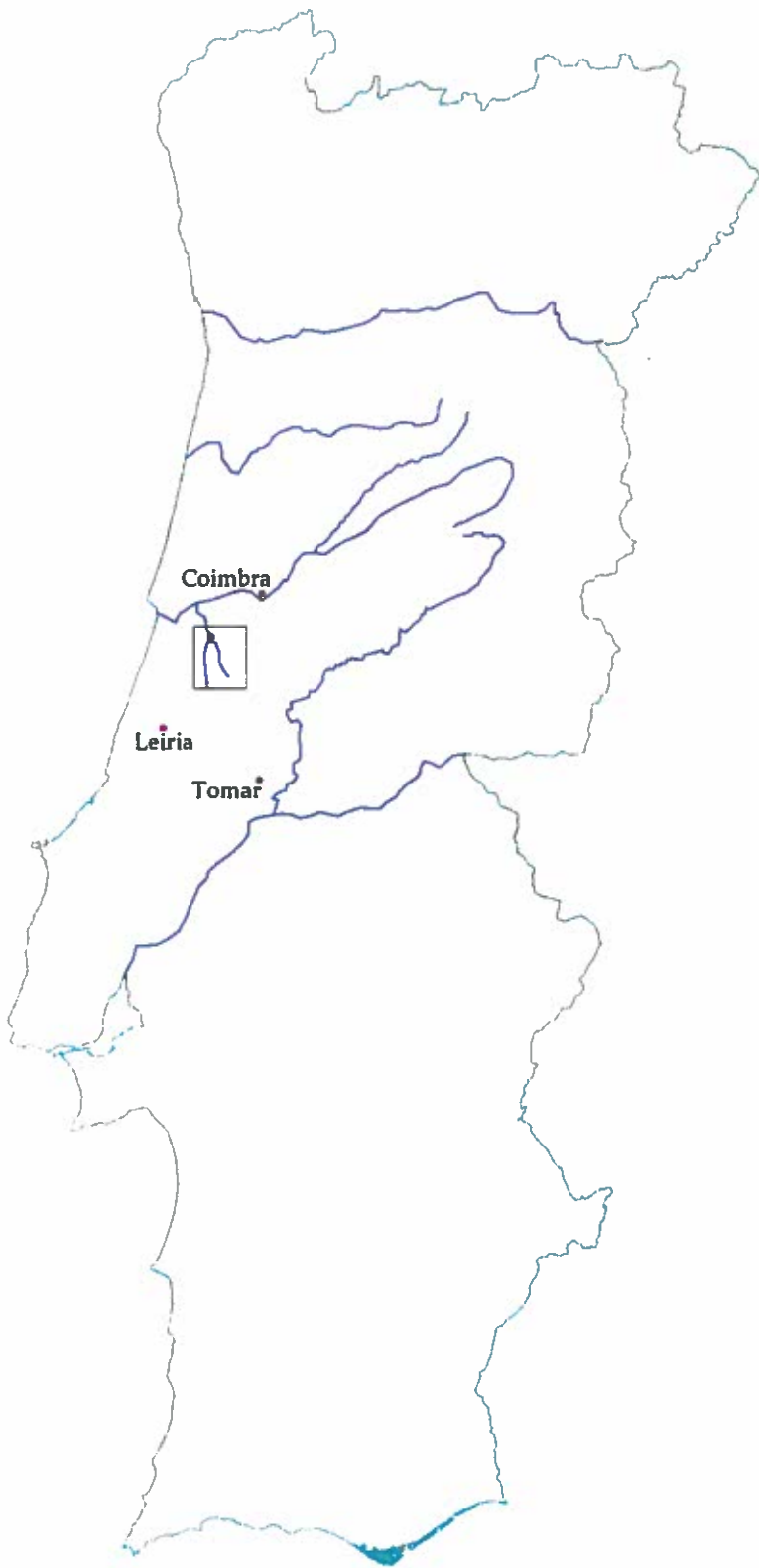
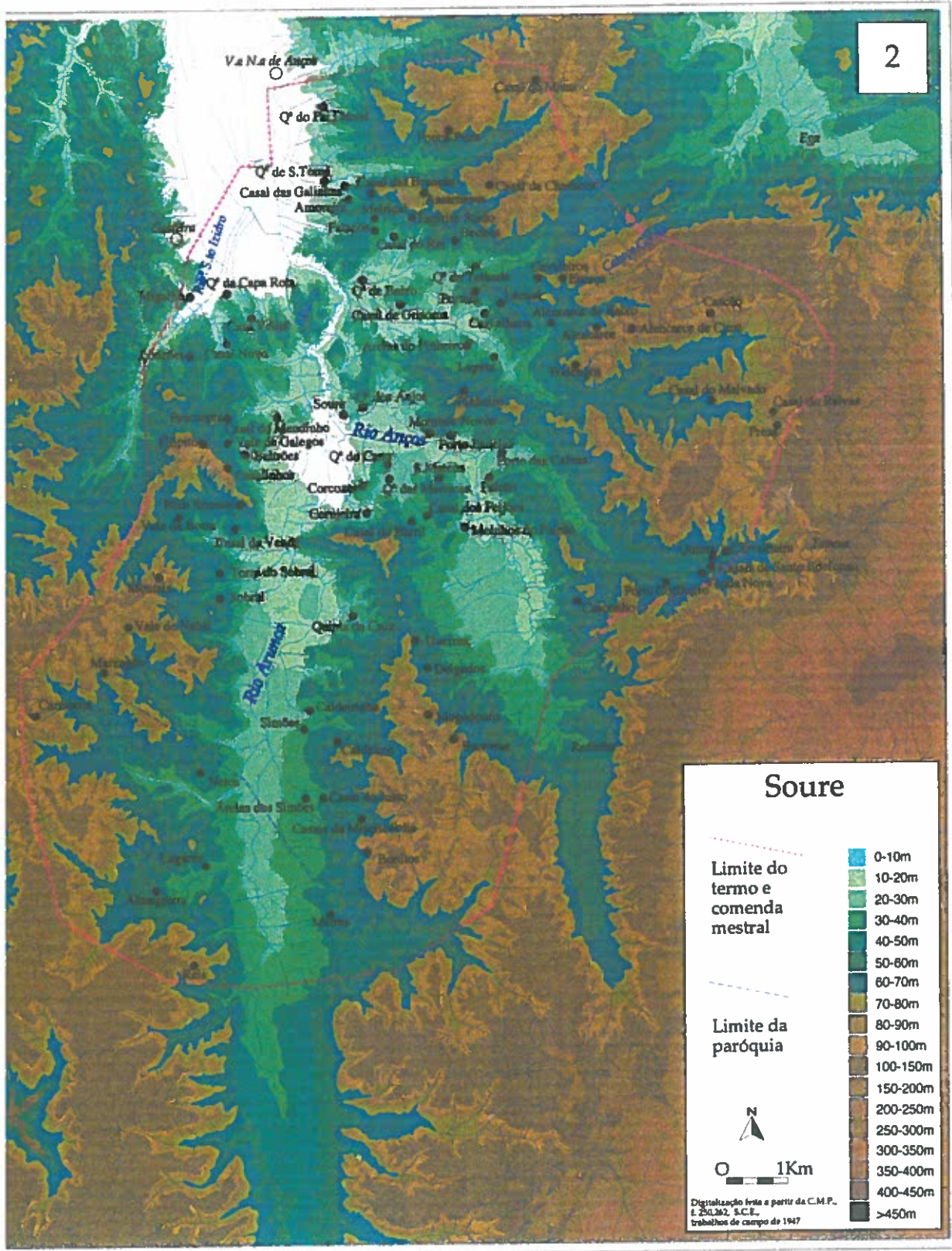
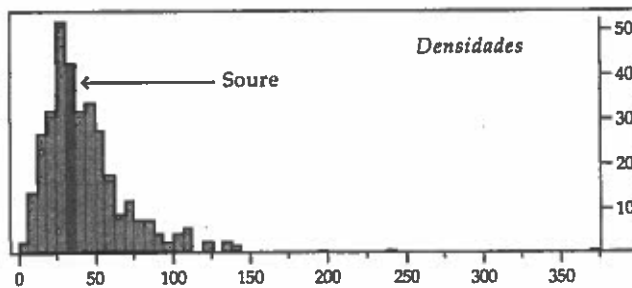
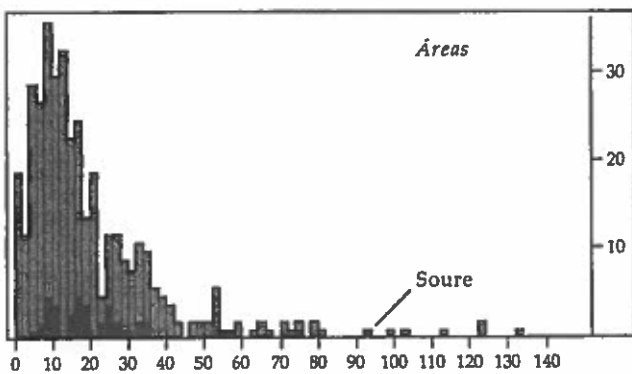
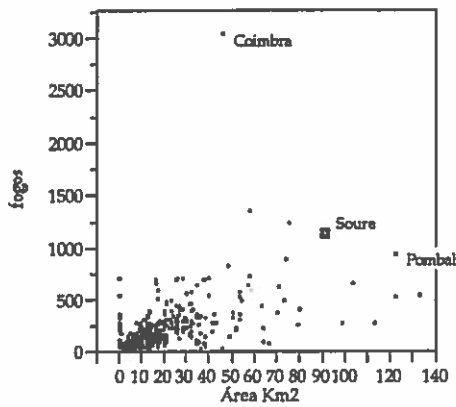
ZARRI, Gian Piero et alli - *Project Reseda/1. Rapport sur les recherches effectuees du 1 Avril 1979 au 1 Octobre 1979*, Paris, CNRS, Laboratoire d'Informatique pour les Sciences de l'Homme, 1979.

ZEEDEN, Ernst Walter; Lang, Peter Thaddeus (ed) - *Kirsche und Visitation, Beitrage zur Erforschung des fruhneuzeitlichen Visitationnswesens in Europa*, Stuttgard, Klett-Cota, 1984.

Figuras

1
Coimbra
Leiria
Tomar

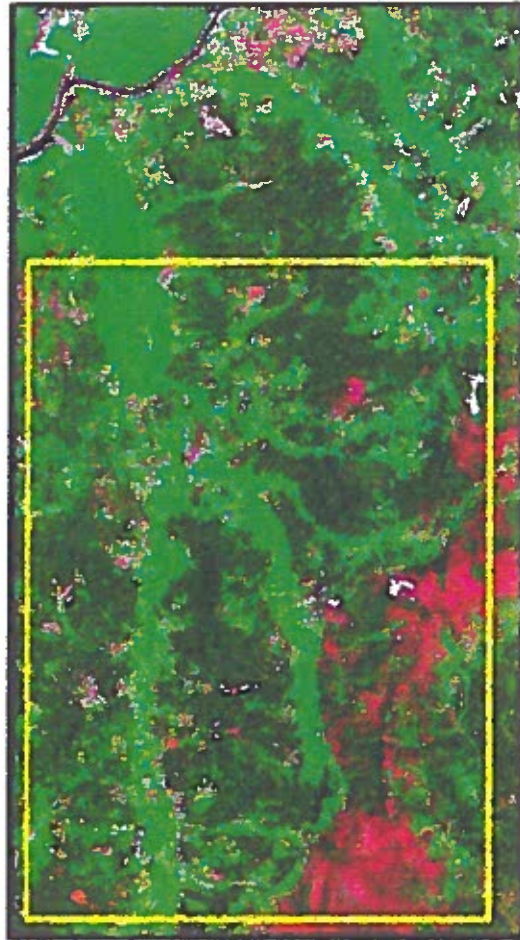
2
Soure
Limite do termo e comenda mestral
Limite da paróquia
0-10m
10-20m
20-30m
30-40m
40-50m
50-60m
60-70m
70-80m
80-90m
90-100m
100-150m
150-200m
200-250m
250-300m
300-350m
350-400m
400-450m
>450m
N
0 1Km
Rio Anços
Rio Arunca
Soure
Casal das Galinhas
Simões
Sobral
Egu

3

Uma paróquia extensa

Soure tem uma densidade populacional que não se afasta muito da tendência geral da diocese, constituída basicamente pelas paróquias das bacias do Mondego e do Vouga. É assim uma paróquia "típica" de tamanho atípico. Abaixo de Soure e Pombal, no gráfico acima, ficam as paróquias de grande área e pouca população, como Louriçal, Vagos, Mira , Quiaios e Alvares (na serra).

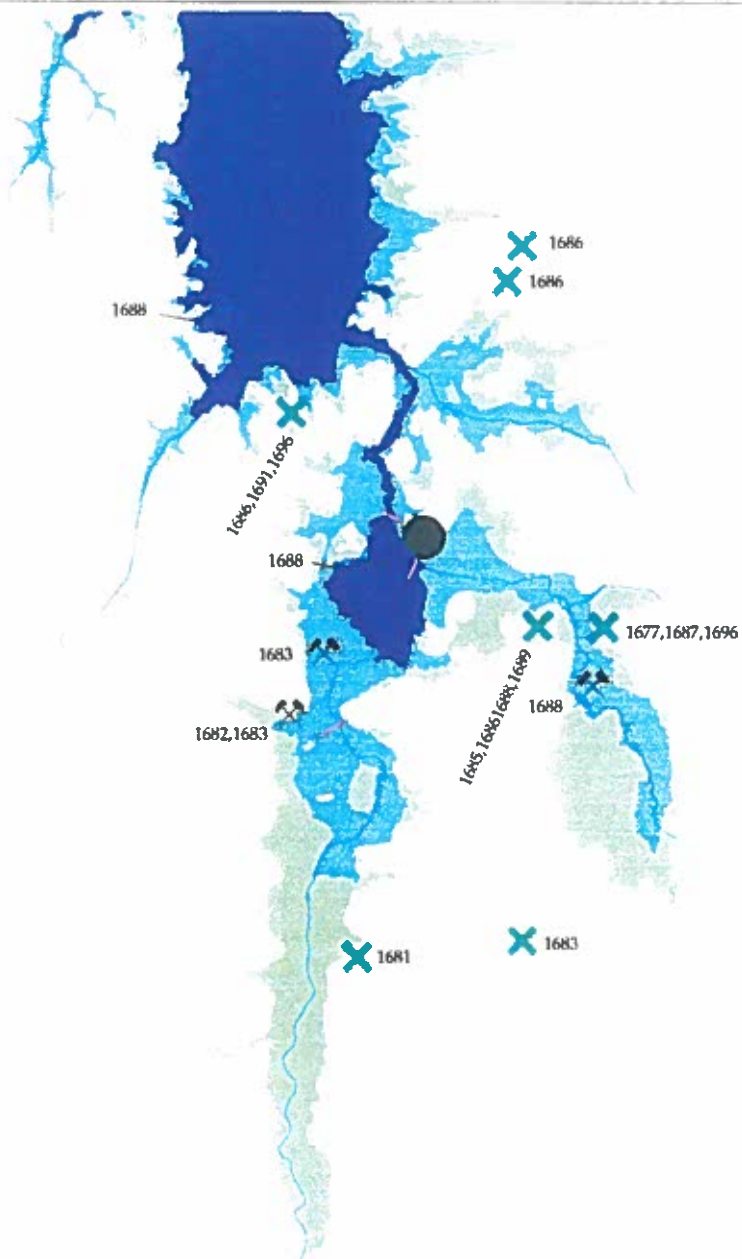
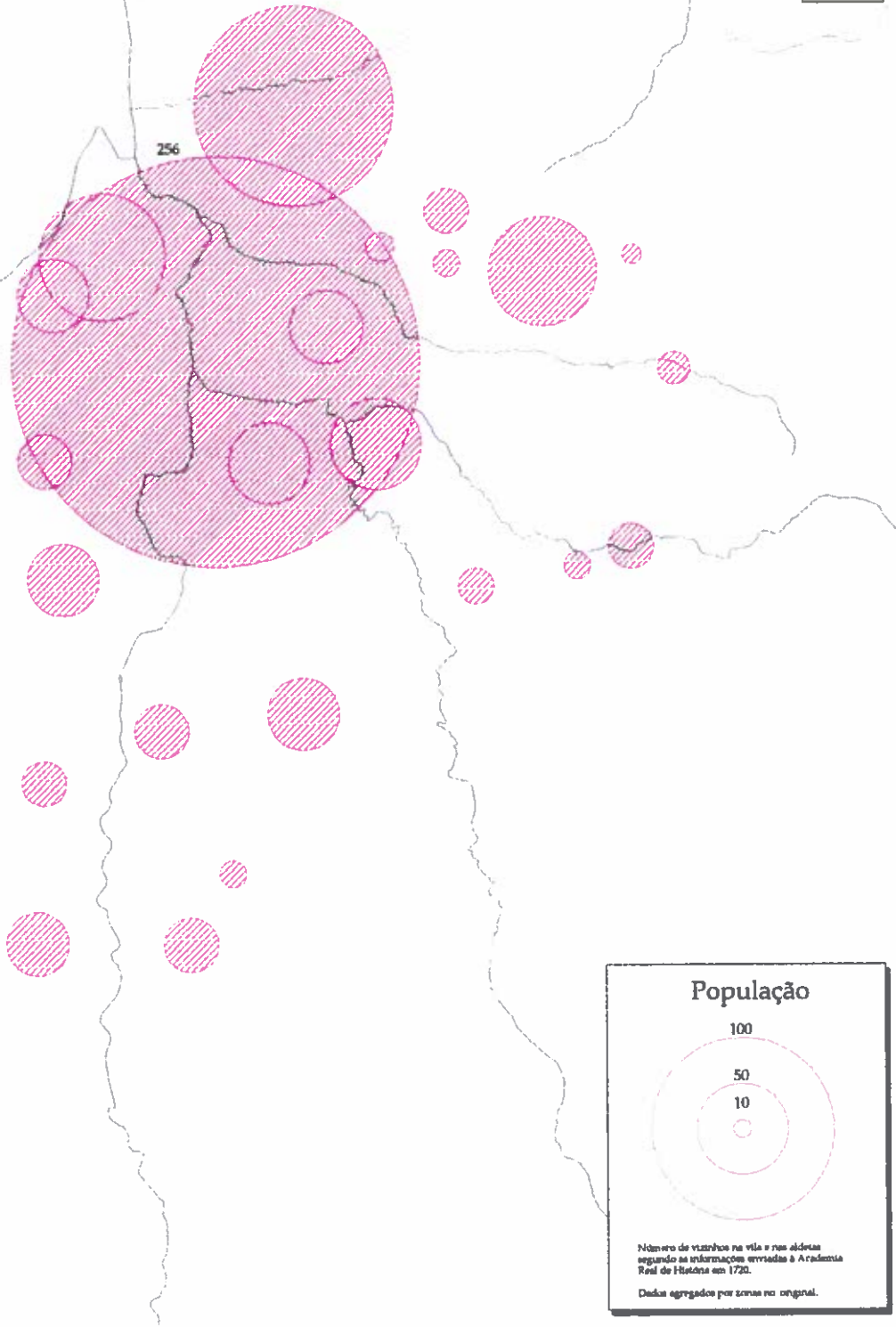
De forma diferente, os dois gráficos da esquerda revelam a mesma propriedade da paróquia de Soure: regular em termos de densidade, mas invulgar em termos de área. No gráfico de topo, referente às áreas, vê-se a preto a distribuição das paróquias que, do ponto de vista da densidade, estão próximas de Soure. Em conclusão a extensão do território de Soure é uma extensão povoada. Esse facto tem consequências importantes na organização do espaço.

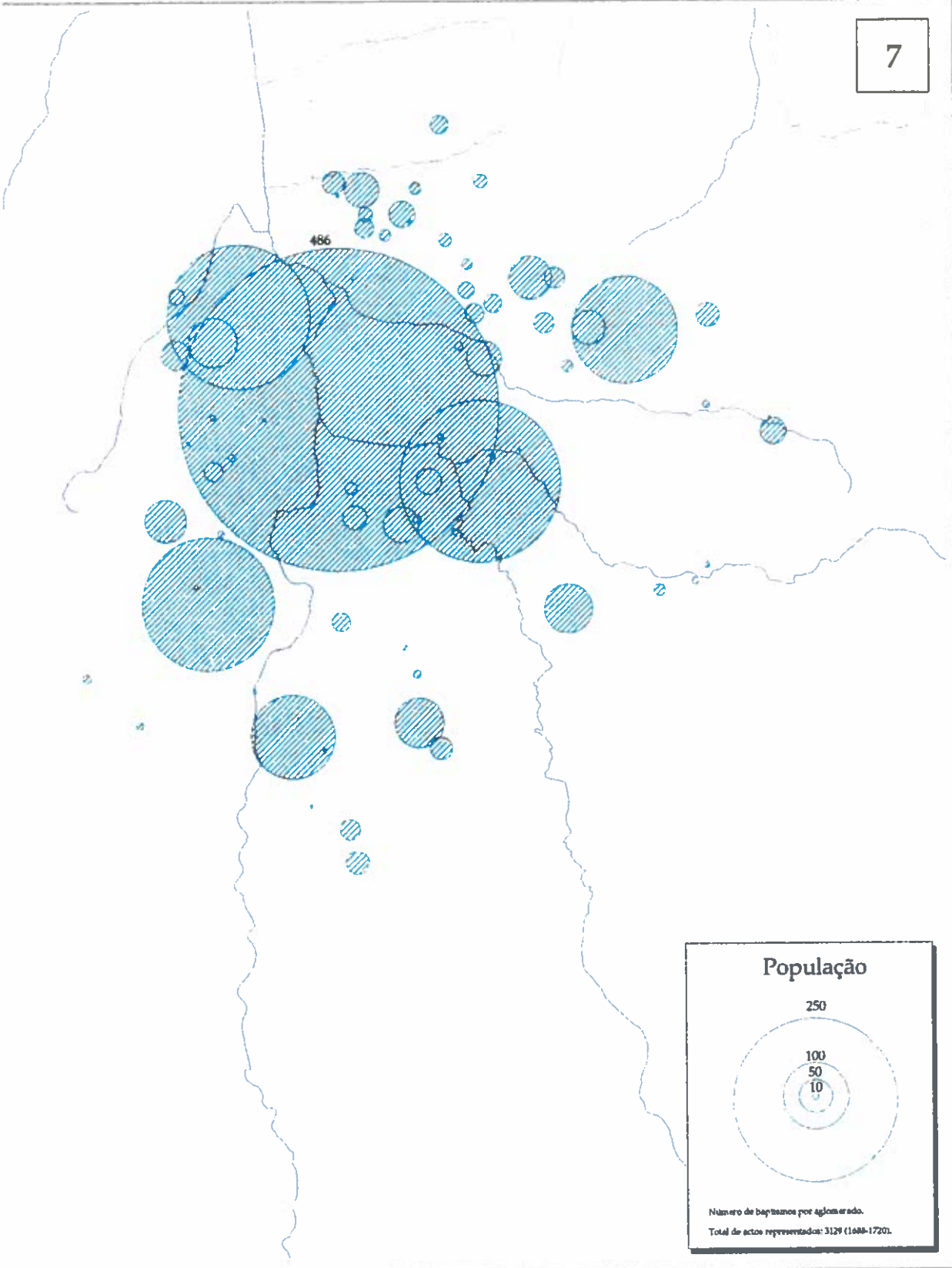
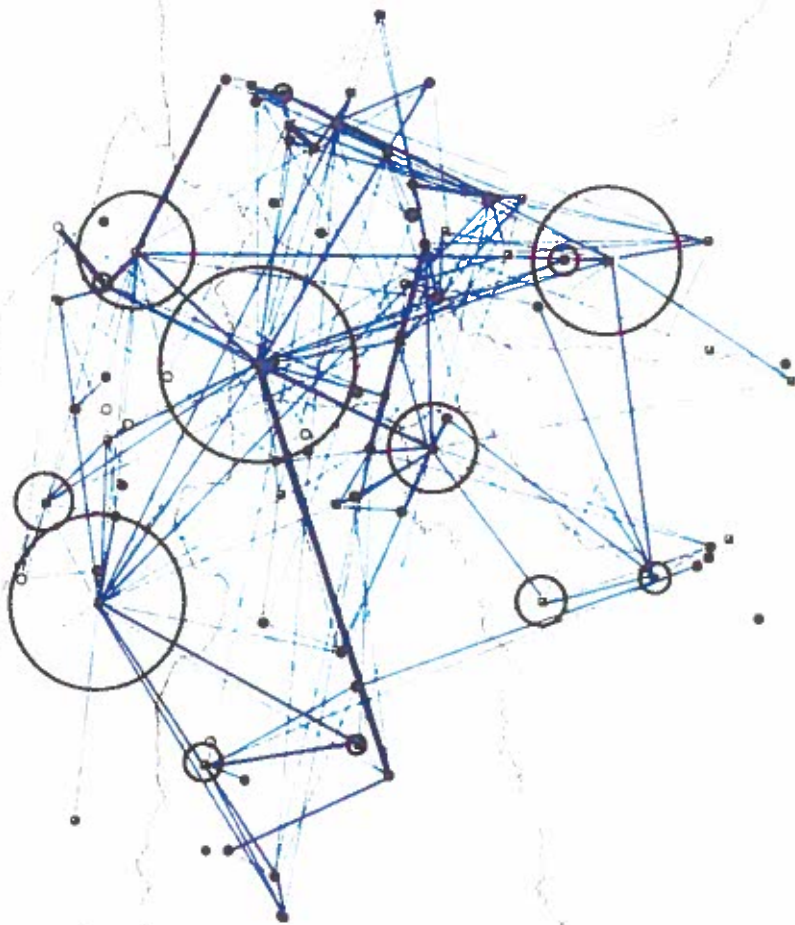
Fonte: Carvalho, J. e Paiva, J.P. *A diocese de Coimbra no séculoo XVIII: população, oragos, padroados e títulos dos párocos*, sep. da Revista de Históriadas Ideias, vol. 11, Coimbra 1989.

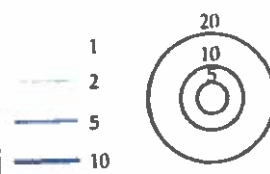
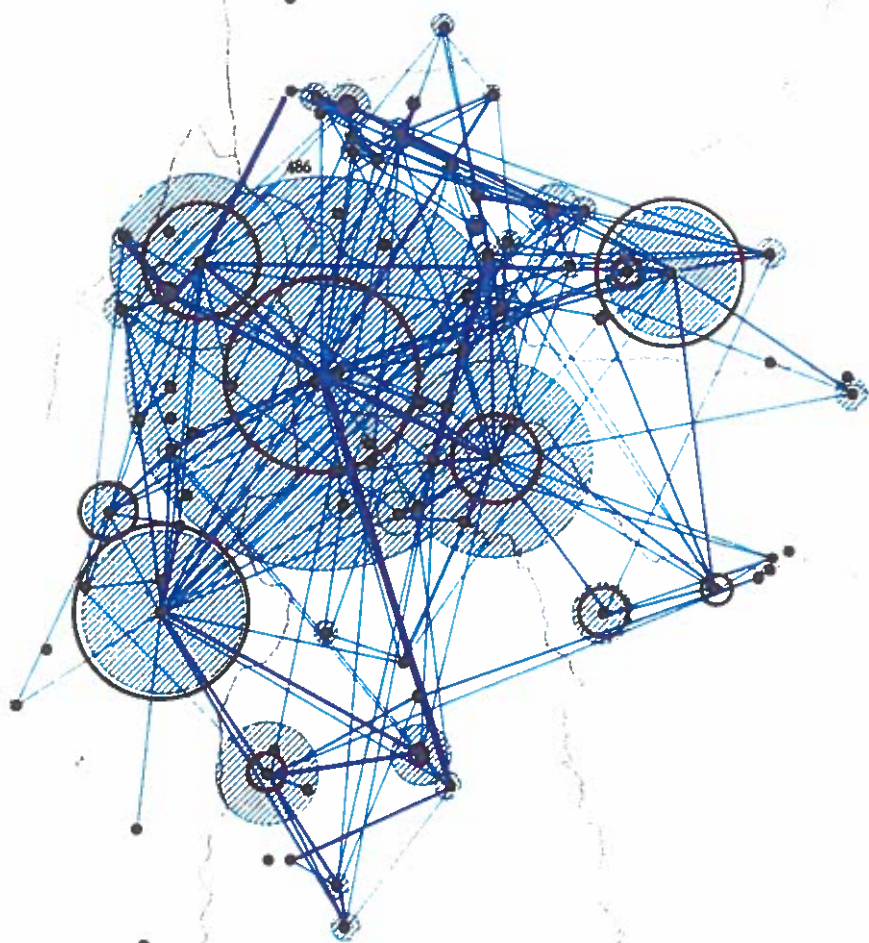
4

Revestimento do solo
(actualidade)

Aluvião

Floresta

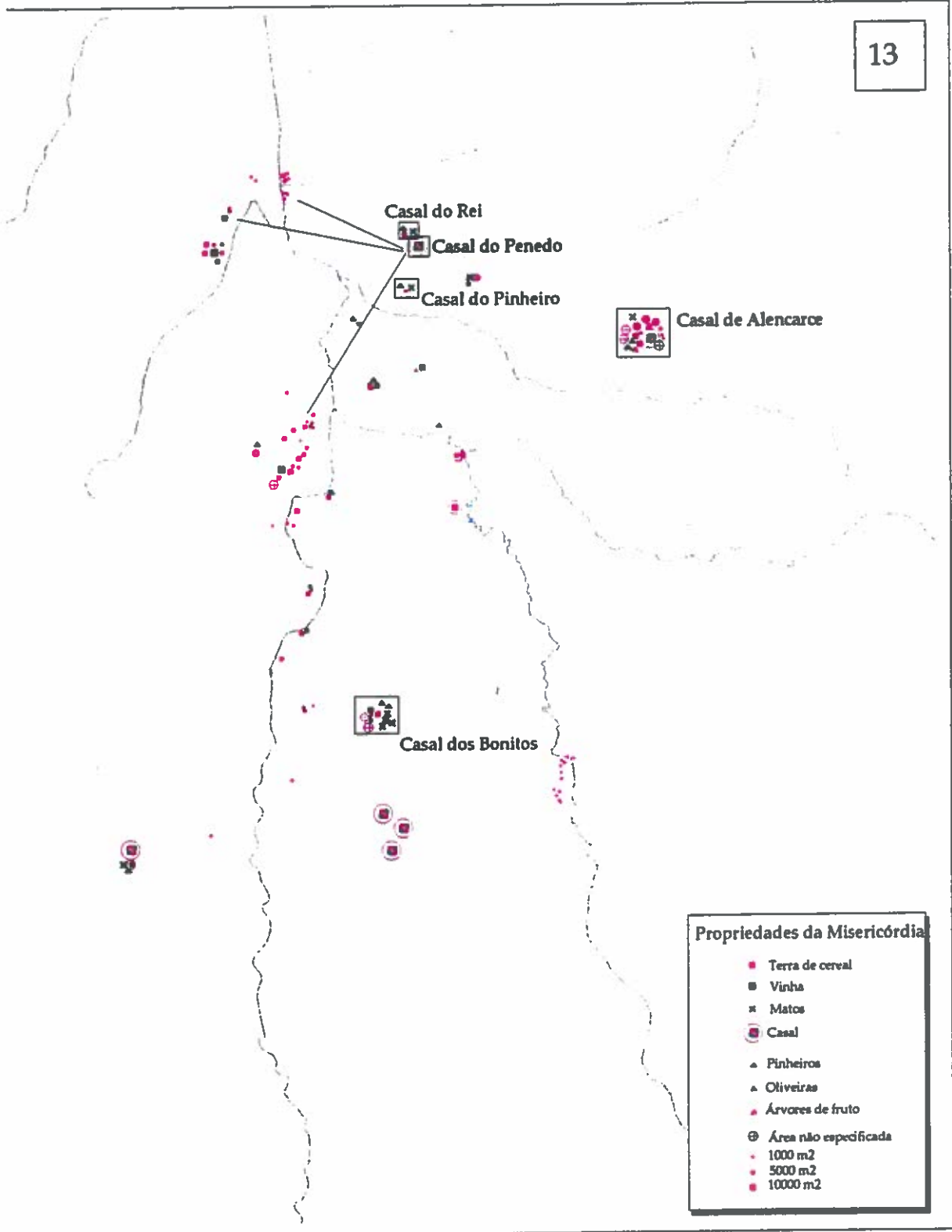
Calcários

5
1686
1686
1688
1686,1691,1696
1688
1683
1682,1683
1677,1687,1696
1688
1681
1683
Inundações
A luta contra as águas deixou vários traços na documentação, com particular incidência nos anos 80 do século XVII.
Intervenções de emergência da câmara em pontes, caminhos e quebradas.
Localidades impossibilitadas de enterrar os mortos na Igreja Matriz da Vila.
Principais pontes
Só estão representadas as curvas de nível de 10, 20 e 30 metros. A planície inundável do Vale do Mondego situa-se entre 0-25 m.

6
256
População
100
50
10
Número de vizinhos na vila e nas aldeias segundo as informações enviadas à Academia Real de História em 1720.
Dados agregados por zonas no original.

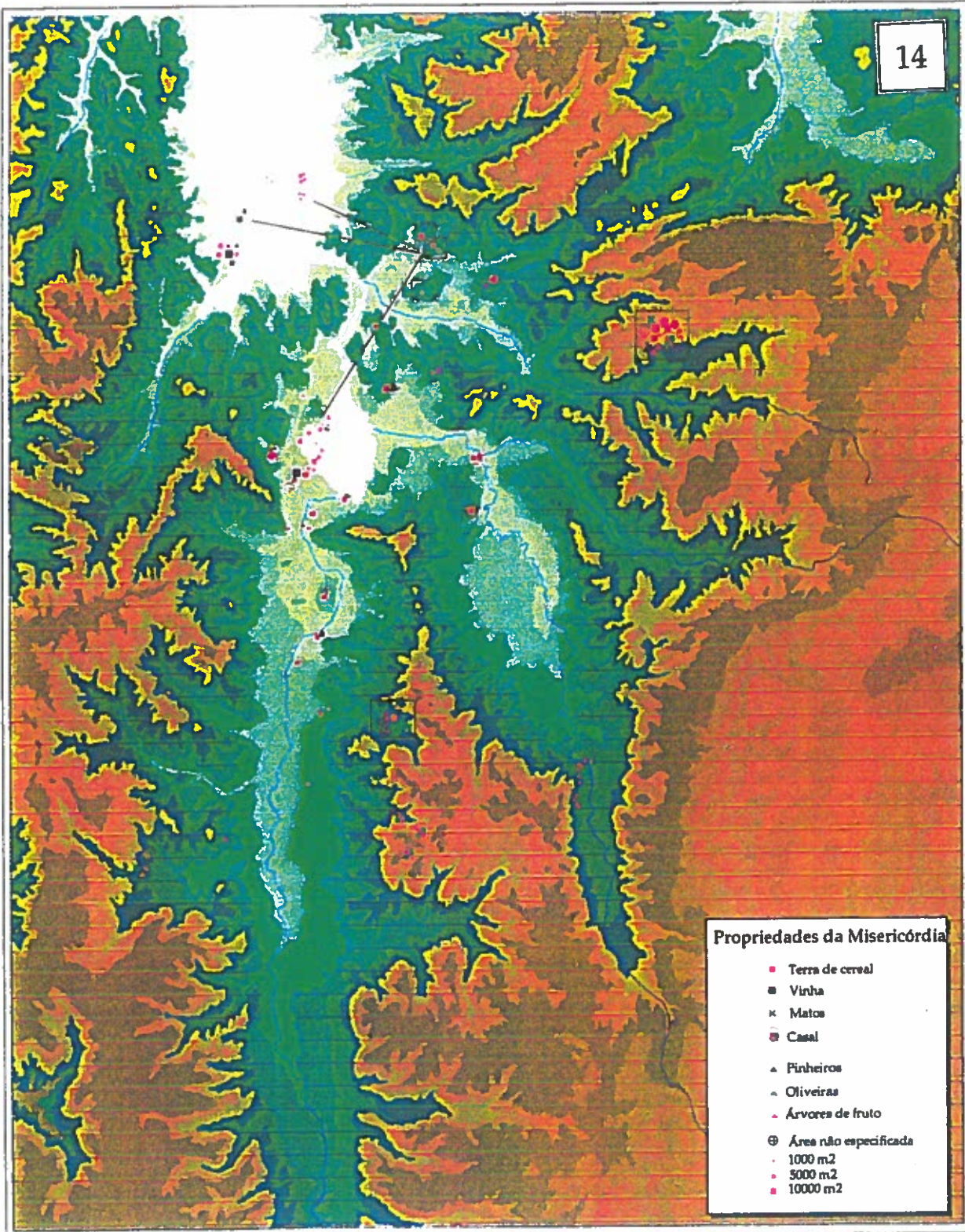
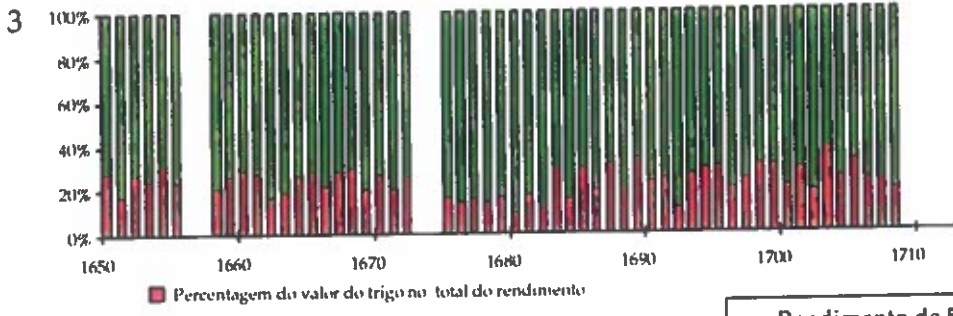
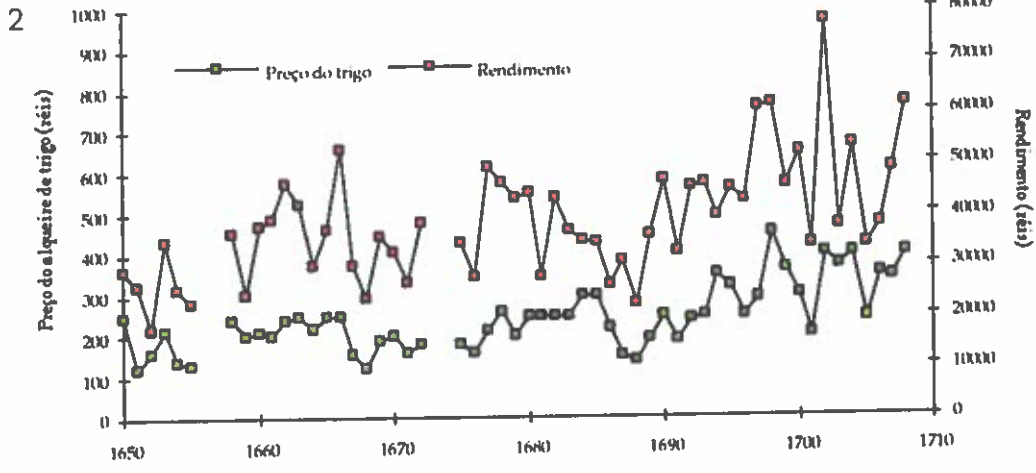
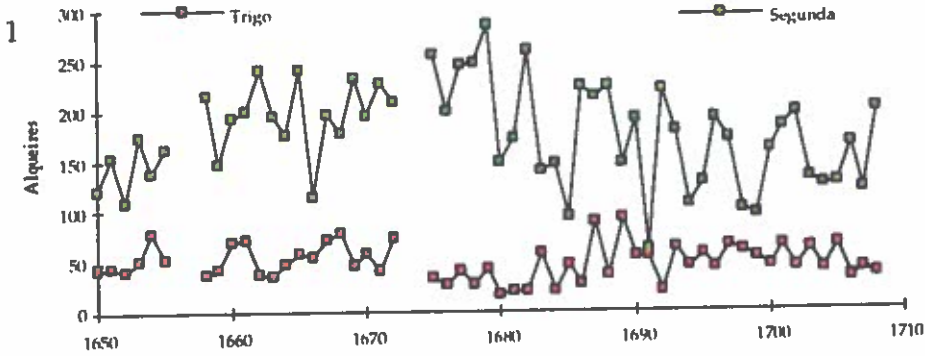
7
486
População
250
100
50
10
Número de baptismos por aglomerado.
Total de actos representados: 3129 (1688-1720).

8
Origem dos noivos
(1685-1720)
Os círculos representam os casamentos com noivos do mesmo lugar. As linhas noivos de lugares diferentes.

20
10
5
1
2
5
10

9
486
Sobreposição
das
figuras
7 e 8

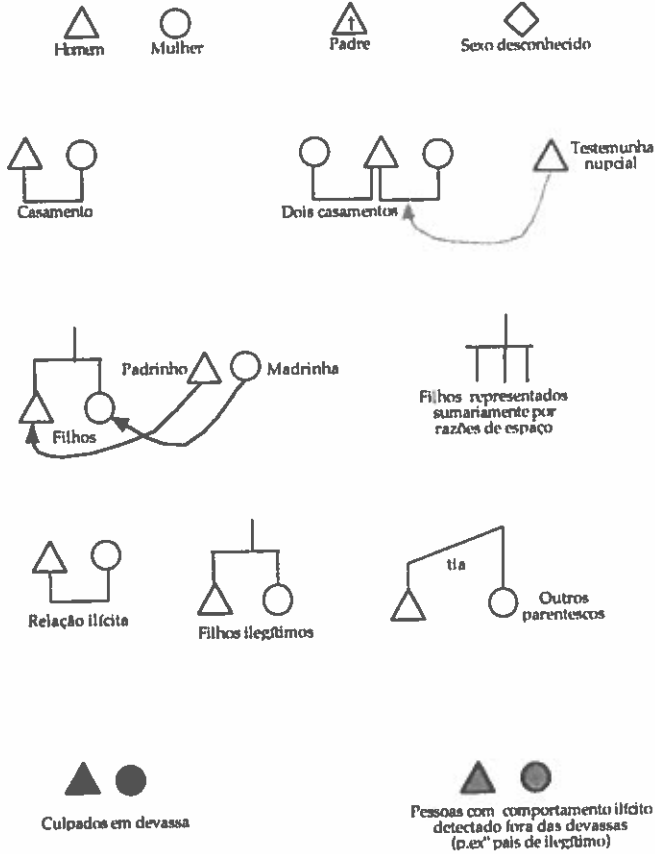
10
Espírito Santo
N°S° das Neves
da Casa Velha
Santo André de Casal Novo
Santo Tirso de Alencarce
S.José do Pinheiro
S.Mateus
S.João do Paleão
N°S° do Bom Sucesso
Santo Ildefonso
S.Sebastião de Porto Coelheiro
S.Miguel do Sobral
S.Sebastião do Mogadouro
S.Lourenço dos Simões
Subunidades
Embora a maioria dos defuntos venha a enterrar à Vila, muitos escolhem sepultura nas ermidas espalhadas pela paróquia que organizam o espaço a um nível sub paroquial, como as vintenas a nível concelhio.
Ermida com culto de mortos
Ermida e confraria
Origem dos defuntos
Vintenas

11
Comendas
Limite da Comenda Mestral
Alencarce e quinta de S.Tomé
S.Pedro da Várzea
Paleão e Casa Velha
S.Mateus
Fonte: Tombo da Comenda Mestral, 1747 (AMS)
Nota: nem toda a terra dentro dos limites
pertence às comendas respectivas. Inversamente
as comendas têm associadas terras fora das suas
fronteiras. Os limites cartografados correspondem
a zonas de reserva de direitos como dízimos e jugadas
(ver figura 12)

12
Cabido
Dízimos
1/3
C
C
C
Mestral
S.Pedro
Jugadas
1/8 Cereal
e Linho
1/10 Vinho
Linho
Relego
Vinho
C
C
C
Alencarce
Casa Velha
e Paleão
Oferendas
S.Mateus
ermida
S.Mateus
Bens:
foros
e rações
Lagares de azeite
Lagares
Comenda Mestral
Moinhos da vila
Moendas
1/14 cereal
1/10 azeite
Azeite
Moinhos
Portagens
açougagens
mordo-
mado
Alcaidaria
Comenda de S.Pedro
Comenda Mestral
Primícias
1 se >40 alm.
Vinho e
Cereal
Vinho
Eirádega
1 almude
de vinho
Comenda de S.Pedro
Direitos e Comendas
Direito ou bem
Comenda
Separação de rendas
ou direitos
C
Separação de rendas
ou direitos dentro
do limite da comenda
destino

13
Casal do Rei
Casal do Penedo
Casal do Pinheiro
Casal de Alencarce
Casal dos Bonitos
Propriedades da Misericórdia
Terra de cereal
Vinha
Matos
Casal
Pinheiros
Oliveiras
Árvores de fruto
Área não especificada
1000 m2
5000 m2
10000 m2

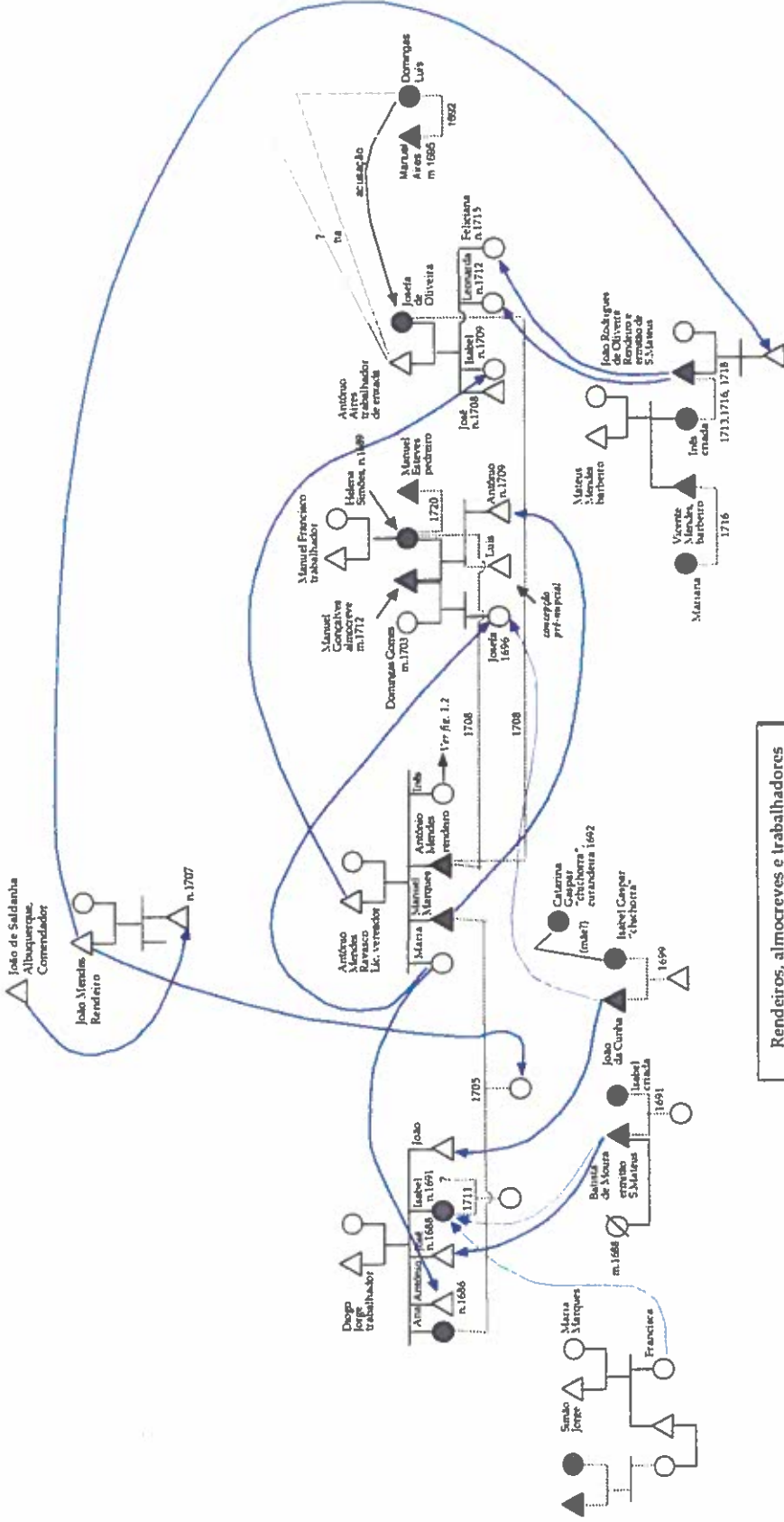
14
Propriedades da Misericórdia
Terra de cereal
Vinha
Matos
Casal
Pinheiros
Oliveiras
Árvores de fruto
Área não especificada
1000 m2
5000 m2
10000 m2

Rendimento de 5 casais da Santa Casa da Misericórdia

A maioria do cereal arrecadado é de segunda, maioritariamente milho. As variações no preço do trigo são contudo determinantes no rendimento global.

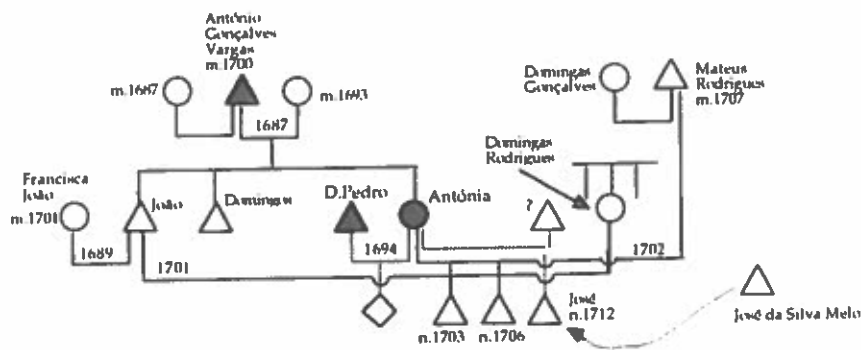
16

Legenda dos esquemas genealógicos e relacionais

Baseado em Brian O'Neill,1984, p.120

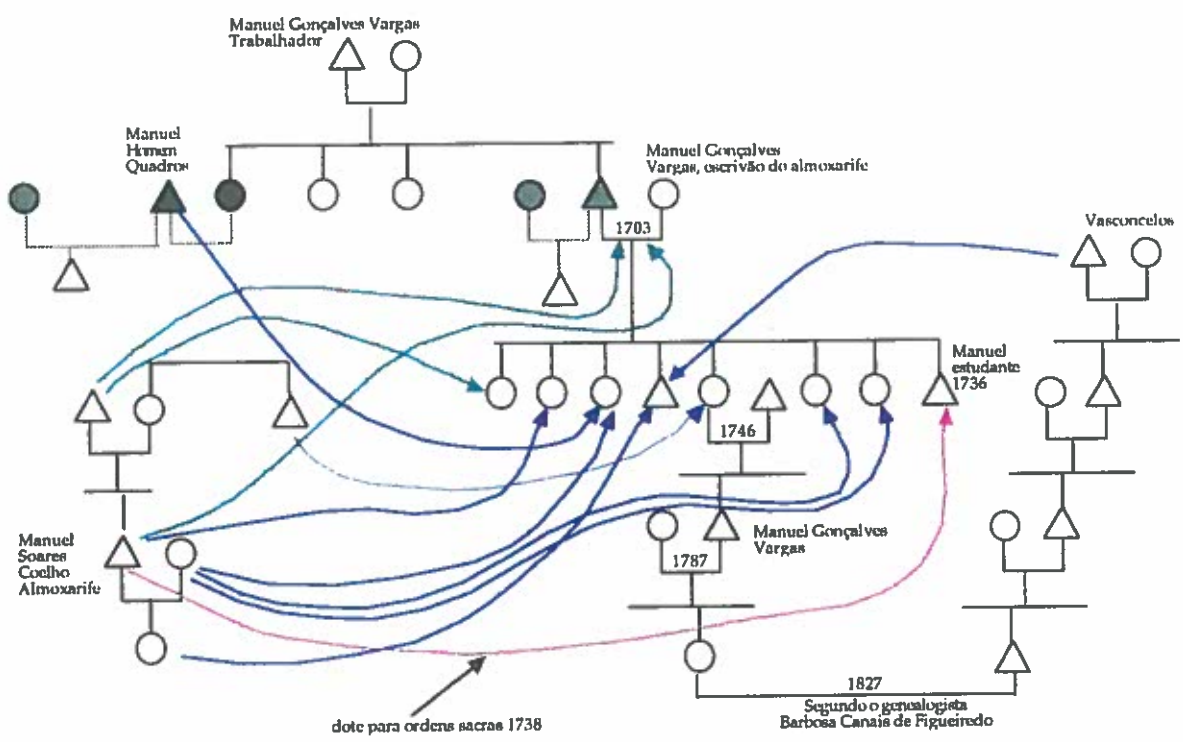
17
Mateus Homem da Cunha (morreu em Alcácer)
Mayor Pacheco (fª de Gaspar Pacheco de Azambuja, tesoureiro-mor do Reino)
João Homem da Cunha (não casou, teve bastardos)
Dª Maria da Cunha de Eça
Luís Coutinho
Martim da Cunha de Eça
Dª Maria da Silva Melo (1ª vida no prazo da Capa Rota 1641)
Dª Suzana de Azevedo
João Homem da Cunha (o brasileiro)
Dª Maria da Cunha
Mateus da Cunha de Eça
Pedro de Brito e Ataíde
Mayor da Silva e Melo (2ª vida no prazo da Capa Rota 1699)
Antº
Francisco da Silva e Melo
Manuel Homem da Cunha
João Homem da Cunha
Mª da Cunha
Agostinho de Ataíde
António de Melo e Ataíde
João Homem da Cunha
Rodrigo
Suzana da Cunha
Quinta da Capa Rota
Quinta do Sobral
Martinho da Cunha
José da Cunha de Eça
Os Cunha de Eça em Soure
Os dois ramos dos Cunha de Eça em Soure descendem de um tronco comum, três gerações antes. O casamento de Suzana, irmã de José com Francisco da Silva Melo, reactiva os laços dentro da linhagem.
O ramo da Capa Rota usa preferencialmente os apelidos Melo e Ataíde
Residência em Soure
Legenda: ver figura 16

18
Manuel Rodrigues barbeiro
Mª
João Rodrigues [Formigo] Lavrador
Antº
Mª
família de Isabel Rodrigues
Isabel
M.el
Catª
Mãe de José madrinha de filho de José e Isabel
Tomás de Musco
José
D.Maria
Cunha de Eça Quinta do Sobral
Suzana
Cunhas Ataídes Melo Quinta da Capa Rota
Inês
Mendes Ravasco
Antº
Tedósio
Alexandre
José apadrinha irmão de Maria com quem será denunciado
f.os de Antº e Isabel
f.os de José e Isabel
Martinho
f.os de José e Inês
Parente de José testemunha de casamento de Isabel com Antônio Francisco
Filho de José e Isabel casa com filha de João Rodrigues afilhada do pai
Tio de Inês baptiza filho de José e Isabel
Martinho da Cunha testemunha do casamento de José e Inês, mais tarde autor do impedimento ao casamento de José e Isabel
Tio de Inês casa com filha de João Rodrigues
José e Isabel
A reconstituição das redes de apadrinhamento e das testemunhas nupciais que envolvem a relação de José e Isabel mostra existirem múltiplos pontos de contacto entre os dois universos familiares e uma aparente aceitação do comportamento de José. Note-se as direcções dos apadrinhamentos, das famílias de maior estatuto em relação às de menor estatuto
Legenda: ver figura 16

Rendeiros, almocreves e trabalhadores

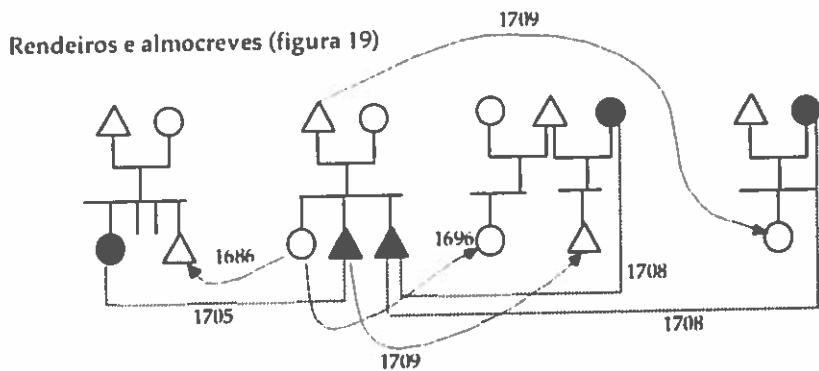
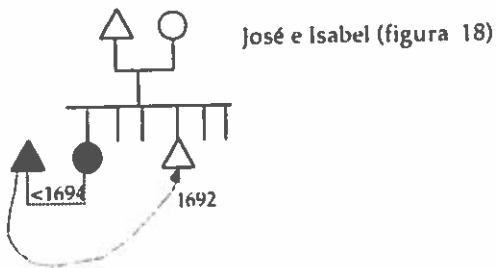
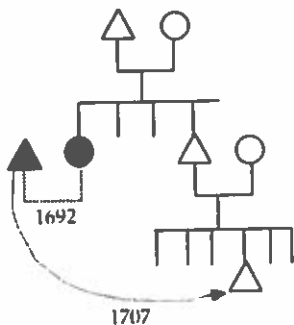
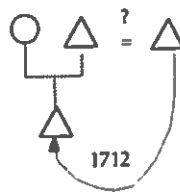
Uma teia de relações ilícitas constitui-se à volta dos circuitos de arrecadação das rendas das comendas. Rendeiros, almocreves e trabalhadores ligam-se por apadrinhamentos e concubinatos. As direcções do compadrio revelam as relações de ascendência social que se traduzem em relações ilícitas.

20

D.Pedro e Antónia

Apesar da ligação e do filho ilegítimo Antónia casará, com o sogro do irmão.

Após ficar viúva terá um outro filho ilegítimo, não nomeando o pai mas apadrinhado por membro da família dos Melo e Ataíde, que terá ligações ilícitas denunciadas nas devassas

O escrivão do almoxarife

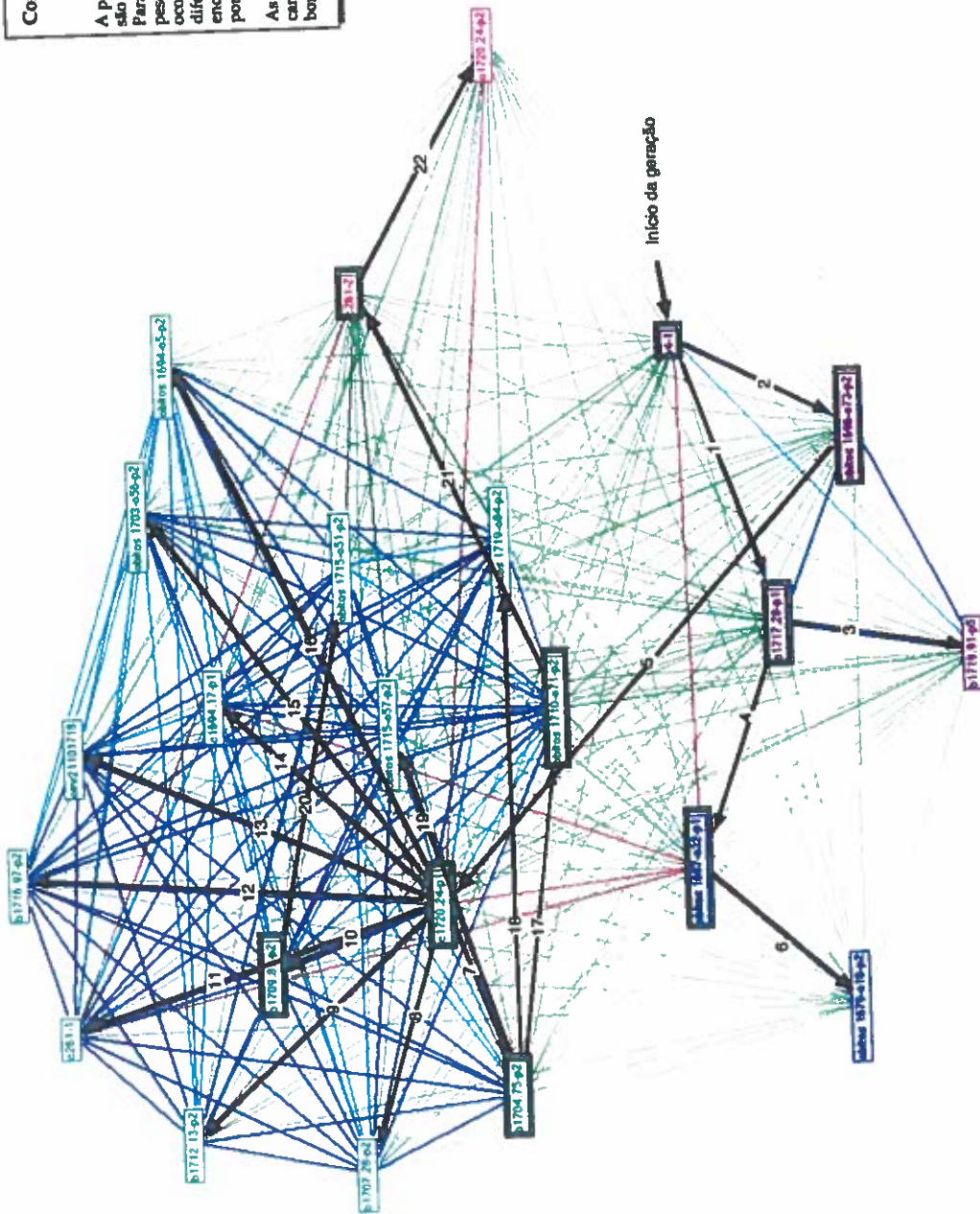
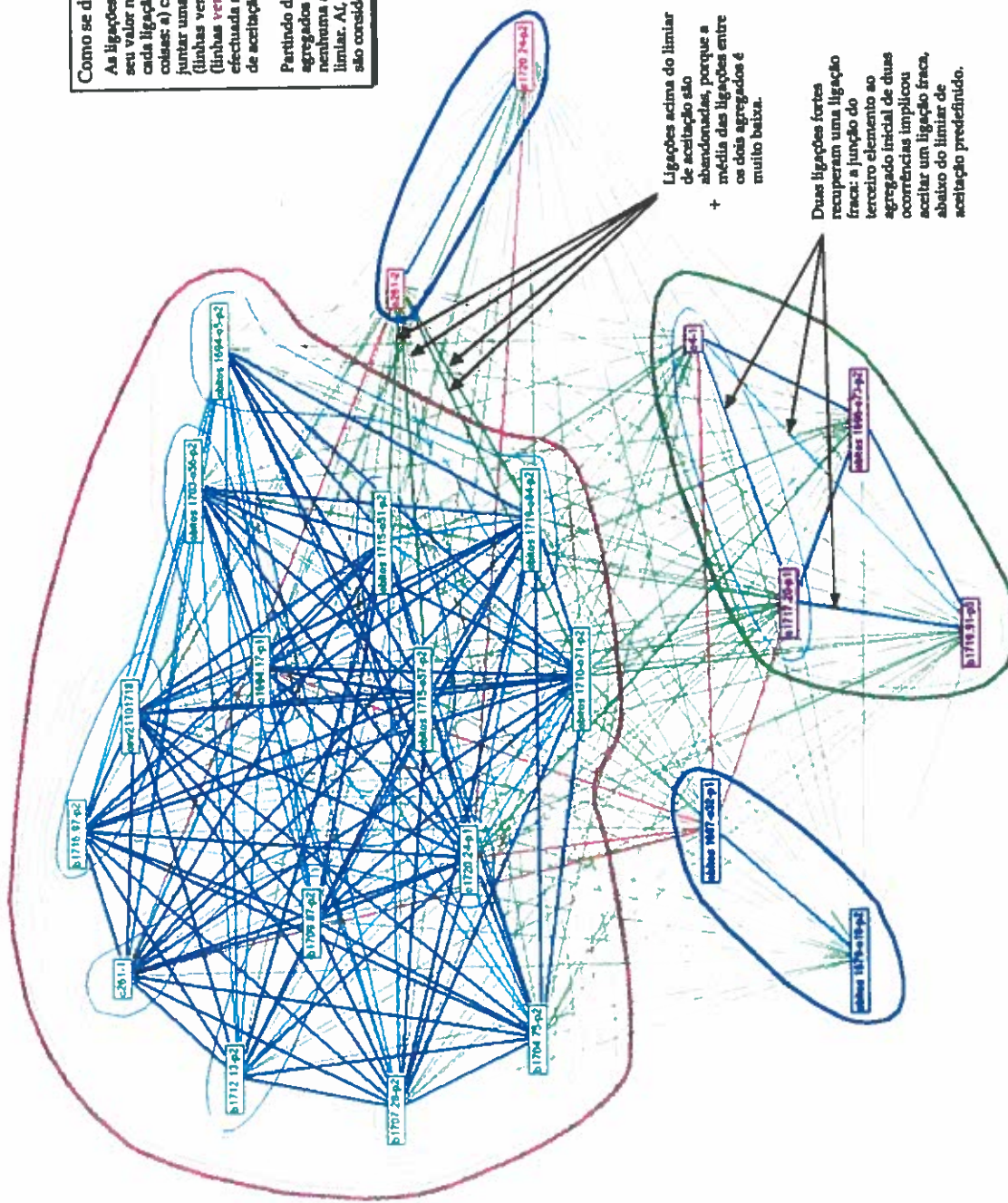
Uma estratégia de apadrinhamentos bem gerida parece ter um papel relevante na ascensão de Manuel Gonçalves Vargas que, filho de trabalhador e casado com uma órfã dotada pela Misericórdia, tem uma bisneta a casar numa das famílias de prestígio da zona.

O passado parece não pesar neste trajecto, como se atesta pelo facto de Manuel Homem de Quadros ser padrinho de um dos seus filhos.

Padrinhos imorais

A concidência de uma relação de compadrio com uma relação ilícita é frequente. Embora assumindo várias formas e diversas sequências no tempo o seu significado está ligado ao modo como os desníveis sociais geram ligações à margem da moral, num contexto de trocas recíprocas.

Como é feita a geração do grafo.

A partir da ocorrência inicial, "c4-1", são associados candidatos sucessivos. Para cada candidato é relançada a pesquisa na base de dados. Como cada ocorrência tem atributos ligeiramente diferentes, as novas pesquisas encontram novos candidatos, até que, por fim, o processo se esgota.

As ocorrências que geram novos candidatos estão marcadas com uma bordadura mais espessa.

Como se divide um grafo em pessoas reais
As ligações são processadas por ordem decrescente do seu valor no contexto dos agregados existentes. Para cada ligação processada pode acontecer uma de três coisas: a) criar um novo agregado (linhas azuis); b) juntar uma ocorrência a um agregado existente (linhas verdes) e c) juntar dois agregados existentes (linhas vermelhas). Nos três casos a acção só é efectuada se o seu valor global for superior ao limiar de aceitação.
Partindo das ligações mais fortes, vão-se formando agregados cada vez mais alargados até que não resta nenhuma acção a tomar cujo valor seja superior ao limiar. Aí, o processo pára e os agregados presentes são considerados pessoas reais.
Ligações acima do limiar de aceitação são abandonadas, porque a média das ligações entre os dois agregados é muito baixa.
Duas ligações fortes recuperam uma ligação fraca: a junção do terceiro elemento ao agregado inicial de duas ocorrências implicou aceitar um ligação fraca, abaixo do limiar de aceitação predefinido.
24

Transmissão do estatuto na Quinta de S.Tomé

Numa primeira fase da transmissão do estatuto vemos Paulo Ribeiro Cabral a aparecer referido como pai de Plácido que é um padrinho cada vez mais frequente a partir de 1695. Os quadrados azuis mostram as ocorrências de Paulo Ribeiro Cabral como pai de Plácido. Quando Plácido morre, Paulo Ribeiro Cabral e a mulher retomam a função de padrinho e madrinha. Morto Paulo Ribeiro, em 1711, intensifica-se a presença do sogro, Félix de Almeida do Amaral, que passa a ser referido como morando "na sua quinta de S.Tomé". A viúva casa com João da Costa de Vasconcelos em 1712, que a partir de 1715 é referido como proprietário da Quinta.